História da Educação na Idade Média



Obra publicada
com a colaboração da

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Sobre o autor:

Nasceu em Sorocaba, em 1928. Bacharel e Licenciado em Filosofia, Doutor em Educação e Livre-Docente de Filosofia e História da Educação pela Universidade de São Paulo. Prof. Adjunto de Filosofia da Educação e Chefe do Departamento de Filosofia e Ciências da Educação da Faculdade de Educação da USP. Livros publicados: *A Formação Intelectual segundo Gilberto de Tournai.* São Paulo MEC/INEP, 1978. *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII.* São Paulo: Grijalbo/EDUSP, 1978. *A Idéia de Verdade e a Educação.* São Paulo: Editora Convivium, 1978. *História da Educação na Antiguidade Cristã.* São Paulo: EPU/EDUSP, 1978.

CIP-Brasil. Catalogação-na-Fonte
Câmara Brasileira do Livro, SP

N928h Nunes, Rui Afonso da Costa, 1928-
História da Educação na Idade Média / Ruy Afonso da Costa Nunes. — São Paulo : EPU : Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

Bibliografia.

1. Educação medieval I. Título.

79-0097 CDD-370.902

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação medieval : História 370.902
2. Idade Média : Educação : História 370.902

Ruy Afonso da Costa Nunes

Professor de Filosofia e História da Educação
na Faculdade de Educação da USP

História da Educação na Idade Média

E.P.U. — Editora Pedagógica e Universitária Ltda.
EDUSP — Editora da Universidade de São Paulo
São Paulo

Código 3015

E.P.U. Praça Dom José Gaspar, 106 — 3.º andar — Caixa postal 7509
01.000 São Paulo, Brasil. Tel. (011) 259-9222
Impresso no Brasil Printed in Brazil

Sumário

Introdução 1

Primeira parte

I — Conceito de Idade Média. Os preconceitos e as fábulas 9

II — Questões preliminares 37

Segunda parte

III — A transmissão da cultura antiga à Idade Média 71

IV — As escolas medievais até o século XII 99

V — A renovação dos estudos em três renascimentos 129

VI — Os programas de ensino e a consciência pedagógica da Primeira Idade Média 149

Terceira parte

VII — O renascimento do século XII 183

VIII — As Universidades 211

IX — A escolástica 243

X — A crise da educação no fim da Idade Média 287

Índice onomástico 303

Índice analítico 309

Introdução

Este livro é consagrado ao estudo da educação medieval, ou seja, à educação que existiu em diferentes fases do período milenar em que começaram a surgir as modernas nações européias.

O termo educação abrange tanto um certo tipo de atividade desenvolvida pela geração adulta com relação às crianças e aos jovens, e cristalizada em instituições, quanto às idéias ou concepções expendidas a respeito da formação humana. Ao se estabelecerem esses dois significados de educação, balizam-se as fronteiras entre as quais vai decorrer o estudo da pedagogia, o exame das instituições e das atividades educacionais e das idéias ou concepções pedagógicas. Evidentemente, há um nexo íntimo entre os diferentes elementos constitutivos de uma cultura. Assim, a educação relaciona-se intimamente com as letras, as ciências, as artes, a religião, a economia e com as demais instituições sociais. Todavia, a divisão do trabalho intelectual e o gradual parcelamento dos planos do saber e da investigação científica determinaram várias classes de ciências e, dentro de cada uma delas, múltiplos ramos da complexa árvore em que se exprimiu aos poucos determinada área do conhecimento. Assim, temos ciências como a Matemática, a Física, a Biologia, o Direito, a História, etc. E esta, por exemplo, subdivide-se em ramos conforme as idades, os povos e os vários aspectos culturais considerados. Daí a História Antiga, a Medieval, etc., a História da França e do Brasil, a História da Igreja Católica, da Filosofia, das Ciências ou a História da Educação. Por isso, é ponto pacífico de epistemologia especial que a História da Educação tem um objeto preciso e nítido: a educação. Embora esse ramo da ciência histórica tenha conexão com os demais, e ainda que se levem em conta outras interferências sociais de um povo numa certa época no processo educativo, não se pode pretender que essa disciplina se transforme numa pansofia incomparável onde se acolham todas as ciências, letras e artes. Pode-se reconhecer o valor dos grandes literatos, dos cientistas, dos governantes, dos líderes religiosos, dos artistas, mas as suas obras só devem merecer contemplação num estudo de História da Educação, se tiverem efetivamente contribuído para o patrimônio das idéias pedagógicas ou se tiverem influenciado as insti-

tuições ou as atividades educacionais. Assim, poetas como Homero ou Dante têm capital importância para o estudo da educação da Grécia antiga e do século XIII medieval, enquanto Gonçalves Dias e Casimiro de Abreu não tiveram o mesmo papel quanto à educação brasileira, pois o fato de figurarem em livros de texto atesta apenas o seu valor literário e não a sua importância educacional. Aliás, é bom lembrar que existe uma História da Cultura e que a História da Educação não a pode substituir sob pena de perder a própria individualidade.

Confessava, certa vez, um biólogo ser um medievalista frustrado, mas desculpava-se com afirmar que no Brasil é impossível estudar a Idade Média. Ora, se tal afirmação fosse procedente, dever-se-ia asseverar *pari-passu* ser impossível estudar no Brasil a História Antiga, a História da Grécia, de Roma, da Índia, etc. A História é uma ciência complexa e empolgante. Uma pessoa não lhe pode esmiuçar todas as áreas, tal como também ocorre na Biologia e nas demais ciências. Não estamos mais na época renascentista, quando Pico della Mirandola blasonava de discutir *de omni re scibili,* sobre qualquer assunto. No domínio da História, como nas outras ciências, há especialização de campos, divisão do trabalho e da pesquisa. Um estudioso elege a antigüidade para campo especial da própria investigação, outro prefere a Idade Média ou o século XVIII na Europa ou até mesmo em certa nação européia. Quem se dedica ao estudo da antigüidade vai aplicar-se mais, quem sabe, à filologia, à paleografia, ao exame das fontes escritas ou documentos ou preferirá, talvez, consagrar-se à história das idéias, seja pesquisando documentos inéditos e cotejando-os para a divulgação erudita, seja encantonando-se no domínio da exegese dos textos já descobertos e publicados. Deste modo, um brasileiro interessado em História Medieval pode adquirir na Europa os conhecimentos indispensáveis de paleografia e dos monumentos medievais e consagrar-se a trabalhos de crítica, enriquecendo com as suas pesquisas o mundo da erudição ou dedicar-se, por exemplo, ao conhecimento direto das obras artísticas da Idade Média. Mas ele pode, também, permanecer no Brasil e, limitando as suas pretensões, trabalhar com as fontes à disposição, consagrando-se à investigação dos documentos impressos e aplicando-se à elaboração de trabalhos de síntese histórica, ou arrancando aos textos alguns segredos latentes. Como diz Marrou em sua obra *Do conhecimento histórico,* "um estoque determinado de documentos representa uma massa inesgotável de ensinamentos, porque existe um número indefinido de perguntas dife-

rentes a que estes documentos são suscetíveis de responder, se forem bem interrogados. A originalidade do historiador consistirá amiúde em descobrir a maneira como tal grupo de elementos, que já se consideravam bem explorados, pode passar a responder a uma pergunta nova" (1). Ora, qualquer estudioso do Japão, da Colômbia ou do Brasil pode formular uma nova pergunta a textos há muito publicados e bem explorados e, com isso, contribuir para o enriquecimento dos conhecimentos históricos.

Aqui no Brasil são, ainda, muito raros os estudos originais a respeito da Idade Média. Mas, apesar do biólogo pessimista, esses estudos já começaram a aparecer. Em se tratando, porém, de História da Educação Medieval, tudo está por fazer, à diferença do que acontece, por exemplo, nos Estados Unidos onde pululam medievalistas com trabalhos de fazer inveja à própria Europa.

Um professor estrangeiro dizia-nos, certa vez, que para acorrer às necessidades de textos escolares bastaria traduzir um manual francês ou espanhol. Aliás, é o que tem acontecido não só aqui no Brasil como em outros países: a importação das idéias através da tradução de manuais para uso escolar. Este recurso, no entanto, imperou no tempo em que no Brasil inexistiam faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Depois que se formaram as primeiras gerações acadêmicas, não só as traduções de textos escolares de alto nível se multiplicaram e apuraram, como, também, começaram a surgir trabalhos originais devidos aos engenhos patrícios. E isso significa progresso cultural, progresso do Brasil.

Não acalentamos a pretensão de apresentar nenhuma obra grandiosa ou arrojada, mas sentimo-nos felizes em poder sintetizar os nossos estudos e pesquisas a respeito da Educação Medieval conduzidos através de quinze anos de ensino dessa disciplina no Departamento de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP e, depois, na sua Faculdade de Educação. Esperamos que o nosso livro possa contribuir para o estudo dos universitários obrigados a conhecer essa disciplina, assim como pretendemos sugerir-lhes pistas para a investigação e orientá-los na escolha de uma bibliografia inicial que lhes permita gradativamente avançar nesse campo de conhecimentos. Além disso, ele poderá concorrer, outrossim, para satisfazer a sede de conhecimentos de pessoas interessadas no estudo da cultura medieval. De acordo, pois, com esses objetivos, procuramos escrever uma obra que não se realce pelo apuro da erudição — o que a reservaria apenas a um pequeno grupo de leitores — e que não se restrinja, por outro lado, a ser apenas um sumário de noções alinhavadas às pressas ou resumidas de ou-

tros manuais. Nossa intenção é oferecer ao leitor um livro prestativo em que o interesse dos estudiosos da História da Educação na Idade Média se beneficie dos esforços e reflexões realizadas com dedicação numa vida consagrada à pesquisa e ao magistério.

A prática pedagógica há muito nos adverte a respeito das idéias errôneas, dos preconceitos e das fábulas concernentes à Idade Média e que muitos alunos assimilaram de professores desavisados, de livros eivados de noções falsas e rejeitáveis ou de romances, fruto da pura fantasia. Por essa razão, consagramos o primeiro capítulo à consideração do conceito de Idade Média, à psicanálise dos preconceitos contra ela acumulados e ao exame das principais fábulas que a leviandade e a ignorância insistem em perpetuar. De seguida, apresentamos, no segundo capítulo, algumas noções preliminares sobre temas importantes de História Medieval, pois, ao se tratar da educação na Idade Média, supõe-se que o estudante já conheça, pelo menos de perfil, os principais eventos desse longo período histórico. No entanto, o convívio diuturno com os alunos revela-nos sempre que eles ignoram tudo ou quase tudo a respeito de História Medieval. É recomendável, por conseguinte, que ao se iniciar o estudo da História da Educação na Idade Média sempre se tenha à mão para consulta um bom tratado de História Medieval, assim como alguma obra séria de História da Igreja, uma vez que no medievo a religião impregna as instituições e caracteriza a cultura. Neste sentido, reservamos o segundo capítulo para o tratamento de algumas questões preliminares de História Medieval. Por fim, convém lembrar que tratamos neste livro de muitos assuntos mas que não lhes esgotamos todos os aspectos ou implicações, pois cada um de per si já bastaria para um ou vários volumes. Nosso trabalho pode considerar-se, com justiça e sem demasiada presunção, como uma visão sintética da educação medieval, como uma primeira introdução ao seu estudo e como estímulo ao engenho e à argúcia dos leitores mais dispostos às grandes aventuras do pensamento.

Convém, ainda, advertir o leitor que os nomes de autores e obras citados no texto são indicados devidamente na bibliografia que acompanha os capítulos.* Nela figuram, ademais, algumas outras obras recomendáveis para ulteriores estudos, mas sem termos a pretensão de indicar uma bibliografia exaustiva, já que hoje existem, à disposição dos estudiosos, excelentes repertórios bibliográficos e os fichários especializados das bibliotecas.

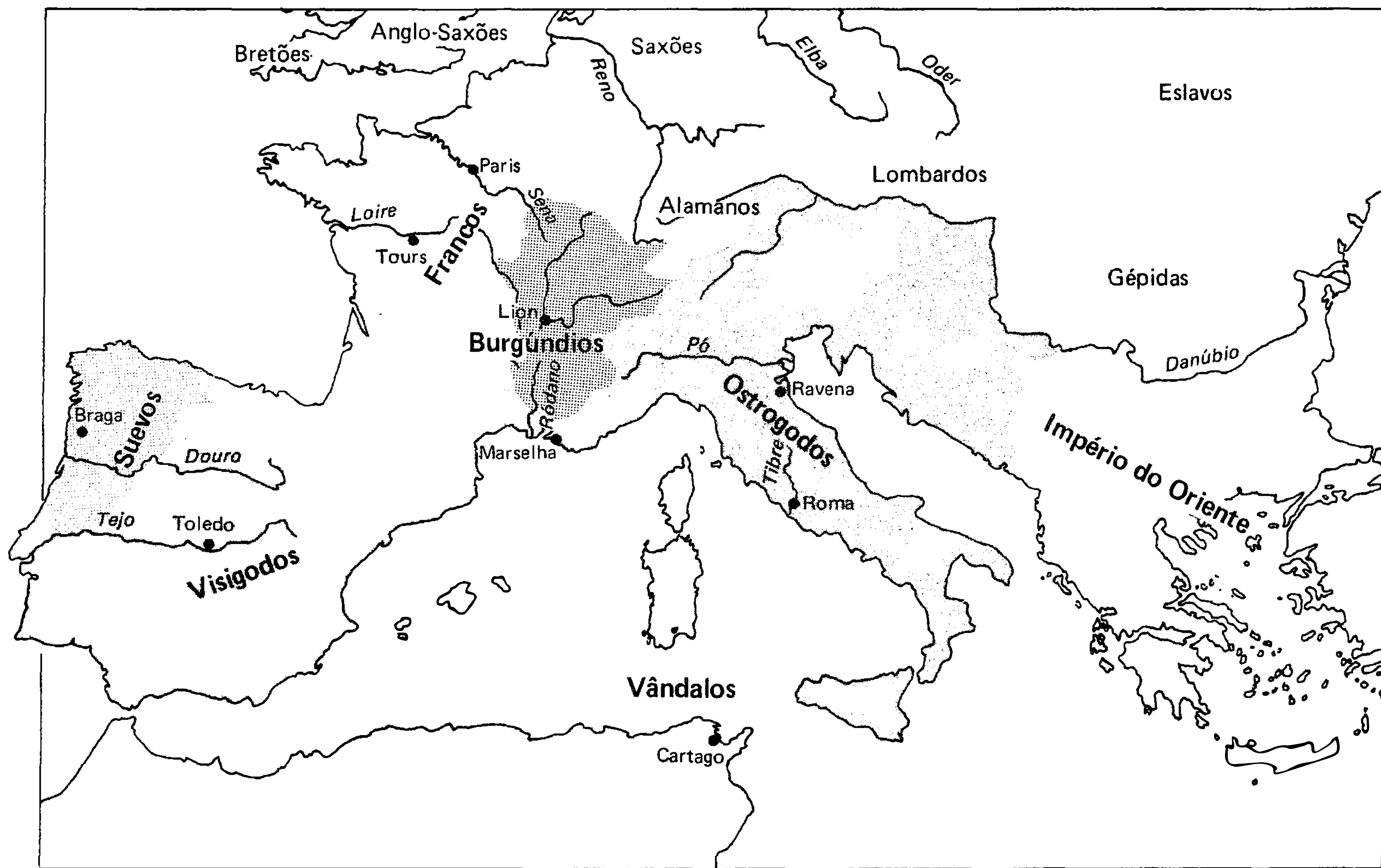
---

* Quando alguma obra citada no capítulo não figurar na bibliografia, consultem-se as dos capítulos anteriores.

Por último, queremos informar aos leitores deste livro que o seu estudo seria ainda mais proveitoso, se pudessem ler, também, outra obra publicada por esta mesma Editora Pedagógica Universitária, que redigimos na intenção de fundamentar este livro. Trata-se da *História da Educação na Antigüidade Cristã.* Não se pode compreender a pedagogia medieval, nem se lhe pode aquilatar a Filosofia da Educação sem o prévio conhecimento do legado doutrinário dos Antigos e dos Santos Padres. Aliás, até o século XIII, a orientação educacional da Idade Média foi visceralmente agostiniana, e Santo Agostinho foi o último Santo Padre e o grande inspirador do pensamento medieval.

Primeira parte

Início da Idade Média (fixação dos povos bárbaros)



Capítulo I

Conceito de Idade Média. Os preconceitos e as fábulas

1. Idade Média foi a expressão imprópria aplicada ao período de mil anos que se iniciou no Ocidente com a derrocada do Império Romano em 476, quando se deu a queda de Roma sob o reinado de Rômulo Augústulo, enquanto em Bizâncio se mantinha o Império Romano do Oriente que se prolongaria até a queda de Constantinopla sob os ataques dos turcos em 1453. Durante os mil anos da nova idade, os bárbaros germânicos converteram-se à religião cristã e assimilaram a cultura romana que a Igreja lhes preservou. Surgiu, assim, no cenário da política mundial a Europa com um conjunto de nações que ainda hoje conduzem a civilização, tal como a Alemanha, a França, a Rússia, a Inglaterra, a Espanha, a Itália e as demais, e que deram origem às modernas nações americanas. Durante essa *Primeira Idade,* como Gustave Cohen gostaria que se chamasse a Idade Média, formaram-se as línguas e as literaturas das nações modernas, como a portuguesa; forjou-se uma nova e pujante civilização com as suas instituições típicas tais como o parlamento, o júri, a universidade, a arte gótica e as catedrais que assinalaram a civilização européia. O historiador Roberto Lopez, no prefácio da sua obra *Nascimento da Europa,* refere-se à Idade Média como "essa grande caluniada" e considera o termo Idade Média como o mais desastrado dentre inúmeros rótulos apostos pelos historiadores a cortes arbitrários do passado.

Ora, o cultor da História sabe hoje muito bem, e os estudantes devem capacitar-se disso, por sua vez, que o período medieval precisa ser estudado como qualquer outro da história, tendo-se em mente que ele, como os demais, apresenta feições típicas, assim como aspectos positivos e negativos; que os homens medievais foram gente como nós e que o termo Idade Média, apesar de impróprio, já se tornou convencional, embora seja um dos piores, como diz Pauphilet ao estudar o *Mito da Idade Média,* pelo fato de parecer apenas ser uma simples época intermediária, um corredor ou ante-sala en-

tre a Idade Antiga e a Moderna. Ele acrescenta que esse termo tem tanto valor em si mesmo quanto um sinal algébrico e que podemos usá-lo, desde que nos tenhamos desembaraçado da ignorância e das prevenções que outrora se lhe associaram.

2. Parece-nos ser de proveito resumir o que diz Godefroid Kurth em seu opúsculo clássico *Qu'est-ce que le Moyen Âge?* a respeito da origem do termo impróprio de Idade Média. Diz ele que a definição de Idade Média é puramente verbal e não passa de tautologia pueril, já que a "Idade Média é uma idade do meio ou intermediária". Isso ocorreu devido ao fato de os historiadores terem transposto para o seu domínio de estudos a terminologia usada pelos filólogos, ao considerarem o desenvolvimento da língua latina, tendo as palavras perdido o seu significado nessa transposição. Os filólogos investigaram o desenvolvimento da língua latina, verificaram-lhe as fases e deram nome a cada uma. A primeira foi a do latim clássico — desde as origens do Estado Romano até o reino de Constantino, o Grande — falado pelos povos participantes da civilização romana e no qual floriram as obras primas da literatura. A segunda fase, que se estende até o reino de Carlos Magno, foi a do latim bárbaro, após a derrocada da civilização romana no Ocidente, quando os povos germânicos desfiguraram o latim, mesclando-o com as suas linguagens orais e dando origem aos modernos idiomas europeus. Na última fase, iniciada após a morte de Carlos Magno, os povos europeus servem-se das línguas neolatinas ou dos idiomas germânicos trabalhados pela influência latina, enquanto o próprio latim ficou relegado aos livros no estado de língua morta. Os filólogos denominaram a primeira fase de alta idade ou idade superior, a segunda de idade média, e a terceira de inferior ou ínfima. O termo Idade Média, por conseguinte, de acordo com a etimologia e o significado primitivo, só designou o período da latinidade situado entre o reino de Constantino, o Grande, e o de Carlos Magno. Tem-se disso confirmação no título do célebre dicionário de Ducange: *Glossarium mediae et infimae latinitatis*. A partir do século XVI, os humanistas, certos de haverem regenerado a língua latina, viram na sua época nova fase da latinidade e confundiram a segunda e a terceira numa só idade de decadência, de Constantino, o Grande, ao Renascimento, que chamaram de *média* ou intermediária. Os historiadores, por sua vez, sem nenhum espírito crítico, passaram a tomar os séculos medievais como intercalares do ponto de vista da civilização, e a confusão das idéias seguiu-se à confusão dos termos. Todavia, observa Kurth, a responsabilidade por essa confusão coube propriamente aos pedagogos e não aos historiadores. Embora o termo Idade Média já apareça mencionado

em 1639, foi Cristóvão Keller, conhecido sob o seu nome latinizado de Cellarius, quem introduziu por primeiro o termo no título de um dos seus manuais escolares em 1688: *Chr. Cellarii, Historia Medii Aevi, a temporibus Constantini ad Constantinopolim a Turcis captam deducta.* Iena, 1688. Outro pedagogo, Loescher, retomou o termo num manual em língua alemã, de 1725, e desde então ele se consagrou no vocabulário do ensino e se disseminou através da linguagem literária, em obras como as de Voltaire (cf. *Essai sur les moeurs,* ch. 27), Wieland e Goethe. Desse modo, fixou-se de maneira imprópria a denominação de um período histórico que não foi a fase intermediária entre a civilização antiga e a moderna, mas um conjunto de séculos refertos de eventos grandiosos e de transformações sociais do mundo ocidental e que constituiu o início da civilização moderna.

3. Do ponto de vista da História da Educação pode adotar-se a seguinte periodização da Idade Média:

a) a primeira fase após a queda do Império Romano do Ocidente (476) até o reinado de Carlos Magno no fim do século VIII, uma faixa de três séculos com a mesma duração que no Brasil se estende de 1650 aos nossos dias. Este, o período que os historiadores ingleses denominam de Dark Ages.

b) A segunda fase alonga-se de 950 a 1200, ou seja, do fim da linguagem carolíngia à concessão por Felipe Augusto dos primeiros privilégios reais à nascente universidade de Paris. Este período equivale ao do apogeu da Idade Feudal.

c) A terceira fase abrange o século XIII e termina com o gesto irreverente de Nogaret que assinala sombolicamente o declínio da Idade Média.

d) A quarta e última fase caracteriza-se pelas mudanças e convulsões sociais, pela transição do feudalismo à monarquia, pela crise da cultura, decadência das escolas e pelo surgimento do humanismo renascentista.

Na primeira fase registra-se a decadência escolar do mundo antigo, a implantação do monaquismo e a transmissão da cultura romana aos povos germânicos cristianizados. Na segunda assinalam-se os renascimentos ou renovações da cultura nos reinados de Carlos Magno, Alfredo, o Grande, e Otão, o cessamento das invasões, o aumento da população, as grandes transformações econômicas, a organização do feudalismo e o renascimento do século XII. A terceira fase constitui o apogeu da civilização medieval com o

florescimento das universidades, a constituição da doutrina e do método escolásticos. A quarta fase, finalmente, corresponde ao crepúsculo da Idade Média, à decadência escolar e à crise da cultura do Ocidente, época agitada e convulsa em que entra a surgir o Renascimento, verdadeira idade média entre a Primeira Idade da Civilização Ocidental e a Europa moderna.

4. Durante anos seguidos, ao começarmos o curso de História da Educação Medieval, sempre deparamos nos alunos com o inveterado preconceito contra a Idade Média, haurido em fontes espúrias: professores ignaros, compêndios de valor duvidoso, livros e artigos sectários que teimam sempre em veicular a trôpega noção das trevas medievais numa lamentável persistência no erro, uma vez que não cabe, por justiça, aplicar a um período de mil anos certos traços típicos e passageiros das três primeiras centúrias. Aliás, este preconceito não vem a ser fenômeno pasmoso num país que surgiu no fim da Idade Média (1500) uma vez que, por exemplo, ele se registra com a mesma freqüência e até com mais intensidade em país tão culto e de tão fundas raízes medievais como a França; tanto que a famosa medievalista francesa Régine Pernoud, enfastiada com a monumental tolice cevada pelos seus compatriotas, dedicou o seu último livro, *Pour en finir avec le Moyen Âge,* à confutação da cansativa balela.

O preconceito é um pseudoconhecimento, um juízo formado sem o concurso da investigação e da reflexão pessoal, um juízo anterior à própria experiência mas que é sempre errôneo e injusto. Assim, apreciar uma pessoa só através do que dela se diz, pode constituir um preconceito, se a seu respeito se disseminou uma calúnia ou retrato inverídico que o contato pessoal ou a devida informação podem volatilizar incontinenti. Portanto, os preconceitos não são os conhecimentos verdadeiros e justos adquiridos através da vida, mas os pseudoconhecimentos, os juízos errôneos e injustos que formamos através de conversas, leituras ou da atividade fabuladora e inventiva da nossa própria imaginação. Freqüentemente, na raiz do preconceito, mais do que o hábito e a repetição inconsciente e irresponsável, acham-se a prevenção e o ódio irracionais por causa de motivos religiosos, de tradições absurdas e de interesses pessoais. Assim, existem preconceitos de classe, de raça e de religião. Ora, hoje está comprovado à luz da investigação crítica que o período medieval se tornou malsinado devido aos preconceitos difundidos a partir do século XVI pelos humanistas e pelos protestantes, e no século XVIII pelos enciclopedistas, vindo a ser determinado por motivos de fanatismo cultural e religioso.

5. Ao estudioso da História, mais ainda do que ao homem comum, cumpre combater os preconceitos e deles desprender-se por amor à verdade e por dever de justiça, pois eles impedem o reto conhecimento das pessoas, das instituições, dos acontecimentos e das coisas. Para isso, é preciso decisão e certa dose de coragem, pois é evidente o prejuízo causado pelos preconceitos, a sua periculosidade para a vida comum e para o mundo da cultura. Bacon percebeu muito bem a importância dessa questão e, por isso, põe em guarda os pesquisadores da verdade quanto aos *idola specus,* os ídolos da caverna, que impedem o acesso ao lídimo conhecimento. É exatamente nesta intenção e nesta perspectiva que se deve entender o que diz Bergson sobre o *mouvement rétrograde du vrai* no início da sua obra *La Pensée et le Mouvant.* Com efeito, uma proposição verdadeira tem validez universal no espaço e no tempo, a não ser que ela não passe de um conhecimento falso, mas admitido como se fosse verdadeiro. Mas o "movimento retroativo da verdade" ocorre, quando pretendemos, por exemplo, julgar os nossos longínquos antepassados, os seus atos e as suas concepções, por meio dos nossos critérios atuais e da nossa óptica contemporânea, o que só nos pode conduzir à incompreensão do passado e a juízos injustos sobre os homens de antanho. Está claro que devemos reconhecer, como recomenda Régine Pernoud na obra há pouco citada, que as pessoas na Idade Média eram gente como nós, uma humanidade como a nossa, nem melhor nem pior, que se deve estudar tão serenamente quanto qualquer outra de diferentes períodos ou idades (2). Mas devemos levar em conta — e aqui entra o cuidado, a precaução quanto ao "movimento retroativo da verdade" — que essa humanidade de outras épocas tinha a sua própria mentalidade, que não é exatamente a nossa, e participava de uma cultura que não se identifica ou quadra por inteiro com a do século vinte em que vivemos. Desse modo, por exemplo, na sociedade medieval profundamente cristã a heresia era equiparável ao crime de lesa-majestade, haja vista a legislação de Frederico II no começo do século XIII (3). Durante as centúrias medievais, tal como na antigüidade clássica, algum filósofo pôde discernir os direitos inerentes à dignidade do ser humano, mas a concepção vigente, a mentalidade comum e o espírito das instituições permitiam aceitar, como uma convenção, o instituto da escravatura ou da servidão. Aliás, convém ter em mente que as primeiras declarações dos direitos humanos datam apenas do século XVIII. Na Idade Média, como aliás nos séculos XVI, XVII e XVIII, na época dos humanistas e dos iluministas, havia costumes e práticas atentatórios às mínimas e mais comezinhas exigências da medicina e da higie-

ne, haja vista, para citar apenas três exemplos, a prática exagerada e absurda das sangrias, a oposição levantada, já no século XIX, às medidas de profilaxia preconizadas por Pasteur ou a prevenção estulta e agressiva contra as primeiras vacinas, fato corrente aqui no Brasil ainda no começo do século XX. Ora, isto nos deve esclarecer quanto às diferenças de mentalidade entre os homens do nosso tempo e os de épocas transactas. Por isso, ao se estudar a História, importa obter, através de informações corretas, de fontes fidedignas, de documentos autênticos, o conhecimento da mentalidade e dos costumes vigentes nas épocas e regiões consideradas. Além disso, deve-se acionar a própria fantasia para se poder imaginar os homens de outros tempos nas suas situações peculiares de vida, nas circunstâncias da sua existência e, por fim, excitar em nós mesmos um sentimento de "empatia histórica", para podermos conceber e apreciar as pessoas de outras sociedades passadas, com sua própria alma, com as suas concepções e costumes. Isto é fundamental para que se possa reconstruir mentalmente a vida passada das sociedades humanas que nos deixaram um legado de idéias, crenças e variadas tradições. Deste modo, ao mesmo tempo em que estudarmos a humanidade passada, idêntica à nossa por natureza, poderemos apreciá-la, também, enquanto diferente acidentalmente de nós mesmos pela sua mentalidade e pela sua cultura. Nas vicissitudes históricas, o estudioso precisa saber discernir o Mesmo e o Outro, o Permanente e o Transitório. Só assim as suas investigações serão produtivas e os conhecimentos crescerão cada vez mais adequados e válidos.

6. O ensinamento bergsoniano a respeito do "movimento retroativo da verdade" serve para alertar os estudiosos quanto à errônea prescrição marxista para a metodologia histórica e que Henri Lefebvre expõe na sua obra *La Fin de l'Histoire:* "Marx indicou claramente o procedimento do pensamento historiador. O historiador parte do presente e não pode deixar de partir dele: experiência prática, conceitos em via de explicação... O seu procedimento é inicialmente recorrente. Vai do presente ao passado. Após o que retorna ao atual, a partir desse momento analisado e conhecido, em vez de oferecer à análise uma totalidade confusa" (4). Ora, nessa concepção esconde-se grosso erro que é preciso escarnar a bem da verdade. A História é a ciência dos fatos passados da humanidade. A interpretação desses fatos vale-se de todos os conhecimentos atualmente disponíveis, mas depende fundamentalmente dos documentos que proporcionam a visão dos acontecimentos e cujo conteúdo não pode ser extrapolado, assim como exige, a título de preceito metodológico básico, que se analisem esses acontecimentos ou

fatos no quadro local e ambiental, na situação cultural e nas circunstâncias em que se deram ou ocorreram. Por isso, se o historiador, como é natural, parte dos seus conhecimentos presentes, para fazer análise e síntese histórica, ele não vai pretender explicar o passado pelo presente, pois isso engendra conclusões anacrônicas e completa distorção das explicações dos fatos passados. Daí, o grande erro marxista dos que pretendem impingir um conceito de feudalismo aos regimes históricos que existiram na Europa medieval, quando o certo é partir dos documentos para se tirarem as conclusões a respeito do efetivo feudalismo europeu durante a Idade Média.

7. No primeiro ensaio do seu livro *Legs du Moyen Âge,* trata Pauphilet do "mito da Idade Média" que se começou a formar desde o século XVII. Através de certas obras, surgia a imagem de uma Idade Média enérgica, leal e franca, incapaz de faltar à sinceridade e à honra. Com o aparecimento do romantismo, no século XIX, esplende ainda mais a imagem ideal da Idade Média heróica, com a reverência à mulher e os feitos gloriosos dos cavaleiros. Esse "mito da Idade Média" constituiu uma exacerbação e sublimação de certos aspectos positivos e notáveis da civilização medieval, mas o seu exclusivismo e o seu exagero acabavam por deixar no espírito dos leitores das obras românticas uma idéia errônea, por incompleta, da vida na Idade Média. Como adverte D. Manuel Gonçalves Cerejeira na sua luminosa obra *A Idade Média na história da civilização*: "Aos literatos românticos faltou em regra o sentido histórico, dando-nos uma Idade Média de convenção, muito idealizada. Valem todavia como índices do novo estado de alma, da diversa atitude dos espíritos" (5). Ora, diante dos preconceitos que caluniam e desfiguram a Idade Média, e do mito romântico que a idealiza com exagero, poderíamos falar da lenda negra e da lenda rósea a respeito da civilização medieval. Todavia, é patente a qualquer estudioso que nas publicações hodiernas a lenda negra sobrepuja o mito da Idade Média e vigora ainda com persistência nos artigos e referências irresponsáveis de jornalistas e foliculários como, também, nas falas levianas de locutores ou animadores de televisão. Isso foi bem exposto, ainda, por Pauphilet que no citado ensaio sobre "O mito da Idade Média" demonstra como a lenda negra nasceu da hostilidade contra a religião católica, pois na Idade Média o cristianismo foi todo poderoso, e essa prevenção e tal hostilidade são expressas claramente por Voltaire no seu *Essai sur les Moeurs* "que com um ar de Resumo de história universal é antes de tudo um requisitório contra a Igreja" (6).

8. Durante o século XIX deu-se o nascimento da historiografia moderna e a ciência histórica inscreveu-se no rol das disciplinas positivas em que se esgalha a árvore do saber factual. À luz da pesquisa histórica rigorosa, empreendeu-se o estudo do período medieval a ser considerado serenamente como qualquer outro, e a investigação séria das fontes começou a iluminá-lo e a espancar as trevas malévolas dos preconceitos, assim como a atenuar a irisação da lenda rósea. Contudo, já que o preconceito é alimentado pelas paixões, a lenda negra continua a ser profundo engano, difícil de erradicar. Daí os esforços de certos historiadores em combatê-la em obras de teor de apologética da História medieval, tal como o citado Pauphilet na obra *Legs du Moyen Âge,* Gustave Cohen em *La Grande Clarté du Moyen Âge,* Régine Pernoud especialmente com os seus livros *Lumière du Moyen Âge* e *Pour en finir avec le Moyen Âge,* e o grande humanista português Gonçalves Cerejeira em sua obra *A Idade Média na história da civilização.* Deixamos, pois, assentado que a Idade Média européia é um período histórico a ser devidamente considerado como qualquer outro, mas particularmente importante para nós brasileiros, uma vez que o Brasil foi descoberto e colonizado pelos portugueses no fim da Idade Média e de Portugal herdou a religião, as tradições culturais e os costumes de tal modo que, apesar das contribuições indígenas e africanas, o núcleo da brasilidade é legado europeu e lusitano.
As nossas tradições escolares, por exemplo, são de ascendência portuguesa e jesuítica e, assim, de origem rigorosa e classicamente medieval.

9. Além do exorcismo dos preconceitos, a elucidação do conceito de Idade Média no pórtico de um livro de História da Educação ficaria incompleta sem o exame e a refutação das fábulas ou lendas engendradas pelos próprios preconceitos no bojo da lenda negra e alimentadas pela falta de senso crítico e pela força de inércia das tradições populares. Consideremos, portanto, as principais fábulas mais difundidas pelos exploradores desses produtos da fantasia que atravancam a estrada do conhecimento histórico.

A mais ordinária das fábulas reza que a Idade Média foi uma idade das trevas, uma época de barbárie. Evidentemente, o termo trevas é apenas uma metáfora que serviria para designar a ignorância difusa e persistente num período de mil anos. Primeiro, releva notar que os historiadores ingleses costumam assim denominar a primeira fase da Idade Média, quando os povos germânicos disseminados e fixados em vários rincões do Ocidente desarticularam as estruturas da sociedade romana, arruinaram as cidades, talaram as

propriedades rurais e destruíram a rede escolar estabelecida pelo Império Romano do Ocidente. Nesses primeiros séculos medievais as tribos germânicas guerreiam umas com as outras, enquanto novas levas de bárbaros, como os lombardos, despenham sobre a Itália e novas invasões, como as dos sarracenos, põem em polvorosa o litoral europeu do Mar Mediterrâneo. Nessa época de profunda perturbação social os mosteiros beneditinos são as únicas ilhotas de cultura onde ainda se escreve, copiam-se manuscritos; onde se lê, se estuda e se conserva o legado cultural dos romanos. Só a partir do reinado de Carlos Magno recomeçou na Gália, e se iniciou na Germânia, a renovação cultural, a recuperação das letras antigas e a organização das escolas. As trevas metafóricas, por conseguinte, aplicar-se-iam com propriedade e justificativa à Gália e à Germânia, durante os séculos V, VI e VII, e à Grã-Bretanha, com exceção da Irlanda, até o começo do século VIII, pois a Itália dos séculos VI VII, apesar das guerras e da invasão lombarda, permanece um foco de civilização, enquanto a península ibérica nos séculos V, VI e VII foi um dos principais e mais luzidos centros intelectuais e artísticos do Ocidente, até que a Espanha sucumbiu ante os muçulmanos em 711. No século IX temos o renascimento carolíngio na Gália e a renovação cultural na Grã Bretanha sob o impulso de Alfredo, o Grande, enquanto no século X se registra o renascimento otoniano na Germânia. A partir do ano mil já surgem delineadas as feições da sociedade feudal, ressurge o comércio, renova-se a vida urbana, ocorre o renascimento cultural do século XII, e a civilização medieval atinge o seu apogeu no século XIII com o florescimento notável das universidades e dos estudos. Como se pode colher desse rápido conspecto, é erro grave e atestado de ignorância chamar a Idade Média, um período de mil anos, de idade das trevas e do obscurantismo. Acresce ainda que, enquanto os povos germânicos iniciavam a vida das modernas nações européias em regime plenamente agrário e conturbado por lutas e invasões contínuas, nos confins da Europa oriental persistia em sua brilhante trajetória o Império Romano do Oriente, Bizâncio, que durou mil anos após a queda de Roma, e onde uma civilização original brotou da mescla da herança grega com as tradições científicas e sociais do Egito, da Síria, da Pérsia e da Mesopotâmia. Tenebrosos e incultos são, pois, os que ainda se atrevem a caluniar o período medieval movidos pelo sectarismo doentio ou pela triste insciência do que deve o mundo moderno aos copistas monásticos da primeira parte da Idade Média, e das realizações grandiosas desse período histórico no campo das letras, da filosofia, da religião, das técnicas, da arte e do ensino. Como diz Cerejeira, "há uma história lendária da Idade Média, que é curioso

passar em revista, ainda que não fosse senão como trecho pitoresco da história da historiografia", e cuja gênese ele explica ao dizer que a incompreensão da Idade Média a partir da Renascença engendrou o desdém de que nasceu a ignorância a que se deve a deformação lendária (7).

10. Diz o provérbio que a mentira tem perna curta. E nunca um anexim foi tão apropriado quanto este, quando se considera a ridícula fábula de que o concílio de Mâcon teria discutido a questão de saber se as mulheres têm alma. Muito admira que pessoas sérias pudessem agasalhar tal lenda e divulgá-la, ao atribuírem tamanha cegueira e monstruosidade aos bispos reunidos num concílio que só tratou dos deveres dos clérigos e dos fiéis. Nem vem ao caso pretender suavizar a pílula com se restringir a paternidade desse absurdo, ao se admitir que apenas um bispo teria negado a alma às mulheres. Bastaria um pouco de reflexão para se aquilatar a improcedência do aleive, uma vez que jamais algum cristão duvidou da racionalidade do ser humano, e já que não existe para os discípulos de Cristo criatura mais excelsa, mais santa e próxima de Deus que Maria Santíssima. Como imaginar, então, que um bispo pudesse discutir a respeito da existência da alma da mulher? Aceitemos, contudo, que um propalador da lenda se escusasse, a observar que tal fenômeno teria ocorrido, por incrível que pareça, no concílio de Mâcon, na Gália, em 585. Ora, a cautela mais elementar desse repetidor de patranhas seria procurar as devidas informações e com tal propósito examinar as atas do concílio de Mâcon que foram conservadas e se compõem de vinte cânones. Por mais que se leiam e releiam essas atas, não há o mínimo sinal do tal debate entre os bispos nem da declaração do hipotético bispo misógino. E não há sinal algum simplesmente porque no concílio de Mâcon, em 585, jamais se agitou a questão de saber se as mulheres têm alma. Só São Gregório de Tours na sua *Historia Francorum* refere um episódio curioso ocorrido num intervalo das sessões do concílio de Mâcon em 585, e que poderia ter ensejado a algum espírito malévolo ou a leitor desatrado a produção da fábula (8). Segundo São Gregório de Tours, houve nesse sínodo um bispo que afirmava não se poder chamar a mulher de *homo,* homem, já que em latim havia dois termos diferentes para designar os seres de sexo diferente: *vir* e *femina.* Acontece que o termo genérico *homo* se aplica também indiferentemente tanto ao homem como à mulher, embora tal uso fosse quase exceção. O bispo, por conseguinte, num momento de pausa e recreio entre as atividades conciliares, propusera aos seus pares uma questão gramatical que eles deslindaram rapidamente. Justificaram com dados bíblicos a procedência do em-

prego do termo *homo* para designar homem e mulher, pois o livro do *Gênesis* diz que no começo Deus criou o homem, *hominem,* e o criou macho e fêmea e lhe deu o nome de Adão que significa homem de terra (Gên. V,2). Ademais, Nosso Senhor Jesus Cristo foi chamado de Filho do Homem, porque nasceu da Santa Virgem que é mulher. E, no entanto, quando mudou a água em vinho, disse-lhe: "Mulher, que há entre ti e mim?" Com esses e outros testemunhos o bispo aquietou-se. Eis aí a única informação sobre um episódio curioso por ocasião do concílio de Mâcon em 585, mas ocorrido fora das sessões. A luz da verdade afugenta as sombras e os fantasmas das mulheres sem alma.

11. Outra fábula insustentável, divulgada até mesmo por escritores sérios como Barônio nos seus *Annales Ecclesiastici* e pelos autores da *Histoire littéraire de la France,* assegura a existência dos terrores supersticiosos do ano mil, quando um pretenso pânico universal teria levado os povos europeus à inação e ao torpor, de tal modo que os homens da segunda metade do século X, crentes na proximidade do fim do mundo e apegando-se apenas à temível e única esperança do juízo final, não se dedicaram mais aos trabalhos do corpo ou do espírito. O fato curioso e indicativo nessa questão é que a primeira notícia dos pretensos terrores do ano mil foi dada por Trithelm, no primeiro tomo do *Annales Hirsaugienses,* quatrocentos anos depois do ano mil. Há pouco mais de um século, o erudito beneditino da abadia de Ligugé, Dom François Plaine, pulverizou essa balela, asseverando no fim do seu excelente artigo: "Numa palavra, os terrores do ano 1000 não passam nem mais nem menos de um mito" (9). Os dois grandes porta-vozes desse famoso boato foram Sismondi, no terceiro tomo da obra *De la chute de l'Empire romain,* e Michelet no tomo II da sua *Histoire de France.* E na verdade foram esses escritores do século XIX os que trombetearam bem alto a atoarda dos pretensos terrores do ano mil. Como o demonstrou irretorquivelmente Dom François Plaine, os analistas contemporâneos do ano mil nada informam sobre o pretenso pânico em torno do Primeiro Milênio e os famosos cronistas posteriores, como Hermann Contracto (1054), Sigeberto de Gembloux (1119) e o grande enciclopedista Vicente de Beauvais (1480) ou Rollevinck (1480), não mencionam os tais terrores supersticiosos do fim do século X (10). Os analistas contemporâneos do ano mil — do ano 1000 a 1050 — nada consignaram sobre a crença supersticiosa no fim próximo do mundo, pois, apesar dos profetas da assombração, os cristãos sempre souberam, advertidos por Jesus Cristo, que só o Pai conhece o dia e a hora em que o fim do mundo há de ocorrer. O cronista João, o Diácono, escrevia, por volta do ano

1010, que no ano 1000 o imperador Otão passou à Itália com o seu exército, através dos precipícios do grande lago de Como. Nenhum dos analistas alemães menciona os pretensos terrores do ano mil. Thietmar de Mersburg (1018) chega a dizer que o ano mil foi para o mundo uma aurora radiosa, "clarum mane illuxit saeculo".

No ano mil, segundo os analistas ingleses, os dinamarqueses refugiados na Normandia armaram a frota temível que assolou a Inglaterra no ano seguinte. Os analistas franceses, como Aimon de Fleury (1010), Odoran de Sens (1020), Adhémar de Chabannes (1030) e outros, não aludem ao pseudopânico do primeiro milênio. Nenhuma notícia a tal respeito depara-se ao investigador nas biografias particulares das personagens mais eminentes da época (950-1040), tal como São Mayeul, abade de Cluny (993), a imperatriz Santa Adelaide (999), o beato Abbon de Fleury (1004), de São Bernward, bispo de Hildesheim, ou de Roberto, o Piedoso, que reinou na França de 997 a 1031. Portanto, os autores e os documentos contemporâneos do ano mil não confirmam absolutamente os pretensos terrores proclamados por Michelet e Sismondi na Idade Moderna. Seria, então, o caso de se proceder à avaliação das autoridades referidas por esses dois historiadores. Ora, no concílio de Trosly realizado em 909, Heriveu, bispo de Reims, fez uma exortação moral em que aludiu à responsabilidade dos bispos e às contas que deverão prestar no fim do mundo ao Juiz supremo, alusão comum nos sermonários cristãos de todos os tempos.

O opúsculo *Libellus de Antichristo,* composto cerca de 954, foi escrito, como confessa no prefácio o autor, Adson, abade de Montèrender de Champagne, a fim de satisfazer o intenso desejo da rainha de França, Gerberge, de perscrutar as Escrituras. Daí examinar Adson o obscuro tema do Anticristo, dizendo à rainha que só Deus conhece a hora do juízo final.

Por volta de 960, apareceram dois visionários, um em Paris e o outro na Turíngia, a anunciarem o fim do mundo para o ano mil, tendo o primeiro sido refutado por Abbon, o futuro abade de Fleury. Mas, em todos os séculos cristãos não tem havido desses visionários? As Testemunhas de Jeová em nossa época não vivem a marcar e a remarcar constantemente a data do fim do mundo, sem que isso traduza nenhum pânico universal, devido à aproximação do segundo milênio? É verdade que o monge Godwell diz na sua *Crônica* que no ano 1010 se espalhou o rumor de que o mundo ia acabar. Além dessa data do boato, 1010, importa mais salientar que Godwell redigiu a sua *Crônica* depois de 1224... mais de duzentos anos após a difusão do rumor hipotético. No entanto, a autoridade mais sóli-

da invocada para apoiar a crença nos terrores do ano mil é um texto famoso do cronista de Cluny, Raul Glaber. No Livro III das suas *Histórias,* ele afirma que em 1030 no mundo inteiro, principalmente na França e na Itália, reedificaram-se igrejas, mesmo as que se achavam devidamente localizadas. Era como se o próprio mundo, diz Glaber, rejeitando a vetustez, os velhos andrajos, viesse a revestir-se com a branca vestimenta das igrejas. E logo o cronista acrescenta que as escavações para a construção de novas igrejas permitiram a descoberta dos corpos de muitos santos. Ora, Raul Glaber assinala simplesmente a renovação da arquitetura no início do século XI, quando a ogiva começou a surgir, e nada afirma que justifique as presunções temerárias dos apologistas dos terrores. Ainda, mais, segundo os cálculos do cronista de Cluny, o ano mil marcado no Apocalipse só poderia cair em 1033, "um milênio após a Paixão do Senhor" (11).

Para encerrar o exame desta fábula, convém ainda ressaltar que às vésperas do ano mil, o clero, a realeza, a nobreza e o povo se entregavam a intensas atividades, fundações, missões, construção de igrejas e às guerras de que surgiriam a conquista da Inglaterra pelos normandos, e com as quais os cristãos prosseguiam na Espanha a luta contra os muçulmanos e na qual eram capitaneados por Sancho, o Grande, de Navarra, e Afonso V das Astúrias.

12. Outra fábula medieval muito divulgada e soez é a do *direito da pernada,* prelibação, marqueta, mais conhecida como "o Direito do Senhor". De fato, jamais existiu esse direito nos códigos. De acordo com a lenda, as noivas pagariam um tributo ao senhor com o seu desvirginamento na noite de núpcias. Aos senhores caberia a prelibação na primeira noite das jovens que se casassem nos seus domínios. Tal como no caso das outras lendas, foi apenas no século XVII que se ouviu falar do "direito do senhor" como de privilégio feudal tão difundido que as provas seriam dispensáveis. Ora, a lenda abriu caminho graças à sua conotação escandalosa e marota, o que lhe valeu no século XVIII inspirar a peça de Beaumarchais, *O Casamento de Fígaro.* Além desse pretenso direito não figurar em nenhum código ou repertório de leis, os mestres, os moralistas, as autoridades eclesiásticas, os teólogos, os concílios e os homens de bem não deixariam passar sem protesto e condenação tal costume pervertido e atentatório à lei de Deus. No entanto, não houve protesto nem condenação simplesmente porque não existiu tal abuso ou direito absurdo. No século passado, no clima de disseminação dessa lenda, ao descrever a mísera situação do camponês no século XVI na Alemanha, diz Engels que o senhor dispunha arbitrariamente da pessoa do camponês, de sua mulher e filhas. Tinha o direito da per-

nada (12). Pode ser que isso tenha ocorrido na pátria de Engels no início da Idade Moderna, na época do renascimento e da reforma luterana. Quanto à Idade Média, o assunto foi bem debatido e esclarecido por Luis Veuillot, Schmidt e Foraz (13). Veuillot denomina o suposto direito feudal de *maritagium* que, de fato, era um imposto devido pelo vassalo ao senhor por causa do casamento. Esse imposto não era o direito do senhor, mas um dos seus direitos ou privilégios (14). O *maritagium* teve origem eclesiástica. A Igreja aconselhava aos recém-casados a abstinência nos primeiros dias do casamento, a fim de os noivos aprenderem a dominar-se, a exercer o respeito mútuo e a praticar a continência. Assim, um cânon do quarto concílio de Cartago, confirmado por uma capitular de Carlos Magno, rezava que os noivos permanecessem virgens na noite de núpcias por reverência à bênção recebida do sacerdote (15). Entretanto, os fiéis que consideravam essa prescrição muito severa, comutavam-na por alguma boa obra ou esmola em dinheiro. Essa taxa é que figurou no plano religioso durante a Idade Média como *jus primae noctis*. Como diz Anatole de Barthélemy, "só a má fé pôde dar outro significado a tal imposto que era resgatado em dinheiro, em prestações ou levantado durante o banquete nupcial" (16). Do ponto de vista civil, o *maritagium* era o imposto pago pelos vassalos ao senhor por causa do casamento de estranhos com moças do domínio ou de dependentes do mesmo domínio. No primeiro caso, o imposto era pago no momento da celebração das núpcias; e no segundo, em certos dias de festa no ano seguinte ao casamento. Isto se explica devido ao fato de o servo da gleba estar ligado à terra e não poder abandoná-la para se estabelecer noutra, a não ser que o senhor da terra recebesse uma compensação. O cardeal Cerejeira explica muito bem esse direito feudal: "Resultava, daqui, os casamentos entre pessoas de terras diferentes estarem sujeitos à licença senhorial. Por tais licenças se estabeleceu muitas vezes um imposto que era percebido a título de *"direito do senhor";* o próprio casamento entre pessoas dum mesmo senhor deu também lugar por vezes à recepção desse imposto. Este *direito do senhor,* que ele se arrogava sobre os homens da sua terra, traduzia-se às vezes por símbolos ou por palavras que chocam a sensibilidade moderna mais apurada. Mas não tem nada que ver com o aviltante costume que se disse. Que tivesse havido abusos por parte de senhores brutais, basta conhecer a natureza humana para o acreditar; e até o direito feudal nesses casos cominava contra o senhor, muitas vezes, a perda da autoridade sobre o servo (que ficava livre). Mas direito reconhecido, não" (17). Esta última observação feita por Cerejeira é de importância capital, pois foram os abusos cometidos por senhores prepo-

tentes e pervertidos que ensejaram o boato do *direito da primeira noite*. Sempre houve libertinagem e violência entre os homens. No regime feudal foi por ato injusto de força e por corrupção condenável que alguns senhores se apropriaram de uma serva ou da mulher de um vassalo na noite de núpcias ou em outras ocasiões.

13. Outra fábula ridícula sobre a Idade Média foi apregoada por Michelet no seu livro *A Feiticeira* (18). Donde se colhe, atentando-se ademais para outras intervenções do mesmo autor, que os próprios historiadores tomam facilmente a nuvem por Juno, especialmente se animados de espírito sectário. Segundo Michelet, a Idade Média teria sido um período de mil anos sem banho. Por certo, o historiador projetou no passado medieval as características da Europa moderna, máxime da França nos séculos XVI e XVII. A sujeira dessa época é assaz conhecida. Haja vista que o Rei-Sol, Luís XIV, em toda a sua vida tomou um único banho e o requinte de elegância dessa época, como observa Cerejeira, era lavar as mãos todos os dias com sabão e o rosto quase com a mesma freqüência. Além disso, no século XVII as latrinas se tornaram quase desconhecidas e muitos nobres defecavam nas lareiras ou usavam as cadeiras furadas em que se assentavam para atender à natureza e para conversar ou dar audiências. Não foi à toa que a França veio a notabilizar-se pela fabricação dos perfumes. E ainda hoje, na Europa, estranha-se o hábito de os brasileiros pretenderem banhos diários, quando o costume europeu é o banho semanal. Mas, segundo o arqueólogo Enlart, na Idade Média as cidades tinham estabelecimentos de banhos, e só Paris em 1292 contava vinte e seis. A respeito do banho na Idade Média, conclui Enlart: "Entre as numerosas tradições romanas que os bárbaros aceitaram com gosto e a Idade Média tinha a peito perpetuar, força é contar o uso, senão quotidiano, pelo menos hebdomadário, dos banhos, tal como os turcos continuaram a praticá-lo. Não há nada mais falso nem mais injusto, do que julgar, como se tem feito tanta vez, a Idade Média pelo período que nos separa dela: nesta matéria, especialmente, nada se parece menos com os hábitos dos séculos XIII e XIV que a degradante porcaria do século XVII. Esta mudança radical operou-se no decorrer do século XVI; foi muito completa para poder ser súbita" (19).

A medievalista Régine Pernoud, ao descrever a vida quotidiana na Idade Média, revela que a banheira fazia parte do mobiliário e afirma que talvez cause espanto nos inventários medievais a menção de guarnições para forrar o fundo das banheiras de madeira. "É que a Idade Média, diz ela, contrariamente ao que se crê, conhecia os banhos e tomava-os à beça" (20). Além disso, havia banhos públicos. Na cidade de Dijon, por exemplo, havia três salas diferentes: a

sala de banhos propriamente dita, uma espécie de piscina, uma sala para banho a vapor e uma outra de depilação, prática que os Cruzados aprenderam com os árabes. A Idade Média conhecia, também, as estações de água, os banhos termais. Por fim, as obras literárias como o *Romance da Rosa,* o de *Godofredo de Bouillon* e os de Cavalaria, enquanto refletem os costumes sociais, atestam o uso dos banhos. Cerejeira cita a cantiga 322 do *Cancioneiro da Vaticana*:

Se hoje o meu amigo
soubesse, iria migo,
que ao rio me vou banhar...

E a cantiga 888 indica os banhos de mar:

Quantas sabedes amar amigo
creydes comigo a lo mar de Vigo
e banhar-nos hemos nas ondas...

Um provérbio popular medieval ressaltava o banho como um dos prazeres da existência:

Venari, ludere, lavari, bibere,
Hoc est vivere!

Caçar, jogar, banhar-se e beber, isso é viver!

14. Evidentemente, não nos é possível psicanalisar todas as fábulas medievais neste capítulo. Cingimo-nos, pois, à perquirição das mais famosas e freqüentes, assim como selecionamos as que surgiram em classe, durante anos, em nossas aulas de História da Educação Medieval. Deixamos para o fim uma das mais persistentes e fantasiosas e que obteve difusão no fim da Idade Média graças aos próprios cronistas eclesiásticos. Trata-se da lenda da papisa Joana, a sábia e inescrupulosa mulher que no século IX teria assumido o sólio pontifício. Segundo a fábula da papisa Joana, teria existido um papa que foi mulher. Isso teria ocorrido, segundo a versão mais corrente, no século IX, quando a intrusa teria sucedido a Leão IV que morreu em 855, e ela teria governado a Igreja durante 2 anos, 7 meses e quatro dias. Na verdade, quem sucedeu a Leão IV foi Bento III, e no rol dos pontífices romanos nunca houve lugar para nenhuma papisa. Essa fábula começou a difundir-se no século XIII, foi piamente acreditada por muitos cronistas, mas veio a ser criticada e rejeitada, desde o século XVI. Os próprios protestantes, que dela haviam feito arma contra a Igreja, puseram-na de lado, diante dos golpes percucientes da crítica histórica. A partir do século XIX, Doellinger, Félix Vernet, Herbert Thurston e muitos outros vaporizaram a balela

da papisa Joana que ainda hoje corre mundo romanceada, devido aos seus ingredientes românticos e escandalosos. As análises críticas feitas pelos autores citados, e por outros, foram resumidas por Vacandard em sumarento artigo sobre a papisa Joana (21).

15. O motivo mais forte para a difusão da novela foi a sua presença em documentos redigidos por sérios escritores eclesiásticos mas desprovidos de espírito crítico, numa época em que existiam crônicas mas que ainda estava muito distante do momento em que a história se converteria em rigorosa disciplina científica. Note-se que o fato lendário teria ocorrido na metade do século IX e que a sua divulgação se deu na metade do século XIII, ou seja, medeia entre a ocorrência lendária e a sua difusão escrita um período de quatrocentos anos, tal como se um historiador de hoje publicasse fatos acontecidos em 1570, sem que eles figurassem em documento algum durante todos esses séculos. A fábula surge pela primeira vez na *Crônica universal de Metz* (Chronica universalis Mettensis), redigida cerca de 1250, provavelmente pelo dominicano João de Mailly. O breve relato dessa *Crônica* atribui o fato ao ano do Senhor de 1099, após o pontificado de Vítor III, e diz que houve uma papisa que dissimulou o seu sexo vestindo-se de homem. Era mulher de notável inteligência — *probitate ingenii* — e conseguiu tornar-se notário da cúria pontifícia, cardeal e, por fim, papa. Um dia, ao montar a cavalo, deu à luz um menino. Diante disso, a justiça romana condenou-a a ser ligada pelos pés à cauda de um cavalo que a arrastou meia légua fora da cidade, enquanto o povo a lapidava. No lugar em que ela morreu foi sepultada e no sepulcro colocou-se a inscrição: *Petre, pater patrum, papisse prodito partum.* Sob o pontificado de Joana teria sido instituído o jejum das Quatro Têmporas, chamado o jejum da papisa (22).

16. O dominicano Estêvão de Bourbon (cerca de 1261) cita os versos da *Crônica de Metz* e modifica duas palavras: *Parce* em lugar de *Petre,* e *prodere* em vez de *prodito,* donde a inscrição: *Parce, pater patrum, papisse procedere partum.* Mas, como contribuição pessoal à lenda, acrescenta que a papisa foi inspirada pelo demônio (23).

17. O franciscano de Erfurt, cuja *Chronica Minor* se estende até 1261, reproduz mais abreviadamente a descrição da *Crônica de Metz* e aduz a intervenção do demônio num consistório. Ao relatar os fatos do ano do Senhor de 900, o frade menor de Erfurt declara que, depois do papa Sérgio, houve um pseudopapa, *cuius nomen et anni ignorantur,* mulher bonita, erudita e de refinada hipocrisia. Diz o franciscano que, quando a papisa estava grávida, o demônio divulgou o fato em público, ao apostrofar o papa com o verso: "*Papa,*

pater patrum, papisse pandito partum (24). Mais adiante acrescenta, ainda, o cronista Menor Erfordiense que, de São Pedro até o papa Inocêncio V, houve 197 papas, excluídos Lino, Cleto e a mulher que foi papa (25).

18. Depois da *Crônica de Metz,* a segunda versão da lenda, mais minuciosa e romanesca, acha-se na *Crônica* de Martinho de Troppau, o Polonês, falecido em 1279. Enquanto Martinho viveu, publicaram-se duas edições da *Crônica*: a primeira vai até Clemente IV, cerca de 1268, e a segunda até Nicolau III em 1277, e nenhuma delas contém a fábula da papisa, que aparece na terceira transcrição feita entre 1278 e 1312 (26). Essa versão se impôs ao mundo católico graças ao prestígio do historiador Martinho, o Polonês, que foi capelão e penitenciário de vários papas, e o mais categorizado cronista do seu tempo. Pela *Crônica* de Martinho sabe-se que a papisa se chamava Johannes Anglicus e nascera em Mogúncia. Quando adolescente, vestiu-se de homem e foi estudar em Atenas. Progrediu tanto nas ciências e letras que se transferiu para Roma onde se destacou como professor, mestre dos mestres. Graças ao prestígio do saber e da virtude, foi eleita papa. Todavia, engravidou, *a quodam diacono secretario suo impregnata est* e, um dia, quando ia de São Pedro à basílica de Latrão, deu à luz entre o Coliseu e a igreja de São Clemente, morreu no mesmo lugar e aí foi sepultada. Como, posteriormente, os papas evitassem transitar por esse caminho nas procissões, dizem que isso era devido ao horror provocado pela lembrança do acontecimento. A papisa teria sucedido a Leão IV, falecido em 855, e teria reinado por 2 anos, 7 meses e 4 dias, tendo a Santa Sé permanecido vacante durante um mês após a sua morte. Foi de acordo com a versão de Martinho, o Polonês, que a fábula da papisa Joana foi inserida com variantes em vários manuscritos, dentre os quais os do *Liber Pontificalis.*

19. Outro frade menor, denominado Martinho por Eccard, na sua crônica *Flores Temporum,* redigida no fim do século XIII, diz que a papisa se fez chamar de João da Inglaterra — Johannes Anglicus — embora fosse alemã, originária de Mogúncia. Ela teria dado à luz entre a igreja de São Pedro e o Coliseu, ao fazer um exorcismo. Ela perguntou ao demônio quando iria abandonar o possesso, ao que o capeta respondeu com dois versos, um deles tomado ao cronista de Erfurt:

> *Papa, pater patrum, papisse pandito partum*
> *Et tibi tunc edam (dicam) de corpore quando recedam,* isto é,

Dize-me, ó Papa, pai dos pais, quando a papisa dará à luz, e eu te direi quando vou sair do corpo do possesso (27). Depois de ter dado

à luz, diz o cronista, Joana morreu e, por isso, o papa sempre evita passar por aquele caminho.

20. Boccacio, falecido em 1375, foi levado pela fantasia e, por certo, inspirado em tradições populares, pois se afastava da versão de Martinho, o Polonês, e no capítulo 99 da sua obra *De claris mulieribus* diz que a papisa era alemã e se chamava Gilberta. Estudara na Inglaterra e chegou a ser papa com o auxílio do demônio. Deu à luz, ao celebrar missa, e terminou a vida na prisão.

21. Um manuscrito do século XIV, de autor desconhecido, proveniente da biblioteca de Tegernsee, e publicado por Doellinger, transformou profundamente a lenda da papisa, conferindo-lhe uma configuração mais novelesca e afastando-se da crônica de Martinho de Troppau que o anônimo considera mentirosa, por haver este afirmado que a papisa era alemã. Diz ele que esta era grega, chamava-se Glância e não assumiu o nome de Joana mas de Jutta (28). Filha de um rei tessálio, Glância tornou-se uma jovem erudita e na escola conheceu um moço muito inteligente chamado Pircius. Apaixonaram-se e sonharam casar, mas os pais lhes recusaram o consentimento. O amor contrariado inspirou-lhes a saída da fuga. Glância disfarçou-se de homem e os dois foram para Atenas onde estudaram por muito tempo, brilharam e se avantajaram a todos os estudiosos gregos das ciências humanas e divinas. Por fim, tomaram o caminho de Roma onde se impuseram aos mestres pelo saber. Glância tanto se notabilizou pela ciência e pela virtude que os romanos a aclamaram papa. Ela, então, fez de Pircius cardeal, *cardinalatur Pircius amasius,* e os dois prosseguiram em seus amores. Jutta engravidou e quando, em procissão, ia celebrar missa solene na igreja de São João de Latrão, deu à luz um menino, e logo morreu de parto entre o Coliseu e a igreja de São Clemente. Esse cronista germânico, além da novela que é essencialmente o conteúdo dos modernos romances sobre a papisa, contribuiu com duas novidades para a fábula. Primeiro, ele diz que, desde esse fato espantoso do parto papal, o papa sempre evitou o caminho entre o Coliseu e a igreja de São Clemente e que, desde então, se introduziu nova cerimônia nos ritos da eleição pontifícia, uma vez que antes da coroação se passou a proceder a um exame local da anatomia do papa: "*et ante coronationem papae semper manibus virilia palpantibus exploratur, etc.*" (29). A segunda novidade do cronista anônimo é o verso com que ele encerra a sua conclusão moral: "*Papa, pater pauperum (patrum), peperit papissa papellum*: Ó papa, pai dos pobres, a papisa deu à luz um papinha".

23. Para confirmar a fábula da papisa Joana surgiu, também, a lenda da cadeira estercorária que se ajusta ao exame anatômico antes

da coroação do papa, conforme o apontamento do cronista germânico referido no parágrafo anterior. A diferença entre esse relato e a lenda da cadeira estercorária está em que o papa se assentava, depois da sua eleição, numa cadeira de mármore sob o pórtico da igreja. Era então elevado pelos dois cardeais mais antigos que o pegavam sob o braço ao canto da antífona: *Suscitans a terra inopem et de stercore erigens pauperem,* Ele levanta do pó o desvalido, e do esterco eleva o pobre (Salmo 112, 7). Do termo *de stercore* proveio o adjetivo da expressão "cadeira estercorária". Depois da elevação, o papa era conduzido ao batistério da igreja São João de Latrão onde se sentava numa cadeira de pórfiro e recebia as chaves da basílica, como sinal do seu poder pastoral. Depois, assentado noutra cadeira de pórfiro, devolvia as chaves. Essas cadeiras eram furadas, por serem assentos antigos que haviam servido para banhos públicos e que eram usadas na cerimônia pontifícia devido ao seu valor. Ora, a fábula da papisa levou à confusão da cadeira estercorária com o assento furado, transformando-os ou, melhor, fundindo-os numa cadeira furada que servia para o exame anatômico, antes da coroação papal. Como diz Vacandard, essa lenda ridícula e grosseira divulgou-se desde o fim do século XIII e apareceu nas *Visões* do dominicano Roberto de Uzès falecido em Metz em 1296. O cronista William Brevin, por volta de 1470, afirmou que a verificação anatômica era feita por dois clérigos que anunciavam o resultado em voz alta, ao que o clero e o povo respondiam: *Deo gratias!*

24. Não é de admirar a difusão e a vitalidade da fábula da papisa Joana pois, além do seu toque romanesco, ela foi espalhada pelos melhores católicos, tal como os cronistas das duas ordens mais devotadas à Santa Sé, os dominicanos e os franciscanos. Todavia, a crítica histórica veio provar que tal fábula não tinha fundamento histórico e não passa de fantasia burlesca. A personagem recebeu vários nomes e, assim mesmo, só a partir do século XIV. A época da sua vida varia, também, segundo os cronistas. Martinho, o Polonês, diz que a papisa teria reinado entre o papa Leão IV, falecido em 855, e Bento III. O franciscano de Erfurt coloca-lhe o pontificado em 915; Estêvão de Bourbon, em 1100, e João de Mailly situa-o depois de Vítor III que morreu em 1087, mas sem dizer quando. De fato, não é possível indicar uma data precisa para esse pontificado, simplesmente porque não ocorreu. Quanto à inscrição *P. Pat. Pat. P. P. P.* numa pedra junto com a estátua de uma mulher com a criança ao colo, que representava uma espécie de sacerdotisa com o seu filho, inscrição que originou os versos já mencionados, a explicação é singela. *P* (um nome próprio, provavelmente *Papirius*), *Pater Patrum* (título dado aos sacerdotes de Mitra) e os três últimos

P exprimiriam a fórmula: *propria pecunia posuit,* às suas custas ou com o seu dinheiro. Assim, as letras dariam a inscrição prosaica: "Papírio assentou (esta pedra) para o Pai dos Pais, às suas próprias custas". Mas, como na Idade Média já não se liam as inscrições romanas, inventou-se o verso que anunciava o parto da papisa.

O fato de os papas evitarem nas procissões de São Pedro ao Latrão a rua onde se achava a estátua da mulher com a criança e a pedra com a inscrição devia-se à estreiteza do beco que não proporcionava espaço para o cortejo pontifício e não, conforme a fábula, ao horror inspirado ao papa pela vista da estátua e da inscrição.

Se a fábula não tem fundamento histórico, se não passa de ficção novelesca, assim como os apêndices da cadeira estercorária, do enigma da estátua, da inscrição e da procissão papal, que fator teria ativado as imaginações na elaboração da fábula?

25. A Igreja atravessou uma crise terrível por volta do ano mil. Durante o século X três mulheres, Teodora, esposa de Teofilacto, e as suas duas filhas, Marózia e Teodora, manipularam o papado a seu bel-prazer, e entre os papas dessa época contam-se quatro pontífices chamados João: João X (914-928), João XI (931-936), João XII (955-964) e João XIII (965-972). O descrédito do papado levava muita gente a dizer: "Temos mulheres por papas". Bento de Santo André do Monte Soracto, após a eleição de João XI, diz na sua *Crônica* que Roma esteve sob o poder de uma mulher (Marózia) e por ela foi governada (30). Essa senhora apontada por Bento de Santo André como parenta de João XI, *Johannes,* pois era sua mãe, foi naturalmente chamada de *Johanna,* Joana.

Outra hipótese profundamente sugestiva como geratriz da fábula da papisa Joana é a identificação da lenda da mulher-patriarca de Constantinopla com a papisa Joana de Roma, cabendo à primeira a primazia do boato. Pode-se ler na Patrologia latina de Migne a carta do Papa São Leão IX a Miguel Cerulário, patriarca de Constantinopla, na qual o Sumo Pontífice denuncia o rumor de que a sede patriarcal de Constantinopla teria sido ocupada por uma mulher. O papa diz que a enormidade e o horror de tal crime, assim como a benevolência fraterna "non permittit nos credere", não lhe permite acreditar nisso, mas observa que o uso de promover eunucos, contra os cânones da Igreja, à clericatura e ao patriarcado tornava tal fato verossímil e possível.

Se a lenda da papisa Joana já estivesse em circulação, Miguel Cerulário não perderia a ocasião de aproveitar tão valioso recurso, em resposta à denúncia do boato quanto à mulher-patriarca. *Publica*

fama non dubitat asserere, escrevia o papa Leão IX. Ademais, a *Crônica de Salerno* confirma essa lenda. Reza a velha *Crônica*: "Houve naquele tempo um homem bom e justo, patriarca de Constantinopla, que amava tanto uma sobrinha que a tomou a seu serviço como eunuco e que a enfeitava com trajes magníficos. Na iminência da morte, o patriarca recomendou a sobrinha aos cuidados da sua corte. E, como ninguém sabia que se tratava de mulher, elegeram-na patriarca, *presulem elegerunt,* e ela governou a Igreja de Constantinopla durante um ano e meio. Mas o demônio em sonho revelou a Aríquio, duque de Benevento, o sexo do novo patriarca constantinopolitano, e o príncipe enviou apocrisiários (legados) a Constantinopla para desvendar o mistério propalado pelo demônio. Fez-se a investigação — *illi vero curiosius indagarunt* — apurou-se a verdade — *et tunc pestis ipsa quievit* — e a abominação terminou" (31).

Foi muito fácil, diz Vacandard, confundir a mulher-patriarca de Constantinopla com uma mulher papisa de Roma, tanto mais que os patriarcas assumiam de boa vontade o título de pontífices ecumênicos (32). Voltando à lenda da papisa Joana, *La Grande Encyclopédie* afirma que a sua inanidade não provoca mais dúvida em ninguém e que a única questão é quanto à sua origem (33).

Depois desse exame perfunctório de algumas lendas a respeito da Idade Média, convém refletir sobre os malefícios da falsidade, da falta de senso crítico e da desídia na investigação dos fatos duvidosos. O ideal do investigador é a verdade das coisas. O historiador, por sua vez, aspira à verdade dos fatos. De nada vale pretender ocultar ou disfarçar os acontecimentos ou inventar balelas sob qualquer pretexto. O que interessa é, tanto quanto possível, saber realmente o que no passado se pensou, se disse, se fez e o que aconteceu. Quanto ao futuro nós podemos fazer projetos e construir mundos imaginários, mas o conhecimento do passado impõe a verificação exata, sincera e pura. Podemos envidar esforços a fim de caprichar na interpretação dos fatos, mas o que não podemos fazer é alterá-los ou inventá-los conforme os impulsos do coração ou os vôos da fantasia. Na pesquisa histórica os documentos são o ponto de partida, e o investigador sério não teme jamais a verdade dos fatos.

Notas

1. Marrou, *De la Connaissance historique,* pág. 73-74.
   Do Conhecimento histórico, 4.ª edição, Tradução: Ruy Belo. Revista e aumentada (Edição Atualizada pela 7.ª edição francesa, revista e aumentada, de 1975). Lisboa, Livraria Martins Fontes Editora Ltda. Editorial Aster, cf. pág. 66.

2. Régine Pernoud, *Pour en finir avec le Moyen Âge,* pág. 136.

3. "... cum longo sit gravius alternam quam temporalem offendere maiestatem." Fridericus II, "Edicta contra hereticos", in *Monumenta Germaniae Historica,* Legum tomus II, pág. 328.

4. "Do mesmo modo, segundo Marx, a sociedade burguesa ilumina retrospectivamente a sociedade feudal; a economia capitalista esclarece a economia medieval e antiga. É preciso analisar a renda fundiária e o seu papel no capitalismo para se compreender o que foi (e não foi) o rendimento da terra nas outras sociedades: tributo, dízimo, corvéia, rendas diversas." Henri Lefebvre, *O fim da História,* pág. 130.

5. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, *A Idade Média na História da Civilização,* pág. 16.

6. Pauphilet, *Legs du Moyen Âge,* pág. 35.

7. Cerejeira, *A Idade Média na História da Civilização,* págs. 69-70.

8. Grégoire de Tours, *Histoire des Francs,* Lib. VIII, cap. XX. Tome II, pág. 150.

9. Dom François Plaine, *"Les Prétendues Terreurs de l'An Mille",* in Revue des Questions Historiques, t. XIII, (1873), pág. 164.

10. As datas após os nomes dos cronistas indicam o ano da publicação de suas obras: Herman Contracto, *Chronica;* Sigeberto de Gembloux, *Chronica;* Vicente de Beauvais, *Speculum quadruplex historiale,* t. IV, lib. XXIV, Cap. 107; Rollevinck, *Fasciculus Temporum,* cl. 1483.

11. Rodulfi Glabri Monachi Cluniacensis, *Historiarum Libri Quinque,* Lib. IV, Migne PL 142 (1880), cl. 675-678.

12. F. Engels, *As Guerras Camponesas na Alemanha,* págs. 34-35.

13. Louis Veuillot, *Le droit du Seigneur au Moyen Âge,* Paris, L. Vivès, 1854; Schmidt, *Jus primae noctis,* Friburgo, 1881.

14. "... Le mariage entre gens qui n'étaient pas d'un même tènement était assujetti à la licence seigneuriale. Les mariages réalisés dans ces conditions furent quelquefois, en certains lieux, soumis à un impôt qui était perçu à titre de droit de *formariage,* foris maritagium. Le mariage entre gens d'un même seigneur donnait lieu aussi, dans quelques seigneuries, à la perception d'un impôt spécial: gâteaux, porc salé, quelques bouteilles de vin ... C'est pour n'avoir pas compris ce qu'étaient ces droits de formariage, de mariage, de marquette, etc., qu'une foule d'écrivains ont osé parler du "droit du Seigneur." Guilleux, P., "Le droit du Seigneur", in *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique,* t. I, Cl. 1190-1196.

15. "13. Les fiancés doivent être conduits à la bénédiction du prêtre par leurs parents ou les garçons d'honneur. Ils doivent veiller à consacrer leur virginité pendant la nuit qui suit cette bénédiction nuptiale (par respect pour le sacrement)." Hefele, Ch. J., *Histoire de Conciles d'après les documents originaux,* tome II, pág. 113.

"Et biduo vel triduo orationibus vacent et castitatem custodiant, ut bonae soboles generentur et Domino suis in actibus placeant."

Benedicti Diaconi Capitularum Collectio, PL 97 (1862), cl. 859 C-D.

16. Barthélemy, "Le droit du Seigneur", in *Revue des Questions Historiques,* tome I, 1866, pág. 95-123.

17. Cerejeira, *A Idade Média na História da Civilização,* pág. 106.

18. "Nul bain pendant mille ans! Soyez sûr que pas un de ces chevaliers, de ces belles si éthérées, les Parceval, les Tristan, les Iseult, ne se lavaient jamais. De là un cruel accident, si peu poétique, en plein roman, la furieuse démangeaison du treizième siècle." Michelet, *La Sorcière,* pág. 106, nota 1.

19. Enlart, *Manuel d'archéologie française,* t. II, 1904, pág. 86. Citado por Cerejeira, *A Idade Média na História da Civilização,* pág. 95.

A respeito do assunto, veja-se Lecoy de la Marche, "Bains au Moyen Âge", in *Revue du monde catholique,* 1866, t. XIV, págs. 870-881. Esse artigo foi reproduzido na obra do mesmo autor: *La société au XIII*[e] *Siècle,* Paris, 1880, pág. 351-379.

20. "Là encore, il faudrait se garder de confondre les époques, et d'attribuer au XIII[e] siècle la malpropreté repoussante du XVI[e] et de ceux qui ont suivi, jusqu'à notre temps. Le Moyen Âge et une époque d'hygiène et de propreté." Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge,* pág. 215.

21. E. Vacandard, *Études de Critique et d'Histoire Religieuse.* Quatrième Série, pág. 15 a 39.

22. "Chronica universalis Mettensis", Anno Domini 1099, in *Monumenta Germaniae Historica.* Scriptorum tomus XXIV, pág. 491. A coleção incompleta dos *Monumenta Germaniae Historica* acha-se na biblioteca do Departamento de História da USP.

23. Étienne de Bourbon, "De diversis materiis praedicabilibus", etc., in Quétif et Echard, *Scriptores ordinis praedicatorum,* Paris, 1719, t. I, pág. 367. *Apud* Vacandard, *ib.,* pág. 17.

24. "Chronica Minor", Auctore Minorita Erphordiensi, Edidit O. Holder-Egger, in *Monumenta Germaniae Historica,* tomus XXIV, pág. 184.

25. *Ib.,* pág. 212.

26. "Chronica de romanis pontificibus et imperatoribus", in *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum tomus XII, pág. 428.

27. "Flores Temporum", Auctore Fratre Ord. Minorum, Edidit O. Holder-Egger, in *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum Tomus XXIV, pág. 243.

28. "Item papa Jutta, qui non fuit alamannus, sicut mendosa fabulatur chronica martiniana." Ignaz Von Doellinger, *Die Papstfabeln des Mittelalters,* pág. 50, nota 2.

29. Doellinger, *Die Papstafabeln des Mittelalters,* pág. 51, nota.

30. "Subiugatus est Romam potestative in manu feminae, sicut in propheta: *Feminini dominabunt Hierusalem.*" "Benedicti Sancti Andreae Monachi Chronicon", 30, in *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum Tomus III, pág. 714.

31. *S. Leonis IX Papae Opuscula, Epistola et Decreta Pontificia,* Ep. 100, c. 23, PL 143 (1882), cl. 760 C.

32. *Chronicon Salernitanum,* ed. Ulla Westerbergh, cap. 16, págs. 21-22. *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum Tomus III, pág. 481.

33. Vacandard, "La Papesse Jeanne", in *Études de Critique et d'Histoire Religieuse,* Quatrième Série, pág. 39.

34. "L'inanité de la légende ne laisse plus de doute à personne aujourd'hui; on ne peut plus guère discuter que sur son origine." *La Grande Encyclopédie,* tomo 21, pág. 100.

Bibliografia

Barthèlemy, Anatole de — "Le Droit du Seigneur", in *Revue des Questions Historiques.* Première Année. Tome I, 1866, pág. 95 a 123.

Beaumarchais — *Theatro de Beaumarchais.* Precedido de observações literárias por Sainte-Beuve. Traduzido por Antenor Nascentes. Paris — Rio de Janeiro, Livraria Garnier, 1923, 473 págs.

Belloc, Hilaire — *Europa y la Fe.* Traducción de E. A. Lanús. Segunda Edición en castellano. Buenos Aires, La Hebra Dorada, 1952, 205 págs.

"Benedicti Sancti Andreae Monachi Chronicon". Escrita para uso do imperador, por certo, Otão III, entre os anos de 998 e 1001, in *Monumenta Germaniae Historica,* Edidit Georgius Heinricus Pertz, Scriptorum. Tomus III.

Bergson, Henri — *La Pensée et le Mouvant.* Vingt-Septième Édition, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, 291 págs.

Bianchi-Giovini, A. — *La Papessa Giovanna.* Roma. Bottega dell'Antiquario, s/data, 170 págs.

Brillant, M. Maurice e Nédoncelle, M. l'Ablé M. — *Apologétique.* Nos raisons de croire. Réponses aux objections. Paris, Librairie Bloud et Gay., 1380 págs.

Cerejeira, D. Manuel Gonçalves — *A Idade Média na História da Civilização.* 2.ª edição. Coimbra, Coimbra Editora Limitada, 1953, 294 págs.

Chronicon Salernitanum (Acta Universitatis Stockholmiensis. Studia Latina Stockholmiensia III). A Critical Edition with Studies on Literary and Historical Sources and on Language by Ulla Westerbergh. Stockholm, Almqvist and Wiksell, 1956, 362 págs.

Cohen, Gustave — *La Grande Clarté du Moyen Âge.* (NRF) Quatorzième Édition, Paris, Gallimard, 1945, 181 págs.

Döllinger, Ignaz von — *Die Papstfabeln des Mittelalters.* Ein Beitrag zur Kirchengeschichte. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1970, 188 págs.

Duby, Georges — *L'An Mil.* (Collection Archives Julliard, 30) Paris, Julliard, 1967, 235 págs.

Engels, Friedrich — *As Guerras Camponesas na Alemanha.* 1.ª Edição, Tradução: Equipe de tradutores da Editorial Grijalbo. São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977, 141 págs.

Genicot, Leopold — *Les Lignes de Faîte du Moyen Âge.* Troisième Édition Revue, Tournai (Belgique), Casterman, 1961, 377 págs.

——————— — *Linhas de Rumo da Idade Média.* Tradutor Eng.º Luís Álvares Ribeiro. Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963, 397 págs.

Glaber, Raul — *Rodulfi Glabri Monachi Cluniacensis Historiarum Libri Quinque.* Migne, PL 142 (1880).

Guilleux, P. — "Droit du Seigneur", in *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique,* t. I, cl. 1190-1196.

Hefele, Charles Joseph — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Paris, Letouzey et Ané Éditeurs, 1908, 11 vol.

Kurth, Godefroid — "Femmes (Âme des)", in *Dictionnaire Apologétique de la Foi Catholique.* Fascicule VI, cl. 1897-1898, 1911.

——————— — "Le Concile de Mâcon et les Femmes", in *Revue des Questions Historiques.* Nouvelle Série 1892, t. VII, pág. 556 a 560.

——————— — *Qu'est-ce que le Moyen Âge?* Paris, Librairie Blond et Cie, 61 págs.

La Grande Encyclopédie. Paris, H. Lamirault e Cie. Éditeurs, s/data, 31 vol.

S. Leonis IX Papae, *Opuscula, Epistola et Decreta Pontificia,* PL 143 — (1882).

Lefebvre, Henri — *O Fim da História.* Tradução: Antônio Reis. Lisboa, Publicações Dom Quixote, s/ data, 306 págs.

Lopez, Roberto S. — *Nascimento da Europa.* Tradução de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa, Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1965, 512 págs.

Marrou, Henri-Irénée — *De la Connaissance Historique.* Quatrième Édition revue et augmentée. Paris, Éditions du Seuil, 1962, 317 págs.

Michelet, Jules — *La Sorcière.* Chronologie et préface par Paul Viallaneix. Paris. Garnier-Flammarion, 1966, 314 págs.

Monumenta Germaniae Historica — Ed. Pertz. Legum Tomus II, pág. 328, 1-43. Stuttgart, Anton Hiersemann — Kraus Reprint, 1965.

——————— — Scriptorum Tomus III. Edidit Georgius Henricus Pertz. Hannover, 1839. Unveränderter Nachdruck — Kraus Reprint Corporation, New York, 920 págs.

——————— — Scriptorum Tomus XXII. Edidit Georgius Henricus Pertz. Hannover, 1872. Unveränderter Nachdrck, 1963. Anton Hiersemann, Stuttgart — Kraus Reprint Corporation, New York, 564 págs.

——————— — Scriptorum Tomus XXIV. Edidit Societas aperiendis fontibus rerum germanicarum medii aevi. Hannover, 1879. Unveränderter Nachdruck, 1964. Anton Hiersemann, Stuttgart — Kraus Reprint Corporation, New York, 914 págs.

Pauphilet, Albert — *Le Legs du Moyen Âge.* Études de Littérature Médiévale. Melun, Librairie d'Argences, 1950. 248 págs.

Pernoud, Régine — *Lumière du Moyen Âge.* Nouvelle édition, précedée d'un avant-propos de l'auteur et illustrée de seize planches hors-textes. Paris, Bernard Grasset, Éditeur. 17e Édition, 1954, 264 págs.

——————— — *Pour en finir avec le Moyen Âge.* Paris, Éditions du Seuil, 1977, 160 págs.

Pirenne, Henri — *Maomé e Carlos Magno.* Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, 302 págs.

Plaine, Dom François — "Les Prétendues Terreurs de l'An Mille", in *Revue des Questions Historiques,* tome XIII, 1873, pág. 145 a 164.

Vacandard, E. — *Études de Critique et d'Histoire Religieuse.* Quatrième Série. Paris, Librairie Victor Lecoffre, J. Gabalda, Éditeur, 1923, 268 págs.

Capítulo II

Questões preliminares

1. Em 1976 transcorreu o milésimo qüingentésimo aniversário da queda de Roma. O evento passou em silêncio. No entanto, esse fato histórico revestiu-se de profundo significado histórico, já que serviu para indicar o fim da Idade Antiga e o início da Idade Média.

2. Em 114 a.C. o Império Romano foi atacado pelos cimbros que vieram a ser derrotados por Caio Mário nas grandes batalhas de 102 e 101 a.C., e César, por sua vez, venceu Ariovisto que invadira a Gália, mas o germano Armínio derrotou o cônsul Varo, destruindo-lhe um exército de três legiões no ano 9 d.C. Em 275 os germanos atravessaram o rio Remo e os alamanos instalaram-se nos "Campos Decumatos". Em 402, o imperador Honório transferiu a sua corte de Milão para Ravena, por razões de segurança.

Os bárbaros, há séculos, já se haviam infiltrado no Império como agricultores, funcionários, soldados e generais. No século V d.C., as tribos germânicas, acossadas pelos hunos, começaram a despenhar no rumo do sul: vândalos, suevos, burgúndios, alanos e visigodos. Estes últimos, chefiados por Alarico, saquearam Roma em 410. A notícia dessa calamidade inspirou a Santo Agostinho o famoso sermão *De Urbis excidio, A destruição da Cidade* (Roma), no qual ele compara a devastação e a pilhagem de Roma à destruição de Sodoma onde o Senhor Deus não achou cinqüenta, nem quarenta, trinta, vinte nem sequer dez justos para poupar a cidade.

No entanto, com Roma a situação foi diferente, pois nela havia muito mais de cinqüenta justos entre os fiéis, as monjas, os homens continentes e tantos servos e servas de Deus. Por essa razão, apesar dos estragos, dos incêndios, das rapinas, morticínios e maltratos, a cidade continuou a existir, e os fugitivos, os que se esconderam, puderam retornar e nela viver. Por isso, diz Santo Agostinho, não há dúvida de que Deus poupou a cidade de Roma, graças aos méritos dos seus justos. Além disso, a calamidade serviu para exercitar a paciência dos cristãos, enquanto o Senhor Deus lhes

demonstrava a instabilidade e a caducidade das coisas deste mundo, incrementando-lhes a esperança nos bens eternos e na felicidade do céu (1).

3. O historiador Jordão, que escreveu sobre os godos na sua obra *Getica* em 551, diz que eles saíram da Escandinávia — por ele considerada uma ilha chamada Scandza — e caíram sobre a Europa como um enxame de abelhas. Essa ilha de Scandza, diz Jordão, é como uma fábrica de povos e reservatório de nações, *quasi officina gentium aut certe vagina nationum* (2).

4. No século IV o Império Romano estava assolado pelos bárbaros alamanos, burgúndios, francos, anglo-saxões, etc., e pelos godos que Halphen considerou "o mais formidável entre os povos germânicos", tomando o termo formidável na vera acepção de pavoroso e temível (3). Além disso, nas fronteiras do Império irrompiam as tribos bérberes da África, as tribos árabes, em furiosas cavalgadas além do mar Vermelho, e mais ao norte agitavam-se os belicosos persas que só podiam ser chamados de bárbaros por serem estrangeiros em relação aos romanos. No século V, então, a invasão pacífica cedeu passo às grandes marchas de povos germânicos que em grandes invasões semearam a ruína e a morte por toda parte.

Como disse G. Bloch, "o Império curvava-se sob o peso dos seus vícios internos, mas foram os Bárbaros que lhe vibraram o último golpe e trouxeram a dissolução final" (4). Mas, enquanto a desgraça se abatia sobre todo o Império, cristãos e pagãos tentavam explicar-lhes as causas, o peso e a extensão. Assim, o retórico Libânio na oração *Para vingar Juliano,* dirigida a Teodósio no ano de 378, afirma que as tropas romanas, os soldados e os generais não eram covardes mas continuavam a honrar os antepassados, e que a causa de desastres, como a derrota ante os persas, foi a manifestação da cólera de um deus a combater ao lado dos inimigos, suscitada pelo crime do sarraceno que golpeou o imperador Juliano e que, por certo, o assassino foi a mão executora de mandantes cristãos. Se esse crime fosse vingado, dizia o famoso retórico, e se os oráculos voltassem a ser consultados, Roma haveria de vencer (5). Pobre Libânio que sonhava o inexeqüível e não se dava conta do crepúsculo dos deuses! São Jerônimo, por sua vez, tendo escrito a Heliodoro a tecer o elogio fúnebre de Nepociano, profere, a partir do capítulo 15 da sua epístola, a oração fúnebre do Império. Ao se referir às devastações causadas no Império Romano pelos godos, sármatas, cuados, alanos, hunos, vândalos e marcomanos, "essas feras" como os denomina, diz que a sua alma se horroriza ao narrar os desastres do seu tempo. *Romanus orbis*

ruit, o mundo romano desmorona, reconhece o grande solitário de Belém, muito mais realista que o retórico antioqueno, e acrescenta que não se propôs escrever história, mas apenas "chorar brevemente as nossas misérias". Ele fala das matronas, das virgens consagradas a Deus, das pessoas livres e nobres que se tornaram escárnio das "feras", isto é, dos bárbaros e conta como foram aprisionados bispos, como foram assassinados sacerdotes e clérigos, as igrejas destruídas, os altares transformados em cavalariças, as relíquias dos mártires desenterradas, os mosteiros saqueados, as águas dos rios transformadas em sangue humano, etc. São Jerônimo achava que os bárbaros deviam a sua força aos pecados dos homens e exclama: *nostris vitiis Romanus superatur exercitus,* o exército romano é vencido pelos nossos vícios. E, como se não bastassem tantas desditas, prossegue, as guerras civis consumiram mais vidas que a espada inimiga. A descrição desses acontecimentos infaustos enseja ao grande Doutor reflexões sobre a teologia da história, e ele afirma que morremos a cada dia que passa, todos os dias mudamos e, no entanto, nós nos julgamos eternos... Nosso único lucro, afirma, é estarmos unidos pela caridade de Cristo (6). Com muita clarividência, o ínclito Doutor aponta as causas da derrocada do Império Romano, além das várias outras que hoje se ressaltam: os vícios que carcomeram a fibra dos cidadãos romanos e as guerras civis que esgotaram o sangue das legiões e lhes enfraqueceram a resistência. Modernamente, G. Bloch veio a observar que o Império se encurvava *sous le poids de ses vices internes,* e o perigo a que não resistiu estava nas ambições e nas usurpações dos grandes chefes que levaram ao paroxismo as desuniões e as guerras civis que lavraram com freqüência e intensidade no Baixo Império (7).

5. A 2 de novembro de 472 morreu Olíbrio, e em junho de 474 Júlio Nepos triunfou de Glicério; e aí surgiu o chefe da milícia Orestes, o último dos generais que durante muitos anos faziam e desfaziam os imperadores. Ele tomou o poder, mas não ousou tornar-se o chefe supremo do Império, e instalou o seu filho Rômulo Augústulo no trono imperial a 31 de outubro de 475. Devido à sua idade de 13 anos, Rômulo foi chamado de Augústulo por Zenão, imperador do Oriente. Por notável coincidência ou por ironia da sorte, como diz Villari, o último imperador do Ocidente tinha o mesmo nome do primeiro rei — Rômulo — e o do primeiro imperador de Roma — Augusto (8). O exército romano era composto de torcilingos, esciros, hérulos, e os soldados passaram a exigir um terço das terras que controlavam, a fim de se fixarem e terem a sua subsistência. Orestes recusou, e aí sobreveio a rebelião, os soldados abandonaram-no e aclamaram Odoacro rei, trans-

portando-o sobre os escudos. Odoacro, rei dos hérulos ou dos torcilingos segundo Jordão na *Gética,* era um bárbaro do exército de Ricimero junto com o qual havia assediado Roma. Isso ocorreu — esse triunfo de Odoacro — a 23 de agosto de 476. O novo rei prometeu aos soldados o que haviam pedido, Orestes fugiu para Pavia, Roma foi pilhada durante três dias e, a 28 de agosto de 476, Orestes foi preso e morto em Piacenza. Odoacro foi, então, buscar Rômulo Augústulo em Ravena e confinou-o na vila Luculana em Pizzofalcone perto da antiga Nápoles, com uma pensão de 6.000 sólidos. Odoacro empacotou as insígnias imperiais e enviou-as a Bizâncio (9). Caíra o Império Romano do Ocidente e começara a Idade Média. A irrupção das tribos germânicas através das fronteiras e a sua fixação nas províncias do Império do Ocidente marcaram o fim do mundo antigo e caracterizaram o início de novo período histórico. Por isso, quando Walsh discorre sobre o humanismo medieval, ele o concebe como a integração de elementos antigos tal como a sabedoria grega, a experiência da vida ou o senso de organização dos romanos e da Graça evangélica proveniente do Oriente com os novos fatores como a força dos germanos e a imaginação dos celtas (10). Maurice De Wulf, por seu lado, observa que, na primeira parte da Idade Média, as novas raças dos celtas e teutões receberam passivamente a herança cultural e o legado jurídico e político de origem greco-romana mas que, desde o século IX, entraram a reagir ante o que lhes foi proposto e assimilaram o patrimônio tradicional sob a orientação da Igreja Católica (11).

6. Durante os primeiros séculos da Idade Média, o Cristianismo introduziu-se entre os povos bárbaros. A maior parte deles já aderira ao arianismo e, por isso, eram cristãos heréticos na época das grandes invasões. Assim, já eram cristãos os godos, os burgúndios, os vândalos e, depois, os lombardos. Os francos e os saxões eram pagãos.

A partir do fim do século IV, os missionários católicos converteram os francos à fé cristã, após o batismo do rei Clóvis, no Natal de 496, e os anglo-saxões dos sete reinos, por iniciativa do Papa São Gregório Magno (590-604). Durante o século VIII foram evangelizados outros germanos, isto é, os bárbaros que participaram das grandes invasões e haviam permanecido nas suas florestas. Nesse trabalho evangélico distinguiu-se o grande apóstolo da Germânia, São Bonifácio. Na primeira metade do século IX iniciou-se a conversão dos escandinavos à religião cristã, particularmente da Dinamarca e da Suécia, por obra de Santo Anscário (+865), mas a evangelização

de seus povos só se concluiu no começo do século XI, no tempo de São Canuto, morto em 1035 e que foi rei da Dinamarca e da Inglaterra. No século IX a Igreja empenhou-se na conversão dos povos eslavos e nela se distinguiram principalmente os dois irmãos São Cirilo e São Metódio. A conversão da Rússia deveu-se ao rei Vladimir, batizado em 987, assim como Santo Estêvão trouxe os húngaros ou magiares para a Igreja Católica no fim do século. Juntamente com a evangelização, a Igreja distribuiu o ensino das letras e guardou o patrimônio cultural romano através de toda a Europa, graças ao labor indefesso dos monges beneditinos, razão pela qual a primeira parte da Idade Média, do ponto de vista educacional, já foi chamada de idade beneditina (12). Relevo particular merece a Irlanda evangelizada por São Patrício, a qual se tornou católica durante o século V (431-461), com a sua vida religiosa centralizada nos mosteiros .

7. Enquanto o Império Romano do Oriente iniciava longa trajetória que só terminaria em 1453 com a queda da sua capital Constantinopla, as províncias do Império Romano do Ocidente (Itália, Gália, Bretanha, Espanha e África) foram caindo, no decurso do século V, em poder dos bárbaros. Os vândalos, na Bética (Espanha) desde 411, passaram para a África em 429 e dominaram Cartago (a Túnis atual) sob o comando do rei Genserico. Enquanto Santo Agostinho agonizava e morria, Hipona estava sitiada pelos vândalos que logo a expugnaram e puseram a ferro e fogo, conquistando de seguida as Baleares, a Córsega e a Sardenha, arrebatando aos romanos o "império do trigo". O reino vandálico foi destruído pelos bizantinos em 534 e os vândalos deixaram merecida fama de inaudita crueldade.

8. Os *ostrogodos* invadiram a Itália em 489 e o seu rei Teodorico fez com que assassinassem Odoacro em março de 493. Teodorico procurou conservar as antigas leis, tratou de acatar os senadores romanos e de agradar ao povo, cercou-se de sábios conselheiros, como Cassiodoro e Boécio, estimulou o desenvolvimento da agricultura, das letras e das artes, organizou o reino mais poderoso entre os bárbaros e fez de Ravena a sua capital, vindo a morrer em 526. O general bizantino Belisário tomou a Sicília em 535, Nápoles e Roma em 536, e o reino ostrogodo, sob os reis Tótila e Téia, sucumbiu ao poder dos bizantinos em 553.

9. Os *visigodos,* que haviam pilhado Roma em 410, estabeleceram-se na Aquitânia (o reino de Toulouse no sul da França) e o seu domínio abrangia a Península Ibérica, exceto nas regiões da Lu-

sitânia onde o reino suevo perdurou até fins do século VI. Na Espanha Romana, conforme a divisão feita por Diocleciano em 293, havia quatro dioceses: a Tarraconense, a Cartaginense, a Galiza, a Lusitânia e a Bética. Após a derrota de Alarico II em 507 por Clóvis, rei dos francos, em Vouillé, os visigodos instalaram-se na Espanha do século V ao VIII e constituíram o reino bárbaro mais notável do Ocidente. O rei Leovigildo (568-586) bateu os suevos e expulsou os bizantinos de Córdova, Medina Sidônia e Sevilha. No fim do século VI resolveu-se a oposição dos godos arianos aos hispanos-romanos com a conversão do rei Recaredo (586-601) ao catolicismo pelo bispo São Leandro, a abjuração dos visigodos ao arianismo e a sua submissão ao Papado (3.º Concílio de Toledo em 587). O domínio visigótico na Península Ibérica terminou em 711 com a derrota e a morte do rei Rodrigo na batalha de La Janda diante dos árabes que submeteram a Espanha ao Califado de Damasco.

10. Os *burgúndios* acabaram por fixar-se no território atual da Borgonha, uma vez que o seu rei Gondicário recebeu do imperador Honório em 413 o Franco-Condado e a Suíça e tiveram por capital Lyon ou Genebra até à sua dominação pelos francos em 534. Os seus reis eram romanizados e lutaram pelo imperador contra os visigodos. Os burgúndios e os romanos tinham a mesma condição jurídica.

11. Os *francos* fixaram-se no norte da Gália em 430. Dividiam-se nos grupos dos *sálios,* que viviam perto do mar, e *ripuários,* que habitavam junto ao Reno. Clóvis tornou-se o seu rei em 481 e, por ser descendente de Meroveu, os seus próprios descendentes vieram a ser chamados de merovíngios. Clóvis impôs a sua autoridade a todos os francos e derrotou os alamanos em Tolbiac em 496 quando, em virtude da promessa feita ao Deus cristão de sua esposa Clotilde, foi batizado e o seu povo se tornou católico. Do notável reino dos francos proveio a monarquia francesa.

12. A Grã-Bretanha, parcialmente conquistada pelos romanos com a sua população de caledonianos (pictos e escotos), logrianos e cambrianos, foi ocupada desde 455 por piratas bárbaros oriundos da Germânia, a saber, *anglos, saxões* e *jutos* que fundaram os sete reinos principais ou a Heptarquia anglo-saxônica: Kent, Sussex, Wessex, Essex (que teve por capital Londres), os quatro reinos saxões, e Nortúmbria, Estânglia e Mércia, os três reinos anglos.

13. Bizâncio atingiu o máximo esplendor sob o reinado de Justiniano, o Grande (527-565), que se lançou à conquista da Itália que o Império Bizantino perdeu para os lombardos e os normandos. O Império Romano do Oriente sustentou guerras contra os persas sas-

sânidas e os árabes, e estes se apoderaram da Síria em 638 e do Egito em 642. Os búlgaros e os sérvios conquistaram os territórios balcânicos. Os turcos seldjúcidas e os otomanos conquistaram a Anatólia, a Trácia e, por fim, o resto do Império Romano do Oriente com a capital Constantinopla em 1453, data marcante, pois assinala o fim da Idade Média. Bizâncio recebeu a herança direta da língua e da cultura grega, preservou o legado cultural latino, reorganizou a legislação por meio da classificação e da edição das leis romanas constantes do *Código de Justiniano*: o *Primeiro Código* (529), com as "quinquaginta decisiones" (530), o *Digesto* ou *Pandectas* (533), as *Instituições* ou *Institutas* (533), e o *Segundo Código* (534). Essas antigas leis romanas foram publicadas em latim, ao mesmo tempo que os novos decretos, as *Novelas,* eram editados geralmente em grego, algumas em latim e outras em grego e latim. O nome dado ao conjunto dessas obras: Primeiro Código, Digesto, Institutas, Segundo Código e Novelas é o de *Corpus Iuris Civilis* (Conjunto do Direito Civil), expressão que só veio a ser usada no século XII. Constantinopla foi, ainda, a grande metrópole comercial do Mediterrâneo oriental, e a Igreja grega separou-se de Roma em 1054 sob o patriarca Miguel Cerulário.

14. Antes, durante e logo após a derrocada do Império Romano do Ocidente, o sistema clássico de ensino entrou em crise e sofreu um colapso definitivo. Na Gália a decadência começara, quando os bárbaros germanos cruzaram o Reno em 275, e a ruína das escolas já era completa no século VI. Na África a influência romana e a tradição cultural persistiram por mais tempo, e a educação antiga concentrou-se em Cartago e só veio a desaparecer por ocasião das invasões sarracenas. Na Grã-Bretanha o sistema educacional desmoronou e as trevas cobriram a ilha, desde a chegada violenta dos anglo-saxões pela metade do século V. O último e possante baluarte do sistema clássico do ensino foi a Itália, onde a educação em todos os níveis era ministrada nas várias cidades e onde os estudos superiores de retórica, direito e medicina podiam ser feitos em Milão, Ravena, Pavia e Roma. Pela metade do século VI os lombardos invadiram a Itália e abafaram a vida cultural que só começou a renascer no fim do século VII (13). Apesar da barbárie implantada pelos lombardos pode dizer-se que na Itália o ensino tradicional dado por leigos e baseado na literatura profana nunca deixou de existir devido à força da tradição local, à semelhança do vernáculo com o latim e ao contato benéfico com a cultura bizantina, através das cidades gregas do sul da Itália (14). Marrou, no seu livrinho inédito *Décadence romaine ou antiquité tardive? IIe-IVe siècle,* obser-

va que juntamente com o apagamento das cidades diminui quase até à extinção a cultura dos letrados que Pierre Chaunu gosta de chamar de "o mundo da Escrita". Com efeito, pode-se falar de decadência quanto a tal aspecto, pois o Baixo Império dependia das municipalidades para a organização do ensino e, por isso, esse ensino oficial desapareceu com a chegada dos bárbaros. A partir dessa verificação, os humanistas do Renascimento expenderam o seu juízo sumário sobre a civilização da antigüidade tardia, mas o fato é que a cultura letrada, diz Marrou, jamais desapareceu totalmente, pois o Ocidente não esqueceu o latim como os egípcios olvidaram o segredo dos hieróglifos, e a escrita, desde o início da Idade Média, sempre conservou um papel importante (15).

15. No século pasado, Giesebrecht, no seu livro *Sobre os estudos das letras na Itália nos primeiros séculos da Idade Média,* estabeleceu a perpetuidade dos estudos laicos na Itália, mas também procurou provar a impotência do ensino eclesiástico (16). Frederico Ozanam tratou de corrigir essa visão distorcida e injusta do papel docente da Igreja na Idade Média no seu ensaio *Des Écoles et de l'Instruction Publique en Italie aux Temps Barbares,* tendo examinado o que sobrou das escolas romanas, as novas instituições criadas pela Igreja e a maneira como a instrução se difundiu nas fileiras do clero e nas últimas camadas do povo, quando o gênio italiano se manifestou de forma retumbante nos cantos de Dante e nos afrescos de Giotto (17). Ozanam reconhece que as invasões bárbaras acarretaram a ruína das escolas mas aduz inequívocos testemunhos da perpetuidade do ensino e da cultura na terra italiana. Ele afirma que nem a queda da monarquia dos godos, nem a desolação de Roma entregue às violências de Tótila, Belisário e Narsés, nada, enfim, pôde sufocar o gosto do povo romano pelos prazeres do espírito, de tal modo que no sexto século se lia solenemente Virgílio no fórum de Trajano onde os poetas contemporâneos recitavam as suas obras e o senado concedia um tapete de pano doirado ao vencedor dos combates literários (18). Testemunho da persistência da escola clássica na Itália durante o século VI são as inscrições latinas das sepulturas dos papas e o fato de Bento Biscop fazer cinco viagens a Roma, trazendo na volta grande quantidade de livros. Pormenor eloqüente, ainda, depara-se nos decretos do concílio, que Ozanam identifica como de Latrão, em 680, e donde se colhe que o clero não se desabituara dos espetáculos dos mimos, derradeiro vestígio do teatro clássico (19). Quando em 774 Carlos Magno foi pela primeira vez a Roma, figuraram na sua recepção estudantes de letras que empunhavam palmas e cantavam hinos.

Além da cidade de Roma onde os papas patrocinavam as letras, estas floresciam, também, nas regiões bizantinas do sul da Itália. Em Nápoles, os filhos dos nobres estudavam a gramática e a retórica e, no início do século IX, um governador da cidade, o duque Sérgio, aprofundara-se tanto nos estudos clássicos que abria um livro grego e o lia corretamente em latim. Outro famoso centro bizantino e sede dos exarcas, a cidade de Ravena, conservou juntamente com as instituições municipais hábitos da civilização antiga como o uso do ouro e dos mosaicos nas igrejas e as esculturas nos túmulos com inscrições em versos. Aí o poeta Fortunato estudou gramática, retórica e direito. Além disso, quatro diplomas de Ravena, de 984 a 1036, mencionam professores leigos. Quando a invasão dos lombardos se abateu dos Alpes sobre a Itália, diz Ozanam, parecia que a torrente impetuosa ia esbarrondar a cultura e, no entanto, após um século, as cidades perduravam e as escolas continuavam abertas. Pelo ano 700 floresceu em Pavia o gramático Félix, honrado pelo rei Cuniberto, e quando o seu sobrinho Flaviano o substituiu no cargo foi, por sua vez, professor de Paulo Diácono que recebeu instrução no palácio dos reis, donde se infere a existência de escolas palatinas entre os lombardos, tal como entre os anglos-saxões e os francos. Nessas escolas formava-se uma elite de jovens que deviam assumir postos importantes na Igreja e no Estado. Quando o imperador Luís II visitou Benevento, havia na cidade 32 sábios. Em Lucca, capital de um duque lombardo, figuram nas atas de 737 e 798 dois professores leigos, e vários outros também aparecem entre os 17 médicos mencionados em diplomas dos séculos IX e X. Um documento de 823, ditado pelo notário Gausperto e redigido pelo escrivão Pedro, atesta a continuação do estudo do direito, sobre designarem cinco outros documentos, a partir de 755, pintores e ourives. Os professores leigos da Itália nos tempos bárbaros, prossegue Ozanam, eram os verdadeiros sucessores dos gramáticos e retóricos da antigüidade e viviam das espórtulas pagas pelos alunos, uma vez que não contavam mais com o patrocínio oficial, como na época do Baixo Império (20). Além disso, convém ter em mente que nesse período, do século V ao XII, funcionaram escolas paroquiais e episcopais, assim como floresceram as escolas monásticas, como ainda iremos estudar.

16. É claro que, no turbilhão das invasões e nos tempos inseguros que se lhes seguiram, não havia condições para intensa atividade escolar, já que faltavam recursos humanos e meios para tal empresa, e uma vez que os bárbaros não primavam pela curiosidade intelectual. Temos disso dois testemunhos de peso. Por ocasião do Sexto

Concílio Ecumênico de 680, os deputados de Roma levaram a Constantinopla a carta sinodal que o papa Agatão *cum universis synodis subjacentibus concilio Apostolicae Sedis* e cento e vinte e cinco bispos dirigiram ao imperador Constantino Pogonato e a seus irmãos. Nessa carta sinodal dizem os signatários da Itália, da Gália e da Inglaterra que era impossível encontrar nas fileiras do clero homens instruídos em virtude das perturbações e das guerras incessantes. De todas as partes, escrevem os bispos, as províncias são invadidas pelos bárbaros, e lá onde a Igreja perdeu os seus bens, os clérigos são obrigados a ganhar a vida com o trabalho das mãos. Todavia, reconhecem, eles permanecem firmes na fé, e este é o seu bem mais precioso (21). Quanto à disposição dos bárbaros para os estudos, valha o desabafo de São Fulgêncio, um século antes, num tratado que escreveu para Trasamundo, rei dos vândalos, casado com Amalafrida, irmã de Teodorico: os bárbaros vândalos "reivindicavam a ignorância como sua propriedade" (22).

17. Ao tratar dos bárbaros romanizados, observa Pierre Riché que, de regra, eles não freqüentavam as escolas romanas, embora tivessem adotado o latim nas inscrições mortuárias e nos textos legais. Eles não apreciavam a teoria e os clássicos e preferiam as ciências aplicadas que lhes eram de proveito na administração. Assim, interessavam-se pelas aplicações de geometria: mecânica, agrimensura, arquitetura, e pelas aplicações da aritmética no estabelecimento das moedas, dos pesos e das medidas. No início do século VI cultivava-se a medicina — embora ela fosse tratada mais com caráter empírico — em muitas cidades da Gália meridional e da Itália, e a farmacopéia popular gozava de mais prestígio que a própria medicina. Os bárbaros dedicaram-se, também, ao direito, e os seus reis mandaram redigir os costumes dos respectivos povos, que vinham sendo transmitidos oralmente. Assim, o visigodo Eurico (466-484) mandou compor um código para o seu povo. O burgúndio Gondebaudo ordenou a compilação das constituições anteriores no *Liber Constitutionum* chamado de Lei Gobette. A fim de continuar a obra legislativa dos imperadores romanos, adaptando-lhes a leis às novas circunstâncias, recorreram os reis bárbaros a juristas romanos, e o burgúndio Gondebaudo, o visigodo Alarico II e o ostrogodo Teodorico mandaram compor "breviários" para o uso dos súditos romanos. Na Gália como na Itália, apesar da fama de Roma e de Ravena, o ensino do direito assumiu caráter bem prático, desligado da cultura geral e da retórica. A educação dos jovens era sobretudo militar e, em tempo de paz, constava principalmente de exercícios físicos e era completada com a formação moral ministrada

através de exemplos dos heróis nacionais e da educação religiosa que consistia de instrução na doutrina cristã segundo o arianismo (23). Finalmente, observa Riché, os próprios romanos acabaram por adotar o tipo de vida dos germanos e, sobre se trajarem como bárbaros, davam na educação dos filhos mais importância ao esporte que às letras. No entanto, os godos como os outros bárbaros estabelecidos no império civilizavam-se até demais, segundo Duchesne, pois em contato com a ociosidade romana contraíram vícios novos e perdiam as suas qualidades nativas (24). Felizmente, nessa era caliginosa as letras encontraram guarida nos mosteiros onde os descendentes dos romanos e dos bárbaros, atraídos pelo ideal evangélico, confraternizaram na prática das virtudes, na oração comum, no estudo das letras e da Sagrada Escritura.

18. Por causa do gênero de vida militar das tribos germânicas belicosas que se estabeleceram nas antigas províncias romanas e, também, por causa da decadência da vida urbana e da situação instável das populações do campo ante novos assaltos e outras invasões, o companheirismo, o *comitatus* germânico, somado à política romana da clientela — o cliente dependia de um senhor para a sua subsistência, em troca de serviços — transformou-se aos poucos, nos primeiros séculos medievais, no que se convencionou chamar, desde o século XVIII, de regime feudal, o sistema militar e político que se desenvolveu nos séculos VIII e IX e que atingiu o seu apogeu no século XIII. Esse efetivo feudalismo existiu só na Idade Média Ocidental e nos Estados orientais para onde o transplantaram os Cruzados latinos. O regime feudal, embora já se esboce entre os merovíngios, remonta à instituição da vassalagem carolíngia. O vassalo, explica Halphen, era o "cliente", o protegido de qualquer homem livre de alta categoria social, seu senhor ou patrão, e a quem ele jurava devotamento absoluto, colocando as suas mãos unidas entre as mãos do "senhor" (*senior*), ao lhe prometer absoluta fidelidade. Daí resultavam mais dois traços capitais do feudalismo: a livre associação de pessoas ligadas por juramentos mútuos de proteção e fidelidade e a entrega condicional e limitada pelo senhor ao vassalo de uma propriedade ou benefício que permitia ao dependente o cumprimento mais fácil dos seus deveres militares para com o suzerano (25). Roberto Lopez salienta com perícia e precisão os aspectos essenciais do feudalismo, ao observar que nasceu da prática e não de princípios abstratos, e reconstruiu o Estado sobre as solidariedades voluntárias e particulares expressas nos ritos da *vassalagem* e do *benefício*. Pobres, servos, aventureiros, ricos, poderosos e nobres encomendavam-se ao chefe, juravam fidelidade e

declaravam-se seus vassalos e o chefe em troca lhes assegurava proteção e apoio, concedendo-lhes terras, alfaias, animais e pessoas donde tirassem proveito, *benefício* ou, mais tarde, *feudo*. Desse modo, vassalagem e benefício tornaram-se sistema de governo, quando o vassalo passou a administrar e a defender o feudo, ante o desinteresse crescente do suzerano. Foi a partir do decreto da Assembléia Nacional francesa, de 11 de agosto de 1789, que destruiu o "regime feudal" na França — resto anacrônico das instituições medievais na sociedade moderna — que o termo feudal assumiu conotação pejorativa, acentuada mais tarde pelo marxismo que o associou ao capitalismo num ato de supremo desprezo e condenação de avantesmas econômicos, de tal modo que os marxistas e comunistas trazem carimbada em seus cérebros a acepção pejorativa do termo *feudal*. No entanto, como observa Roberto Lopez, "o feudalismo foi um sistema de governo, como a democracia liberal ou o socialismo, aos quais deixou muitas ruínas a desobstruir, mas também material a recuperar. Hoje, é tão fácil criticá-lo como provar a superioridade do telefone sobre o pombo-correio; o que não impede que, antes da eletricidade, o pombo tenha prestado serviço" (26).

19. Convém destacar, a bem da verdade, que o feudalismo deixou, como diz Lopez, "material a recuperar", já que se está cansado de saber das ruínas que à democracia e ao socialismo coube desobstruir. Assim, o próprio Lopez assevera que o feudalismo foi, mais do que um sistema de governo, um modo de viver que marcou as nossas relações sociais, tanto que "é por causa das tradições feudais que chamamos à mulher que trabalha conosco de 'minha senhora' e que devemos caminhar à sua direita, para o caso de a termos de defender *com a nossa espada*" (27). Durante os séculos em que imperou esse regime militar do feudalismo registraram-se abusos, como em todas as épocas, mas floresceram virtudes notáveis como a lealdade enaltecida na *Canção de Rolando* e no *Parsifal* de Wolfram, a generosidade, a cortesia, a fina flor da civilização nascida no castelo e no domínio rural e um extraordinário senso de justiça que se impunha até mesmo aos representantes mais categorizados da hierarquia feudal, haja visto o famoso episódio da reivindicação feita por Ascelino ante o féretro de Guilherme, o Conquistador, a clamar por justiça, que o cronista Orderico Vital registrou na sua *História Eclesiástica da Inglaterra e da Normandia* e que Rui Barbosa descreveu com tanta eloqüência (28). Régine Pernoud frisa muito bem a diferença entre a nossa sociedade e o mundo feudal. A sociedade contemporânea baseia-se no salário e as relações de homem a homem reduzem-se às do capital e do trabalho, de tal modo que o

dinheiro é o "nervo essencial" das relações sociais, enquanto na Idade Média a sociedade é completamente diferente, por se fundamentar nas relações de homem a homem, na fidelidade de um lado e na proteção, de outro, e isso constitui a essência do liame feudal, pois nesse mundo a noção de trabalho assalariado, e até mesmo a de dinheiro, está ausente e eles são mesmo secundários (29). É bem de notar, outrossim, que o feudalismo não se apresentava da mesma forma e com idêntica feição em todas as regiões da Europa medieval. Durante os séculos IX e X ele firmou-se na França e nos Países Baixos. Durante o XI os normandos introduziram-no na Itália meridional e na Sicília e ele chegou de forma atenuada ao norte da Itália. Na Inglaterra só se estabeleceu de modo completo após a conquista normanda na segunda metade do século XI. Os Cruzados levaram-no à Síria e aos estados estabelecidos no Oriente após a Primeira Cruzada (1096-1099). Na Germânia o feudalismo vingou durante o reinado de Frederico Barba-Roxa (1152-1190), nunca foi sólido na Escandinávia e propagou-se na Península Ibérica após a Reconquista (30), embora vários historiadores, como diz Oliveira Marques, tenham vindo "a criar e a defender um Portugal artificial, *senhorial, não feudal,* espécie de *avis rara* de incerta origem e difícil descrição", tal como o defendeu Alexandre Herculano no opúsculo célebre *Da existência ou não-existência do feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal, 1875-1877* (31). A vassalidade, ensina Oliveira Marques, achava-se perfeitamente estabelecida como instituição em Portugal nos séculos XIII, XIV e XV e as concessões régias em forma de benefício, os préstamos (prestimonia), pessoais de início, tornaram-se depois hereditários, de modo que pelos meados do século XIII havia em Portugal feudos semelhantes aos franceses e aos ingleses (32).

20. De acordo com Erich Fromm, a organização das sociedades obedeceria a um dos princípios, o patricêntrico ou patriarcal, e o matricêntrico ou matriarcal. O primeiro está condicionado à conduta do filho, e o amor do pai caracteriza-se pela justiça, podendo ser perdido e também reconquistado pelo arrependimento. O princípio matricêntrico consubstancia-se na figura da mãe amorosa cujo amor é misericórdia e compaixão. Ora, todo homem e toda mulher precisam de justiça e de misericórdia. O ideal humano e social seria a síntese desses dois pólos masculino e feminino da justiça e da misericórdia que não se pode obter numa sociedade patriarcal, mas que existiu, diz Erich Fromm, em certo grau na Igreja Católica durante a Idade Média. A Virgem Maria e a Igreja, mãe extremosa, são as figuras maternais que encarnam o amor e a misericórdia,

enquanto o papa e o clero, figuras paternas, representam a justiça e constituem os elementos de uma burocracia patriarcal, ficando o papa como o detentor supremo do poder e da justiça. Essa síntese dos princípios patricêntrico e matricêntrico fez da Idade Média um período notável pela unidade vital e pelo equilíbrio social tanto que, em correspondência aos elementos maternos, o processo da produção no seu relacionamento com a natureza caracterizou-se pela cooperação harmoniosa com ela, de modo que o trabalho do camponês e do artesão nunca foi um ataque à natureza nem o seu aviltamento ou exploração. Lutero, no século XVI, acabou de vez com essa síntese ideal dos princípios patricêntricos e matricêntricos e "estabeleceu uma forma puramente patriarcal de cristianismo no Norte da Europa, baseado na classe média urbana e nos príncipes seculares. A essência desse novo caráter social é a submissão à autoridade patriarcal, sendo o *trabalho* o único modo de obter amor e aprovação", sobre ter tal sistema social ensejado o aparecimento da religião industrial, nova religião *secreta,* a "religião cibernética" com o tipo de caráter mercantil, completamente incompatível com o cristianismo autêntico (33).

21. Marrou chama a atenção para o caráter aristocrático da civilização antiga, onde tudo se organizava em benefício de uma elite social, para assegurar a "felicidade" de uma casta de ociosos (34). No ensaio sobre *O Ocidente cristão e a queda do Império,* Christopher Dawson já observara que a sociedade romana não passava de elaborada superestrutura erguida sobre alicerces débeis e instáveis, pois a civilização urbana dessa época era essencialmente a de uma classe ociosa, de uma sociedade de consumidores, que se mantinha à custa do trabalho escravo e da servidão rural, estando o camponês escravo ou livre sujeito à terra que cultivava e que lhe era defeso abandonar (35). Na sua brilhante obra *A Formação da Europa,* o mesmo historiador inglês explica que a transformação da sociedade romana começou nos fins do século II da nossa era, quando as municipalidades e a classe média entraram em declínio, passando a existir duas classes, a dos proprietários de terras e a dos camponeses. As finanças imperiais dependiam do imposto conhecido por *capitatio,* imposto por cabeça, pessoal, devido pelos homens livres que não fossem proprietários de imóveis, imposto que também era conhecido por *jugatio,* imposto predial que recaía sobre o *jugum* ou, nas províncias ocidentais, a *centúria* que equivalia ao arrendamento feito por um camponês. Os rendeiros livres forneciam trabalho gratuito ao poderoso senhor, e os escravos e os rendeiros acabaram por se fundir numa só classe servil de camponeses. Donde se colhe, conclui

Dawson, que antes da queda do Império estava já a aprestar-se uma sociedade semi-feudal (36). Desde o século II d.C., confirma Bühler, começou a *servidão hereditária da gleba* imposta aos camponeses, até mesmo aos que antes eram livres pequenos proprietários ou arrendatários. Os lavradores foram obrigados a trabalhar a terra durante a vida inteira e, ao morrer, esse encargo passava ao seu herdeiro, e eles estavam sujeitos a um senhor territorial ou grande arrendatário de terras do Estado (37).

22. Após o período das grandes invasões, esse regime social acentuou-se na Europa incipiente com a decadência das cidades e a transformação das antigas províncias romanas numa sociedade agrária dominada pelos chefes militares que distribuíam terras aos seus parentes e soldados em troca de seus serviços pessoais. Esses bens, doados pelos chefes militares, foram chamados de *feudo,* termo germânico que significava gado e que foi aplicado ao antigo *beneficium,* terra dada em remuneração de serviços. Aquele que o recebia, o *vassus,* o vassalo, usufruía da terra senhorial para viver e sustentar os seus homens e alimentar os seus cavalos. No século XI o termo *feudo* designava o simples rendimento das terras, e no fim do século XII, as rendas monetárias. *Senhoria* era o território no qual o titular exercia os vários direitos de poder público: justiça, política, exército, etc. Essa instituição surgiu no fim da época carolíngia com a disseminação da nobreza em cargos governamentais e administrativos que se tornaram vitalícios e hereditários, quando na origem haviam sido temporários e de título meramente pessoal. Distinguia-se, no entanto, *senhoria* de *feudo,* pois um senhor podia dar uma terra sem conceder os direitos de poder público. Todavia, as duas instituições acabaram confundindo-se, de modo que no fim do século XIII já eram, de fato, inseparáveis (38). No Portugal da Idade Média, como ensina Oliveira Marques, assim como na França, *senhoria* veio a significar o mesmo que *feudo,* e as terras dos nobres eram as *honras* que gozavam de imunidades e eram livres de quaisquer encargos (39). O historiador lusitano indica o fundamento legal dos três estados típicos da sociedade medieval: a nobreza que guerreia, o clero que reza e o povo que trabalha, ao citar o preâmbulo ao título LXIII do Livro 1 das *Ordenações Afonsinas: "Defensores* são uns dos três estados que Deus quis por que se mantivesse o mundo, cabem assim como os que rogam pelo povo chamam *oradores,* e aos que lavram a terra per que os homens hão-de viver e se mantêm, são ditos *mantenedores,* e os que hão de defender são chamados defensores" (40). Aliás, Oliveira Marques esclarece muito bem que houve feudalismo em Portugal, assim como no resto da Europa, em-

bora esse regime se apresentasse mais puro e completo na França. Diz ele que o Portugal da Idade Média apresentava características próprias e outras provenientes de fatores que resultaram da Reconquista, da tradição moçárabe e islâmica, e essas características devem ser interpretadas e compreendidas em comparação com os outros países europeus e com os estados muçulmanos. "Foi por, em geral, se recusarem a fazê-la, diz Oliveira Marques, que quase todos os historiadores portugueses (com muitos dos seus colegas espanhóis) vieram a criar e a defender um Portugal artificial, "senhorial, não-feudal", espécie de *avis rara* de incerta origem e difícil descrição. Uma vez posta de parte a idéia de um feudalismo monolítico e geograficamente delimitado, a interpretação do estado português da Idade Média e dos começos da era moderna deixa de se apresentar como enigma, embora continuando a levantar numerosos e inumeráveis problemas" (41). Aliás, no tocante à vida e às instituições medievais, é preciso sempre ter muito cuidado no uso de termos empregados para séculos distantes, uma vez que as instituições evoluíram desde a sua origem e que entre o ano 901 e 1201, quando começa o Século de Ouro da Idade Média, correm trezentos anos, o mesmo intervalo que nos separa da corte de Luís XIV e da guerra com os holandeses no Brasil.

23. A princípio, a nobreza era classe aberta. Os nobres eram soldados profissionais que dispunham de recursos para guerrear a cavalo. Logo ela incluiu, também, os funcionários graduados do serviço real e ligados ao rei. Por fim, ela abrangeu os grandes proprietários. No século XIII tornou-se uma casta fechada. Muitos senhores tornavam-se monges ou sacerdotes diocesanos, geralmente dignitários da Igreja, enquanto os camponeses que recebiam a clericatura perdiam a condição de servos. Uma pessoa tornava-se *servo* pelo nascimento e a sua diferença quanto ao camponês livre era mais de reputação do que de efetiva vantagem econômica. Os servos ligados à gleba adquiriam a liberdade, quando o senhor os alforriava individual ou coletivamente através de um comprovante escrito ou quando se refugiava num lugar "franco", com igreja, mosteiro ou cidade livre. Em certas regiões, como na Borgonha e na Champanha, a serva que desposasse um homem livre tornava-se livre também. Em alguns lugares, o servo declarava não confiar mais no senhor, abandonava os seus bens e recobrava a liberdade. Ademais, merece realce especial o caráter patriarcal da organização senhorial que tornava a vida do servo muito diferente e bem melhor do que a dos escravos da antigüidade, dos negros das colônias dos séculos XVII e XVIII e dos obreiros da grande indústria no começo do século XIX, como

ensina Pirenne, no capítulo III da sua clássica *História Econômica e Social da Idade Média.* Diz ele que o senhor não pensava em produzir além das suas necessidades. O camponês vivia tranqüilo sem temer a expulsão da sua terra que era hereditária e o vilão gozava das vantagens da segurança. Em Portugal, o povo compreendia os cavaleiros vilãos, pequenos proprietários que podiam armar-se para a guerra; os peões ou camponeses livres que combatiam a pé e os *malados* que lavravam a herdade alheia às ordens de outrem viviam ao lado dos servos e dispunham da sua pessoa, embora vivessem em condições precárias (42). A entrada na nobreza, em pleno regime feudal, fazia-se pela porta iniciática da ordem da cavalaria e na qual era proibido ao vilão ingressar. Por outro lado, pelas regras da cavalaria, era vedado ao nobre dedicar-se ao comércio e às atividades lucrativas. Raimundo Lúlio diz no *Livro da Ordem da Cavalaria* que o escudeiro deve ser muito rico para poder ser chamado cavaleiro e viver à farta, pois, do contrário, podia tornar-se ladrão, traidor e homem afeito a todos os vícios contrários à Ordem da Cavalaria, a fim de acudir às próprias necessidades (43); e Hearnshaw afirma que a cavalaria inculcou o ideal do serviço social, serviço sem remuneração (44). As atividades lucrativas só constituirão tentação geral para os nobres, a partir do século XII, quando o comércio ressurgir e reanimar as cidades e o dinheiro vier a ser o único meio de obter as coisas boas da vida. Mas, então, o lucro será uma tentação para o nobre, mas sempre algo divergente dos ideais e repulsivo à dignidade da cavalaria. Antes, porém, da nova época de ascensão social do burguês e de consagração do comerciante, quem trabalhava mesmo na sociedade feudal era o camponês que lavrava a terra e, como observa ainda Oliveira Marques, "lavrar a terra" era expressão de sentido alegórico, e o lavrador, o símbolo do obreiro por ser o trabalhador por excelência (45). Além de ganhar o pão com o suor do rosto, tal como o prescreve a Bíblia, o camponês pagava aos senhores diversos impostos tais como, em Portugal, o foro — prestação-base nas terras exploradas *a prazo* ou *a foro* — direituras, eirádega, jantar, jugada, serviços braçais ou jeiras, corvéias — jornadas de trabalho gratuito para o senhor — e o dízimo para a Igreja.

24. É preciso lembrar, todavia, que muitos nobres e cavaleiros não correspondiam ao seu retrato ideal e, como observou Raimundo Lulio, desonravam a Ordem da Cavalaria. Joaquim Ferreira descreve com vivas cores os abusos cometidos por muitos nobres: a violência a explodir em exibições de ferócia verdadeiramente barbaresca, as guerras entre solares, os homicídios e os raptos violentos, o desres-

peito aos decretos do rei e às regalias municipais. "A lei, diz ele, não os amedrontava, nem era suficiente para subjugar o poderio anárquico dos fidalgos. E neste meio barbarengo brotou a ordem da cavalaria! Como nos pântanos floresce o nenúfar, a mais delicada instituição da Idade Média irradiou destes homens viciados no emprego da força muscular, sôfregos de domínio" (46). Na cavalaria, tal como no cristianismo, na ordem monástica e na universidade, existem ideais alevantados dos quais ficam muito distantes os homens na sua encarnação quotidiana e rotineira podendo, por isso, comparar-se os cavaleiros sem mácula aos santos e sábios que não fulgem a todo instante no céu da nossa vida. A Igreja Católica esforçou-se durante séculos para civilizar os bárbaros e amansar os soldados rudes e boçais que lutavam a cavalo. Na evolução da instituição da cavalaria ela conseguiu dar-lhes um tom evangélico, introduzindo o rito religioso para a ordenação do cavaleiro, enaltecendo-lhe as virtudes peculiares, elaborando um código de conduta, sobre tomar várias medidas para coibir as arbitrariedades e as violências dos cavaleiros que freqüentemente não passavam de bandidos e salteadores. Como diz Hearnshaw, o cavaleiro do primeiro período normando não era indivíduo simpático e ninguém gostava dele, pois roubava os bens da Igreja, desafiava a disciplina eclesiástica e aterrorizava o povo com as suas exações e comportamento desalmado (47). A fim de se defender, e ao povo, contra as injustiças e as violências dos barões, a Igreja lançou os movimentos da Paz de Deus e da Trégua de Deus. A Paz de Deus, *Pax Dei* foi o recurso excogitado pela Igreja para salvaguardar a paz contra o hábito belicoso dos cavaleiros que promoviam constantes guerras privadas sem respeitarem lugares nem épocas e prejudicando os inocentes e os fracos. Os concílios de Charroux (989) e de Puy (990) ditaram leis contra os ataques à mão armada e as pilhagens que vitimavam os pobres e os mercadores. O bispo de Puy reuniu os cavaleiros da região e obrigou-os a jurar que não oprimiriam os pobres e as igrejas, não lhes roubariam os bens e devolveriam o que já haviam furtado. Assim o fez, também, o bispo de Limoges seguido pelos bispos da Aquitânia, pelos barões e pelo duque da Guiana em 997 e pelo concílio de Poitiers no ano 1000. A Paz de Deus estendeu-se pela França e pela Flandres, foi prestigiada pelo rei Roberto, o Piedoso, na assembléia de bispos e nobres em 1010, e os concílios de Verdun em 1016, de Limoges em 1031 e de Bourges em 1038 impuseram a Paz de Deus sob pena de excomunhão aos que destruíssem igrejas, roubassem clérigos, monges e mercadores, arrasassem campos e vinhas, açoitassem aldeões e roubassem bois, vacas, asnos, porcos, ovelhas, etc. Inspirados por Santo Odilão, abade de Cluny, os bispos da Provença no concílio de 1041,

na diocese de Elna, promulgaram a Trégua de Deus, *Tregua Dei,* suspensão de qualquer guerra ou combate desde a quarta-feira de tarde à segunda-feira de manhã e durante os tempos sagrados do Advento, Quaresma, Páscoa e Pentecostes. Esse uso espalhou-se na Normandia, na Inglaterra, na Espanha e na Alemanha e nesta, máxime, por obra de Henrique III. O concílio de Clermont, em 1095, promulgou a Trégua de Deus por três anos, e os três concílios ecumênicos de Latrão (IX, X, XI) em 1123, 1139 e 1179 prescreveram-na para toda a Igreja. "Temos de reconhecer, no entanto, diz Villoslada, que, se as intenções foram excelentes, os resultados sempre foram medíocres" (48).

25. A propósito da Idade Média fala-se da divisão dos homens em *humiles* e *potentes,* os pobres e os poderosos ou os ricos. Mas seria ridículo apresentar essa divisão social, como se ela fosse típica da Idade Média, uma vez que tal é a partição social da humanidade, desde os albores da História. Aliás, desde que surgiu no fim do mundo antigo, o cristianismo contribuiu para melhorar a sorte dos *humiles,* isto é, dos pobres, órfãos, viúvas, estrangeiros e condenados das prisões e das minas, assim como se distinguiu pelo alto conceito que teve da dignidade do trabalho (49). No início da Idade Média já se organizara a assistência aos pobres. Nos séculos V e VI, vigorava na Itália o regime da diaconia e na Gália difundira-se o sistema da matrícula dos pobres, lista de necessitados inscritos oficialmente numa paróquia, a fim de receberem auxílio da Igreja que contava nessa época com grandes recursos. No século VII a matrícula começou a tornar-se rara nas cidades da Gália, mas persistiu no campo e acabou por se confundir com o *xenodochium,* asilo para os pobres, os doentes e os peregrinos (50) e que, principalmente na primeira parte da Idade Média, se tornou uma dependência dos mosteiros. Segundo a Regra Beneditina, o hóspede deve ser acolhido como o próprio Cristo: "Mostre-se principalmente um cuidado solícito na recepção dos pobres e peregrinos, porque, sobretudo na pessoa desses, Cristo é recebido (51).

26. Finalmente, podemos referir-nos à escravidão na Idade Média. Como o reconhecem com franqueza e propriedade, na sua *História da Igreja,* Bihlmeyer e Tuechle, na Idade Média a escravidão perdurou tenazmente junto com o comércio de escravos, principalmente prisioneiros de guerra. Sob a influência do Cristianismo e com a transformação das condições econômicas, muitos escravos tornaram-se servos da gleba e a sua situação tendeu a melhorar à medida em que o espírito cristão impregnava as instituições. Como o reconheceu o direito justinianeu nas *Institutas,* a escravidão era ins-

tituição do direito das gentes que deixava o homem sob o domínio de outro, mas contra a exigência da natureza, *contra naturam* (52). Ora, como observa Minnerath, os cristãos aceitaram como elementos deste mundo as estruturas sociais romanas, particularmente a escravidão, mas introduziram o espírito de caridade nas relações entre os irmãos (53). Na época feudal, no mais ínfimo degrau da escala social achavam-se os servos domésticos, *vernaculi,* e os artesãos, *operarii,* que pouco se distinguiam dos antigos escravos, eram tratados cruelmente e chicoteados pela mínima falta. A Igreja não aprovava esse estado de coisas, mas procurava transformá-lo (54). Na certeira verificação feita por Leclercq, os primeiros cristãos pretendiam purificar os costumes e a sua preocupação moral voltava-se para a ação individual, e as instituiçõees apareciam como estruturas exteriores à pessoa e, portanto, remotas e intangíveis, enquanto a vida pessoal decorria no seu contexto (55). Só no século XX é que a Igreja Católica passou a contestar, por injustas, as próprias estruturas sociais pois, como reza a constituição pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II, "a ordem social e o seu progresso devem coordenar-se incessantemente ao bem das pessoas, pois a organização das coisas deve subordinar-se à ordem das pessoas e não ao contrário", ordem que deve desenvolver-se continuamente, construída sobre a justiça e animada pelo amor. "Para se cumprirem tais exigências, devem-se introduzir uma reforma da mentalidade e amplas mudanças sociais" (56).

27. A verdade é que o Cristianismo proclamou a igualdade de todos os homens. Como diz São Paulo, "não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Cristo Jesus. E se vós sois de Cristo, então sois descendência de Abraão, herdeiros segundo a promessa" (57). No entanto, São Paulo não investe contra a malsinada instituição social da escravidão, mas recomenda paciência aos escravos e bondade aos seus senhores (58). Contudo, a semente fora lançada e, observa José De Maistre, "a religião começou a trabalhar sem descanso para abolir a escravidão" (59). De Maistre cita o famoso passo de Voltaire em que este filósofo iluminista exalta a memória do papa Alexandre III, por ter declarado em nome do concílio que todos os cristãos devem ser isentos da servidão (60). Godefroid Kurth tem páginas magistrais sobre a Igreja e a escravidão na Idade Média. Diz ele que os bárbaros, habituados ao luxo e aos costumes refinados dos romanos, haviam aprendido a arte de se fazerem servir e precisavam de escravos, e que a Igreja interveio com prudência e firmeza sem pretender resolver a questão imedia-

tamente. À luz das atas dos concílios, Kurth assinala as medidas tomadas pela Igreja em favor dos escravos aos quais ela reconheceu a dignidade de homens e de cristãos (61). Aliás, desde o início da Idade Média, os apóstolos dos bárbaros bateram-se pela libertação dos escravos, tanto que um dos títulos dados pelos hagiógrafos da época aos santos é o de "redentor dos cativos", como nos casos de Aidano de Lindisfarne, Amando de Tongres, Cesário de Arles ou Germano de Paris. Régine Pernoud observa que os exemplos de servos elevados às dignidades eclesiásticas ou leigas mostram que as comunidades religiosas não consideravam os camponeses como uma reserva cômoda de mão-de-obra ou de irmãos conversos (62). Em *Lumière du Moyen Âge,* a mesma autora ressalta várias personagens que se elevaram na escala social graças aos próprios méritos e ao sistema aberto de ascensão social propiciado pela Igreja. Diz ela que na Idade Média havia pouca diferença na educação proporcionada a crianças de condições diversas, pois os filhos dos menores vassalos eram educados no solar do senhor junto com os do suzerano, e os dos ricos burgueses submetiam-se ao mesmo aprendizado que o mais humilde dos artesãos, se pretendiam manter, por sua vez, a loja paterna. Além disso, muitos homens de humilde extração projetaram-se na vida social do seu tempo, tais como Sugério, filho de servos, que governou a França durante a cruzada de Luís VII; Maurício de Sully, bispo de Paris que fez construir Notre Dame, nasceu de um mendigo; São Pedro Damião, famoso reformador e sábio, guardou porcos na infância, e um dos luminares da ciência medieval, Gerberto de Aurillac, foi pastor; o papa Urbano VI era filho de um modesto sapateiro, enquanto o grande papa Gregório VII era filho de um cabreiro.

28. Alexandre Herculano salienta que o cristianismo pela sua índole admirável promoveu a libertação das classes servas, "fazendo coar lentamente nos ânimos a idéia da dignidade moral do cristão... A liberdade humana converteu-se num princípio universal, a servidão num fato excepcional. Ao terminar o século XIII, pode-se afirmar, sem receio de que os monumentos venham desmentir-nos, que a escravidão pessoal só existia para um número insignificante de produtores, de obreiros, os sarracenos cativos na guerra, que não tinham podido remir-se" (63). Sem embargo disso, permaneceram na Europa quistos locais de servidão na França, na Alemanha e alhures, o que é perfeitamente compreensível em termos de cobiça humana quando no Brasil, na segunda metade do século XX, e perto do ano 2000, os jornais ainda noticiam casos de escravidão rural.

Notas

1. S. Aurelii Augustini, *De Urbis excidio Sermo.* Migne, PL 40 (1887), cl. 715-724. Veja-se, ainda, o sermão 296, PL 38 (1865), particularmente os capítulos 5, 6 e 7, cl. 1355-1357.
"A origem primeira das invasões deve ir buscar-se ao Extremo Oriente, às fronteiras do império chinês, donde os hunos, desde há muito flagelo da China, tinham sido expulsos graças aos esforços dos imperadores Han e à realização da grande linha de defesa que vai do norte da China ao Turquestão oriental. A onda, contida assim a Leste, fez ricochete para Oeste e veio engrossar atrás das muralhas do Ocidente romano. Dawson, *A Formação da Europa,* pág. 108.
"Em 375 da nossa era, (os hunos ocidentais) esmagaram o reino ostrogodo e avançaram contra os visigodos. Estes puseram-se à mercê de Roma, que os autorizou a atravessar o Danúbio e a estabelecerem-se na Mésia; mas a opressão dos oficiais romanos levou-os à revolta e, reforçados pelos ostrogodos e pelos alanos sármatas de além-Danúbio, invadiram as províncias balcânicas. Em 378 venceram o imperador Valente diante de Andrinopla... É uma das batalhas decisivas da história, porque marca a vitória definitiva da cavalaria bárbara sobre a infantaria romana." Dawson, *ib.,* pág. 109.

2. ".. velut examen apium erumpens in terram Europa advenit..." Jordanis, *Getica,* I, 9, pág. 56; IV, 25, pág. 60.

3. Halphen, *Les Barbares,* pág. 6.

4. G. Bloch, *L'Empire romain.* Évolution et décadence, pág. 296.

5. Libanius, "Oratio XXIV", especialmente os caps. 1, 2, 3, 4, 5 e 6, in *Libanius Selected Works,* vol. I, págs. 490, 492 e 494.

6. S. Jeronimus, *Epistola LX, Ad Heliodorum Epitaphium Nepotiani.* Migne, PL 22 (1854), cl. 589-602.
— Saint Jérôme, *Lettres,* T. III, pág. 90 e seguintes.
— *Cartas de San Jerónimo.* Edición bilingüe. Introducción, versión y notas por Daniel Ruiz Bueno, pág. 527 e seguintes.

7. G. Bloch, *L'Empire Romain.* Évolution et décadence, págs. 296 e 298.

8. Pasquale Villari, *Le invasioni Barbariche in Italia,* pág. 126.

9. Villari, *ib.,* pág. 127. Jordanis, *Getica,* XLV, 241, pág. 120.

10. Walsh, *Humanismo Medieval.*

11. Maurice De Wulf, *Philosophy and Civilization in the Middle Ages,* págs. 12-13.

12. "During the Dark Ages, whatever learning and education survived the barbarian cataclysm had their home almost exclusively in the monasteries and the cathedrals; and during this period the monastic schools were perhaps slightly in advance of the secular. The period has been called the Benedictine age." Hastings Rashdall, "The Medieval Universities", in *The Cambridge Medieval History,* volume VI, chap. XVII, pág. 559-601.

13. Com os lombardos, diz Marrou, "a península conheceu horrores análogos aos que a Gália e o resto do Ocidente padeceram 150 anos mais

cedo. É então que a barbárie se estende sobre a Itália; durante quase mais de um século, do fim do século VI ao fim do século VII, este país, por tanto tempo guardião da tradição clássica, vê o nível intelectual da cultura degradar-se até um nível quase merovíngio". Henri-Irénée Marrou, *História da Educação na Antigüidade,* pág. 528.

14. Miss Margaret Deanesly, "Medieval Schools to *c.* 1300", in *The Cambridge Medieval History,* vol. V, pág. 766.

15. Henri-Irénée Marrou, *Décadence romaine ou antiquité tardive?* IIIe-IVe siècle, págs. 144 e 147.

16. Giesebrecht, *De litterarum studiis apud Italos primis medii aevi saeculis.* Berlim, 1845, *apud* Ozanam, *La Civilization au Cinquième Siècle, T. II,* pág. 356-357.

17. A. F. Ozanam, *La Civilization au Cinquième Siècle,* 2e édition, t. II, pág. 355 a 433.

18. Ozanam, *ib.,* pág. 358.

19. Na verdade, parece que tal concílio foi o Qüinissexto ou "in Trullo", de 1 de setembro de 692. Eis o texto dos cânones:

    "51. Le saint et oecuménique concile condamne les mimes et leurs pièces théatrales; de même leurs tréteaux pour les chasses et les danses théatrales. Quiconque s'adonne à ces choses sera, s'il est clerc, déposé; s'il est laïque, excommunié."

    "71. Ceux qui ont été instruits dans les lois civiles (les jeunes juristes) ne doivent pas se conformer à des usages païens, comme de paraître au théatre, de se vêtir d'habits étrangers, etc., et cela sous peine d'excommunication." Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les documents originaux,* tome III, 1ère Partie, págs. 569 e 572.

    Esse concílio foi chamado de "in Trullo", porque foi realizado na sala, *in trullo,* do palácio imperial de Constantinopla. Foi denominado Qüinissexto, porque devia ser o complemento dos concílios V e VI, e foi convocado para tomar medidas disciplinares, tendo sido as suas atas aprovadas em Roma pelo papa Sérgio. Realizou-se em 692, embora alguns autores tenham querido fixar a sua data em 686.

20. Ozanam, *ib.,* págs. 359 a 366.

21. Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles,* tome III, 1ère Partie, págs. 481-482.

22. "Per te, clementissime rex, per te, inquam, disciplinae studia moliuntur iura barbaricae gentis invadere, quae sibi velut vernacula proprietate soles inscitiam vindicare." S. Fulgentii, *Ad Trasamundum Libri III,* Lib. I, II, 2, pág. 99. Migne PL 65 (1892), cl. 226 D.

23. Riché, *L'Éducation aux Temps Barbares,* pág. 102-115.

    Conta Jordão na sua *História dos Godos* (Getica), cap. XXV, que os visigodos, ao solicitarem ao imperador Valente, irmão de Valentiniano I, uma parte da Trácia ou da Mésia para aí se estabelecerem, prometeram em compensação viver sob as suas leis, submeter-se à sua autoridade, prometendo tornar-se cristãos, desde que ele lhes enviasse padres que falassem a sua língua, *si doctores linguae suae donaverit.* Valente aceitou a proposta e recebeu os godos na Mésia como uma muralha do império contra os ataques de outras nações. E como o imperador

estivesse então infectado pelos pérfidos erros dos arianos, *arianorum perfidia saucius,* fechara todas as igrejas católicas, enviou-lhe pregadores da sua seita, que envenenaram com a sua heresia esses recém-vindos incultos e ignorantes. Foi assim, por obra do imperador Valente, informa o bispo Jordão, que os visigodos não se tornaram cristãos mas arianos, *sic quoque Vesegothae a Valente imperatore Ariani potius, quam christiani effecti.* E os visigodos, por sua vez, espalharam as suas crenças heréticas entre os outros bárbaros que falavam a sua língua, *hius perfidiae culturam edocentes, omnem ubique linguae huius nationem ad culturam huius sectae invitavere.*

24. Duchesne, *L'Église au VIème siècle,* chap. IV, pág. 147.

25. Halphen, *L'Essor de l'Europe,* pág. 5-7.

26. Roberto Lopez, *Nascimento da Europa,* pág. 163-164.

27. Roberto Lopez, ib., pág. 166.

28. "Tunc Ascelinus, Arturi filius, de turba surrexit, et voce magna querimoniam huiusmodi cunctis audientibus edidit: "Haec terra, ubi consistitis, area domus patris mei fuit, quam vir iste, proquo rogatis, dum adhuc esset comes Normandiae, patri meo violenter abstulit, omnique denegata rectitudine, istam aedem potenter fundavit. Hanc igitur terram calumnior, et palam reclamo; et ne corpus raptoris operiatur cespite meo, nec in haereditate mea sepeliatur, ex parte Dei prohibeo". Hoc ut episcopi et proceres alii audierunt, et vicinos eius, qui eumdem vera dixisse contestabantur, intellexerunt, hominem accersiunt, omnique remota violentia, precibus blandis lenierunt, et pacem cum eo fecerunt. Nam pro loculo solius sepulturae sexaginta solidos ei protinus adhibuerunt, pro reliqua vero tellure, quam calumniabatur, aequipollens mutuum eidem promiserunt, et post non multum temporis pro salute specialis heri, quem diligebant, pactum compleverunt." Ordericus Vitalis, *Historia Ecclesiastica,* Paris III, Lib. VII, cap. XIII, Migne, PL 187 (1890), cl. 554 A.

"Senhores:

Quando Guilherme I da Inglaterra, depois de atravessar a Normandia, talando as searas, arrancando os vinhedos, cortando os pomares, incendiando vilas e cidades, caiu mal ferido nas ruas de Nantes, abrasada em chamas, exalando o último alento no mosteiro de Saint-Gervais, o cadáver do rei, abandonado pela nobreza e pelo clero, no meio das cenas de pilhagem, que se seguiram, só em um fidalgo normando encontraram mãos piedosas, que o transportaram para a abadia de Saint-Étienne, erigida pelo morto em Caen, onde, ainda hoje, lhe dormem os restos debaixo de uma lápide negra. Mas, antes de se recolher à derradeira jazida, quando lhe abriam, entre o coro e o altar, a cova, aonde ia baixar o féretro do conquistador, um caso estranho e insólito deteve a santa cerimônia, enchendo os circunstantes de assombro. Da turba dos fiéis saíra à frente um homem, ouvindo-se-lhe da boca o brado legal de apelo à justiça e à lei, haro! o *Aqui d'el-rei* daqueles tempos e terras, contra o ato que se estava a consumar. Tomados, assim, de sobressalto, quedaram todos, encarando o intruso. Era Ascelino, filho de Artur, modesto sujeito, cujo nome esse rasgo imortalizou.

'Clérigos e bispos!' clamou o desassombrado cavalheiro, 'o chão em que estais era o sítio da casa de meu pai. O homem, por quem fazeis preces, no-lo tomou à força, quando simples duque de Normandia, e,

com afronta de toda a justiça, por um ato de poderio tirânico, aqui fundou esta abadia. Eu não o vendi, não o empenhei, também o não perdi por sentença, nem lho dei. Reclamo, pois, este terreno, demando a sua restituição e, em nome de Deus, proíbo que o corpo do esbulhador se cura com a gleba da minha propriedade, que durma na herança dos meus'. .... Quem lhe toma o passo? Não é o anátema de um papa. Não são os decretos de um monarca, ou as armas de um invasor. Não é o clero, nem a fidalguia, ou a multidão sublevada. É apenas o braço de um súdito, que se estende; é o grito de um direito ferido, que dos lábios se lhe ergue, ali, contra tudo e contra todos. A iniqüidade, que o espoliava, nascera do coração do mais poderoso dos reis, consolidara-se na pedra e na cal de uma grande construção, assumira a inviolabilidade e a magnificência das casas do Senhor, naquela época veneradas como dependências do céu, e ali estava, na pessoa da criatura onipotente que o perpetrara, entre as mitras e os báculos, as lanças e as espadas, que enchiam a nave...

Em toda a história não sei se haverá, senhores, um rasgo de energia individual, onde a justiça apareça mais augustamente na sua majestade. Considerai que o incidente se passava, há mais de oitocentos anos, no século onze, e vede, nessa lição da Idade Média, quanto certas nações, que, ao presente, se envaidecem de civilizadas, têm onde aprender nas eras mais grosseiras e remotas. Ninguém se lembrou então de amordaçar a queixa importuna, de ver um desacato ao cetro naquela resistência ao enterro de um autocrata, de estranhar como sacrilégio aquela interrupção de um serviço religioso, de enxergar naquela ousadia uma profanação da morte, do altar, ou do divino direito da realeza. Não. A família de Guilherme cedeu à evidência da causa, pagando à vista o custo do sepulcro e logo depois a valia total do campo.

Os que não sabem o que é a Justiça, ponham os olhos neste espetáculo medievo e vejam com que grandeza ele ressai da barbaria das idades menos livres. O templo, a morte, os próprios funerais dos senhores do mundo, nada se opõe a que ela se exerça e domine e triunfe... O direito nunca teve, na cena antiga ou moderna, um espetáculo que melhor o exprimisse." Rui Barbosa, *Ruínas de um Governo,* pág. 191

29. Régine Pernoud, *Lumière du Moyen Âge,* pág. 29.

30. Lyon, B. "Feudalism", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. V, pág. 902.

31. Alexandre Herculano, *Opúsculos.* Tomo V. Controvérsias e Estudos Históricos, t. II, pág. 183-315.

32. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal,* vol. I, pág. 126. "Uma vez posta de parte a idéia de um feudalismo monolítico e geograficamente delimitado, a interpretação do estado português da Idade Média e dos começos da era moderna deixa de se apresentar como enigma, embora continuando a levantar numerosos e inevitáveis problemas." Oliveira Marques, *ib.,* pág. 125.

33. Erich Fromm, *Ter ou Ser?,* págs. 145-146 e seg.

34. H. J. Marrou, *Décadence romaine ou antiquité tardive?* IIIe-IVe siècle, pág. 139.

35. Dawson, *Ensayos acerca de la Edad Media,* pág. 48 a 77.

36. Dawson, *A Formação da Europa,* págs. 103-105.

37. J. Bühler, *Vida y Cultura en la Edad Media,* pág. 120.

38. Jacques Ellul, *Histoire des Institutions,* 3. Le Moyen Âge, pág. 145.

39. O. Marques, *História de Portugal,* vol. I, pág. 126.

40. O. Marques, *ib.,* pág. 131.

41. O. Marques, *ib.,* pág. 125.

42. "A qualificação de *malado* atribuía-se às vezes a um simples colono particular e ainda público, mas, muitas outras, correspondia ao familiar, ao cliente, ao protegido de um poderoso, que tomava qualquer debaixo da sua proteção (comenda) a troco de serviços ou de dinheiro; e às relações que em virtude dessa espécie de contrato nasciam entre um e outro chamava-se *maladia.* Com a transformação lenta da sociedade, com o progresso da libertação das classes laboriosas, o valor de tais palavras devia ir-se alterando e tornar-se flutuante e vago, como todas as expressões demasiado genéricas. Não admira, por isso, que nos conselhos organizados durante os séculos XII e XIII a denominação de *malado* abrangesse tanto o cultivador livre não proprietário, como o familiar, o jornaleiro, o homem sujeito à domesticidade e colocado numa situação mais ou menos próxima da servidão antiga." Alexandre Herculano, *História de Portugal,* Livro VIII, Parte III, 4.ª edição, Tomo IV, págs. 338-339.

43. Ramon Llull, "Libro de Caballería", Parte III, 16, in *Obras Literarias,* págs. 124-125.

44. Coulton, *Medieval Panorama,* pág. 235. Entre os deveres da cavalaria contava-se o viver pela honra e pela glória, desprezando a recompensa pecuniária. Hearnshaw, "A Cavalaria e o seu lugar na História", in Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval,* pág. 34.

45. Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa,* pág. 131.

46. Joaquim Ferreira, *História de Portugal,* pág. 73.

47. F. J. C. Hearnshaw, "A Cavalaria e o seu lugar na História", in Edgar Prestage, *A Cavalaria Medieval,* págs. 14 e 15.

48. P. Ricardo García Villoslada S. J., *Historia de la Iglesia Católica.* Tomo II, Edad Media (800-1303), págs. 192-193.
K. Bihlmeyer-H. Tuechle, *História da Igreja,* vol. 2, pág. 147.
Sobre a Trégua de Deus veja-se, ainda, Jaime Balmes, *El Protestantismo comparado con el Catolicismo,* cap. 32, págs. 280 a 287.

49. Minnerath, *Les Chrétiens et le Monde* (Ier et IIe Siècles), págs. 295 e 297.

50. Jean-Louis Goglin, *Les misérables dans l'Occident médiéval,* pág. 32 e seguintes. Sobre a pobreza na Idade Média vejam-se os *Études sur l'Histoire de la Pauvreté* (Moyen Âge - XVIe siècle) sous la direction de Michel Mollat.

51. *Regra de São Bento,* cap. 53, pág. 92.

52. "Servitus autem est constitutio iuris gentium, qua quis dominio alieno contra naturam subiicitur." *Instituciones de Justiniano,* Livro I, título III, 2, pág. 33.
"Além dos que nascem das escravas (há os que o chegam a ser ou segundo o direito das gentes pelo cativeiro ou segundo o direito civil,

quando um homem livre, maior de vinte anos, se deixa vender para ganhar dinheiro." *Ib.*, pág. 33.
K. Bihlmeyer-H. Tuechle, *História da Igreja,* vol. 2, pág. 147.

53. Minnerath, *Les Chrétiens et le Monde* (Ier et IIe Siècles), págs. 326-327.
Consulte-se, a respeito da questão, G. K. Chesterton, *Pequena História de Inglaterra,* págs. 42 a 46; Duby, *Guerriers et Paysans,* pág. 43.

54. Boissonade, *Le travail dans l'Europe chrétienne au Moyen Âge,* págs. 169-170; Leclercq, *Leçons de Droit Naturel,* IVe (1), pág. 155, nota 2 e pág. 157.

55. Leclercq, *ib.*, pág. 161.

56. *Compêndio do Vaticano II,* pág. 170.

57. São Paulo, *Aos Gálatas,* III, 28; *I Coríntios,* XII, 13; *Colossenses,* III, 11.

58. São Paulo, *Aos Efésios,* VI, 5; *I Timóteo,* VI, 1.

59. Joseph De Maistre, *Du Pape,* pág. 234.

60. Voltaire, *Ensayo sobre las costumbres y el espíritu de las naciones,* cap. 83, pág. 567. De Maistre, *Du Pape,* pág. 234.
O cânon 26 do Décimo Primeiro Concílio Ecumênico de 1179, convocado pelo papa Alexandre III, reza que judeus e sarracenos não devem possuir escravos cristãos: "Judaei sive Saraceni nec sub alendorum puerorum obtentu, nec pro servitio, nec alia qualibet causa, christiana mancipia in domibus suis permitttantur habere." Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tome V, Deuxième Partie, pág. 1105. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1913, 1778 págs. Citamos o asserto de Voltaire e o endosso que lhe deu De Maistre. Não conseguimos, no entanto, localizar a declaração papal em nenhuma ata dos concílios do século XII. Parece-nos que o único passo explícito em documento pontifício da Idade Média sobre a abolição da escravatura é o da epístola do papa João VIII aos príncipes da Sardenha: "... Unde vos exhortamur et paterno amore praecipimus, ut, cum captivos aliquos ab ipsis redemeritis, pro salute animae vestrae liberos eos abire sinatis." Iohannes VIII, *Ep. "Unum est" ad principes Sardiniae,* cc. Sept. 873, in Denzinger-Schönmetzer, *Enchiridion Symbolorum.* Definitionum et Declarationum de Rebus Fidei et Morum. Editio XXXIII emendata et aucta. Barcelona, Herder (954 pags.), n.º 668, pág. 222.

61. Em primeiro lugar, a Igreja proibiu que o escravo fosse vendido a pagãos ou a judeus, para que não imolasse aos seus deuses ou não o obrigassem a abjurar a sua religião. 2) Protegeu-lhe a vida, identificando ao assassino e ferindo com a excomunhão o senhor que o matasse num movimento de cólera. Deu-lhe a família, declarando indissolúvel o seu casamento, mesmo contra a vontade do senhor. 3) Conservou-lhe a pátria e o lar, proibindo vendê-lo além das fronteiras, o que parece ter sido o destino ordinário dos escravos germânicos outrora. 4) Restituiu-lhe a dignidade de cristão, concedendo-lhe o repouso do domingo e reivindicando a sua liberdade contra o senhor que queria forçá-lo a trabalhar no dia do senhor. "L'esclave ainsi relevé n'était plus un esclave, bien qu'il continuât d'en porter le nom; mais ce nom même avait changé de signification, il était monté en grade, si l'on peut

ainsi parler, avec l'homme qui le portait." G. Kurth, *Les Origines de la Civilisation Moderne,* T. II, chap. X, pág. 115.

62. Régine Pernoud, *Pour en finir avec le Moyen Âge,* pág. 64.

63. Alexandre Herculano, *História de Portugal,* t. III, págs. 391-392. Segundo Guy Fourquin, pela metade do século XIII na França os servos podiam comprar a sua liberdade pessoal e na região do Mâconnais de 1105 o qualificativo de *servus* foi aplicado pela última vez num ato escrito para designar uma qualidade social-jurídica, e em seguida todos os camponeses situavam-se no mesmo plano, ao passo que o termo *servo* no fim do século XII só era usado no repertório das injúrias. Convém notar, entretanto, observa Fourquin, que a *liberdade* do século XII que também se chama *franquia* são abrandamentos da exploração senhorial. Guy Fourquin, *Seigneurie et Féodalité au Moyen Âge,* pág. 177.

Bibliografia

Antonetti, Guy — *A Economia Medieval.* Tradução de Hilário Franco Junior. São Paulo, Editora Atlas S.A., 1977, 119 págs.

Balmes, Jaime — *El Protestantismo comparado con el Catolicismo en sus relaciones con la civilización europea.* Buenos Aires, Emecé Editores, S.A., 1945, 783 págs.

Barbosa, Ruy — *Ruínas de um Governo.* O Governo Hermes, as Ruínas da Constituição. A Crise Moral. A Justiça. Manifesto à Nação. Prefácio e Notas de Fernando Nery. Rio, Editora Guanabara, 1931, 261 págs.

Belloc, Hilaire — *L'Anima Cattolica de l'Europa.* A cura di M. Bendiscioli. 4.ª Edizione. Brescia, Morcelliana, 1946, 291 págs.

Bihlmeyer, Karl e Tuechle, Hermann — *História da Igreja.* Tradução do Pe. Ébion de Lima, SDB. São Paulo, Edições Paulinas, 1964, 3 vol.

Bloch, G. — *L'Empire Romain.* Évolution et décadence. Paris, Ernest Flammarion, Éditeur, 1922, 313 págs.

Bloch, Marc — *La Société Féodale.* Les Classes et le Gouvernement des Hommes. Paris, Éditions Albin Michel, 1949, 287 págs.

Boissonade, P. — *Le Travail dans l'Europe Chrétienne au Moyen Âge* (Ve-XVe Siècle). Paris, Librairie Félix Alcan, 1921, 431 págs.

Bühler, J. — *Vida y Cultura en la Edad Media.* Versión española de Wenceslao Roces. México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 324 págs.

Chesterton, G. K. — *Pequeña Historia de Inglaterra.* Versión castellana de Alfonso Reyes. Madrid, Editorial Saturnino Calleja S.A., 1920, 313 págs.

Compêndio do Vaticano II. Constituições, Decretos, Declarações. Introdução e Índice Analítico de Frei Boaventura Kloppenburg O. F. M. Coordenação Geral de Frei Frederico Vier O. F. M. 3.ª edição. Petrópolis, Editora Vozes Limitada, 1968, 743 págs.

Coulton, G. G. — *Medieval Panorama.* The English scene from Conquest to Reformation. New York, Meridian Books, 1957, 801 págs.

Courcelle, Pierre — *História Literária das Grandes Invasões Germânicas.* Edição ampliada e corrigida. Tradução por Frei Evaristo Paulo Arns O. F. M. Petrópolis, R.J., 1955, Editora Vozes Ltda., 1955, 350 págs.

Dawson, Christopher — *Ensayos acerca de la Edad Media.* Traducción del inglés por Justo Fernández Buján. Madrid, Aguilar, 1956, 332 págs.

——————— — *A Formação da Europa.* Braga, Livraria Cruz, 1956, 348 págs.

Deanesly, Margaret — "Medieval Schools to c. 1300, in *The Cambridge Medieval History,* volume V. Cambridge, University Press, 1968, págs. 765-779.

Delorme, Jean — *Les Grandes Dates du Moyen Âge.* Troisième Édition mise à jour. (Que sais-je? N.º 1088.) Paris, Presses Universitaires de France, 1970, 126 págs.

Dobb, Maurice e outros — *Do Feudalismo ao Capitalismo.* Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte. Revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. São Paulo. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. 1.ª edição, 1977, 174 págs.

Dossat, Y. — "Inquisition", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. VII, pág. 535 a 541. New York, McGraw-Hill Book Company, 1967, 15 vol.

Duby, Georges — *Guerriers et Paysans.* VIIe-XIIe siècle. Premier essor de l'économie européenne. Paris, Gallimard (nrf), 1973, 308 págs.

Duchesne, L. Mgr. — *L'Église au VIe siècle.* Paris, Ancienne Librairie Fontemoing et Cie.-E. de Boccard, Successeur, 1925, 663 págs.

Ellul, Jacques — *Histoire des Institutions,* 3. Le Moyen Âge (Collection Thémis). Paris, Presses Universitaires de France, Nouvelle édition, 1962, 362 págs.

Fernández, Luis Suárez — *Historia Social y Económica de la Edad Media Europa.* Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1969, 416 págs.

Ferreira, Joaquim — *História de Portugal.* 2.ª edição. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1951, 982 págs.

Fourquin, Guy — *Seigneurie et Féodalité au Moyen Âge* (Collection SUP). Paris, Presses Universitaires de France, 1970, 243 págs.

Fulgentii Sancti, Episcopi Ruspensis — *Opera* (Corpus Christianorum, Series Latina, 91). *Ad Trasamundum Libri III.* Cura et studio J. Fraipont. Turnholti, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1968, 444 págs.

Ganshof, F. L. — *Que é o Feudalismo?* Tradução de Jorge Borges de Macedo. 2.ª edição. Lisboa, Publicações Europa-América, 1968, 240 págs.

Gaudemet, Jean — *Les Institutions de l'Antiquité.* Paris, Éditions Montchrestien (Précis Domat), 1972, 518 págs.

Génicot, Léopold — *Linhas de Rumo da Idade Média.* Tradutor Luís Álvares Ribeiro. Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1963, 397 págs.

Gimpel, Jean — *La révolution industrielle du Moyen Âge.* Paris, Éditions du Seuil, 1975, 244 págs.

Goglin, Jean-Louis — *Les misérables dans l'Occident médiéval.* Paris, Éditions du Seuil, 1976, 242 págs.

Halphen, Louis — *L'Essor de l'Europe* (XIe-XIIIe Siècles). Troisième Édition revue et augmentée. Paris, Presses Universitaires de France, 1948, 638 págs.

——————— — *Les Barbares.* Des Grandes Invasions aux conquêtes turques du XIe siècle. Cinquième Édition revue et augmentée. Paris, Presses Universitaires de France, 1948, 460 págs.

Heers, Jacques — *História Medieval.* Tradução de Tereza Aline Pereira de Queiroz, revista por Rolando Roque da Silva. São Paulo, Difusão Européia do Livro e Editora da Universidade de São Paulo, 1974, 381 págs.

Hefele-Leclercq — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tome III, 1ère Partie. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1909, 600 págs.

Herculano, Alexandre — *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III.* Quarta edição. Lisboa, Em Casa da Viúva Bertrand e C.ª, 1887, 4 vol.

———— — *Opúsculos.* Tomo V, Controvérsias e Estudos Históricos. Tomo II. Terceira Edição. Lisboa, Antiga Casa Bertrand-José Bastos e Cia. — Livraria Editora, 318 págs.

Hertlthy, D. — "Guilds", in *New Catholic Encyclopedia,* volume VI, pág. 845 a 848. New York, McGraw-Hill Book Company, 1967, 15 vol.

Hodgett, Gerald A. J. — *História Social e Econômica da Idade Média.* Tradução de Mauro Roberto da Costa Souza. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 263 págs.

———— — *A Social and Economic History of Medieval Europe.* New York, Harper and Row, Publishers, 1972, 246 págs.

Instituciones de Justiniano — Edición Bilingüe. Traducción de Francisco Pérez de Anaya y Melquíades Pérez Rivas. Buenos Aires, Editorial Atalaya, 1947, 309 págs.

Jerônimo, São — *Carta de San Jerónimo.* Edición Bilingüe. Introducción, Versión y Notas por Daniel Ruiz Bueno. Madrid, Biblioteca de Auctores Cristianos, 1962, 2 vol.

———— — *Lettres.* Tome III. Texte établi et traduit par Jérôme Labourt. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1953, 264 págs.

Jordanis — "Romana et Getica", in *Monumenta Germaniae Historica.* Auctorum Antiquissimorum Tomi V. Paris Prior. Recensuit Theodorus Mommsen. Edidit Societas Aperiendis Fontibus Rerum Germanicarum Medii Aevi. Berlin, Weidmann, 1882. Editio Nova Lucis ope expressa, 1961, 200 págs.

Kurth, Godefroid — *Les Origines de la Civilisation Moderne.* Cinquième Édition. Paris, Victor Retaux, Libraire-Éditeur, 1903, 2 vol.

Lacarra, José Maria — *Estudios de Alta Edad Media Española.* Valencia. Impreso por Anubar, Darío de Valcárcel, 7. Valencia, 1971, 244 págs.

Leclercq, Jacques — *Leçons de Droit Naturel.* Troisième Édition revue et corrigée. Namur, Maison d'Éditions Ad. Wesmael-Charlier (S.A.). Louvain, Société d'Études Morales, Sociales et Juridiques, 1955, 5 vol.

Libanius — *Selected Works.* With an English translation, introduction and notes by A. F. Norman, in three volumes. Vol. I, The Julianic Orations. London, William Heinemann Ltd. — Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1969, 529 págs.

Lúlio, Raimundo — *Obras Literarias.* Libro de Caballería. Blanquerna. Félix. Poesías. Edición preparada y anotada por los Padres Miguel Batllori, S. I. — Miguel Caldentey, T. O. R. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1948, 1147 págs.

Lyon, B. — "Feudalism", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. V, págs. 901-904. New York, McGraw-Hill Book Company, 1967, 15 vol.

Maistre, Joseph De — *Du Pape.* Édition critique avec une Introduction par Jacques Lovie et Joannès Chetail (Les Classiques de la Pensée Politique, 2). Genève, Librairie Droz, 1966, 368 págs.

Marques, A. H. de Oliveira — *História de Portugal desde os tempos mais antigos até ao governo do sr. Palma Carlos.* Lisboa, Palas Editores, 1974, 2 vol.

————— — *A Sociedade Medieval Portuguesa.* Aspectos de vida quotidiana. Desenhos de Vítor André. 3.ª edição. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1974, 296 págs.

Marrou, Henri-Irénée — *Décadence romaine ou antiquité tardive?* IIIe-IVe siècle. Paris, Éditions du Seuil (Coll. Points Histoire, n.º 29), 1977, 179 págs.

————— — *História da Educação na Antigüidade.* 4.ª reimpressão. São Paulo, Editora Pedagógica Universitária Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo, 1973, 639 págs.

————— — *Histoire de l'éducation dans l'antiquité.* Deuxième édition. Paris, Éditions du Seuil, 1950, 594 págs.

Minnerath, R. — *Les Chrétiens et le Monde* (Ier et IIe Siècles). Paris, Librairie Lecoffre, J. Gabalda et Cie., Éditeurs, 1973, 532 págs.

Mollat, Michel — *Études sur l'Histoire de la Pauvreté au Moyen Âge — XVIe siècle*). Paris, Publications de la Sorbonne (Série "Études" — Tome VIII), 1974, 2 vol.

New Catholic Encyclopedia — New York, McGraw-Hill Book Company, 1967, 15 vol.

Orosius, Paulus — *Pauli Orosii Hispani Presbyteri Historiarum Libri Septem.* Migne, PL 31 (1846), cl. 663-1174.

Ozanam, A. F. — *La Civilisation au Cinquième Siècle.* Introduction à une Histoire de la Civilisation aux Temps Barbares suivie d'un *Essai sur les Écoles en Italie du Ve au XIIIe Siècle,* t. II. Paris, Jacques Lecoffre et Cie., Éditeurs, 1862, 433 págs. (obra em 2 volumes).

Pernoud, Régine — *Pour en finir avec le Moyen Âge.* Paris, Éditions du Seuil, 1977, 160 págs.

————— — *Lumière du Moyen Âge.* Nouvelle édition, 17e édition. Paris, Bernard Grasset, Éditeur, 1954, 264 págs.

Piganiol, André — *Histoire de Rome* (Collection "Clio"). Paris, Presses Universitaires de France, 1949, 612 págs.

————— — *L'Empire Chrétien* (325-395) (Glotz, Histoire Générale. Histoire Romaine, Tome IV). Paris, Presses Universitaires de France, 1947, 446 págs.

Pirenne, Henri — *História Econômica e Social da Idade Média.* Tradução de Lycurgo Gomes da Motta. Quarta Edição, 1963, 248 págs.

Prestage, Edgar — *A Cavalaria Medieval.* Ensaios sobre a significação histórica e influência civilizadora do ideal cavalheiresco, por Professores do King's College de Londres. Tradução do inglês por Antônio Álvaro Dória. Porto, Livraria Civilização-Editora, s/ data, 265 págs.

Rashdall, Hastings — "The Medieval Universities", in *The Cambridge Medieval History,* volume VI, chap. XVII. Cambridge University Press, 1968, 1047 págs.

Regra de São Bento — Tradução e Notas de D. João Evangelista de Ribeiro Enout, O. S. B., Salvador-Bahia, Tip. Beneditina, 1958, 175 págs.

Riché, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare.* VIe-VIIIe Siècles (Patristica Sorbonensia, 4.) Paris, Éditions du Seuil, 1962, 572 págs.

Salvianus, S. — *De Gubernatione Dei Octo Libri.* Migne, PL 53 (1865).

Timbal, P. C. — *Histoire des institutions et des faits sociaux.* Cinquième édition, Paris, Dalloz, 1974, 537 págs.

Verlinden, C. — "Slavery (History of)," in *New Catholic Encyclopedia,* vol. XIII, págs. 282-287. New York, McGraw-Hill Book Company, 1967, 15 vol.

Villari, Pasquase — *Le Invasioni Barbariche in Italia.* Milano, Ulrico Hoepli, 1901, 480 págs.

Villoslada, S. I., P. Ricardo Garcia — *Historia de la Iglesia Catolica.* Tomo II, Edad Media (800-1303). La cristiandad en el mundo europeo y feudal. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1953, 1006 págs.

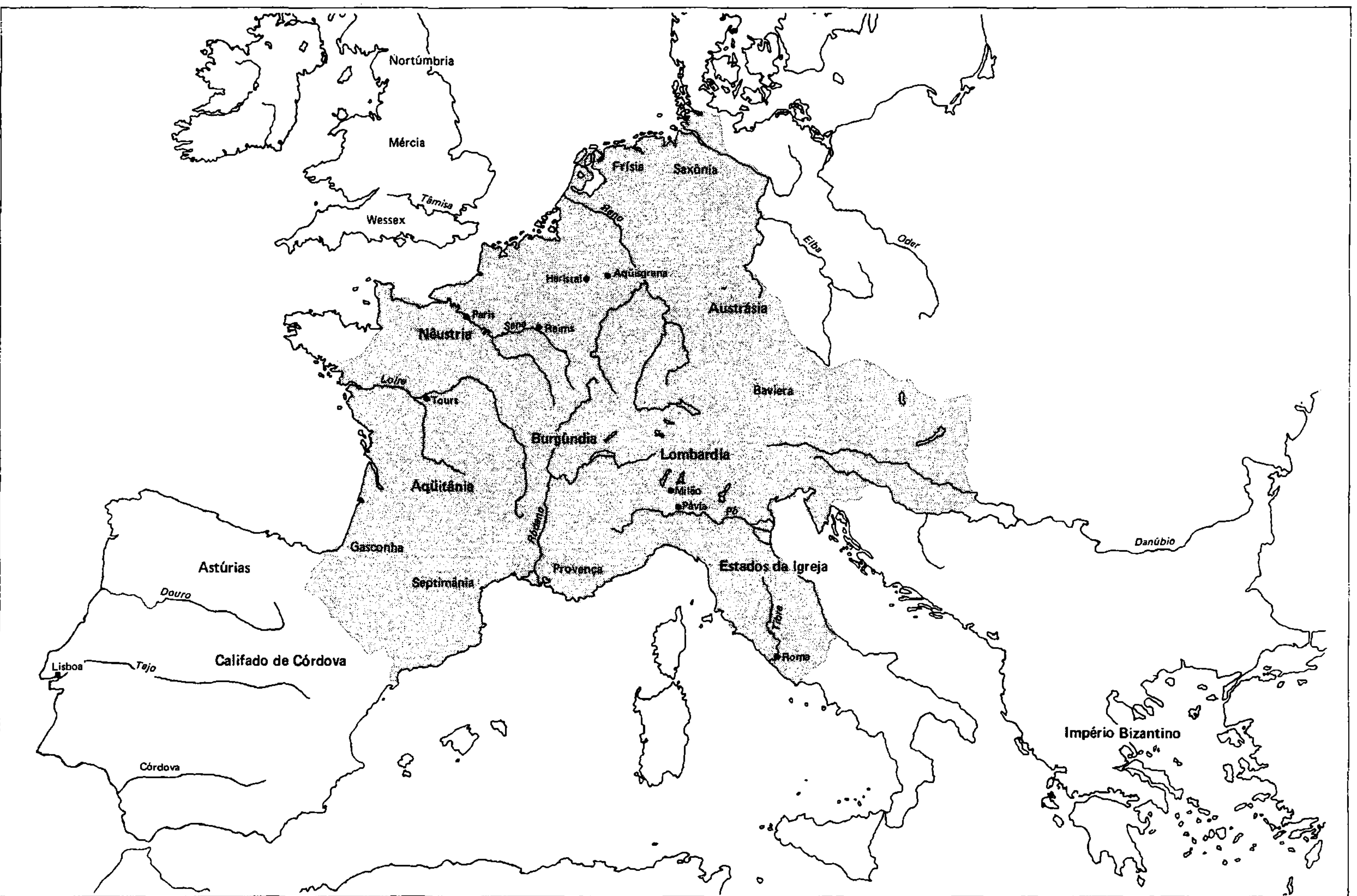
Voltaire — *Ensayo sobre las Costumbres y el Espíritu de las Naciones.* Buenos Aires, Libreria Hachette, S. A., 1959, 1218 págs.

Walsh, G. — *Humanismo Medioeval.* Buenos Aires, La Espiga de Oro, 1943, 155 págs.

Wulf, Maurice De — *Philosophy and Civilization in the Middle Ages.* New York Dover Publications, Inc., 1953, 312 págs.

Segunda parte

Império Carolíngio (séc. IX)



Capítulo III

A transmissão da cultura antiga à Idade Média

1. Vamos estudar nesta segunda parte a educação na primeira fase da Idade Média. De acordo com a periodização apresentada no capítulo I, cabe-nos nela examinar a história das idéias e dos fatos educacionais, desde o fim do mundo antigo até ao século XII. Parece-nos, pois, de bom aviso, delinear em breve parágrafo os principais eventos dessa fase com as suas respectivas datas, a fim de que os leitores disponham logo à primeira vista de rápidos pontos de referência dos fatos capitais para o nosso estudo, em meio à multiplicidade de acontecimentos em época geralmente tão desconhecida.

2. *No ano 493*: O chefe ostrogodo Teodorico, general a serviço do imperador bizantino Zenão, fez assassinar Odoacro, que reinava desde 476, e tornou-se o senhor da Itália. Foram seus ministros Cassiodoro Senator e Anício Mânlio Severino Boécio que marcaram fundamente a educação medieval.

No ano 500: O *Edito de Teodorico* impôs o uso do Direito Romano e o restabelecimento da organização política e administrativa (senado, prefeito da cidade, governadores de província, municipalidade).

No ano 527: Elevação de Justiniano a imperador de Bizâncio.

No ano 529: Invasão persa do Império Bizantino. Fechamento das escolas de Atenas. Fundação da Ordem Beneditina.

No ano 565: Publicação do Código de Justiniano, iniciado em 527.

No ano 534: A redação da Regra de São Bento (em torno dessa data).

No ano 565: Morte de Justiniano.

No ano 568-572: Conquista da Itália do Norte pelos lombardos.

No ano 590: Fundação do mosteiro de Luxeuil por São Columbano. Irradiação da cultura irlandesa.

No ano 590-604: Pontificado de São Gregório Magno, o papa que defendeu Roma contra os ataques e as pretensões dos lombardos e bizantinos e promoveu a conversão dos anglo-saxões.

No ano 596: Início da missão do monge beneditino Santo Agostinho, na Grã-Bretanha.

No ano 630: Conquista de Meca por Maomé.

No ano 635: Fundação do mosteiro de Lindisfarne.

No ano 642: Conquista de Alexandria pelos árabes.

No ano 669: Teodoro de Tarso torna-se arcebispo de Cantuária e promove o estudo e a difusão da língua grega.

No ano 678: Wilfredo de York inicia a evangelização da Frísia. Da Inglaterra saem os monges missionários — e entre eles destacou-se São Bonifácio — que vão cristianizar Hesse, Turíngia e Baviera na Germânia.

No ano 680: Pepino de Heristal torna-se chefe do palácio na Austrásia e cessa o domínio merovíngio dos reis indolentes.

No ano 711: Inicia-se a conquista da Espanha pelos muçulmanos chefiados por Tarik que, em 719, já havia tomado toda a península e destruído o reino visigótico.

No ano 716: Primeira missão de São Bonifácio na Germânia.

No ano 754: Estabelecimento da aliança entre o papa Estêvão II e o rei dos francos, Pepino, o Breve, e do Estado Pontifício que surgiu baseado no preexistente Patrimônio de São Pedro.

No ano 756: Entrega do território do Estado Pontifício a Estêvão II por Pepino, o Breve. É a Doação de Pepino.

No ano 768: Morte de Pepino, o Breve, a quem sucedem os filhos Carlos Magno e Carlomano.

No ano 771: Carlos Magno, único rei dos francos, após a morte de Carlomano.

No ano 773: Aparição da numeração árabe.

No ano 774: Carlos Magno torna-se rei dos lombardos.

No ano 782: Chegada de Alcuíno à corte de Carlos Magno.

No ano 800: Na festa de Natal, coroação de Carlos Magno pelo papa Leão III como Imperador Romano do Ocidente. Nascimento do Sacrum Romanum Imperium, reconstituição cristã do império desfeito em 476.

No ano 814: A morte de Carlos Magno e a elevação de Luís, o Piedoso.

No ano 827: Os sarracenos iniciam a conquista da Sicília.

No ano 840: Morte de Luís, o Piedoso, e conquista de Tarento pelos sarracenos.

No ano 842: Os Juramentos de Estrasburgo.

No ano 850: Estabelecimento dos normandos na França.

No ano 863: Os apóstolos dos eslavos, São Cirilo e São Metódio, iniciam a missão entre os morávios.

No ano 871-900: Reinado de Alfredo, o Grande, o rei dos anglo-saxões.

No ano 877: Capitular de Quierzy com o reconhecimento legal do regime senhorial por Carlos, o Calvo.

No ano 910: Fundação do mosteiro de Cluny, perto de Mâcon na Borgonha.

No ano 936: Advento de Otão I, o Grande, vencedor dos húngaros e eslavos.

No ano 962: Coroação de Otão, o Grande, fundador do Santo Império Romano Germânico, pelo papa João XII, reconstituindo-se o império de Carlos Magno.

No ano 980: Início da conquista da Grã-Bretanha pelos dinamarqueses.

No ano 980-1037: Vida do filósofo persa Avicena.

No ano 987: Advento de Hugo, o Capeto.

No ano 992: Primeiro tratado comercial entre Bizâncio e Veneza.

No ano 1029: Início do principado normando na Itália.

No ano 1030: Começo do movimento comunal na Itália e da ascensão da burguesia.

No ano 1033: Nascimento de Santo Anselmo de Cantuária, em Aosta na Itália.

No ano 1066: Conquista da Inglaterra por Guilherme da Normandia.

No ano 1079: Nascimento de Abelardo, o Cavaleiro da Dialética.

No ano 1095: Pregação da Primeira Cruzada no Concílio de Clermont.

3. Da queda de Roma em 476 e do ocaso do império romano do Ocidente até ao surgimento da nova civilização medieval no início do século XII, estendem-se os séculos intermediários em que se contam as agitações, as guerras, a insegurança e as invasões, ao mesmo

tempo em que se registra a cristianização dos povos germânicos e se processa a assimilação do patrimônio cultural antigo preservado pela Igreja Católica. Como deixamos assentado em nosso livro *História da Educação na Antigüidade Cristã,* os povos germânicos da Idade Média receberam de modo direto da antigüidade romana um patrimônio cultural de conteúdo exclusivamente literário e jurídico, uma vez que durante o Baixo Império o ensino da filosofia desaparecera lentamente, devendo notar-se que nunca fora popular entre os romanos, e a educação caracterizava-se pelo predomínio da gramática e da retórica sob o patrocínio de Quintiliano e Cícero, sobre serem ínfimas as noções científicas que o Império romano decadente deixara em herança à nova idade e à Europa nascente. Esse saldo cultural da Roma antiga é muito diferente da situação do Império bizantino onde, a par das letras clássicas e do direito romano, floresceu a filosofia e cultivaram-se as ciências no prolongamento de uma tradição milenar. Por isso, quando os árabes conquistaram antigas cidades do Oriente e grandes centros culturais de Bizâncio, eles entraram incontinenti em contato direto com o saber grego que lhes serviu de notável rampa de lançamento para o adiantamento científico e filosófico. Acresce, ainda, que o domínio muçulmano se baseou nos antigos centros urbanos, sedes de atividade cultural, comercial e industrial, enquanto os povos germânicos levaram um gênero de vida agrária em ambiente conturbado por guerras e invasões. Deixamos, ainda, estabelecido no nosso livro citado que a orientação pedagógica da Idade Média iria obedecer ao plano traçado por Santo Agostinho na sua obra *De Doctrina Christiana,* que serviu de roteiro para os estudos dos intelectuais cristãos e de ideário e programa para as escolas. De acordo com o Mestre de Hipona, o centro da aprendizagem é a Sagrada Escritura e para ela se volta todo o interesse que possam merecer as artes liberais, as línguas e as ciências, enquanto o termo filosofia se conserva para designar principalmente a concepção cristã da vida na acepção consagrada pelos Santos Padres e adotada pelos autores monásticos (1).

4. O saber antigo preservou-se nos livros que os mosteiros e as igrejas agasalharam carinhosamente. A sua transmissão às gerações da Idade Média operou-se por meio da cópia dos manuscritos e da elaboração de manuais e enciclopédias por alguns autores do fim do mundo antigo, tais como Santo Agostinho e Marciano Capela, e por escritores do início da Idade Média, tais como Cassiodoro, Boécio, Santo Isidoro de Sevilha e São Beda, o Venerável. A obra de Santo Agostinho agigantou-se no legado antigo e as suas diretivas filosóficas e educacionais imperaram soberanas até ao século XIII, e alguns dos seus tratados influíram constante e diretamente nas es-

colas, como o *De Doctrina Christiana,* o *De Magistro,* o *De Civitate Dei,* as *Confessiones* e o *De Musica,* única obra completa que restou da sua planejada enciclopédia sobre as artes liberais. Marciano Capela, o retórico cartaginês contemporâneo de Santo Agostinho, nasceu provavelmente no fim do século IV. Ele escreveu uma enciclopédia em prosa e verso, *As Núpcias de Filologia com Mercúrio,* em nove livros. Os dois iniciais descrevem as bodas de Filologia com Mercúrio, e os restantes tratam das sete artes liberais simbolizadas por damas de honor, serviçais de Mercúrio que Febo deu à Filologia como presente de casamento. Note-se que as núpcias descritas nos dois primeiros livros constituem um símbolo muito significativo da cultura no fim do Baixo Império. O conúbio de Filologia com Mercúrio representa, sem dúvida, a aliança da perícia literária, da arte gramatical, com a eloqüência. O simples título da obra já impunha ou propunha um ideal e um programa às escolas da Idade Média incipiente, a saber, o culto da gramática e da retórica (2). A obra de Marciano Capela baseou-se na enciclopédia de Varrão *Sobre as Nove Disciplinas,* mas o advogado cartaginês só incluiu no seu livro as sete artes da gramática, retórica, dialética, geometria, aritmética, astronomia e harmonia (música) e deixou de lado a medicina e a arquitetura, por se tratar de disciplinas "ocupadas com as coisas mortais e terrestres sem nada ter de comum com o céu". As personagens e os símbolos propostos por Marciano Capela inspiraram os artistas medievais, e as *Núpcias de Filologia e Mercúrio* proporcionaram aos estudiosos e às escolas o currículo que se conservaria inalterável, sujeito apenas a ampliação e enriquecimento, até ao começo do século XIII, quando se lhe acrescentaram disciplinas filosóficas e científicas.

5. Flávio Magno Aurélio Cassiodoro Senator (cerca de 485-580) nasceu em Scyllacium, a atual Squillace, na Calábria, recebeu excelente educação clássica, foi servidor dedicado dos reis ostrogodos, tornou-se questor e secretário do rei Teodorico, cônsul e, por fim, mestre de ofícios, isto é, primeiro ministro. Por volta de 555, fundou o mosteiro de Vivarium, *monasterium vivariense,* no domínio de sua família, no golfo de Squillace na Calábria, onde passou muitos anos de sua profícua e longa existência, entregue à organização da biblioteca e à redação de obras religiosas e eruditas. Cassiodoro imprimiu à vida monástica do Ocidente o culto apaixonado dos livros, o cuidado na cópia dos códices e o gosto pelas letras profanas a serem cultivadas conforme as recomendações de Santo Agostinho no *De Doctrina Christiana.* Pode afirmar-se que Cassiodoro foi sobretudo pedagogo. No prefácio do Livro I das *Instituições Divinas e Seculares* diz o Senator que os estudos das letras fervem com grande ardor

e grande número de homens crê adquirir com elas a sabedoria profana, *mundi prudentiam.* "Aflijo-me, confessa, porque faltam professores públicos de Sagrada Escritura." Ele afirma haver instado com o papa Agapito para que, à imitação de Alexandria e Nísibe, provido o dinheiro, se fundassem em Roma escolas cristãs que acolhessem mestres doutores, a fim de que a alma pudesse obter a salvação eterna e a linguagem dos fiéis fosse adornada com expressão límpida e puríssima (3). Esse plano revelou-se inviável, mas Cassiodoro fez o que pôde em prol do seu ideal com a fundação de Vivarium, com a organização de imensa biblioteca, do serviço de cópia dos códices e com a redação das suas obras. Escreveu uma *Chronica* destinada a enaltecer os godos, compilou para o rei Teodorico o *De origine actibusque Getarum,* história dos godos que completou sob Atalarico e cujo texto se perdeu mas foi resumido pelo bispo godo Jordão (Jordanes). Em 537 ele publicou a coleção de cartas oficiais escritas enquanto estivera a serviço dos reis ostrogodos, as *Variae.* Pouco antes de renunciar ao seu cargo público, escreveu o tratado *De anima* influenciado por Santo Agostinho e por Claudiano Mamerto. Compôs, ainda, comentários aos *Salmos,* à *Epístola aos Romanos* e também as *Complexiones Apostolorum,* resumo de todo o Novo Testamento. Cassiodoro elaborou, ainda, a *Historia Ecclesiastica Tripartita,* compêndio das obras congêneres de Teodoreto de Ciro, Sócrates e Sozômeno, já traduzidas pelo colaborador de Cassiodoro, o monge Epifânio. Essa obra serviu de manual de história eclesiástica na Idade Média. Ele fez traduzir, outrossim, as *Antigüidades Judaicas* de Flávio Josefo. Aos 92 anos, redigiu o tratado *De orthographia,* a pedido de monges que se dedicavam à cópia de manuscritos. Deixou várias outras obras, indicadas por Dom Cappuyns. A mais influente, no entanto, e a mais significativa para a história da educação, foram as *Institutiones divinarum et humanarum lectionum,* compostas após a sua estada em Constantinopla. No primeiro livro, *Instituições Divinas,* Cassiodoro disserta sobre os livros da Sagrada Escritura e o seu estudo e, no segundo, *Instituições Seculares,* trata das sete artes liberais necessárias à compreensão da Sagrada Escritura, tendo distinguido as *sermocinales,* gramática, retórica e dialética, das *reales,* aritmética, geometria, astronomia e música (4). Por último, convém assinalar que, através das obras citadas nas *Institutiones,* pode refazer-se o catálogo dos livros da biblioteca de Vivarium. Indiscutivelmente, um dos grandes méritos de Cassiodoro, para não dizer o maior, foi ter feito do mosteiro não só uma escola teológica como um *scriptorium* para a multiplicação das cópias da Sagrada Escritura, dos Padres da Igreja, dos comentadores sacros e dos grandes escritores profanos da antigüidade pois, conforme diz Leslie W. Jones ao examinar a influência de Cassio-

doro sobre a cultura medieval, a qualidade do estudo da teologia decaíra, já não se copiavam as melhores obras da literatura clássica, e cada movimento dos exércitos ostrogodos ou das ainda mais selvagens "hordas imperiais" contra uma cidade ou uma vila terminava na destruição de códices inestimáveis.

6. Anicius Manlius Torquatus Severinus Boethius, estadista e filósofo, foi um dos maiores educadores da Idade Média e, até ao fim do século XII, foi indubitavelmente o reverenciado filósofo e lógico. Nasceu em Roma entre 470 e 488 e morreu perto de Pavia cerca de 524. Estudou filosofia e ciências em Atenas e Alexandria. Atingiu o consulado em 510 no governo do rei dos ostrogodos, o ariano Teodorico, o Grande (475-526), de quem foi Mestre de Ofícios, cargo equivalente ao de primeiro ministro. Acusado de traição, sob a suspeita de aliança com os bizantinos, foi encarcerado e condenado à morte. Boécio projetou traduzir as obras de Platão e de Aristóteles e demonstrar, por meio de comentários, o acordo profundo do pensamento desses filósofos. A morte prematura impediu-lhe a realização do plano, mas Boécio consagrou-se como filósofo através da *Consolação da Filosofia,* obra de fundo neoplatônico e impregnada de estoicismo, escrita no cárcere em seus últimos dias, em 5 livros em prosa e verso nos quais aponta estar a verdadeira fonte da felicidade na busca da sabedoria e no amor de Deus. O seu prestígio filosófico, ademais, escorou-se nas suas traduções e comentários. Boécio traduziu em 510 o *De Interpretatione* de Aristóteles sobre o qual compôs dois comentários em 511 e 513. Traduziu, também, e comentou em 510 as *Categorias* de Aristóteles e, antes de 505, escreveu um comentário à *Introdução* (*Isagoge*) às *Categorias,* de Porfírio, traduzida por Mário Vitorino. Mais tarde, em 509, fez nova tradução e outro comentário da *Isagoge.* Traduziu, ainda, os *Tópicos* e os *Primeiros Analíticos* de Aristóteles, comentou os *Tópicos* de Cícero e redigiu uma *Introdução aos Silogismos Categóricos* e mais um livro *Sobre o Silogismo Categórico,* outro *Sobre o Silogismo Hipotético* e o livro *Sobre a Divisão,* além de haver composto, cerca de 520, os tratados teológicos conhecidos por *opuscula sacra,* opúsculos sacros, em que aplica o raciocínio aos conhecimentos religiosos, valendo-se da filosofia na elaboração da doutrina sagrada, donde o epíteto de "Primeiro Escolástico" que lhe deu Grabmann. Aliás, como diz Rand, o programa inteiro da Escolástica já se acha em Boécio (5). Foi um parágrafo do comentário boeciano à *Isagoge* de Porfírio que desencadeou o debate da famosa questão dos Universais. Boécio traduziu, ainda, obras científicas, compôs tratados de aritmética e de música e, por isso, talvez, Duchesne considerou-o "uma espécie de Arquimedes". Deve-lhe a filosofia as famosas definições

de eternidade, *interminabilis vitae tota simul et perfecta possessio,* a posse completa e ao mesmo tempo perfeita da vida interminável, e a definição de pessoa, *rationalis naturae individua substantia,* a substância individual de natureza racional. Boécio estabeleceu a distinção clássica entre o *quod est,* sujeito e suposto, e o *quo est,* como forma e essência, além de ter fixado em latim completo repertório de vocábulos filosóficos, como o demonstrou Grabmann (6). Se Marciano Capela foi quem transmitiu à Idade Média o esquema das sete artes liberais, foi Boécio quem denominou as quatro disciplinas matemáticas de "quádruplo caminho para a sabedoria", *quadrivium.*

Pode avaliar-se o alto conceito que a Idade Média fez de Boécio, quando se sabe que Dante o colocou no quarto céu, o céu do sol, entre os teólogos que estão ao lado de Santo Tomás de Aquino, dizendo que a santa alma de Boécio é feliz por contemplar a Deus pois Boécio, o mártir, passou do exílio do mundo enganador à paz celestial (7).

7. Outro famoso transmissor da cultura antiga à Idade Média e um dos fundadores da civilização medieval pertence ao início do período e rebrilha como luminar da virtude e do saber na Espanha visigótica. Trata-se de Santo Isidoro de Sevilha que nasceu, provavelmente, entre 560 e 570, no seio de uma família cartaginesa que emigrara para Sevilha. Foi educado pelo seu irmão mais velho São Leandro, arcebispo de Sevilha, a quem sucedeu no mesmo sólio episcopal que dignificou durante 37 anos. Durante o seu fecundo episcopado reuniram-se vários concílios, tendo sido mais famoso o IV Concílio nacional de Toledo, em 633, de que participaram 62 bispos e que Santo Isidoro presidiu e influenciou profundamente. Entre outras medidas, esse concílio decretou a fundação de seminários em cada diocese para a formação dos jovens clérigos. Os estudantes bem dotados poderiam ser ordenados e os restantes deviam ser recolhidos a um mosteiro (8). A atuação episcopal de Santo Isidoro foi tão notável que no Oitavo Concílio de Toledo, em 653, o seu discípulo São Bráulio de Saragoça o proclamou *nostri saeculi doctor egregius,* egrégio doutor do nosso século, *in saeculorum fine doctissimus,* o homem mais erudito dos últimos tempos, e glória atual da Igreja Católica (9). Santo Isidoro foi amigo e conselheiro do rei Sisebuto, unificou a liturgia, regulamentou a vida monástica, escreveu obras exegéticas e teológicas. Foram-lhe atribuídas obras históricas como a *Crônica,* a *História dos Reis Godos, Vândalos e Suevos,* outras obras religiosas e *Cartas.* A sua obra mais famosa e mais alentada, no entanto, foram as *Origens* ou *Etimologias,* enciclopédia de conhecimentos profanos e religiosos, obra de profunda influência pedagógica e que Gilson denominou de Enciclopédia Britânica ou Larousse da

Idade Média (10). Santo Isidoro escreveu essa obra a pedido do rei Sisebuto e ela só foi editada, após a sua morte, pelo seu discípulo Bráulio de Saragoça. Santo Isidoro apresenta etimologias reais ou imaginárias e nos vinte livros da sua obra estuda as sete artes liberais, a medicina, o direito, os ofícios eclesiásticos, as verdades dogmáticas da fé cristã, a Igreja, a linguagem, os povos, os animais, a terra e as suas partes, os edifícios, as pedras e os metais, a guerra, os jogos, os pesos e as medidas, a agricultura, a roupa, os alimentos e os utensílios. Nesse vasto compêndio do saber humano a parte mais original do pensamento isidoriano, segundo Canals Vidal, é a doutrina sobre o direito (11), embora as *Etimologias* fossem obra de consulta assídua sobre todos os mencionados campos do saber. E é exatamente através dessa obra que Santo Isidoro se consagrou como grande transmissor da cultura antiga à Idade Média. Ele faleceu a 4 de abril de 636, deixou bem organizada a Igreja no reino visigótico e uma herança apreciável para o ensino nas escolas monásticas e episcopais.

8. Embora pertença à plêiade dos monges educadores dos primórdios da Idade Média, São Beda, o Venerável, merece ser contado entre os transmissores da cultura antiga à Idade Média, devido à amplidão da sua obra que serviu aos estudiosos tal como as de Cassiodoro, Boécio e Santo Isidoro; e, assim como este foi a luz da península ibérica, São Beda foi o resplendor da Grã-Bretanha. Nasceu no reino da Nortúmbria cerca de 672 ou 673 e morreu em 735. Escreveu a *História Eclesiástica* da Inglaterra, talvez a melhor obra histórica da primeira parte da Idade Média e um modelo do gênero. Deixou, ainda, um opúsculo *De rerum natura,* esboço de enciclopédia científica, escritos sobre gramática, música, temas científicos, ortografia; comentários da Sagrada Escritura, poemas latinos, homilias e cartas. São Beda como que representou o fecho da era doirada dos santos e gênios do monaquismo irlandês e inglês no qual sobressaíram São Bento, o Bispo, e o helenista Teodoro de Tarso, arcebispo de Cantuária, que difundiu na Inglaterra o estudo do grego. A sua carta a Egberto, arcebispo de York, embora seja um ideário dos deveres episcopais, contém preciosos ensinamentos sobre a moderação da língua. Diz são Beda que tanto a meditação da Sagrada Escritura como os bons amigos virtuosos ajudam-nos a conservar a pureza da língua e da conduta, e que a pregação ao povo que desconhece o latim, bem como as orações, devem ser feitas em língua vulgar. São Beda confessa ter traduzido para o inglês — *lingua anglorum* — o *Pater* e o *Credo,* em benefício dos sacerdotes incultos (12). Tal como Santo Isidoro foi o protótipo do sábio e do santo para a Espanha, São Beda, o Venerável, encarnou para o mundo anglo-saxão

o ideal do saber e da virtude. A cena final da sua vida foi o coroamento de uma existência consagrada a Deus e aos livros e ficou como um programa ou exortação para os estudiosos medievais. Essa descrição figura no escorço biográfico escrito por Cutberto, discípulo de São Beda, e remodelado no século XI. O famoso mestre adoeceu na terça-feira antes da festa da Ascensão, ensinou, ditou um dos seus escritos ao secretário, convocou os confrades ao pé do leito, dirigindo-lhes pias exortações *in laetitia,* alegremente. Ao lhe observar o secretário que faltava uma frase do texto, ditou-a rápido e exclamou: "Está terminado". Terminara, com efeito, o ditado e a vida.

9. Finalmente, podemos citar, ainda, entre os plasmadores da cultura medieval, o pseudo-Dionísio, o Areopagita, e São João Damasceno. O pseudo-Dionísio foi o autor desconhecido que assumiu o nome do discípulo de São Paulo, provavelmente um monge da Síria setentrional que viveu no fim do século V ou no início do VI, em torno do ano 500 d.C. Esse escritor anônimo influenciou profundamente a cultura medieval, tendo transmitido a metafísica neoplatônica aos escolásticos através da tradução latina que Escoto Eriúgena fez das suas obras: *Os Nomes Divinos,* a *Teologia Mística,* a *Jerarquia Celeste,* a *Jerarquia Eclesiástica* e mais dez *Cartas.* Pode afirmar-se que o pseudo-Dionísio, o Areopagita, difundiu o neoplatonismo na Idade Média, tanto através das suas concepções como da sua terminologia, de modo que reforçou a orientação neoplatônica das obras de Santo Agostinho. São João Damasceno, por sua vez, o *Chrysorrhoas,* a torrente doirada, foi um monge que nasceu em Damasco cerca de 645, morreu perto de Jerusalém cerca de 750 e representou a presença do aristotelismo no pensamento cristão de Bizâncio. Ele escreveu grande obra dogmática, *Pêquê Gnôseôs,* a Fonte do Conhecimento, em três livros. O primeiro, a *Dialética,* é um tratado sobre as categorias de Aristóteles e a questão dos Universais segundo a *Isagoge* de Porfírio; o segundo é um elenco histórico das heresias; e o terceiro é consagrado à fé ortodoxa. Enquanto o pseudo-Dionísio, o Areopagita, difundiu o neoplatonismo, o respeitável teólogo bizantino inculcou nos escolásticos o gosto do aristotelismo, e essas duas orientações foram integradas e assimiladas numa síntese superior durante o século XIII na doutrina de Santo Tomás de Aquino.

10. Convém, em tempo, lembrar com Régine Pernoud que no início da Idade Média — época de Gregório de Tours e de Radegunda na Gália — espalhou-se o *livro* na forma com que ainda hoje se apresenta, o *codex,* que substituiu o *volumen,* o rolo antigo de papiro ou pergaminho (13). Foi nas escolas e entre as seitas religiosas, observa Piganiol, que se desenvolveu o uso do livro com folhas, *codex,* desde

o século IV, e só as obras literárias antigas transcritas dos *volumina* de papiro nos *códices* de pergaminho lograram sobreviver e, por isso, diz ele, saudemos com reconhecimento a aparição do livro (14). De modo mais preciso ensina D. Paulo Evaristo Arns que as valiosas obras cristãs e pagãs foram preservadas, graças aos escritores cristãos do século IV que escreveram no pergaminho, material de escrita feito da pele de animais e cujo nome procede, segundo antiga tradição, de Pérgamo, cidade da Ásia Menor que floresceu cerca de 300 a.C. (15). McMurtrie explica com minúcias o aparecimento dos livros no formato atual, de folhas ligadas e cosidas de um lado, que se generalizaram no século IV da era cristã, quando os juristas do Baixo Império Romano verificaram que o códice era mais conveniente para os seus livros de leis que o rolo, *volumen*. "No códice (*codex*), explica McMurtrie, as folhas de pergaminho, em vez de serem coladas pelas extremidades e depois enroladas, dobravam-se para formar duas, e as coleções ou grupos destas folhas dobradas ligavam-se pelos vincos" (16). O códice, tal como o rolo, era escrito à mão e, por isso, estas duas espécies de livros antigos são conhecidas, segundo a designação latina, por *libri* ou *codices manu scripti,* livros ou códices escritos à mão. Esses livros manuscritos passaram por grande aperfeiçoamento na Irlanda nos séculos VI, VII e VIII, graças à arte caligráfica e às maravilhosas iluminuras feitas nos escritórios monásticos. A execução caligráfica dos monges irlandeses, diz McMurtrie, nunca foi ultrapassada em originalidade do desenho e em habilidade de confecção, e o seu mais célebre exemplar é o *Livro de Kells* que contém os evangelhos em latim e foi classificado por mais de um escritor como "o livro mais belo do mundo" (17). Durante a Alta Idade Média, até o século XII, a composição dos livros fazia-se principal ou exclusivamente nos escritórios, *scriptoria,* dos mosteiros onde essa arte manuscrita atingiu as culminâncias com a preciosidade das iluminuras e com notável habilidade caligráfica. No século XIII, devido à necessidade de livros para o ensino universitário, iniciaram-se a indústria e o comércio livreiro em grande escala, pois o *librarius,* editor dos códices manuscritos, não só mantém a livraria no quarteirão da escola — o vendedor é o *stationarius* — como trata de multiplicar os exemplares com o auxílio dos estudantes pobres que faziam cadernos e transcreviam livros a fim de ganhar dinheiro para custearem os estudos. O aparecimento do códice de pergaminho no século IV de nossa era levou ao rápido desaparecimento do papiro que predominara antes como material de escrita e começou a ser substituído pelo papel, de início *charta bombycina,* depois só *bombycina,* em 1231 *charta papyri* e, por fim, *papyrus* em 1311 (18).

11. Na mesma época em que aparecia o códice, surgiu também o estilo da escrita "uncial", da palavra *uncia,* polegada, a duodécima parte de um pé, devido ao tamanho exagerado das letras. O estilo uncial já deixa ver como viriam a ser as minúsculas e predominou até o século VIII ou IX. As antigas letras maiúsculas ficaram reservadas para títulos de relevo, como os dos capítulos, em latim *capita,* donde o atual nome de "capitais". A partir do século V, a indústria do livro desapareceu e a cópia dos livros refugiou-se nos mosteiros. Daí o compartimento monástico dos escritórios e o cuidado dos grandes mentores culturais da época, como Boécio, Cassiodoro, Santo Isidoro de Sevilha e São Beda, de comporem livros de ortografia. As letras semi-unciais, no estilo das minúsculas, manifestaram a tendência de ligarem certas combinações de letras e foram aperfeiçoadas, por volta do ano 700, pelos monges irlandeses que criaram, diz McMurtrie, uma escrita admirável, uma das mais belas que já existiram. Essa escrita foi adotada pelos escribas carolíngios do mosteiro de Tours onde se desenvolveu a letra minúscula *carolina* (de *Carolus* Magnus) e se generalizou o uso do espaço entre as palavras para facilitar a leitura. Apesar do aparecimento das elegantes letras góticas no século XII, os humanistas do Renascimento, no início do século XV, adotaram a minúscula carolina que, fixada nos tipos de metal por Gutenberg, serviu de letra de imprensa, de modo que os nossos livros e impressos de hoje têm uma dívida notável para com os monges da Irlanda, da Inglaterra e da Gália dos séculos VIII e IX. A escrita carolina, ensina Dawson no seu livro *A Formação da Europa,* parece ter surgido na abadia de Corbie, na segunda metade do século VIII, tendo sido aperfeiçoada no famoso *scriptorium* da abadia de Alcuíno em Tours. A sua difusão, por certo, deveu-se ao emprego que dela fizeram Alcuíno e os seus monges nas transcrições dos livros litúrgicos, executadas por ordem do imperador. Montalembert declara na sua famosa obra *Os Monges do Ocidente* que a transcrição dos manuscritos era a principal e mais constante ocupação das beneditinas letradas e que não se avaliam os serviços que prestaram à ciência e à história as mãos delicadas das religiosas da Idade Média. "Elas punham, diz ele, nesse trabalho uma habilidade, uma elegância e uma atenção, que os próprios monges não podiam atingir, e nós lhes devemos alguns dos mais belos monumentos da maravilhosa caligrafia dessa época" (19).

12. Os copistas medievais tinham os seus instrumentos de trabalho, e os principais eram as penas e a tinta, pois empregavam, também, facas, raspadoras, etc., para lidarem com o pergaminho e a encadernação. O escriba antigo (*antiquarius, librarius, scriptor, scriba, notarius, clericus*) usava o estilete de ponta metálica para escrever

nas tabuinhas de cera e a pena de cana, *calamus,* nas "membranas" ou pergaminhos. No império romano popularizara-se a pena de bronze ou de prata, *penna, pennula.* Desde o século IV, época do *códice,* o escriba passou a utilizar a pena de ganso. O copista medieval usava no *scriptorium* a pena de cana, o cálamo, que rea conservada num recipiente cilíndrico de madeira ou de metal, *theca calamaria, theca canarum* ou *calamarium.* As penas eram guardadas num estojo comprido, de acordo com o seu formato, a *theca litteraria* ou *calamarum.* Esses recipientes podiam, ainda, comportar um tinteiro, *atramentarium, incausterium* ou *calamarium.* Guardava-se a tinta em chifres de veado (*cornu*), um para tinta preta e outro para a vermelha, e eles eram pendurados na parede ou colocados no vão de uma janela. O copista experimentava a pena muitas vezes, *robationes,* antes de iniciar o trabalho. A tinta era chamada *atramentum librarium* para distingui-la da tinta do sapateiro, *atramentum sutorium.* Quando era obtida por cozimento chamava-se *encaustum, incaustum* ou *tincta, tingta, tinctura,* de *tingere,* tingir. Desde o século III ou IV, fabricava-se tinta preta com sais metálicos, o sulfato de ferro e o sulfato de cobre. A tinta vermelha era feita de cinabre, minério de mercúrio, e servia para traçar letras ornamentais nos títulos, no começo, *incipit,* e no fim, *explicit,* dos textos, assim como para desenhar iluminuras. No período carolíngio começou a ser usada a tinta doirada e a prateada.

13. É preciso saber que o ensino medieval das letras, ministrado por leigos na Itália e por monges no resto da Europa, conservou a tradição literária do latim clássico formado entre os romanos sob a inspiração grega e que sobrevivera à ruína do Império romano do Ocidente. Na sua conferência *Como a língua latina se tornou cristã,* há mais de cem anos, dizia Frederico Ozanam que o Cristianismo viera revitalizar o latim, contribuindo para que se tornasse a língua da especulação, pois a enriqueceu com muitos vocábulos novos correspondentes a idéias abstratas (20). Isso foi possível, segundo Ozanam, graças à tradução latina da Bíblia, a famosa *Vulgata* (tradução do Antigo Testamento, exceto do Saltério, e revisão do Novo Testamento, feitas por São Jerônimo), assim denominada por ser um texto bíblico ao alcance de todos, comum, usual, já que só os doutos podiam ter acesso aos originais hebraico e grego. A Bíblia, prossegue Ozanam, foi o princípio e o grande instrumento da reforma do latim, ao introduzir, de um lado, as riquezas poéticas do hebraico e, de outro, as riquezas filosóficas do grego, e tanto a Bíblia como o Cristianismo foram servidos por dois auxiliares, a saber, os africanos e o povo semibárbaro, pois na África nasceu a última geração de escritores que trouxe para as letras o ardor do seu

clima, tais como Cornuto, Frontão, Nemesiano, Apuleio, Marciano Capela e os grandes escritores cristãos: Tertuliano, São Cipriano, Arnóbio e Santo Agostinho. Mas o povo romano, recrutado de todas as barbáries, segundo Ozanam, foi constituído, muito antes das grandes invasões, por bárbaros de todas as procedências. Ora, foi exatamente nas mais ínfimas camadas desse povo que o Cristianismo conquistou os seus primeiros adeptos que gravaram nas catacumbas inscrições grosseiras eivadas de barbarismos e de solecismos. A filóloga Christine Mohrmann, das universidades de Nimega e de Amsterdã, observa que os lingüistas do século XX discordam de Ozanam quanto às suas idéias sobre a decadência do latim tardio, inspiradas pelas concepções filosóficas da época, mas ela reconhece que Ozanam disse coisas notabilíssimas sobre o modo como o Cristianismo influenciou a evolução da língua latina (21). Christine Mohrmann, por sua vez, ensina que se o Cristianismo nos primeiros séculos da nossa era concorreu para que o latim adotasse um cunho popular e para que se operasse certa perda do rigor no sistema da língua, por outro lado, após a desagregação do Império do Ocidente, exerceu uma influência unificadora. Durante os séculos VI e VII começou a esboçar-se o novo sistema de ensino, reforçado no século VIII pelas medidas tomadas por Pepino, o Breve, no tocante à ortografia, obra continuada e aperfeiçoada por Carlos Magno, e foi a partir da prossecução da tradição literária do latim clássico, diz Mohrmann, que se tomou consciência da existência de duas línguas diferentes: o latim e a *lingua rustica romana,* consciência que reponta através do confronto da língua popular com um latim doravante artificial, orientado para o passado clássico. Na Itália, a tradição da latinidade literária manteve-se por mais tempo que na Gália e, após a invasão lombarda, sobreviveu nos grandes mosteiros, além do fato capital de Ravena, Nápoles, Salerno e Roma jamais se haverem barbarizado completamente (22). O latim literário, portanto, continuou a ser ensinado nas escolas medievais como continuação normal do latim literário tardio do Baixo Império e, como ensina Christine Mohrmann na sua notável conferência *O dualismo na latinidade medieval,* na Idade Média o latim não era língua morta cultivada pelos sábios, mas língua viva das camadas superiores da população e que deu origem às línguas modernas neolatinas, influenciou as germânicas e foi por elas influenciado. A camada superior da população que falava e escrevia o latim medieval era a comunidade dos intelectuais que formava uma verdadeira *respublica clericorum,* tomando-se o termo clérigo na acepção medieval de estudioso e intelectual. Por conseguinte, diz Mohrmann, "o latim medieval é uma língua viva sem ser a língua de uma comunidade étnica". É língua de comunicação de uma elite,

baseada na tradição religiosa e cultural, língua de caráter erudito, transmitida pela escola, em primeiro lugar língua escrita e, secundariamente, língua falada, herdeira da tradição paleocristã e da antigüidade clássica (23). A primeira herança foi alimentada pela liturgia e a segunda, conservada pela escola. No século XIII, o latim foi a língua internacional das universidades e dos livros, a língua técnica do ensinamento abstrato, da filosofia, da teologia, do direito e das demais ciências.

14. No término deste capítulo passamos agora a tratar dos monges (monge, *monacus,* aquele que vive sozinho) que foram, na vida prática e no labor teórico, lídimos transmissores da cultura antiga à Idade Média. Nossa intenção é caracterizar a natureza do monaquismo e descrever as suas origens, pois o próximo capítulo sobre as escolas será dedicado em grande parte a instituições monásticas. Sabe-se que no Oriente, séculos antes do Cristianismo, havia comunidades de homens ligados por interesses religiosos e culturais, tais como os pugilos religiosos da Índia e da China, os colégios sacerdotais do Egito, a confraria pitagórica na Magna Grécia e os essênios da Palestina. O monaquismo cristão, no entanto, tem origem especial e não se prende a nenhuma organização anterior. Devido à sua natureza de animal social, os homens sempre se agruparam para a realização consciente de propósitos e o alcance de determinados objetivos. Nos primórdios da Igreja cristã, como o atestam os *Atos dos Apóstolos,* os doze companheiros de Jesus levaram vida comunitária, entregues à oração em comum, à prática dos conselhos evangélicos e à pregação, tal como tinham vivido ao lado de Nosso Senhor Jesus Cristo, antes de se dispersarem por causa da propagação da fé. Desde o início da vida cristã, houve pessoas que apreciaram a vida retirada para cumprirem com mais facilidade os mandamentos da Lei de Deus e a fim de conservarem a paz de espírito. Na Igreja primitiva surgiu e disseminou-se a instituição das virgens cristãs, que já constituía a forma comunitária de uma ordem religiosa (24). Os monges começaram a surgir como *anacoretas* (anacoreô, viver retirado) no Oriente, desde o século III, e apareceram no Ocidente durante o século IV. Primeiramente surgem, pois, os *anacoretas,* homens que abandonavam as cidades e as povoações, buscavam a solidão dos desertos, praticavam a perfeita castidade e se entregavam a práticas de piedade e de penitência. Aos poucos formaram-se *colônias de anacoretas* sob a orientação de um abade (*abas,* pai) e, por fim, organizou-se a *vida cenobítica,* comunidade de monges que, sob a direção de um abade, seguem uma regra e levam a vida em comum (*koinós,* comum. *Bíos* vida). O monaquismo sempre contribuiu para promover o fervor religioso e para fomentar a cultura,

mas na sua essência sempre foi um gênero de vida especial, tendo por objetivo a perfeita vida cristã, apostado a imitar a primitiva comunidade cristã de Jerusalém. Desde a sua origem, o monge é, como ensina Thomas Merton, "um homem chamado pelo Espírito Santo a renunciar aos cuidados, desejos e ambições dos outros homens para dedicar toda a sua vida à procura de Deus" (25). No monaquismo, como em todas as outras instituições, houve desvios e abusos desde o início, mas ele sempre se manteve fiel à sua concepção original, e em várias épocas surgiram poderosos movimentos de reforma e de renovação. É preciso assinalar, no entanto, as idéias errôneas que correm em livros sobre a vida monástica. A mais comum nos livros de história da educação é a que repõe a essência do monaquismo nas práticas ascéticas. Ora, o ascetismo (*ascesis,* exercício), conjunto de práticas penitenciais como o jejum, o silêncio, as macerações e os sacrifícios, nunca foi o ideal do monge nem a essência da vida monástica. No Oriente os monges recorreram a essas práticas, muitas vezes, com grande intensidade, mas na Ordem Beneditina, a ordem monástica por antonomásia do Ocidente, elas sempre foram regidas pela discrição, o senso da medida e o espírito de prudência. Desse modo, o ascetismo não é a essência do monaquismo, mas uma das suas manifestações e *um meio* a serviço do ideal. Por isso, embora Paul Monroe reconheça acertadamente que do século VI até o XVI a história do monaquismo é a história da educação, ele erra, contudo, ao afirmar que a idéia fundamental do monaquismo é o ascetismo (26). Afirmações desse jaez podem ser ditadas pela impressão colhida nas biografias de certos monges orientais. Muitos deles cometeram excessos na prática da penitência, tal como ao assumirem atitudes excêntricas ou ao exagerarem no rigor das mortificações. Havia os que viviam sujos e sem banho, alguns até com aspecto animalesco; outros prolongavam jejuns absurdos e acabavam por quedar exânimes, e houve alguns que viviam nus, revestidos apenas dos cabelos, mania a que só se podiam entregar os cabeludos, pois os calvos não se poderiam permitir tal excentricidade. Além dessas façanhas ascéticas, os monges do Oriente, de regra, não prezavam os estudos profanos, limitavam-se ao mínimo de instrução e só preconizavam a leitura da Sagrada Escritura, embora também se dedicassem à cópia de manuscritos religiosos. Segundo Festugière, a maior parte dos monges do Egito, da Palestina, da Síria e dos arredores de Constantinopla foram pessoas simples, de origem humílima e sem cultura. Explica o sábio dominicano helenista que a ignorância desses monges orientais, o seu desprezo da cultura antiga, em vez de aproximá-los de Deus, reduzia-os a um estado de credulidade pueril que não é supra-racional mas infra-racional, pois não querer usar

da razão é, infalivelmente, arriscar-se a ter o juízo falseado, tomar por fim o que não passa de um meio e usar as suas forças contra sombras (27).

15. O gênero de vida dos anacoretas desenvolveu-se após o triunfo do Cristianismo e, pode dizer-se, na fase do seu apogeu. O seu representante típico foi São Paulo, o eremita, que faleceu em 347. As colônias de anacoretas surgiram com a organização da comunidade de anacoretas ou solitários no deserto do Egito, sob a direção do abade santo Antão. Do Egito, pátria do anacoretismo, esse gênero de vida trasladou-se para a Palestina e difundiu-se na Ásia Menor. Santo Hilarião dirigiu no deserto, entre o Egito e Gaza, colônias monásticas com 2.000 discípulos. São Maron, no fim do século IV, estabeleceu e orientou colônias de anacoretas nas regiões libanesas. Esses monges ficaram conhecidos como os maronitas do Líbano.

16. O primeiro organizador da vida cenobítica foi São Pacômio que nasceu em 287, de pais pagãos, em Sné (a Latópolis dos gregos) na Tebaida superior. Ele foi alistado à força nos exércitos imperiais e, como soldado, conheceu o Cristianismo, cerca de 313, quando foi visitado na prisão por cristãos. Iniciou-se no anacoretismo sob a orientação de Palemão no Alto Egito e, como contasse depois com grande número de discípulos, organizou com eles o primeiro cenóbio: um recinto fechado, uma Regra de vida, uma superior e severa distribuição do tempo. Teria o curto serviço militar sugerido a São Pacômio as vantagens da disciplina e do método na vida comunitária? Ele chegou a dirigir 7.000 monges e morreu em 347, depois de ter fundado também mosteiros de monjas. No fim do século V, havia no Próximo Oriente uns 50.000 monges, e o abade de grande número de monges intitulava-se arquimandrita. As colônias dirigidas por santo Hilarião transformaram-se em mosteiros de vida cenobítica sob a forma de *lauras,* cabanas separadas e independentes, situadas em recinto fechado, tal como ainda hoje vivem os cartuxos do Ocidente, e o seu mestre mais venerado foi santo Eutímio. O maior paladino do monaquismo oriental foi São Basílio, que instituiu os monges basilianos e, com o auxílio do amigo São Gregório Nazianzeno, compôs a célebre Regra, equivalente oriental da regra beneditina para os monges do Ocidente. São Basílio, mais que aos exercícios ascéticos das macerações, dava relevo à obediência, e nos mosteiros basilianos a oração e os ofícios litúrgicos entremeavam-se com o trabalho manual e intelectual. Na Grécia tornou-se famoso o mosteiro do monte Atos que influenciou profundamente o monaquismo russo.

17. Os monges *estilitas* (*stylos,* coluna) chamavam a atenção devido à excentricidade de viverem no alto de colunas. São Simeão, por exemplo, viveu durante trinta anos numa coluna e morreu em 459 e o seu discípulo Daniel foi estilita por 34 anos. Os monges *reclusos* (enclestoi) encerravam-se por toda a vida numa cela (*clausa* ou *reclusorium*). A famosa pecadora convertida, Taís, foi monja reclusa. Os *acoimetas* (acoimêtoi, que não se deitam) floresceram cerca do ano 400 às margens do Eufrates e o seu mentor foi Santo Alexandre. Eram assim chamados não porque não dormissem ou deitassem, mas porque se revezavam em grupos dia e noite em vigília no cenóbio, prestando louvor ao Senhor em adoração perpétua. Entre os "hereges da vida monástica", no dizer de Llorca, contam-se os *sarabaítas* que se entregavam à prática de excentricidades no Egito; os *remoboth,* iluminados ou quietistas, que ostentavam pretensa santidade para gozarem do favor popular; os *giróvagos* que vagavam de um lugar para outro sob o pretexto de maior santidade ou proveito para o próximo e eram avessos à leitura e, por fim, os *pabulatores* que propalavam alimentar-se de ervas e raízes e vagabundeavam sem regra.

18. Nos meados do século IV, o monaquismo foi introduzido no Ocidente que teve, portanto, centros de vida monástica, solitária e cenobítica, antes de São Bento. Ao ser desterrado para o Ocidente, Santo Atanásio, que conhecia e prezava as colônias de solitários do Egito, levou em sua companhia os monges Isidoro e Amônio e, assim, o monaquismo foi introduzido na Itália. São Paulino de Nola, falecido em 341, e Santo Eusébio de Vercelli, que morreu em 371, fundaram os primeiros ascetérios ocidentais. São Jerônimo passou alguns anos entre os ermitãos da Tebaida e, ao chegar em Roma em 382, passou a difundir o ideal eremítico. Com a sua discípula Santa Paula fundou em Belém um duplo mosteiro, um para homens, e outro para mulheres. O seu êmulo, Rufino de Aquiléia, junto com Melânia fundou, também na Palestina, um duplo mosteiro. Dos escritos de São Gerônimo extraiu-se um conjunto de normas para a vida monástica que se chamou de Regra de São Jerônimo e deu impulso às ordens jeronimianas.

19. Santo Agostinho, feito sacerdote em 391, estabeleceu em Hipona uma casa religiosa, misto de mosteiro e seminário e, quando bispo, fez da sua residência um verdadeiro cenóbio. Organizou a vida monástica e a sua Regra serviu de base para muitas ordens religiosas. Essa Regra é a *Epístola 211,* dirigida a religiosas, e a *Regra para os servos de Deus,* em 12 capítulos, em que o santo bispo propõe princípios para a vida comunitária de homens. Ela foi de-

pois seguida pelos Cônegos Regulares, adotada no século XII pelos Premonstratenses, no século XIII pelos Dominicanos, Mercedários e Servitas e, mais tarde, pelos Irmãos de São João de Deus, etc.

20. São Martinho de Tours fundou, cerca de 360, o primeiro mosteiro da França no Ligugé, perto de Poitiers e, depois de ser feito bispo, o célebre mosteiro de Marmoutier. Não escreveu nenhuma Regra. Relevo especial merece Santo Honorato que fundou, pelo ano de 405, numa das ilhas de Lerins, perto de Cannes (hoje região balneária e turística), um centro de eremitas que transformou num célebre mosteiro, foco irradiador de cultura religiosa nos séculos seguintes e onde brilharam Hilário de Arles, Euquério de Lyon, Lobo de Troyes, Cesário de Arles, Salviano, Máximo e São Vicente de Lerins. O segundo fundador monástico da Gália também não escreveu nenhuma Regra. João Cassiano, que morreu em 435, passou alguns anos no Oriente sob a orientação de mestres anacoretas e cenobitas e fundou depois em Marselha o famoso mosteiro de São Vítor. Da sua convivência com os Padres do deserto trouxe máximas, casos e experiências que enfeixou em duas obras preciosas para a vida monástica, as *Instituições Cenobíticas* e as *Conferências* (*Collationes*), que influenciaram as Regras compostas na Gália, na Itália e na Espanha e constituem obras clássicas da espiritualidade monacal. O primeiro legislador monástico da Gália foi São Cesário de Arles (470 ou 471 — 27-8-542 ou 543) que escreveu duas Regras no século V: a *Regula monachorum* e a *Regula sanctarum virginum,* tendo utilizado as obras de Santo Agostinho e de Cassiano.

21. O primeiro apóstolo da Irlanda foi São Patrício que recebeu formação religiosa na escola do mosteiro de São Martinho de Tours em Marmoutier e entre os monges de Lerins. De volta à sua pátria, a Irlanda, desde 432 dedicou-se à pregação da fé cristã e fundou mosteiros entre os quais se destacou o de Armagh. Em meados do século VI erigiu-se o grande mosteiro de Bangor que chegou a contar 3.000 homens. Parece que São Patrício não deixou Regra escrita. Pode dizer-se que a Irlanda foi cristianizada e civilizada exclusivamente pelos monges e até hoje é a Ilha dos Santos, embora os atuais sejam um tanto violentos. O espírito apostólico dos monges irlandeses levou-os em caravanas evangélicas a missionar a Inglaterra e várias regiões do continente europeu. O representante mais completo do monaquismo irlandês foi São Columbano, que nasceu entre 525 e 543 e morreu a 23 de novembro de 615. Depois de ter passado pelos mosteiros de Cluain-Inis e de Bangor, fu-

giu para o continente a fim de escapar ao assédio das mulheres e veio a enlaçar o monaquismo irlandês com o do centro da Europa. Juntamente com os seus doze companheiros, que carregavam em sacos de peles os seus preciosos livros litúrgicos e os seus manuscritos, fundou os mosteiros de Annegray, Luxeuil e Fontaines e, em 610, o mosteiro de Bobbio, entre Milão e Gênova, que veio a enriquecer-se de volumes, pergaminhos e códigos. São Columbano celebrizou-se pelas virtudes, profecias, milagres, pelo gênio autoritário, e, por que não dizer, meio atrabiliário, e pela força hercúlea. Fato importante é que, ao fundar o mosteiro de Luxeuil, iniciou uma nova atividade, a de instruir os filhos dos nobres, ao mesmo tempo que evangelizava o povo e lhe ensinava os trabalhos do campo (28).

22. Na Espanha, onde nunca chegou o apostolado dos monges irlandeses, já existia vida monástica no fim do século IV, que floresceu no reino visigótico sob a proteção de São Leandro, falecido em 600, e do seu irmão Santo Isidoro, que morreu em 630, fundadores de mosteiros e o segundo deles, autor da *Regra dos monges.* A Regra mais influente, porém, foi composta por São Frutuoso, bispo de Braga, para os mosteiros da região galega. Além da *Regra dos monges,* ele redigiu a *Regra Comum* para os mosteiros duplos. Durante uns duzentos anos, e até mesmo depois de iniciado o domínio muçulmano, não se introduziu na Espanha nenhuma Regra estrangeira.

23. São Bento de Núrsia fundou a grande ordem religiosa que se tornou a ordem monástica por antonomásia do Ocidente, e a sua Regra absorveu ou eliminou as outras. São Bento nasceu cerca de 480 em Núrsia na Úmbria, estudou em Roma, abandonou os estudos e viveu solitário na gruta de Subiaco. Dirigiu, a pedido, um mosteiro em Vicóvaro e, com os seus discípulos Mauro e Plácido, fundou o mosteiro lendário, a célula-máter da Ordem Beneditina, no cume do Monte Cassino, entre Roma e Nápoles, em 529, no mesmo ano em que Justiniano fechou as escolas de Atenas. Sublime coincidência: cessava a função docente da escola pagã e principiava a atividade educacional da escola cristã! São Bento dirigiu-se, provavelmente já ordenado sacerdote, a *Cassino,* para debelar o paganismo que ali vicejava, e construiu o seu mosteiro em torno do templo dedicado a Júpiter e a Apolo, que ele transformou em igreja do Deus vivo, consagrando-a a São Martinho de Tours e, estabelecendo um oratório em honra de São João Batista, o precursor da vida monástica. No prólogo da sua Regra, inscreve São Bento a característica essencial da sua Ordem: "Devemos constituir uma escola de serviço do Senhor" (29). Escola era, então, qualquer as-

sociação com finalidade educacional, militar, coral ou palaciana. São Bento frisa que a sua ordem monástica deve ser uma escola do *serviço do Senhor.* Por isso, ele se apresenta espontaneamente, no início do prólogo da Regra como *pai* e *mestre,* e os seus monges, desde os primórdios da Ordem Beneditina, começaram também a ser pais e mestres da juventude estudiosa (30). A irmã de São Bento, Santa Escolástica, fundou o ramo feminino da Ordem Beneditina, e os seus mosteiros foram as escolas femininas da Idade Média.

24. São Bento exigiu dos monges a *stabilitas loci,* a estabilidade no lugar, isto é, a permanência num determinado mosteiro, e apontou como finalidade essencial da Ordem o *Opus Dei,* o canto do louvor divino. Uma vez que a Ordem no início se compunha principalmente de irmãos leigos, havendo poucos sacerdotes só para celebrar a santa Missa e administrar os santos sacramentos e sabendo que a ociosidade é inimiga da alma, São Bento prescreve, no capítulo 48 da Regra, o preceito do trabalho manual e intelectual: "A ociosidade é inimiga da alma; por isso, em certas horas devem ocupar-se os irmãos com o trabalho manual e, em outras horas, com a leitura espiritual." Desse modo, conjugaram-se na Ordem Beneditina o *Opus Dei* com o trabalho, *ora et labora.* O cardeal Schuster observa que os antigos romanos consideravam o trabalho como um suplício para escravos, e os bárbaros desprezavam-no como ocupação inconveniente a um povo de guerreiros, enquanto São Bento o sublimou à dignidade de religião (31), e Benedicto Tapia de Renedo, O.S.B., faz ver que São Bento, com a regulamentação preceptiva do trabalho, iniciou uma verdadeira revolução pacífica, econômica e moral, que se desenvolveu plenamente no decurso dos séculos, graças ao labor estrênuo dos seus filhos que se tornaram pais de povos e forjadores de cristandades (32). Já no século VI começou a epopéia missionária beneditina, quando o papa beneditino São Gregório Magno enviou Santo Agostinho e mais 39 monges para a conquista espiritual da Inglaterra. Os mosteiros de São Columbano, por sua vez, acabaram por adotar a Regra de São Bento, e os próprios monges beneditinos assimilaram o apreço dos monges irlandeses pelos estudos, assim como a orientação cultural de Cassiodoro que fez do Mosteiro de Vivarium, segundo Schnürer, mais um centro de cultura literária do que uma comunidade de ascetas devotados à oração e à penitência (33).

25. Podemos agora acrescentar mais um esclarecimento sobre outras idéias errôneas a respeito da vida monástica. Pensam alguns que os monges seriam pessoas frustradas que procuram a solidão dos mosteiros, devido às desilusões amorosas ou ao desprezo dos seus

semelhantes ou até mesmo em busca de uma vida tranqüila. Pode haver, com efeito, alguns casos particulares desses tipos. Mas os monges são pessoas que fizeram e fazem livremente a sua opção pela "vida silenciosa" e penitente, por amor de Deus que transborda na caridade para com o próximo. Não servem para os mosteiros as criaturas frustradas, e eles não são um recanto de sombra e água fresca, pois a vida retirada e mortificante é rigorosa e exigente, é uma austera escola do serviço do Senhor.

26. Desde o fim do mundo antigo e o início da Idade Média, por conseguinte, os monges concorreram para a transmissão do legado cultural antigo aos povos germânicos das cristandades medievais. De um lado, foram os principais propagandistas da religião cristã na Europa, tendo evangelizado os anglo-saxões, os teutões, os escandinavos, os eslavos e os húngaros. Por outro lado, transmitiram-lhes, também, as obras literárias e as concepções filosóficas e educacionais dos romanos, especificamente através do benfazejo labor dos copistas que asseguraram a preservação dos livros antigos. Além disso, os monges difundiram, através da Europa medieval, as técnicas do arroteamento e cultivo do solo, de drenagem dos pântanos, da exploração agrícola e da criação de animais, a arte da construção, da medicina e da administração contábil, sobre terem promovido as belas artes, e máxime as atividades do ensino, área em que se agigantaram, ao tecerem uma rede notável de escolas através da Europa. Consagraram-se, outrossim, ao tratamento dos doentes e à assistência aos peregrinos e viajantes, tendo exercido o dever da hospitalidade, por recomendação da Regra. No entanto, apesar de todos esses benefícios de ordem cultural prestados à civilização européia, o objetivo do monge sempre foi e continua a ser sobrenatural. Como ensinou com ponderação e clarividência o sábio Cassiano: "Convém que exerçamos as coisas acessórias ou acidentais (*sequentia*), tal como os jejuns, a anacorese, a meditação das Escrituras (e poder-se-ia acrescentar, a cópia dos manuscritos, as obras de assistência social, as escolas, etc.) tendo em mira o fim principal, a saber, a pureza do coração que nada mais é que a caridade... pela qual todo o resto deve ser observado" (34).

27. Desde os primeiros dias da sua solidão, São Bento foi procurado pelos patrícios de Roma e pelos habitantes da redondeza, para lhes educar os filhos. Por isso, a atividade educacional vem desde a origem da Ordem Beneditina como uma das suas características acidentais e por uma disposição da Providência divina. Em todo mosteiro passou a existir, ao lado da escola interna em que estudavam os monges, uma escola externa franqueada a todos os interes-

sados e onde se aprendia a ler, escrever, contar e a cantar, e na qual, aos poucos, veio a organizar-se o ensino completo das artes liberais e da própria filosofia, tanto quanto ela podia servir ao ideal monástico da formação e, assim, a Ordem de São Bento foi a educadora da Europa.

Notas

1. Ruy Afonso da Costa Nunes, *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII*. Cf. especialmente o cap. IV da Primeira Parte, pág. 97 e seguintes.

2. *Ib.*, pág. 109-112.

3. Cassiodorus, *Institutiones,* Lib. I, pág. 3.

4. D. M. Cappuyns observa ser pura ilusão pensar, após a leitura das *Institutiones,* que o mosteiro de Cassiodoro fosse uma espécie de sociedade acadêmica onde imperassem passatempos profanos. "Visiblement, diz ele, les *institutiones* ne constituent qu'un code complémentaire réglant la vie intellectuelle, et qui présuppose l'existence d'un code proprement monastique." Cappuyns, "Cassiodore", in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* tome XI, cl. 1360.

5. Rand, *Founders of the Middle Ages,* pág. 154.

6. Segundo o levantamento feito por Grabmann, Boécio fixou a tradução dos seguintes termos aristotélicos que damos apenas na versão latina, figurando o termo grego no texto de Grabmann: actus, species, principium, universale, affirmatio, negatio, dubitatio, differentia, divisio, accidens, contingens, oppositio, potentia, subiectum, speculatio, definire, determinare, aequivocum, contradictio, contradictorie, contraria, contrarie, convertitur, alteratio. M. Grabmann, *Geschichte der scholastichen Methode,* t. I, pág. 157, nota 1.

   Quanto ao termo *subiectum,* parece-nos que, bem antes de Boécio, foi traduzido e fixado em latim na pura acepção filosófica de Aristóteles por Marciano Capela: "Subiectum est prima substantia, quod ipsum nulli accidit alii inseparabiliter, ei tamen alia accidunt, ut Cicero non nomen, sed quod eo nomine significatur." Martianus Capella, *De Nuptiis Philologiae et Mercurii Libri IX,* pág. 116.

   Sobre a noção de filosofia em Boécio, cf. Ruy A. da C. Nunes, *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no século XII,* págs. 112-115.

7. Dante, *La Divina Commedia,* III, Il Paradiso, págs. 121-128.

8. *"Prona est omnis aetas ab adolescentia in malum, Prov. 36*: Nihil enim incertius quam vita adolescentium. Ob hoc constituendum oportuit, ut si qui in clero puberes aut adolescentes existunt, omnes in uno conclavi atrii commorentur: ut lubricae aetatis annos non in luxuria, sed in disciplinis ecclesiasticis agant, deputati probatissimo seniori, quem magistrum doctrinae, et testem vitae habeant. Quod si aliqui ex his pupilli existunt, a sacerdotali tutela foveantur ut et vita eorum a criminibus intacta sit, et res ab injuria improborum. Qui autem his praeceptis resultaverint, monasteriis deputentur, ut vagantes animi et superbi severiori

regula distringantur." Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. 10, cl. 816.

9. "Isidorus vir egregius Hispalensis Ecclesiae episcopus... vir in omni locutionis genere formatus... incomparabili eloquentia clarus. Quem Deus post tot defectus Hispaniae, novissimis temporibus suscitans, credo ad restauranda antiquorum monumenta, ne usquequaque rusticitate veterascemus..." PL 81 (1862), cl. 15-16.

10. "Les Étimologies tenaient, dans une bibliothèque médiéval, la même place que *l'Encyclopedia Britannica* ou le *Larousse* dans une bibliothèque moderne. On avait souvent besoin de le consulter." Gilson, *La Philosophie au Moyen Âge,* pág. 152.

11. F. Canals Vidal, *Historia de la Filosofía Medieval,* pág. 88.

12. "Et quidem omnes qui Latinam linguam lectionis usu didicerunt, etiam haec (apostolorum Symbolum et Dominicam orationem) optime didicisse certissimum est: sed idiotas, hoc est, eos qui propriae tantum linguae notitiam habent, haec ipsa sua lingua dicere, ac sedulo decantare facito. Quod non solum de laicis, id est, in populari adhuc vita constitutis, verum etiam de clericis sive monachis qui Latinae sunt linguae expertes fieri oportet... Propter quod et ipse saepe sacerdotibus idiotis haec utraque, et Symbolum videlicet, et Dominicam orationem in linguam Anglorum translatam obtuli." S. Beda, Epistola II, *Ad Ecgebertum Antistitem,* PL 94 (1862), cl. 659 C-D.
Colhe-se deste passo que tanto leigos como clérigos e monges podem ser *idiotas,* e *idiota* é aquele que só conhece a própria língua e ignora, portanto, o latim. Essa observação é esclarecedora quanto ao significado do termo *idiota* na Idade Média que está a principiar no tempo de São Beda.

13. Nessa mesma época, diz a medievalista, foi elaborada a linguagem musical do canto-chão ou canto gregoriano que será a de todo o Ocidente até o nosso tempo. Régine Pernoud, *Pour en funir avec le Moyen Âge,* pág. 44.

14. Piganiol, *L'Empire Chrétien,* pág. 393.

15. Arns, E., "Book, the Ancient", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. 2, págs. 680 a 684.
"Jérôme entre dans l'histoire au moment même où se déroule la lutte décisive entre le papyrus et le parchemin. Bien plus, si la victoire est restée à ce dernier, c'est grâce à l'entourage du moine de Bethléem et à celui de ses collègues latins." Arns, *La Technique du Livre d'après Saint Jérôme,* pág. 23.
"L'amour du livre sacré et surtout la position officielle de l'Église a précipité l'évolution de la technique du livre em parchemin." *Ib.,* pág. 26.

16. Douglas C. McMurtrie, *O Livro,* pág. 78.

17. *Ib.,* pág. 82.

18. A. Bruckner, "Book, the Medieval", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. 2, págs. 684 a 689.

19. Montalembert, *Les Moines d'Occident,* t. VI, pág. 190.

20. Ozanam, "Comment la Langue Latine devint Chrétienne", in *La Civilisation au Cinquième Siècle,* t. 2, págs. 117 a 147.

21. Christine Mohrmann, *Latin Vulgaire. Latin des Chrétiens. Latin Médiéval,* pág. 17.

22. *Ib.,* pág. 13-14.

23. *Ib.,* pág. 44.

24. Veja-se o capítulo sobre a virgindade no nosso livro *História da Educação na Antigüidade Cristã.*

25. Thomas Merton, *A Vida Silenciosa,* pág. 13.

26. Paul Monroe, *Historia de la Pedagogía,* t. II, pág. 39.
Na apresentação panorâmica das origens do monaquismo, seguimos o esquema de Llorca na sua *Historia de la Iglesia Católica,* t. I.

27. Festugière, *Les Moines d'Orient,* t. I, págs. 23, 38 e 39.

28. "Ibi (Luxovium) nobilium liberi undique concurrere nitebantur, ut et spreta phaleramenta saeculi, et praesentium pompam facultatum contemnentes, aeterna praemia caperent." Jonas, *Vita S. Columbani Abbatis,* c. 17. PL 87 (1863), cl.1022B.

29. "Constituenda est ergo nobis dominici schola servitii." *Regula Sancti Benedicti,* Prologus, 45.

30. "Obsculta, o fili, praecepta magistri, et inclina aurem cordis tui, et admonitionem pii patris libenter excipe et efficaciter comple." *Ib.,* Prologus, 1.

31. A. Ildefonso Schuster, O. S. B., *História de São Bento e do seu tempo,* pág. 129.

32. Benedicto Tapia de Renedo, O. S. B., *San Benito, Padre de Europa,* pág. 71.

33. Schnürer, *La Iglesia y la Civilización Occidental en la Edad Media,* pág. 156.

34. "Ea igitur quae *sequentia* sunt, id est ieiunia, uigiliae, anachoresis, meditatio scripturarum, propter principalem scopon, id est puritatem cordis, quod est caritas, nos conuenit exercere et non propter illa principalem hanc proturbare uirtutem, qua in nobis integra inlaesaque durante nihil oberit, si aliquid eorum quae sequentia sunt pro necessitate fuerit praetermissum: siquidem nec proderit universa fecisse adempta hac qua diximus principali causa, cuius obtentu sunt omnia peragenda." Cassianus, *Conlationes,* I, c. 7, *Iohannis Cassiani Conlationum Pars Prima,* pág. 13. E ainda, *Conl.* XXI, c. 14, pág. 588 e seg.
PL 49 (1874), cl. 489 B.

Bibliografia

Alighieri, Dante — *La Divina Commedia.* Commento e Parafrasi di Carlo Dragone. VII edizione. Roma, Edizioni Paoline, 1974, 3 vol.

Arns, O. F. M., Evaristo — "Book, the Ancient", in *New Catholic Encyclopedia.* Vol. 2, págs. 680 a 684.

———————— — *La Technique du Livre d'après Saint Jérôme.* Paris, E. De Boccard, Éditeur, 1953, 220 págs.

Auerbach, Erich — *Lenguaje Literario y Público en la Baja Latinidad y en la Edad Media.* Barcelona, Editorial Seix Barral, S.A. (Biblioteca Breve), 1969, 336 págs.

Bento, São — *Regra de São Bento.* Tradução e notas de D. João Ev. de O. Ribeiro Enout, O. S. B., Salvador-Bahia, Tipografia Beneditina, 1958, 176 págs.

———— — *Sancti Benedicti Regula Monasteriorum.* Editionem Critico-practicam adornavit D. Cuthbertus Butler. Editio Tertia. Friburgi Brisgoviae, Ed. Herder, 1935.

———— — *San Benito, su Vida y su Regla.* Versión del Padre Dom Leon M. Sansegundo. Comentarios y Notas del Padre Dom Odilon M. Cunill. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1968, 789 págs.

Berlière, D. Ursmer — *L'Ordre monastique des origines au XIIe siècle.* Troisième édition revue et complétée. Paris, Librairie Lethiélleux-Lille, Desclée de Brouwer. Abbaye de Maredsous (Collection Pax, vol. I), 1924, 310 págs.

Bleiberg, Germán — *Diccionario de Historia de España.* Dirigido por Germán Bleiber. Segunda Edición, corregida y aumentada. Madrid, Ediciones de la Revista de Occidente, 1968, 3 vol.

Bourciez, Édouard — *Éléments de Linguistique Romaine.* Cinquième Édition.. Paris, Éditions Klincksieck (Tradition de l'Humanisme, X), 1967, 783 págs.

Bruckner, A. — "Book, The Medieval", in *New Catholic Encyclopedia.* Vol. 2, págs. 684 a 689.

Bury, John B| — *The Life of St. Patrick and his place in History.* Freeport, New York, Books for Libraries Press, 1971, 404 págs.

Cappuyns, D. M. — "Cassiodore", in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* tome XI. Paris, Letouzey et Ané, cl. 1349 a 1408.

Carrato, José Ferreira — "Os monges viajantes da Irlanda." *Revista de Letras da Faculdade de Filosofia de Assis,* 1960, vol. I, págs. 142-200.

Cassiano — *De Institutis Coenobiorum et Conlationes XXIV*, 2 vol., in Corpus Scriptorum Ecclesiasticorum Latinorum, vol. XII e XVII. Viena, F. Tempski, 1886-1888.

———— — *Cassiani Opera,* PL 49 e 50.

Cassiodori Senatoris — *Institutiones.* Edited from the Manuscripts by R.A.B. Mynors. Oxford, Clarendon Press, 1961, 193 págs.

Chapman, Dom — *St. Benedict and the Sixth Century.* London, Sheed and Ward, 1929, 239 págs.

Chélini, Jean — *Histoire Religieuse de l'Occident Médiéval.* Seconde Édition Revue. Paris, Librairie Armand Colin, 1968, 512 págs.

Colombás, García M. — *El Monacato Primitivo.* Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1974, 2 vol.

Courcelle, P. — *Les Lettres Grecques en Occident de Macrobe à Cassiodore.* Paris, E. de Boccard, Éditeur, 1943, 440 págs.

Delorme, Jean — *Les Grandes Dates du Moyen Âge* (Coll. Que sais-je? N.º 1088). Troisième Édition mise à jour. Paris, Presses Universitaires de France, 1970, 126 págs.

Festugière, O. P., A. — J. — *Les Moines d'Orient.* Paris, Les Éditions Du Cerf, 1961, 7 vol.

Fontaine, Jacques — *Isidore de Seville et la Culture Classique dans l'Espagne wisigotique.* Paris, Études Augustiniennes, 1959, 2 vol.

Fournier, Gabriel — *Les Mérovingiens,* (Coll. Que sais-je? N.º 1238). Deuxième Édition mise à jour). Paris, Presses Universitaires de France, 1969, 126 págs.

Grabmann, Martin — *Die Geschichte der scholastichen Methode.* Graz, Akademische Druck-U. Verlangsanstalt, 1957, 2 vol.

Hanson, R. P. C. — *Saint Patrick.* His origins and career. Oxford, Clarendon Press, 1968, 248 págs.

Haring, N. M. — "Boethius", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. II, págs. 631 a 633.

Harman, Joseph — *Le Latin Vulgaire* (Coll. Que sais-je? N.º 1247). Deuxième Édition mise à jour. Paris, Presses Universitaires de France, 125 págs.

Isidorus, Sanctus — *Etymologiarum sive Originum Libri XX.* Recognovit brevique adnotatione critica instruxit W. M. Lindsay. Oxford, Clarendon Press, 1966, 2 vol.

————— — *Etimologías.* Versión castellana total, por vez primera y introducciones particulares de don Luis Cortés y Góngora. Introducción general y índices científicos del Prof. Santiago Montero Díaz. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1953, 563 págs.

Jones, Leslie, W. — "The influence of Cassiodorus on mediaeval culture", in *Speculum,* vol. 20, 1945, págs. 433-442.

Leclercq, Dom Jean — *Aux Sources de la Spiritualité Occidentale.* Étapes et Constantes. Paris, Les Éditions du Cerf, 1963, 317 págs.

————— — *Témoins de la Spiritualité Occidentale.* Paris, Les Éditions du Cerf, 1965, 409 págs.

Llorca S. J., P. Bernardino — *Historia de la Iglesia Católica* (4 volumes por vários autores). Tomo I, Edad Antigua. La Iglesia en el mundo grecorromano. Segunda Edición. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1955, 959 págs.

Marouzeau, J. — *Quelques Aspects de la formation du latin Littéraire.* Paris, Librairie C. Klincksieck, 1949, 232 págs.

Martianus Capella — *De nuptiis Philologiae et Mercurii.* Edidit Adolfus Dick. Addenda adiecit Jean Préaux. Stuttgart, Teubner, 1969, 570 págs.

McMurtrie, Douglas C. — *O Livro.* Impressão e Fabrico. Tradução de Maria Luísa Saavedra Machado. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969, 604 págs.

Merton, Thomas — *A Vida Silenciosa.* Tradução do original inglês das Religiosas da Companhia da Virgem. Petrópolis, R.J., Editora Vozes Limitada, 1960, 191 págs.

Mohrmann, Christine — *Latin Vulgaire. Latin des Chrétiens. Latin Médiéval,* Paris, Librairie C. Klincksieck, 1955, 54 págs.

Montalembert, Le Comte de — *Les Moines d'Occident, depuis Saint Benoît jusqu'à Saint Bernard.* Paris, Libraire Victor Lecoffre, 1882, 7 vol.

Morin O. S. B., Dom Germain — *O Ideal Monástico e a Vida Cristã dos Primeiros Dias.* Tradução de D. Estêvão Bettencourt O. S. B., Rio de Janeiro, Edições Lumen Christi, 1951, 201 págs.

Murphy, F. X. — "Cassiodorus Senator", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. 3, pág. 184.

New Catholic Encyclopedia. New York, McGraw-Hill Company, 1967, 15 vol.

Nunes, Ruy Afonso da Costa — *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII.* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo — Grijalbo, 1974, 377 págs.

Ozanam, A. F. —"Comment la langue latine devint chrétienne", in *La Civilisation au Cinquième Siècle.* Introduction à une Histoire de la Civilisation aux Temps Barbares. Seconde Édition, t. II. Paris, Jacques Lecoffre et Cie., Éditeurs, 1862, 433 págs. (Obra em 2 vol.)

Plummer, Carolus — *Vitae Sanctorum Hiberniae.* Oxford, Clarendon Press, 1968, 2 vol.

Raby, F. J. E. — *A History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages.* Second Edition. Oxford, Clarendon Press, 1967, 2 vol.

Rand, Edward Kennard — *Founders of the Middle Ages.* New York, Dover Publications Inc., 1957, 365 págs.

Renedo, O. S. B., D. Benedicto Tapia de — *San Benito "Padre de Europa".* El Hombre, el Santo y su Obra. Madrid, Compañia Bibliográfica Española, S.A., 1960, 261 págs.

Riché, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare.* VIe-VIIIe siècles. (Patristica Sorbonensia, 4.) Paris, Éditions du Seuil, 1962, 572 págs.

Ruiz, Julio Campos-Melia, Ismael Roca — *Santos Padres Españoles,* t. II. San Leandro, San Isidoro, San Fructuoso. Reglas monásticas de la España visigoda. Los tres libros de las "Sentencias". Introducciones, versión y notas de Julio Campos Ruiz y Ismael Roca Melia. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, 545 págs.

Mansi — *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio.* Tomus Decimus. Florença, Antonius Zatta, 1764.

Schnürer, Gustav — *La Iglesia y la Civilización Occidental en la Edad Media.* Versión de José Miguel Azaola. Madrid, Ediciones Fax, 1955, 557 págs.

Schuster, O. S. B., A. Ildefonso — *História de São Bento e de seu tempo.* Tradução do original italiano pelas Monjas Beneditinas da Abadia de Santa Maria. São Paulo, Brasil. Rio de Janeiro, Edições Lumen Christi, Mosteiro de S. Bento, 1956, 468 págs.

The Oxford Classical Dictionary. Oxford, Clarendon Press, 1949.

Valori, Aldo — *Gregorio Magno.* Torino, Società Editrice Internazionale, 1955, 230 págs.

Vidal Canals, F. — *Historia de la Filosofía Medieval.* Barcelona, Editorial Herder, 1976, 337 págs.

Vyver, A. Van De — "Cassiodore et son Oeuvre", in *Speculum,* vol. VI, 1931, págs. 244 a 292.

Capítulo IV

As escolas medievais até o século XII

1. Na Introdução deste livro tivemos a oportunidade de examinar alguns dos preconceitos a respeito da Idade Média, mas foram apenas alguns e dos mais vulgares, e com o que dissemos procuramos deixar o leitor atento a outros dislates que correm mundo afora sobre assuntos do período medieval. Ao começarmos agora a tratar das escolas, do século V ao século XII, podemos analisar uma das concepções errôneas divulgadas quanto à educação medieval. Assim, Arnould Clausse cita um outro Clausse, Roger, autor da obra *Critique matérialiste de l'éducation,* e endossa-lhe o parecer de que em Roma sob a República se pretendia formar cidadãos romanos; sob o Império, funcionários, enquanto a Idade Média tinha concepções ascéticas e a Renascença, intenções liberais e humanas (1). Note-se a disparidade das proporções: Roma, nos períodos republicano e imperial, quer formar determinados tipos humanos, o cidadão ou o funcionário público, ao passo que *a Idade Média tem concepções ascéticas* e a Renascença, intenções liberais e humanas. Deixemos de lado as *intenções liberais e humanas* renascentistas, por escaparem ao âmbito do nosso estudo atual, e atenhamo-nos à Idade Média. Primeiro, cumpre observar que seria o caso, após a citação dos ideais pedagógicos de Roma, de se procurar determinar o tipo humano que no período medieval se procurou formar em diferentes épocas. Depois, pode asseverar-se que, se a Idade Média teve concepções ascéticas, teve também concepções filosóficas, tecnológicas, jurídicas, políticas e educacionais e por isso a sentença de Clausse é claudicante e estapafúrdia, pois, do ponto de vista educacional, não fica bem claro o que ele pretende dizer ou inculcar. Acresce que também se pode afirmar da Renascença e dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX que tiveram e têm concepções ascéticas. Algumas linhas após o asserto discutível, Clausse passa a afirmar que, para formar clérigos, "a Idade Média inscreverá à cabeça das suas hierarquias axiológicas o desprezo dos bens terrestres e imaginará uma cultura que se procurará pelos caminhos puramente espirituais da Teologia" (2). Tem-se a impressão de que Arnould Clausse imagi-

nou caracterizar muito bem o espírito medieval, mas a sua expressão, com efeito, parece-nos infeliz, máxime numa obra pedagógica. Antes de tudo, é preciso ter em mente que o desprezo dos bens terrestres, em comparação dos bens espirituais e eternos, é um dos ensinamenos cristãos, admitidos e válidos no fim do mundo antigo, durante a Idade Média, na Renascença, nos séculos posteriores, nos dias de hoje, e assim será até ao fim do mundo. Por conseguinte, "o desprezo dos bens terrestres" inscreve-se à cabeça das hierarquias axiológicas" dos cristãos autênticos em qualquer tempo. Poder-se-ia, então, afirmar, sob reservas, que a Idade Média fez tal "inscrição" por ter sido um período histórico profundamente cristão, embora o ensinamento evangélico quanto à fugacidade das riquezas continue atual. Dissemos que se poderia repetir a afirmação de Clausse com reservas, pois ainda na primeira fase da Idade Média não parece que os cavaleiros e os nobres, por exemplo, tenham sempre inscrito o desprezo dos bens terrestres à testa das suas valorizações existenciais. A partir do século XII, então, o asserto cabe ainda menos ao mundo medieval, quando se pensa nos comerciantes, nos banqueiros, nos burgueses, nos juristas e médicos que pensavam em enriquecer cada vez mais. De tudo isso se colhe que é preciso ter cautela, quando se procura caracterizar o espírito de uma época, o caráter de um povo ou mesmo os ideais pedagógicos de certo período histórico.

2. Pode asseverar-se que durante todas as fases da Idade Média perdurou o ideal clássico quanto à formação da personalidade devendo observar-se, contudo, que acima desse objetivo natural impunha-se sobranceiro o propósito de se plasmar o perfeito cristão, o discípulo de Jesus Cristo que procura a felicidade eterna através da crença no Evangelho, da prática dos mandamentos, da aquisição das virtudes, das mortificações, enfim, por meio do constante aumento da vida em estado de graça, da vida sobrenatural iniciada com o batismo. Esse era, e ainda é, o supremo objetivo educacional do povo cristão. Do ponto de vista pedagógico, como vimos em nosso livro *História da Educação na Antigüidade Cristã,* Santo Agostinho legou aos educadores medievais os princípios pelos quais eles se pautaram quanto à orientação dos estudos: os jovens devem dedicar-se ao aprendizado das artes liberais e mecânicas e à filosofia, a fim de aproveitarem ainda mais no estudo da Sagrada Escritura que ensina o que é preciso saber e praticar para alcançar a vida eterna e feliz (3). Além desse objetivo educacional básico, colimaram-se na Idade Média vários ideais pedagógicos. Assim, como vimos no capítulo anterior, o ideal da vida monástica. Os cavaleiros, por sua vez, recebiam um tipo especial de educação, como ainda iremos

ver, e na qual se dava ênfase aos valores peculiares à vida do guerreiro, isto é, à habilidade no maneio das armas, à educação física, à coragem, à fidelidade, etc. A partir do século XII, surgiram as escolas das corporações de ofícios, com objetivos precisos e técnicos, e no século XIII organizaram-se os universidades com propósitos específicos. Portanto, durante a Idade Média, além das metas educacionais básicas e permanentes, houve ideais pedagógicos variáveis, conforme as épocas, as instituições e a situação histórica de um povo, tal como a Veneza mercantil no século XI e seguintes, tão diferente da Inglaterra ou da própria França na mesma época. Aliás, esse panorama de constância e de relatividade educativa no período medieval é um prospecto da situação educacional noutros períodos históricos, uma vez que, ao lado de objetivos e valores permanentes e fundamentais de formação humana, erigem-se os ideais relativos às instituições e à situação social de um povo ou de uma comunidade.

3. No mundo ocidental a organização escolar principiou, ao que tudo indica, na Grécia macedônica, em Alexandria e em Pérgamo. Segundo informação dada por Leach, um Mimo de Herondas, o Mestre, descreve pela primeira vez uma escola por volta do ano 250 a.C. Em Roma, a escola surgiu sob a influência grega cerca de 260 a.C. ou por volta de 204 a.C., segundo Suetônio. A primeira data é indicada por Plutarco e foi, então, diz ele, que se estabeleceram as primeiras escolas de Roma graças a Spurius Carvilius junto com o seu liberto grego. Suetônio, porém, atribui a existência das primeiras escolas em 204 a.C. a Lívio Andrônico e a Ênio, o primeiro poeta romano e ambos, gregos libertos, e a Crates de Malos, embaixador grego de Pérgamo em 157 a.C. A organização do ensino público, no entanto, foi criação dos romanos. De acordo com Ozanam, a cultura universal da *Romanitas* — eloqüente barbarismo cunhado por Tertuliano — estendeu-se da Grã-Bretanha às extremidades da Hungria, e o centro desse círculo cultural veio a ser a nova potência do ensino público, desconhecida nas idades anteriores. O Egito, diz Ozanam, tinha as suas iniciações rodeadas de mistérios. Em Atenas a instrução literária estava entregue à dedicação e à cupidez dos sábios, mas na Itália, país de disciplina, o ensino tornou-se uma magistratura, agraciada com imunidades e privilégios (4).

4. Vimos, em capítulo anterior, como a organização do ensino público romano se desmantelou após as invasões dos bárbaros, embora o declínio fosse gradual e o cultivo das letras não desaparecesse completamente, pois, apesar das invasões germânicas, as escolas con-

tinuaram a existir. São Sidônio Apolinário, pai de família, nascido em 431 ou 432 em Lião na Gália, foi professor de gramática, funcionário imperial, poeta e bispo, e escreveu duas cartas aos professores das escolas de retórica de Vienne e Périgueux. O seu epistolário proporciona excelentes observações sobre os usos e costumes romanos e bárbaros da sociedade galo-romana do século V. Já o poeta latino Sedúlio lecionou filosofia na Itália na metade do século V e o poeta Dracôncio foi professor de retórica no fim do mesmo século. O estudo dos autores clássicos prosseguiu durante o reinado de Teodorico, o Ostrogodo, e Enódio, natural da Gália, bispo de Ticinum (Pavia), em 513-521, testemunha a existência de escolas de gramática e refere-se à escola de Deutério em Milão. Fato comprobatório da existência de escolas de gramática é a composição em Constantinopla, no primeiro quartel do século VI, da principal gramática latina, a de Prisciano, que perdurou em mil manuscritos medievais (5). Na mesma época destacou-se Virgílio Maro, gramático em Toulouse na Gália, enquanto Cassiodoro testifica o cuidado oficial com as escolas de gramática na Itália (6). Por volta de 570, Venâncio Fortunato, nascido em Treviso e estabelecido em Tours, escreveu a biografia de São Martinho de Tours em versos onde conta como ele foi educado em escolas de gramática e de retórica. Essa época, todavia, era de transição e de mudança, pois os estabelecimentos escolares importantes ou eficientes eram cada vez mais raros e, à medida que as instituições oficiais desapareciam, estavam a surgir, entre o fim do século IV e o começo do século V, as *escolas paroquiais,* sob administração exclusivamente eclesiástica. Aliás, antes mesmo da dasagregação do Império Romano, o ensino oficial entrara em declínio. Assim, no fim do século IV, Santo Agostinho, jovem professor, experimentou as agruras do magistério em Roma e que ele diz não ter conhecido na África, pois os estudantes se mancomunavam para abandonar, de repente, as aulas, passando para outro professor, a fim de não pagarem o devido salário aos mestres, e desse modo eles faltavam aos compromissos e desprezavam a justiça por amor ao dinheiro (7).

5. Segundo o Direito Canônico, a paróquia é uma parte territorial da diocese com a sua igreja própria, com a sua determinada população e com o seu competente pastor incumbido da cura das almas (8). De início, as *paroikiai* confundiam-se com as dioceses governadas pelos bispos. Aos poucos, as comunidades dividiram-se em muitas igrejas nas grandes cidades e, a partir do século III, havia igrejas também na zona rural, continuando o bispo como o superior de todas as igrejas. Os fiéis de uma cidade formavam uma paróquia e muitas paróquias constituíam uma *eparquia,* província

eclesiástica governada pelo bispo, o metropolita, e que coincidia com os limites do Império romano. O nome de paróquia é muito sugestivo, pois os cristãos nas suas comunidades consideravam-se estrangeiros e peregrinos na terra, e o termo *paroikia* significa, de fato, estada ou permanência em país estrangeiro.

6. Para bem entender a questão das escolas medievais, é preciso saber que o clero se dividia, como ainda hoje, em secular e regular. O clero secular ou diocesano é constituído pelos sacerdotes que só prestam a Deus o voto de castidade, podendo dispor dos próprios bens, e sem se vincularem ao seu superior, o bispo, por voto de obediência. Eles constituem o manípulo oficial dos obreiros eclesiásticos, servem ao bispo de uma diocese com quem assumem um compromisso de submissão, ao fazerem o juramento de obediência, e por viverem a serviço do povo de Deus nas paróquias, no borborinho do mundo, *saeculum,* são chamados de padres *seculares.* O clero regular é como um corpo auxiliar da tropa oficial, do ponto de vista administrativo. Ele abrange as ordens e congregações cujos membros levam a vida em comum, sob a orientação de um superior, prestam a Deus os três votos de pobreza, castidade e obediência, e vivem de acordo com a regra da sua corporação (*regula.* Donde, clero *regular*).

7. À medida que as escolas oficiais e a dos mestres particulares, *literatores,* foram desaparecendo, a Igreja tomou providências quanto à formação dos candidatos ao sacerdócio, a fim de lhes assegurar a instrução mínima necessária ao desempenho do ministério sacerdotal. O nível elementar desse ensino era representado pelas escolas paroquiais e o superior, pelas episcopais. A escola paroquial funcionava na igreja matriz da paróquia ou na casa paroquial, e a escola episcopal alojava-se na igreja catedral ou na residência do bispo. Aliás, desde os primórdios da Igreja, no período patrístico, os bispos tratavam de formar ao seu lado os colaboradores do seu ministério pastoral, assim como os concílios e os sínodos orientais e ocidentais foram legislando a respeito dos requisitos para a ordenação sacerdotal e para a imposição dos ministérios. Por conseguinte, as escolas paroquiais e as episcopais foram instituídas para a formação do clero. No entanto, devido ao desaparecimento das escolas públicas e à falta ou à raridade das particulares, nelas também estudavam alunos que não se dedicariam mais tarde ao sacerdócio e que, a certa altura dos estudos, resolviam constituir família. Dispomos, a respeito dessas escolas, de várias determinações provenientes dos concílios durante os séculos medievais. Evidentemente, muitas vezes as excelentes recomendações e os oportunos decretos conciliares quanto às escolas ficavam sem execução, tal como ocorre

com as leis em todas as épocas e em todas as nações e quando os planos não passam mesmo de belos projetos. Todavia, através das biografias de personagens desses vários séculos, pode perceber-se como em muitas regiões esses decretos foram executados e como, desse modo, se beneficiou a educação nas cidades e nos campos.

8. Nos *Estatutos do Concílio de Hipona,* de 461, deparamos com um cânon no qual se determina que os clérigos não sejam ordenados sacerdotes e as virgens não sejam consagradas antes dos 25 anos e que os clérigos recebam instrução *desde a infância* com o objetivo de professarem e difundirem a fé (9). A 5 de novembro de 529 — outra notável coincidência! O ano do fechamento das escolas de Atenas por Justiniano e da fundação da Ordem Beneditina — reuniu-se o concílio de Vaison, *concilium Vasense,* convocado por São Cesário de Arles. Nesse concílio de onze bispos junto com o seu metropolita, foram decretados cinco cânones. O primeiro trata da educação dos futuros clérigos e assim reza: "Nas paróquias, todos os padres devem, *secundum consuetudinem quam per totam Italiam satis salubrier teneri cognoscemus,* segundo o salutar costume que sabemos ter sido instaurado em toda a Itália, acolher em suas casas os jovens leitores não casados, a fim de instruí-los no canto dos salmos, nas lições teológicas e na lei do Senhor, para que desse modo preparem para si próprios dignos sucessores. Todavia, se mais tarde o leitor quiser casar-se, não se lhe deverá recusar a permissão" (10). Esse cânon é rico de informações. Note-se, primeiramente, que os bispos do Concílio de Vaison se louvaram no costume estabelecido em toda a Itália. Por conseguinte, eles cuidaram de adotar na Gália uma instituição educacional que já dera sobejas provas das suas vantagens, *salubriter teneri cognoscemus.* Em segundo lugar, os párocos deveriam ensinar aos jovens estudantes o canto dos salmos, as verdades da fé e os mandamentos da Lei de Deus. É claro que o aprendizado dos salmos e da doutrina religiosa implicava o conhecimento dos rudimentos da leitura e da escrita, mas o conteúdo do programa era de interesse puramente eclesiástico. Por fim, no concílio de Vaison ficou estabelecido que os estudantes, ao atingirem a idade adulta, podiam renunciar ao sacerdócio e constituir família *pro carnis fragilitate,* devido à fragilidade carnal. A implantação das escolas paroquiais na Gália representou progresso e vantagem para o povo cristão, já que resolvia de modo prático a maneira de instruir os futuros clérigos *desde a infância,* conforme a determinação quanto aos estudos clericais feita no cânon 45 dos *Antigos Estatutos da Igreja,* à volta do ano 475 (11). Parece-nos que o "costume" das escolas paroquiais difundiu-se na Itália em resposta à exigência do papa São

Gelásio I aos bispos da Lucânia, em 405, de não se admitir a serviço da Igreja analfabetos, ignorantes ou aleijados (12).

9. No século seguinte, em 527 ou em 531, assistimos à criação de um verdadeiro seminário na Espanha, por determinação do II Concílio de Toledo presidido por Montano, o metropolita toletano, assistido por sete bispos espanhóis: Nebrídio de Egara, Justo de Urgel, Pangário, Canônio, Paulo, Domiciano e Maracino. A primeira decisão conciliar diz respeito à educação dos candidatos ao sacerdócio e determina: "Aqueles que, desde a infância, foram destinados por seus pais ao estudo eclesiástico, logo depois de terem recebido a tonsura ou o ministério de leitor, devem ser educados por um preposto numa residência da igreja, sob a vigilância pessoal do bispo. Quando completarem dezoito anos, o bispo lhes perguntará, perante o clero e o povo, se querem casar. Se eles escolherem, por inspiração divina e com a graça da castidade, o estado da continência e jurarem conservá-la, submeter-se-ão ao jugo leve do Senhor, serão ordenados subdiáconos com 20 anos e diáconos aos vinte e cinco". Reza, ainda, o cânon que, se após o casamento e em idade mais avançada, com o consentimento da esposa, fizerem o voto de continência, poderão ser admitidos às ordens sacras (13).

10. No ano 666, no pontificado do papa Vitalino, reuniu-se o concílio de Mérida, *Concilium Emeritense*. O cânon XVIII dirige-se diretamente aos párocos, lembrando-lhes que devem acatar as decisões da Igreja e que, por estarem preocupados com o recrutamento de clérigos que lhes servissem de coadjutores, o santo sínodo havia resolvido que todos os párocos, *parochitani presbyteri*, escolhessem na localidade os clérigos que passariam a viver na sua igreja e os educassem com toda a boa vontade, de tal modo que pudessem cumprir dignamente o santo ministério e dispusessem das habilidades imprescindíveis ao serviço paroquial. Os párocos deveriam, ainda, proporcionar aos clérigos comida e roupa e se, porventura, algum pároco não viesse a cumprir com a sua obrigação, o bispo deveria chamá-lo às contas e corrigi-lo (14).

11. No fim do século VIII, Teodulfo, bispo de Orleães, transmitiu aos sacerdotes da sua diocese várias capitulares com ordenações pastorais e, na décima, estatuía que os presbíteros instaurassem escolas no campo e na cidade, *per villas et vicos* e, se algum fiel lhes confiasse os filhos para aprenderem as letras, eles os deveriam receber e instruir com a máxima caridade, sem exigir dos pais nenhum pagamento, exceto se estes quisessem fazer alguma contribuição espontânea (15). Esse texto de Teodulfo é deveras precioso,

uma vez que não alude à formação dos clérigos, à preparação de candidatos ao sacerdócio, mas contém prescrições aos párocos, para que fundem escolas gratuitas de primeiras letras onde dispensem o ensino a quem o desejar, *cum summa charitate.* É muito importante ressaltar que esse decreto episcopal inscreve-se no quadro da reforma educacional do período carolíngio, quando se promoveu com empenho a criação de escolas públicas e a renovação dos estudos. Essas *scholae publicae* seriam, de fato, apenas algumas escolas para clérigos, onde outras crianças ou adolescentes também poderiam estudar, pois Carlos Magno e os seus sucessores legislaram sobre a educação através dos bispos e dos abades, numa época tão conturbada por guerras e invasões, num regime político onde os senhores se envolviam em contínuas querelas, numa situação econômica que para as populações do Ocidente raiava pela penúria e numa sociedade que não comportava vida cultural intensa nem escolas públicas como hoje as entendemos e possuímos.

12. Em 817, nas célebres dietas sinodais de Aix-la-Chapelle, Luís, o Piedoso, promoveu a grande reforma no Estado e na Igreja, dividiu o império entre os seus três filhos Lotário, Luís e Pepino e promulgou o principal decreto da reforma eclesiástica, a regra dos cônegos e das religiosas: *De institutione canonicorum* e *De institutione sanctimonialium.* Entre as Regras do primeiro livro consta no capítulo 135 que os meninos e os jovens educados na residência dos cônegos deveriam ser vigiados, instruídos e confiados à guarda de um cônego idoso e prudente e habitariam juntos num edifício do *atrium* (16). Por conseguinte, ministrava-se educação a crianças e a adolescentes não só nas paróquias isoladas dos campos como, também, nas casas dos cônegos nas cidades, sabendo-se que estes eram sacerdotes seculares a serviço do bispo de uma diocese, que viviam em comum, tendo individualmente as próprias atribuições pastorais. Os estatutos de Aix-la-Chapelle referentes à vida canônica foram inspirados pela Regra que São Crodegango dera aos sacerdotes de Metz e de que falaremos adiante.

13. A Igreja Católica continuou a assumir nos séculos seguintes a tarefa de ministrar o ensino público e gratuito nas paróquias urbanas e rurais. Como diz o insuspeito Durkheim, a Igreja tornou-se a única educadora daqueles tempos naturalmente, sem premeditação nem ambições, pois era a única instituição que, de fato, tinha condições e meios para educar e instruir (17). O cânon 18 do XI Concílio Ecumênico, o III de Latrão, em 1179, no pontificado de Alexandre III, prescreveu que em toda catedral se instituiria um benefício que permitisse custear os estudos dos clérigos e dos escolares

pobres que não deviam ser privados de instrução devido à falta de recursos dos pais (18). Essa prescrição foi renovada pelo cânon 11 do XII Concílio Ecumênico, Quarto de Latrão, no pontificado de Inocêncio III, onde se declara a renovação do cânon 18 do XI Concílio Ecumênico, para que se outorgue ensino gratuito aos clérigos da catedral e a outros estudantes pobres, *aliosque scholares pauperes.* Esse Concílio Ecumênico de 1215 prescreveu que qualquer igreja, além da catedral, com recursos suficientes, sustentasse um professor de gramática e que a igreja metropolitana mantivesse um teólogo, a fim de ensinar aos padres e a outros a Sagrada Escritura e o cuidado das almas (19). Com essas referências aos concílios lateranenses dos séculos XI e XII só quisemos ressaltar o princípio da gratuidade do ensino aos estudantes pobres, tão defendido por Teodulfo de Orleães no século VIII.

14. Outro tipo de escola na Idade Média foi a *episcopal* ou *catedralícia* (por ficar instalada em dependências da catedral) ou *canônica* (por ser dirigida pelos cônegos que serviam à catedral). Desde os tempos apostólicos, os bispos deviam com certeza tratar da formação do clero, e durante o período patrístico eles se valeram das escolas catequéticas para tal objetivo, embora eles próprios tomassem a peito a educação dos clérigos e os formassem no seu convívio diuturno. Uma vez que os bispos residiam na sede urbana da diocese, os clérigos recebiam a sua formação na residência episcopal. Na primeira fase da Idade Média, que estamos a considerar, as escolas episcopais não tiveram ressonância social e só lidavam com a educação clerical, uma vez que o eixo da vida estava no campo, na órbita do castelo e do mosteiro (20). Desde o renascimento do século XII, no entanto, com a renovação e o desenvolvimento da vida urbana, as escolas monásticas entraram a declinar, enquanto as episcopais assumiram a liderança do ensino e foram as bases das faculdades de artes e de teologia no século XIII.

15. Parece-nos que a regularização da escola episcopal ou o estabelecimento orgânico da formação dos presbíteros remonta a Santo Eusébio de Vercelli, bispo e fundador monástico que nasceu na Sardenha no início do século IV e morreu em Vercelli a 1 de agosto de 371, tendo sido nomeado bispo desta cidade em 344. Santo Eusébio organizou a vida comunitária para o seu clero e é considerado o fundador dos cônegos regulares. Entre os *Antigos Estatutos da Igreja,* à volta do ano 475, ordenava-se o exame do candidato ao episcopado e que se verificasse se era instruído, *litteratus,* se conhecia a Lei de Deus e a Sagrada Escritura. Um dos cânones prescreve que o bispo se abstenha da leitura de livros pagãos e só

perlustre os heréticos durante algum tempo e por necessidade. Logo, em seguida, se estatui que os clérigos recebam a devida instrução, *artificiola et litteras discant* (21). Conta Posídio que Santo Agostinho, quando bispo, educava os clérigos na sua residência, onde eram instruídos e recebiam alimentação e roupa (22). No século VIII, São Crodegango, bispo de Metz, regulou a vida comum e canônica dos clérigos. Além de promover a difusão do monaquismo beneditino, preocupou-se com a formação do clero secular e promulgou o parvum decretulum, o pequeno códice, isto é, a *Regula Canonicorum* inspirada na *Regra de São Bento,* que São Crodegango adaptou às exigências da vida do clero diocesano. A *Regra dos Cônegos* tinha originalmente 34 capítulos, 86 nas redações posteriores, foi retomada na substância pela *Institutio Canonicorum* do Concílio de Aix-la-Chapelle, em 817, e influiu decisivamente na espiritualidade do clero diocesano latino da Idade Média. O capítulo 48 da *Regra* original determina as normas para a direção da escola episcopal onde um cônego se encarregava da instrução e da formação espiritual dos meninos e dos adolescentes (23).

16. O Concílio de Orleães, em 511, no reino franco de Clóvis e no pontificado do papa Símaco XIII, recomenda que os sacerdotes diocesanos e os clérigos convivam com o bispo e lhe escutem as lições, procurando imitar-lhes as virtudes, a fim de se tornarem promotores da glória de Deus (24). No século seguinte, na Espanha, o IV Concílio de Toledo em 633, pela voz de 62 bispos, declara que a ignorância é a mãe de todos os erros e deve ser evitada principalmente nos sacerdotes que têm o dever de instruir o povo (25). Esse cânon religa-se naturalmente ao do II Concílio de Toledo (cf. nota 13 deste capítulo) que determinou a fundação da escola episcopal ou seminário, tal como a que Santo Isidoro instaurara em Sevilha. No Concílio Romano, em 853, no pontificado de Eugênio II, os bispos levantam as vozes em coro para denunciar a falta de professores e de cuidados para com os estudos nas escolas episcopais de vários lugares e determinam que se constituam professores e doutores *in universis episcopiis,* em todas as escolas episcopais, para o estudo das letras, das artes liberais e da doutrina sagrada (26). Colhe-se desse cânon do Concílio Romano que as artes liberais constituíam matéria do currículo das escolas episcopais.

17. Através do Império carolíngio, as escolas episcopais mais famosas foram as de Tournai, Magúncia, Reims, Sens, Tréveris, Lyon, Worms, Metz, Orleães, Laon, Chartres e Paris. Na Espanha foram as de San Salvador de Oviedo, León, Vich, Gerona, Barcelona, Palência e Salamanca. Na Inglaterra brilharam as escolas episcopais

de York e de Cantuária. York foi centro importante da Bretanha romana, e um bispo de York participou do Concílio de Arles em 314. As invasões anglo-saxônicas destruíram a cristandade britânica que foi restaurada pela missão de Santo Agostinho de Cantuária em 597, por iniciativa do papa São Gregório Magno. A escola episcopal de York foi criada pelo primeiro bispo dessa cidade, Paulino, e era escola de gramática e canto. Deu-lhe novo impulso o arcebispo Egberto, discípulo de São Beda, o Venerável, que fundou a escola episcopal com a biblioteca, famosa no século VIII, e influenciou a educação no império carolíngio através de Alcuíno, seu ilustre representante. Essa escola funcionou regularmente até a conquista normanda, mas a sua biblioteca, que parece ter sido a maior da Europa ocidental no século VIII, foi destruída por um incêndio em 1069. A escola episcopal de Cantuária foi fundada e desenvolvida por Teodoro, natural de Tarso na Cilícia, em 602, e que sucedeu ao primeiro arcebispo inglês Dêusdedit, falecido em 664. Por notável coincidência, o Dêusdedit inglês teve por sucessor o Dêusdedit grego, uma vez que tal é a tradução latina do nome Teodoro (o que Deus deu, presente de Deus). Teodoro de Tarso, com 67 anos, era um erudito grego, instruído nas letras profanas e sagradas, em filosofia e direito. Estudara em Atenas e chegou a Cantuária a 27 de maio de 668 junto com o inglês Bento Biscop e o monge Adriano, que foi o seu grande colaborador. Segundo o historiador São Beda, Teodoro difundiu a instrução e propagou o conhecimento da língua e da literatura grega. Desde aí, a Inglaterra foi morada predileta dos estudos helênicos numa tradição, que jamais se desmentiu, de culto aos clássicos da Hélade. A catedral de Cantuária, até o século XI, foi inteiramente servida pelo clero secular, tendo São Teodoro morrido em 690 (27).

18. Em muitas dioceses da Europa, no início e no decurso da Idade Média, as escolas episcopais foram dirigidas por comunidades monásticas, ou melhor, os clérigos seculares formavam-se entre os monges que assessoravam o bispo, e este lhes proporcionava instrução, exercício pastoral e bons exemplos. Tal foi o caso famoso de Santo Agostinho, ainda na antigüidade, e o de São Martinho de Dume no reino dos suevos, o futuro Portugal, no começo da Idade Média (28).

19. As escolas monásticas, que se derramaram pela Europa na primeira parte da Idade Média, surgiram por um processo espontâneo no interior dos cenóbios. Os homens procuravam o mosteiro para se consagrarem inteiramente a Deus pela imitação de Cristo, através de uma vida de oração e trabalho. Ora, a prece e a medi-

tação implicam a leitura, o trato com os livros. O trabalho intelectual e o manual exprimiram-se de forma proveitosa na cópia e na reprodução dos manuscritos. Por conseguinte, os monges deviam saber ler e possuir instrução. As pessoas instruídas que ingressavam nos mosteiros iam servir de mestres e formavam discípulos. Os *rudes,* ignorantes, recebiam a instrução suficiente para o cumprimento dos deveres monásticos. Acresce que os mosteiros, como os da Ordem Beneditina desde a sua origem, recebiam os *pueri oblati,* os meninos que lhes eram ofertados pelos pais para se consagrarem a Deus na vida monástica. Daí as *escolas internas* ou *interiores,* dentro do mosteiro, para a instrução dos postulantes, os candidatos à vida monástica, e dos oblatos. À medida, entretanto, que meninos e adolescentes eram confiados aos mosteiros só para receberem instrução, pois não tinham a intenção de ser monges nem os pais o pretendiam, eles passavam a freqüentar também as escolas internas como pensionistas ou para eles, em muitas regiões, existia um edifício especial ou uma ala do mosteiro, a *schola exterior,* fora do perímetro da clausura, para que o bulício escolar não perturbasse o silêncio monástico e a paz dos religiosos. Na escola do mosteiro estudavam-se as sete artes liberais, segundo a orientação dada por Santo Agostinho no *De Doctrina Christiana,* e aplicavam-se os estudantes de modo intenso à leitura e à meditação da Sagrada Escritura, de acordo com as prescrições unânimes das Regras, como a de São Bento, Sto. Isidoro e São Frutuoso. Para a iniciação gramatical tomavam-se os *salmos* como texto de leitura. Aliás, o ensino estava dirigido para o seu conhecimento, assim como ao de toda a Bíblia. Dom Jean Leclercq demonstra em sua obra *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu* que não existe *ratio studiorum* beneditino, mas um programa espiritual — razão pela qual houve, às vezes, um problema dos estudos monásticos —, e que a teologia monástica se elaborou com a meditação da Sagrada Escritura, com o auxílio da gramática e da retórica que propiciavam excelentes recursos para a interpretação alegórica e para o alcance do senso místico das palavras sagradas, sem que os monges se tivessem valido predominantemente da dialética e da filosofia, como o fez a teologia escolástica, sobre ser a teologia dos monges feita em função da vida no mosteiro, do seu apego ao passado e aos Padres da Igreja e da própria experiência espiritual (29). Com efeito, a filosofia nunca foi o forte da educação monástica. Antes de tudo, porque na primeira parte da Idade Média não houve estudo da filosofia propriamente dita, pois o seu ensino desaparecera ainda no fim do mundo antigo e, depois, porque os monges não afinavam com o seu conhecimento, já que o seu desiderato era estritamente religioso, teológico, ascético e mís-

tico. Aliás, tornou-se vera tradição monástica entender por filosofia a própria vida monástica, como o demonstramos em nosso livro *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII.*

20. As legislações monásticas mais antigas tratavam dos estudos e das escolas que, como dissemos, se impuseram naturalmente à vida monacal. Conta Posídio na *Vida de Santo Agostinho* que este, logo após a ordenação sacerdotal, começou a viver com os companheiros segundo o modo e a regra dados pelos santos apóstolos (30). Conforme o relato das *Confissões* (Lib. VIII, VI, 15), Agostinho visitara um mosteiro em Milão e outros em Roma e admirara a vida dos santos homens entregues à oração, ao jejum, à prática das virtudes em comunidade e ao trabalho manual. Na sua *Segunda Regra,* ele prescreve várias horas de estudo (31). E na obra *De opere monachorum* o Bispo de Hipona impõe aos seus monges o preceito do trabalho (32). Na *Regula monachorum,* composta de trechos extraídos das obras de São Jerônimo e que serviu de norma para várias ordens religiosas, podem ler-se muitos passos com acentos fervorosos a respeito da leitura, do estudo, da meditação da Bíblia e do manuseio dos livros pagãos (33). No mosteiro de Marmoutier, fundado por São Martinho de Tours no século IV, os monges mais velhos dedicavam-se à oração, enquanto os mais jovens associavam às preces os exercícios de caligrafia e a cópia de manuscritos, trabalho reservado principalmente aos noviços que ainda não conseguiam rezar por longo tempo e eram tentados pelo demônio da preguiça. Depois de ter feito esse apontamento, Bardy afirma que pela metade do século V não teriam existido no Ocidente escolas monásticas propriamente ditas e que os mosteiros recebiam pouquíssimos meninos destinados à profissão monástica (34). Essa orientação inicial do monaquismo do Ocidente quanto à escola interna, destinada aos candidatos à vida monástica, fora antecipado pelas diretrizes traçadas por São Basílio, o grande legislador oriental, a respeito da educação dos meninos e meninas nos mosteiros masculinos e femininos e dos seus respectivos estudos (35). São Basílio já notara a conveniência de separar as residências dos meninos e dos adultos nos mosteiros, tendo observado que os jovens precisam de movimento e que os mais velhos não devem ser perturbados (36). Montalembert, referindo-se ao abade Magloire, que na ilha de Jersey dirigia a educação dos meninos nobres, conta que estes iam recitar as suas lições, em alta voz, em meio aos rochedos batidos pelas vagas, a fim de não perturbarem a sesta dos professores (37).

21. Apesar da opinião de Bardy sobre as primeiras escolas monásticas do Ocidente, Léon Maître, autor de obra notável sobre as escolas episcopais e monásticas, declara que o ensino se recolheu nessas escolas, logo que a voz dos retóricos romanos deixou de ser ouvida, e elas foram os santuários e os refúgios seguros da cultura intelectual, especialmente na Gália. Enquanto a Irlanda fruía de tranqüilidade para os estudos, a cultura se difundia na Grã-Bretanha e as escolas eram florescentes em Pavia, Roma, Pisa e Aquiléia, a Gália gemia e se afundava na ignorância devido aos ataques muçulmanos, às rapinas ocorridas sob Carlos Martel, à fraqueza do governo dos reis merovíngios, às guerras civis e à pilhagem dos bispados e das abadias (38). A Gália só iria conseguir superar essa lastimável situação com o advento de Pepino, o Breve, e com as reformas política, religiosa e educacional sob os carolíngios. E aí começará a fase esplendorosa das escolas monásticas no reino franco e na Germânia. Montalembert, encantado com a floração dessas escolas, chega até ao exagero de afirmar que "a educação foi o principal emprego da atividade monástica durante toda a Idade Média" (39), como se a Ordem Beneditina tivesse o mesmo escopo das modernas congregações docentes. Na verdade, pode-se reconhecer que a *Regra de São Bento* já legisla quanto à educação das crianças e que a escola acompanha a ereção dos mosteiros beneditinos, de tal modo que, segundo afirmação do mesmo Montalembert, "tout monastère était une école" (40).

22. Diz a *Regra* beneditina, no capítulo 70: "A diligência da disciplina e guarda das crianças até quinze anos de idade caiba a todos, mas, também isso, com toda medida e inteligência" (41). No capítulo 30, São Bento enuncia dois princípios pedagógicos. Primeiro, "cada idade e cada inteligência deve ser tratada segundo medidas próprias" e, segundo, quando meninos e adolescentes cometerem alguma falta, "serão punidos com muitos jejuns ou refreados com ásperas varas, *acris verberibus*". O capítulo 37 da *Regra* aconselha o espírito de compreensão, a misericórdia para com os velhos e as crianças no que tange à alimentação. O capítulo 45 prescreve pancadas — açoites com varas por certo — *infantes autem pro tali culpa vapulent* (42). Convém observar, ainda, que de início os monges eram religiosos com os três votos prestados a Deus e estáveis nos mosteiros, mas não eram sacerdotes, tanto que a *Regra* diz no capítulo 62: "Se o Abade quiser pedir que alguém seja ordenado presbítero ou diácono para si, escolha, dentre os seus, quem seja digno de desempenhar o sacerdócio". A atividade sacerdotal externa dos monges só começou mesmo, quando São Gregório Magno

enviou missionários beneditinos para a Inglaterra e quando desta partiu São Bonifácio, a fim de pregar o Evangelho aos bárbaros da Germânia. Especialmente no início da Ordem Beneditina, portanto, os monges podiam estudar ou lecionar, assim como punir os alunos indisciplinados, sem serem sacerdotes. Ainda nos primeiros dias da comunidade beneditina, segundo o relato de São Gregório Magno, muitos patrícios e cristãos, *nobiles et religiosi,* confiaram a educação dos filhos aos monges: "Por esse tempo, também, começaram a afluir de Roma pessoas nobres e piedosas que lhe davam (a São Bento) os filhos, a fim de que os criasse para Deus todo-poderoso. Foi então que Equício fez a entrega de Mauro, e o nobre Tértulo, a de Plácido, flores das esperanças paternas. Mauro, adolescente que se distinguia pelos bons costumes, começou a prestar auxílio ao Mestre, enquanto Plácido ainda se achava em idade infantil." Mauro e Plácido, por conseguinte, prefiguram a vasta posteridade dos alunos das escolas beneditinas onde, conforme São Gregório Magno, seriam educados para o Deus Onipotente (43). Sabe-se que as escolas dos mosteiros acolhiam tanto os nobres rebentos da aristocracia, quanto os pobres filhos dos servos. A "escola de serviço do Senhor", que São Bento concebeu e fundou, recebia os postulantes e dava-lhes os meios imprescindíveis à recitação do sagrado louvor e às pias meditações, à *lectio divina,* à contemplação sobrenatural a que chegava o monge com o auxílio da leitura da Bíblia, das obras dos Santos Padres e dos mestres da vida monástica. Por isso, diz São Bento, no capítulo 48 da *Regra,* que a ociosidade é inimiga da alma e os monges devem dividir o tempo livre, fora do Ofício Divino, entre o trabalho manual e a leitura espiritual, *lectio divina,* mas que serão verdadeiros monges quando viverem do trabalho das suas mãos a exemplo dos Pais e Apóstolos. "São Bento não quer dizer absolutamente, explica D. Ildefonso Herwegen, que o trabalho manual pesado seja da essência do estado monástico. Apenas alega o fato de que os antigos Padres praticaram semelhante trabalho e que, por isso, podem servir de modelo" (44). Foi, portanto, em conseqüência do *opus primarium,* o louvor de Deus e o serviço do Senhor, que brotaram do tronco beneditino os ramos do trabalho intelectual e manual de que os monges foram modelos para pessoas e povos. A *lectio divina* implicava a leitura, a existência de biblioteca, a cópia de manuscritos e a composição de livros, manuscritos e livros também para vender e assim ajudar a subsistência do mosteiro. No entanto, toda a tradição beneditina, observa Dom Jean Leclercq, reproduzirá a existência de São Bento; *scienter nescia, et sapienter indocta* que preconiza o ensino da douta igno-

rância, que o vive e o conserva no patrimônio cultural da Igreja como paradoxo necessário (45).

23. Segundo Montalembert, se quiséssemos enumerar as principais escolas beneditinas, seria preciso nomear todas as grandes abadias, pois a maior parte delas constituía vastas casas de estudos freqüentadas por filhos de servos e de pobres e pelos da nobreza e dos homens livres. As mais famosas foram as de Monte Cassino, São Maximino de Trèves, Santo Albano de Maiença, Prüm, Fulda, Hirschau, Gandersheim. Nos mosteiros germânicos de São Gall, Reichenau, Murbach, Santo Emmeran de Ratisbona, Tegernsee, Benediktbeuern e Werden, cultivou-se a língua alemã que foi usada no ensino e nos livros. Através de glosas interlineares, os monges davam a tradução alemã dos termos latinos em textos bíblicos, canônicos e literários, sobre prepararem traduções de orações e trechos doutrinários. Os sábios monges alemães, segundo Schnürer, fixaram por escrito uma parte do tesouro poético do seu próprio povo como, à volta do ano 800, no mosteiro de Fulda se transcreveu o canto de Hildebrando, únicos salvados da epopéia germânica do antigo idioma alto-alemão. Na França notabilizaram-se as escolas monásticas de Fleury, Gorze, Corbie, Saint-Denis, Saint-Martin de Tours, Saint-Bénigne de Dijon, Saint-Vincent de Toul, Saint-Germain des Prés, Luxeuil, Aurillac, Saint-Remy de Reims, Fleury, Saint-Pierre de Gand. Na Espanha do século VII avultaram as de Agali, Asán, Cauliana, Santa Eulália de Mérida. Cerca de 570, no capítulo XI da sua *Regula ad monachos,* São Ferreol de Uzès declarava não ser lícito ignorar as letras a quem pretendesse reivindicar para si próprio o nome de monge (46). As regras monásticas surgidas na península ibérica, fora da órbita beneditina, insistiam igualmente na existência das escolas, dos livros e do estudo. Santo Isidoro de Sevilha, ao tratar do trabalho dos monges na sua *Regra,* redigida entre 615 e 619, recomenda a leitura e proíbe aos monges os livros pagãos ou heréticos, "pois é preferível ignorar as suas doutrinas perniciosas a cair no laço dos seus erros por experiência própria". A *Regra* do visigodo São Frutuoso, redigida à volta de 646, prescreve a leitura e recomenda que os meninos recitem as lições diante dos decanos (47). Além da *Regula monachorum,* São Frutuoso, que foi bispo de Braga, escreveu a Regra Comum, *Regula Communis,* para os mosteiros dúplices em que entravam famílias inteiras com filhos e filhas, mesmo de tenra idade (48).

24. Portugal deve a São Martinho Dumiense a sementeira pujante da vida eclesiástica e do monaquismo nos longínquos tempos do reino dos suevos, no século VI, aonde ele teria aportado cerca de 550.

Ele nasceu na Panônia, que abrangia parte da Hungria, da Áustria e da Iugoslávia atual, no primeiro quartel do século VI, e morreu a 20 de março de 579. São Martinho colaborou com o rei Teodomiro na conversão dos suevos ao catolicismo. Fundou o mosteiro de Dume, onde veio a ser bispo a 4 de abril de 556. Essa diocese-mosteiro foi caso único no Ocidente e São Martinho foi eleito, também, bispo de Braga em 569, mas sem abandonar o bispado de Dume. Ele compôs vários opúsculos ascético-morais, canônico-litúrgicos e poéticos. Ao primeiro grupo pertencem os livrinhos de moral inspirados nas obras de Sêneca. São os chamados opúsculos senequistas. Escreveu, também, *A Correção dos Rústicos,* instrução sobre a vida paroquial e de combate ao paganismo remanescente nas aldeias. São Martinho traduziu do grego para o latim — pois viajara pelo Oriente e convivera com os monges — uma coleção anônima de apotegmas que se denominou *Aegyptiorum Patrum Sententiae,* e o seu discípulo em Dume, Pascásio, traduziu também do grego outra coletânea anônima, *De vitis Patrum* (49). Segundo Fortunato de Almeida, "data pelo menos do século VII a prática de se educarem meninos nos mosteiros da Lusitânia e é provável que seja mais antiga" (50). Depois de tratar dos monges de São Martinho de Dume e de São Frutuoso de Braga que foram pregadores, copistas de livros e mestres de meninos, Mário Martins assevera que, à distância de mais de mil anos, "esses monges iam educando a consciência do povo português, davam-lhe interioridade e sensibilidade religiosa, uma maneira cristã de encarar a existência, uma tabela de valores" (51). Frei José Mattoso não deixa de concordar com esse ponto de vista, apesar de certo pessimismo pois, embora diga que a produção literária portuguesa anterior a 1150 seja paupérrima e só inclua alguns anais e vidas de santos, reconhece que os antigos monges portucalenses arrotearam o terreno para o florescimento da cultura. Eles cultivaram o latim e a música, mantiveram bibliotecas, estudaram o direito civil e o canônico, promoveram o ensino das primeiras letras, redigiram crônicas, estudaram a Bíblia e as obras dos Santos Padres e prepararam o caminho que haviam de perlustrar um Santo Antônio, um Mestre João de Deus, um Mestre Vicente, um Silvestre Godinho ou um Pedro Hispano (52).

25. Ozanam saudou a Itália como "o último asilo da antigüidade e o primeiro foco de luz da Idade Média" (53). Ozanam tinha razão, mas Hanson também tem a sua, quando considera a Irlanda como "o último asilo das letras" no início da Idade Média (54). Os mosteiros irlandeses iniciaram o seu extraordinário desenvolvimento, desde o século IV e, tal como os italianos e os ibéricos, recrutaram os seus membros na classe camponesa, ainda que fossem di-

rigidos por herdeiros de famílias nobres ou reais. As escolas monásticas da Irlanda substituíram as escolas tradicionais dos drúidas e dos bardos. Conforme Hanson, quando São Patrício chegou à Irlanda, já havia escolas de letras, de direito, de história, de poesia, de arte, e a seu lado foram surgindo e florescendo as escolas dos mosteiros. No fim do século VI, a Irlanda permanecia indene às invasões e as suas escolas sobreviveram às lutas dos clãs e aos ataques dos dinamarqueses, ministrando o ensino da gramática, da retórica e da poética latina junto com o da língua grega e da filosofia. Os irlandeses, chamados então de *Scoti,* ganharam o continente em pacífica invasão de missionários e letrados, depois de haverem difundido o Evangelho e as letras na Grã-Bretanha. Hanson cita os luzentes centros escolares de Clogher, Glendalough, Armagh, Aran, Monastereven, Monasterboyce, Clonard, Glasnevin, Bangor e outros, e declara perentório que no século VI a Irlanda inteira se transformara praticamente numa universidade (55).

26. As escolas monásticas da Grã-Bretanha tomaram impulso no século VII e resplandeceram no seguinte, tendo fornecido mestres famosos aos reinos continentais e à corte de Carlos Magno (56). Santo Aldelmo, discípulo do monge irlandês Maidulfo, de Teodoro de Tarso e de Adriano, foi abade de Malmesbury na região de Wessex e morreu bispo de Sherborne em 709, depois de quatro anos de episcopado, tendo nascido de nobre prosápia cerca de 639 ou 640. Foi poeta, escreveu várias obras e animou a escola do mosteiro de Malmesbury, tendo reunido alunos irlandeses e anglo-saxões. Biscop Baducing, mais conhecido por Bento Biscop, fundou o famoso mosteiro duplo de Wearmouth-Yarrow, sob a influência de Roma, situado perto de York na Nortúmbria. Esteve várias vezes em Roma, donde trazia muitos livros e obras de arte. A sua obra foi continuada por Ceolfrido, mas o mais ilustre florão do mosteiro de Wearmouth-Yarrow foi São Beda, o Venerável, que, segundo Schnürer diz com toda a razão, "foi um dos maiores e melhores mestres que teve a Idade Média". Finalmente, convém lembrar que na Grã-Bretanha floresceram de modo notável as escolas e as letras nos mosteiros femininos que Montalembert celebra com entusiasmo no tomo V da sua obra *Os Monges do Ocidente.*

27. A *Regra de São Bento* difundiu-se gradualmente através da Europa e substituiu as outras que vigoraram por algum tempo em muitas regiões. Os monges cumpriram a sua missão precípua e elevaram a Deus o solene louvor em nome da humanidade, durante os séculos difíceis e turbulentos da primeira parte da Idade Média e, por força das circunstâncias, tornaram-se os seus educadores.

Com todos os percalços das empresas humanas, os beneditinos deram conta da sua tarefa e concretizaram durante as centúrias medievais a visão profética do seu fundador. Segundo o relato de São Gregório Magno, o abade e diácono Servando foi visitar São Bento. De noite, o santo recolheu-se ao seu aposento no alto da torre e Servando ocupou um quarto no pavimento inferior. Diante da torre situava-se a grande morada onde os discípulos de ambos descansavam. Enquanto estes dormiam, São Bento em vigília piedosa, antecipando-se às orações noturnas, de pé junto à janela, rezava a Deus onipotente. *Subito, intempesta noctis hora respiciens,* de repente, àquela alta hora da noite, ao olhar para fora, ele viu projetar-se do alto uma luz que, difundindo-se em torno, afugentava as trevas da noite e brilhava com tal esplendor que, a fulgurar no meio da escuridão, era mais clara que a luz do dia, *ut diem vinceret lux* (57). Querendo alguém por testemunha, São Bento chamou em alta voz pelo diácono Servando, duas ou três vezes, e este acorrendo subiu, olhou para o alto e ainda logrou divisar tênues rastos de luz. Tal como Servando, nós mal percebemos hoje, através dos documentos, vestígios da claridade que a Ordem Beneditina espargiu em ondas de evangelização, de testemunho evangélico, de cultura e de instrução, através da Idade Média, e que ela continua, fiel à intenção do seu glorioso Patriarca, a emitir suavemente do remanso do claustro.

Notas

1. A. Clausse, *A Relatividade Educativa,* págs. 41 e 42.
2. *Ib.,* pág. 42.
3. Ruy Afonso da Costa Nunes, *História da Educação na Antigüidade Cristã,* págs. 210-211.
4. Ozanam, *Dante et la Philosophie Catholique au Treizième Siècle.* Discours Préliminaire, págs. 10-11.
5. Prisciani Grammatici Institutionum Grammaticarum Volumen Maius continens libros sedecim priores ac Volumen Minus continens artis grammaticae libros decimum septimum et octavum sive de Constructione libros duos.

   O estudante de latim na Idade Média aprendia de cor a *ars minor* (as oito partes da oração) e a *ars maior* de Donato e passava, em seguida, à *Institutio Grammatica* de Prisciano. "Esta obra, composta em Bizâncio no começo do século VI (dois alentados volumes na edição moderna), é o que há de mais exaustivo sobre o assunto. Como reproduzia numerosos exemplos dos autores clássicos, tornou-se fonte de conhecimentos literários básicos. Só por volta de 1200 foram compostas novas gramáticas, para sistematizar a matéria, lógica e especulativamente: o *Doctrinale* de Alexandre de Villedieu (1199) e o *Graecismus*

de Eberardo de Béthune (+1212)." Curtius, *Literatura Européia e Idade Média Latina,* pág. 45.

6. Esses cuidados referem-se aos salários dos professores de gramática, retórica e direito. Atente-se para o elogio da gramática: "Prima enim grammaticorum schola est fundamentum pulcherrimum literarum, mater gloriosa facundiae... Est Grammatica magistra verborum, ornatrix humani generis, quae per exercitationem pulcherrimae lectionis, Antiquorum nos cognoscitur iuvare consiliis.' Cassiodorus, *'Variarum',* Liber IX, 21, in *Opera quae exstant,* pág. 606. PL 69 (1865), cl. 787 B.
Salvioli adverte que a destruição espalhada pelos lombardos só atingiu uma parte restrita da Itália. As cidades de Bolonha, Ravena, Roma, Nápoles e outras, e toda a Itália meridional e a Sicília, permaneceram fora do domínio lombardo: "... e in queste parti vedremo non interrotta la tradizione scolastica." Salvioli, *L'istruzione pubblica in Italia nei secoli VIII, IX e X,* pág. 10.

7. "Conspirant multi adolescentes, et transferunt se ad alium; desertores fidei, et quibus prae pecuniae charitate justitiae vilis est." S. Augustinus, *Confessiones,* Lib. V, cap. 12, 22. PL 32 (1877), cl. 716.

8. *Codex Iuris Canonici,* cânon 216.

9. "Et ut ante 25 annis aetatis annos nec clerici ordinentur, nec virgines consecrentur. Ut primum Scripturis divinis instructi, vel ab infantia eruditi propter fidei professionem et assertionem clerici promoveantur." PL 56 (1865), cl. 420 B — 421 A.

10. "Hoc placuit, ut omnes presbyteri, qui sunt in parrociis constituti, secundum consuetudinem, quam per totam Italiam satis salubriter teneri cognoscemus, iuniores lectores, quantoscumque sine uxoribus habuerent, secum in domo, ubi ipsi habitare videntur, recipiant et eos quomodo boni patres spiritaliter nutrientes psalmis parare, divinis lectionibus insistere et in lege Domini erudire contendant, ut et sibi dignos successores provideant et a Domino proemia aeterna recipiant. Cum vero ad aetatem perfectam pervenerint, si aliquis eorum pro carnis fragilitate uxorem habere voluerit, potestas ei ducendi coniungium non negetur." *Concilia Galliae* (CSEL, Series Latina 148 A), pág. 78, 1. 15; Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles,* Tome II, Deuxième Partie, pág. 1111.

11. "Omnes clerici qui ad operandum validi sunt, et artificiola et litteras discant." "Statuta Ecclesiae Antiqua", 45 (LIII), in *Concilia Galliae,* A. 314.A 506 (CSEL, Series Latina 148), pág. 173.

12. "Illiteratos quoque, et nonnulla parte corporis imminutos, sine ullo respectus ad ecclesiasticum didicimus venire servitium. Quod simul antiqua traditio, et apostolicae sedis vetus forma non recipit; quia nec litteris carens sacris esse potest aptus officiis et vitiosum nihil prorsus Deo offerri legalia praecepta sanxerunt (*Lev.* XXI; *Deut.* XVIII). Itaque de caetero modis omnibus haec vitentur, nec quisquam talis suscipiatur ni clerum." S. Gelasius I Papa, *Epistola IX,* Ad Episcopos Lucaniae, cap. XVI PL 59 (1862), cl. 53 C.

13. "De his quos voluntas parentum a primis infantiae annis clericatus officio emanciparit, statuimus observandum, ut mox cum detonsi, vel ministerio electorum contraditi fuerint, in domo ecclesiae, sub episcopali

praesentia, a praeposito sibi debeant erudiri. At ubi octavum decimum aetatis suae compleverint annum, coram totius cleri plebisque conspectu, voluntas eorum de expetendo conjungio ab episcopo perscrutetur. Quibus si gratia castitatis, Deo inspirante placuit, et professionem castimoniae suae, absque conjugali necessitate se spoponderunt servaturos, hi tanquam appetitores arctissimae viae, lenissimo domini jugo subdantur ac primum subdiaconatus ministerium habitu probationis suae a vicesimo anno suscipiant." E depois de haver completado os 25 anos, seja promovido *ad officium diaconatus.* "Concilium Toletanum II", C. I, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. VIII. Florença, Antônio Zatta, 1762, cl. 785.

14. "Proinde instituit haec sancta synodus, ut omnes parochitani presbyteri, juxta ut in rebus sibi à Deo creditis sentiunt habere virtutem, de ecclesiae suae familia clericos sibi faciant: quos per bonam voluntatem ita nutriant, ut et officium sanctum digne peragant, et ad servitium suum aptos eos habeant. Hi etiam victum et vestitum dispensatione presbyteri merebuntur, et domino et presbytero suo, atque utilitati ecclesiae fideles esse debent." "Concilium Emeritense" (Mérida), c. XVIII, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. XI. Florença, Antônio Zatta, 1765, cl. 85.

15. "Presbyteri per villas et vicos scholas habeant, et si quilibet fidelium suos parvulos ad discendas litteras eis commendare vult, eos suscipere et docere non renuant, sed cum summa charitate eos doceant... Cum ergo eos docent, nihil ab eis pretii pro hac re exigant, nec aliquid ab eis accipiant, excepto quod eis parentes charitatis studio sua voluntate obtulerint." Theodulfi Aurelianensis Episcopi, *Capitula ad Presbyteros Parochiae suae,* X, cap. 20. Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. XIII. Florença, 1767, Antônio Zatta, cl. 998; PL 705, cl. 196 C-D.
Capitulares é o nome dado aos códigos de leis promulgadas em forma de artigos, *capítulos,* e referiam-se a diferentes matérias: religiosas, civis e militares.

16. Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles,* t. III, pág. 13. "Constitutiones Aquisgranenses", 817 Iul., in *Monumenta Germaniae Historica, Legum* Tomus I, pág. 197 e seguintes.
"Na cidade, os clérigos de ordens maiores viviam em comum com o bispo numa dependência da igreja situada no *atrium* e à qual se dava o nome de conclave episcopal. O átrio era uma espécie de pátio ou claustro, semelhante aos que ainda existem ao lado de algumas catedrais da Idade Média. Precedia a igreja e constava de quatro pórticos laterais sustentados por colunas; o nome *atrium* veio-lhe da designação dada a uma espécie de vestíbulo que costumava preceder as casas romanas." Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* t. I, pág. 83.
No cap. 45 dos *Capitula Monachorum* de Luís I prescreve-se que só os meninos oblatos (oferecidos pelos pais aos mosteiros) freqüentem a escola monástica: "Ut schola in monasterio non habeatur, nisi eorum qui oblati sunt." MGH, Legum T. I, pág. 202.
Na *Capitular aos eclesiásticos,* 20, proíbe-se a tonsura (sinal da clericatura) dos meninos contra a vontade dos pais bem como a profissão religiosa das moças: "Ne pueri vero sine voluntate parentum tonsurentur, vel puellae velentur, modis omnibus inhibitum est." *Ib.,* pág. 208.

17. Segundo Durkheim, pode-se entender agora por que o ensino na Europa permaneceu tanto tempo coisa da Igreja, como que um anexo da religião: "Quand on observe, à une époque un peu plus avancée, cette absorption de l'enseignement par l'Église, on pourrait être tenté d'y voir le résultat d'une savante politique; on pourrait croire que l'Église s'est emparé des écoles pour mettre obstacle à toute culture qui fût de nature à gêner la foi. En fait, cette dépendance vient tout simplement de ce que les écoles ont commencé par être l'oeuvre de l'Église; c'est l'Église qui les a appelées à l'existence, et ainsi elles se sont trouvées, dès leur naissance, dès leur conception pour ainsi dire, marquées d'un caractère ecclésiastique dont elles ont eu tant de mal à se dépouiller ensuite. Et, si l'Église a joué ce rôle, c'est qu'elle seule pouvait s'en acquitter." E. Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France,* págs. 32-33.

18. Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles,* t. V, Deuxième Partie, pág. 1101.

19. Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles,* t. V. Deuxième Partie, pág. 1341.

20. "Primus omnium in occidentis partibus monasticam vitam clericali conjunxit: redux nimirum ex Aegypto, ubi exsulans sanctorum monachorum institutum diligenter perquisierat..." PL 12 (1845), cl. 969 A. S. Ambrosius, Ep 63, 66, PL 16 (1880), cl. 1258 B-C/1259 A.

21. "Statuta Ecclesiae Antiqua I", 5, 45, in *Concilia Galliae* A. 314-A. 506 (CSEL, Series Latina, 148), págs. 164, 167 e 173.

22. Posidius, "Vita Sancti Augustini", c. XXV, in *Obras de San Agustin,* BAC, pág. 382. PL 32 (1877), cl. 54. Cf. ib., cl. 222, § 7.

23. São Crodegango nasceu em 712 em Hesbaye (Brabante) e faleceu a 6 de março de 766. Irineo Daniele, "S. Crodegango", in *Biblioteca Sanctorum,* t. IV, cl. 370-372. S. Chrodegangi Metensis Episcopi, *Regula Canonicorum,* PL 89 (1850), cl. 1078 B-C. O dr. Albert Hauck considera São Crodegango "der bedeutendste der deutschen Bischöfe unter Pippin". *Kirchengeschichte Deutschlands,* zweite Auflage, t. II, pág. 52.

24. "Concilium Aurelianense", cap. VI, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. VIII. Florença, Antônio Zatta, 1762, cl. 360.

25. "Concilium Toletanum IV", XXV, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. X, Florença, 1764, cl. 616.

26. "De quibusdam locis ad nos refertur, non magistros, neque curam inveniri pro studio litterarum. Idcirco in universis episcopiis, subjectisque plebibus, et aliis locis in quibus necessitas occurrerit, omnino cura et diligentia habeatur, ut magistri et doctores constituantur, qui studia litterarum, liberaliumque artium ac sancta habentes dogmata, assidue doceant, quia in his maxime divina manifestantur atque declarantur mandata." "Concilium Romanum", in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. XIV, Veneza, Antônio Zatta, 1769, cl. 1008.

27. Leach, *The Medieval Schools in England,* pág. 34. "Theodorus, natus Tharso Ciliciae, vir et saeculari et divina literatura, et graece instructus et latine..." S. Beda, *Historia Ecclesiastica Gentis Anglorum.* Lib. IV, c. 1, PL 95, cl. 172 B. Baedae *Opera Historica* (Loeb Classical

Library), T. II, pág. 4. Junto com Adriano lecionou arte poética, astronomia, aritmética eclesiástica (cf. obra de São Beda, *De ratione temporum*), latim e grego que os alunos falavam, como se fosse a própria língua. *Ib.*, Lib. IV, c. 2, PL 95, cl. 174 A. *Baedae Opera Historica* (Loeb Classical Library), T. II, pág. 10. Colgrave, "Theodore of Canterbury, St.", in *New Catholic Encyclopedia,* vol. 14, pág. 17.

28. "Proficiente porro doctrina divina sub sancto et cum sancto Augustino, in monasterio Deo servientes ecclesiae Hipponensi clerici ordinari coeperunt." Do mosteiro de Hipona, declara Posídio, saíram homens venerandos, continentes e doutos que dilataram a Igreja e fundaram mosteiros. Posidius, "Vita Sancti Augustini", cap. XI, in *Obras de San Agustín*, BAC, pág. 374, PL 32 (1877), cl. 42. "Cum ipso semper clerici, una etiam domo ac mensa sumptibusque communibus alebantur et vestiebantur." *Ib.*, cap. XXV, in *Obras de San Agustín*, BAC, pág. 400, PL 32 (1877), cl. 54.

Mário Martins, depois de se referir aos escritos de São Martinho Dumiense, afirma: "Todos estes livrinhos foram escritos em terra portuguesa. O seu autor, abade dum convento dos arredores de Braga e, mais tarde, bispo daquela diocese, entra na nossa cultura antiga, pelo menos como um dos seus maiores mestres." M. Martins, *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga,* pág. 224. Santo Isidoro de Sevilha, ao falar de São Martinho de Dume no seu *De viris illustribus,* cap. XXXV, diz que das partes do Oriente ele veio para a Galiza onde restaurou igrejas e fundou mosteiros, *ecclesias confirmavit, monasteria condidit.* PL 83 (1862), cl. 1100 B.

Santo Isidoro acrescenta: "copiosaque praecepta piae institutionis constituit", estabeleceu copiosos preceitos de piedoso ensino. Ora, sabe-se que São Martinho de Dume compilou pequena coleção de cânones extraídos dos concílios orientais, espanhóis e africanos, a fim de orientar a vida dos clérigos: "Incipit praefatio sancti Martini Braccarensis Episcopi in Libro Capitulorum ex Graecorum Synodis collectorum." Migne, PL 130 (1880), cl. 575 C. Cânon 46: "Si quis obligatus est tributo servili, vel aliqua conditione, vel patrocinio cuiuslibet, non est ordinandus clericus, nisi probatae vitae fuerit, et patroni consensus accesserit." *Ib.*, cl. 584 D. Essa regra alude à possível ou eventual condição servil, do ponto de vista social, dos clérigos que deveriam ser ordenados sacerdotes.

29. Dom Jean Leclercq, *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu,* pág. 28; cap. IX, pág. 179 e seguintes.

30. "Factusque presbyter monasterium intra ecclesiam mox instituit, et cum Dei servis vivere coepit secundum modum et regulam sub sanctis apostolis constitutam." Posidius, "Vita Sancti Augustini", c. V, in *Obras de San Agustín,* BAC, T. I, pág. 346, PL 32 (1877), cl. 37.

31. S. Augustinus, *Regula Secunda,* PL 32 (1877), cl. 1450.

32. S. Augustinus, "De opere monachorum", XXV, 33, in *Obras de San Agustín,* T. XII, pág. 752, PL 40 (1887), cl. 573.

33. "Regula Monachorum ex scriptis Hieronymi collecta", in PL 30 (1846), cap. XIV, cl. 353. "Si quid in eis (filósofos) utile reperimus, ad nostrum dogma convertimus. Si quid vero superfluum, de idolis, de amore,

de cura saecularium rerum, haec radimus, his calvitium inducimus, haec in unguium morem ferro acutissimo desecamus." *Ib.*, cl. 356 A. Esse conselho tornou-se uma regra de ouro dos estudos monásticos.

34. Gustave Bardy, "Les Origines des écoles monastiques en Occident", in *Sacris Erudiri,* T. V, pág. 91, 104.

35. S. Basilius Magnus, "Regulae Fusius Fractatae. Interrogatio XV", in *Patrologia Graeca,* T. 31 (1885), cl. 951-958.

36. *Ib.,* PG 31 (1885), cl. 954 A.

37. Montalembert, *Les Moines d'Occident,* T. VI, chap. IV, págs. 142-143.

38. Léon Maître, *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180), págs. 1-3.

39. Montalembert, *Les Moines d'Occident,* T. VI, pág. 162.

40. Montalembert, *ib.,* pág. 163.

41. *Regra de São Bento,* tradução de D. João Enout, pág. 115.

42. "Esta disposição está de acordo com os métodos pedagógicos daquele tempo." Dom Ildefonso Herwegen O.S.B., *Sentido e Espírito da Regra de São Bento,* pág. 272. Eadmero conta na *Vida de Santo Anselmo* interessante episódio a respeito da pedagogia beneditina. Um abade famoso queixou-se a Santo Anselmo da perversidade e incorrigibilidade crescente dos meninos educados no mosteiro, apesar dos incessantes castigos, dos golpes e dos açoites. Santo Anselmo deu-lhe preciosos conselhos, dizendo-lhe que obteria excelentes resultados, se usasse de moderação e temperasse os corretivos corporais com um toque de bondade paternal. Eadmero, "Vida de Santo Anselmo", in *Obras Completas de Santo Anselmo,* T. I, pág. 22. PL 158 (1853), cl. 67 B-C.

43. "Coepere etiam tunc ad eum Romanae urbis nobiles et religiosi concurrere, suosque ei filios omnipotenti Domino nutriendos dare." S. Gregorii Magni, "Dialogorum", Lib II, c. 3, in *San Benito, su Vida y su Regla,* pág. 186. *Vida e Milagres de São Bento. Livro Segundo dos Diálogos de S. Gregório Magno,* pág. 27. Veja-se a tal respeito A. Ildefonso, Cardeal Schuster O.S.B., *História de São Bento e de seu Tempo,* pág. 106.

44. Dom Ildefonso Herwegen O.S.B., *Sentido e Espírito da Regra de São Bento,* pág. 286. Aliás, diz Dom Ildefonso que, ao instituir a obrigação do trabalho monástico, São Bento dotou a sua obra de um fomento cultural. O primeiro guia importante para o trabalho dos monges já havia sido composto por Agostinho, o grande mestre do mundo latino, na obra intitulada "De opere monachorum". Ele, porém, não foi além da doutrina. São Bento foi quem a fez passar da teoria à prática, adaptando-a concretamente aos mosteiros ocidentais, pois a obra de Agostinho lhe era conhecida e foi por ele utilizada. Quanto ao modo, âmbito e tempo, tornou-se o *opus secundarium* uma das obrigações monásticas, um serviço igualmente divino, ao lado do *Opus Dei.* "Ora et labora" exprime, em forma de provérbio, a idéia que S. Bento tinha do estado monástico. *Ib.,* pág. 284.

45. Dom Jean Leclercq, *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu,* págs. 18-19.

46. São Ferreol de Uzès, *Regula ad Monachos,* cap. XI, PL 66 (1866), cl. 963 D — 964 A.

47. *Santos Padres Españoles,* T. II, págs. 99, 103, 121, 143-144.

48. Pe. Avelino de Jesus da Costa, "São Frutuoso", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal,* vol. II, pág. 308.

49. Sobre São Martinho de Dume cf. Mário Martins, S. J., *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga* (Séculos IV-VII), cap. VIII: S. Martinho de Dume, pág. 215 e seguintes. A respeito da obra de Pascásio, cf. José Geraldes Freire, *A versão latina por Pascásio de Dume dos Apophthegmata Patrum,* 2 vol.

50. Acrescenta Fortunato que, "segundo o diácono Paulo, havia no século VII, no mosteiro Caulianense, a duas léguas de Mérida, *pueri parvuli qui sub paedagogorum disciplina, in scholis, litteras studebant.* O mesmo diz o abade Valério da província da Galiza". Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal,* T. I, pág. 82.

51. Mário Martins, S. J., *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga* (Séculos IV-VII), pág. 301.

52. Frei José Mattoso, *A cultura monástica em Portugal* (711-1200), págs. 4-5.

53. Ozanam, *Dante et la Philosophie Catholique au Treizième Siècle,* Discours Préliminaire, pág. 5.

54. Hanson, *The Early Monastic Schools of Ireland,* pág. 10.

55. *Ib.,* pág. 10.

56. Putman Fennel Jones acha que as escolas surgidas na Grã-Bretanha, em conseqüência da missão beneditina enviada pelo papa São Gregório Magno, tiveram caráter exclusivamente religioso. O esplendor literário das escolas anglo-saxônicas foi irradiado primeiramente por Teodoro e Adriano, "the intellectual leaders of Europe". "The Gregorian Mission and English Education", in *Speculum,* vol. II, págs. 335-348.

57. Sanctus Gregorius Magnus, *Dialogorum* L. II, c. XXXV.

Bibliografia

Agostinho, Santo — *Confissões.* Tradução do original latino por J. Oliveira Santos, S. J., e Ambrósio de Pina, S. J.. Quarta edição. Porto, Livraria Apostolado da Imprensa, 1952, 436 págs.

———— — *De opere monachorum.* Migne PL 40 (1887).

Almeida, Fortunato de — *História da Igreja em Portugal.* Coimbra, Imprensa Acadêmica, 1910, 4 vol.

Amado, R. Ruiz —"La enseñanza monástica en España, in *Razón y Fe,* 1905, págs. 36-53.

Anselmo, Santo — *Opera Omnia.* Ad fidem codicum recensuit Franciscus Salesius Schmitt, Monachus Grissoviensis, O. S. B. Edinburgo, Thomas Nelson and Sons, 1946, 5 vol.

———— — *Opera.* Migne PL 158-159.

———————— — *Obras Completas de San Anselmo.* Traducidas por primera vez al castellano por el P. Julian Alameda, O. S. B. Texto latino de la edición critica del P. Schmitt, O. S. B. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1952, 2 vol.

Bardy, Gustave — "Les origines des écoles monastiques en Occident", in *Sacris Erudiri,* t. V, 1953, N. V. Martinus Nijhoff's — Gravenhage, págs. 86 a 104.

Basilius, Sanctus — *Regulae fusius tractae.* Migne, PG 31 (1885).

Beda, São — *Baedae Opera Historica.* With an English translation by J. E. King. London, William Heinemann Ltd. — Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press (The Loeb Classical Library), 1954, 2 vol.

Bento, São — *S. P. Benedicti Regula cum commentariis.* Migne PL 66 (1966), cl. 215 e seguintes.

———————— — Regra de São Bento. Tradução e Notas de D. João Ev. de O. Ribeiro Enout, O. S. B. Rio de Janeiro, 1958. Tip. Beneditina Ltda. Salvador-Bahia.

———————— — *San Benito, su Vida y su Regla.* Versiones del Padre Dom León M. Sansegundo. Segunda edición. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1968, 789 págs.

Bihlmeier K. e Tuechle, H. — *História da Igreja.* Tradução do texto por Ebion de Lima, S. D. B. São Paulo, Edições Paulinas, 3 vol.

Cassiodoro — *M. Aurelii Cassiodori Senatoris V. C. Opera Omnia quae exstant.* Órleães. Editores Pedro e Tiago Chouët, 1609, 1526 págs.

Clausse, Arnould — *A relatividade educativa.* Esboço de uma História e de uma Filosofia da Escola. Coimbra, Livraria Almedina, 1976, 331 págs.

Codex Iuris Canonici. Roma, Tip. do Vaticano, 1927, 918 págs.

Código de Derecho Canónico y Legislación Complementaria. Texto latino y versión castellana con jurisprudencia y comentarios por los Doctores Lorenzo Miguelez Dominguez, Sabino Alonso Moran O. P., Marcelino Cabreros de Anta, C. M. F. y Prólogo del Dr. José López Ortiz, O. S. A. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1952, 1068 págs.

Compayré, Gabriel — *Histoire Critique des Doctrines de l'Éducation en France depuis le Seizième Siècle.* Troisième Édition. Paris, Librairie Hachette et Cie., 1881, 2 vol.

Concílios — *Concilia Galliae* A. 314-A.506 (Corpus Christianorum, Series Latina, 148). Cura et studio C. Munier. Turnholti, Typographi Brepols, Editores Pontificii, 1963, 285 págs.

———————— — *Concilia Galliae* A. 511-A.695 (Corpus Christianorum, Series Latina 148 A). Cura et studio Caroli De Clercq. Turnholti, Typographi Brepols, Editores Pontificii, 1963, 426 págs.

Costa, Pe. Antonio Domingues de Sousa — "Escolas Episcopais e Paroquiais", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal,* vol. II, págs. 74-76.

Costa, Pe. Avelino de Jesus da — "S. Martinho de Dume. XIV.º Centenário da sua chegada à Península", in *Bracara Augusta,* vol. II (outubro), 1950, n.º 3 (16), págs. 288-325.

———————— — "Martinho de Dume" ou "Bracarense, S.", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal,* vol. II, págs. 957-959.

Curtius, Ernst Robert — *Literatura Européia e Idade Média Latina.* Tradução do original alemão por Teodoro Cabral, com a colaboração de Paulo Rónai. Rio de Janeiro, MEC, Instituto Nacional do Livro, 1957, 667 págs.

Décarreaux, J. — *Les Moines et la Civilisation en Occident.* Paris, Arthaud, 1962, 396 págs.

Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 15 vol.

Dictionnaire d'Archéologie Chrétienne et de Liturgie, par Dom Fernand Cabrol et Dom Henri Leclercq. Paris, Letouzey et Ané, 1921, 30 vol.

Durkheim, Émile — *L'Évolution Pédagogique en France.* Deuxième Édition. Paris, Presses Universitaires de France, 1969, 403 págs.

Eadmerus — *Vita Sancti Anselmi.* Migne PL 158 (1853).

Eby, Frederick e Arrowood, Charles Flinn — *The History and Philosophy of Education Ancient and Medieval.* Eleventh Printing. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc. 1960, 966 págs.

Freire, José Geraldes — *A versão latina por Pascásio de Dume dos Apophthegmata Patrum.* Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, 1971, 2 vol.

Frutuoso, São — *Sancti Fructuosi Bracarensis Episcopi, Regula Monachorum.* Migne PL 87 (1863).

——————— — *Regula Monastica Communis.* Migne PL 87 (1863).

——————— — "Regra de San Fructuoso", in *Santos Padres Españoles.* T. II. Madrid, BAC.

Gasquet Cardinal — *English Monastic Life.* Sixth Edition. London, Methuen and Co. Ltd., 1924, 326 págs.

Gilson, Étienne — *La Philosophie au Moyen Âge.* Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1947, 782 págs.

Gregório Magno, São — *Dialogorum Liber II.* Migne PL 66 (1886), cl. 149.

——————— — *Vida e Milagres de São Bento. Livro Segundo dos Diálogos de S. Gregório Magno.* Tradução do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Edições Lumen Christi, 1946, 124 págs.

——————— — "Dialogorum Liber II", in *San Benito, su Vida y su Regla,* Madrid, BAC, pág. 172 e seg.

Hanson, W. G. — *The Early Monastic Schools of Ireland.* Their Missionaries, Saints and Scholars. New York, Burt Franklin, 1972, 135 págs.

Hauck, Dr. Albert — *Kirchengeschichte Deutschlands.* Zweite Auflage. Leipzig, J. C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1900, 5 vol.

Hefele, Carl Joseph von — *Conciliengeschichte.* Zweite, verbesserte Auflage. Freiburg im Brisgau, Herder'sche Verlagshandlung, 1873, 9 vol.

Hefele, Charles Joseph — Leclercq, Dom H. — *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Nouvelle traduction française faite sur la deuxième édition allemande corrigée et augmentée de notes critiques et bibliographiques. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1907-1921, 8 vol.

Herwegen O. S. B., Dom Ildefonso — *Sentido e Espírito da Regra de São Bento.* Tradução dos Monges do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Edições Lumen Christi, 1953, 424 págs.

Irsay, Stephen d' — *Histoire des Universités françaises et étrangères des origines à nos jours.* Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, 2 vol.

Isidorus, Sanctus — *De viris illustribus.* Migne PL 83 (1862).

———————— — "Regla de San Isidoro y Los Tres Libros de las 'Sentencias' ", in *Santos Padres Españoles, II.* Madrid, BAC.

Jona — *Vita S. Columbani Abbatis.* Migne PL 87 (1863).

Jones, Charles W. — *Bedae Pseudepigrapha: Scientific Writings falsely attributed to Bede.* Ithaca, New York, Cornell University Press — London, Humphrey Milford, Oxford University Press, 1939, 154 págs.

Jones, Putnam Fennell — "The Gregorian Mission and English Education", in *Speculum,* vol. III, 1928, págs. 335-348.

Leach, A. F. — *The Schools of Medieval England.* New York, Barnes and Noble, Inc. — London, Methuen and Co. Ltd., 1969, 349 págs.

Leclercq, Dom Jean — *L'Amour des Lettres et le Désir de Dieu.* Initiation aux Auteurs Monastiques du Moyen Âge. Paris, Les Éditions du Cerf, 1957, 269 págs.

Llorca, S. J. B. — Villoslada, S. J., R. García — Montalban S. J., F. J. — *Historia de la Iglesia Católica.* Segunda edición. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1955, 4 vol.

Lesne, Émile — *Les Écoles de la fin du VIIIe siècle à la fin du XIIe.* (Memoires et travaux des Facultés Catholiques de Lille. Histoire de la Propriété Ecclésiastique en France. Tome V.) Lille, Facultés Catholiques, 1940, 724 págs.

Maître, Léon — *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180). Deuxième Édition refondue. (La France Monastique, vol XXVI.) Ligugé, abbaye Saint-Martin (Vienne) — Paris, A. Picard et Fils, Éditeurs, 226 págs.

Martinho Bracarense, São — *Obras* (Tradução portuguesa). Braga, Edições "Bracara Augusta", 1975, 58 págs.

———————— — "Versos. *Da Instrução dos Rústicos", in Bracara Augusta,* vol. II, Outubro de 1950, N.º 3 (16).

Mattoso, Frei José — *A Cultura monástica em Portugal* (711-1200). Lisboa, Arquivos de História da Cultura Portuguesa, vol. III, n.º 2, 1969, 34 págs.

Martins, S. J., Mário — *Correntes da Filosofia Religiosa em Braga* (Séc. IV-VII). Porto, Livraria Tavares Martins, 1950, 333 págs.

Montalembert, Le Comte de — *Les Moines d'Occident depuis Saint Benoît jusq'à Saint Bernard* Paris, Librairie Victor Lecoffre, 1878-1882, 7 vol.

Nunes, Ruy Afonso da Costa — *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII.* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo e Editorial Grijalbo Ltda., 1974, 377 págs.

———————— — *História da Educação na Antigüidade Cristã.* O pensamento educacional dos mestres e escritores cristãos no fim do mundo antigo. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda. e Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 246 págs.

Oliveira, P. Miguel de — *As Paróquias Rurais Portuguesas.* Sua Origem e Formação. Lisboa, União Gráfica, 1950, 220 págs.

Ozanam, Antoine Frédéric — *Dante et la Philosophie Catholique au Treizième Siècle* (Oeuvres Complètes de A. F. Ozanam, Nouvelle Édition, Tome Sixième). Septième Édition. Paris, Librairie Victor Lecoffre, 1895, 508 págs.

Posidius — *Vita Sancti Augustini.* Migne, PL 32 (1877).

———— — *Obras de San Agustin.* En edición bilingüe. Segunda Edición. Tomo I preparado por el P. Victorino Capanaga, O.R.S.A. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1950, 822 págs.

Prisciano — Prisciani Caesariensis Grammatici, *Opera.* Recensuit Augustus Krehl. Leipzig, Weidmann, 1819, 2 vol.

Riboulet, L. — *L'Église et l'Éducation de l'Ère Chrétienne au XIVe Siècle.* Avignon, Librairie Aubanel Aîné, Éditeur, 1946, 318 págs.

Riché, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare.* VIe-VIIIe siècles (Patristica Sorbonensia, 4). Paris, Éditions du Seuil, 1962, 572 págs.

Salvioli, G. — *L'istruzione publica in Italia nei secoli VIII, IX e X.* Firenze, Tip. Carnesecchi e Figli, 1898, 130 págs.

Schnürer, Gustav — *La Iglesia y la Civilización Occidental en la Edad Media.* Tomo I (o único publicado nesta versão). Versión de José Miguel de Azaola. Madrid, Ediciones Fax, 1955, 557 págs.

Schoelen, Dr. E. — Haerten, Dr. W. — *Pädagogisches Gedankengut des christlichen Mittelalters.* Paderborn, Verlag Ferdinand Schöningh, 1956, 160 págs.

Serrão, Joel — *Dicionário de História de Portugal.* Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, 4 vol.

Severo, Suplício — *Suplicii Severi Libri qui supersunt.* Recensuit et commentario instruxit Carolus Helm. Vindobonae (Viena), *apud* C. Geroldi Filium bibliopolam Academiae, 1866. *Dialogus Primus,* págs. 152-216.

Thorndike, Lynn — "Elementary and Secondary Education in the Middle Ages", in *Speculum,* vol. XV, N.º 4, 1940, págs. 400 a 408.

Urbel, Fray J. Pérez de — *El Monasterio en la vida española de la Edad Media.* Barcelona, Editorial Labor S.A., 1942, 234 págs.

———— — *Historia de la Orden Benedictina.* Madrid, Ediciones Fax, 1941, 474 págs.

———— — "San Martin y el monaquismo", in *Bracara Augusta,* vol. VIII (Janeiro-Junho), 1957, págs. 50-67.

Vários — *Santos Padres Españoles,* 2 vol. (Tomo I: San Ildefonso de Toledo — Tomo II: San Isidoro y San Fructuoso). Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1971.

Vários — "Trabalhos do I Congresso Internacional de Estudos Martinianos", in *Bracara Augusta,* vol. VIII, janeiro-junho, 1957, N.º 1-2 (35-36).

Wickert, Dr. Richard — *Geschichte der Pädagogik* (Sammlung von Lehrbüchern für den Pädagogik — Unterricht). Leipzig, Verlag von Julius Klinkhardt, 1916, 199 págs.

Willmann, Otto — *Didaktik als Bildungslehre.* Freiburg-Basel-Wien, Herder, 1967, 677 págs.

Capítulo V

A renovação dos estudos em três renascimentos

1. Este capítulo é um prolongamento do anterior, com o acréscimo de novos dados sobre as escolas e com informações particulares a respeito do renascimento das letras e dos estudos nos reinos de Carlos Magno, de Alfredo o Grande e de Otão o Grande. Entre essas magnitudes reais e imperiais avulta, evidentemente, a primeira. Entre os feitos que valeram a esses três notáveis governantes os epítetos de Grandes ou Magnos está a promoção do estudo e a restauração das escolas que em muitos lugares haviam desaparecido e que, em muitas regiões, não existiam em prejuízo dos seus habitantes, especialmente numa época de tanta insegurança, de agitações e de perigos sem conta.

2. A expansão muçulmana, após a morte de Maomé, desenvolveu-se de modo fulminante. No ano de 635 deu-se a capitulação de Damasco e no ano seguinte completou-se a conquista da Síria. Em 637 ou 638 os árabes tomaram Jerusalém e conquistaram a Mesopotâmia e a Pérsia. Em 641 ocuparam Alexandria e o Egito, tendo passado depois a dominar as possessões bizantinas da África do Norte. Os árabes assimilaram a cultura dos povos conquistados, tendo assimilado a ciência e a filosofia dos gregos, e a arte de gregos e persas, mas tendo imposto em troca a todos eles as suas instituições e a sua língua. O direito corânico substituiu o romano e o árabe suplantou o grego e o latim. Após a conquista de Cartago em 698, os muçulmanos dominaram o mar Mediterrâneo com os seus navios e, depois da conquista do Marrocos, invadiram a península ibérica. Em 711, sete mil bérberes comandados por Tarik atravessaram o estreito de Gibraltar e, até o ano de 712, já haviam dominado toda a Espanha. De 720 a 737 atacaram a Gália, tomaram e saquearam as cidades de Autun, Avinhão, Lião e a Aquitânia, mas foram repelidos por Carlos Martel e Pepino, o Breve. Submeteram a Sicília a freqüentes ataques de 720 a 753 e tomaram Siracusa a 21 de maio de 878. Carlos Magno enfrentou-os nas fronteiras da Espanha e manteve-se na defensiva, pois não tinha navios e os árabes dominavam o mar. Na primeira metade do século IX os muçulmanos devastaram o litoral italiano e chegaram até a profanar a igreja de São

Pedro em Roma, em 846. Aterrorizaram a campanha romana em 876 e 877, incendiaram e destruíram a abadia de Monte Cassino em 883, continuando no século seguinte com as suas incursões de pirataria no litoral italiano, e a Itália só escapou ao jugo dos árabes graças ao auxílio da frota bizantina. Acrescentem-se a esse quadro de desolação provocada pelos ataques dos sarracenos, as incursões pelos rios no século IX dos normandos, e por terra, dos eslavos, e ver-se-á que a situação do Ocidente era instável e precária e de modo algum propícia às artes pacíficas que só florescem, quando os homens vivem tranqüilos, sem medo e sem tensões, embora algumas pessoas de especial valor continuassem a estudar e a trabalhar, apesar das constantes ameaças dos piratas e dos bandoleiros que traziam o crime na própria natureza e na profissão. O comércio com o Oriente praticamente sumiu, as cidades ficaram anuladas, uma vez desprovidas de comércio, levantaram-se e fortificaram-se os castelos no campo. Em conseqüência, também, do domínio muçulmano resultaram alguns proveitos, quando muitos sírios se transladaram para Roma nos séculos VII e VIII, tanto que alguns se tornaram papas, como Sérgio I (687-701) e Constantino I (708-715). Com eles emigraram para o Ocidente vários eruditos que trouxeram manuscritos e difundiram a língua grega. O papiro desapareceu, devido à supressão do comércio, e começou a surgir o pergaminho, embora os papas se abastecessem de papiro graças aos portos bizantinos de Nápoles, Gaeta, Amalfi e Veneza. Foi nessa época de luta e de enfraquecimento da vida social, após o período decadente dos merovíngios na Gália, que entrou em cena o rei dos francos, Carlos Magno, coroado imperador do Ocidente no dia de Natal do ano 800 pelo papa Leão III. Carlos Magno, desde que se tornara rei dos francos, já se apercebera da crise moral e religiosa na Igreja. Bispos e monges viviam como leigos em guerras e divertimentos. Exceto ínfimo número de leigos cultos, como alguns reis da Grã-Bretanha, a maioria dos clérigos e leigos viviam alheios à cultura latina e nos próprios mosteiros as cerimônias haviam perdido o brilho, pois os monges não sabiam cantar e pronunciavam erradamente o latim. Ora, Carlos Magno sentiu-se investido de missão superior, não só política, como religiosa e cultural e, por isso, dedicou a vida à unificação da Europa, à ilustração do povo e à reforma da Igreja.

3. Na sua campanha de defesa do reino franco e da cristandade, Carlos Magno, segundo o seu biógrafo Eginhardo, travou guerras com os saxões, com os bretões, os lombardos, os eslavos, os avaros, os normandos e os sarracenos, guerras que ele conduziu, consoante o biógrafo, *summa prudentia atque felicitate,* com suma prudência e felicidade. Carlos Magno reinou durante 47 anos, fez 53 expedições

militares, lutou por oito anos com os avaros e guerreou durante trinta com os saxões e só no decurso dessa última campanha excedeu-se por um ato de crueldade no massacre dos saxões em Verden. Ele desenvolveu a sua notável atividade legislativa, através das *Capitulares,* nos últimos anos da sua carreira, depois de 800, uma vez que, nascido em 768, faleceu a 28 de janeiro de 814. O seu reino, diz Kurth, foi o esforço mais consciencioso e considerável que alguma sociedade já fez em prol da civilização e "esse diretor dos estudos", no seu século, e "promotor da literatura" começou por si próprio a reforma que sonhou para os seus contemporâneos (1). A reforma da Igreja no reino franco, iniciada no século VIII por São Bonifácio, através da atividade missionária, da reunião de sínodos, da criação de novos bispados e mosteiros, foi continuada por Carlos Magno e por seu filho Luís, o Piedoso, através de minuciosa legislação eclesiástica, especialmente por meio da *Admonitio Generalis* de 789, da capitular de 802 e de numerosos sínodos episcopais. Entre outras medidas, Carlos Magno estabeleceu a vida canônica para os sacerdotes da catedral, unificou a vida monástica segundo a Regra Beneditina, regulamentou as práticas litúrgicas e reforçou a observância das leis através da instituição dos *missi dominici,* funcionários leigos e membros do clero com o encargo de fiscalizar a administração do Império. Na reforma eclesiástica Carlos Magno contou com a valiosa colaboração de eclesiásticos como Alcuíno, Paulo o Diácono e São Bento de Aniana. Ele tratou, ainda, de selecionar os bispos e os abades — pois muitos deixavam a desejar sob todos os aspectos — e, para dispor de pessoal qualificado, organizou na sua corte itinerante uma escola para crianças, a fim de preparar boas gerações de homens da Igreja e de funcionários imperiais, sobre ter fundado com Alcuíno uma academia, a Academia Palatina, que cultivou os estudos clássicos e difundiu pelo Império a reforma das escolas ou a sua fundação. Christopher Dawson observa no seu livro *A Formação da Europa* que o ideal teocrático dominou o governo carolíngio, de modo que o novo Estado franco, mais que o bizantino, foi um *Estado-Igreja* onde bispos e clérigos exerciam funções administrativas e onde o imperador legislava em assuntos puramente teológicos e eclesiásticos.

4. Como informa Eginhardo, no capítulo 19 da biografia de Carlos Magno, este quis que os seus filhos e filhas recebessem excelente educação, iniciando-se nas artes liberais, "às quais ele próprio se aplicava". Depois, os filhos, segundo o costume franco, aprendiam a montar a cavalo, a manejar as armas e a caçar, enquanto as filhas se dedicavam ao trabalho da lã, ao manejo da roca e do fuso e a tudo quanto convém à vida honesta. Graças à sua pertinácia, Carlos

Magno, além da língua materna, dominava perfeitamente o latim e sabia muito bem o grego, estudou as artes liberais, conhecia as obras-primas da literatura profana e sagrada e, segundo Eginhardo, tinha predileção pela *Cidade de Deus* de Santo Agostinho e só não conseguiu, talvez devido à mão calejada pelo manejo da espada, sobressair na habilidade caligráfica tanto que fazia de travesseiro as tabuinhas e as folhas de pergaminho, para se exercitar na caligrafia nas horas de insônia (2). Carlos Magno era profundamente religioso, construiu igrejas e mosteiros, apreciava as belas cerimônias litúrgicas e cercou-se de um vasto círculo de eruditos eclesiásticos com os quais formou a escola palatina. Os membros e mestres dessa academia faziam literatura de corte, compunham poesias, epigramas e enigmas e adotaram pseudônimos de origem clássica, mitológicos ou religiosos. A figura máxima era a de Alcuíno, monge anglo-saxão (c. 735-804), conhecido por *Flaccus* na Academia. O visigodo Teodulfo era *Píndaro,* Paulino de Aquiléia, *Timóteo;* o franco Modoin era *Naso;* Carlos Magno era *Davi;* Megenfred, camareiro real, era *Thyrsis;* o senescal Andulfo era *Menalco;* o escanção ou copeiro Evrard ou Eberardo era *Nemias;* o arcebispo Hildebald de Colônia, *Aarão;* Béornrad, futuro arcebispo de Sens, *Samuel;* Arn, bispo de Salzbourg, *Áquila;* Riculfo, arcebispo de Maiença, *Flavius Damoetas;* Adalardo, primo do rei e futuro abade de Corbie, *Antonius,* e o seu irmão Wala, *Arsenius;* o diácono Fridugísio, aluno de Alcuíno, *Nathanael;* Wizo e Sigulf, dois outros alunos anglo-saxões de Alcuíno, *Candidus* e *Vetulus;* um quarto aluno, Rigbodo, *Macherius. Corydon* era personagem não identificado e os dois únicos leigos nesse brilhante círculo de letrados foram poetas da corte: Eginhardo, apelidado *Nardulus* por ser pequeno, é chamado de *Bezeleel* na Academia, e Angilberto, *Homero.* Vê-se, pois, que além dos pseudônimos literários como Virgílio, Horácio (Flaccus), Homero, os pseudônimos clássicos eram tomados das églogas de Virgílio, embora predominassem por importância os bíblicos.

5. A escola palatina começou no tempo de Pepino que enviou clérigos a São João de Latrão, em Roma, a fim de estudarem o canto e as artes liberais e incumbidos de pedir livros ao papa Paulo V, e insistiu com os bispos e os abades para que executassem as decisões disciplinares dos concílios de Léptines e Soissons (3). A vida de Adalardo ensina-nos que ele recebeu a mesma educação que os jovens nobres na escola do palácio de Pepino. Aí, Carlos Magno hauriu os primeiros rudimentos das artes liberais, cujo estudo veio retomar aos quarenta anos com Pedro de Pisa e Alcuíno. Nos primeiros tempos de Carlos Magno, a escola foi dirigida pelos discípulos de

Alcuíno, o anglo-saxão Béornrad que recebeu em 777 a abadia de Echternach e o irlandês José Scotus, e talvez lá se encontrasse outro irlandês, Dungal, perito em astronomia. Após a segunda expedição de Carlos Magno à Itália, vieram com ele o lombardo Fardulfo em 776, como desterrado, e os gramáticos Paulino e Pedro de Pisa em 776 ou logo mais. Em 782, chegou à corte de Carlos Magno Paulo Warnefried ou Paulo Diácono, poeta e historiador. Nesse mesmo ano, ingressou na corte carolíngia o monge Alcuíno que dirigiu a escola episcopal de York desde 767 e que Carlos Magno encontrou em Parma por feliz coincidência, em 781, quando Alcuíno retornava de Roma com o *pallium* para o seu arcebispo Eanberto de York. Quando Alcuíno passou a dirigir o mosteiro de Tours em 796, a direção da escola palatina passou a Eginhardo. Com a onda de emigração espanhola em 780, vieram colaborar na corte carolíngia os espanhóis que brilharam sob Carlos Magno e Luís, o Piedoso, a saber: Teodulfo, Cláudio de Turim, Prudêncio Galindo, Agobardo de Lião e Floro de Lião.

6. Alcuíno foi o braço direito de Carlos Magno na reforma eclesiástica, na restauração dos estudos e na difusão da cultura. Alcuin, Alcuinus, Alcvinus Alcuinus ou Albinus nasceu na Nortúmbria, de família anglo-saxônica, estudou na escola episcopal de York que veio a dirigir durante o episcopado do seu antigo mestre, o arcebispo Aelberto. Foi ordenado diácono e nesse grau do ministério eclesiástico permaneceu a vida inteira. Quando foi a Roma solicitar o *pallium* (4) para o seu arcebispo Eanberto que havia sucedido a Aelberto, encontrou-se com Carlos Magno em Parma em 781. Acolhido na corte franca, recebeu as abadias de Frerrières e de Saint-Loup de Troyes, participou da academia palatina, animou o culto das letras e dirigiu a escola do palácio. Encarregado por Carlos Magno, combateu o adocianismo de Félix de Urgel e Elipando de Toledo por meio de escritos e nos concílios de Francfort de 794 e de Aix-la-Chapelle em 799 (5). Em 796, obteve de Carlos Magno a abadia de São Martinho de Tours onde passou a residir definitivamente a partir de 801, tendo organizado preciosa biblioteca e composto muitas obras de vários gêneros, inclusive livros didáticos. Tinha paixão pelos livros e mandava executar cópias admiráveis em manuscritos com letras doiradas e desenhos coloridos, "quase tão fáceis de ler quanto os nossos livros impressos" (6). Além de ser teólogo, poeta e filósofo, Alcuíno foi o dedicado mentor da escola palatina na qual introduziu o *trivium* e o *quadrivium,* tendo composto opúsculos didáticos como os diálogos sobre gramática, ortografia, a retórica e as virtudes, a dialética, a Disputa do jovem real e nobilíssimo Pepino com o escolástico Albino, e mais um outro escrito sobre

a lua e o ano bissexto. Godefroid Kurth esboça "a figura mansa e pensativa" de Alcuíno que ele julga "o tipo mais eminente do professor eclesiástico", para quem o ensino fazia parte do sacerdócio, e afirma com plena razão que o tesouro do saber antigo passou aos francos por intermédio do mestre anglo-saxão (7). Na sua famosa carta a Carlos Magno, de 798, Alcuíno declara ao seu augusto discípulo que Paris podia tornar-se uma nova Atenas na França e muito superior à famosa cidade grega das escolas, graças à doutrina cristã que permite enriquecer e alcandorar as artes liberais com os sete dons do Espírito Santo (8). Numa carta anterior, de 796, o acadêmico *Flaccus* Albinus dirige-se ao digníssimo rei Davi, dizendo-lhe, entre muitas observações interessantes, que o tempo desta vida foge veloz e não volta mais e, por isso, devemos tê-lo como algo precioso e não o perder por negligência; e ele passa então a descrever o ensino que ministrava na abadia de Tours sobre exegese bíblica, artes liberais, a gramática em primeiro plano, mas de modo especial a astronomia. De seguida, Alcuíno celebra o louvor do estudo e da sabedoria, "a coisa mais sublime para tornar a vida feliz", *nil esse ad beatam vitam sublimius adipiscendam*... e confessa que na manhã da vida semeou o saber na Grã-Bretanha e, agora, no outono da existência não o deixa de fazer na França (9). O mestre e conselheiro de Carlos Magno, o mentor intelectual da Europa no século VIII, morreu em Tours a 19 de maio de 804.

7. Consideremos agora as medidas tomadas por Carlos Magno em prol das escolas e da promoção da cultura. O primeiro documento de capital importância para a renovação cultural do reino franco foi a *Encyclica de emendatione librorum et officiorum ecclesiasticorum,* a Carta-circular a respeito da correção dos livros e da reta recitação do ofício divino, escrita entre os anos de 776 e 784. Carlos Magno, *ex Francorum et Langobardorum ac patricius Romanorum*, declara estar empenhado em melhorar a situação das igrejas e lamenta o estado geral de ignorância, e decide restaurar o estudo das letras, tendo convidado os religiosos a se dedicarem às artes liberais e proposto o seu exemplo pessoal de estudioso dessas disciplinas. Informa haver providenciado a correção exata, *examussim correximus,* dos textos deturpados dos livros da Sagrada Escritura e, a exemplo do seu pai Pepino que implantou nas igrejas da Gália a cantilena sagrada segundo a tradição romana, ele tratou de corrigir o texto do Ofício Divino recitado por clérigos e monges, tendo contado para tal empreendimento com o auxílio de Paulo Diácono que fez em dois volumes a seleção dos melhores passos das obras dos Santos Padres e dos escritores eclesiásticos. Carlos Magno frisa que houve o máximo cuidado em depurar o texto sagrado dos vícios de linguagem e

dos "dissonantes solecismos" (10). Outro documento fundamental é a carta-circular dirigida a Baugulfo, abade de Fulda, em 787, *Encyclica de litteris colendis,* a respeito do ensino das letras. Carlos, rei dos francos e dos lombardos, patrício dos romanos, dirige-se ao abade Baugulfo, à sua congregação e aos fiéis entregues aos seus cuidados. Ele declara ter julgado útil que os bispados e os mosteiros, "cujo governo Cristo em sua bondade lhe confiou", *Christo propitio, ad gubernandum comissa,* além da ordem da vida regular e da observância da santa religião, proporcionem o ensino das letras, *litterarum meditationes,* aos que, por graça de Deus, têm capacidade para aprender. Diz Carlos Magno que a linguagem correta, *recte loqui,* agrada tanto a Deus como a vida honesta e que mestres e alunos devem saber ordenar e ornamentar as frases. Ele revela que nos últimos anos recebeu dos mosteiros muitos escritos piedosos vasados em linguagem espúria, *sermo incultus,* e que a língua desprovida de erudição, *lingua inerudita,* não consegue exprimir a contento os pensamentos inspirados por piedosa devoção, e acrescenta que a compreensão da Sagrada Escritura é prejudicada pela incompetência literária "e todos nós bem sabemos que os erros em matéria de significado são ainda mais perigosos que os erros das palavras"; e ele espera que a ciência dos monges se manifeste através da leitura e do canto, *in legendo seu cantando* (11). Do mesmo ano de 787 é o decreto sobre as escolas de Osnabruck, dirigido a todos os fiéis da santa Igreja por Carlos, rei dos francos e dos lombardos, e vencedor dos saxões, *necnon dominator et Saxonum,* e por meio do qual ele concede isenção de taxas e lhes faz uma doação, contanto que os bispos assumam o encargo das negociações que surgissem entre o imperador dos romanos e o rei dos gregos e sustentassem escolas de latim e de grego *in perpetuum,* para sempre, de modo que nunca faltassem clérigos peritos nesses idiomas (12). Na *Capitular Eclesiástica* de 23 de março de 789, ele prescreve que os monges aprendam a cantilena romana que servirá para o Ofício Divino, segundo o desejo do seu pai Pepino, e, no mesmo ano de 789, recomenda aos pares que recrutem clérigos tanto entre os filhos de homens livres, quanto entre os filhos dos servos, e que as escolas monásticas e episcopais proporcionem aos meninos o ensino da leitura, dos salmos, do canto, do cômputo e da gramática, e que se utilizem livros bem corrigidos cujos textos os meninos não devem conspurcar na leitura ou na escrita. E se, porventura, for necessário passar aos manuscritos o Evangelho, o saltério e o missal, a cópia deve ser feita com o máximo empenho por homens adultos (13). No Concílio de Aix-la-Chapelle, em 802, Carlos Magno determinou o programa dos estudos para os candidatos ao sacerdócio (14). Na Capitular de 803, prescreve resumidamente

que os padres conheçam a Sagrada Escritura, o saltério, o ritual do batismo, o penitencial, o cômputo e o canto (15). Como se pode verificar, através dos documentos, Carlos Magno instaurou escolas, reformou mosteiros, prescreveu programas e recomendou a cuidadosa formação dos estudantes destinados ao sacerdócio ou à vida monástica e ao preenchimento dos quadros da sua administração imperial. Mas é preciso ter em mente, outrossim, que, dadas as condições da época, eram essas as exigências mais prementes no campo da instrução. Ademais, lembre-se o mandamento promulgado por Teodulfo, bispo de Orleães em 797 — e já citado anteriormente no § 11 do capítulo IV — para os padres dos burgos e das aldeias manterem escolas gratuitas onde se dispensasse o ensino das letras às crianças que os fiéis trouxessem para receber instrução. E o Concílio de Arles de 813 determinou no cânon 19 que os pais e padrinhos cuidassem de fazer com que os seus filhos e afilhados fossem instruídos com a máxima diligência, *erudire summopere studeant* (16).

8. O herdeiro de Carlos Magno, seu filho Luís, o Piedoso (+840), prosseguiu no império franco com as reformas eclesiásticas que já empreendera na Aqüitânia, mas a Igreja chamou a si a direção das escolas que Carlos Magno restaurara e dirigira ciosamente. Em 817, em Aix-la-Chapelle, foi proclamada a *Divisio Imperii* que estatuía a sucessão imperial. O filho mais velho Lotário, de 22 anos, já ficava associado ao Império e foi coroado imperador. Os outros dois teriam o título de reis. Pepino ficaria com a Aqüitânia e Luís, o Germânico, com a Baviera e as suas dependências da Áustria, Panônia e Caríntia. O Concílio de 817 em Aix-la-Chapelle tratou de regular os estudos (17). Em 824 Lotário promulgou a *Constitutio* pela qual a eleição do papa devia ser aprovada pelo imperador do qual o Estado pontifício passava, na verdade, a depender. Em 817, o Concílio de Aix-la-Chapelle, nos estatutos relativos à *Regra de São Crodegango,* determinou no cânon 45: "Não haverá no mosteiro senão uma escola para os oblatos" (18). Essa medida foi tomada para assegurar a tranqüilidade da vida monástica em cuja reforma se empenhara São Bento de Aniana, o grande colaborador de Luís, o Piedoso. Na Capitular de Attigny em 822, no entanto, o imperador tomou sérias medidas quanto à educação, ao declarar: "Desejamos reformar com o máximo empenho as escolas de que nos descuidamos até aqui (hactenus), a fim de que todo homem, menino ou adulto, que se educa para alcançar um grau eclesiástico, tenha um lugar determinado e um mestre conveniente. É preciso, todavia, que os pais ou os nobres senhores dos alunos se incumbam da sua subsistência, para que não deixem de estudar, por causa da pobreza. Mas, se não for possível

reuni-los num só lugar, devido à extensão da paróquia, o que impediria a intervenção dos seus representantes, então que se fundem escolas em dois ou três lugares, conforme a necessidade e segundo os ditames da prudência". O imperador determina, em continuação, que, se os bispos não derem conta do recado por qualquer razão, caberá aos senhores das localidades tomar as devidas providências (19). Noutra capitular de Aix-la-Chapelle, em 825, lembra o imperador Luís aos bispos e ao povo as decisões de Attigny concernentes às escolas, assim como a obrigação de os bispos zelarem pela sua manutenção nos lugares convenientes (20). Já em 824, o Concílio de Paris lembrava que é dever do bispo manter escolas, pois a Igreja deve contar com defensores ilustrados, e o papa Eugênio II declarou estar informado de que professores e gosto pelas letras desapareciam, tendo determinado que se estabelecessem professores e doutores para o ensino das letras e das artes liberais e do dogma da Igreja em todas as dioceses, paróquias e lugares onde isso fosse necessário (21). Nas *Constitutiones Olonnenses,* de maio de 825, Lotário afirma que o ensino desapareceu em certos lugares completamente devido à incúria ou à incompetência dos responsáveis e ele determina que os professores sejam zelosos e assistidos para o bom cumprimento de sua tarefa e aproveitamento dos alunos, e indica os lugares onde devem estar estabelecidas as escolas, para que ninguém pudesse alegar, contra o seu decreto, a distância das escolas ou a falta de recursos (22). No Concílio de Paris de 829, os bispos solicitam ao imperador o estabelecimento de escolas públicas, *scholae publicae* nas três cidades mais bem situadas, *in tribus congruentissimis imperii vestri locis*. . . para que o esforço dispendido por Carlos Magno, e agora por Luís, não ficasse perdido. Essas escolas públicas, todavia, não eram públicas no sentido atual do termo, mas estavam abertas aos clérigos e aos monges de qualquer região.

9. No seu poema sobre a divisão do império, depois da morte de Luís, o Piedoso, o diácono Floro de Lião lamenta as desgraças da sua época: a opressão dos pobres, *continuis praedis plebes miseranda laborat,* as discórdias dos nobres, as violências e as rapinas, a humilhação da Igreja, a falta de autoridade e de ordem, *nemo metum defert, sacris reverentia nulla est,* e lembra a época feliz que passou, quando havia um só príncipe e um só povo e a lei e o juiz asseguravam a paz das cidades; quando os jovens aprendiam a doutrina sagrada e as crianças estudavam as artes literárias (23). Com a deposição de Luís, o Piedoso, e as lutas internas que separaram os filhos, esboroou-se a unidade do império que se fragmentou em partes caracterizadas, mais ou menos, da forma como ainda hoje se conservam pelo território e pela língua. Apesar da simpatia de Carlos, o Calvo,

pelos sábios e pelos poetas, e do momentâneo brilho da sua escola palatina, a decadência escolar prosseguiu e agravou-se finalmente com as terríveis invasões dos normandos do primeiro quartel do século IX à metade do século X. Os monges que escapavam aos morticínios viviam tolhidos pelo pavor e pela insegurança nos mosteiros, onde mal luzia ainda o interesse pelos estudos. Do que foram as razias dos normandos, por exemplo, traçou um belo afresco Abbon na sua obra *O Assédio de Paris pelos normandos* em que ele descreve em versos caprichados as guerras do duque Eudes e dos parisienses com os invasores dinamarqueses, em 853, que com a sua ação predatória detiveram a gloriosa marcha cultural do mosteiro de São Martinho de Tours. Ainda que os concílios de Meaux, em 845, e o de Paris, em 846, renovassem a obrigatoriedade dos cânones dos concílios anteriores quanto ao ensino, as escolas decaíram, desapareceram e mal se conseguia ministrar instrução aos clérigos pois, devido principalmente à raridade dos mestres, a ignorância era calamitosa.

10. O Concílio de Valença, às instâncias do rei Lotário, decretou a restauração das "escolas de literatura divina e humana, assim como do canto eclesiástico" (24). Em 859, o Concílio de Saponières exortou os príncipes e os bispos a fundarem por toda parte "escolas públicas", uma vez que diminuíram o estudo e a compreensão da Sagrada Escritura, devido à falta de cultivo das ciências divinas e humanas (25). Temos assim documentado o declínio das escolas e a decadência dos estudos, desde o fim do primeiro quartel do século IX até ao fim do século X, em virtude da instabilidade social, dos ataques e das invasões dos normandos, búlgaros, sarracenos e húngaros que iriam levar a sociedade ao regime feudal. Como diz Roberto S. Lopez em *O Nascimento da Europa* (págs. 109-111), desde a queda do Império Romano do Ocidente jamais a Cristandade enfrentara inimigos tão numerosos e brutais, como os invasores dos séculos IX e X: os salteadores e os piratas muçulmanos que assolaram as ilhas do Egeu, tendo chegado até aos desfiladeiros da Suíça alpina; os normandos ou escandinavos, que pilharam o litoral do Atlântico e do Mediterrâneo, penetraram no interior da França e alcançaram os limites da Toscana, os territórios russos e os arredores de Constantinopla, enquanto os húngaros estendiam as suas correrias e as devastações, tendo ido até à Aquitânia e às proximidades de Roma. Nesse período, como é fácil perceber, não podia haver animada vida cultural e a chama do saber foi alimentada apenas no recesso de alguns grandes mosteiros e, depois, nas grandes escolas episcopais, quando, por exemplo, no fim do século X a escola episcopal de Reims foi engrandecida pelo famoso mestre Gerberto de Aurillac (26). Mas é preciso não desconhecer os nomes refulgentes de vários estudiosos

de prol na primeira metade do século IX: Rábano Mauro no mosteiro de Fulda, que se tornou arcebispo de Maiença; Valafrido Estrabão (Strabo) em Fulda e em Reichenau; Cândido em Fulda, Bernardo em Hirsfeld; Ludberto e Hidulfo em Hirsauge; Carlos em Maiença; Alfredo em Hildesheim; Haimon em Alberstad; Loup de Ferrières; Freculfo de Lisieux; Grimaldo na ativa abadia de Saint-Gall; Sedulius Scotus em Liège e o famoso filósofo e teólogo João Escoto Eriúgena. No século XI começou a surgir, de fato, a Europa moderna, deram-se grandes e positivas transformações sociais, cresceu lentamente a população, ressurgiu o comércio, reanimaram-se as cidades e as escolas voltaram a florescer. Note-se que no século XI a mais famosa escola foi a da abadia de Bec onde espargiram luzes os italianos Lanfranco e Anselmo, grandes teólogos, peritos em dialética e que promoveram o renascimento dos estudos sagrados e profanos.

11. Com a dinastia dos carolíngios desponta e firma-se no Ocidente o césaro-papismo, regime político em que imperadores ou reis pretendem o senhorio absoluto tanto no domínio temporal e civil como no espiritual e no eclesiástico. Carlos Magno foi a encarnação perfeita do soberano césaro-papista. É evidente que tal regime político é errôneo, injusto, pretensioso e fadado a gerar as piores conseqüências para a vida religiosa, como a história testifica nos casos do regalismo moderno na Áustria, em Portugal, e no Império brasileiro. Nos séculos VIII e IX, no entanto, graças ao espírito de fé, às boas intenções e à fidelidade à Igreja de um Carlomano, de um Carlos Magno ou de um Luís, o Piedoso, as atitudes césaro-papistas, apesar de semearem princípios que mais tarde só medrariam em tribulações para o povo cristão, tiveram o condão de gerar benefícios imediatos para a cristandade porque, infelizmente, o clero deixava muito a desejar. Muitos párocos eram escolhidos pelo senhor do domínio a que pertencia a igreja. Os reis e os nobres nomeavam também bispos e abades. Padres havia que ignoravam até o rito do batismo, só se preocupavam com a própria subsistência material, enquanto os bispos de origem nobre viviam mais como grandes senhores do que como eclesiásticos. Os maus costumes e a ignorância lavravam no seio do clero, sacerdotes não obedeciam aos bispos, as irregularidades reinavam nas abadias e os bispos não só bancavam os grandes senhores como procediam, às vezes, mais levados pelas paixões do que pelo seu dever de ofício, já que não se podia falar em dever de vocação onde esta muitas vezes jamais existira. Carlomano com o auxílio de São Bonifácio; Carlos Magno secundado por Alcuíno e por uma plêiade de monges e prelados de escol, e Luís, o Piedoso, com a valiosa colaboração de São Bento de Aniana, o grande reformador monástico

da época, trataram de remediar a situação e daí as resoluções dos concílios e as capitulares em prol da reforma da Igreja.

12. Um fato é líquido e certo. O movimento cultural suscitado por Carlos Magno perdurou até o século X e deixou frutos permanentes por muito mais tempo. Dentre as grandes realizações do renascimento carolíngio, além das que se deram na arte, por exemplo na arquitetura, cumpre destacar o desenvolvimento da letra minúscula e a ênfase dada aos estudos clássicos. Como já observamos em capítulo anterior, a nova escrita de caracteres latinos, que simplificou a ortografia, deveu-se aos monges irlandeses e desenvolveu-se a partir da velha escrita cursiva romana, própria dos negócios e da burocracia. As escritas minúsculas da Gália merovíngia, sob a influência irlandesa e pela necessidade caligráfica das profissões, deram origem ao tipo de letra minúscula que se tornou comum na Europa ocidental, tendo sobrepujado a escrita visigótica florescente na Espanha do VIII ao XII século, a beneventana, do sul da Itália (Benevento), e que teve por centro Monte Cassino, assim como a escrita corrente na costa adriática sob a influência bizantina. A multiplicação dos manuscritos por ocasião do renascimento carolíngio determinou o notável desenvolvimento da escrita que parece ter surgido na abadia de Corbie na metade do século VIII e ter alcançado o máximo refinamento na escrita peculiar à abadia de São Martinho de Tours sob a direção de Alcuíno. Esse feito carolíngio influenciou a escrita dos humanistas do Renascimento italiano, de modo que os nossos atuais caracteres latinos de imprensa derivam diretamente da minúscula carolina. Pode-se formar idéia dos trabalhos humanísticos e dos altos estudos no renascimento carolíngio através da primorosa síntese feita por Reynolds e Wilson (27). Nos mosteiros do período carolíngio, particularmente em Corbie, organizaram-se bibliotecas com manuscritos fidedignos dos clássicos como Lucano, Estácio, Terêncio, Juvenal, Tibulo, Horácio, Claudiano, Marcial, etc. No mosteiro de Lorsch, fundado em 764, havia obras raras de Cícero, Tito Lívio, Sêneca, Virgílio, Lucano, Frontão e Gélio. Outras obras clássicas foram copiadas e transmitidas à posteridade pelos copistas de Fulda, Hersfeld, Corvey, Fleury. No campo dos estudos bíblicos, Lupus de Ferrière cotejava manuscritos com espírito crítico e já fora antecipado por Teodulfo de Orleães, abade de Fleury, que fizera uma edição da Vulgata em que traçava comparações com o texto hebraico e usava a sigla na margem para assinalar as fontes das suas variantes (28).

13. Como diz Hodgkin na *História dos Anglo-Saxões,* nos séculos VIII e IX a desordem era normal, devido ao mundo em ebulição de que se destacaria um dia a nova sociedade feudal. Mas no reino de

Alfredo as invasões bárbaras haviam sacudido o Estado nos seus fundamentos. Os infortúnios do reino de Alfredo, o Grande, não resultavam apenas de contínuas guerras, como se deviam, também, à desmoralização interna, produzida por invasões crônicas, invasões terríveis que se davam a cada nova década. Alfredo, o Grande, rei dos Anglo-Saxões, nasceu em 849, assumiu o trono de Wessex em 871, depois de se haver notabilizado contra os dinamarqueses nas batalhas de Ashdown e Basing, e passou a maior parte do resto da vida a repelir as invasões dos normandos. Estes, por fim, comprometeram-se a evacuar o Wessex e o seu chefe Guthrum foi batizado em 878, e uma parte do reino ficou tranqüila, enquanto Alfredo enfrentava os inimigos ao norte do Tâmisa, os quais acabou por rechaçar. No período final do reinado, assim como no intervalo dessas grandes guerras, Alfredo suscitou, tal como Carlos Magno, notável renascimento cultural nos seus domínios. Sempre foi devotado à Santa Igreja, protegeu as ordens religiosas, favoreceu a reforma eclesiástica, restaurou a justiça e preparou para o seu povo um código profundamente religioso, renovou os quadros da administração, reanimou os estudos e fundou escolas. À imitação de Carlos Magno, soube cercar-se de sábios estrangeiros e teve como colaboradores Grimbaldo, João, o Velho-Saxão, e o gaulês Asser que veio a escrever a biografia do seu valoroso soberano. O próprio Alfredo, sobre ser grande guerreiro, distinguiu-se pela inteligência e pelos méritos literários. Com o auxílio de Asser traduziu do latim para o anglo-saxão várias obras de real valor para leigos e eclesiásticos: a *Consolação da Filosofia* de Boécio, a *História Eclesiástica* de São Beda, o Venerável, as *Histórias* de Paulo Orósio, a *Pastoral* de São Gregório, uma parte dos *Solilóquios* de Santo Agostinho e, provavelmente, deixou ainda uma tradução dos Salmos e uma coleção de provérbios. Cheio de benemerências, Alfredo, o Grande, faleceu a 28 de outubro de 901. Segundo Asser, na escola palatina de Alfredo estudavam jovens nobres e plebeus que liam obras escritas em latim e em saxão (29).

14. O século X foi designado com razão de *século obscuro* ou *século de ferro,* devido à espantosa decadência da vida sob os aspectos do governo e da cultura. Nessa época, na Itália e na França principalmente, reinavam infrenes rudeza e embrutecimento sem paralelo e em quase toda parte imperavam a violência e o terror (30). Apesar de tal situação caótica na Itália e na França, ainda no primeiro quartel do século X, deu-se portentosa reação na Alemanha, estabelecendo-se de modo sólido o reino germânico, e Otão I, reconhecido rei da Itália, depois de haver sido coroado rei em Aix-la-Chapelle, foi sagrado imperador em Roma por João XII na igreja de São Pedro a

2 de fevereiro de 962. Ele assegurou a ordem no Império e o respeito aos direitos da Igreja. O novo Império Germânico pretendia prolongar o de Carlos Magno e durante três séculos foi o guardião do Ocidente. Otão I contou com o valioso auxílio de homens eminentes no episcopado, como o seu irmão Bruno, arcebispo de Colônia e duque de Lorena; Ulrico de Augsburgo, Conrado, Gebardo, Volfrango de Ratisbona, Adalberto de Praga, e outros. Esses varões de Plutarco foram os artífices do "renascimento otoniano" e os promotores do progresso e da elevação moral do Império Romano Germânico.

15. A corte de Otão I tornou-se um refulgente centro cultural. Otão só aprendeu a ler e a escrever após a morte da primeira esposa, Edite, em 946, mas falava o saxão, o eslavo, o "romance", que era provavelmente o francês, mas nunca soube latim. Desde que esteve na Itália pela primeira vez em 951, convidou sábios italianos para ensinarem na Alemanha: Gonzon de Novara que trouxe na bagagem uma biblioteca de 100 volumes, e Estêvão de Pavia que lecionou na escola episcopal de Würzbourg. Devido, ainda, às embaixadas de vários países e aos refugiados, como Ratério de Verona e Liudprand, a corte de Otão I foi cosmopolita e o maior centro cultural da época. O imperador descobriu e promoveu o famoso sábio Gerberto de Aurillac que o ajudou com os seus conselhos e a sua operosidade, assim como lhe influenciou o filho e o neto, e este o fez eleger Papa. Traço marcante do renascimento otoniano foi a renovação das escolas monásticas e episcopais onde se formava a nata intelectual do Império (31). Entre os mosteiros distinguiu-se o de São Galo (Saint-Gall) ilustrado pelo poeta e hinólogo sacro Notquero, o Gago (Balbulus), Equeardo I e Equeardo II e, ainda, Notquero, o Físico, e Notquero Labéu ou Teutônico que redigiu obras de erudição para as escolas em língua alemã. E foi exatamente no fim do *século de ferro* que brilhou o engenho feminino da monja Rosvita do mosteiro de Gandersheim que, além de poesias e obras hagiográficas, compôs comédias à imitação de Terêncio, a fim de provar que as mulheres nada ficam a dever aos homens quanto à inteligência. E foi, ainda, na Saxônia que Widukind, do mosteiro de Corvey, escreveu as valiosas *Res Gestae Saxonicae.*

16. Gerberto de Aurillac, o símbolo da cultura científica da época, que estudara matemática na Espanha islâmica, veio a ser o glorioso papa Silvestre II (999-1003). A maioria dos monges tornou-se clerical e consagravam-se aos estudos, enquanto os monges leigos assumiam as tarefas profanas ou mecânicas. E no século X reponta a grande reforma monástica do Ocidente que teve por eixo a abadia de Clúnia (Cluny) que difundiu pela França, Itália, Alemanha e Ingla-

terra os princípios da renovação monástica. Apesar das provações passadas, clareava o horizonte a aurora de melhores tempos. Como reza um dístico do século X, em língua romance e citado por Roberto S. Lopez, "a aurora sobre o mar obscuro traz o sol. Depois, passa a colina, olha, e as trevas iluminam-se". Ultrapassado o primeiro milênio da era cristã, o mundo ocidental assumiu contornos definidos e a civilização européia despertou à sombra dos claustros e junto das catedrais.

Notas

1. Godefroid Kurth, *Les Origines de la civilisation moderne,* págs. 214 e 252.
   Apesar da carteira apreciação feita por Kurth sobre o caráter de Carlos Magno e do alto conceito da escolaridade do imperador, segundo o depoimento de Eginhardo, não resta dúvida, como diz Ganshof, de que Carlos Magno não era um homem culto nem dotado do poder de abstração. O rude soldado e o atilado administrador não era tipo intelectual, apesar da sua sede de conhecimento e da sua admiração pela cultura. François Ganshof, "Charlemagne", in *Speculum,* vol. XXIV (1949). pág. 526.
   Christopher Dawson, por sua vez, ao mesmo tempo que ressalta os altos méritos, o valor e o tino administrativo de Carlos Magno, observa que " a sua religião, como o Islão, foi a religião do sabre e, apesar da sua piedade sincera, a sua vida privada assemelhou-se à dum príncipe muçulmano". *A Formação da Europa,* pág. 240.
2. "Temptabat et scribere tabulasque et codicellos ad hoc in lecto sub cervicalibus circumferre solebat, ut cum vacuum tempus esset manum litteris effigiendis adsuesceret." Eginhardus, *Vita Karoli Magni Imperatoris* c. 25, PL 97 (1862), cl. 50 A. Eginhard, *Vie de Charlemagne,* pág. 76.
3. Léon Maître, *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180), pág. 6
4. "...o *pallium,* que pelo ano 400, no Oriente, é chamado *ômofórion* e provavelmente de início era conferido pela autoridade civil como o *lorum* (uma espécie de fita larga) dos altos cargos do Estado. No Ocidente, inicialmente, o levavam somente os Papas, mas do século VI em diante também os bispos, sobretudo os metropolitas (o primeiro a recebê-lo parece ter sido o arcebispo Cesário de Arles, que em 513 o recebeu do papa Símaco) a título de distinção e como símbolo da estreita união com Roma. Posteriormente, a concessão do *pallium* aos metropolitas foi regulada por lei." Bihlmeyer-Tuechle, *História da Igreja,* vol. 1, § 71, 4, pág. 363. Cf. Aigrain, *Liturgia,* pág. 329.
5. O adocianismo era a doutrina de que Jesus Cristo, o Filho de Maria, antes de se tornar pessoa, foi adotado pelo Filho de Deus e, portanto, na sua natureza humana Jesus era o filho *adotivo* de Deus. Alcuíno compôs refutações dessa heresia no *Libellus adversus haeresim Felicis,* no *Adversus Felicem libri VII,* no *Adversus Elipandum libri IV,* e mais

algumas cartas que se acham em Migne PL 101 (1863). Segundo Knowles, essa pugna contra o adocianismo "foi para Alcuíno e os seus companheiros a primeira de uma série de polêmicas religiosas, nas quais aprenderam a ler os santos Padres e que lhes fizeram exercer a força do seu próprio pensamento. Recentes análises desta e de outras controvérsias teológicas da época demonstram que os conselheiros de Carlos Magno e de Luís, o Piedoso, sobretudo Alcuíno, eram dotados de maior capacidade mental e teologicamente mais preparados do que admitia a passada geração de historiadores. Em matéria de conhecimentos patrísticos e de pensamento metódico, representam o primeiro grupo de intelectuais aparecido nos países além dos Alpes". *Nova História da Igreja.* II, A Idade Média, pág. 58.

6. Moncelle, "Alcuin", in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* T. 2, cl. 31. Trata-se de excelente verbete sobre a vida e a obra de Alcuíno.

7. Kurth, *Les Origines de la Civilisation Moderne,* T. II, págs. 254-255. Ao apreciar os livros de Alcuíno, diz Kurth que eles permitem verificar a sua filiação aos próceres da cultura cristã na Idade Média como São Beda, o Venerável, Santo Isidoro de Sevilha, Boécio e Cassiodoro. Elogiando-lhe o método, tradicional mas adaptado aos ouvintes e em que Alcuíno se destacou pelo uso do diálogo, dos enigmas e das metáforas que excitam o pensamento, Kurth observa que o benefício de tal ensino consistia menos no que ele ensinava aos alunos do que no desejo que lhes inspirava de aprenderem mais. *Ib.,* págs. 255-256.

8. Alcuinus, *Epistola LXXXVI.* Migne PL 100 (1863), cl. 282 B.

9. "Mane florentibus per aetatem studiis seminavi in Britannia. Nunc vero frigescente sanguine quasi vespere in Francia seminare non cesso." PL 100 (1863), cl. 209 C.

10. Karoli Magni, "De emendatione librorum et officiorum ecclesiasticorum", in *Monumenta Germaniae Historica, Legum* Tomus I, pág. 45. PL 98 (1862), cl. 896 C — 897 D. Na Patrologia de Migne esse documento é a *Epístola IV, Ad subiectos,* anno 788, (De homiliario Pauli Diaconi, monachi Casinensis).

11. Karolus Magnus, "Encyclica de litteris colendis", in *Monumenta Germaniae Historica. Legum* Tomus I, págs. 52-53, in PL 98 (1862), cl. 895 A — 896 C.

12. Karolus Magnus, *Epistola II sive Decretum de scholis Osnabrugensis Ecclesiae,* in PL 98 (1862), cl. 894 B.

13. "Et non solum servilis conditionis infantes, sed etiam ingenuorum filios adgregant sibique sociante," etc. Karolus Magnus, "Capitulare Ecclesiasticum", in *Monumenta Germaniae Historica, Legum* T. I, págs. 53 e seg. PL 97 (1862), cl. 176 A-177 A.

14. Além do Credo, do Pater e dos ritos de administração dos sacramentos, os clérigos devem estudar o cômputo (importante para calcular as festas do ano litúrgico), o canto do Ofício e, entre outras coisas, *Evangelium intellegere... scribere cartas et epistulas.* PL 97 (1862), cl. 249 A-B.

15. Karolus Magnus, *Capitula data presbyteris,* in PL 97 (1862), cl. 275 C.

16. "Ut parentes filios suos, et patrini eos, quos de fonte lavacri suscipiunt, erudire summopere studeant; illi, quia eos genuerunt, et eis a Domino dati sunt: isti, quia pro eis fidejussores existunt." "Concilium Arelatense VI", anno Christi 813, canon XIX, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* t. XIV, cl. 62.

17. Mansi, *ib.*, t. XIV, cl. 349.

18. Hludovici I, "Capitularia. Capitulare Attiniancense", mense augusti anni 822, in *Monumenta Germaniae Historica. Legum,* Tomus I, pág. 231. Migne PL 97 (1862), cl. 447 B — 448 A.

    Queremos lembrar, de passagem, que o termo *capitulares* é plural femiminino em português. Cf. Laudelino Freire, *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa,* vol. II. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1954, pág. 1238.

19. Ludovicus I, *Capitularia Aquisgranensia,* (Anno 825), 6, in PL 97 (1862), cl. 465 C.

20. ".. in universis episcopiis subiectisque plebibus et aliis locis in quibus necessitas occurrerit..." Maître, *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180), pág. 18.

21. Hludovici et Hlotharii "Capitularia", in *Monumenta Germaniae Historica. Legum,* Tomus I, pág. 249. Migne PL 97 (1862), cl. 457 B — 476 A.

22. "Discebant juvenes divina volumina passim.
    Littereas artes puerorum corda bibebant...
    Claruit hinc nimium toto gens Francica mundo."
    Florus Diaconus, *Carmina Varia, Querela de divisione imperiii post mortem Ludovici Pii,* in Migne PL 119 (1880), cl. 251 A.

23. "Ut de scholis tam divinae quam humanae literarum, nec non, et ecclesiasticae cantilenae, juxta exemplum praedecessorum nostrorum, aliquid inter nos tractetur, et, si potest fieri, statuatur atque ordinetur: quia ex hujus studii longa intermissione, pleraque ecclesiarum Dei loca et ignorantia fidei et totius scientiae inopia invasit. Placet firmatum." "Concilium Valentinum III (Valença)", Anno Christi 855. Canon XVIII, in Mansi, *Sacrorum Conciliorum Nova et Amplissima Collectio,* T. XV, cl. 11.

24. *Concilium Tullanse* (Concílio de Savonnières) I, *apud* Saponarias, Canon X, in Mansi, *ib.*, T. XV, cl. 859.

25. Todas as desordens do século anterior, diz Maître, renovaram-se no século X com mais horror. Os mosteiros que escaparam aos incêndios caíram nas mãos dos leigos e tornaram-se o valhacouto de mulheres, crianças, soldados e cães. Os perigos das viagens e os assaltos dos bandoleiros tornavam difíceis as comunicações e impediam a troca dos livros necessários aos estudos e, em conseqüência disso, as escolas pereciam. Léon Maître, *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180), pág. 51.

26. L. D. Reynolds e N. G. Wilson, *Scribes and Scholars. A guide to the transmission of the greek and latin literature,* pág. 79 e seguintes.

27. Beril Smalley, *The Study of the Bible in the Middle Ages,* pág. 43.

28. Asser, "Life of King Alfred", caps. 102-105, in *English Historical Documents* c. 500 — 1042, págs. 275-276.

——— — Leach, *The Medieval Foundations of England,* pág. 101.

29. Tuechle — Bihlmeyer, *História da Igreja,* vol. 2, pág. 74.

30. Reto R. Bezzola, *Les Origines et la Formation de la Littérature Courtoise en Occident* (500-1200). Première Partie, La tradition impériale de la fin de l'Antiquité au XIe siècle, pág. 241 e seguintes.

Bibliografia

Abbon — *Le Siège de Paris par les Normands* Poème du IXe Siècle édité et traduit par Henri Waquet (Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge). Paris, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", 1942, 124 págs.

Aigrain, R. — *Liturgia.* Encyclopédie populaire des connaissances liturgiques. Paris, Librairie Bloud et Gay, 1947, 1141 págs.

Alcuinus — "Carmina", in *Poetae Latini Aevi Carolini.* Recensuit Ernestus Duemmler. Tomus I. *Monumenta Germaniae Historica.* Berlin, Weidmann, 1964, 652 págs.

Asser, — "Life of King Alfred", in *English Historical Documents* c. 500-1042, págs. 264-276.

Éginhard, *Vie de Charlemagne.* Éditée et traduite par Louis Halphen. Troisième édition, revue et corrigée (Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge). Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1947, 127 págs.

Ewig, Eugen — "La Época de Carlomagno (768-814)", in Hubert Jedin, *Manual de Historia de la Iglesia,* tomo tercero. Barcelona, Editorial Herder, 1970, 759 págs.

Fliche, Augustin — Martin, Victor — *Histoire de l'Église,* 6. Émile Amann, *L'Époque carolingienne.* Paris, Bloud et Gay, 1947, 511 págs.

Fraile, O. P. — *Historia de la Filosofía Española.* Desde la época romana hasta fines del siglo XVII. Edición revisada y ultimada por Teofilo Urdanoz, O. P. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1971, 418 págs.

Ganshof, François L. — "Charlemagne", in *Speculum,* A Journal of Medieval Studies. Volume XXIV, Number 4, October, 1949, pág. 520-528. The Medieval Academy of America. Cambridge, Massachusetts.

Gougaud, L. — "Alfred le Grand", in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques.* T. II. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1914, cl. 415-416.

Guiraud, Jean — *Histoire Partiale. Histoire Vraie* (5 vol.). T. I. Des origines à Jeanne D'Arc. Paris, Gabriel Beauchesne et Cie., Éditeurs. Troisième édition, 1911, 416 págs.

——————— — *Histoire Partiale. Histoire Vraie.* T. II. Moyen Âge — Renaissance — Réforme. Seizième Édition. Paris, Gabriel Beauchesne et Cie., Éditeurs, 1912, 467 págs.

Halphen, Louis — *Carlos Magno e o Império Carolíngio.* Tradução de Artur Pinto. Lisboa, Editorial Início, 1971, 473 págs.

Hatto, Arthur — *"Walter von der Vogelweide's Ottonian Poems:* A new Interpretation", in *Speculum,* vol. XXIV, Number 4, October 1949, pág. 542-553.

Hauck, Dr. Albert — *Kirchengeschichte Deutschlands.* Dritter Teil Unveränderter Abdruck der dritten und vierten (Doppel—) Auflage. Leipzig, J.C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1920, 1078 págs. (Sobre o Império de Otão I, pág. 223 e seg.)

Hefele-Leclercq, *Histoire des Conciles d'après les documents originaux.* Tome IV, Première Partie. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1911, 612 págs.

Hodgkin, R. H. — *A History of the Anglo-Saxons.* Third Edition. Oxford, University Press, 1967, 2 vol.

Keempf, Friedrich S.I. — *"Movimentos de Renovación y Reforma del año 900 al 1050,* in Huberti Jedin, *Manual de Historia de la Iglesia.* T. III. Barcelona, Editorial Herder, 1970, pág. 498 e seguintes.

Knowles, David — Obolensky, Dimitri — *Nova História da Igreja.* II, *A Idade Média.* Tradução de João Fagundes Hauck. Petrópolis, R. J., Editora Vozes Ltda., 1947, 547 págs.

Langosch Karl — *Profile des lateinischen Mittelalters.* Geschichtliche Bilder aus dem europäischen Geistesleben. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967, 329 págs.

Lesne, Émile — *Les Écoles de la fin du VIIIe siècle à la fin du XIIe.* (Mémoires et Travaux des Facultés Catholiques de Lille. Histoire de la Propriété Ecclésiastique en France.) Tome V. Lille, Facultés Catholiques, 140, 724 págs.

Lopez, Roberto S. —*Nascimento da Europa.* Tradução de A. H. de Oliveira Marques. Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1965, 512 págs.

Loup de Ferrières — *Correspondence.* Éditée et traduite par Léon Levillain. Tome Ier 829-847 (Les Classiques de l'Histoire de France au Moyen Âge). Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion Éditeur, 1927, 259 págs. Tome II. 847-862. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1935, 255 págs.

Maître, Léon — *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180). Deuxième Édition refondue. Ligugé, Abbaye Saint-Martin (Vienne) — Paris, A. Picard et Fils, Éditeurs, 1924, 226 págs.

Moncelle, P. — "Alcuin", in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* tome deuxième. Paris, Letouzey et Ané, Éditeurs, 1914, cl. 30-40.

Monumenta Germaniae Historica. Legum Tomus I. Hannover, 1835. Unveränderter Nachdruck, 1965. Stuttgart, Anton Hiersemann — Vaduz, Kraus Reprint LTD, 578 págs.

Monumenta Germaniae Historica. Edidit Georgius Heinricus Pertz. *Scriptorum,* Tomus II. Hannover, 1829. Unveränderter Nachdruck, 1963. Stuttgart, Anton Hiersemann — New York, Kraus Reprint Corporation, 840 págs.

Monumenta Germaniae Historica. Epistolarum, Tomus III. *Epistolae Merowingici et Karolini Aevi.* Tomus I, Ernestus Dümmler. Editio Secunda lucis ope expressa. Berlin, 1957, Weidmann, 762 págs.

Norden, Eduard — *Die Antike Kunstprosa* vom VI. Jahrhundert v. Chr. bis in die Zeit der Renaissance. Sechste, unveränderte Auflage. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1971, 2 vol.

Pirenne, Henri — *Maomé e Carlos Magno.* Tradução de Manuel Vitorino Dias Duarte. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1970, 302 págs.

Raby, F. J. E. — *A History of Secular Latin Poetry in the Middle Ages.* Second edition. Oxford, Clarendon Press, 1967, 2 vol.

Reynolds, L. D. e Wilson, N. G. — *Scribes and Scholars.* A guide to the transmission of Greek and Latin Literature. Oxford, University Press, 1968, 185 págs.

Sayles, G. O. — *The Medieval Foundations of England.* London, Methuen and Co. Ltd., 1956, 482 págs.

Schnürer, Gustave — *L'Église et la Civilisation au Moyen Âge.* Traduction française de G. Castella. Paris, Payot, 1935, 2 vol.

Seelinger, Dr. Gerhard — "Conquests and Imperial Coronation of Charles the Great", in *The Cambridge Medieval History.* Planned by J. B. Bury. Edited by H. M. Gwatkin — J. P. Whitney. Volume II, The rise of Saracens and the Foundation of the Western Empire. Cambridge, The University Press, 1967, 889 págs.

Smalley, Beryl — *The Study of the Bible in the Middle Ages.* Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1964, 406 págs.

The Anglo-Saxon Chronicle. A revised translation edited by Dorothy Whitelock with David C. Douglas and Susie I. Tucker. London, Eyre and Spottiswoode, 1961, 240 págs.

Vários — *English Historical Documents c. 500 — 1042.* Edited by Dorothy Whitelock. London, Eyre and Spottiswoode, 1955, 867 págs.

Capítulo VI

Os programas de ensino e a consciência pedagógica da Primeira Idade Média

1. Com este capítulo, chegamos ao fim da segunda parte deste livro. Como se pode verificar, temos examinado de modo suave e sério, embora rápido, dado o caráter de iniciação desta obra, alguns aspectos fundamentais da educação na primeira parte da Idade Média. Após a consideração de fatos cuidadosamente documentados, podemos passar à consideração dos programas de ensino vigentes nas escolas de modo sistemático ou na sociedade, de modo tanto formal quanto difuso. Mais uma vez cumpre ressaltar dois princípios que estabelecemos no início deste livro. Primeiro, numa obra de iniciação à história da educação medieval não se pode dizer tudo o que se sabe ou há para saber. O aprendizado de qualquer disciplina precisa respeitar as leis que regem a atividade intelecutual e os processos de aprendizagem e do ensino, sobre haver a possibilidade de os alunos ou leitores ávidos de conhecimentos poderem abeberar-se nas obras recomendadas na bibliografia apensa a cada capítulo. É preciso não esquecer jamais a verdade contida no anexim latino: *ars longa, vita brevis,* a arte é longa e complicada e a vida é tão curta! O que importa é adquirir as noções básicas, os conhecimentos mínimos que poderemos aumentar e enriquecer com o esforço, a aplicação e a paciência. Sem esta nada se consegue de bom na vida. Já se disse até que o gênio é sobretudo uma grande paciência, pois muitos talentos se estiolam e muitas pessoas inteligentes não progridem na vida cultural por fraqueza de vontade, por falta de perseverança, por não terem garra, como se diz popularmente. Quando a inteligência se combina com a paciência e o talento com a aplicação, então é ouro sobre azul.

2. O segundo princípio inscrito no pórtico desta nossa *História da Educação Medieval* é que o estudante deve fazer um grande esforço e ativar a própria fantasia, a fim de imaginar uma sociedade de homens iguais a nós mesmos por natureza mas diferentes pela situação social, pelos hábitos e pela mentalidade. Como frisamos no

primeiro capítulo desta obra, não se pode querer nem pretender que o homem antigo ou o medieval pensassem, sentissem e agissem exatamente como nós, homens da era espacial e da sociedade científica e tecnológica do século XX. Assim, passemos a ilustrar esse princípio com um exemplo. Imaginemos as incipientes nações européias nos séculos VIII, IX, X e XI. São quatrocentos anos de duração e essas centúrias correspondem ao tempo que nos separa do início da colonização do Brasil. Pois bem, como já vimos em páginas anteriores, as cidades perderam nessa época todo o relevo social; os sítios ou fazendas transformaram-se em burgos ou castelos fortificados contra os contínuos assaltos de invasores, piratas e bandoleiros. As tribos germânicas ingressavam lentamente na órbita cultural da tradição antiga e da religião cristã e o povo, de fato, dividia-se em três classes: os guerreiros e nobres, o clero e os trabalhadores do campo. Só depois do ano mil é que vai aumentar e crescer a diferenciação das classes sociais. Ora, de regra, os guerreiros só gostavam de lutar, caçar e divertir-se, embora tivessem, também, as suas convicções e práticas religiosas. Entretanto, nunca a vida no Ocidente foi tão belicosa e daí a importância dos barões, dos soldados e dos cavaleiros com as suas habilidades e os seus costumes rudes. Muitos blasonavam a própria ignorância e caçoavam dos letrados. Os servos e os camponeses livres não tinham pretensões quanto aos estudos. Os livros raríssimos em latim nada significavam para eles, preocupados com a marcha das estações, com o amanho da terra, o estado das culturas e a criação de animais, tal como os guerreiros só tinham olhos para as armas, os cavalos e a caça. Além disso, não havia jornais nem revistas, enfim, vivia-se num mundo de tradições orais donde a organização cultural que bafejara certas camadas populares no Império romano já desaparecera por completo, há séculos. Por conseguinte, o estudo, a cultura e o ensino tornaram-se apanágio dos clérigos e monges, tanto que durante séculos o termo francês *clerc,* clérigo, foi sinônimo de intelectual e letrado. Clérigos e monges precisavam saber ler e escrever para desempenhar o próprio ofício e corresponderem à sua vocação religiosa ou eclesiástica. Foi, desse modo, por um processo espontâneo que o clero regular e diocesano se tornou o depositário e o guardião da cultura antiga que se preservou para a posteridade, graças ao labor humilde, constante e impertérrito de clérigos, monges e monjas. Preste-se atenção, ainda, a um fato capital: o desejo de conhecer é inato no homem. Por isso, apesar das condições adversas, da carência de meios e de mil outras dificuldades, houve muitos guerreiros que se dedicaram ao estudo e se deleitavam com os livros nos intervalos dos combates, ao passo que muitos meninos e meni-

nas, filhos de servos, receberam instrução nas escolas paroquiais e monásticas e foram saciar a sede do saber nas fontes remansosas dos claustros, tanto que muitos homens ilustres atingiram altas posições a partir da mais plana e baixa situação social, graças ao engenho, aos bons estudos, à aplicação perseverante, ao trabalho e ao reconhecimento lúcido dos adultos e superiores que sabiam recompensar o verdadeiro mérito para o bem da sua comunidade e do povo. Logo, não é de estranhar que, desde o início do renascimento carolíngio, em época de decadência cultural e de relaxamento de costumes, reis, imperadores e papas cuidassem de fazer reflorirem as escolas e de promover o estudo das letras divinas e profanas. E assim desenvolveu-se o mundo ocidental e foram surgindo os primeiros sinais e contornos da civilização que iria desabrochar esplêndida após o primeiro milênio da era cristã.

3. Já tivemos a oportunidade de assinalar, por várias vezes, o programa de estudos das escolas paroquiais, os estabelecimentos de nível elementar durante a Idade Média, freqüentados pelas crianças que não aprendiam a ler com os pais ou com os preceptores: leitura e primeiros elementos da escrita, tomando-se por texto principalmente os *Salmos*, doutrina cristã e o canto que servia para abrilhantar as cerimônias da Igreja. Conforme a região, a escola e o mestre, esses cursos elementares podiam admitir algumas variações.

4. Nas escolas monásticas e episcopais o currículo, antes da fase superior consagrada ao estudo da Sagrada Escritura, compunha-se das sete artes liberais, conforme o legado cultural romano, e a mediação dos enciclopedistas e autores didáticos que transmitiram a cultura antiga à Idade Média, como já o pudemos verificar no capítulo III. Convém advertir, no entanto, que é preciso ter certa cautela quanto à maneira de entender o significado das *artes liberais*. Após o renascimento da filosofia no Ocidente, depois do século XII, a introdução da filosofia aristotélica no currículo e o comentário da obra de Aristóteles por Santo Tomás de Aquino durante o século XIII, os estudiosos medievais tomaram perfeita consciência do significado e do alcance da expressão *artes liberais*, como o demonstrou com sobriedade e precisão Bernard J. Mullahy, C.S.C., no seu artigo *The Nature of the Liberal Arts*. Na primeira parte da Idade Média, no entanto, não se conheceu a obra aristotélica, exceto minguada porção da lógica e, ainda, através de expositores plenos de boas intenções mas de curto fôlego, e as *artes liberales* eram entendidas simplesmente no mesmo sentido com que hoje se fala de matérias do ensino ou de disciplinas curriculares. Por conseguinte, as artes liberais eram as matérias de ensino nas escolas episcopais e monásticas. Eram sete,

tal como Marciano Capela as fixara nos *Satyricon Libri IX*, mais conhecidos pelo tema dos primeiros dois livros da obra: *As Núpcias de Filologia com Mercúrio*. O termo *Satyricon* provinha de *satura, lanx*, um prato cheio ou uma travessa de metal abarrotada de iguarias. Marciano Capela, como o vimos oportunamente, reduziu as nove disciplinas da enciclopédia de Varrão às sete artes liberais que foram matérias de ensino nas escolas monásticas e episcopais. Esse programa teve a sua formulação ainda mais simplificada nas *Origines sive Etymologiae* em vinte livros, obra redigida à volta de 600 por Santo Isidoro de Sevilha, sem se falar da magra pitança que Cassiodoro forneceu das sete artes nas suas *Instituições Divinas e Seculares*, e dos escritos lógicos e matemáticos devidos ao operoso e santo filósofo Boécio. No século IX Alcuíno compôs vários tratados sobre as artes dos quais só nos chegaram os referentes ao *trivium,* isto é, à gramática, à retórica e à dialética. O seu discípulo Rábano Mauro compôs em 819 um livro para a educação dos clérigos, o *De Clericorum Institutione,* em que ministra curtas instruções sobre as artes e publicou, também, a enciclopédia *De universo.* A obra *De Clericorum Institutione* divide-se em três livros e só no terceiro Rábano trata ligeiro das sete artes liberais a mostrar o que o clérigo deve saber dos estudos e das artes dos pagãos (1).

5. Valafrido Estrabão (Strabo), que estudou no mosteiro de Reichenau nos meados do século IX, deixou um documento do mais subido valor a respeito dos programas e da vida escolar no seu mosteiro, o *Diário de um Estudante*, cujo manuscrito foi descoberto e analisado criticamente no fim do século XIX e que Augusto Messer traduziu para o alemão e publicou na sua *História da Pedagogia.* Logo mais, destacaremos algumas das informações preciosas prestadas pelo *Diário de um Estudante* de Valafrido a respeito do ensino das artes liberais e da vida numa escola monástica externa. Uma das suas indicações é a de que monges da Inglaterra, por exemplo, vinham, como mercadores que alardeiam o mérito das suas mercadorias, oferecer-se para ensinar grego, a fim de venderem a boa sabedoria aos fregueses interessados. Ora, já sabemos perfeitamente que os monges irlandeses durante a primeira Idade Média foram os apóstolos do continente europeu e os seus mais luzidos mestres. Foi devido ao magistério dos irlandeses na Germânia que as artes liberais passaram a ser designadas como *Methodus Hybernica*, ou seja, o método irlandês. Além disso, os monges disseminaram o emprego de versos mnemônicos, a fim de facilitar a retenção da seqüência das artes. Assim: "Lingua, tropus, ratio, numerus, tonus, angulus, astra.

Gram loquitur, *Dia* vera docet, *Rhe* verba colorat,
Mu canit, *Ars* numerat, *Geo* ponderat, *Ast* colit astra."

6. O número sete era profundamente simbólico, uma vez que são sete as petições do Padre-Nosso, sete os Dons do Espírito Santo, sete os sacramentos e existem sete virtudes, sete pilares da sabedoria e sete céus. Ademais, cumpre observar que os mestres cristãos retiraram às artes liberais a sua conotação social — artes só para os homens livres — e com Cassiodoro passaram a explicar que elas são *liberais*, porque se expõem e se aprendem nos *livros* (*liber* = livro). Além das sete artes liberais que os letrados deviam conhecer, havia as sete artes mecânicas necessárias à vida social e à utilidade dos homens: as artes da tecelagem, do ferreiro, da guerra, da navegação, da agricultura, da caça e da medicina, e às quais ainda se acrescentavam as do teatro, da dança, da luta e da condução de veículos. Até mesmo os requisitos para a sagração do cavaleiro eram sete artes que constituíam o aprendizado dos jovens nobres desde a infância como pajens e na adolescência como escudeiros: equitação, esgrima, torneio, luta, corrida, salto e arremesso da lança ou noutro elenco: equitação, natação, tiro de flecha, luta, caça, xadrez e versificação. Assim como as artes mecânicas desbordaram do quadro tradicional com o progresso econômico e as transformações sociais, as artes liberais se multiplicaram e o seu âmbito ampliou-se de modo notável a partir do século XII, em conseqüência da introdução da enciclopédia aristotélica e da ciência muçulmana no Ocidente cristão, o que levou ao surgimento de novas escolas e à inserção de novas disciplinas nos programas de ensino. Desde o século X, os fatos mais notáveis nesse plano foram a projeção da dialética e da matemática.

7. A dialética começou a ser estudada com afinco na Idade Média desde o período carolíngio, quando as obras lógicas de Boécio começaram, de fato, a ser lidas e estudadas. No fim do século X, Gerberto lhe conferiu papel de relevo no ensino na escola episcopal de Reims, Fulberto cultivou-a na escola episcopal de Chartres, enquanto o seu ensino coruscava e atraía alunos na escola monástica de Bec sob o impulso e a direção dos italianos Lanfranco e Santo Anselmo. Este último, por sinal, elaborou as primeiras obras de teologia escolástica com o auxílio da lógica. Depois, no século XII, houve a consagração da lógica com os feitos notáveis de Abelardo, o "cavaleiro da dialética", que redigiu alentado manual de Dialética com os parcos recursos bibliográficos de que dispunha, mas com a sua extraordinária inteligência e acuidade mental. Abelardo assentou a sua cátedra de lógica na escola claustral dos cônegos regulares de Santa

Genoveva em Paris donde exerceu a máxima influência na propulsão dos estudos lógicos.

8. Ainda no século X intensificou-se o estudo da matemática em Liège, Lobbes e Reims principalmente. Nesse tempo Herigério em Lobbes inventou um novo ábaco — tábua de cálculos — diferente do romano usado nas escolas monásticas e episcopais, que perdurou no ensino até o século XIV. Na mesma época introduzem-se no Ocidente e vão utilizar-se no ensino os algarismos arábicos. Fere-se, então, por primeiro a luta dos *abacistas* que preferem fazer cálculos por meio do ábaco e dos *algoristas* que recorrem à pena e empregam os algarismos arábicos. Desde o século XII, ademais, cresce o saber com o ingresso no círculo cultural do Ocidente da medicina árabe, das ciências exatas e de mais noções matemáticas. Opera-se no mundo cultural cristão um verdadeiro salto qualitativo para o qual contribuíram de modo capital os *tradutores*. A esta altura, convém assinalar outro fato muito importante para a história da educação e dos currículos escolares: na Idade Média as artes liberais ou as humanidades são as matérias do ensino escolar que ajudam o homem a libertar-se da ignorância e a evitar o erro, e elas abrangem disciplinas literárias como a gramática e a retórica, filosóficas como a dialética — que foi a única representante da Filosofia no ensino durante séculos — e científicas como as quatro artes do quadrívio que se enriqueceram soberbamente, por ocasião do renascimento cultural do século XII. A educação intelectual dos jovens, portanto, era sadiamente equilibrada com o estudo das letras, das ciências e da filosofia, suavemente permeadas pelo espírito sobrenatural do Evangelho, embora alguns centros como Paris, Chartres e Orleães se especializassem mais no ensino e no cultivo de certas disciplinas. Foram os humanistas do grande Renascimento do século XV que preferiram a expressão *Humanitates* à de *Artes Liberales* e deram ênfase ao cultivo das línguas mortas da antigüidade, o grego e o latim clássico, bem como à história e à filosofia platônica em detrimento das ciências exatas e da matemática. Data, pois, do grande Renascimento dos séculos XV e XVI o excessivo enaltecimento das letras e das passadas línguas da Hélade e do Lácio em completo desacordo com a tradição escolar medieval no ensino das sete artes, das ciências e da filosofia. E, se mais não se fizera pelas ciências no fim do período medieval, isso não foi culpa nem deficiência, uma vez que o conhecimento científico depende de recursos materiais e de implementos técnicos que só no século XVII começariam a surgir. Convém, no entanto, assinalar que Galileu se serviu da luneta como Kepler, porque as lentes começaram a ser polidas no século XIII quando, tam-

bém, muçulmanos e cristãos deram impulso às investigações sobre a óptica.

9. No século XII, o cônego vitorino Hugo de São Vítor, falecido em Paris em 1141, compôs a famosa obra *Didascálicon* em que apresentou instrutiva descrição das sete artes liberais, assim como das artes mecânicas que ele incluiu, de forma inédita, no âmbito da filosofia, outro fato digno de realce. Na mesma época, o fino humanista que foi João de Salisbury fez a defesa das artes do *trivium* no seu *Metalógicon*, e ele também proporciona valiosas informações sobre as escolas, os mestres e os programas de Paris e de Chartres. No século XIII, ante o surto esplêndido das ciências e da filosofia, São Boaventura redigiu com boa e piedosa intenção a sua Redução das Artes à Teologia, *De reductione artium ad theologiam*, em que se pode discernir a convicção aceitável de que a ciência sagrada sobrepaira as demais pela sua dignidade, mas que não se pode admitir como a redução convincente das ciências profanas e racionais à sabedoria sagrada e sobrenatural, pois não convém confundir as ordens do saber, distintas pela sua própria natureza.

10. Marciano Capela foi, de fato, quem apresentou e ilustrou a concepção das sete artes liberais para os estudiosos da Idade Média. A descrição que ele fez de cada uma das artes inspirou os artistas e serviu para a decoração das catedrais e para o embelezamento dos manuscritos. A *Gramática* é uma matrona que viveu quase a vida inteira na Ática e se apresenta revestida de manto romano trazendo nas mãos um estojo de marfim com tinta, penas e tabuinhas, a férula para castigar os maus alunos e, ainda, um escalpelo para corrigir na língua e nos dentes os vícios da linguagem e mais uma lima dividida em oito partes por riscos doirados, símbolos das divisões do discurso. A *Dialética*, de rosto esperto e bela cabeleira, tem na mão esquerda uma serpente meio oculta pelo vestido e, na direita, uma tabuinha de cera e um anzol. A *Retórica*, a virgem mais imponente e bela, armada como um guerreiro, marcha ao som das trombetas. A *Geometria* é linda mulher cujo vestido ostenta as formas e os movimentos dos astros, bem como a sombra da terra no céu. Ela traz na mão direita um compasso (*radius*) e, na esquerda, uma esfera. A *Aritmética* apresenta-se com a cabeça resplandecente, a sua roupa traz representações dos seres da natureza e os seus dedos agitam-se como vermes inquietos. A *Astronomia* aparece num globo de fogo, coroada de estrelas, com asas doiradas e penas de cristal. Numa das mãos segura um instrumento brilhante e, na outra, um livro em que se vêem os caminhos dos deuses e os cursos dos astros. Por fim, surge a *Harmonia* ou *Música* com a sonora cabeça coberta

por folhas de ouro coruscante e revestida de lâminas que retiniam ao menor movimento, de modo que ela é melodiosa da cabeça aos pés. Entre tantos passos curiosos e instrutivos da obra de Marciano Capela vale ressaltar os louvores da Aritmética ao número sete, símbolo de Minerva, pois sete são os círculos e os planetas, as misturas dos elementos, os orifícios da cabeça que são órgãos dos sentidos e os membros vitais do corpo: língua, coração, pulmão, baço, fígado e os dois rins. Além disso, a primeira parte do Livro VI dos *Satyricon Libri IX* constitui um tratado de geografia.

11. No estudo da gramática usava-se o texto de Élio Donato (cerca de 350 d.C.) e o tratado de Prisciano (séc. VI d.C.). Serviam de livros de leitura obras interessantes e fáceis como as *Fábulas* de Aviano e os *Disticha Catonis*, coleção de sentenças morais provenientes de Comodiano, cristão africano, mas atribuídas a Catão, o Velho (*Censorius*, o Censor). Os capítulos começam por trechos poéticos, pois os versos podiam ser gravados com mais facilidade e ajudavam também à pronúncia exata das palavras. Liam-se, ainda, as obras de Virgílio e Ovídio e na prosa Tito Lívio, Suetônio, Orósio, Sêneca e Cícero. Como faltavam livros — não havia imprensa — os professores ditavam o texto aos alunos, comentavam-nos, os passos seletos eram decorados e as regras de gramática e retórica eram aplicadas nos exercícios escritos e nos debates. O exercício em prosa era o *dictamen prosaicum* e o exercício em versos, o *dictamen metricum*. O curso de gramática era o mais longo e, de regra, durava quatro anos. A retórica, evidentemente, não podia mais ser ensinada como na antigüidade, pois perdera a sua importância social e profissional. Ensinava-se durante a Idade Média através de exercícios de redação — *dictamen prosaicum* — acompanhados pelo aprendizado de noções de direito e de composição de cartas, uma vez que os barões analfabetos precisavam de um clérigo instruído que desempenhasse o papel de secretário e conselheiro (2).

12. Na primeira parte da Idade Média o ensino da dialética foi muito minguado e anêmico. Usavam-se as obras de Boécio, Cassiodoro, Marciano Capela, Apuleio e alguns escritos lógicos de Aristóteles traduzidos por Boécio (3). O estudo teórico era completado pelos exercícios práticos, os debates, geralmente sobre assuntos teológicos. Além desses estudos *sermocinais*, na primeira parte da Idade Média os adolescentes estudavam canto e adquiriam algumas noções de matemática e ciências. Eles aprendiam a fazer contas e calculavam servindo-se dos dedos e do ábaco. Dava-se atenção ao sentido místico dos números, segundo a arcaica concepção pitagórica que ajudaria a entender melhor certos passos bíblicos. Ademais, o calen-

dário eclesiástico requeria conhecimentos astronômicos, para que se pudesse determinar exatamente a data da Páscoa. Ao ensino da astronomia juntavam-se algumas noções de cosmografia. Estudava-se geometria geralmente pelo Livro VI da obra de Marciano Capela e, a partir do fim do século X, pela *Geometria* de Boécio. Foi, também, a obra boeciana *De musica* que serviu de base para o estudo da teoria musical. No curso de geometria estudava-se, ainda, como já dissemos, a geografia com a utilização dos escritos de Marciano Capela, Júlio Solinus (início do séc. IV d.C.), de mapas antigos e de excursões pelo campo. Em algumas escolas cultivavam-se as ciências naturais e recorria-se às obras de Santo Isidoro de Sevilha, ao *De universo* de Rábano Mauro e ao *Phisiologus*, obra procedente da antigüidade. O ensino da religião começava desde o nível elementar com o aprendizado das orações do Pater, do Credo, dos Salmos, e prosseguia com o estudo das Atas dos concílios, as obras dos Santos Padres, e culminava com o estudo e a meditação profunda da Sagrada Escritura.

13. No século VI Boécio denominou as *artes reales*, matemática e ciências, que se referiam às coisas, *res* — donde *reales* — de *quadrivium* que, mais tarde, se grafou *quadruvium* (4). Alcuíno empregou o termo *trivium* para nomear as artes *sermocinais* — de *sermo*, palavra — e *quadrivium* para as artes reais. A ele ou à sua escola atribuiu-se o comentário a Horácio, *Scholia Vindobonensia ad Horatii artem poeticam*, no qual parece ocorrer o mais antigo exemplo do termo *trivium* junto com a expressão *quadruvium*. Pio Rajna conclui que a divisão das sete artes liberais em trívio e quadrívio já começara a ser usada no começo do século IX. Ela não parece ser mais antiga do que as *Etimologias* de Santo Isidoro e tudo indica que teria sido introduzida, com efeito, por Alcuíno com o objetivo de dividir os livros escolares de diferentes disciplinas (5).

14. Não existe melhor ilustração sobre o andamento de uma escola monástica, sobre o conteúdo do ensino das artes liberais e de outras disciplinas, sobre os livros escolares e os processos didáticos, que o *Diário de um Estudante*, de Valafrido Estrabão, na escola externa da abadia de Reichenau. Nenhum resumo ou paráfrase dessa obra consegue substituir a leitura do texto deveras precioso, e um documento único sobre a vida escolar no primeiro quartel do século IX, durante o reinado de Luís, o Piedoso. Não podemos transcrevê-lo nem destacar as múltiplas informações de profundo significado para o nosso estudo, mas vamos realçar alguns passos muito elucidativos desse opúsculo que vem inserto na *História da Pedagogia* de Messer (6). Segundo Valafrido, antes do curso das artes liberais,

os meninos aprendiam a ler. Eram todos da mesma idade, e *vornehmen wie geringen Standes*, de classe nobre e plebéia. Atente-se para o pormenor. Os seus colegas eram nobres e plebeus. O *gering* estudava ao lado do filho do conde ou do aristocrata, *vornehm*, e todos aprendiam a ler em livros latinos e em obras escritas em alemão: *Darauf bekam ich ein deutsches Büchlein,* depois disso recebi um livrinho em alemão. No outono havia férias, passeios e divertimentos. Durante o inverno os alunos dedicavam-se ao aprendizado da escrita e na primavera do ano 816, com dez anos de idade, Valafrido passou a estudar com magister Gerald, o professor de gramática. Vamos agora citar os eventos mais salientes, de acordo com a seqüência dos anos escolares. *Ano 816*. Os alunos mais adiantados só conversam em latim fora das horas de recreio e aos principiantes é facultado o uso do alemão. O estudo inicial da gramática de Donato era feito sob a orientação de um colega mais adiantado. No período vespertino, tratava-se de aplicar as regras aprendidas de cor pela manhã. De noite, ouvia-se a leitura de uma passagem de história bíblica a ser cobrada pelo mestre na manhã seguinte. A escola estava situada em edifício próprio e entre ela e o mosteiro erguia-se a magnífica catedral. Quando esta foi consagrada, a festa contou com esplêndido coral que nos dá idéia da freqüência da escola: cem educandos, *zöglinge*, da escola interna e quatrocentos, da externa.

15. *Ano 817*. Valafrido passou ao estudo da segunda parte da gramática e começou a leitura gradual do Saltério. *Em 818*, exames sobre a matéria estudada anteriormente e leitura das obras de Alcuíno, dos *Dísticos* de Catão e da *Métrica* de São Beda. Em *819,* Valafrido recebeu a incumbência de instruir os novos alunos, a fim de completar os seus estudos de gramática. O seu mestre, por sua vez, explicou as figuras da linguagem na Sagrada Escritura e nas obras poéticas de Estácio e Lucano. Quem não tinha vocação para o ensino dedicava-se à cópia de trechos das gramáticas de Prisciano, Mário Vitorino e Cassiodoro ou compunha frases em alemão sobre temas da vida diária ou da Bíblia. Vinha então a recapitulação da gramática, antes de os 32 alunos passarem à classe de retórica. Todavia, alguns jovens nobres, *Adelige*, voltavam para casa ou eram retirados da escola por seus pais, a fim de serem instruídos nas artes cavaleirescas que não recebiam atenção alguma na escola monástica. Isso indica que os anos de gramática perfaziam um vero curso de letras e de cultura geral. *Em 820*, começou o estudo da retórica nas obras de Cassiodoro, Cícero e Quintiliano com muitos exercícios de redação, e o estudo da história no *Martirológio*, na *Crônica* de São Beda, e nas de Eusébio de Cesaréia, São Jerônimo, Próspero, Cassiodoro, Jordão e Melito, nas obras de Salústio e Tito

Lívio, ao mesmo tempo que se lia o *Diálogo*, de Alcuíno, *entre a Retórica e as Virtudes*. Havia, ademais, comentário de trechos da *Eneida* de Virgílio, das obras de Prudêncio e Fortunato e composição de poemas latinos. *Em 821*, começou o estudo da *dialética* nas obras de Alcuíno, Cassiodoro, Porfírio, Boécio e São Beda. Prosseguiu-se na leitura dos poetas e no estudo da história e havia prova semanal. Os alunos que não apreciassem a lógica estudavam o direito nos códigos de Teodósio, e dos francos sálios e ripuários. *No ano 822* houve exercícios orais e escritos de retórica e de dialética e composição poética em alemão, pois Carlos Magno insistira muito com o abade Hato, para que se desse importância à língua alemã, *der deutschen Sprache*. Por fim, chegaram os exames. *Em 822*, procedeu-se ao estudo da aritmética nas obras de Boécio e São Beda e de cronologia bíblica e eclesiástica e, antes de iniciarem o curso de geometria, muitos condiscípulos de Valafrido abstiveram-se dos cálculos e separaram-se da turma para se dedicarem ao estudo da medicina, das ciências jurídicas ou das artes da pintura e da escultura que se aprendiam com Irmãos em outra ala do mosteiro. Quem queria, no entanto, estudar farmácia ia ter com Dom Richram que tinha casa própria junto da abadia e onde cultivava *Heilkräuter*, ervas medicinais, preparava bálsamos e poções e, com o auxílio de outros Irmãos, atendia aos doentes.

16. *No ano 823*, vinte alunos prosseguiram no estudo da geometria em obras de Boécio, assim como no da geografia através do *Itinerário* de Antonius, na *Cosmografia de Ethicus* (sic) e nos escritos de São Beda e Santo Isidoro, sobre manusearem mapas e traçarem desenhos e figuras na areia do campo dos jogos e efetuarem exercícios de agrimensura. *Em 824*, iniciou-se o estudo da música nos livros de Boécio e São Beda e o aprendizado de algum instrumento tal como o órgão, a harpa, a flauta, a trompa, a cítara ou a lira de três cordas. Com o erudito Dom Wetino aplicou-se Valafrido ao estudo do grego, estudou a gramática de Dositeu e leu a *Ilíada* de Homero num manuscrito adquirido em Aqüisgrana *von einem Griechen aus Konstantinopel*, de um grego de Constantinopla. *No ano 825*, finalmente, completou-se o estudo das artes liberais com o curso de astronomia baseado nas obras de Boécio e de São Beda. Aí temos, pois, valiosa cópia de dados sobre o conteúdo das sete artes liberais e sobre os processos de ensino na escola monástica da abadia de Reichenau no primeiro quartel do século IX e o *Diário de um Estudante* de Valafrido é a voz de um escolar que ainda ressoa fresca, juvenil e ardente lá do remoto ambiente beneditino no tempo de Luís, o Piedoso.

17. Peter Vossen escreveu um notável comentário ao opúsculo poético de Walther von Speyer, *Libellus Scolasticus*, relatório escolar do ano 984 concernente à escola episcopal de Speyer. Evidentemente, o *Libellus Scolasticus* em versos é muito menos informativo que o Diário de Valafrido em boa prosa e escrito mais de um século antes, mas ele também proporciona dados valiosos a respeito de uma escola episcopal do fim do século X. Valter de Speyer refere-se em versos e metáforas ao aprendizado do alfabeto, do canto dos salmos e da gramática: *Grammaticis opibus me tertius applicat annus*, da dialética, da retórica, da aritmética, *rithmica summarum*, da geometria, da música e da astronomia, *quinque parallelos Urania complicat orbes* (7).

18. Através de vários documentos, neste e nos capítulos anteriores, pudemos verificar a gradual aculturação dos povos germânicos do Ocidente e a recuperação da cultura antiga em níveis cada vez mais altos em relação ao que tivera nas épocas de decadência posteriores às guerras e às invasões, embora os estudos e as letras nunca se tenham eclipsado totalmente no mundo ocidental. Essa situação da Idade Média Latina não se pode comparar à do Império Bizantino no mesmo período, uma vez que este herdou, cruzou, assimilou e desenvolveu a cultura antiga grega e oriental sem solução de continuidade, apesar de épocas de atonia cultural, tanto que o famoso bizantinista Louis Bréhier observou que, segundo os cronistas do século IX, a ignorância reinou no império no século VIII até que Teófilo descobriu Leão, o Matemático, que ele fez diretor da escola estabelecida na igreja dos Quarenta Santos e, depois, no palácio de Magnaura (8).

19. Enquanto os povos cristãos do Ocidente e os novos invasores convertidos à fé cristã faziam os seus séculos de aprendizagem do Evangelho e da cultura clássica durante o período carolíngio e o século de ferro, os muçulmanos estabilizados no Oriente, na África e na Península Ibérica entraram em contato direto com o creme da cultura antiga, assimilando o saber clássico dos gregos, dos egípcios e dos persas e beneficiando-se, ainda, das realizações culturais bizantinas. Os seus chefes, os sultões, usaram de política habilíssima, favoreceram os estudos, as ciências e as artes; concederam honras e promoções aos sábios convertidos à religião muçulmana, de tal modo que os povos islâmicos, em pouco tempo, atingiram alto grau de desenvolvimento científico, técnico e econômico, o que ensejou o surgimento de nova e esplendorosa civilização. Como tivemos a oportunidade de ressaltar em livro anterior, a Síria exerceu papel de capital importância na transmissão do saber antigo aos muçulmanos:

"A partir do século IV, foram traduzidos para o siríaco obras filosóficas, médicas, matemáticas e geográficas. Entre os anos de 750 e 850, os estudiosos sírios traduziram para o árabe as obras que durante duzentos anos haviam sido vertidas do grego para o siríaco. Essas traduções do siríaco para o árabe foram o resultado do trabalho espetacular dos sábios cristãos da Síria. Muitos deles viviam como médicos, diz Munk, na corte dos califas, e indicavam aos árabes os livros que lhes pudessem ser de interesse" (9). Dois são os fatos mais salientes no surto cultural dos muçulmanos. Primeiro, eles revelaram notável poder de assimilação do patrimônio cultural helenístico e, segundo, deveram a oportunidade de tal assimilação e do encontro com o legado do saber antigo aos cristãos, notadamente aos sírios, de modo que no século XII, quando se deu o renascimento científico e filosófico do Ocidente, os cristãos receberam com juros o patrimônio transmitido anteriormente aos árabes. No período carolíngio, floresceram no Islão os pensadores de Bagdá: Al Kindi, falecido em 873; Al Farabi, que morreu em 949 ou 950, e o grande filósofo e médico persa Ibn Sina ou Avicena, que nasceu em 980 e viveu até 1037. Avicena escreveu obras médicas, grandes paráfrases de Aristóteles e uma notável enciclopédia filosófico-científica de cunho aristotélico e neoplatônico. Foi para divulgar a sua doutrina psicológica sobre o intelecto que Ibn Tufail compôs a curiosíssima novela pedagógica *O Filósofo Autodidata* em que descreve a vida de um super-Robinson Crusoe aviceniano, nascido por geração espontânea ou filho de princesa, enjeitado como Moisés e que aportou a uma ilha onde cresceu, viveu, pensou e aprendeu o que os maiores sábios em grandes centros de estudo jamais conseguiriam saber. No século XII viveu na Espanha o maior filósofo muçulmano, o pensador de Córdova Ibn Rosch, Averróis (1126-1198) que, junto com Avicena, tanto influenciou os escolásticos cristãos. Aliás, convém lembrar que o texto fundamental de matemática *Cálculo de integração e equação*, usado nas universidades européias até o século XVI e que introduziu no Ocidente a palavra álgebra, era de autoria do famoso matemático Al-Khwarizmi ou Muhammand ibn Musá (780-850).

20. Os muçulmanos patrocinaram atiladamente a fundação de escolas em seus domínios. A educação centralizava-se no elemento religioso do Alcorão. Em muitas escolas ministrava-se o ensino da ortografia, da gramática, da poesia e da redação, embora algumas se restringissem apenas à doutrina religiosa. O ensino superior constava de estudos de direito, gramática, literatura, retórica, ciências e filosofia, mas o centro continuava a ser o Alcorão e as *Seis Coleções de Tradições* referentes a Maomé. Embora fossem numerosos os mestres

particulares que lecionavam gratuitamente, o ensino era dado nas *madrasas* ou colégios do Cairo, Damasco, Bagdá, Ispahán, Fez, Kairuán e Córdova e, depois, nas escolas superiores das mesquitas. Cumpre lembrar, no entanto, que no próprio século de ferro, os moçárabes levaram as suas escolas ao máximo esplendor em Córdova no ensino da teologia, da gramática e da poesia, escolas e ensino que aí prosperavam antes do surto das escolas muçulmanas.

21. Como já observamos anteriormente, a educação dos leigos nobres realizou-se na Idade Média através do aprendizado das artes cavaleirescas. Podemos esclarecer, no entanto, que a formação completa do nobre, segundo o ideal da cavalaria, só ocorrerá após o primeiro milênio da era cristã, para atingir o seu ápice nos séculos XII e XIII. Só então, pode considerar-se firmado o ideal cristão da cavalaria e o refinamento de maneiras dos melhores guerreiros, graças à difusão da lírica trovadoresca, da elegância e do amor cortês, do gosto poético e musical que se irradiaram da Provença e da França, enfim, por toda a Europa. É aí que no século XIII surge o mais perfeito elucidário dos deveres impostos pelo ideal da cavalaria na obra de Raimundo Lúlio, *O Livro de Cavalaria*. Além do carinho respeitoso pelas mulheres, do acatamento para com o clero, da sua missão de protetor dos pobres, o cavaleiro, sobre ser um valoroso soldado, deveria refulgir pelo espírito de fé, pela prática das virtudes e pela sincera piedade para com Deus. Nunca se deve deixar de ter em mente sobre esse assunto que uma coisa é o ideal altaneiro e outra, bem diferente, a realidade quotidiana. Carlos Magno e os seus sucessores legislaram com a melhor intenção sobre a fundação de escolas e a renovação dos estudos, mas houve uma distância imensa entre as Capitulares e o que foi feito ou estabelecido efetivamente. A Igreja Católica, por sua vez, propõe sempre a doutrina evangélica e a imitação de Cristo aos fiéis, mas os santos são raros, "*rari nantes in gurgite vasto*". Os membros de outras religiões cristãs carregam a Bíblia de um lado para outro e vivem a recitar versículos, mas a sua conduta, freqüentemente, discorda mais da Escritura que o sim do não. Por isso, não é de estranhar que a maioria dos cavaleiros não correspondesse ao modelo e às aspirações propostos por um São Raimundo Lúlio e que muitos não passassem, como reza antiga modinha popular, de "refinados gaviões". Mas havia um ideal do cavaleiro, tal como existe o do santo, do sábio, do artista e do cidadão exemplar. No tempo de Carlos Magno o súbito refinamento de maneiras na Academia Palatina não chegava a seduzir velhos guerreiros acostumados apenas à violência, aos urros e à bebedeira. Assim, no círculo cortesão de Carlos Magno aparece entre os convivas que escutam com enlevo os versos de Teodulfo o "membrosus

Wibodus heros", o alentado guerreiro Wibodo que sacode a cabeçorra com ar ameaçador e feroz e que, ao ser censurado pelo rei, se afasta capengando, "Vulcano no andar, Júpiter pela voz". Pois bem, apesar dos desprimores da condição humana, procedia-se com empenho à educação do cavaleiro. Dos sete aos quatorze anos o menino nobre era pajem educado por distinta matrona e virtuoso e instruído monge ou clérigo. Dos quatorze aos vinte e um anos ele se tornava escudeiro, auxiliar do senhor e exercitava-se nas armas, nos combates e nos divertimentos. Aos vinte e um anos fazia a solene vigília de armas, participava da Santa Missa, recebia os sacramentos, jurava fidelidade ao seu suzerano e era sagrado cavaleiro em meio a solene cerimonial.

22. Na primeira parte da Idade Média os nobres recebiam a educação tradicional do seu povo já influenciada pela doutrina cristã e pelos fermentos clássicos da educação romana no período da decadência. Apesar de predominar fortemente a grosseria do bárbaro e a empáfia do soldado analfabeto, houve leigos nobres instruídos, particularmente na Itália, no reino franco no período carolíngio, na Grã-Bretanha desde o século VIII, na Germânia, na Flandres, na Itália e na Inglaterra a partir do século X, como o demonstrou sobejamente James Westfall Thompson em sua tese *The Literacy of the Laity in the Middle Ages*. Um traço saliente da instrução dos nobres e dos leigos foi a composição dos "Espelhos dos Príncipes", obra de educação moral e religiosa. Através desses "Espelhos", a Igreja cuidava de formar moralmente os governantes, recomendando-lhes a prática da justiça e o exercício das virtudes cristãs. Schnürer diz ver nesses escritos os inícios da literatura política da Idade Média. O abade Smaragdo, provavelmente irlandês, do mosteiro Saint-Mihiel-s-Meuse conta para Carlos Magno as virtudes dos reis do Antigo Testamento na sua obra *Via Regia*. Jonas, bispo de Orleães de 818 a 843, dedicou ao rei Pepino da Aquitânia, em 834, o seu Espelho de Paz, *De institutione regia*, em que enaltece o sentido cristão da realeza e enumera os direitos e os deveres dos reis. Noutra obra, a *De institutione laicali* ou *Espelho Leigo*, dedicada ao conde Matfredo de Orleães sobre os deveres morais das pessoas casadas, Jonas ensina aos senhores que não devem ambicionar os bens da Igreja particular localizada nos seus domínios.

23. O irlandês Sedulius Scottus, de Liège, dedicou provavelmente ao rei da Lotaríngia, Lotário II, o seu Espelho dos Príncipes, *De rectoribus christianis*, composto entre 855 e 859. Sedúlio esboça as figuras do bom e do mau rei e ensina que o governo de um rei justo se assenta nos oito pilares da verdade, da perseverança, liberalidade,

palavra afável, amizade com os bons, a diminuição dos impostos, a eqüidade nos juízos entre os ricos e os pobres, e o castigo dos maus. Como se vê, trata-se de um excelente espelho em que os governantes atuais poderiam mirar-se e instruir-se com muito proveito para o desempenho das suas tarefas em prol do bem comum. Foi às instâncias do rei Carlos, o Calvo, que Hincmar de Reims redigiu o Espelho *Da pessoa e das funções reais*, tendo organizado sobre o tema uma compilação dos ensinamentos dos Padres da Igreja. Ermoldo, o Negro, que compusera no exílio um poema épico em honra de Luís, o Piedoso, *In honorem Hludowici Christianissimi Caesaris Augusti Ermoldi Nigelli exulis elegiacum Carmen*, dedicou a Pepino, rei da Aquitânia, preciosos conselhos no gênero dos Espelhos. Depois de lhe elogiar as qualidades físicas, Ermoldo exorta Pepino a cuidar dos deveres do soberano e a não se deixar absorver só pelos prazeres da caça. Recomenda-lhe, outrossim, viver segundo a sabedoria dos antigos romanos, o amor e a justiça, procurar sobretudo o reino celeste e proteger a Igreja (11).

24. Não resta a menor dúvida, todavia, de que o mais perfeito Espelho da primeira Idade Média foi o *Manual de Dhuoda,* e isso demonstra que as mulheres podiam igualar-se aos homens e aos clérigos mais instruídos e, por vezes, até mesmo superá-los. A nobre senhora Dhuoda começou a escrever um manual de alto valor educativo para o seu filho Guilherme, a 30 de novembro de 841, e terminou-o a 2 de fevereiro de 843. O livro compõe-se de 81 capítulos divididos em onze partes na edição crítica feita por Pierre Riché. Na primeira parte Dhuoda fala da sublimidade de Deus e do seu amor. Na segunda discorre sobre o mistério da Santíssima Trindade, sobre as virtudes teologais e a oração. Na terceira expõe a moral social; na quarta trata dos vícios e das virtudes e nisso o *Manual* se assemelha aos *Espelhos* escritos por Alcuíno, Paulino de Aquiléia, Jonas de Orleães e Hincmar. Na quinta parte Dhuoda descreve as tribulações humanas; na sexta aponta ao filho o caminho da perfeição através dos sete dons do Espírito Santo e das oito beatitudes; na sétima fala do nascimento e da morte carnal e espiritual; na oitava apresenta as intenções pelas quais Guilherme deve rezar; na nona Dhuoda disserta sobre a aritmologia sagrada; na décima alude à vida de Guilherme e da sua família e, por fim, na décima primeira ensina ao filho o modo de cantar os salmos. Como diz Riché, no seu estudo introdutório, o *Manual* é muito diferente dos *Espelhos* escritos por clérigos na mesma época. É, na verdade, o livro do perfeito aristocrata (11). O *Manual* de Dhuoda é a obra mais original da pedagogia no período carolíngio e no seu gênero é única na primeira parte da Idade Média. No *Manual* a fidelidade a Deus, aos pais e ao rei

é engrandecida e recomendada e Dhuoda assenta a educação nas profundas convicções religiosas para ajudar o filho a ser um homem de bem e um cristão esclarecido e coerente (12).

25. Pierre Riché num artigo interessante sobre a instrução dos leigos do IX ao XII século procurou esclarecer três pontos e, ao que me parece, com êxito diferente. Primeiro, ele indica que o melhor modo de conhecer a instrução dos leigos entre o século IX e o XII é o exame das assinaturas autógrafas de documentos oficiais, diplomas e Cartas (títulos de cartório), e ele verificou que a civilização da escrita predominou no sul da França, na Espanha e na Itália e que entre as assinaturas dos documentos cartorários não se acham apenas os nomes de aristocratas como, também, os de artesãos e cambistas. Com base nas vidas de santos e nos cartulários, Riché conclui que a instrução elementar dos leigos de condição média não foi negligenciada, que a tradição do ensino particular sempre foi viva e atuante e que as crianças recebiam a primeira instrução dos próprios pais ou de preceptores particulares, quando a família não as enviava para uma escola monástica, embora com o receio de que pudessem vir a ser atraídas pelo ideal monástico da vida. A segunda questão investigada por Riché, sem êxito me parece, refere-se às "escolas leigas" da Itália. Às inferências no rumo de resposta positiva, feitas por Giesebrecht, Salvioli, Manacorda, Solmi e Bezzola, ele contrapõe a hipótese de que os únicos mestres do período teriam sido clérigos e monges. A tese dos autores que defendem a existência das escolas leigas na Itália, ao lado das clericais e monásticas, é mais aceitável pois, como temos visto em capítulos anteriores, a tradição clássica e escolar antiga nunca desapareceu por completo na Itália e, o que me parece um argumento ponderabilíssimo, foi exatamente na Itália, mantenedora das antigas tradições escolares e em contínua relação com a cultura bizantina, que surgiram no século XI as escolas de caráter prático, de mestres leigos de gramática, de *ars dictaminis* e de retórica, que levariam ao estudo das leis com o renascimento do direito romano durante o século XII. E a primeira Faculdade cronologicamente na universidade medieval foi precisamente a de Bolonha, a escola de direito, e a faculdade mais laical da universidade na Idade Média. Por fim, Riché termina as suas investigações a examinar a diferença entre *laicus* e *illiteratus*. O clérigo é pessoa que pertence à hierarquia eclesiástica, enquanto o leigo é o cristão comum e filho da santa Igreja desde o batismo. O *litteratus* é a pessoa instruída na língua latina. Por isso, clérigo ou leigo podia ser *litteratus*, desde que soubesse latim. E podiam ser *illiterati*, sem serem ignorantes ou analfabetos, como a mãe de Guibert de Nogent, *illiterata,* que não sabia latim, mas ensinara seu filho a ler. Riché

concluí o seu artigo a reconhecer que o desejo de cultura semelhante à dos clérigos não foi privilégio dos aristocratas, mas característica dos leigos de classe mais modesta e que também aspiraram à instrução e a receberam dos clérigos.

26. Em qualquer época a peça de resistência das escolas é a biblioteca. Esse termo de origem grega, *Bibliothêkê,* significava de início a loja onde se vendiam livros, mas a partir do *Brucheion*, a grande biblioteca de Alexandria, o termo passou a significar coleção de livros. Na idade Média a biblioteca era chamada de *armarium, scrinium, libraria arca* e, segundo Léon Maître, o termo *armarium* era o mais usual para designar o lugar em que se guardavam os livros. Em apêndice à sua obra *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités,* Maître faz um bosquejo das bibliotecas monásticas do século IX ao XIII. Na famosa abadia de São Galo (Saint-Gall), grande centro escolar, o catálogo só contém obras de interesse escolar. No século VIII damos com as obras de Donato, Prisciano, São Beda, Hipócrates, Galeno, etc. No século IX, com as obras de Apuleio, Plínio, Boécio, Cassiodoro, Santo Isidoro, Alcuíno, Rábano Mauro, Flávio Josefo, vários códigos e outros livros. No século X aparecem comentários sobre as *Categorias* de Aristóteles, clássicos como Pérsio, Ovídio, Lucano, Juvenal, Sêneca, Cícero, e ainda dicionários e outras obras. No século XI predominam obras lógicas de Aristóteles e Boécio e traduções alemãs de Aristóteles, *Theotisca translatio Organi Aristotelis,* da *Consolação da Filosofia* de Boécio, e clássicos como Horácio, Lucano e Salústio. No século XII aparecem os poemas de Claudiano.

27. Na biblioteca da abadia de Saint-Riquier havia no século IX duzentos e cinqüenta volumes com as obras dos Santos Padres e mais obras de literatura clássica, história, direito, etc. Na biblioteca de Corbie o catálogo registra um dicionário greco-latino do século VIII ou IX, a obra completa de Virgílio e manuscritos anteriores a 1200, de autores clássicos antigos e medievais, cobrem as áreas das artes liberais, inclusive as do direito e da medicina. Já no século VIII Alcuíno descreve num poema, *Versus de sanctis Euboricensis Ecclesiae,* a biblioteca da catedral de York cujo cuidado lhe fora confiado pelo arcebispo resignatário Alberto a quem sucedeu Eanbaldus. A Alcuíno coube a esfera da sabedoria, a escola, a cátedra de mestre, os livros. . .

"Huic sophiae specimen, studium sedemque, librosque,
(Undique quos clarus collegerat ante magister)."

Começa, então, a apresentação do catálogo da biblioteca. Diz Alcuíno que aí se acham os vestígios dos antigos Padres da Igreja, o

legado greco-romano e o que o povo hebraico bebera da fonte superna *hebraicus vel quod populus bibit imbre supernus,* e o que a África espargiu com lâmpada fulgente. Pode verificar-se pelo relato versificado de Alcuíno que a biblioteca da catedral de York estava bem apetrechada à volta do ano 776, como se colhe dos nomes dos autores dos quais destacamos os de Jerônimo, Hilário, Ambrósio, Agostinho, Atanásio, Gregório Magno, Basílio, João Crisóstomo e outros Padres da Igreja, Boécio, Plínio, Aristóteles, Cícero, Virgílio, Estácio, Lucano, Donato, Prisciano, etc., e ainda muitos outros que não são enumerados, *invenis alios perplures, lector*... (19).

28. Havia muita disparidade nos acervos das bibliotecas monásticas e episcopais. Quando uma sede episcopal ou uma abadia eram dirigidas por um homem sábio, letrado e dinâmico, a biblioteca enriquecia-se, como ocorreu em York. Quando um mosteiro possuía escola, a biblioteca do mosteiro ampliava-se por força dos estudos e até se constituía biblioteca especial para os alunos. Havia, porém, mosteiros pobres e com poucos livros, só os estritamente necessários, como aconteceu na Lusitânia na época difícil dos suevos e da ocupação muçulmana. Segundo Frei José Mattoso, os monges dispunham da Bíblia, de obras dos Santos Padres, de algumas obras históricas e canônicas. No mosteiro de Leça, por exemplo, havia um exemplar das *Etimologias* de Santo Isidoro, mas sempre nas outras casas religiosas tudo era muito escasso e muito pobre, "magros vestígios que através dos séculos são na sua humildade o sinal da luta pela sobrevivência do espírito num meio e numa época em que a defesa da própria vida era mais urgente" (14). Thomson analisa em erudito artigo a situação da biblioteca da abadia de Santo Edmundo de Bury nos séculos XI e XII e nota que até 1080 ela era pequena e acanhada, mas com o advento de um abade ilustrado, Anselmo (1121-1148), ela se transformou e enriqueceu com as coleções de autores clássicos e patrísticos, comparável às grandes bibliotecas de Cantuária, Clúnia e Corbie. Apesar da sua atualização com a aquisição de modernas obras bíblicas e teológicas, o seu objetivo era o estudo contemplativo da Sagrada Escritura. As obras de dialética não gozavam de popularidade, embora houvesse interesse, pela poesia, pela história e por obras jurídicas e médicas (15).

29. Como já tivemos a oportunidade de assinalar, os monges dedicavam-se no *scriptorium* à cópia e à reprodução dos preciosos manuscritos, assim como à publicação de obras de escritores da casa ou de quem lhes confiasse a tarefa da edição. É este o momento de esclarecermos uma questão à qual se alude de vez em quando com malícia, quando se faz referência ao *plágio* entre os autores me-

dievais. Antes de tudo, convém saber e proclamar que o plágio é tão antigo quanto a escrita, e é processo muito em voga entre os plumitivos atuais. Na sua grande obra sobre Santo Isidoro de Sevilha menciona Jacques Fontaine a freqüência das citações e de segunda mão e sem indicação do autor, feitas pelo famoso autor das *Etimologias* (16). São Beda, no entanto, era escrupuloso quanto à citação das fontes. Veja-se o que ele diz sobre o assunto no prólogo do seu comentário sobre o Evangelho de São Lucas (17). O que acontece, e quase todos ignoram, é que os editores modernos não têm tido o cuidado de transcrever as notas marginais que se acham nos manuscritos (18). Sem embargo disso, havia cópias voluntárias e involuntárias e casos de plágio deliberado mas, como observa De Ghellinck S.J., a propriedade literária não era respeitada, máxime quando se tratava de *quaestiones* anônimas. Muitos mestres apropriavam-se do que liam, tanto que no caso dos glosadores não é fácil identificar os mútuos empréstimos e quer nesse domínio quer nos da teologia dogmática, do direito canônico, da pregação, havia quanto à propriedade literária "uma sem-cerimônia desconcertante para os modernos" (19). Finalmente, vale a pena saber o que ensina Moses Hadas sobre a antigüidade clássica do plágio, ao referir as queixas de Aristófanes e Isócrates contra os seus plagiadores e ao analisar tal fenômeno entre os letrados do período helenístico (20).

30. Se considerarmos agora a consciência pedagógica da primeira parte da Idade Média, poderemos verificar, à luz de tudo quanto havemos estudado até este momento, que os educadores medievais prolongaram e completaram as concepções pedagógicas dos Santos Padres exaradas no fim do mundo antigo, mas lhes aperfeiçoaram a herança com estabelecerem novas instituições adequadas aos seus objetivos religiosos e culturais. Vale a pena evocar o ensinamento de Otto Willmann, quando compara as primitivas instituições educacionais dos cristãos com as instituições docentes da antigüidade clássica. *Lehranstalten des klassischen Altertums, zeigen die altchristlichen,* de que se distinguem por três notas típicas: as instituições cristãs não são apenas agências de instrução, mas estabelecimentos educacionais, *Erziehungsanstalten,* algo totalmente estranho ao sistema escolar greco-romano. Em segundo lugar, no mundo antigo os alunos estudavam diferentes disciplinas com vários mestres em distintos locais de ensino particular, enquanto os cristãos ministravam tal ensino num estabelecimento conveniente com os vários mestres irmanados pelo mesmo ideal religioso e organizavam o currículo sob a luz e a inspiração da instrução religiosa, *religiösen Unterweisung.* Finalmente, enquanto instituições da Igreja Católica, as

escolas têm o caráter de estabelecimentos públicos, *öffentlicher Charakter,* ao contrário das antigas que formavam um agregado frouxo de empresas particulares. Ora, essas notas típicas da escola cristã antiga, segundo Otto Willmann, acham-se plenamente encarnadas nas instituições educativas medievais e nelas alcançaram a sua plena expressão levadas a intenso desenvolvimento e apuro (21). Na Idade Média a religião era, com efeito, a mola propulsora de toda a atividade pedagógica; o estudo e a investigação não tinham finalidade em si mesmos, mas endereçavam à busca da perfeição cristã; enfim, como diz Willmann, o elemento religioso ocupava a posição central na vida interior da Idade Média cristã (22).

31. O famoso sociólogo Émile Durkheim na sua obra *L'Évolution Pédagogique en France* faz afirmações equivalentes à de Otto Willmann e adianta uma outra mais avançada que a do ilustre pensador e pedagogo alemão e de todo procedente. A escola no início da Idade Média, afirma Durkheim, constitui grande e influente novidade que se distingue da antiga por traços nitidamente recortados. Sem dúvida, ela herdou da civilização pagã a matéria do ensino que foi, por sua vez, elaborada de modo todo novo com resultados nunca vistos. Mas — e aí está a mais forte e original declaração de Durkheim — *c'est à ce moment que l'École au sens prope du mot, apparut,* foi nesse momento, no começo da Idade Média, que a Escola, no sentido próprio da palavra, apareceu, pois a Antigüidade teve mestres, mas não teve verdadeiras escolas, já que "a escola não é apenas o lugar onde um professor ensina, mas é um ser moral e impregnado de certas idéias, de certos sentimentos, um meio que envolve tanto o mestre quanto os alunos. Por isso, a Idade Média em pedagogia foi inovadora" (23).

32. O currículo das escolas medievais culminava com o estudo da Sagrada Escritura e a convicção de que só a Bíblia contém a verdadeira e salutar sabedoria foi externada pelo autor anônimo da *Vida de São Maximino,* abade de Micy. Diz ele que a sabedoria não consta das disciplinas de um certo *trivium,* isto é, da lógica, da física e da ética, que constituiriam o saber supremo. Isso, diz ele, não passa de ilusão dos sábios deste mundo que pereceram por causa da sua loucura, por não conhecerem a sabedoria de Deus. "Nós, porém, prossegue, rejeitamos essa insânia e dispomos da verdadeira *física* nas narrações históricas da Escritura; da verdadeira *lógica* na contemplação da fé, da esperança e da caridade, e da verdadeira *ética* na prática dos preceitos divinos. A verdadeira sabedoria só se encontra entre os cristãos... O primeiro tipo a representar essa filosofia foi Salomão e no nosso século e no lugar em que vivemos

Deus suscitou Maximino como o modelo acabado de tal sabedoria" (24).

33. Outro importante aspecto da consciência pedagógica da Idade Média acha-se na descoberta da criança, nas intuições psicológicas notáveis dos monges beneditinos que souberam assim transformar os métodos da pedagogia antiga. Eles não consideraram as crianças e os adolescentes com a doentia mentalidade jansenista, não os concebiam apenas como seres propensos ao mal e ao pecado, mas à luz do Evangelho discerniram o amor que Jesus consagrou às crianças e o exemplo que deixou para os educadores cristãos da juventude (25). Sempre restam o fato claro e a verdade inconcussa de que os monges não tinham como primeiro objetivo do seu instituto a educação da infância e da juventude. O seu fim, como já vimos, é outro. As exigências sociais e as circunstâncias levaram-nos à execução de tal missão educacional que se acrescentou, *per accidens,* à finalidade básica da *escola do serviço do Senhor.*

34. O mais clássico testemunho do conhecimento psicológico das crianças e dos jovens, e do método a ser usado na sua educação pelos beneditinos parece achar-se no famoso *Comentário* de Paulo Warnefriede ou Paulo Diácono à *Regra de São Bento.* Diz ele que dez meninos da escola monástica devem ser assistidos por três ou quatro professores, *debent decem infantes tres vel quattuor magistros habere.* O mestre, recomenda Warnefriede, deve agir com moderação quanto aos meninos, *temperanter agere,* e não chicoteá-los demais nem maltratar, mas devem antes exercer sobre eles a máxima vigilância. Ora, isso lembra perfeitamente, com a antecedência de um milênio, o método preventivo de São João Bosco. O castigo só deveria ser aplicado aos meninos díscolos e recalcitrantes. O mestre, diz Paulo Diácono, deve levar os meninos a passear pelo campo, ao menos uma vez por semana ou por mês, para que eles possam brincar durante uma hora sob a vigilância do superior. Além disso, o abade lhes deve proporcionar boa alimentação, servindo-lhes peixes, leite, ovos e carne; esta, por ocasião do Natal, Páscoa e de outras festas. Aos meninos fracos deve ser dada carne freqüentemente. Ademais, cuide o abade de lhes fornecer a roupa conveniente. E quando o menino tiver conduta exemplar, o abade não se furte a elogiá-lo em público durante o Capítulo, para que assim ele passe a amar ainda mais a vida de santidade. Paulo Warnefriede apresenta, ainda, o seguinte quadro das idades do homem: *infância,* até os sete anos; *meninice,* até os quatorze; *adolescência,* até os vinte e oito; *juventude,* até aos cinquenta e seis; *velhice,* até os setenta e seis. *Postea, decrepitas,* em seguida vem a decrepitude. Es-

se quadro, evidentemente, muito nos conforta, e imagino que meus leitores na sua maioria sejam adolescentes, enquanto eu me consolo com a minha juventude (26).

35. A convicção de que o homem é um peregrino neste mundo em busca de união com Deus na vida eterna reluz num lanço da epístola 133 que Loup de Ferrières escreveu ao seu parente, o monge Ebrard que lhe solicitara uma boa palavra, útil ou, pelo menos, deleitável. Depois de reconhecer que lhe é agradável verificar o renascimento da ciência na sua região, *reviviscentem in his nostris regionibus sapientiam quosdam studiosissime colere pergratum habeo,* Loup de Ferrières afirma que muitas pessoas, preocupadas com o discurso elegante, esquecem o que é mais importante e vantajoso, a saber, a honestidade dos costumes: "Tememos as faltas da linguagem e tratamos de corrigi-las, mas não damos importância às nossas faltas que multiplicamos. Por isso, se cuidamos de polir a linguagem, convém muito mais que tratemos de adquirir a honestidade e a justiça" (27). Foi assim a primeira Idade Média: idade de fé, com os homens a construírem a cidade terrena de olhos postos na celeste com o primado absoluto da Sagrada Escritura nos caminhos, *viae* (*trivium, quadrivium*), da sabedoria. Nessa primeira parte da Idade Média a consciência do cristão enriqueceu-se com as experiências e os ensinamentos dos monges, com a tradição monástica de São Bento e com a doutrina de Santo Agostinho, ao mesmo tempo em que assimilava o legado cultural romano. A vida do homem sobre a terra, segundo o Patriarca dos monges do Ocidente, deve decorrer na escola do serviço do Senhor e os estudos, conforme o autor do tratado *De doctrina christiana,* devem servir para a leitura mais esmerada e proveitosa da Bíblia que indica aos homens o caminho da salvação. Como resultado de toda essa atividade religiosa e escolar, de toda a semeadura feita durante séculos com sangue, suor e lágrimas, ao dobrar o cabo do primeiro milênio cristão, o Ocidente entrou numa nova era de florescimento cultural e de crescimento interior do homem. Durante o século XII, como o demonstrou Chenu, uma das maiores descobertas, e o denominador comum de todas elas, foi a do homem como sujeito, "um dos epicentros da gestação de um homem novo", graças ao desenvolvimento da moral da *intenção* pela qual "o valor de nossas ações e os juízos que elas reclamam, perante Deus e os homens, regram-se não radicalmente pelos objetos, bons ou maus em si mesmos — nos casos de um roubo, de um homicídio ou de um ato carnal — mas pelo *consentimento* interior (*consensus / intentio*) que nós lhes damos, pois é a vontade de praticar um ato proibido

que constitui o mal, ainda que ela não consiga praticá-lo efetivamente" (28). O maior fautor dessa descoberta da moral da intenção foi Abelardo, um pioneiro na exploração da interioridade cristã através do novo caminho que Gilson denominou *socratismo cristão* (29).

36. Aliás, foi Gilson com a sua perícia habitual quem esboçou no livrinho *Reason and Revelation in the Middle Ages* o esquema clássico das relações da razão com a fé no regime cristão da Idade Média. Ele demonstra que os estudiosos medievais, sob tal aspecto, se abrigam numa das três famílias espirituais que se formaram em torno da questão. A primeira, que principiou no período patrístico, foi a da *primazia da fé* cujos membros acreditavam que a Revelação viera substituir todo o conhecimento humano. Os seus representantes foram Tertuliano e Taciano, por exemplo, no mundo antigo e, entre outros, São Bernardo, São Pedro Damião e os "espirituais franciscanos" na Idade Média. A segunda família é a da *primazia da razão,* fundada pelo muçulmano espanhol Averróis que criou um racionalismo puramente filosófico em reação consciente contra o teologismo dos crentes islâmicos. No Ocidente cristão esse racionalismo foi representado pela família dos averroístas latinos que formaram dois grupos. O primeiro contou com Sigério de Brabant e Boécio de Dácia no século XIII, averroístas em filosofia, mas sinceros na sua fé cristã. O segundo foi dirigido e celebrizado por Jean de Jandun e Marsílio de Pádua, ambos racionalistas e descrentes. Finalmente, houve uma terceira família espiritual, a da *harmonia entre a razão e a revelação,* cujo fundador e representante exemplar foi Santo Tomás de Aquino. Segundo o ensinamento do Angélico Doutor, há verdades que o homem descobre por si mesmo, por meio do seu raciocínio, e daí o conhecimento vulgar, científico e filosófico, e há outra espécie de saber que o homem não encontra com os seus próprios recursos, mas recebe de Deus através da revelação, e que ele trata de organizar, de elaborar e de aprofundar por meio da reflexão, e daí as verdades da fé e a sagrada teologia.

37. Num verdadeiro vôo de pássaro, temos estado a esquadrinhar as grandes linhas da educação na primeira parte da Idade Média. Pudemos estudar alguns assuntos e obter vários esclarecimentos de molde a suscitar-nos o apetite por maiores conhecimentos. Muitas coisas foram passadas por alto e muitos temas sedutores mal foram sugeridos. Enfim, a obra foi iniciada e estão abertos os caminhos para quem quiser aprender. Para a luz poder brilhar no firmamento do século XIII, como iremos ver, foi preciso antes a noite estrelada e a aurora cor de rosa da primeira Idade Média.

Notas

1. "Tertius vero liber edocet quomodo omnia quae in divinis libris scripta sunt, investiganda sunt atque discenda, nec non et a quae in gentilium studiis et artibus ecclesiastico viro scrutari utilia sunt." Beati Rabani Mauri *De Clericorum Institutione* ad Heistulphum Archiepiscopum Libri Tres. Praefatio, Migne PL 107 (1862), cl. 296 B.

   No livro III a apresentação das estritas artes liberais ocupa os capítulos XVIII a XXV, oito capítulos. Acontece que, além de consagrar um capítulo a cada uma das artes do quadrívio, Rábano dedica o XXI à matemática, como introdução ao estudo das disciplinas matemáticas. E ao tratar da dialética no capítulo XX, realça a sua importância para a refutação dos sofismas heréticos. E logo depois de tratar da astronomia, Rábano discorre no capítulo XXVI sobre os livros dos filósofos. Quando se lê o texto da Patrologia Latina parece que tudo na obra de Rábano é original, mas, na edição crítica de Aloisius Knoepfler, os excertos do *De Doctrina Christiana* de Santo Agostinho são escritos em letras cursivas, e aí se percebe que Rábano no seu livro III do *De Clericorum Institutione* apenas fez uma cuidadosa compilação a respeito das artes liberais, sem nada ter de original.

2. Quem quiser mais informações sobre o ensino da retórica, ficará satisfeito com o bom artigo de Richard McKeon na revista *Speculum* (1942): "The Rhetoric in the Middle Ages".

3. Veja-se o que escrevi longamente sobre esse assunto no meu livro *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII,* especialmente na segunda parte, pág. 129 e seguintes.

   Van de Vyver observa que, se as traduções feitas por Boécio dos *Analíticos, Tópicos* e *Refutações Sofísticas* se perderam juntamente com os respectivos comentários, até mesmo a tradução e os comentários das *Categorias* e do *Peri Hermeneias* foram postergados por tratados de importância inferior. Cf. *Les Étapes du Développement Philosophique du Haut Moyen Âge.*

   Como diz Chenu O. P., contrariamente a uma visão sumária da lógica na Idade Média, as obras pessoais e os comentários de Boécio foram estudados de modo irregular. No século IX foram eficazes as suas obras teológicas (*opuscula sacra*) e a *Consolatio Philosophiae.* Só no fim do século X, com Gerberto, principiou a leitura regular das suas obras lógicas (*Logica vetus*). M. D. Chenu O. P., "Aetas Boetiana", in *La Théologie au Douzième Siècle,* pág. 142. Sobre o mesmo assunto veja-se, ainda, J. Isaac O. P., *Le Peri Hermeneias en Occident de Boèce à Saint Thomas,* pág. 15 e seguintes.

4. "Inter omnes priscae autoritatis viros qui, Pythagora duce, puriore mentis ratione viguerunt, constare manifestum est haud quemquam in philosophiae disciplinis ad cumulum perfectionis evadere, nisi cui talis prudentiae nobilitas quodam quasi *quadrivio* vestigatur, quod recte solertiam intuentis non latebit." Boethius, *De Arithmetica Libri Duo,* Lib. I, c. 1, PL 63 (1882), cl. 1079 D.

5. Pio Rajna, *Le denominazioni "Trivium" e "Quadrivium", in Studi Medievali, I.*

6. August Messer, *Geschichte der Pädagogik*, vol. I, págs. 67-83. O *Diário* de Valafrido Estrabão foi publicado pela primeira vez nos *Jahresberichten* da fundação beneditina de Nossa Senhora de Einsiedeln de 1856 e 1857. Valafrido era alemão. Nasceu em 806, foi educado na escola "externa" do mosteiro de Reichenau. Ingressou mais tarde na Ordem, tornou-se abade em 842 e morreu em 849. Messer, *ib.*, pág. 67.

7. "Walther von Speyer liess in einem dichterischen Bilde die Urania als Repräsentantin der Astronomie täglich von neuem mit Anbruch der Dunkelheit die bekannten fünf Parallelkreise schlagen." Peter Vossen, *Der Libellus Scolasticus des Walther von Speyer*, pág. 170

8. Louis Bréhier, *"Notes sur l'histoire de l'enseignement supérieur à Constinople"*, in *Byzantion*, Tome III (1926), pág. 75.

9. Ruy Afonso da Costa Nunes, *História da Educação na Antigüidade Cristã*, pág. 26.

10. "Caelica regna monet primum tibi quaerere Christus...
Sitque statuta dies venaticis utier armis,
Sitque statuta dies utiliora sequi
Nec puer esse velis jam nunc aetate nec actu,
Esto vir: hoc quoque, rex, nomen habere vales."

Ermol Le Noir, *Poème sur Louis le Pieux et Épîtres au Roi Pépin*, pág. 220.

11. Dhuoda, *Manuel pour mon fils*, pág. 26.

12. Sanctus Paulinus, Patriarcha Aquileiensis (cerca de 750-11 de janeiro de 802), *Liber Exhortationis* vulgo *De Salutaribus Documentis* ad Henricum comitem seu Ducem Forojuliensem scriptus, ut videtur, circa an. 795. Migne PL 99 (1864), cl. 197 C — 282 C.

Smaragdus, *Via regia* ad Ludovicum Pium. Migne PL 102 (1865), cl. 931 C — 970 C. Certas sentenças dessa obra ainda são atualíssimas como, por exemplo: "Judicibus ergo tuis praecipe, rex, ut nullum pro justitia praemium istius saeculi requirant." Cap. 28, cl. 966 B.

Sedulius Scotus, *Liber de Rectoribus Christianis* ad Carolum Magnum vel Ludovicum Pium. Migne PL 103 (nova editio Turnholti Belgium, Brepols, sem data), cl. 291 D-332 C. O subtítulo define os propósitos da obra: "De rectoribus christianis et convenientibus regulis quibus est res publica rite gubernanda."

Jonas de Orleães (antes de 780-843), *De institutione laicali*, in Migne PL 106 cl. 121 D-278 B. *De institutione regia* ad Pippinum Regem, Migne PL 106 (1864), cl. 279 C — 306 A.

Hincmar de Reims (845-882), *De ordine palatii et institutione regia.* Na Patrologia latina há passos sobre o mesmo tema in *Opuscula et Epistolae*, in Migne PL 126 (1879), cl. 79 B-648 C.

Alcuinus, *De virtutibus et vitiis liber* ad Widonem comitem, in Migne PL 101 (1863), cl. 613 — 638.

13. Alcuinus, *"Versus de Sanctis Euboricensis Ecclesiae"*, in *Alcuini Carmina*, in *Poetae Latini Aevi Carolini.* Ed. Ernestus Duemmler, Tomus I, págs. 203-204.

Veja-se a análise do catálogo dos livros da biblioteca da catedral de York em A. F. *The Schools of Medieval England,* págs. 60-63.

14. Frei José Mattoso, *A Cultura Monástica em Portugal* (711-1200), pág. 34.

15. R. M. Thomson, *"The Library of Bury St. Edmunds Abbey in the eleventh and twelfth centuries",* in *Speculum,* vol. 47.

16. Jacques Fontaine, *Isidore de Séville et la Culture Classique dans l'Espagne Wisigothique,* vol. II, pág. 745.

17. São Beda, *In Lucae Evangelium Expositio,* Prologus (Corpus Christianorum, 120), pág. 7. Migne PL 92, cl. 304 B.

18. Sutcliffe, *Some footnotes to the Fathers.*

19. J. De Ghellinck, S. J., *L'Essor de la Littérature Latine au XII[e] siècle,* 2[e] édition, págs. 87-88, 96.

20. Moses Hadas, *Ancilla to Classical Reading,* págs. 69-70, 187.

21. Otto Willmann, *Didaktik als Bildungslehre,* § 17, 4, pág. 159.

22. "Die zentrale Stellung des religiösen Elementes, welches das innere Leben des christlichen Mittelalters charakterisiert, bestimmt auch Geist und Richtung seiner Bildungsarbeit." Otto Willmann, *ib.,* pág. 191, § 20, 1, pág. 191.

23. Émile Durkheim, *L'Évolution Pédagogique en France,* pág. 40.

24. "Nobis autem talia respuentibus adest vera Physica in historica narratione, vera Logica in fidei, spei et caritatis contemplatione, vera Ethica in praeceptorum Divinorum executione. Vera sapientia apud solos christianos." *"Vita S. Maximini Abbatis Miciacensis",* auctore anonymo perantiquo, Prologus, in Mabillon, *Acta Santorum Ordinis S. Benedicti,* T. I, pág. 582.

25. Pierre Riché, *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque,* pág. 31. "Ainsi il nous apparaît que les moines ont redécouvert la nature enfantine et toutes ses richesses." *Ib.,* pág. 33.

26. Paulus Warnefriede, *"Commentarium in Regulam S.P.N. Benedicti",* c. 37, in *Bibliotheca Casinensis,* T. IV, págs. 123-124.

    Depois de apresentar o quadro das idades, diz Paulo: "Et hoc notandum est quia non solum de illis infantibus dicit regula qui usque septem sunt annos; sed etiam post septem." Pela importância pedagógica vejam-se, também, os capítulos 38, 43 e 53.

27. Loup de Ferrières, *Correspondence,* Tome II, págs. 216-222.

28. M. - D. Chenu, O. P., *L'éveil de la conscience dans la civilisation médiévale,* págs. 17-18.

29. Gilson, *L'Esprit de la Philosophie Médiévale,* chapitre XI: La connaissance de soi-même et le socratisme chrétien, pág. 214 e seguintes.

Bibliografia

Alcuinus — *"Carmina,"* in *Poetae Latini Aevi Carolini.* Recensuit Ernestus Duemmler. Tomus I (*Monumenta Germaniae Historica*). Berlin, Weidmann, 1964, 652 págs.

Anselmus, Sanctus — *Opera Omnia.* Ad fidem codicum recensuit Franciscus Salesius Schmitt, Monachus Grissoviesis, O.S.B. Edinburgo, Thomas Nelson and Sons, 1946, 5 vol.

Opera — Migne Patrologia Latina 158-159.

Auerbach, Erich — *Lenguaje Literario y Público en la baja latinidad y en la Edad Media.* Barcelona Editorial Seix Barral, S.A. (Biblioteca Breve), 1969, 336 págs.

Beda, São — Bedae *Opera* Pars II, 3 (Corpus Christianorum, Series Latina, 120). *In Lucae Evangelium Expositio.* Cura et studio D. Hurst O.S.B. Turnholti, Typographi Brepols Editores Pontificii, 1960 págs.

Bréhier, Louis — *"Notes sur l'Histoire de l'Enseignement Supérieur à Constantinople",* in *Bizantion,* tome III (1926), págs. 73-94; tome IV (1927-1928), págs. 13-28.

Brickner, A. — *"Book, The Medieval",* in *New Catholic Encyclopedia,* vol 2, págs. 684 a 689.

Chenu, O.P., M.—D. — *La Théologie au Douzième Siècle.* Paris, Librarie Philosophique J. Vrin, 1957, 413 págs.

————— — *L'Éveil de la Conscience dans la Civilisation Médiévale* (Conférence Albert-Le-Grand 1968). Montréal, Inst. d'Études Médiévales. Paris, Librairie J. Vrin, 1969, 80 págs.

Conrad D'Hirsau e Bernard D'Utrecht — *Accessus ad Auctores* et *Dialogus super Auctores.* Édition critique entièrement revue et augmentée par R.B.C. Huygens. Leiden, E.J. Brill, 1970, 136 págs.

Curtius, Ernest Robert — *Literatura Européia e a Idade Média Latina.* Tradução do original alemão por Teodoro Cabral, com a colaboração de Paulo Rónai. Rio de Janeiro, MEC, Instituto Nacional do Livro, 1957, 67 págs.

Dhuoda — *Manuel pour mon fils.* (Sources Chrétiennes, N.º 225.) Introduction, texte critique, notes par Pierre Riché. Traduction par Bernard de Vregille et Claude Mondésert, s.j. Paris, Les Éditions du Cerf, 1975, 394 págs.

Dölger, F. — "*Byzantine Literature",* in *The Cambridge Medieval History,* volume IV, Part II, chapter XXVII, págs. 207-263.

Durkheim, Émile — *L'Evolution Pédagogique en France.* Deuxième Édition. Paris, Presses Universitaire de France, 1969, 403 págs.

Ermold Le Noir — *Poème sur Louis le Pieux et Épîtres au roi Pepin.* Édités et traduits par Edmond Faral. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres". 1932, 267 págs.

Eby, Frederick and Arrowood, Charles Flinn — *The History and Philosophy of Education Ancient and Medieval.* Eleventh Printing. Englewood Cliffs, N. J., Prentice — Hall, Inc., 1960, 966 págs.

Fontaine, Jacques — *Isidore de Séville et la Culture Classique dans l'Espagne Wisigothique.* Paris, Études Augustiniennes, 1959, 2 vol.

Galino, Maria Angeles — *Historia de la Educación.* I, Edades Antigua y Media. Madrid (Biblioteca Hispanica de Filosofía), Editorial Gredos, 1960, 596 págs.

Ghellinck S.J., J. De — *L'Essor de la Littérature Latine au XIIe Siècle,* 2e édition (Museum Lessianum-Section Historique, N.º 4-5). Paris, Desclée De Brouwer, 1954, 584 págs.

Gilson, Étienne — *L'Esprit de la Philosophie Médiévale.* Deuxième édition Revue. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1948, 446 págs.

——————— — *La Philosophie au Moyen Âge.* Des origines patristiques à la fin du XIVe siècle. Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1947, 782 págs.

——————— — *Reason and Revelation in the Middle Ages.* New York, Charles Scribner's Sons, 1938, 114 págs.

Godet P. — "Boèce", in Vacant-Mangenot, *Dictionnaire de Théologie Catholique,* t. II, cl. 918-922.

Guiraud, Jean — *Historie Partiale. Historie Vraie.* Paris, Gabriel Beauchesne et Cie., Éditeurs, 1911-1923, 4 vol.

Hadas, Moses — *Ancilla to classical reading.* New York, Morningside Heights, Columbia University Press, 1961 (Columbia Paperback Edition), 397 págs.

Hauck, Dr. Albert — *Kirchengeschichte Deutschlands.* Zweite Auflage. Leipzig, J.C. Hinrichs'sche Buchhandlung, 1900, 5 vol.

Hernandez, Miguel Cruz — *Historia de la Filosofía Española — Filosofía Hispano Mutulmana.* Madrid, Associación Española para el progreso de das Ciencias, 1957, 2 vol.

Hugo de São Vítor — *The Didascalicum of Hugh of St. Victor.* A medieval guide to the Arts. Translated from the Latin with an introduction and notes by Jerome Taylor. New York and London, Columbia University Press, 1961, 254 págs.

Isaac, O.P. — *Le Peri Hermeneias en Occident de Boèce à Saint Thomas.* Histoire Littéraire d'un Traité d'Aristote. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1953, 192 págs.

John of Salisbury — *The Metalogicon of John of Salisbury.* A Twelfth-Century defense of the verbal and logical arts of the Trivium. Translated with an introduction and notes by Daniel D. McGarry. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1962, 305 págs.

Koch, Joseph — *Artes Liberales von der antiken Bildung zur Wissenschaft des Mittelalters.* Leiden-Köln, E.J. Brill, 1959, 155 págs.

Langosch, Karl — *Profile des Lateinischen Mittelalters.* Geschichtliche Bilder aus dem europäischen Geistesleben. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967, 327 págs.

Leach, A.F. — *The Schools of Medieval England.* Reprinted. New York, Barnes and Noble, Inc. — London, Methuen and Co. Ltd., 1969, 349 págs.

Lexikon für Theologie und Kirche — Zweite, neubearbeitete Auflage des kirchlichen Handlexikons. Freiburg im Breisgau, Herder und Co. G.M.B.H. Verlagsbuchhandlung, 1930-1938, 10 vol.

Loup de Ferrières — *Correspondence* (Les Classiques de l'Historie de France). Éditée et traduite par Léon Levillain. Tome I, 1927, Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, Éditeur — Tome II, 1935, Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres".

Maître, Léon — *Les Écoles Épiscopales et Monastiques en Occident avant les Universités* (768-1180). Deuxième Édition refondue. Ligugé, Abbaye Saint-Martin (Vienne) — Paris, A. Picard et Fils, Éditeurs, 226 págs.

Marrou, Henri Irénée — *"Culture, Civilisation, Décadence"*, in *Revue de Synthèse Historique VIII*, Février 1938. Paris, Éditions Albin Michel, 1938, págs. 133-160.

Martianus Capella — *De Nuptiis Philologiae et Mercurii Libri IX.* Edidit Adolfus Dick. Addenda adiecit Jean Préaux. Editio stereotypa correctior editionis anni MCMXXV. Stutgard, Teubner, 1969, 570 págs.

Martin, R. M. — *"Arts Libéraux"* (Sept), in *Dictionnaire d'Histoire et de Géographie Ecclésiastiques,* tome quatrième. Paris, Librairie Letouzey et Ané, 1930, cl. 827-843.

Mattoso, Frei José — *A Cultura Monástica em Portugal* (711-1200). Arquivos de História da Cultura Portuguesa, vol. III, n.º 2. Lisboa, 1969, 35 págs.

McKeon, Richard — "Rhetoric in the Middle Ages", in *Speculum,* A Journal of Mediaeval Studies, vol. XVII, January, 1942, N.º 1, págs. 1-32.

Messer, August — *Geschichte der Pädagogik.* Zweite, durchgesehene Auflage. Breslau, Ferdinand Hirt, 1931, 3 vol.

Mullahy, C.S.C., Bernard I. — "The Nature of the Liberal Arts", in *The New Scholasticism,* vol. 23, N.º 4, october, 1949, págs. 361-373.

Nunes, Ruy Afonso da Costa — *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII.* São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo e Editorial Grijalbo Ltda., 1974, 377 págs.

——————— — *História da Educação na Antigüidade Cristã.* O pensamento educacional dos mestres e escritores cristãos no fim do mundo antigo. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária e Editora da Universidade de São Paulo, 1978, 246 págs.

——————— — "As Artes Liberais na Idade Média", in *Revista de História,* Ano XXVI, volume LI, N.º 101, janeiro-março, Brasil, 1975, págs. 3-23.

Paulus Warnefridus Diaconus — "Commentarium in Regulam S.P.N. Benedicti", in *Bibliotheca Casinensis seu Codicum Manuscriptorum,* cura et studio Ordinis S. Benedicti. Abbatiae Montis Casini (4 vol.), Ex Typographia Casinense, 1880, Tomus Quartus.

Pseudo-Cato — *Disticha Catonis.* Recensuit et apparatu critico instruxit Marcus Boas. Opus post Marci Boas mortem edendum curavit Henricus Johannes Botschuyver. Amsterdã, North-Holland Publishing Company, 1952, 303 págs.

Rabanus Maurus — *De Institutione Clericorum Libri Tres.* Textum recensuit, adnotationibus criticis et exegeticis illustravit, introductionem atque indicem addidit Dr. Aloisius Knoepfler. München, Sumptibus Librariae Lentnerianae Monachii, 1900, 300 págs.

Rajna, Pio — *"Le denominazioni 'Trivium' e 'Quadrivium'"* (con un singolare accessorio), in *SM* (*Studi Medievali*), 1928, T. I, págs. 4-36.

Riboulet, L. — *L'Église et l'Éducation de l'Ère Chrétienne au IVe Siècle.* Avignon, Librairie Aubanel Aîné, Éditeur, 1946, 318 págs.

Riché, Pierre — *Éducation et Culture dans l'Occident Barbare.* VIe-VIIIe siècles (Patristica Sorbonnensia, 4). Paris, Éditions du Seuil, 1962, 572 págs.

Riché, Pierre — *De l'éducation antique à l'éducation chevaleresque* (Questions d'histoire, 3). Paris, Flammarion, 1968, 124 págs.

———————— — "Les bibliothèques de trois aristocrates laïcs carolingiens", in *Le Moyen Âge* (Revue d'Histoire et de Philologie), tome LXIX (4.e Série — Tome XVIII), Volume Jubilaire 1888-1963.

———————— — "Recherches sur l'instruction des laïcs du IXe siècle", in *Cahiers de Civilisation Médiévale,* Xe-XIIe Siècles, Ve Année, N.o 2. Avril-Juin, 1962, Université de Poitiers, págs. 175-182.

Salvioli, G. — *L'istruzione pubblica in Italia nei secoli VIII, IX e X.* Firenze, Tip. Carnesecchi e Figli, 1898, 130 págs.

Schnürer, Gustave — *L'Église et la Civilisation au Moyen Âge.* Traduction française de G. Castella. Paris, Payot, 1935, 2 vol.

Schoelen, Dr. E. e Haerten, Dr. W. — *Pädagogisches Gedankengut des christlichen Mittelalters.* Paderborn, Verlag Ferdinand Schöningh, 1956, 160 págs.

Serrão, Joel — *Dicionário de História de Portugal.* Porto, Livraria Figueirinhas, 1971, 4 vol.

Smalley, Beryl — *The Study of the Bible in the Middle Ages.* Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1964, 406 págs.

Sutcliffe — "Some Footnotes to the Fathers", in *Biblica,* vol. 6 (1925), págs. 205-210.

Thompson, James Westfall — *The Literacy of the Laity in the Middle Ages.* New York, Burt Franklin, 1863, 197 págs.

Thomson, R.M. — "The Library of Bury St. Edmunds Abbey in the eleventh and twelfth Centuries", in *Speculum,* vol. 47, October, 1972, N.o 4, págs. 617-645.

Vários — *Arts Libéraux et Philosophie au Moyen Âge.* Montréal, Institut d'Études Médiévales — Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1969, 1.249 págs. (Actes du Quatrième Congrès International de Philosophie Médiévale.) Université de Montréal, Canada. 27 Août — 2 Septembre 212 págs.

Vossen, Peter — *Der Libellus Scolasticus des Walter von Speyer.* Ein Schulbericht aus dem Jahre 984. Berlin, Walther de Gruytes und Co., 1962, 212 págs.

Vyver, A. Van de — "Les Étapes du Développement Philosophique du Haut Moyen Âge", in *Revue Belge de Philologie et d'Histoire,* tome VIII, Bruxelles, 1929, págs. 425-452.

Willmann, Otto — "Arts, The Seven", in *The Catholic Encyclopedia* (1907), Volume I, págs. 760-765.

———————— — *Didaktik als Bildungslehre.* Freiburg. Basel. Wien, 1967, 677 págs.

Terceira parte

Universidades (séc. XIII - XIV)



Capítulo VII

O renascimento do século XII

1. Em seu livro de título tão expressivo, *A Grande Claridade da Idade Média,* Gustave Cohen proporciona de modo sintético as informações mínimas hauridas na história da literatura a respeito do florescimento cultural do século XII. A época de 1050 a 1150, diz Cohen, constitui "o século das gêneses", e o período de 1150 a 1200, acrescenta, provoca "uma espécie de vertigem", quando se leva em conta o desenvolvimento da filosofia, da literatura, da arte, o advento da mulher e do amor cortês, assim como o aparecimento da catedral com a ogiva que exprime a ascensão indefinida para o céu (1). O termo tão significativo de "século das gêneses" só veio confirmar categoricamente a consagrada expressão cunhada por Charles Homer Haskins — que serviu de título para o seu famoso livro — *O Renascimento do Século XII* (2). Quem estuda a história da Idade Média percebe com meridiana clareza que o século XII representa a confluência de toda a semeadura e de toda a fermentação dos séculos anteriores no surgimento da nova civilização medieval que chegará ao apogeu no século XIII e no início do surto cultural do Ocidente que nunca mais se deteve e se estendeu em linha reta, desde a recuperação da ciência antiga até às invenções e às descobertas da era atômica e espacial em que estamos a viver.

2. Embora o nosso interesse esteja voltado exclusivamente para as escolas e para a educação vigente nessa época, vamos evocar em rápidos traços a sua fisionomia que pode ser mais contemplada e conhecida através de boas obras de história medieval e em livros especializados como os que apresentamos na bibliografia deste capítulo. Primeiro, assinale-se a progressiva melhoria de vida desde o século XI na Europa ocidental: o fim das invasões, a crescente aceitação pelos nobres do espírito cristão, o estabelecimento da trégua e da paz de Deus que contribuíram para a concórdia entre as classes sociais; o arroteamento do solo com o aperfeiçoamento dos instrumentos agrícolas, o uso do machado de corte, a charrua de relha, a ferradura, o moinho de água e a rotação das culturas: semeadura das farinhas de inverno (trigo ou centeio), dos cereais da

primavera (aveia ou cevada) e o descanso do alqueive. O resultado dessas novidades agrícolas foi a alimentação mais segura e abundante e o aumento da população. No século XIII surgirão principalmente novas técnicas náuticas como o leme de cadaste, navios maiores e mais rápidos, a bússola, o astrolábio e os mapas marítimos. Em conseqüência da ressurreição do comércio com o Oriente e das próprias Cruzadas que suscitaram o gosto das especiarias, dos tecidos de luxo, das frutas exóticas, das plantas de tinturaria, do ouro e das gemas preciosas, reanimaram-se as cidades e ativaram-se os portos, tal como na Itália as cidades de Veneza, Pisa, Gênova, Florença, Siena e Milão e os portos do mar Báltico: Bremen, Hamburgo, Lübeck e Stettin que formariam no século XIII a Hansa Teutônica, e ainda a região de Flandres no mar do Norte com as cidades produtoras dos tecidos de lã, a saber, Gand, Ypres e o porto de Bruges.

3. No décimo dia do Concílio de Clermont, a 27 de novembro de 1095, foi anunciada a Primeira Cruzada que marcou o início da série de expedições guerreiras ao Oriente e que teve tantas repercussões políticas, econômicas e culturais para a Cristandade. Apesar de poucas terem alcançado algum êxito, e sobre haverem muitos senhores acalentado sonhos de domínio e de enriquecimento rápido, o fato iniludível é que multidões de pessoas marcharam ao brado de "Deus o quer", com a grande cruz vermelha cosida à espádua direita e movidas por profundo espírito de fé. Nas palavras com que o autor anônimo da *História da Primeira Cruzada* reconhece a bravura dos guerreiros turcos, transparece cristalina a sua religiosidade ardente: "Eu direi a verdade que ninguém poderá contestar. Por certo, se eles (os turcos) sempre tivessem sido firmes na fé de Cristo e na santa Cristandade e se quisessem confessar um só Senhor em três pessoas realmente distintas, e o Filho de Deus nascido de uma virgem, que sofreu e ressuscitou dentre os mortos, que subiu ao céu à vista dos discípulos e enviou a consolação perfeita do Espírito Santo, e se acreditassem com fé e juízo reto que Ele reina no céu e sobre a terra, não se encontraria quem se lhes equiparasse em poder, em bravura e na ciência da guerra. No entanto, com a graça de Deus foram vencidos pelos nossos" (3). Além de exprimir e afervorar o espírito de fé, as Cruzadas detiveram o avanço dos turcos seldjúcidas, determinaram a formação de Estados cristãos no Próximo Oriente, incrementaram nessas regiões a fabricação de tecidos de seda e de algodão, o cultivo do algodão e da cana de açúcar e transferiram o domínio dos ativos portos da Síria para os negociantes de Veneza, Gênova e Marselha e, assim, contribuíram para a ressurreição do comércio na Europa Ocidental.

4. A atividade comercial reanimou, por sua vez, a vida urbana e incentivou o aparecimento de novas ocupações, assim como a acelerada emancipação dos servos. A economia agrária foi substituída pela de giro e surgiram outras espécies de trabalhadores, além dos tradicionais *mercatores et artifices.* Os comerciantes organizavam caravanas bem armadas contra os eventuais assaltos dos bandoleiros e constituíram associações permanentes que se chamaram guildas, hansas e fraternidades, tal como a hansa dos mercadores de água formada pelos barqueiros do Sena em Paris. Em vários locais da Europa os comerciantes reuniram-se para a venda dos seus artigos nas feiras em que adquiriram prestígio os cambistas e os banqueiros judeus e lombardos. No tempo de inverno, e para fugir às intempéries durante as longas viagens, os comerciantes buscavam abrigo sob as muralhas do castelo, da antiga cidade ou do mosteiro, mas sempre perto das estradas e dos rios. Os negócios suscitavam novos empregos e a essas novas cidades comerciais acorriam bateleiros, carroceiros, carregadores, padeiros, açougueiros, tanoeiros, tecelões, oleiros, marceneiros e camponeses alforriados ou fugidos da servidão da gleba. Logo a nova cidade se fortificou com muralhas e surgiu o *burgo,* tal como em Bruges, Gand, Florença, Milão, Gênova, com as suas ruas estreitas, tortuosas e lamacentas, casas de madeira e com o perigo e a constante ameaça de peste e de incêndio. Logo, também, a burguesia forcejou por escapar ao guante dos senhores em cujos domínios se localizava o burgo. Muitos burgueses eram servos fujões que desejavam a liberdade de ir e vir, assim como uma justiça consentânea com o comércio. O burguês é o homem da cidade nova, enquanto no campo vivem o nobre e o camponês, exceto em certas regiões da Itália, na Toscana e em Pádua, onde a pequena e a média nobreza se estabeleceram na cidade e dominaram a economia de giro. Os burgueses, sujeitos às inúmeras exações dos nobres, procuravam livrar-se das taxas excessivas, fazendo um só pagamento anual ao senhor. Começaram, então, a surgir nas cidades as associações de ajuda mútua, as *comunas,* depois de várias insurreições urbanas no norte da Itália, no vale do Reno e na França do Norte. Em troca de um tributo em dinheiro e da promessa de ajuda militar, os senhores passaram a reconhecer a liberdade dos burgueses num documento, a *Carta,* que sacramentava a nova situação administrativa da cidade que podia eleger os seus magistrados e manter às suas custas a milícia, assim como possuir bandeira e selo. A *Carta* outorgada aos burgueses de Saint-Omer em 1127, por exemplo, reconhecia a cidade como território autônomo, com a administração da justiça e o governo independentes dos senhores. O movimento das comunas ganhou o norte da França, os centros comerciais do Reno na Germânia, tal como Mogúncia e Colônia, e surgiu na Espanha

com os *Consejos* criados por intervenção do rei que concedia a *confratria* ou pela iniciativa dos burgueses unidos na *hermandad.* As comunas italianas tiveram caráter original, pois o campo integrava-se na cidade, e surgiram verdadeiras cidades-estados, enquanto na França, por exemplo, na cidade permaneciam o bispo e o seu clero, os comerciantes, os artesães, enfim, os burgueses, já que os nobres permaneciam nos seus castelos no campo onde os cavaleiros pobres nutriam crescente rancor contra os ricos barões que tratavam de obter cada vez mais dinheiro por meio da cobrança de pedágios de estradas e pontes, do arrendamento de terras e da venda da emancipação aos servos. E, se Otão de Freising, cronista cisterciense e parente do imperador, lamenta nos *Gesta Friderici I imperatoris* o hábito de as cidades italianas elevarem artesãos às dignidades de cavaleiros ou chefes (4), o francês Guibert de Nogent não lhe fica atrás ao declarar no início do século XII: "Comuna, nome novo ou melhor, péssimo" (5).

5. Concomitantemente com o renascimento do comércio, iniciou-se o arranco da indústria artesanal que se desenvolveu em pequenas oficinas onde conviviam os trabalhadores profissionais, os *companheiros,* com os aprendizes. Cada ofício tinha a sua corporação de auxílio mútuo com o seu santo protetor e as suas festividades religiosas. É interessante notar, através de um romance versificado escrito para o divertimento dos nobres, que na indústria dos tecidos já existia a exploração dos companheiros pelos comerciantes ambiciosos. Assim, no romance *Yvain* ou *Le Chevalier au lion* queixam-se as tecelãs:

"Teceremos sempre panos de seda
mas nunca estaremos bem vestidas.

Sempre estaremos pobres e nuas
e sempre teremos fome e sede..." (6).

6. Por outro lado, transformava-se o gênero de vida dos nobres. O cavaleiro, além da bravura e da perícia nas armas e na luta, devia distinguir-se pela "cortesia", um conjunto de virtudes sociais que lhe permitisse tratar com lhaneza os seus pares, os superiores e os inferiores, mas especialmente as damas. No sul da França, na Provença, nasceu a literatura dos trovadores que cantavam as proezas guerreiras e os encantos do amor cortês (7). Aliás, como ensinam Nelli e Lavaud, cumpre distinguir no século XII o amor cavaleiresco do amor cortês. O amor cavaleiresco surgiu em primeiro lugar e foi o resultado da idealização da mulher pela aristocracia guerreira. De acordo com o amor cavaleiresco, o homem consegue o fa-

vor das damas por meio de proezas. O cavaleiro faz questão de ser leal e fiel à sua dama, mas quer levar o amor até à consumação carnal. O amor cortês, ao contrário, de origem provençal, surgiu na primeira metade do século XII e requeria que a amante fosse casada e de nível social superior, o que o tornava teoricamente platônico. Tratava-se de paixão de poeta e de homem gentil que obtinha da amada, quando muito, a recompensa de um beijo ou de outros pequenos favores. Por isso, o amor cortês é galantaria e fineza, mas amor impossível e desesperado. Como cantou mais tarde um dos seus maiores teóricos, Guilhem Montanhangol (1233 - 1258);

"Sim, eles devem servir ao Amor
de todo o coração, eles, os Amorosos.

Pois o amor não é pecado
mas virtude que torna bons os maus
e melhores os bons.

Ele põe o homem no caminho de sempre fazer o bem,
e do Amor procede Castidade.

Quem nele põe seu pensamento
jamais pode agir por mal" (8).

7. É preciso ressaltar devidamente o desenvolvimento no século XII das formas de vida corporativa, pois a corporação é uma instituição social, podemos dizer uma estrutura, que irá caracterizar essencialmente o novo tipo de escolas da Europa Ocidental, ou seja, as Universidades. Assim como os comerciantes se reuniram em associações para a ajuda mútua, assim os artesãos o fizeram, de modo que os trabalhadores do mesmo ramo viviam no mesmo quarteirão ou bairro, compartilhavam as técnicas de que faziam segredo e auxiliavam-se mutuamente. Surgiu desse modo a corporação de ofício, *fraternitas* ou *schola* em latim, *métier* em francês, *craftgild* ou *mistery* em inglês, *arte* em italiano, *Amt* ou *Zunft* em alemão. A corporação congregava os trabalhadores das oficinas em que se praticava o mesmo ofício e eles cuidavam, também, das vendas. O patrão era o mestre, os trabalhadores auxiliares eram oficiais e os principiantes eram aprendizes. Só na Itália quase não havia oficiais devido à profusão de oficinas e lojas com o serviço exclusivo de patrões e aprendizes. Havia corporações de ourives, prateiros, açougueiros, tintureiros, curtidores, ferreiros, metalúrgicos, pedreiros, etc. Elas exerciam verdadeiro monopólio quanto à fabricação dos produtos ou à prestação de serviços. Regulamentavam o trabalho, o salário e os preços. Com esse mesmo espírito iriam formar-se no decurso do século XIII as corporações de estudantes e mestres em várias partes

da Europa. Como diz Oliveira Marques — e essa informação para nós brasileiros é deveras interessante — em Portugal até o século XIV não apareceu o sistema corporativo, pois, afora a produção de alguns artigos para o consumo local, "não existia transformação de matérias-primas, feita em Portugal". Os artesãos, nos inícios da nacionalidade, não passavam de barbeiros, ferreiros, alfaiates, sapateiros, pedreiros, carpinteiros, padeiros, carniceiros, pescadores e outros. As corporações não surgiram antes do fim da Idade Média devido à forte intromissão do rei e dos concelhos na vida dos trabalhadores e ao papel desempenhado pelos pequenos proprietários camponeses. Por isso, os artesãos lusitanos só contaram com as confrarias religiosas (9).

8. A esta altura, para dissipar preconceitos e lendas, convém chamar a atenção para a corporação dos pedreiros-livres. Em francês pedreiro diz-se *maçon.* A sua corporação era a *maçonnerie* que tinha segredos profissionais como as outras, particularmente quanto à localização de pedreiras donde se retirava o material imprescindível às belas realizações da estatuária. A pedra maleável que não oferecia empeços ao escultor, *pierre franche,* deu origem à qualificação do pedreiro *livre, franc-maçon* (10). Essa maçonaria medieval, operativa e católica, nada tem a ver, exceto o nome, com a maçonaria moderna. Ela era uma corporação de ofício de fins caritativos e econômicos e profundamente católica, composta só de trabalhadores, membros operativos. No começo do século XVIII ela se transformou por completo, ou melhor, foi substituída por outra associação que conservou o título e a nomenclatura dos pedreiros-livres medievais, mas com caráter completamente diferente. Os construtores das catedrais, os pedreiros e os canteiros medievais eram cristãos e filhos devotados da Igreja. No século XVIII, no entanto, a maçonaria foi protestantizada pelos pastores Anderson e Désaguliers que redigiram as *Constituições* da Grande Loja da Inglaterra e, conforme René Guénon, fizeram desaparecer os antigos documentos que atestavam a catolicidade da corporação. Os dois pastores, segundo Berteloot, pretenderam e conseguiram fazer da maçonaria "a ordem terceira do protestantismo" (11).

9. Certa animosidade entre as classes sociais começou a refletir-se na literatura. No século XII cresce a elaboração de obras em vernáculo e, de 1174 a 1205, foi composta a melhor parte do vasto romance francês *Roman de Renart* que, segundo Élie Decahors, de início foi apenas uma epopéia animal e depois veio a ser alegoria, sátira social, moral e símbolo filosófico. Como sátira, o *Roman de Renart* atinge, através dos crimes do lobo, da crueldade do leão, da estupidez do asno e das proezas duvidosas da raposa, os barões, os

reis, os clérigos e os monges. A raposa encarna a hipocrisia e representa um aspecto permanente do ser humano (12).

10. Durante o século XII ocorreram, outrossim, marcantes acontecimentos religiosos que passamos a indicar de modo sumário. No século XI a Igreja empreendeu a reforma dos costumes e da mentalidade por meio da renovação monástica de Ciúnia e da ação decidida e eficaz de papas reformadores como Leão IX (1048-54), Alexandre II (1061-73) e o extraordinário Gregório VII (1073-85) que defendeu a supremacia do poder espiritual sobre o temporal, o poder absoluto do Papa na área dos negócios eclesiásticos e, por isso, enfrentou com denodo a luta das investiduras, uma vez que os leigos, príncipes e barões, costumavam interferir nos assuntos eclesiásticos e tinham a pretensão de escolher os dignatários da Igreja. A partir de Gregório VII surgiu a idéia da *Christianitas,* a comunidade dos povos cristãos sob a orientação suprema do Papa (13).

11. No século XII apareceram, também, várias heresias como a dos cátaros ou albigenses, dos petrobrusianos, passágios e valdenses, e as que foram divulgadas por Tanquelmo e Eudo de Stella. Em compensação, houve admirável florescimento monástico com a reforma beneditina que fez brotar do velho tronco as novas ordens de Grandmont, Fontevrault e de Cister, e novos mosteiros como o de Hirsau na Floresta Negra, sobre terem sido criadas novas instituições do clero regular como a ordem dos Premonstratenses de São Norberto, a dos severos Cartuxos de São Bruno de Colônia, as ordens hospitalares e caritativas dos Hospitalários de Santo Antão, dos Humilhados da Lombardia, dos Irmãos da Ponte, confraria de leigos que construíam e conservavam as pontes, assim como alojavam os viajantes. Relevo especial merecem as ordens militares dos Joanitas ou Hospitalários, a dos Templários e a Ordem Teutônica. Além da originalidade destas últimas, ordens de cavaleiros que defendiam os lugares santos, acometiam os muçulmanos, protegiam os peregrinos e assistiam os doentes, destacaram-se de modo particular os Premonstratenses que, ao contrário dos monges tradicionais voltados mais para a própria santificação e a contemplação da divindade, tiveram como um dos seus principais objetivos a pregação e a cura de almas, isto é, o serviço do próximo por meio do exercício do ministério pastoral e do cuidado das paróquias (14). Por fim, note-se que durante o século XII a cavalaria assumiu caráter religioso com a introdução de um verdadeiro rito para a "ordenação" do cavaleiro em que as peças do vestuário, o banho, as bênçãos e os gestos se impregnaram de sentido místico. Como ensina Marc Bloch, ninguém "se torna" mais cavaleiro, mas "ordena-se", e o novo cavaleiro após a sua ordenação, o *adoubement,* não é mais um simples guer-

reiro que combate a cavalo, mas "um homem de honra e de dever que protege os fracos e encarna as virtudes cristãs" (15).

12. Várias são as expressões equivalentes com que se designa a atenção dada ao estudo das letras, da filosofia e das ciências no século XII. A metáfora usada por Wolff é sugestiva, embora possa levar a passo em falso na apreciação dos acontecimentos: *l'éveil intellectuel de l'Europe,* o despertar intelectual da Europa. Trata-se de metáfora sugestiva, porque inculca o início de vera marcha intelectual e cultural, da fundação e do surto de escolas, da gênese das universidades, do início do ensino da filosofia que reapareceu brilhante no currículo das escolas urbanas, do fascínio que despertou em muitas pessoas o contato com as obras científicas dos autores antigos e muçulmanos. Contudo, essa figura de linguagem pode induzir o estudioso à apreciação errônea dos acontecimentos, pois a Europa não esteve adormecida intelectualmente nos primeiros séculos medievais, mas bem acordada — noutra metáfora mais sensata — como a criança ativa que emite os primeiros vagidos, uma vez que na Idade Média começou a nascer e a desenvolver-se a Europa Ocidental. Por outro lado, como diz Bergson, e podemos comprovar, "dormir é desinteressar-se". Ora, os estudiosos na primeira parte da Idade Média não perderam o interesse pela filosofia nem a menosprezaram, simplesmente porque a desconheceram, pois o seu estudo sistemático já não se ministrava nas escolas no fim do mundo antigo. Por conseguinte, durante o século XII, o que ocorreu foi, de fato, o início na Europa do estudo orgânico da filosofia. E a reflexão filosófica beneficiou-se com o aparecimento em latim dos textos dos filósofos gregos e muçulmanos, de modo que ela se exerceu através dos comentários e, logo mais, de obras criativas e originais, tal como esplendeu nas cátedras universitárias do século XIII. E com a ciência passou-se o mesmo, já que os europeus puderam pela primeira vez estudar a sério as obras que constituíam o legado antigo nos vários campos da matemática e das ciências naturais, máxime nas áreas da medicina, da astronomia e da física. Falando, pois, com propriedade, não houve um "despertar intelectual da Europa" mas gênese, impulso e início solene da vida intelectual européia, que já fora preparada pela atividade silenciosa mas construtiva e ardente dos estudiosos que amavam e cultivavam as letras no remanso dos claustros durante a primeira Idade Média.

13. Do ponto de vista da história da filosofia, os dois fatos mais salientes foram a tradução e o estudo das obras aristotélicas, e dos seus comentadores muçulmanos, e a sua aplicação às crenças religiosas, o que deu origem à teologia escolástica, à ciência sagrada em

que as proposições em que se exprime a Revelação foram submetidas à análise crítica e ao enquadramento conceptual nas categorias da lógica, e a argumentação religiosa passou a ser conduzida segundo os cânones da silogística. Ao mesmo tempo em que se constituía a teologia, formava-se a filosofia escolástica de que falaremos noutro capítulo. Os pioneiros dessa revolução cultural e os pais da Escolástica foram Santo Anselmo de Cantuária e Pedro Abelardo. No tocante às tradições, primeiro passou-se para o latim toda a obra lógica de Aristóteles e, pouco a pouco, surgiram as versões dos tratados de metafísica, psicologia, ética, ciência natural e política. Essa introdução gradual dos escritos aristotélicos no âmbito particular do estudo e no currículo escolar provocou, com efeito, verdadeira revolução intelectual (16).

14. Fato curioso e interessante é que, junto com o entusiasmo pelo novo saber, e com o aparecimento de humanistas, eruditos e cultores das ciências, se manifestou em certas pessoas o desejo de abreviar o curso escolar, devido à mera ambição de diplomas para o rápido ingresso em carreiras lucrativas. Assim foram os cornificianos que João de Salisbury fustigou implacável no início do *Metalogicon,* a obra em que o fino humanista inglês defendeu o estudo metódico das disciplinas do *trivium.*

15. À volta do ano 1141 todo o Organon (conjunto dos seis escritos lógicos de Aristóteles) apareceu no *Heptatheucon* de Teodorico de Chartres, exceto os *Analíticos Posteriores* que existiam na tradução antiga e adulterada atribuída a Boécio. Jacó de Veneza traduziu essa obra do grego para o latim e até o fim do século foram feitas outras duas traduções. Otão de Freising, que estudou em Paris, introduziu-a na Germânia. Teodorico de Chartres no prólogo do *Heptatheucon* exprimiu a sua concepção do saber e do papel das artes liberais. Ele afirma que os dois instrumentos básicos do filosofar são a reflexão ou compreensão intelectual e a expressão adequada. Ora, quanto à primeira, o *quadrívio* ilumina o intelecto e, quanto à segunda, o *trívio* permite a manifestação conveniente e elegante do pensamento (17).

16. Os principais centros de traduções no século XII foram Toledo e Sicília, embora fossem feitas traduções em Pisa, Barcelona, Tarragona, Segóvia, Leão, Pamplona, Toulouse, Béziers, Narbona e Marselha. Uma indicação da sede geral de conhecimentos está na variada procedência dos tradutores que procuravam a "terra aliena", a fim de progredir no saber. Em Toledo, onde no século XII a língua comum dos cristãos moçárabes era o árabe, surgiu um verdadeiro centro de tradutores em torno do mecenas das letras e das versões,

Dom Raimundo, arcebispo de Toledo (1126 a 1152) que fora antes bispo de Osma. O arcebispo letrado aproveitou os cristãos que liam e entendiam os livros árabes, punha-os em contato com os clérigos sabedores de latim e, desse modo, surgiam as traduções do texto árabe em latim fluente (18). Os tradutores que acorriam a Toledo eram ingleses como Adelardo de Bath, Roberto de Chester, Daniel de Morley, Alfredo de Sareshel; alemães como Hermann Contractus, da abadia de Reichenau; lombardos como Gerardo de Cremona; toscanos como Burgúndio, Hugo e Leão de Pisa; dálmatas como Hermann da Caríntia; flamengos como Roberto de Bruges; espanhóis como Hugo de Santalla, Domingos González ou Gundissalvo; judeus convertidos ao Cristianismo como João de Sevilha (Avendeut, Aven Daud ou Avendar), Pedro Afonso e outros. "As traduções da obra de Avicena e Averróis, ensina Menéndez Pelayo, espalhavam-se em numerosas cópias pelas escolas da França e da Alemanha onde eram lidas com avidez e, por vezes, engendravam heresias e revoltas. Daí Paris e Toledo resumirem o movimento das idéias no século XII" (19).

17. Outro centro reluzente das traduções no século XII foi a Sicília, ponto de encontro das culturas latina, bizantina e muçulmana. Lá, no tempo de Rogério II, a *Óptica* de Ptolomeu foi traduzida por Eugênio, o Emir e, mais tarde, sob Frederico II, Miguel Escoto e Teodoro de Antioquia verteram para o latim obras árabes de zoologia. Na Sicília traduziram-se importantes obras científicas de Aristóteles, Hipócrates, Galeno, Ptolomeu, Al Khwarizmi, Avicena e outros. Além disso, como observa Crombie, na Sicília não só foram feitas traduções do árabe como apareceram, também, as primeiras obras traduzidas diretamente do grego. A partir do fim do século XII até o fim do XIII, diminuíram as traduções diretas do grego a favor das obras traduzidas do árabe e no século XIV terminaram praticamente as traduções do árabe, quando os mongóis invadiram a Mesopotâmia e a Pérsia. Outro fato saliente ressaltado por Crombie foi que certas obras foram traduzidas em língua popular, especialmente para o italiano, o castelhano, o francês e o inglês, máxime as obras de Aristóteles que deslocaram o eixo do interesse pedagógico das letras para a filosofia e as ciências. Graças aos árabes divulgaram-se no Ocidente a astronomia de Ptolomeu e a trigonometria que a acompanhava, vários instrumentos aperfeiçoados de observação científica, mapas celestes e marítimos. Os árabes também contribuíram de modo notável para a divulgação da ciência médica de Hipócrates, Galeno e das enciclopédias de Haly Abbas (+994), Avicena (980-1037) e Rhazés (+ cerca de 924). A contribuição mais importante dos sábios muçulmanos foi quanto à óptica e à perspectiva

com os estudos de Al-Kindi (+ cerca de 873) e Alhazen (cerca de 965-1039) a promover grande avanço em relação às obras de Euclides, Herão e Ptolomeu. Em matemática os árabes não foram propriamente originais e divulgaram o pensamento matemático da Índia nos domínios da aritmética e da álgebra. Assim, através dos árabes, puderam os cristãos tomar conhecimento do sistema de numeração no qual o valor de um algarismo depende da sua posição (unidade, dezena, centena, etc.), do uso do zero, da extração das raízes quadradas e cúbicas, da resolução de equações determinadas e indeterminadas de 1.º e 2.º graus, etc. Esses conhecimentos procediam dos matemáticos hindus Aryabhata, nascido em 476 d.C., Brahmagupta, nascido em 598 d.C., e Bhâskara nascido em 1114. Durante o século XII o sistema de numeração hindu penetrou aos poucos no Ocidente, juntamente com a contribuição dos árabes sobre a alquimia, a magia e a astrologia. Os árabes não tinham intenção meramente teórica no campo da ciência, mas visavam ao domínio da natureza e daí a importância que deram à alquimia que lhes permitiria descobrir "o Elixir da vida longa, a Pedra Filosofal, o Talismã, a Fórmula do poder e as propriedades mágicas das plantas e dos minerais". Uma vez que eles achavam as causas "ocultas" capazes de produzir fenômenos físicos, não faziam distinção entre as ciências da natureza e a magia ou o ocultismo (20).

18. O século XII foi a grande época da introdução das obras de Aristóteles no Ocidente. Para se fazer idéia disso, consultem-se as listas das traduções, apresentadas na obra de Crombie. De Platão só se conhecera até esse tempo uma parte do Timeu na tradução de Calcídio. Foi Aristipo, arcediago de Catânia (+ 1152), quem traduziu o *Menão* e o *Fedão,* e mais, os *Meteorológicos,* o *Da geração e da corrupção* de Aristóteles, assim como a *Mecânica* de Herão de Siracusa, a *Óptica* e a *Catóptrica* de Euclides, o *Almagesto* de Ptolomeu; e parece ter iniciado a tradução das obras de São Gregório Nazianzeno e de Diógenes Laércio. Burgúndio de Pisa (+ 1193) traduziu os *Aforismos* de Hipócrates, numerosas obras de Galeno, a *Fé Ortodoxa* de São João Damasceno, muitas *Homilias* de São João Crisóstomo, o *Comentário sobre Isaías,* de São Basílio, e o tratado *Sobre a natureza do homem,* de Nemésio de Emesa. No século XIII prosseguiram as traduções de obras filosóficas e científicas que aumentaram o patrimônio dos livros gregos e árabes traduzidos com entusiasmo no decurso do século XII, seja do árabe seja diretamente do grego. O famoso Domingos González ou Gundissalvo traduziu os quatro primeiros livros da *Física* de Aristóteles, os quatro livros da obra *De caelo et mundo,* os dez primeiros livros da *Metafísica,* o tratado *Das ciências* de Alfarabi, o *De anima* de

Avicena, a *Filosofia* de Al-Gazâli, o *Fons vitas* de Avicebrão ou Ibn Gabirol, as obras de Alkindi e o famoso texto neoplatônico, o *Liber de causis.*

19. Passamos agora a examinar os tipos de escolas existentes no século XII limitando-nos, porém, aos estabelecimentos de nível elementar e médio, com algumas alusões aos centros de estudos teológicos, pois voltaremos ao assunto no próximo capítulo sobre as universidades. Depois do conspecto geral do século XII, podemos avaliar com mais segurança e descortino o panorama escolar dessa época de transformação social, de renascimento urbano e cultural. O primeiro fato alcantilado foi a diminuição da importância das escolas monásticas, mas na qual os próprios monges apostaram, e o revigoramento e o prestígio crescente das escolas urbanas, máxime as episcopais e as capitulares. Embora em toda catedral a escola fosse atendida pelos cônegos, havia também cabidos em outras igrejas que não eram catedrais. Isso ocorreu naturalmente devido ao progresso e à animação da vida nas cidades que atraíam cada vez mais a população do campo, enquanto os mosteiros, que haviam sido os centros culturais da fase estritamente agrária da primeira Idade Média, passaram a contentar-se, após as reformas de Clúnia e de Cister, com as escolas internas destinadas exclusivamente aos candidatos à vida monástica. Além disso, os monges deviam enfrentar e resolver dois problemas. Primeiro, urgia afastar das suas escolas e dos seus cenóbios os jovens aleijados e deficientes que os nobres costumavam empurrar para os claustros, como se estes fossem asilos de inválidos. Em segundo lugar, os monges eram avessos às novidades filosóficas e teológicas e distinguiam-se pelo seu acendrado tradicionalismo. Um estudante monástico de teologia, após o estudo das artes liberais, e além das conferências do abade, de regra fazia o seu aperfeiçoamento teológico por meio da leitura da Bíblia e dos Santos Padres, assim como através das suas meditações. Por isso, quando um mosteiro, por exigência dos aristocratas, precisava manter uma escola, o abade costumava contratar um clérigo para dirigi-la ou para lecionar. Ademais, os monges continuavam a apreciar e a estimar os livros e a copiá-los nos *escritórios,* mas a existência de biblioteca num mosteiro não implicava a de uma escola interna.

20. Nas cidades o ensino corria por conta dos clérigos diocesanos, dos cônegos regulares e dos mestres agregados. Os clérigos diocesanos eram os cônegos das catedrais ou das colegiadas, os sacerdotes, diáconos ou clérigos das catedrais e paróquias, e os mestres agregados que eram simples clérigos (não recebiam ordens sacras, mas só a tonsura, sinal da sua inclusão no serviço da Igreja) com licença

de ensinar dada pelo Escolástico, o cônego que servia de secretário da educação do bispado. Os cônegos a serviço da catedral eram sacerdotes diocesanos ou seculares, sem vínculo com nenhuma ordem religiosa, que prestavam serviços à igreja do bispo, recitavam o Ofício em comum, podiam viver juntos e tinham uma prebenda, isto é, uma função administrativa com a devida côngrua ou renda fixa. O conjunto dos cônegos formava o Capítulo ou Cabido. Havia igrejas que, sem serem catedrais, tinham um cabido. Eram as Colegiadas. Ora, tanto nas catedrais havia escolas — as episcopais — como nas colegiadas e nas paróquias urbanas e rurais. Geralmente o clero das igrejas mais importantes constituía um Capítulo e administrava colegialmente as grandes paróquias. Os cônegos regulares, como os Premonstratenses, eram verdadeiros religiosos com os três votos de pobreza, castidade e obediência e seguiam a *Regra* de Santo Agostinho. Desde o início da Ordem, assumiram o encargo de escolas. Entre as várias congregações canônicas distinguiu-se no campo do ensino a dos Cônegos Vitorinos. A congregação de São Vítor foi estabelecida por Guilherme de Champeaux, cônego de Notre-Dame em Paris, onde ensinara dialética. Após a sua morte, a congregação já contava quarenta e quatro casas na França, na Escandinávia e na Itália. Em Paris eles dirigiram a escola do mosteiro de São Vítor e a da colegiada de Santa Genoveva. Davam grande importância ao ensino das artes liberais e redigiram notáveis tratados pedagógicos. Hugo de São Vítor é o autor do famoso *Didascalicon,* manual de pedagogia; Ricardo de São Vítor escreveu uma obra para o ensino da teologia, *Excerptiones,* e Godofredo de São Vítor redigiu em versos a *Fons Philosophiae* em que resumiu a doutrina de Hugo e de Ricardo. Hugo também compôs uma verdadeira suma teológica, *De sacramentis,* tratado sistemático de teologia de feitio tradicionalista.

21. A *licentia docendi,* isto é, a permissão oficial para ensinar, só podia ser concedida pelo chanceler do bispado, o *scholasticus,* que respondia pelos negócios da educação na área da jurisdição diocesana. Na *Historia Calamitatum Mearum* apreciamos o vaivém de Abelardo para conseguir, depois de já lecionar na sua própria escola, a licença para ensinar de modo autorizado e oficial.

22. As escolas episcopais, destinadas primeiramente à formação de sacerdotes, distinguiram-se no ensino das artes liberais e da teologia, mas não eram do mesmo tipo e do mesmo estofo em toda a Europa. O que notabilizava muitas delas era o brilhante corpo de mestres de que muitas vezes dispunham, mas que nem todas tinham a ventura de possuir. Uma vez que elas eram dirigidas pelos cônegos diocesanos, também eram chamadas de *escolas capitulares*. Uma escola episcopal podia rebrilhar intensamente algum tempo devido a

um mestre famoso e, depois, mergulhar na penumbra da rotina. No começo do século XII Anselmo ilustrou a escola de Laon com o ensino da teologia e Abelardo desacreditou-o na sua carta autobiográfica. A escola episcopal de Notre-Dame em Paris ficou famosa graças a Guilherme de Champeaux de 1103 a 1108, e a Abelardo de 1108 a 1113. Angers celebrizou-se com o magistério de Geoffroy Babion e Ulger; Reims com Alberico; Auxerre com Gilberto, o Universal; Bourges com Joscelin de Vierzy; Cantuária com Teobaldo e João de Salisbury, etc. As escolas episcopais também se notobilizaram em certa época devido à sua especialização em determinado ramo de ensino. No início do século XII Angers, Orleães, Meung-sur-Loire e Tours, foram centros de cultura poética. Depois de 1140, Orleães cobriu-se de glória com o ensino da gramática e da retórica e no século XIII com a sua escola de direito. Bolonha consagrou-se perante a opinião européia com a sua escola de direito, e a medicina foi a glória de Salerno e Montpellier (22). Chartres resplandeceu com merecida fama pelo ensino das ciências e da matemática. Foi a cidadela do *quadrivium* com os seus ilustres mestres: Bernardo de Chartres, Guilherme de Conches, Teodorico que comentou o *Timeu* de Platão, as *Categorias* de Aristóteles, e redigiu o manual das sete artes, o *Heptatheuchon* e, finalmente, João de Salisbury e Gilberto de la Porrée. O prestígio invejável de Paris assentou-se no ensino da dialética e da teologia. Observe-se, ainda, que certas cidades se tornaram, no século XII, centros absorventes do ensino, atraindo mestres e alunos da Europa inteira. Assim foram Paris na França e Bolonha na Itália. Em Paris, Abelardo era bretão, Adão da Ponte Pequena, Roberto Pulleyn e Roberto de Melun eram ingleses, Pedro Lombardo era italiano e Teodorico e Gilberto de la Porrée trocaram Chartres pelas margens do Sena. No século XIII corria mundo o adágio de Jordão de Osnabrück no *Tractatus de Translatione Imperii* ou *De Praerogativa Romani Imperii*: "Os italianos têm o Papado; os germanos, o Império, e os franceses têm o Ensino."

23. Continuamos a adiantar algumas observações sobre as escolas do século XII, pois muitos pontos de capital importância no ensino da época serão examinados no capítulo consagrado à Escolástica. *Scholae* era o nome do estabelecimento escolar, ainda que só constasse de uma sala. No mosteiro as aulas eram dadas no *auditorium* e nas escolas episcopais eram ministradas no *claustro* dos cônegos, quando ele existia ou, então, num lugar qualquer, e até mesmo ao ar livre, como o fez Abelardo. *Scholae publicae* eram as classes abertas aos clérigos seculares ou regulares. *Scholae privatae* eram as escolas dos mosteiros. *Scholas constituere* era abrir escola ou curso e *scho-*

larum regimen vinha a ser a direção da escola. *Scholis praesidere, vacare* ou *regere,* era estar à frente de uma escola. *A regimine scholarum cessare* era deixar de manter escola. *Magisterium* significava o direito ou a função de ensinar, bem como a ciência comunicada pelo mestre ou a própria disciplina do ensino. *Clerici,* por fim, era o termo que jurídica e socialmente designava os estudantes ou *scholares* (23).

24. Em Portugal houve muitas colegiadas. Assim, a de Nossa Senhora de Oliveira de Guimarães com um mestre de gramática. Em Coimbra as colegiadas de São Pedro, São Cristóvão, São João de Almedina, Sant'Iago, e do Salvador, e a de São Martinho de Cedofeita no Porto. Destacavam-se no ensino os Cônegos Regrantes de Santa Cruz de Coimbra e de São Vicente de Fora em Lisboa e a de São Jorge, perto de Coimbra. As escolas episcopais da província da Lusitânia remontam às prescrições do concílio de Mérida em 666. A escola episcopal de Braga foi criada pelo bispo D. Pedro em 1070, a de Coimbra data do século XI também e a de Lisboa surgiu após a sua conquista aos mouros depois de 1147.

25. Devido à expansão das cidades e à constituição dos grêmios ou corporações de ofícios, começaram a surgir as escolas profissionais durante o século XII. O menino que se destinasse a um ofício passava a morar com o patrão e fazia de aprendiz por muitos anos, inteirando-se aos poucos da técnica e dos segredos da profissão. Geralmente um aprendiz de pedreiro, por exemplo, era iniciado no ofício pelo pai, por um irmão ou tio. Ele se iniciava no manejo dos instrumentos e realizava tarefas sob a supervisão do patrão, convivia com outros respeitáveis mestres do ofício e até mesmo viajava, a fim de conhecer as grandes realizações arquitetônicas das cidades e dos castelos. Shelby, num excelente artigo sobre esse tema, confessa combater duas atitudes enganosas e graves quanto ao ofício do pedreiro medieval. A primeira é a convicção de muitas pessoas de que teria existido na Idade Média "o segredo do pedreiro" à espera de ser decifrado hoje na arquitetura medieval. Isso não passa de futilidade, diz Shelby, pois os segredos dos pedreiros, como os dos trabalhadores de outros grêmios, referiam-se às habilidades técnicas, às opiniões e decisões atinentes ao ofício e de que os membros da corporação pretendiam ter o monopólio (24). Gimpel confirma tal asserto, ao declarar que o mestre do ofício exigia dos seus operários que não revelassem, por exemplo, a proporção dos vários elementos que entravam na composição da argamassa e do gesso ou o modo de reconhecer a direção das pedreiras e o tipo das pedras. O termo "segredo" nesse caso não procederia, portanto, já que se tratava simplesmente de pedir reserva quanto aos truques profissio-

nais. Ele acrescenta, ainda, que "os construtores das catedrais da França ou da Inglaterra jamais precisaram de apertos de mão ou de sinais secretos para se reconhecerem", pois esse costume nasceu na Escócia na Idade Moderna (25). A outra atitude enganosa a que alude Shelby é a de certos historiadores que tendem a interpretar a arquitetura medieval primeiramente segundo a estrutura intelectual e cultural dos patronos da arquitetura, sem dar a devida atenção ao ponto de vista dos artesãos que, de fato, executaram a obra. Depois de aprender a ler numa escola de gramática, o aprendiz inglês de pedreiro adquiria vastos conhecimentos, mas a sua ciência não se obtinha nas universidades nem nos livros, já que era fruto da tradição que passava de mestre para aprendiz. Lembre-se o que Valafrido Estrabão registrou sobre o assunto no seu *Diário de um Estudante,* ao observar que os monges se iniciavam na escultura numa ala especial do mosteiro sob a direção de um Irmão habilitado. Noutro erudito artigo Lon Shelby frisa a importância do conhecimento da geometria, a *constructive geometry,* que orientava a construção e a manipulação das formas geométricas e não era nem a geometria teórica de Euclides e Arquimedes, nem a geometria prática dos tratados medievais, e revela o caráter e o conteúdo de tal saber (26).

26. No século XII, como vimos, renasceu com vigor a atividade comercial e, como diz Pirenne em famoso artigo, os negócios exigiam conhecimentos de leitura, escrita e cálculo, pois a circulação das mercadorias e do dinheiro exigiam a manutenção de correspondência e de contabilidade. Ora, como as escolas eram todas eclesiásticas, supõe-se que entre os comerciantes havia muitos clérigos instruídos e fascinados pela vida comercial, que se encarregavam da correspondência e das contas dos negociantes. Logo mais os devotos de Mercúrio trataram de proporcionar instrução adequada aos seus filhos que lhes iriam perfilhar a devoção. Enviavam-nos à escola monástica, mas com medo de que resolvessem se tornar monges, o que aconteceu freqüentemente. Muitos cuidaram, então, de contratar clérigos para lecionarem a domicílio, o que lhes saía caro e só era possível aos comerciantes muito ricos. Nas regiões desenvolvidas comercialmente, da Flandres por exemplo, as municipalidades providenciaram a abertura de escolas onde não se insistisse no ensino da literatura, mas se proporcionasse o conhecimento mínimo indispensável às necessidades do comércio, tal como leitura, escrita, cálculo e rudimentos de latim (27).

27. Émile Mâle ensina que a arte do século XII, sobre narrar a obra da Redenção e celebrar as virtudes dos santos, tentou explicar o universo e ilustrar com figuras de pedras lavradas o sistema do

mundo proposto no ensino das escolas episcopais e monásticas (28). Os estudiosos do século XII não foram grandes inventores, nem revolucionaram o campo do saber prático com estrondosas descobertas, tal como ocorreria nos sucessivos séculos da Idade Moderna. Eles descobriram o que lhes estivera oculto, reencontraram o patrimônio cultural que escapara aos novos povos do Ocidente que só haviam herdado os bens literários e jurídicos dos romanos e que eles puderam recuperar com trabalho estrênuo e vivo entusiasmo. Foi com essa convicção que Bernardo de Chartres formulou a sentença que nos chegou através de João de Salisbury: "Somos como anões sentados nos ombros de gigantes" (29). Parece-me ter razão Edouard Jeauneau, ao interpretar esse dito, aplicando-o ao conhecimento das letras profanas. João de Salisbury era um letrado e um humanista da estirpe de Bernardo de Chartres e devia saber que este era basicamente um professor de literatura para quem a composição literária devia inspirar-se nos grandes mestres do passado, mas sem plagiá-los, e que procurava ensinar aos alunos a arte de ler bem e de bem redigir (30). E aí transluz outro aspecto do renascimento cultural do século XII. Antes dos humanistas dos séculos XV e XVI, os estudiosos medievais de Chartres, Paris, Orleães, etc., redescobriram os encantos das belas-letras e deram o máximo realce no ensino à leitura e à imitação dos clássicos latinos. Do ponto de vista educacional, o renascimento do século XII foi sobretudo literário e, graças ao aumento do saber por meio das traduções, também científico.

28. Pode aquilatar-se o conteúdo dos programas escolares nas escolas do século XII, ao se lerem as obras de João de Salisbury, de Pedro Abelardo, de Hugo de São Vítor e de tantos outros mestres dessa brilhante centúria. No *Metalogicon* (Lib. I, c. 24), o Saresberiense deixou-nos a descrição das aulas e do método didático de Bernardo de Chartres. Convém frisar, outrossim, que no século XII se publicaram várias enciclopédias de valor desigual, a saber, o *Liber Floridus* de Lambert de Saint-Omer, a *Imago Mundi* de Honório o Solitário, o *Liber subtilitatum diversarum naturarum creaturarum* de Santa Hildegarda de Bingen, a *Philosophia Mundi* do chartrense Guilherme de Conches, o *Liber de naturis superiorum et inferiorum* de Daniel de Morlai, e o *De naturis rerum* de Alexandre Neckam (31). Thorndike acha que esta pequena enciclopédia de Neckam não é propriamente uma dissertação científica ou filosófica mas um recurso para a formação moral, "but a vehicle for moral instruction" a que mal se atribuiria o nome de enciclopédia, mas cujas citações de autoridades oferecem o máximo interesse como, por exemplo, as referências aos livros de direito romano (32). Ao falar das sete artes, Neckam recomenda-lhes o estudo e previne o leitor contra o seu

abuso, asseverando que elas ornamentam e fortalecem a ciência, assim como os sete planetas iluminam o mundo (33).

29. A melhor fonte de informações a respeito das obras usadas no ensino durante o século XII acha-se na lista anônima de livros didáticos, *Sacerdos ad altare,* publicada por Haskins (34). A lista contém os textos que já citamos a propósito do currículo no capítulo anterior, mas acrescida de vários outros títulos e apreciações. É interessante observar que o seu autor logo de início recomenda para iniciação à leitura latina a obra tão famosa na Idade Média e atribuída erroneamente a Catão, os *Disticha Catonis,* que ele reconhece, aliás, como "o compêndio que o vulgo diz ser de Catão" (35). Esse livro do Pseudo-Catão, além de contribuir para o aprendizado do latim e para a educação moral, contém convites sugestivos para a dedicação ao estudo, tal como: "Trata de aprender e nunca deixes de estudar, pois a vida sem conhecimentos é imagem da morte." Ou ainda: "Aprende algo, pois, se a sorte mudar, a ciência permanece" (36).

30. Outra fonte valiosa para se saber dos livros usados no ensino de gramática e de retórica no século XII são o *Accessus ad Auctores* e o *Commentarium in Theolum* de Bernardo de Utrecht e o *Dialogus super Auctores* de Conrado de Hirsau, assim como os outros *Accessus ad Auctores* da época. O *Accessus ad Auctores* de Bernardo de Utrecht é uma pequena introdução à leitura dos autores cristãos e pagãos de língua latina onde figuram os escritores que já conhecemos e citamos como Ovídio, Lucano, Cícero, Catão, Sedúlio, Prudêncio, etc. Bernardo e Conrado de Hirsau, tal como os outros professores de letras do seu tempo, ao apresentarem a obra de um autor, indagavam qual o título, a intenção do autor, o assunto do livro, a parte da filosofia a que pertence e procuravam responder às perguntas tradicionais dos professores de letras: *Quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando,* indicando deste modo a ordem a ser seguida na explicação dos autores. É interessante notar que Bernardo de Utrecht no início do *Accessus ad Auctores* repete Cassiodoro, ao declarar que *livro* vem de *livrar, liber dicitur a liberando,* porque o livro nos livra do erro. No *Diálogo* entre mestre e discípulo, de Conrado de Hirsau, o Mestre também fala de livro e explica que se trata de termo equívoco, uma vez que designa o pergaminho tirado da casca da árvore ou o conjunto de proposições, histórias e comentários enfeixados num volume ou *dictus est a liberando,* isto é, vem de *livrar,* já que a pessoa entregue à leitura se livra das preocupações e compromissos do mundo (37). Todavia, é preciso deixar bem claro que, além da lista de autores, *Sacerdos ad altare,* atribuída a Alexandre Neckam, as obras mais preciosas em

informações sobre as matérias e os processos de ensino são o *Didascalicon de Hugo* de São Vítor e o *Metalogicon* de João de Salisbury. Nos próximos capítulos sobre as universidades e a escolástica completaremos o panorama aqui delineado da vida cultural e escolar do século XII.

Notas

1. Gustave Cohen, *La Grande Clarté du Moyen Âge,* págs. 29 e seg., 74 e seg.
2. Do século XII diz Haskins: "...the very century of St. Bernard and his mule, was in many respects an age of fresh and vigorous life. The epoch of the Crusades, of the rise of towns, and of the earliest bureaucratic states of the West, it saw the culmination of Romanesque art and the beginnings of Gothic; the emergence of the vernacular literature; the revival of the Latin classics and of Latin poetry and Roman law; the recovery of Greec science, with its Arabic additions, and of much of Greek philosophy; and the origin of the first European universities. The twelfth century left its signature on higher education, on the scholastic philosophy, on European systems of law, on architecture and sculpture, on the liturgical drama, on Latin and vernacular poetry." Charles Homer Haskins, *The Renaissance of the Twelfth Century,* Preface, pág. VIII.
3. "...et tamen gratia Dei victi sunt a nostris." *Histoire Anonyme de la Première Croisade,* pág. 52.
4. "Ut etiam ad comprimendos vicinos materia no careat, inferioris conditionis iuvenes vel quoslibet contemptibilium etiam mechanicarum artium opifices, quos caeterae gentes ab honestioribus et liberioribus studiis tanquam pestem propellunt, ad militiae cingulum vel dignitatum gradus assumere non dedignantur. Ex quo factum est, ut caeteris orbis civitatibus divitiis et potentia praeemineant." Otto Episcopus et Ragewinus Praepositus Frisigenses, "Gesta Friderici I Imperatoris", ed. Wilmons, Liber II, 13, in *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum tomus XX, pág. 397.
5. "Communio quid. Communio autem novum ac pessimum nomen sic se habet, ut capite censi omnes solitum servitutis debitum dominis semel in anno solvant, et si quid contra jura deliquerint, pensione legali emendent. Caeterae censuum exactiones, quae servis infligi solent, omnimodis vacent." Guibert de Nogent, *De Vita Sua,* Liber III, cap. VII, Migne PL 156 (1880), 1.922 A. *Self and Society in Medieval France.* The memoirs of Abbot Guibert of Nogent, L. III, c. 7, pág. 167.
6. *Poètes et Romanciers du Moyen Âge,* ed. Albert Pauphilet, pág. 252-253. "...em todas as comunas, ou em quase todas, é possível distinguir os pobres dos ricos, os pequenos dos grandes e poderosos. Estes apossam-se dos cargos públicos, locupletam-se com as finanças da comuna e, como dominam nos tribunais, privam os outros de qualquer recurso à justiça... Por isso, as comunas são o teatro de verdadeiras lutas sociais." Régine Pernoud, *As Origens da Burguesia,* págs. 28-29.
7. Veja-se a referência que fizemos ao amor e ao culto à mulher no século XII em nosso livro *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII,* págs. 157-159.

8. René Nelli e René Lavaud, *Les Troubadours,* II. Le Trésor Poétique de l'Occitanie, pág. 655.

9. Oliveira Marques, *História de Portugal,* pág. 137-139.

10. "Os termos que designam na Inglaterra os talhadores de pedra permitem, no entanto, estabelecer certa distinção entre os operários que executam o serviço mais grosseiro e os que faziam trabalhos mais delicados. Essa distinção é baseada na qualidade da pedra trabalhada. Aqueles que, por exemplo, lidavam com uma pedra particularmente dura do Condado de Kent, chamavam-se *hard hewers,* cortadores de pedras dura, e eles opunham-se, por conseguinte, aos *freestones masons* que desbastavam uma excelente pedra calcária suscetível de servir para o trabalho delicado dos escultores e que se encontra numa ampla faixa de terreno que se estende do Dorset à costa do Yorkshire. Os *freestone masons* opõem-se igualmente aos *rough masons* que trabalham a pedra grosseiramente.

A expressão *freestone mason* foi substituída pouco a pouco pela outra amplificada de *freemason.* O termo *freemason* refere-se evidentemente à qualidade da pedra e não a qualquer imunidade de que se tivessem beneficiado os construtores das catedrais. No momento em que a franco-maçonaria especulativa foi introduzida da Inglaterra na França à volta de 1725, traduziu-se de modo muito natural *freemason por francmaçon, expressão que a Idade Média jamais conhecera*" (grifo nosso). Jean Gimpel, *Les Bâtisseurs de Cathédrales,* págs. 95-96.

"Signalons que d'après certains étymologistes, *freemason* viendrait de *freestone*" 'pierre franche', par opposition à la pierre grossière qu'employaient les *rough-masons,* simples manoeuvres." Serge Hutin, *Les Francs-Maçons,* pág. 50, nota 1.

Sobre os pedreiros-livres que trabalhavam a pedra de cantaria e desfrutavam de privilégios, cf. Gerald A. J. Hodgett, *História Social e Econômica da Idade Média,* págs. 156-159. "A curva que reproduzimos ilustra graficamente essa mutação econômica e podemos verificar que o pedreiro, operário altamente qualificado que fora um dos artesãos da revolução industrial da Idade Média, teve um nível de vida muito superior ao dos pedreiros dos séculos XVII e XVIII." Jean Gimpel, *A Revolução Industrial da Idade Média,* pág. 101.

Sobre o papel religioso e social das *confrarias* veja-se Pierre Michaud-Quantin, *Universitas,* págs. 179-193. Lembre-se que nas corporações de ofícios, inclusive na dos pedreiros-livres, a parte do leão ia sempre para o mestre. Cf. Jacques Heers, *Le Travail au Moyen Âge,* pág. 96 e seguintes. Consulte-se, ainda sobre as corporações, Jacques Ellul, *Histoire des Institutions,* 3, *Le Moyen Âge,* págs. 215-220. É bom saber, também, que só na metade do século XVIII as velhas comunidades de ofícios adotaram na França o nome de corporação, palavra oriunda da Inglaterra. Cf. Émile Coonaert, *Les Corporations en France avant 1789,* pág. 23.

11. "Quando verdadeiros historiadores assumiram a tarefa de pesquisar cientificamente todas as hipóteses (sobre as origens da maçonaria), partindo da criação da G.L. de Londres, em 1717, e remontaram séculos acima, através da História, uma constatação pôde ser feita, mil vezes comprovada: a Maçonaria nasceu na Inglaterra, sendo uma reorganização da Confraria dos Maçons Operativos e Aceitos, que evoluiu até assumir o seu aspecto atual." Nicola Aslam, *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia,* vol. III, pág. 643.

12. Decahors, *Histoire de la Littératura Française. I, Le Moyen Âge,* págs. 146-148.

"Dira-t-on que c'est le peuple qui par la ruse compense sa faiblesse? Parfois. Mais ce n'est que plus tard dans ses refaçons et développements du XIIIe, *Renard le nouvel* de Jacquemart Gelée (vers 1285) et dans le *Couronnement de Renart* que se roman polymorphe à la matière et la manière ondoyantes et diverses servira de machine politique." Gustave Cohen, *La Vie Littéraire au Moyen Âge,* pág. 131.

13. K. Bihlmeyer — H. Tuechle, *História da Igreja,* volume 2, pág. 216.

14. "Saint Norbert, animé d'un vigoureux désir d'apostolat, avait orienté ses moines vers la prédication qu'il considérait comme leur forme essentiel d'activité." Fliche-Martin, *Histoire de l'Église,* 9, Du Premier Concile du Latran à l'avènement d'Innocent III (1123-1198), pág. 129.

15. Fliche-Foreville-Rousset, 'Du Premier Concile de Latran à l'avènement d'Innocent III", in Fliche-Martin, *Histoire de l'Église,* 9, pág. 161.

Marc Bloch, *La Société Féodale. Les Classes et le Gouvernement des Hommes,* pág. 49.

16. Veja-se o meu livro *Gênese, Significado e Ensino da Filosofia no Século XII,* principalmente a Segunda Parte, da página 157 em diante. Cf. também a minha monografia *Platonismo e Aristotelismo no Século XII.*

17. "Nam, cum sitn duo praecipua phylosophandi instrumenta, intellectus eiusque interpretatio, intellectum autem quadruvium illuminet, eis vero interpretationem elegantem, rationabilem, ornatam trivium subministret, manifestum est heptatheucon totius phylosophie unicum ac singulare esse instrumentum." "Prologus Theodorici in Heptatheucon, in Edouard Jeauneau, *Le Prologus in Heptatheucon de Thierry de Chartres,* in *Medieval Studies,* vol. XVI, 1954, pág. 174. Em grego *hepta* quer dizer sete. *Heptatheucon* significa os sete livros de artes liberais.

18. Segundo A. González Palencia, os documentos escassos não permitiriam afirmar a existência de uma *Escola de tradutores de Toledo,* mas foram tantas as obras traduzidas e as pessoas empenhadas nas traduções em Toledo durante o século XII "que bien puede darse por supuesto un núcleo de gentes dedicadas en especial a esta labor, para la qual debieron de tener la ayuda económica y el aliento moral de personajes toledanos", patrocinados pelo arcebispo D. Raimundo. Ángel González Palencia, *El Arzobispo Don Raimundo de Toledo,* pág. 118.

Segundo Bonilla, "los presbíteros, los diáconos y hasta los acólitos de la próxima iglesia rivalizarían con ellos en buscar escuderos musulmanes o hebreos, *ádibes* (literatos) más o menos complacientes para el fatigoso trabajo de la versión, y los Julianes, Pedros, Domingos, Pelayos y Rodrigos formaban con los Abderrahmanes, Yehudas, Gafires, Abdalahs y Suleimanes el más abigarrado y pintoresco grupo! Todos eran *filósofos,* no porque hubiesen hallado la verdad, sino porque la buscaban honrada y ardientemente, con perseverancia y con fe!. . ." Juan García Fayos, "El Colegio de Traductores de Toledo y Domingo Gundisalvo", in *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo,* Abril, 1932, pág. 112.

19. Marcelino Menéndez Pelayo, *Historia de los Heterodoxos Españoles,* vol. I, pág. 437. Para bem apreciar o movimento das traduções é muito bom examinar primeiro o modo como as obras clássicas chegaram aos árabes que, de certa forma, as devolveram com juros culturais aos cristãos da

Europa Ocidental. Veja-se sobre o assunto Abdurrahmãn Badawi, *La Transmission de la Philosophie Grecque au monde arabe.* Sobre a Espanha como centro de tradutores veja-se Ramón Menéndez Pidal, *España, Eslabón entre la Cristiandad y el Islam.*

20. A.C. Crombie, *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée* (400-1650), tome I, págs. 30-41. Vejam-se os excelentes Quadros apresentados por Crombie com a indicação de autores, obras, tradutores, local e data das traduções em latim, às páginas 34, 35, 36 e 37 do mesmo volume.

21. G. Paré, A. Brunet, P. Tremblay — *La Renaissance du XIIe Siècle. Les Écoles et l'Enseignement.* Philippe Delhaye, "L'Organisation Scolaire au XIIe Siècle", in *Traditio,* vol. V, 1947.

22. Geoffroy de Vinsauf celebrou as glórias pedagógicas de Salerno, Bolonha, Paris e Orleães nos famosos versos:

> "In morbis sanat medici virtute Salernum
> Aegros. In causis Bononia legibus armat
> Nudos. Parisius dispensat in artibus illos
> Panes, unde cibat robustos. Aurelianis
> Educat in cunis auctorum lacte tenellos."

Geoffroy de Vinsauf, "Poetria Nova", v. 1008-1012, in *Les Arts Poétiques,* ed. Faral, pág. 228.

23. O clérigo entrosava-se oficialmente na Igreja e o casamento acabava com a clericatura. Isso não era clericalismo, mas representou o desenvolvimento cultural da vida escolar e, depois, universitária, no interior da Igreja. Paré, Brunet, Tremblay, *La Renaissance du XIIe Siècle. Les Écoles et l'Enseignement,* págs. 60-61.

24. Lon R. Shelby, "The Education of Medieval English Master Masons", in *Speculum,* vol. 32, pág. 24

25. Jean Gimpel, *Les Bâtisseurs de Cathédrales,* pág. 128 e 130.

26. Lon R. Shelby, "The Geometrical Knowledge of Mediaeval Master Masons", in *Speculum,* vol. 47, págs. 395-421.

27. "En tout cas il est absolument certain que, dès le XIIe siècle, la population urbaine s'efforce de se pourvoir d'écoles répondant à ses besoins et placées sous son contrôle." H. Pirenne, "L'Instruction des Marchands ou Moyen Âge", in *Annales d'Histoire Économique et Sociale,* t. I, pág. 23.

28. Émile Mâle, *L'Art Religieux du XIIe Siècle en France,* pág. 315.

29. "Dicebat Bernardus Carnotensis nos esse quasi nanos gigantium humeris insidentes, ut possimus plura eis et remotiora videre, non utique proprie visus acumine, aut eminentia corporis, sed quia in altum subvehimur et extollimur magnitudine gigantea." Joannis Saresberiensis, *Metalogicus,* Lib. III, c. IV, Migne PL 199 (1855), cl. 900 C. *The Metalogicon of John of Salisbury,* translated with an Introduction and Notes by Daniel D. McGarry, pág. 167.

30. Edouard Jeauneau, "Nani gigantum humeris insidentes," in *Vivarium,* vol. V, 2, págs. 98-99.

31. Bouard, "Encyclopédies Médiévales", in *Revue des Questions Historiques,* 1930, vol. 17, págs. 288-289.

32. Lynn Thorndike, *A History of Magic and Experimental Science,* vol. II, págs. 192-193.

33. Alexander Neckam, *De naturis rerum,* pág. 284.

34. Charles Homer Haskins, "A list of text-books from the close of the twelfth century", in *Studies in the History of Mediaeval Science,* chapter XVIII, págs. 356-376.

35. "Postquam alphabetum didicerit et ceteris puerilibus rudimentis imbutus fuerit, Donatum et illud moralitatis compendium quod Catonis esse vulgus opinatur addiscat." *Ib.,* pág. 372.

36. Cf. dísticos III, 1; IV, 19, in *Disticha Catonis,* ed. Marcus Boas, pág. 152 e 215. Vejam-se, ainda, os dísticos IV, 21, pág. 217; IV, 23, pág. 219; IV, 27, pág. 227; IV, 29, pág. 229; IV, 48, pág. 257.

37. Bernard d'Utrecht, *Accessus ad Auctores;* Conrad d'Hirsau, *Dialogus super Auctores,* ed. Huygens, págs. 19 e 74.

Bibliografia

Almeida, Fortunato de — História da Igreja em Portugal. Nova edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto, Portucalense Editora, A.A.R.L., 4 vol.

Anônimo — *Histoire Anonyme de la Première Croisade.* Éditée et traduite par Louis Bréhier. Paris, Librairie Ancienne Honoré Champion, Éditeur, 1924, 258 págs.

Aslam, Nicola — *Grande Dicionário Enciclopédico de Maçonaria e Simbologia.* Rio de Janeiro, Editora Artenova S.A., 1975, 5 vol.

Badawi, Abdurrahman —*La Transmission de la Philosophie Grecque au Monde Arabe.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1968, 199 págs.

Bédoret, H. — "Les premières traductions tolédanes de Philosophie. Oeuvres d'alfarabi", in *Revue Néoscolastique de Philosophie,* tome 41, février, 1938, págs. 80-87 — *Oeuvres d'Avicenne,* Août 1938, págs. 374-400.

Bloch, Marc — *La Société Féodale. — Les Classes et le Gouvernement des Hommes.* Paris, Éditions Albin Michel, 1949, 287 págs.

——— — *Les caractères originaux de L'Histoire Rurale Française.* Paris, Librairie Armand Colin, 1952-1956, 2 vol.

Bouard, M. De — "Encyclopédies Médiévales". Sur la "connaissance de la nature et du monde" au Moyen Âge, in *Revue des Questions Historiques,* 1930, vol. 17, págs. 258-304.

Bourbon, Georges — "La Licence d'Enseigner et le role de l'Écolatre au Moyen Âge", in *Revue des Questions Historiques,* 1876, Paris, págs. 513-553.

Braga, Teóphilo — *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a Instrução Pública Portuguesa.* Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias, 1892-1902, 4 vol.

Brooke, Christopher — *O Renascimento do Século XII.* Tradução de Antônio Mattoso. Lisboa, Editorial Verbo, 1972, 222 págs.

Caeiro, Francisco da Gama — *As Escolas Capitulares no primeiro século da Nacionalidade Portuguesa.* Lisboa, Arquivos de História da Cultura Portuguesa, vol. I, n.º 2, 1966, 47 págs.

Cohen, Gustave — *La Grande Clarté du Moyen Âge.* Quatorzième Édition (NRF). Paris, Gallimard, 1945, 181 págs.

——— — *La Vie Littéraire au Moyen Âge.* Paris, Éditions Jules Tallandier, 1953, 486 págs.

Colinon, Maurice — *L'Église en face de la Franc-Maçonnerie* (Bibliothèque Ecclesia, 2). Paris, Librairie Arthème Fayard, 1954, 190 págs.

Coornaert, Émile — *Les Corporations en France avant 1789.* Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Les Éditions Ouvrières, 1968, 316 págs.

Costa, Pe. Antônio Domingues de Souza — "Escolas Episcopais e Paroquiais", in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal,* vol. II, págs. 74-76.

Crombie, A.C. — *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée* (400-1650). Traduite de l'anglais par Jacques D'Hermies. Paris, Presses Universitaires de France, 1958, 2 vol.

——— — *Augustine to Galileo.* The History of Science. A.D. 400-1650. London, William Heinemann Ltd, 1957, 2 vol.

Da Pra, Mario — *Giovanni di Salisbury.* Milano, Fratelli Bocca Editori, 1951, 166 págs.

Davenson, Henri — *Les Troubadours* ("Le Temps qui court", 23). Paris, Éditions du Seuil, 1961, 187 págs.

Decahors, Élie — *Histoire de la Littérature Française.* Tome I, Le Moyen Âge. Paris, Les Éditions de l'École, 1949, 301 págs.

Delhaye, Philippe — "L'Organisation Scolaire au XIIe Siècle", in *Traditio,* vol. V, 1947, págs. 211-268.

——— — *Grammatica et Ethica au XIIe Siècle* (Analecta Mediaevalia Namurcensia Hors Série, 2). Louvain, Éditions Nauwelaerts, 1958, 56 págs.

——— — "L'Enseignement de la Philosophie Morale au XIIe Siècle", in *Mediaeval Studies,* vol. XI, 1949, págs. 77-99.

——— — *La Philosophie Chrétienne au Moyen Âge.* Paris, Librairie Arthème Fayard, 1959, 124 págs.

Delaruelle, E., Latreille, A e Palanque, J.-R. — *Histoire du Catholicisme en France.* Paris, Éditions Spes, 1957, 2 vol.

Duby, G. e Mandrou, R. — *Histoire de la Civilisation Française.* Moyen Âge XVIe siècle. Paris, Armand Colin, 1968, 360 págs.

Duby, Georges — *Le Temps des cathédrales. L'art et la société 980-1420.* Paris, Gallimard (NRF), 1976, 379 págs.

Eby, Frederick-Arrowood, Charles Flinn — *The History and Philosophy of Education Ancient and Medieval.* Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc. Eleventh Printing, June 1960, 966 págs.

Ellul, Jacques — *Histoire des Institutions.* 3, Le Moyen Âge. Paris, Presses Universitaires de France, 1976, 326 págs.

Faral, Edmond — *Les Arts Poétiques du XIIe et du XIIIe Siècle.* Recherches et Documents sur la technique littéraire du Moyen Âge (Bibliothèque de l'École des Hautes Études. Sciences Historiques et Philologiques, Deux

Cent Trente-Huitième Fascicules). Paris, Librairie Ancienne Édouard Champion, 1923, 384 págs.

Fernández, Luis Suárez — *Historai Social y Económica de la Edad Media Europea.* Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1969, 416 págs.

Fliche, Augustin-Thouzellier Christine e Azais, Yvonne, "La Chrétienté Romaine" (1198-1274), in Fliche-Martin, *Histoire de l'Église,* 10. Paris, Bloud et Gay, 1950, 512 págs.

Fliche, Augustin-Foreville, Raymonde-Rousset — "Du Premier Concile du Latran à l'Avènement d'Innocent III (1123-1198)", in Fliche-Martin, *Histoire de l'Église,* 9. Paris, Bloud et Gay, 1948, 204 págs.

Fisher, A. A. L. — *Storia d'Europa.* Quarta Edizione riveduta sul testo dell'ultima edizione inglese. Bari, Guis. Laterza e Figli, 1951, 3 vol.

Folz, Robert — "Otton de Freising, Témoin de quelques controverses intellectuelles de son temps", in *Bulletin de la Société Historique et Archéologique de Langres,* Tome Treizième, N.º 171, 1958, págs. 70-76.

Fayos, Juan García — "El Colegio de Traductores de Toledo y Domingo Gundisalvo", in *Revista de la Biblioteca, Archivo y Museo.* Año IX, Abril, 1932, Número 34. Madrid, págs. 109-123.

Focillon, Henri — *Art d'Occident.* Le Moyen Âge Romain et Gothique. 3e Édition. Paris, Librairie Armand Colin, 361 págs.

Gandillac, M. Maurice de — *Le Platonisme au XIIe et au XIIIe Siècles.* Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1954, 422 págs.

Génicot, Léopold — *Les Lignes de Faîte du Moyen Âge.* Troisième édition revue. Tournai (Belgique), Casterman, 1961, 377 págs.

Ghellinck, J., De — *L'Essor de la Littérature Latine au XIIe Siècle.* 2e édition. Bruxeles-Bruges-Paris, Desclee de Brouwer, 1955, 584 págs.

————— — *Le Mouvement Théologique du XIIe Siècle.* Deuxième Édition, Bruges, Éditions "De Tempel", 1948, 594 págs.

Gilson, Étienne — *La Philosophie au Moyen Âge.* Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1947, 782 págs.

Gimpel, Jean — *Les Bâtisseurs de Cathédrales.* Paris, Éditions du Seuil (Le Temps qui court, 11), 1964, 189 págs.

Goff, Jacques Le — *Les Intellectuels au Moyen Âge* (Le Temps qui court, 3). Paris, Éditions du Seuil 1957, 191 págs.

Grabmann, Martin — "Aristoteles im 12. Jahrhundert", in *Mittelalterliches Geistesleben.* Abhandlungen zur Geschichte der Scholastik und Mystik. Band III. München, Max Hueber Verlag, 1956, 479 págs.

Grousset, René — *L'Épopée des Croisades.* Paris, Librairie Plon, 1958, 265 págs.

Guibert de Nogent — Venerabilis Guiberti Abbatis S. Mariae de Novigento *Opera Omnia.* Migne PL 156 (1880).

————— — *Self and Society in Medieval France.* The Memoirs of Abbot Guibert of Nogent. Edited with an Introduction by John F. Benton. The translation of C. C. Swinton Bland revised by the editor. New York and Evanston, Harper Torchbooks-Harper and Row, 1970, 260 págs.

Haskins, Charles Homer — *The Renaissance of the Twelfth Century.* New York, Meridian Books, 1957, 437 págs.

———— — *Studies in the History of Mediaeval Science.* New York, Frederick Ungar Publishing Co., 1960, 411 págs.

Heers, Jacques — *Le Travail au Moyen Âge* (Que sais-je? N.º 1186). Deuxième édition mise à jour. Paris, Press Universitaires de France, 1968, 125 págs.

Hugonin, Mons. — *Essai sur la Fondation de l'École de Saint-Victor de Paris.* Migne PL 175.

Hutin, Serge — *Les Francs-Maçons.* Paris, Éditions du Seuil (Le Temps qui court, 19), 1966, 188 págs.

Hodgett, Gerald A. — *A Social and Economic History of Medieval Europe.* New York (Harper Torchbooks), Harper and Row, 1972, 246 págs.

———— — *História Social e Econômica da Idade Média.* Tradução de Mauro Roberto da Costa Souza e Tayná Pinheiro da Costa Souza. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 263 págs.

Halphen, Louis — *L'Essor de l'Europe* (XIe-XIIIe Siècles). Peuples et Civilisations. Histoire Générale. Troisième Édition revue et augmentée. Paris, Presses Universitaires de France, 1948, 638 págs.

Heredia O. P., V. Beltrán de — "La formación intelectual del Clero en España durante los siglos XII, XIII y XIV", in *Revista Española de Teología.* Madrid (Consejo Superior de Investigaciones Científicas). Volumen VI, Cuaderno 1.º. Enero-Marzo, 1946, págs. 313-357.

Hernández, Miguel Cruz — *La Filosofía Árabe.* Madrid, *Revista de Occidente,* 1963, 400 págs.

Hugo de São Vítor — *The Didascalicon of Hugh of St. Victor.* A medieval guide to the Arts. Translated from the Latin with an introduction and notes by Jerome Taylor. New York and London, Columbia University Press, 1961, 254 págs.

Irsay, Stephen d' — *Histoire des Universités Françaises et Étrangères des origines à nos jours.* Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, 2 vol.

Jackson, W. T. H. — *The Literature of the Middle Ages.* New York, Columbia University Press, 1961, 432 págs.

Jeauneau, Édouard — "Le Prologus in Heptatheucon de Thierry de Chartres", in *Medieval Studies,* vol. XVI, 1954, págs. 171-175.

———— — "Nani gigantum humeris insidentes. Essai d' interprétation de Bernard de Chartres", in *Vivarium,* A Journal for Mediaeval Philosophy and the Intellectual Life of the Middle Ages, Volume V, 2 (November 1967), págs. 79-99.

Kristeller, P. O. — "The school of Salerno", in *Bulletin of History of Medicine,* 1945, vol. XVIII, págs. 138-194.

Labal, Paul — *Histoire. Le Moyen Âge.* Paris, Classiques Hachette, 1959, 240 págs. (Obra escrita para o curso médio, mas autêntica jóia didática.)

Langlois, Ch. — V. — *La Vie en France au Moyen Âge d'après quelques moralistes du temps.* Deuxième édition. Paris, Librairie Hachette et Cie, 1911, 359 págs.

Mâle, É. — *L'Art Religieux du XIIe Siècle en France.* Étude sur les origines de l' iconographie du Moyen Âge. Cinquième Édition revue et corrigée. Paris, Librairie Armand Colin, 1947, 463 págs.

Manitius, Max — *Geschichte der lateinischen Literatur des Mittelalters* Vom Ausbruch des Kirchenstreites bis zum Ende de Zwölften Jahrhunderts (Handbuch der Altertumswissenschaft. Neunte Abteilung, zweiter Teil, dritter Band). München. C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1931, 1164 págs.

Marques, A. H. de Oliveira — *História de Portugal.* 4.ª edição. Lisboa, Palas Editores, 1974, 2 vol.

Michaud-Quantin, Pierre — *Universitas.* Expression du mouvement communautaire dans le Moyen Âge Latin (L'Église et l'État au Moyen Âge, XIII). Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1970, 360 págs.

Monroe, Paul — *Historia de La Pedagogía.* Traducción del inglés por María de Maeztu. Madrid, Ediciones de la Lectura, s/ data, 184 págs.

Neckam, Alexander — "De naturis rerum", Ed. Thomas Wright's, in *Rerum Brittanicarum Medii Aevi Scriptores,* London, Rolls Series, 1863, vol. 34.

Nitze, William A. — "The So-called Twelfth Century Renaissance", in *Speculum,* A Journal of Mediaeval Studies, vol. 23, number 3, July, 1948, págs. 464-471.

Nordström Johan — *Moyen Âge et Renaissance.* Essai Historique. Paris (Publications du Fonds Descartes), Librairie Stock, 1933, 238 págs.

Nunes, Ruy Afonso da Costa — "Platonismo e Aristotelismo no Século XII", in *Revista de História,* N.º 75 (1968), pág. 33-54; N.º 76 (1968), pág. 279-292; N.º 77 (1969), págs. 57-74.

Otão de Freising — "Gesta Friderici I Imperatoris auctoribus Ottone Episcopo et Ragewino Praeposito Frisingensibus," Edidit Rogerius Wilmans, in *Monumenta Germaniae Historica,* Scriptorum tomus XX. Hannover 1868. Unveränderter Nachdruck 1963. Stuttgart, Anton Hiersemann — New York, Kraus Reprint Corporation, 80 págs. "Gesta Friderici I", pág. 338 e seguintes.

Palencia, Ángel González — *Historia de la España Musulmana.* Cuarta edición revisada. Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1945, 228 págs.

——————— — *El arzobispo Don Raimundo de Toledo* (Colección pro Ecclesia et Patria). Barcelona, Editorial Labor, S.A., 1942, 199 págs.

Paul, Jacques — *Histoire Intellectuelle de l'Occident Médiéval.* Paris, Armand Colin, 1973, 518 págs.

Prélot, Marcel — *Histoire des Idées Politiques.* Paris, Dalloz, 1959, 637 págs.

Paré, Brunet, Tremblay — *La Renaissance du XIIe Siècle, Les Écoles et l'Enseignement.* Refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909). Paris Librairie Philosophique J. Vrin, 1933, 324 págs.

Pelayo, Marcelino Menéndez y — *Historia de los Heterodoxos Españoles.* Segunda Edición. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1965, 2 vol.

Pernoud, Régine — *As Origens da Burguesia* (Coleção Saber, 5). Tradução de F.S. 2.ª edição, revista e atualizada de acordo com a 4.ª edição francesa (1969). Lisboa, Publicações Europa-América, 1973, 128 págs.

——————— — *Les Origines de la Bourgeoisie* (Que sais-je? N.º 269). Paris, Presses Universitaires de France, 1964, 128 págs.

Pidal, G. Menéndez — "La Escuela de Traductores de Toledo", in *Historia General de las Literaturas Hispánicas,* I. Barcelona, Editorial Barna, 1949, págs. 277-289.

Pidal, Ramón Menéndez — *España, Eslabón entre la Cristiandad y el Islam.* Segunda Edición (Colección Austral N.º 1280). Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1968, 168 págs.

Pirenne, He. — "L'Instruction des Marchands au Moyen Âge", in *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, tome premier, 1929, págs. 13-28.

Poole, Reginald Lane — *Illustrations of the History of Mediaeval Thought and Learning.* Second Edition, revised. New York, Dover Publications, Inc., 1960, 322 págs.

Renucci, Paul — *L'Aventure de l'Humanisme Européen au Moyen Âge* (IVe-XIVe siècles) — I. Paris, Société d'Édition Les Belles Lettres, 1953, 266 págs.

Russell, Josiah — "Alexander Neckam in England", in *The English Historical Review*, volume 47, 1932, April, págs. 260-268.

Sandys, John, Edwin — *A Short History of Classical Scholarship.* From the sixth century B.C. to the present day. Cambridge, University Press, 1915, 455 págs.

Shelby, Lon R. — "The Education of Medieval English Master Masons", in *Medieval Studies*, vol. 32, 1970, págs. 1-26.

————— — "The Geometrical Knowledge of Mediaeval Master Masons", in *Speculum*, vol. 47, N.º 3, July, 1972, págs. 395-421.

Southern, R.W. — *The Making of the Middle Ages.* New Haven, Yale University Press, 1953, 280 págs.

Thorndike, Lynn — *A History of Magic and Experimental Science* during the First Thirteen Centuries of Our Era. Sixth printing. New York and London, Columbia University Press, 1964, 6 vol.

Ullmann, Walter — *A History of Political Thought: The Middle Ages.* Harmondsworth (Middlesex, England), Penguin Books, 1965, 247 págs.

Vários — *Poètes et Romanciers du Moyen Âge* (Bibliothèque de la Pléiade). Texte établi et annoté par Albert Pauphilet. Paris, Éditions Gallimard, 1952, 1305 págs.

Vallicrosa, José Mª Millás — *Estudios sobre historia de la ciencia española.* Barcelona. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto "Luis Vives" de Filosofía, 1949, 499 págs.

————— — *Nuevos Estudios sobre historia de la ciencia española.* Barcelona. Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Instituto "Luis Vives" de Filosofía, 1960, 364 págs.

Vários — *Les Troubadours.* II, Le Trésor Poétique de l'Occitanie. Texte et Traduction par René Nelli et René Lavaud. Paris, Desclée de Brower, 1966, 1085.

Vários — *Poétes et Romanciers du Moyen Âge* (Bibliothèque de la Pléiade). Texte établi et annoté par Albert Pauphilet. Paris, Éditions Gallimard, 1952, 1305 págs.

Walsh, S.J., Gerad G. — *Humanismo Medioeval.* Buenos Aires, La Espiga de Oro, 1943, 155 págs.

Wolff, Philippe — *L'Éveil intellectuel de l'Europe* (Histoire de la Pensée européenne I). Paris, Éditions du Seuil, 1971, 246 págs.

————— — *O Despertar da Europa.* Tradução de Antônio Gonçalves Mattoso. Lisboa, Editora Ulisséia, 1973, 235 págs.

Capítulo VIII

As Universidades

1. Chegamos ao ponto culminante de nossa *História da Educação Medieval.* Depois de havermos considerado as vicissitudes da educação através dos vários séculos da primeira parte do Medievo e depois de termos examinado o início do florescimento de nova civilização após o primeiro milênio da era cristã, passamos ao estudo do século XIII, "o maior dentre os séculos", e à consideração das universidades e da escolástica. Esses dois temas interpenetram-se e são como as duas faces de uma só moeda. Todavia, para fazermos um exame acurado, embora sucinto, desse assunto, resolvemos consagrar um capítulo à origem e à organização das universidades e outro, à constituição das doutrinas e dos métodos dessas escolas — donde o termo escolástica — que foram criação original da Idade Média, uma das suas notáveis contribuições para a cultura humana e um legado precioso da cristandade medieval para os povos do Ocidente, para a sociedade em que vivemos e na qual a instituição universitária ocupa posição de escol, por se tratar de matriz do pensamento, de agência do saber e do progresso científico, filosófico e literário, assim como por ser a fonte geradora de profissões e empregos que orientam a direção e a conservação da vida social.

2. A universidade, dissemos, constitui criação original da Idade Média. Não existiu no mundo antigo nem entre os povos muçulmanos nem em Bizâncio durante o Medievo. É preciso estar atento para o uso do termo, quando se lê, por exemplo, em algum livro que houve universidade em Atenas ou em Bizâncio. Primeiramente, observe-se que o termo universidade só começou a ser usado em latim e a ser aplicado às escolas de certo tipo durante o século XIII. Na centúria anterior. como já vimos, o termo *universitas* foi usado com o sentido de associação ou corporação de ofício. No século XIII, nessa mesma acepção, ele passou a ser empregado para designar as corporações de mestres e estudantes que se consagravam de modo organizado ao estudo das artes liberais, do direito, da medicina e da teologia. No Egito e na Babilônia, na Índia e na China, na Grécia e em Roma, no império bizantino e nos sultanatos muçulmanos, nunca houve

universidades, mas, sim, escolas superiores. Desde tempos remotos, quando a escola surgiu, dividiu-se entre os vários povos em ciclo elementar e em grau superior, de acordo com a grande distinção de idades: meninice e juventude. Assim, no tempo antigo, na Idade Média oriental e no mundo muçulmano houve escolas elementares e superiores que hoje, por figura de linguagem, são chamadas de universidades nos livros de história, o que constitui evidente imprecisão de linguagem e anacronismo, uma vez que as universidades com os seus estatutos, a sua organização jurídica e os graus acadêmicos surgiram espontaneamente no seio da cristandade medieval e foram uma das suas lídimas e originais criações.

3. Entre os romanos o termo *universitas* designara um colégio, uma associação. Na Idade Média aplicou-se a um conjunto de pessoas, usou-se como fórmula de tratamento no início das cartas, *universitas vestra,* "a todos vós", que soava como a nossa fórmula "prezados senhores", e também serviu para designar uma pessoa jurídica tal como *universitas mercatorum,* a corporação dos comerciantes. Desde o fim do século XII, à imitação das guildas dos mercadores, passou-se a falar das corporações de mestres e estudantes, *universitas magistrorum et scholarium,* que eram, com efeito, autênticos trabalhadores intelectuais. Indubitavelmente, a nova instituição pedagógica medieval formou-se em conseqüência do desenvolvimento das escolas episcopais, dos novos métodos didáticos, do aumento do saber em virtude das traduções das obras gregas e árabes, da proteção dada ao ensino por papas e príncipes, mas o fator essencial para a sua gênese, *ein wesentlicher Factor,* como diz Denifle a propósito das escolas de Paris e Bolonha, foi o caráter corporativo que assumiram as escolas de Artes, Direito, Teologia e Medicina (1).

4. O aumento do saber manifestou-se num clima de entusiasmo e de renovação cultural durante o século XII. Ao passo que, por exemplo, se enaltecia o culto das boas letras em Chartres, promovia-se o estudo intensivo da dialética em Paris, graças principalmente ao magistério de Abelardo fortalecido em seguida pela tradução completa do *Organon* aristotélico. As versões das obras científicas, como vimos no capítulo anterior, acabaram por encorpar de modo relevante o conteúdo das artes liberais, especialmente do quadrívio. Os antigos materiais da jurisprudência conservaram-se no *Corpus Juris Civilis* que se compunha do *Código* (codificação da legislação imperial), do *Digesto* (resumo das obras dos juristas romanos), das *Institutas* (manual para os estudantes de direito) e das *Novelas* (compilação das leis de Justiniano). A expressão *Corpus Juris Civilis* servia para indicar o direito romano e para o distinguir do canônico, *Corpus Juris*

Canonici. À volta da metade do século XII, um monge do mosteiro bolonhês dos santos Félix e Nabor, de nome Graciano, inaugurou o estudo do direito canônico, ao unificar as leis da Igreja Católica no seu *Decretum* que se tornou o compêndio do direito canônico e a base da legislação da Igreja no século XIII.

5. Fato cultural de excepcional relevo foi a constituição da teologia escolástica no século XII. Durante séculos os clérigos viveram de meditações sobre a Bíblia e do legado patrístico em que avultava pela sua grandiosidade e potência a obra de Santo Agostinho. Boécio tentou no século VI aplicar a filosofia aristotélica ao aprofundamento da doutrina cristã nos seus opúsculos teológicos, mas a morte precoce ceifou-lhe os projetos. Santo Anselmo e Pedro Abelardo prosseguiram na senda boeciana. O monge de Bec e arcebispo de Cantuária iniciou o emprego da lógica aristotélica na consideração do mistério da Santíssima Trindade nos seus livros *Proslógion* e *Monológion.* Pedro Abelardo aperfeiçoou o incipiente método escolástico e compôs manuais da teologia com o caráter de *sumas* (gênero que irá florescer no século XIII). Ele foi o primeiro autor a usar o termo "teologia" na acepção de ciência sagrada no título de seus livros *Introdução à Teologia* e *Teologia Cristã.* O meritório labor de Abelardo foi perturbado pelos acidentes de sua vida tumultuosa, pela ousadia das suas opiniões, pela sua arrogância e pela inveja e perseguição que lhe moveram os desafetos. Na linha da fidelidade à tradição e à autoridade de Santo Agostinho, outros escritores como Hugo de São Vítor, os vitorinos e Pedro Lombardo compuseram também obras de teologia, ou seja, de sistematização da sacra ciência. Hugo redigiu uma verdadeira suma, o tratado *De sacramentis,* e Pedro Lombardo escreveu a obra que se tornou o compêndio oficial para o ensino teológico e que os clérigos iriam comentar até ao século XVI, os *Quatro Livros das Sentenças.* Na universidade medieval o curso teológico assentava-se na *Bíblia* e nas Sentenças de Pedro Lombardo que se apresentaram como "o reflexo da atividade teológica das escolas e das questões aí debatidas, espécie de *Corpus doctrinae* que pouco a pouco acaba por se elaborar como o termo de longa tradição" (2). A obra de Abelardo foi precedida pelos esforços e tateios de João de Vendières, Wolfgang de Ratisbona, Adalberão de Laon e Herigério de Lobbes. João de Vendières utilizou os manuais de Boécio para compreender o tratado de Santo Agostinho *Sobre a Trindade,* e Wolfgang, Adalberão e Herigério recorreram à lógica aristotélica nos seus estudos e debates teológicos.

6. As faculdades de medicina só se organizaram no século XIII, mas isso se deu em grande parte graças ao aumento do acervo de

obras médicas elaboradas pelos médicos da escola de Salerno, no sul da Itália, que no fim do século XI já era centro famoso de medicina mas cuja fama já surgira, segundo Kristeller, desde 985. O seu primeiro escritor-médico foi Garioponto ou Guarimpoto, autor de um tratado sobre as febres e da obra *Passionarius.* Uma das primeiras obras médicas salernitanas foi a *Practica Petroncelli* de autor anônimo. Na segunda metade do século XI destacaram-se os dois escritores médicos Alfano, monge de Montecassino e depois arcebispo de Salerno, e Constantino, o Africano, que veio para Salerno em 1077. Alfano traduziu a obra *Sobre a natureza do homem* de Nemésio de Emesa e escreveu o tratado *Sobre os quatro humores* e outro *Sobre os pulsos,* sobre ter sido poeta latino. Constantino, monge africano de origem árabe, veio para Salerno em 1077, aí permaneceu algum tempo, foi para Montecassino onde traduziu do árabe muitas obras médicas e morreu em 1087. Foi o primeiro grande tradutor de obras de ciência árabe e forneceu os compêndios usados nas escolas medievais de medicina: o *Al-Malaki* ou *Pantegni* de Haly Abbas, o *Viático* de Al Dschaafar, os livros de Isaac, o Judeu (*Urinas, Febres, Dietas*), a *Isagoge* de Joannicius, os *Aforismos,* os *Prognósticos* e as *Doenças agudas* de Hipócrates, com os comentários de Galeno, e duas obras médicas bizantinas de Teófilo Protospatério e Filareto.

7. O século XII foi a idade de ouro da literatura médica em Salerno com as versões de livros de medicina, as traduções das obras de Hipócrates e Galeno e com a composição de tratados, compêndios e comentários. É aí que surgem duas obras famosas atribuídas erroneamente ao século XI, o *Antidotarium Nicolai,* o tratado de ginecologia da médica Trótula e o famoso *Regimen Sanitatis Salernitanum.* Magister Urso da Calábria escreveu os seus *Aforismos* com vasto comentário e Magister Maurus comentou os de Hipócrates e organizou o currículo médico. Em Salerno, todavia, só havia ensino particular de medicina, e "escola" é o nome que se dá genericamente ao conjunto dos seus mestres particulares e, apesar de ter influído na organização dos currículos das faculdades de medicina de Paris e de outras cidades, Salerno nunca veio a possuir universidade. Como diz Haskins, Salerno "foi importante na história da medicina, mas não teve influência no desenvolvimento das instituições universitárias" (3). Em matéria de bibliografia médica, no entanto, apesar do vulto das traduções, a grande glória salernitana foi o *Antidotarium,* grande coleção de fórmulas e receitas médicas que se formara através de gerações e recebeu a sua forma definitiva no século XII dos escritores médicos Aflácio, Mateus Plateário, Nicolau Le Prévost e de outros. Em 1241, Frederico II publicou uma lei na qual, sem mencionar o nome de Salerno, regulamentou o ensino médico, prescreveu

três anos de estudo da lógica como requisito do curso médico que durava cinco anos e devia incluir a cirurgia, determinou a forma dos exames e da aprovação dos alunos e exigia, após o curso, um ano de prática médica sob a orientação de um médico experiente. Enquanto Salerno teve ensino médico sem universidade, Montpellier projetou-se desde o século XII com as suas escolas de artes e de medicina, graças à sua privilegiada situação geográfica e política e à sua "florescente burguesia", como diz Stephen D'Irsay. A passagem das escolas livres de medicina para o estado de corporação organizada deu-se entre os anos de 1180 e 1220, quando surgiram os estatutos redigidos pelo legado pontifício Conrado de Urach, que prescreviam os exames e a Licença e estabeleciam o chanceler como diretor da escola.

8. A origem da universidade de Bolonha liga-se ao renascimento dos estudos jurídicos no Ocidente. Desde o fim do século X surgiram em Bolonha sinais de renascimento cultural. Já era tradicional, então, a sua escola de artes liberais e no século XI eram muitas as escolas de retórica, a escola episcopal e as monásticas, além das particulares, e na metade dessa centúria já havia professores e ensino de direito. Em documentos de 1070 ao fim do século XI acham-se indicações de *iudices,* de *causidici,* de *advocati* e *advocatores,* de *legum docti* ou *legis periti,* expressões que designavam os estudos de direito e a profissão de jurista. Os primeiros professores públicos de direito parecem ter sido, além de Pepo, citado em documento de 1076 como *legis doctor,* o *legis doctor* Alberto citado em 1067, Iginulfo mencionado em 1076 e o *legis doctus* Rústico recordado em 1088, e tudo indica que o *Studium* bolonhês, que deu origem à universidade de direito, teve origem leiga, uma vez que leigos eram habitualmente os "causídicos", os "advogados" os "juízes", além do fato de a escola de teologia de Bolonha só se entrosar no *Studium* e se integrar na universidade em 1364. Parece, pois, que a universidade de Bolonha surgiu das escolas particulares e dos professores leigos, práticos e especialistas em leis, assim como de juristas notáveis como Pepo e sobretudo Irnério, o verdadeiro fundador da universidade de direito (4). Ele era bolonhês, nasceu à volta de 1055 ou 1060, estudou as artes liberais em Bolonha e foi aluno de direito de Pepe. Teria iniciado o seu magistério jurídico no fim do século XI em Bolonha. Teve por colegas no ensino muitos outros doutores entre os quais Pietro di Monte Armato, Lamberto de Bolonha, Gandolfo de Argelata, Hugo e Ângelo, Alberto de Canetolo e o *legislator* Raimundo de Zena. Como ensina Sorbelli, à volta de 1120 a Escola de Direito de Bolonha era universalmente conhecida na Itália e a cidade era cognominada de "douta" por ser a sede natural e antonomástica das leis.

Irnério formou os quatro famosos doutores e insignes mestres da universidade: Búlgaro, Martino, Ugo e Jácopo, cada um com a sua aptidão especial, tal como os descreveu Irnério em célebres versos:

Bulgarus os aureum, Martinus copia legum,

Mens legum est Ugo, Jacopus id quod ego.

Búlgaro é boca de ouro (pela eloqüência), Martino tem grande cultura jurídica, Hugo tem espírito jurídico e Jácopo me é semelhante.

9. Em Bolonha principiou a renovação do direito canônico que logo se difundiu por outras universidades, mosteiros e bispados. Há séculos que existiam e se colecionavam os decretos pontifícios, as decisões dos concílios, enfim, as leis eclesiásticas. Entre tantas outras podem ressaltar-se as coleções de Reginão, de Anselmo de Lucca, de Burcardo e de Ivo, mas todas foram postas de lado, quando surgiu a nova compilação feita por Graciano, o *Decretum.* O seu autor foi um monge camaldulense nascido em Chiusi. Ele gastou dez anos para compor o *Decretum* (*Concordantia Discordantium Canonum*) e é certo que iniciou o seu trabalho no mosteiro de São Félix de Bolonha. O grande mérito do monge Graciano foi ter estabelecido a distinção entre o direito canânico e a teologia, tal como Irnério conseguira separar o direito civil das outras artes junto com as quais até então fora ensinado. Aos poucos acrescentaram-se ao *Decretum* as Decretais de Alexandre III e de outros papas, por iniciativa de Gregório IX, em cinco livros, depois um sexto por Bonifácio VIII, mais as *Clementinas,* o que resultou na formação do *Corpus Juris Canonici* equivalente ao *Corpus Juris Civilis.* Apesar de a compilação feita por Graciano ter aspecto tipicamente jurídico, diz De Ghellinck S. J., se ele copiou a divisão das matérias do direito romano em *personae, res, actiones,* e se ele manifestou constantemente as suas concepções de jurista; se ele distinguiu a teologia especulativa da teologia prática externa baseada na *potestas,* as suas preocupações jurídicas de modo algum lhe fizeram rejeitar todos os elementos teológicos que constituem a contribuição dos séculos anteriores (5). O fato é que doravante ao estudo do direito civil em Bolonha se associou o do direito canônico a perfazer o plano universitário medieval de reunir o Direito Romano com o Direito Canônico num só sistema de ensino, o do *utrumque ius,* e, por isso, no século XIII em Bolonha, ao lado do Colégio do *Ius civile sive Caesareum* com 16 doutores apresenta-se o Colégio do *Ius Canonicum* com 12 doutores.

10. Em Paris a universidade formou-se a partir das escolas de teologia e de dialética, tal como explicamos no capítulo precedente. No

século XII a cidade fervilhava de mestres de artes liberais e da *sagrada página* e entre eles avultaram Pedro Abelardo, lógico e teólogo, Pedro Lombardo, o mestre das sentenças, e inúmeros outros. Em Paris concentravam-se estudantes provenientes de todos os recantos da Europa e foi dum conflito entre estudantes alemães e os comerciantes que resultou o primeiro privilégio real obtido pela corporação de mestres e estudantes e esse ato assinalou a constituição inicial da universidade de Paris, enquanto o que se poderia denominar "patente da fundação" da universidade de Bolonha foi constituída pelo *Authentica habita* do imperador Frederico Barba-Roxa em 1158 com que este soberano outorgou privilégios aos estudantes e aos professores de Bolonha (6).

11. Por fim, ao lado das universidades de Bolonha (Direito Civil e Direito Canônico), de Paris (Artes e Teologia) e de Montpellier (Medicina), surgiu a primeira universidade inglesa em Oxford. Em 1110 aí chegou o primeiro mestre, o clérigo Teobaldo de Étampes. Vieram, em seguida, Roberto Pullus, teólogo inglês, mestre em Paris e autor de *Sentenças;* Adelardo de Bath e Daniel Morley, imbuídos de ciência árabe colhida na Espanha, e Vacário, legista de Bolonha e aluno de Irnério. Durante o século XII, portanto, divulgou-se em Oxford o ensino das artes, da teologia e do direito civil e, embora não houvesse escola episcopal, pois a sede do bispado ficava em Lincoln, o ensino distribuía-se por muitos conventos e igrejas, máxime na abadia de Oseney e no convento agostiniano de Sainte-Frideswyde. Em conseqüência da morte de dois estudantes inocentes causada pelos burgueses em 1208-1209, houve a dispersão das escolas e os estudantes emigraram para Paris, Reading e Cambridge, o que ocasionou a fundação do *studium generale* de Cambridge. Oxford conseguiu então a jurisdição eclesiástica para os estudantes, concedida pelo legado pontifício, o cardeal Nicolau, e logo eles também receberam o direito de greve e de secessão, de modo que no reinício dos cursos em 1214 a universidade já dispunha de garantias para a sua autonomia. O decreto do legado pontifício, diz Rashdall, foi o primeiro documento com a natureza de carta de privilégios que a universidade de Oxford pôde ostentar (7).

12. Como já se pôde perceber, não houve data marcada para o aparecimento das universidades. As bulas pontifícias e as cartas patentes dos reis foram expedidas numa data determinada, mas só vieram consagrar o que era fato consumado, ou seja, a constituição de uma corporação de mestres e estudantes. Com efeito, as primeiras universidades formaram-se espontaneamente e reis e papas apenas reconheceram oficialmente as novas instituições. Assim, o reconheci-

mento formal da universidade de Paris deveu-se ao privilégio conferido em 1200 pelo rei Felipe Augusto aos professores e estudantes, aos Estatutos promulgados pelo legado pontifício, o cardeal Roberto de Courçon em 1215, e à bula de Gregório IX de 1231, *Parens scientiarum.* As universidades de Paris e de Bolonha deram o tom para o futuro reconhecimento de novas escolas desse tipo, ao mesmo passo que lhes iriam servir de modelo e inspiração. As universidades que se formaram espontaneamente são chamadas *ex-consuetudine,* e as criadas por iniciativa papal ou principesca, *ex-privilegio.* As universidades de Palência e Nápoles, por exemplo, nasceram repentinamente da iniciativa oficial. A de Palência na Espanha foi criada por Afonso VIII de Castela em 1212-1214 e a de Nápoles foi erigida por Frederico II em 1224 para ser pepineira de funcionários públicos. Convém, ademais, observar que as universidades de início não eram escolas de saber universal, mas institutos especializados numa determinada área do conhecimento, como o testemunham os célebres versos de Geoffroy de Vinsauf (*Poetria nova,* v. 1008-1012): "Salerno cura as doenças com o poder do médico; Bolonha arma com as leis os que devem sustentar processos; Paris dispensa com as artes o alimento que faz os fortes e Orleães nutre com o leite dos autores antigos os que ainda estão no berço."

13. Ao surgir no fim do século XII, a universidade de Paris não comportava o ensino do direito civil. Em Bolonha, a faculdade de teologia só foi criada pelo papa Inocêncio VI em 1364. A universidade de Orleães só ministrou o ensino do direito. A de Toulouse instituída em 1227 teve por objetivo dispensar o ensino da teologia e combater a heresia albigense (8). Por outro lado, havia muita movimentação de professores entre as universidades. Os legistas de Bolonha, por exemplo, introduziram o estudo do direito na universidade de Montpellier na França e em Oxford na Inglaterra, enquanto os teólogos formados em Paris se espalhavam por todos os cantos da Europa.

14. Convém saber, outrossim, que o termo universidade não significava o conjunto das faculdades, mas indicava apenas a associação de pessoas, alunos, professores e funcionários de uma cidade, aplicados ao estudo das artes, do direito, da teologia e da medicina, pois o termo, como já vimos, valia por associação ou corporação. Na segunda metade do século XIII a expressão *studium generale* indicava um centro de estudos e o termo *generale,* geral, não denotava a extensão universal dos conhecimentos, mas tão só o fato de que as aulas eram públicas, acessíveis aos alunos de qualquer país e de qualquer condição, ao contrário do *studium particulare* que era centro de estu-

dos exclusivos de estudantes de uma determinada província, por exemplo, da ordem dominicana. O *studium solemne,* por sua vez, era um centro de estudos muito importante e bem freqüentado mas que não era necessariamente *generale*.

15. Muitas universidades surgiram por iniciativa dos reis que as fundavam com intuitos políticos: promover a própria terra, beneficiar os súditos e evitar a intromissão dos políticos estrangeiros. Assim, em 1431, em plena Guerra dos Cem Anos, o rei da França Carlos VII solicitou ao papa Eugênio IV a bula para a ereção da universidade de Poitiers, uma vez que a de Paris estava sujeita à influência estrangeira devido à ocupação inglesa. Assim, ainda por ocasião da Guerra dos Cem Anos, foram fundadas as universidades de Caen na Normandia, em 1437, e a de Bordeaux para a Guiena, em 1441. Foi, ainda, por razões políticas que o rei Luís XI e o papa Pio II consentiram na fundação da universidade de Nantes na Bretanha, em 1460, e o papa Paulo II publicou a bula para a fundação da universidade de Bourges em Berry, em 1464. Na Itália, além do caso notório de Nápoles, algumas cidades fundaram *studia* para aumentarem a sua população e riqueza, tal como Pavia (1361), Ferrara (1391) e Florença (1349). Na fundação desta última, além do ciúme que ela tinha de Pisa, aduziu-se o desejo de reparar a falta de habitantes causada pela peste no ano anterior.

16. O século XIII, tão extraordinário sob vários aspectos, foi também a época de ouro das universidades, pois, exceto a de Bolonha nascida no século XII, nele se organizaram as de Paris, Oxford e Salamanca, as primeiras e as mais importantes. No século XIII contam-se dezenove fundações universitárias. No século XIV foram fundadas umas vinte e oito e, no século XV, mais de trinta. Como já dissemos algo das primeiras grandes universidades de Bolonha, Paris e Oxford, observemos que a de Salamanca, "the queen of spanish universities", segundo Compayré, fundada à volta de 1227, só obteve a sua carta patente de Fernando III, rei de Castela e Leão, em 1243, deveu a sua prosperidade a Afonso X, o Sábio, e nela tiveram realce especial os estudos musicais, tendo sido a universidade de Salamanca a primeira a outorgar graus acadêmicos em música. Paris e Bolonha foram os protótipos das universidades medievais. Paris, chamada por Mullinger de "o Sinai da instrução" na Idade Média, serviu de modelo para as universidades de Oxford e Cambridge na Inglaterra; de Praga, Viena, Heidelberg e Colônia na Germânia, enquanto Bolonha inspirou principalmente as universidades da Itália, exceto a de Nápoles, as de Montpellier e Grenoble na França, e outras.

17. Em Portugal, embora os prelados tivessem solicitado ao Sumo Pontífice um Estudo Geral para Lisboa em 1288, a universidade foi fundada em 1.º de março de 1290 pelo rei D. Dinis que declarou na sua Carta de privilégios: "...houvemos por bem ordenar, na Real Cidade de Lisboa, para honra de Deus e da Santíssima Virgem sua Mãe, e também do Mártir S. Vicente, cujo santíssimo corpo exorna a dita cidade, um Estudo Geral, que não só munimos com cópia de doutores em todas as artes, mas também roboramos com muitos privilégios" (9). Em 9 de agosto de 1290, o papa Nicolau IV pela bula *De statu regni Portugaliae,* expedida de Orvieto, aprovava a fundação do Estudo Geral de Lisboa, concedia-lhe vários privilégios e autorizava a licenciatura de Artistas, Canonistas, Legistas e Médicos "que os Mestres reputarem idôneos", só não havendo, por expressa declaração papal, o ensino da teologia (10). A universidade foi transferida em 1308 para Coimbra pelo rei D. Dinis, mas D. Afonso IV em 1338 mandou-a regressar a Lisboa, donde retornou a Coimbra em 1354. D. Fernando trouxe-a de volta para Lisboa em 1377, até que D. João III a instalou definitivamente em Coimbra em 1537. Ora, a universidade de Coimbra é do tipo bolonhês em que os escolares são o elemento preponderante (11). Vejamos, pois, em que consistem os modelos universitários bolonhês e parisiense.

18. Segundo Rashdall, a universidade de estudantes surgida em Bolonha constituiu uma novidade na história da educação, "a wholly new departure in the history of education", pois se distinguia das instituições anteriores e diferia das que dela se desenvolveram (12). Convém ter em mente que os estudantes de direito eram geralmente adultos, como os de teologia e de medicina, já que os adolescentes ainda se viam a cursar as artes. Uma vez que eles vinham a Bolonha de várias regiões da Itália e de outros países, era muito natural que procurassem agrupar-se de acordo com a sua origem e nacionalidade, pois se sentiam irmanados e cuidavam de ajudar-se uns aos outros na qualidade de estrangeiros, hóspedes em terra estranha. Desse modo, para se defenderem dos abusos cometidos pelos burgueses e para se auxiliarem, os estudantes formaram as *Nações* nas duas universidades, como hoje podemos dizer, a dos juristas e a dos artistas, que também abrangiam os estudantes de medicina, pois o termo *universidade* veio a designar o conjunto de estudantes de uma certa disciplina e, nesse caso, os de Direito, de Artes e os de Medicina. Ocorre, porém, que desde a segunda metade do século XII, no linguajar da época, só existia a universidade dos Juristas e, como nela se distinguiam em blocos os estudantes de aquém e além dos Alpes, os

alunos de direito passaram a formar duas universidades: a universidade dos citramontanos (os italianos, com exclusão dos bolonheses protegidos pela Comuna) e a dos ultramontanos (os estrangeiros) e cada uma dessas universidades se compunha de nações, de acordo com a proveniência dos estudantes, e era assessorada por um conselho central com um representante de cada nação, e à frente da nação achava-se um Reitor. "Em suma, diz Sorbelli, pouco a pouco formou-se uma Comuna dentro da Comuna." No século XII, e no princípio do século XIII, as nações dos citramontanos deviam ser pelo menos quatro: Romanos, Campanos ou Meridionais, Toscanos e Lombardos, mas no fim do século XIII e no começo do século XIV eram três, tendo a dos Romanos absorvido a dos Campanos e os Meridionais em geral. Contando-se, porém, os componentes dessas nações segundo as regiões de que procediam havia, de fato, 17 nações de citramontanos (aquém dos Alpes): Os Romanos incluíam Roma, Abruzzo, Terra di Lavoro, Puglia, Calábria, Marca inferiore, Marca superiore, Sicília. A nação dos Toscanos abrangia os Fiorentini, Pisani, Lucchesi, Senesi, o antigo ducado de Ravena e dos Venezianos e a nação dos Lombardos compreendia os Genovesi, Milanesi, Tessalonici (Parma, Piacenza, Reggio e Módena) e Celestini (Asti, Alba, Acqui e Torino). A universidade dos ultramontanos (além dos Alpes) ou dos estrangeiros compunha-se, segundo um documento de 1265, de treze nações: Franceses, Espanhóis, Provençais, Ingleses, Picardos, Borguinhões, Pictavienses (ou do Poitou), Turonenses (de Tours), Cenomanenses (do Maine), Normandos, Catalães, Húngaros, Poloneses e Alemães. No século XIV variou a distribuição das nações e no século XV, conforme os estatutos de 1432, as nações eram 16 e, depois de 1500, aumentaram ainda mais, ao passo que diminuíam de importância, o mesmo acontecendo com as nações ultramontanas.

19. Cada nação podia eleger um conselheiro, mas nos estatutos de 1317-1347 eles eram dezoito para cada universidade, embora as duas universidades tivessem, de fato, trinta e oito conselheiros, donde se colhe que as três nações italianas principais tinham cada uma seis conselheiros. Desde o início do século XIV começou a operar a universidade dos artistas, uma só para os estudantes italianos e os estrangeiros e, de início, com quatro nações e nove conselheiros (três lombardos, dois ultramontanos, dois romanos e dois toscanos). As nações, e depois as universidades, reuniam-se para as assembléias e para a discussão dos seus negócios em diversos lugares da cidade, particularmente nas igrejas que lhes eram destinadas. Assim, os ultramontanos reuniam-se na igreja de São Próculo, os citramontanos

na de São Domingos e a universidade dos artistas na igreja e no convento dos franciscanos.

20. O dever mais importante dos conselheiros era eleger o reitor que devia ser estudante, clérigo, solteiro, de vinte e cinco anos, ter estudado leis durante cinco anos, ser membro da universidade que o escolheu, ser adornado das virtudes da prudência e da honestidade (13). Cabia ao reitor-estudante exercer jurisdição civil e criminal sobre os alunos e os professores e resolver as pendências entre as escolas de direito. O reitor da universidade ultramontana era escolhido no dia primeiro de maio e, desde 1256, cada grupo de nações apresentava por um ano o seu candidato num ciclo de quatro anos. O reitor cismontano era eleito por dezenove conselheiros, a primeiro de maio, e cada ano as nações dos Romanos, Toscanos e Lombardos escolhiam o seu reitor num ciclo de três anos. A fim de poder exercer sanções, o reitor devia agir de acordo com o *podestà* da comuna. Cabia, ainda, ao reitor supervisar as matrículas, fixar o horário das aulas, determinar as férias e estabelecer o pagamento dos professores. Ele também devia presidir os exames e as cerimônias do conferimento dos graus acadêmicos, assim como lhe competia fiscalizar a atividade dos copistas e dos livreiros. Os reitores surgiram desde o ano 1180. No século XV houve vice-reitores. O reitor tinha precedência sobre as outras autoridades e, a certa altura, até mesmo sobre os cardeais. Essa autoridade começou a diminuir no fim do século XV, quando passou a ser chamado de "Magnífico" em vez de "Digníssimo", como era designado no século XIV. Devido aos encargos da função, o reitor devia ser homem rico (14).

21. Os outros componentes da administração universitária que cooperavam com o reitor eram quatro *síndicos* (dois de cada universidade) que deviam rever os atos dos reitores. Um *advogado* ou síndico cuidava dos interesses do reitor perante o foro público. Seis clérigos prudentes eram incumbidos de revisar os livros que circulavam nas universidades. Os livreiros, *stationarii*, promoviam a cópia de livros e vendiam-nos. Os clérigos adstritos ao exame da lisura das cópias e da correção dos textos eram os *peciarii*, do termo *pecia*, seção do original aprovado de um manuscrito. Os *massarii* eram os tesoureiros, um para cada universidade. O *notário* redigia os processos, anotava as matrículas e copiava os estatutos. Finalmente, os *bedéis gerais* acompanhavam os reitores nas cerimônias públicas (procissões ou funerais), anunciavam os debates, as aulas, os feriados, a venda de livros e viviam da generosidade dos estudantes, enquanto os *bedéis especiais* cuidavam da limpeza e de outros aspectos materiais da escola.

22. A partir de 1317 as duas universidades de direito formaram praticamente uma só escola, um todo com os mesmos estatutos e as mesmas assembléias. Na falta de um reitor, o outro o substituía. No início do século XVII a comuna já usurpara a maior parte dos privilégios da universidade. Quando Napoleão invadiu Bolonha em junho de 1796, as nações e os oficiais foram dispersados, e em 1798 a universidade de Bolonha pela primeira vez teve um reitor não estudante mas professor.

23. A parte central da universidade de Bolonha era o *Studium*, o complexo docente, em que os professores ensinavam aos alunos um conjunto de disciplinas jurídicas. Os mestres foram chamados inicialmente de *doctores*. Quando estes se tornaram numerosos, e nem todos lecionavam, distinguiram-se os *doctores legentes*, os professores estáveis, e os *doctores non legentes*, advogados que não lecionavam ou porque os estudantes não os escolhiam ou por exercerem outras funções municipais. Desde a metade do século XII os docentes foram denominados *professores*. O professor chamava-se *dominus* quando ensinava direito civil e *magister* quando lecionava direito canônico, filosofia ou teologia. Mais tarde, o professor de direito foi chamado também de *reitor*, aquele que "rege" ou tem cátedra. *Mestre* tornou-se o título quase exclusivo do professor de medicina ou de artes.

24. Os professores de direito em Bolonha recebiam, de início, os seus salários das universidades de estudantes. No fim do século XIII a Comuna ou a municipalidade pagava os salários dos professores de algumas cátedras. Nesse regime, primeiro os estudantes indicavam os professores que seriam pagos pela Comuna, depois esta escolhia os mestres e, por fim, fazia o pagamento de todos os assalariados, exceto os professores das disciplinas mais modestas propostas pelos estudantes. Na metade do século XIV formou-se a magistratura dos Reformadores do *Studium* que fiscalizavam o comparecimento dos professores e descontavam as faltas na folha de pagamento. No começo do século XIV distinguiam-se os *professores* dos *leitores*. Estes eram comumente estudantes estrangeiros com alguns anos de estudo e a promessa de se doutorarem. Bacharel era o título dos estudantes que ministravam aulas extraordinárias (*extraordinarie legentes*) e nada recebiam por conta das aulas, antes eles é que deviam pagar uma taxa para poderem proferi-las.

25. Em Bolonha só havia o grau universitário de *doutor* e os doutores não pertenciam às universidades mas ficavam de fora e formavam o *Colégio dos Doutores*, desde a segunda metade do século XIII. Em 1219, o arcediago de Bolonha foi incumbido pelo papa Honório III de conceder o doutorado aos estudantes competentes e dignos.

O Colégio dos Doutores tinha o encargo de examinar os estudantes e de conferir o grau de doutor. Nos séculos XIV e XV diminuiu a autoridade desse Colégio devido à exclusão dos estrangeiros, ainda que fossem de excepcional valor e, por causa do nepotismo, que passou a imperar na distribuição dos cargos docentes atribuídos aos parentes, filhos, irmãos ou sobrinhos dos doutores em exercício. Cada Colégio tinha os seus próprios estatutos (civilistas, canonistas, médicos e artistas). Nos séculos XIV e XV o Colégio de Direito Civil tinha dezesseis membros ordinários e três extraordinários ou supranumerários sob a presidência de um Prior, com mandato geralmente de dois meses e sob a assistência do arcediago. Os colégios perduraram até o período napoleônico com o poder de conceder a láurea de doutor que se obtinha através de rigoroso exame privado. O estudante aprovado obtinha então a Licença. O outro exame, público e solene, era menos exigente quanto ao saber, mas dava mais despesas e a láurea era concedida solenemente na catedral. O Doutor do Colégio gozava em Bolonha de altíssima consideração e, por diploma de Carlos V em 1530, passou a ser considerado *conde palatino.*

26. Demos grande atenção à universidade de Bolonha porque, geralmente, quando se fala de universidade medieval — exceto nas faculdades de direito — o que se diz é sempre alusivo à universidade de Paris, o maior centro de estudos literários, científicos, filosóficos e teológicos da Idade Média. O *Cartulário* da universidade de Bolonha fala-nos dos juramentos dos mestres de não abandonarem a cidade, dos salários, dos aluguéis, enfim, de questões predominantemente financeiras. O *Cartulário* da universidade de Paris está referto de preocupações doutrinárias e retrata a vida animada dos mestres e dos estudantes preocupados com os problemas filosóficos e teológicos. Por isso, exceto para a carreira jurídica, falar de universidade medieval é principalmente conhecer e tratar da universidade de Paris que se formou espontaneamente no século XII através da associação dos mestres de artes e de teologia. Abelardo foi o representante máximo desse duplo magistério, pois os seus cursos de lógica e de teologia atraíam milhares de estudantes de toda a Europa na primeira metade do século XII. Depois de Abelardo ensinaram em Paris outros mestres que redigiram os manuais mais usados nas universidades até o fim da Idade Média: os *Libri Sententiarum* de Pedro Lombardo, bispo de Paris em 1159, e a *Historia Scholastica,* manual de história bíblica, de Petrus Comestor, Pedro o Comilão (comedor de livros). Depois de 1150, surgiram em Paris escolas de direito e de medicina, embora mais tarde fosse interditado aos clérigos o estudo do direito civil. Entre 1175 e 1190 Guy de Bazoches escreveu uma carta a um amigo em que descrevia a cidade de Paris e dizia

que há muito tempo se ensinavam em Paris, *in insula,* na Île de la Cité, filosofia, direito civil e canônico, *decreta et leges,* e a teologia, *sacra pagina* (15).

27. Ainda que a associação dos mestres parisienses tivesse começado a surgir na segunda metade do século XII, a corporação dos mestres e estudantes só se constituiu de modo inequívoco após a concessão do primeiro privilégio aos estudantes por Felipe Augusto em 1200 (16). A *universitas magistrorum et scholarium* foi a corporação parisiense de mestres e estudantes, organizada à imitação das outras corporações, na qual um professor, cônego de Notre-Dame, dirigia a universidade em nome do bispo de Paris como chanceler. Os professores eram os "patrões" da corporação, os bacharéis eram os "oficiais" ou companheiros, os alunos eram os "aprendizes", e as faculdades, os "ofícios". A Faculdade de Artes nasceu da federação das escolas de artes liberais. Era a mais numerosa, contava com os professores e os alunos mais jovens, pois era curso propedêutico às demais faculdades. A corporação emergiu de modo nítido através das lutas com o chanceler do bispado que outorgava a licença para ensinar ao aluno que só podia ser julgado apto pela associação dos mestres. O reitor era eleito por um período de três meses e era escolhido dentre os professores e a faculdade compunha-se de quatro nações subdivididas em províncias. A nação francesa (Île de France), *honoranda Gallorum natio,* compunha-se de cinco províncias, a saber, Paris, Sens, Reims, Tours, Bourges e a esta última ligavam-se a Itália, a Sabóia, a Espanha, Portugal e o Oriente. A nação da Picardia, *fidelissima,* abarcava as províncias de Beauvais, Amiens, Noyon, Laon e Térouanne. A terceira nação era a normanda, *veneranda,* e a quarta, a inglesa que no século XV, devido à Guerra dos Cem Anos, foi substituída pela alemã, *constantissima,* que abrangia duas províncias, a dos "continentais", isto é, alemães, holandeses e dinamarqueses, e os "insulares", ingleses e escoceses. À frente de cada nação achava-se um Procurador eleito que cuidava dos seus interesses, e os quatro procuradores elegiam o reitor. Reitores e Procuradores deviam zelar pela disciplina das Nações.

28. Do fim do século XII a 1231, os mestres parisienses obtiveram os seus privilégios corporativos. Em 1215 o cardeal-legado Roberto de Courçon deu à universidade os Estatutos, tendo fixado os programas e os textos para os cursos de artes e de teologia. A luta dos mestres contra o chanceler e o bispo de Paris de 1215 a 1231 terminou com a vitória da universidade selada pela bula *Parens scientiarum* de Gregório IX em 1231 e completada com mais privilégios à volta de 1250. Gradativamente o reitor passou a dirigir toda a universidade.

De 1231 a 1251 ele presidia o conselho dos mestres, reclamava à polícia os estudantes presos, estabelecia o preço para o aluguel dos alojamentos, assim como o dos livros que serviam de exemplares oficiais.

29. A universidade de Paris converteu-se no decurso do século XIII numa confederação das escolas espalhadas pela cidade e cada uma era dirigida por um mestre regente. A princípio, o termo "faculdade" designava a matéria ensinada, por exemplo, a teologia e, depois, o conjunto dos mestres e estudantes da mesma disciplina: artes, teologia, direito e medicina. A faculdade abrangia as escolas que ensinavam uma dessas disciplinas e era dirigida pelo Conselho dos mestres sob a orientação do deão, o professor mais antigo ou mais idoso. Em 16 de novembro de 1219 Honório III prescreveu cinco anos de estudo da teologia e proibiu, sob pena de excomunhão, o ensino do direito civil (17). Pelo estatuto de 19 de março de 1255, com a prescrição oficial dos livros de Aristóteles no programa, a faculdade de Artes transformou-se, de fato, em Faculdade de Filosofia (18). Numa carta de Urbano IV de 22 de junho de 1262 aparece com destaque a expressão *Parisiensis Universitas,* a universidade de Paris (19), e em 1292 o papa Nicolau outorgou aos mestres da universidade de Paris o privilégio de ensinarem no mundo inteiro — *ius ubique docendi* — sem precisarem fazer novo exame (20).

30. Entrava-se na Faculdade de Artes com a idade de 15 anos. O curso durava quatro e, após longos exames (*determinatio*), o estudante tornava-se *bacharel.* Aí ele fazia um estágio de dois anos, a explicar textos e a participar de exercícios escolares sob a orientação do mestre. Findo o estágio ele obtinha a *licentia docendi,* licença para ensinar, e o título de *magister artium,* equivalente a doutor, com vinte e um anos, estando apto para cursar teologia, direito ou medicina. Alguns mestres, antes de prosseguirem os estudos, lecionavam por alguns anos na Faculdade de Artes. Na Faculdade de Teologia, depois de seis anos de estudos como ouvinte, o estudante passava à categoria de bacharel. Fazia então o estágio de dois anos como bacharel bíblico, *cursor,* a explicar a Sagrada Escritura, e mais dois como bacharel sentenciário, *sententiarius,* a explicar os *Quatro Livros das Sentenças* de Pedro Lombardo. Só então o bacharel conseguia a *licentia docendi* e era *baccalarius formatus.* Depois de fazer novos exames obtinha finalmente o título de *magister in sacra pagina.* Todas as provas eram orais. De acordo com os estatutos de 1215, a idade mínima para ensinar teologia era de 35 anos, após o curso de Artes e os nove de Teologia (21). O bacharelado em direito canônico exigia 60 meses de cursos e mais 36 a 40 meses de ensino

para a obtenção da Licença. Em medicina requeriam-se 38 meses em 4 ou 5 anos para o bacharelado. O doutorado em todas as faculdades era a licença para ensinar. Rashdall observa, no entanto, que não dispomos de material para indicar com precisão a gradual extensão do período de bacharelado e o aumento gradual em número e complicação dos exercícios requeridos para a obtenção da alta dignidade do doutorado teológico (22). Com efeito, a documentação dos cartulários e de outras fontes não esclarece suficientemente a respeito da duração e da distribuição dos anos na carreira teológica. Segundo Glorieux, após sete anos de audição (depois seis), o estudante de teologia estagiava no ensino com o objetivo de conseguir a licença e tornar-se mestre durante quatro anos como *cursor* ou bacharel bíblico (dois anos) e como bacharel sentenciário (dois anos); e antes da licença "ele deve permanecer em Paris durante quatro anos completos, incluídos os da licença, continuar a assistir às lições do mestre e dos outros bacharéis, participar dos exercícios comuns e particularmente sustentar alguns debates, pregar etc." (23). Portanto, somados aos anteriores esses quatro anos de presença contínua em Paris, têm-se os quinze anos (14 depois) de estudos teológicos para a Licença ou Doutoramento, pois ninguém se tornava mestre em teologia antes dos trinta e cinco anos.

31. Antes do século XIV as universidades não possuíam prédios próprios e as aulas eram ministradas em salas, em claustros e até ao ar livre. Muitos professores davam aulas na sua própria casa e os alunos sentavam no chão coberto de palha. Em Paris a *Rue du Fouarre,* a Rua da Palha, conservou no nome a lembrança desse uso. O professor falava, tendo diante de si uma estante para o livro, e ensinava de cima de um estrado. A sua roupa era, de regra, um traje escuro de compridas pregas e com capuz de pele.

32. O ano escolar começava na festa da Exaltação da Santa Cruz (14 de setembro) e terminava a 13 de setembro. Não havia férias propriamente ditas, como hoje as entendemos, mas em compensação havia 79 dias *non legibiles* em que o professor não dava aula, por ser dia de festa ou por algum outro motivo. Nos dias santos, entretanto, assim como aos domingos, havia sermão que era um gênero didático. Os sermões, de nível teológico elevado, eram feitos em latim, língua própria do auditório cosmopolita, e tinham estrutura especial. Quando morria um professor de qualquer faculdade, suspendiam-se as aulas até passarem os funerais. No primeiro mês escolar havia as "introduções" solenes dos cursos dos bacharéis e os cursos propriamente ditos começavam a 10 de outubro. Não havia aula, também, quando havia procissão geral da universidade e nos dias

dos santos padroeiros das nações. Além dessas folgas havia, ainda, as suspensões propositais dos cursos, por ocasião das greves escolares, o que aumentava bastante o número dos feriados apontados pelos estatutos.

33. Na faculdade de artes, na parte da manhã verificava-se o trabalho dos alunos, corrigiam-se as composições, tomavam-se as lições, e no período vespertino o professor dava aulas, *declinatio* em gramática e *lectio* nas outras disciplinas. A aula terminava com a reza do *De profundis* e do *Pater*. Na faculdade de teologia, ao contrário, os mestres e os bacharéis davam aula de manhã: o mestre, das sete às nove horas, e o bacharel sentenciário, das nove ao meio-dia Quando o mestre não dava aula, o sentenciário o substituía. O bacharel bíblico entendia-se com o mestre e com o sentenciário e lecionava de manhã. No período vespertino o bacharel bíblico dava lições, quando não o pudera fazer antes ou havia disputas sob a direção do mestre ou de um bacharel. O debate presidido pelo mestre era ato oficial, levava à supensão das aulas da manhã nas outras escolas e à assistência ao ato vespertino. Quando havia qualquer disputa ordinária ou solene numa escola, suspendiam-se as aulas nas outras e os alunos iam assisti-la. Nos conventos dos religiosos e nos colégios havia, de tarde, trabalho em comum, repetições de aulas, conferências e outros exercícios escolares. Aos domingos e dias santos, além da Santa Missa, estudantes e mestres eram obrigados a ouvir sermões, um de manhã e o outro, de tarde. No verão o mestre não dava aula e os bacharéis completavam as lições que, porventura, ainda devessem.

34. Os *colégios* não faziam parte da universidade, exceto na Inglaterra, e foram fundados por pessoas caridosas para socorrer os estudantes pobres. Eram, de início, pensões para os clérigos pobres que aí viviam gratuitamente como bolsistas. O seu número cresceu tanto em Paris, pois chegaram a trinta, antes de 1400, que foram admitidos ricos estudantes pensionistas. Logo os colégios começaram a ministrar aulas de preparação à universidade e, depois, aulas de repetição e de exercícios para reforçar o aproveitamento dos alunos. O mais antigo em Paris foi o dos *Dix-huit* fundado por Josce, burguês de Londres, em 1180, ao voltar de Jerusalém, e o mais famoso foi criado pelo capelão de São Luís, Roberto de Sorbon, para 16 pobres mestres em artes, desejosos de cursar teologia. Esse colégio da *Sorbonne* acabou por dar o nome, mais tarde, às três faculdades. A viúva de Estêvão Biot fundou em 1209 o colégio de *Saint-Honoré* para treze estudantes. Um burguês de Paris estabeleceu o colégio dos *Bons-Enfants* para alunos completamente desprovidos

de recursos. Outros colégios famosos foram o de *Saint-Denis,* fundado pela abadia do mesmo nome, o de *Harcourt,* iniciativa do cônego Roberto de Harcourt para dez estudantes pobres das dioceses de Coutances, Évreux, Bayeux e Rouen, devendo entender-se que as vagas eram de dez alunos para cada diocese. O colégio dos *Cholets* foi aberto em 1291 pelo cardeal Jean Cholet para os estudantes de teologia das dioceses de Amiens e de Beauvais. Havia ainda os Colégios de Navarra, Boncourt, Montaigu, etc. Certos alunos mais desafortunados só achavam abrigo nas casas dos burgueses e eram chamados de *martinets.* Na Inglaterra os colégios foram o centro da vida universitária: University, Merton e Balliol em Oxford, o de Peterhouse em Cambridge, etc. Na Inglaterra, como diz Stephen D'Irsay, os colégios absorveram a universidade, enquanto no continente a universidade os assimilou.

35. Os estudantes pobres lançavam mão de vários expedientes a fim de sobreviverem e darem conta dos cursos. Muitos entravam como serviçais de estudantes ricos e desse modo garantiam, pelo menos, cama e mesa. Alguns se empregavam como copistas, iluministas, cantores de igreja, e uma enorme porção de estudantes viviam ao Deus-dará e passavam a vida em estrepolias, bebedeiras, lutas e divertimentos. Os mais ilustres representantes dessa casta foram os *goliardos,* sem paradeiro e sem recursos, vagabundos e arrelientos. Viviam como podiam e, entre os momentos de estudo, quando ainda freqüentavam a escola, cantavam como jograis e satirizavam nas suas canções os nobres, os burgueses, o clero e especialmente os monges. As suas canções foram parte da literatura profana em latim desde a metade do século XII até o fim do século XIII. A maior parte das poesias pertence a autores anônimos. Muitos goliardos só tinham o título de estudantes e eram, muitas vezes, monges errantes que haviam posto de lado a regra beneditina. Gostavam de celebrar o vinho, as mulheres, a música e a vida livre e no primeiro verso de uma quadra famosa formularam o seu grande ideal, *meum est propositum in taberna mori,* é meu propósito morrer na taberna...

36. Os estudantes das universidades, assim como os professores, desfrutavam de grandes privilégios e isso foi motivo de irritação para os burgueses que deviam, ainda, suportar as impertinências de jovens estouvados e arrogantes. Na Dieta de Roncaglia de 1158, como já vimos, Frederico Barba-Roxa concedeu os primeiros privilégios aos universitários. Em 1198 o papa Celestino III decidiu que as questões de dinheiro dos estudantes parisienses só deviam ser levadas a tribunais eclesiásticos e não perante juízes profanos. Na célebre proclamação de 1200, o rei Felipe Augusto ordenou que as ofensas come-

tidas pelos estudantes contra os burgueses fossem julgadas apenas pelo tribunal eclesiástico (24). Em outras cidades esse privilégio passou por várias modificações. Na Itália geralmente os crimes perpetrados por estudantes eram da alçada dos magistrados municipais. Uma vez que na Idade Média só os plebeus e os camponeses pagavam impostos, pois os nobres e o clero estavam isentos de taxas, os universitários também obtiveram essa isenção na Itália, na França e na Espanha. Além disso, os universitários estavam dispensados do serviço militar, tanto em tempo de guerra como em tempo de paz, quando serviam como guardas da milícia urbana. Professores e estudantes não podiam ser distraídos do trabalho intelectual, exceto nos casos de grave perigo, quando os inimigos estivessem a pequena distância da cidade. Na Itália houve privilégios dessa espécie, mas a isenção total do serviço militar só era concedida aos membros mais elevados da universidade. Assim, na universidade de Ferrara estavam dispensados de qualquer serviço militar os doutores em direito, medicina e artes liberais. Convém lembrar, no entanto, que esse privilégio foi muitas vezes contestado sem êxito. Por outro lado, em muitas ocasiões os universitários apresentaram-se como voluntários para defender a cidade, como o fizeram os parisienses em 1356 (25). Outros privilégios de que desfrutaram as universidades foram a greve, *cessatio,* de que se usou e abusou freqüentemente; a transferência do *Studium* para outra cidade, *migratio,* e outras pequenas vantagens como, por exemplo, alguns ingressos gratuitos para os espetáculos dos comediantes; uma botija de brandy dos negociantes de bebidas na festa da Epifania e o gozo de prebendas rendosas sem a obrigação de ofício e residência. Segundo Savigny, os judeus de Bolonha deviam pagar uma bela soma à universidade de Direito, e outra pouco menor à universidade de Artes para os festejos do carnaval (26). Por fim, é preciso observar que os funcionários das universidades, como, por exemplo, os bedéis, os copistas e os serviçais dos estudantes, também gozavam dos privilégios e Compayré chega a dizer que as universidades conservavam a prosperidade mais devido aos seus privilégios do que pela atração do seu ensino (27).

37. No começo do século XIII foram estabelecidas a primeiras Ordens Mendicantes por São Francisco de Assis e por São Domingos de Gusmão. Essas novas instituições religiosas correspondiam ao espírito da época, uma vez que os monges viviam fechados nos seus mosteiros levados pelo ideal da santificação pessoal e do louvor divino e só participaram de atividades missionárias na primeira Idade Média devido à convocação feita pelos papas e por terem sido então o único manípulo organizado de que a Igreja pudera lançar mão para a envangelização dos bárbaros. No século XIII os frades men-

dicantes nutrem outro ideal pois, além de buscarem a própria santificação, têm por objetivo prestar serviços especiais ao povo cristão. Assim, os franciscanos adotam a mais estrita pobreza de vida, como advertência evangélica contra o perigo das riquezas na época de renovação econômica, assim como também se dedicam à pregação da penitência aos pobres e aos burgueses principalmente, tendo ainda se dedicado à atividade docente nas universidades. Os frades dominicanos, por sua vez, surgiram no cenário do combate à heresia albigense e São Domingos percebeu que a Igreja precisava de pregadores santos e ilustrados, penitentes e sábios e, por isso, fundou a Ordem dos Pregadores que brilharia de modo especial nas cátedras universitárias, além de desenvolver apostolado urbano e missionário. Os franciscanos ou Irmãos Menores eram, de início, leigos devotos e penitentes e sem a pretensão de estudos. Segundo o ideal de São Francisco, eles deviam testemunhar o Cristo no mundo pela sua vida pobre e penitente. A Ordem dos Frades Menores nasceu em 1209. Os dominicanos ou Pregadores, embora também fossem pobres e penitentes, deviam trabalhar pelo reino de Deus na terra por meio do estudo assíduo da Sagrada Escritura e depois pelo da filosofia, pela pregação e pelo ideal da vida mista, isto é, dedicada à contemplação da verdade divina e ao apostolado, máxime nos centros urbanos e, ainda mais, nas cidades universitárias. Logo, porém, os franciscanos também passaram a cultivar os bons estudos, estimulados sobretudo por São Boaventura, ao mesmo tempo que professores universitários de Bolonha e de Paris ingressavam nessas duas ordens religiosas. São Francisco de Assis (1182-1226) e São Domingos de Gusmão (1170-1221) procuraram regenerar o mundo cristão carcomido pela crescente ambição do dinheiro e do lucro, pela falta de fervor, pela riqueza do clero e pelos pretensos reformadores da Igreja, os hereges que iludiram o povo cristão e semearam o erro teológico e a cizânia e chegaram até mesmo a provocar lutas fratricidas como o fez, por exemplo, a heresia albigense no sul da França. Aliás, foi também para combatê-la com as armas do pensamento que a Igreja fundou a universidade de Toulouse em 1227. Os franciscanos foram arautos de autêntica reforma dos costumes com o exemplo de vida humilde, austera e fervorosa, vida de oração intensa, pobreza e penitência. Os dominicanos, sobre serem também austeros e piedosos, defenderam a Igreja e anunciaram o reino de Deus por meio de pregações doutrinárias e profundas, com os livros e a intensa vida de estudo. São Domingos fundou a Ordem dos Pregadores — daí as iniciais apostas aos nomes dos dominicanos: O.P. — em 1215, tendo adotado a Regra de Santo Agostinho, certos costumes premonstratenses e tendo conferido a essas normas novo espírito e

nova direção, de acordo com o seu ideal. Em 22 de dezembro de 1216 o papa Honório III confirmou o nome e a missão dos Pregadores. A Ordem Dominicana estava oficialmente reconhecida pela Igreja e logo se introduziu na universidade de Paris onde refulgiram seus filhos Santo Aberto Magno e Santo Tomás de Aquino (28).

38. Mandonnet demonstra em substancioso artigo que no início do século XIII lavrava na Europa cristã profunda crise escolar, quando se fundou a Ordem dos Pregadores de que os papas se valeram para a debelar. No século XII verificou-se o duplo fato do progresso cultural notável numa parte do clero por meio de grandes e florescentes escolas e uma ignorância espantosa na maior parte do mundo eclesiástico sem meios de se instruir nas várias dioceses da Europa. "Os clérigos que estudavam, diz Mandonnet, dedicavam-se às ciências lucrativas, sobretudo ao direito civil e ao eclesiástico, e os prelados, em geral, eram juristas e não teólogos" (29). Até mesmo em Bolonha, grande centro universitário, faltou mestre de teologia para os clérigos desejosos de receberem o sacerdócio, tanto que em 1219 ou 1220 o bispo de Bolonha recorreu a mestre Aycardus, arcebispo de Reggio, para que viesse ensinar teologia na sua cidade. Uma das razões dessa carência de professores de teologia era que as dioceses, sobrecarregadas de compromissos financeiros, não dispunham de benefícios para manter um mestre de teologia, como o decretara o III Concílio de Latrão de 1179. Com o surgimento e a difusão da Ordem de São Domingos, a Igreja pôde contar com teólogos seguros e brilhantes para as cátedras universitárias e para a formação do clero secular, já que os conventos-escolas dos Pregadores estavam estabelecidos por toda parte.

39. O papa Honório III favoreceu a instalação dos dominicanos e franciscanos em Paris e em 1220 recomendou-os aos mestres da universidade. Em 1231 Alexandre de Hales, mestre de teologia da universidade de Paris, ingressou na ordem franciscana e assim os frades Menores conseguiram a sua primeira cátedra na universidade. Os dominicanos instalaram-se em Paris em 1218, chegaram a Oxford em 1221 onde se lhes reuniram os Frades Menores em 1224. Os primeiros dominicanos de Paris freqüentaram o curso de teologia de Mestre João de Barastre, seu benfeitor e, em 1229, o bispo de Paris confiou uma cátedra universitária ao dominicano Rolando de Cremona que foi substituído em 1230 pelo discípulo e confrade Hugo de Saint-Cher. Em 22 de setembro de 1230, Jean de Saint-Gilles, mestre secular, tornou-se dominicano e conservou o cargo, o que deu aos dominicanos mais uma cátedra na faculdade de teologia. A concorrência das novas ordens mendicantes no magistério universitário,

a excelência e o brilho dos seus mestres excitaram o ciúme e a rivalidade dos mestres seculares que, a partir de 1252, desencadearam tremenda campanha contra os franciscanos e máxime contra os dominicanos e que terminou, após a fase mais aguda, com o reconhecimento dos títulos universitários dos Frades mendicantes prestigiados e protegidos pela Santa Sé. Nessa luta distinguiu-se, como corifeu dos seculares, Guilherme do Santo Amor que escreveu a obra *Os Perigos dos Últimos Tempos,* enquanto os mendicantes eram defendidos por Santo Tomás de Aquino, São Boaventura e por vários outros teólogos (30).

40. Convém notar que a luta dos seculares contra as ordens mendicantes no século XIII em Paris não foi uma questão entre leigos e eclesiásticos a conflitarem pelo domínio da universidade, como poderia pensar hoje um leitor apressado de mentalidade laicista. Essa luta foi uma disputa interna da universidade entre mestres eclesiásticos diocesanos, padres seculares, e mestres eclesiásticos regulares, isto é, padres membros de ordens religiosas, e no caso franciscanos e dominicanos, que se candidatavam com todo direito ao magistério na faculdade de teologia. Como ensina Congar em brilhante estudo sobre esse assunto, os mestres seculares combatiam os frades e lhes negavam o direito de pregar e confessar sem a autorização dos párocos, criticavam o estado de pobreza e mendicância e não os aceitavam como membros da universidade não só por ciúme e interesse pessoal como, também, devido a certa concepção da vida eclesiástica, do direito público da Igreja e da sua estrutura, o *Ordo Ecclesiasticus* (31).

41. Durante os séculos XIV e XV as universidades multiplicaram-se através da Europa mas começaram a perder as suas características. Primeiro, aos poucos foram sendo despojadas da sua autonomia, como dos seus outros privilégios, e agregadas ao carro do Estado crescentemente centralizador. Depois, as universidades mais ilustres, como as de Paris e Bolonha, começaram a perder o seu caráter internacional devido à instauração de novas universidades em vários países europeus. Ao lado desses dois fatos salientes, é preciso inscrever a decadência do próprio espírito universitário à medida em que o intelectual da Idade Média era substituído pelo humanista e pelo senhor da cátedra universitária, encastoado na função docente por nepotismo ou proteção política, e não por mérito, tão diferente do mestre universitário que era um verdadeiro trabalhador intelectual nas escolas de artes, direito, medicina e teologia. Força é reconhecer com Daly S. J. que o primeiro débito da universidade moderna para com a sua predecessora medieval é a sua própria existência,

pois a universidade, repitamo-lo, foi criação original da Idade Média. E o segundo débito reside no reconhecimento de que ela criou, também, o moderno profissional europeu e americano, isto é, os doutores, os juristas e os professores, preparados duma forma com a qual as grandes civilizações pagãs jamais sonharam (32). Isso revela um dos aspectos culturais mais notáveis da Idade Média que deixou a sua marca indelével no patrimônio da cultura ocidental e mundial, uma vez que esse tipo de escola superior se difundiu pelo mundo inteiro com indizíveis benefícios sociais. Como lembra Haskins no começo do seu luminoso livrinho *The Rise of Universities,* a universidade medieval, segundo Pasquier, foi construída com homens, *bâtie en hommes.* Essa universidade não dependia de empresários ou governantes, não publicava catálogos, não tinha grêmios escolares — a não ser o grande grêmio ou corporação que ela própria formava — não tinha jornal universitário nem atividades teatrais ou esportivas e, no entanto, a universidade do século XX é descendente em linha reta das escolas medievais de Paris e Bolonha, "a rocha de que fomos talhados, o poço de mina de que fomos extraídos". Em suma, concluamos, compete aos universitários de hoje manter acesa a chama do entusiasmo que os mestres e os estudantes acenderam em Paris e em Bolonha no decurso dos séculos XII e XIII sob a proteção benévola e o amparo estimulante da Igreja Católica e dos príncipes cristãos.

Notas

1. "Erst die Genossenschaften drückten diesen Schulen ein bleibendes Siegel auf, sie sind ein wesentlicher Factor im Entwicklungsgange dieser zwei Schulen". Heinrich Denifle, *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400,* pág. 63.
2. De Ghellinck S.J., *Le Mouvement Théologique du XII*[e] Siècle, pág. 6.
3. Charles Homer Haskins, *The Rise of Universities,* pág. 6.
"Thus it follows that there is no contemporary document from which we can learn anything about the organization of the Salerno school in twelfth century. There is no evidence of the existence of a *Collegium* of physicians or of a head of such a *Collegium,* or even of a head of the medical school. There are no privileges or statutes going back to that period, and the belated development of corporative associations in the Norman and Neapolitan kingdom even excludes the existence of such a *Collegium* for that early period. There is no evidence for any academic degrees in medicine formally granted at Salerno in the twelfth century. No diplomas have been preserved." Paul Oskar Kristeller, "The School of Salerno. Its Development and its Contribution to the History of Learning", in *Bulletin of History of Medicine,* vol. XVII, pág. 168.

4. "Irnerio è l' uomo immortale che ravviva, rappresenta e porta alla luce di tutti (quasi lampada perenne) il diritto romano risorto dalle ceneri. Il diritto non era mai scomparso, è ammesso da tutti; ma occorreva chi lo facesse brillare tra la penombra; *questi fu Irnerio.*" Sorbelli, *Storia dell' Università di Bologna,* págs. 35-36.

5. J. De Ghellinck S.J., *Le Mouvement Théologique du XII*e Siècle, pág. 456.

6 *Habita,* ou de modo mais completo *Authentica habita,* é a expressão inicial do documento que se pode ler em Georg Kaufmann, *Geschichte der deutschen Universitäten,* t. I, pág. 165, nota 2.

7. "It possesses for Oxford constitutional history something more than the importance which the charter of Philip Augustus possesses for that of Paris." Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages,* vol. III, pág. 35.

8 "La création de l'Université est la conséquence directe du traité de Paris d' avril 1229, imposé par l' Église et la royauté à Raimond VII. C' est une initiative du légat, le cardinal Romain de Saint-Ange, dans un but très précis. Considérant l'état précaire de la foi catholique dans le pays, il décida de créer à Toulouse un centre d' études, un *studium.* Comme l'a écrit, il y a déjà longtemps, notre maître. C.G. Picavel: *Il s'agissait avant tout d'extirper ler restes de l'albigéisme et d'instaurer pour l'avenir la saine doctrine orthodoxe. Dans le nouveau centre d'études ainsi institué, devaient enseigner, aux frais de Raimond VII, quatorze professeurs.* Yves Dossat, "L' Université de Toulouse, Raimond VII, Les Capitouls et le Roi", in *Les Universités du Languedoc au XIII*e *Siècle* (Cahiers de Fanjeaux, 5), pág. 58.

9 A. Moreira de Sá, *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537), vol. I, págs. 11-12.

10 *Ib.,* pág. 15.

11. "O estudo geral dionisiano aparece-nos, pois, organizado como uma daquelas universidades de tipo estudantil, de que o modelo perfeito foi a de Bolonha, em que os escolares são o elemento preponderante, e não os mestres como nas de feição parisiense... A influência exercida pela *alma mater* bolonhesa na organização da nossa escola explica-se, em parte, pela importância que entre nós tiveram os juristas formados no famoso estudo geral italiano e, em parte, como um reflexo das universidades peninsulares." Mário Brandão e M. Lopes d'Almeida, *A Universidade de Coimbra,* págs. 56-57.
Aliás, Rashdall observa quanto à universidade de Salamanca: "We have already seen that constitution approximates to the Bologna rather than to the Parisian model" e, referindo-se aos estatutos da universidade de Lérida: "They are the earliest detailed code of statutes for a student-university which has come down to us: and, allowance being made for constitutional changes adopted to suit the peculiar circumstances of Lérida, they reveal to us the whole organization and educational system of the University of Bologna on which they are undoubtedly modelled, at a period considerably before the date of the earliest Bologna code now extant." Rashdall, *The Universities of Europa in the Middle Ages,* vol. II, págs. 83 e 93.

12 Rashdall, *Ib.,* vol. I, pág. 149.

13. "Ad rectoratus officium eligatur scolaris universitatis nostral, qui vita et moribus gravibus et honestis, maioris discretionis, quietus et iustus et pro bono communi universitatis magis comendandus existat, et vicesimum quintum annum suae etatis actingerit... Item eligatur qui sit scolaris clericus non coniugatus et habitum defferens clericalem, et qui nullius religionis professus existat." Heinrich Denifle, "Die Statuten der Juristen-Universität Bologna", in *Archiv für Literatur — und Kirchengeschichte des Mittelalters,* vol. III, págs. 256-257.

14. "...le spese (o imposte o facoltative) per il decoro, la dignità, le offerte, trattamenti, erano tali e tante che, se non prestavasi uno molto ricco, difficilmente trovavasi chi accettava la carica di rettore: ci vollero perfino delle leggi constrittive per l'accettazione." Sorbelli, *Storia dell' Università di Bologna,* vol. I, pág. 165.
Segundo os Estatutos de 1317-1347, o reitor no fim do mandato devia responder pelo saldo em caixa da universidade e devia permanecer durante um mês em Bolonha para responder a eventuais acusações. Denifle, *Archiv, ib.,* pág. 263.

15. Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 54, pág. 56.

16. Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis* t. I, n.º 1, pág. 59.

17 "Firmiter interdicimus et districtius inhibemus, ne Parisius vel in civitatibus seu aliis locis vicinis quisquam docere vel audire jus civile presumat, et qui contra fecerit, non solum a causarum patrociniis interim excludatur, verum etiam per episcopum loci appellatione postposita excommunicationis vinculo innodetur." Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 32, pág. 92.

18. *Chartularium, ib.,* n.º 246, pág. 277.
Numa carta a Alexandre IV escrita pelos estudantes e mestres da universidade de Paris a 2 de outubro desse mesmo ano de 1255, os universitários declaram ter usado nessa carta os selos das quatro nações: "...sigillis quatuor nationum ab antiquo Parisius distinctarum in hac littera usi sumus." Denifle-Chatelain, *Chartularium...,* t. I, n.º 256, pág. 206.

19 *Ib.,* n.º 378, pág. 423.

20 "...quicunque ex Universitate vestra apud civitatem predictam ab illis, per quos consuevit licentiandis in dictis facultatibus auctoritate apostolica regendi dicentia elargiri, prout est ibi hactenus observatum, examinatus et approbatus fuerit et ab eis licentiam obtinuerit in theologia vel juris canonici aut medicinae seu liberalium artium facultatibus, ex tunc absque examinatione vel approbatione publica vel privata vel aliquo alio novo principio regendi atque docendi ubique locorum extra civitatem predictam liberam habeat facultatem, nec a quoquam valeat prohiberi..." Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. II, n.º 578, pág. 55, 23 de março de 1292.

21. "Circa statum theologorum statuimus quod nullus Parisius legat citra tricesimum quintum altatis su annum, et nisi studuerit per octo annos ad minus, et libros fideliter et in scholis audierit, et quinque annis audiat theologiam, antequam privatas lectiones legat publice..." *ib.,* t. I, n.º 20, pág. 79.

22. Rashdall-Powicke-Emden, *The Universities of Europe in the Middle Ages,* t. I, pág. 472.

23. P. Glorieux, "L'Enseignement au Moyen Âge. Techniques et Méthodes en usage à la Faculté de Théologie de Paris, au XIIIe siècle", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* t. 35, pág. 97.

24. Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 1, págs. 59-61.

25. Gabriel Compayré, *Abelard and the Origin and Early History of Universities,* pág. 87.

26 Friedrich Carl von Savigny, *Geschichte des Römischen Rects im Mittelalter,* vol. III, pág. 201. O referido fato remonta ao ano de 1521.

17. Compayré, *Abelard and the Origin and Early History of Universities,* pág. 95. O privilégio da greve foi concedido pelo papa Gregório IX aos mestres e estudantes parisienses: "liceat vobis usque ad satisfactionem condignam suspendere lectiones." Denifle-Chatelain, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 79, pág. 136-139.

28. O próprio Deus manifestou no *Diálogo* de Santa Catarina de Sena as peculiaridades das ordens franciscana e dominicana: "Raguarda Francesco con quanta perfezione e odore di povertà, con le margarite delle virtù, egli ordinò la navicella dell'ordine suo, drizzandogli nella via dell'alta perfezione — ed egli fu il primo che la fece — dandolò per sposa la vera e santa povertà, la quale aveva presa per sè medesimo, abbracciando le viltà... E se tu raguardi la navicella del padre tuo Domenico, diletto mio figliuolo, egli l'ordinò con ordine perfetto, chè volle che attendessimo solo a l'onore di me e salute dell'anime col lume della scienzia... Ma per più proprio suo obietto (além do amor e da recomendação da pobreza voluntária) prese il lume della scienza, per stirpare gli errori che a quello tempo erano levati. Egli prese l'officio del Verbo unigenito mio Figliuolo. Drittamente nel mondo pareva uno apostolo, con tanta verità e lume seminava la parola mia, levando le tenebre e donando la luce." S. Caterina Da Siena, *Il Dialogo,* a cura di G. Cavallini, Roma, Edizioni Cateriniane, 1968 (521 págs.), págs. 459-460.

29. Mandonnet, P., "La crise scolaire au début du XIIIe siècle et la fondation de l'Ordre des Frères-Prêcheurs", in Pierre Mandonnet, *Saint Dominique.* L'Idée, l'Homme et l'Oeuvre, vol. II, págs. 85-86.

30 Veja se sobre essa questão o capítulo I do meu livro *A Formação Intelectual segundo Gilberto de Tournai.*

31. Yves M.-Congar, "Aspects ecclésiologiques de la querelle entre Mendiants et Séculiers dans la seconde moitié du XIIIe siècle et le début du XIVe", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* t. XXVIII, 1961 (J. Vrin, 1962), pág. 54.

32 Lowrie J. Daly, S. J., *The Medieval University 1200-1400,* pág. 213.

Bibliografia

Abelardo, Pedro — *Opera Theologica.* Migne, PL 178 (1885).

———————— — *Dialectica.* First complete edition of the Parisian manuscript by L. M. De Rijk. Assen, Van Gorcum and Comp., 1956, 637 págs.

———— — *Historia Calamitatum.* Texte critique avec une Introduction publié par J. Monfrin. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1959, 125 págs.

———— — *Lettres Complètes d'Abélard et d'Héloise.* Traduction nouvelle par M. Gréard. Paris, Garnier Frères Libraires-Éditeurs, s/ data, 408 págs.

Baujouan, G. — "Motives and opportunities for Science in the Medieval Universities", in *Scientific Change.* London, 1963, pág. 220.

Bonnerot, Jean — *L'Université de Paris.* Du Moyen Âge à nos jours. Paris, Librairie Larousse, s/ data, 222 págs.

Bougerol, J. Guy — *Introduction à l'étude de S. Bonaventure.* Paris, Desclée et Cie. Éditeurs, 1961, 267 págs.

Brandão, Mário e M. Lopes d'Almeida — *A Universidade de Coimbra.* Esboço da sua história. Coimbra, 1937, 134 págs.

Burbach O.S.B., Maur — "Early Dominican and Franciscan Legislation regarding St. Thomas", in *Mediaeval Studies,* vol. IV, 1942, págs. 139-158.

Callus O. P., Dr. D. A. — "Aristotelian Learning in Oxford", in *Proceedings of the British Academy,* 29 (1943), págs. 229-281.

———— — *The Condemnation of St. Thomas at Oxford* (The Aquinas Society of London. Aquinas Paper N.º 5). London, Blackfriars Publications, 1955, 35 págs.

Castelnau, Jacques — *La vie au Moyen Âge d'après les contemporains.* Paris, Hachette, 1949, 287 págs.

Chenu O. P., M.-D. — *Introduction à l'étude de Saint Thomas d'Aquin.* Deuxième édition. Montréal-Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1954, 305 págs.

Chenu O. P., M.-D. — *La Théologie comme science au XIII siécle.* Troisième édition revue et augmentée. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1957, 110 págs.

Compayré, Gabriel — *Abelard and the Origin and early History of Universities.* New York, Greenwood Press, Publishers (First Greenwood reprinting), 1969, 315 págs.

Congar, Yves M.-J. — "Aspects ecclésiologiques de la querelle entre Mendiants et Séculiers dans la seconde moitié du XIIIe Siècle et le début du XIVe", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* t. XXVIII. Paris, J. Vrin, 1962, págs. 35-151.

Correia, Alexandre — "A Universidade Medieval", in *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento,* São Paulo, novembro de 1941, Ano II, N.º 2, págs. 13-42.

Coulton, G. G. — *Medieval Panorama.* New York, Meridian Books, 1957, 801 págs.

———— — *Ten Medieval Studies.* Beacon Hill Boston, Beacon Press, 1959,297 págs.

Daly S. J., Lowrie J. — *The Medieval University 1200-1400.* New York, Sheed and Ward, 1961, 241 págs.

Davy, M. M. — *Les Sermons Universitaires Parisiens de 1230-1231.* Contribution à l'Histoire de la Prédication médiévale. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1931, 423 págs.

Denifle H.-F. Ehrle — *Archiv für Literatur-und Kirchengeschichte des Mittelalters.* Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1955-1956, 7 vol.

Denifle O. P., Henricus — Aemilius Chatelain — *Chartularium Universitatis Parisiensis.* Paris, 1894 — Bruxelles, Culture et Civilisation (impression anastatique), 1964, 4 vol.

Denifle, Heinrich — *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400.* Graz, Akademische Druck U. Verlagsanstalt, 1956, 814 págs.

Denifle, Heinrich — "Urkunden zur Geschichte der mittelalterlichen Universitäten", in *Archiv für Literatur-und Kirchengeschichte des Mittelalters,* vol. IV, págs. 239-262.

Dickson, Charles — "Le Cardinal Robert de Courson. Sa vie", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1934, págs. 53-142.

Domingos, São — *Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos.* Esquema biográfico, Introducciones, versión y Notas de los Padres Fray Miguel Gelabert O. P. y Fray José María Milagro O. P. Introducción general por el Padre Fray José Maria de Garganta O. P. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1947, 955 págs.

Eby, Frederick-Charles Flinn Arrowood — *The History and Philosophy of Education Ancient and Medieval.* Eleventh Printing. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1960, 966 págs.

Evans, Joan — *La Civilisation en France au Moyen Âge.* Édition française publiée par Eug. Droz. Paris, Payot, 1930, 318 págs.

Feret, P. — "Les Origines de l'Université de Paris et son organisation aux XIIe et XIIIe siècles", in *Revue des Questions Historiques,* nouvelle série, tome VIII (LII de la Collection), 1892, págs. 337-390.

Fink-Errera, Guy — "Une Institution du Monde Médiéval: 'La Pecia' ", in *Revue Philosophique de Louvain,* tome 60 (Troisième série, n.º 66), Mai, 1962, págs. 184-243.

Genicot, Léopold — *Le XIIIe Siècle Européen.* Paris, Presses Universitaires de France, 1968, 409 págs.

Gilson, Étienne — *La Philosophie au Moyen Âge.* Des origines patristiques à la fin du XIV siècle. Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1947, 782 págs.

——————— — *La Théologie Mystique de Saint Bernard.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1947, 251 págs.

Glorieux, P. — "L'Enseignement au Moyen Âge. Techniques et Méthodes en usage à la Faculté de Théologie de Paris, au XIIIe siècle", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge.* Quarante-troisième Année. 1968. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, t. XXXV, 1969.

Goliardos — *Carmina Burana.* Die Lieder der Benediktbeurer Handschrift in vollständiger deutscher Übertragung. Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1975, 586 págs.

Gratien, P. — *Histoire de la Fondation et de l'Évolution de l'Ordre des Frères Mineurs au XIIIe Siècle.* Paris, Société et Librairie S. François d'Assise — Gembloux (Belgique), Librairie J. Duculot, 1928, 699 págs.

Graves, Frank Pierrepont — *A History of Education.* Vol. II, During the Middle Ages and the transition to modern times. New York, The Macmillan Company, 1910, 328 págs.

Halphen, Louis e Philippe Sagnac — *L'Essor de l'Europe (XIe-XIIIe Siècles).* Troisième édition revue et augmentée. Paris, Presses Universitaires de France.

Haskins, Charles Homer — *The Rise of Universities.* Ithaca, New York, Great Seal Books, a Division of Cornell University Press, 1957, 107 págs.

———— — *Studies in Mediaeval Culture.* New York, Frederick Ungar Publishing Co., 1929, 294 págs.

Hurter, Frédéric — *Histoire du Pape Innocent III et de ses Contemporains.* Traduite de l'allemand par A. De Saint-Cheron et J.-B. Haiber. Deuxième édition, revue et corrigée. Paris, Lagny Frères Éditeurs, 1855, 3 vol.

———— — *Tableau des Institutions et des Moeurs de l'Église au Moyen Âge particulièrement au treizième siècle sous le règne du Pape Innocent III.* Traduit de l'allemand par Jean Cohen. Paris, Debécourt Libraire-Éditeur, 1843, 3 vol.

Irsay, Stephen D' — *Histoire des Universités Françaises et Étrangères des origines à nos jours.* Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, 2 vol.

Kibre, Pearl — *The Nations in the Mediaeval Universities.* Cambridge, Massachusetts, Mediaeval Academy of America, 1948, 240 págs.

Kristeller, P. O. — "The School of Salerno", in *Bulletin of History of Medicine,* 1945, vol. XVII, págs. 138-194.

Leff, Gordon — *Paris and Oxford Universities in the Thirteenth and Fourteenth Centuries.* New York, John Wiley and Sons, 1968, 331 págs.

Lorris, Guillaume de-Jean de Meun — *Le Roman de la Rose.* Chronologie, préface et établissement du text par Daniel Poirion. Paris, Garnier-Flammarion, 1974, 576 págs.

Maillet, Germaine — *La Vie religieuse au temps de Saint Louis.* Paris, Robert Laffont, 1954, 276 págs.

Mandonnet, O. P., Pierre — "La crise scolaire au début du XIIIe siècle et la fondation de l'Ordre des Frères-Prêcheurs", in *Revue d'Histoire Ecclésiastique,* t. XV (1914), págs. 34-49.

Mollat, Michel — *Études sur l'Histoire de la Pauvreté* (Moyen Âge — XVIe Siècle). Paris, Publications de la Sorbonne, 1974, 2 vol.

Muckle C.S.B., J. T. — "Greeks works translated directly into Latin before 1350", in *Mediaeval Studies,* vol. IV, 1942, págs. 33-42.

———— — "Greek works translated directly into Latin before 1350" (continuation), in *Mediaeval Studies,* vol. V, 1943, PIMS, Toronto, Canadá, págs. 102-114.

Nardi, Bruno — *Il Pensiero Pedagogico del Medioevo* a cura di Bruno Nardi. Firenze, Coedizioni Giuntine-Sansoni, 1956, 510 págs.

Nunes, Ruy Afonso da Costa — "A Origem da Universidade de Paris", in *Revista de História*, n.º 69, vol. 34, 1967, págs. 55-89; n.º 70, vol. 34, 1967, págs. 415-449.

Paetow, L. J. — *The Arts Course at Mediaeval Universities with special reference to Grammar and Rhetoric*. Champaign, Illinois, 1910, 135 págs.

—————— — *The Battle of the Seven Arts*. A french poem by Henri D'Andeli, trouvère of the thirteenth century. Edited and translated with introduction and notes (Memoirs of the University of California, vol. 4, n.º 1). Berkeley, University of California Press, 1914, 60 págs.

Paré, Brunet, Tremblay — *La Renaissance du XIIe Siècle. Les Écoles et l'Enseignement*. Refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909). Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1933, 324 págs.

Paul, Jacques — *Histoire Intellectuele de l'Occident Médiéval*. Paris, Librairie Armand Colin, 1973, 518 págs.

Paulsen, Friedrich — *The German Universities and University Study*. Authorized translation by Franka Thilly and William W. Elwang with a preface special written for the English edition by M. E. Sadler. London, Longmans Green and Co., 1906, 451 págs.

Petit-Dutaillis, Ch. e Guinard, P. — *L'Essor des États d'Occident*. Paris, Presses Universitaires de France, 1944, 416 págs.

Pirenne, Henri — *Histoire de l'Europe des Invasions au XVIe Siècle*. 20e édition. Neuchatel, Éditions de la Baconnière, s/data, 496 págs.

Powicke, F. M. — *Ways of Medieval Life and Thought*. Essays and Adresses. Long Acre, London, Odhams Press Limited, 1949, 255 págs.

Rand, Edward Kennard — "The Classics in the Thirteenth Century", in *Speculum*, vol. 4 (1929), págs. 249-269.

Rashdall, Hastings, Powicke, F. M. e Emden, A. B. — *The Universities of Europe in the Middle Ages*. Oxford, University Press, 1958, 3 vol.

Rojdesvenski, Olga Dobiache — *Les Poésies des Goliards groupées et traduites avec le texte latin en regard*. Paris, Les Éditions Rieder, 1931, 271 págs.

Rutebeuf — *Poèmes concernant l'Unviservité de Paris*. Texte établi et commenté par H. H. Lucas. Paris, Librairie Nizet, 1952, 135 págs.

Sá, A. Moreira de — *Chartularium Universitatis Portugalensis* (1288-1537). Lisboa, Instituto de Alta Cultura, 1966, 5 vol.

Savigny, Friedrich Car Von — *Geschichte des Römischen Rechts im Mittelalter*. Vierte Ausgabe. Bad Hamburg, Hermann Gentner Verlag, 1961, 8 vol.

Sertillanges, A. D. — *La Philosophie de S. Thomas d'Aquin*. Nouvelle édition, revue et augmentée. Paris, Aubier, Éditions Montaigne, 1940, 2 vol.

Smalley, Beryl — *The Study of the Bible in the Middle Ages*. Notre Dame Press, 1964, 406 págs.

Sorbelli, Albano — *Storia della Università di Bologna*. Bologna, Nicola Zanichelli Editore, 1944, 2 vol.

Thonnard, François Joseph — "O Sentido das Universidades na Idade Média", in *Convivium.* Maio, 1963, Ano II, Número 4, vol. 2, São Paulo, Brasil.

Thorndike, Lynn — *A History of Magic and Experimental Science.* New York, Morningside Heights, Columbia University Press, 1960, 6 vol.

——————— — *University Record and Life in the Middle Ages.* New York, Octagon Books, 1971, 476 págs.

Toulouse, Madeleine — *La Nation Anglaise-Allemande de l'Université de Paris.* Des origines à la fin du XVe siècle. Paris, Librairie du Recueil Sirey, 1939, 182 págs.

Vanni-Rovighi, Sofia — "La Filosofía Patristica y Medieval", in *Historia de la Filosofía.* Edición al cuidado de Cornelio Fabro. Madrid-Mexico, Ediciones Rialp, S.A., 1965, 2 vol.

Vários — *Aspects de l'Université de Paris.* Paris, Éditions Albin Michel, 1949, 266 págs.

Vários — *Les Universités du Languedoc au XIIIe Siècle.* Toulouse, Privat Éditeur, 1970, 342 págs.

Vicaire O. P., Humbert-Marie — *Dominique et ses Prêcheurs.* Fribourg, Suisse, Éditions Universitaires. Paris, Éditions Du Cerf, 1977, 444 págs.

Vidal, F. Canals — *Historia de la Filosofía Medieval.* Barcelona, Editorial Herder, 1976, 337 págs.

Walsh, James J. — *The Thirteenth Greatest of Centuries.* New York, Ams Press, 1970, 490 págs.

Walz, Angelus — *Saint Thomas d'Aquin.* Adaptation française par Paul Novarina. Louvain, Publications Universitaires — Paris, Béatrice — Nauwelaerts, 1962, 243 págs.

Capítulo IX

A escolástica

1. Preconceito muito difundido e não examinado no capítulo inicial deste livro, é o que vamos exorcizar com paciência e com a plena convicção de prestarmos a muitos estudiosos serviço de subido valor. Isso não quer dizer que só tratamos agora de volatizar o inveterado preconceito, pois a escolástica, como já o indicamos, constitui parte integrante do tema universidade. Todavia, ao mesmo passo em que vamos examinar o seu significado, estaremos a desfazer os equívocos em que as circunstâncias históricas e a malevolência a envolveram. De regra, só se profere o termo escolástica envolto em tom depreciativo, quando se padece de ignorância vencível a seu respeito ou quando se é dominado por uma dessas manias ou fobias que só o ódio sectário é capaz de instilar. Uma pessoa nessas condições, entretanto, é digna de lástima e nunca poderá estudar devidamente um assunto ensopado de preconceito, se não se libertar dessa escravidão "idolátrica", tal como Bacon define os *idola specus,* os ferrenhos preconceitos amadurecidos no seio da família ou ao sabor das leituras ou de informações levianas tomadas a sério, e que se encrostam no foro íntimo de tal modo que não se é capaz, às vezes, nem sequer de avaliar a calamitosa situação mental em que se passou a viver, já que o espírito crítico ficou anestesiado e a mente sujeita à servidão do erro.

2. Muitas pessoas aludem pejorativamente à escolástica, como se este termo fosse sinônimo de obscurantismo, de filosofia dogmática, sistema fechado de pensamento, atraso cultural, verbalismo e psitacismo. Na verdade, nessas expressões do preconceito é possível discernir-se algum aspecto que o pensamento medieval possa ter revestido, tal como o dogmatismo e o servilismo filosófico dos averroístas ou o verbalismo ou o logicismo dos nominalistas, pois averroísmo e nominalismo foram algumas das formas históricas da filosofia medieval mas que não representam a sua *melhor forma* nem o seu paradigma nem a sua mais valiosa contribuição para o patrimônio cultural do Ocidente. É preciso saber que a escolástica começou a formar-se desde o início da Idade Média e que atingiu o

seu máximo esplendor no século XIII, tendo entrado em declínio nos séculos XIV e XV, de tal maneira que a chamada decadência da escolástica corresponde a efetivas mazelas que inquinaram o pensamento medieval e lhe valeram os apodos dos humanistas e as críticas dos próprios escolásticos inconformados com os abusos que afetaram as doutrinas e os métodos didáticos usados nas universidades e nos livros. Não se define o sol, porém, pelas suas manchas nem se canoniza um santo pelos pecados que porventura cometeu. Os abusos da escolástica foram como o cancro que inutiliza os vegetais e desfigura e infelicita os animais e os homens.

3. Grabmann distinguiu entre a forma externa da escolástica — transmissão de conhecimentos em fórmulas fixas, através de determinados gêneros didáticos e literários — e a sua essência íntima, as suas características filosóficas profundas e os fatores básicos de sustentação dos métodos e das técnicas de ensino. Grabmann levou em consideração sobretudo a história da teologia e da filosofia. Depois de considerarmos essa íntima essência da escolástica segundo Grabmann, parece-nos mais apropriado, do ponto de vista da história da educação, considerar a escolástica como um método de pensamento e de ensino e como um conjunto de doutrinas. A escolástica foi um método de pensamento e de ensino que surgiu e se formou nas escolas medievais e se plasmou de modo inexcedível nas universidades do século XIII, máxime através do magistério e das obras de Santo Tomás de Aquino. O termo escolástica, porém, significa ainda o conjunto das doutrinas literárias, filosóficas, jurídicas, médicas e teológicas, e mais outras científicas, que se elaboraram e corporificaram no ensino das escolas universitárias do século XII ao século XV, pois não nos cabe considerar a *Segunda Escolástica* que floresceu na época do Renascimento. Por conseguinte, após a caracterização geral da escolástica, convém aplicar o termo, e analisá-lo, a realidades interdependentes mas distintas, a saber, um método e múltiplas doutrinas pertencentes a várias áreas do conhecimento.

Quando se considera o conjunto de doutrinas que o termo escolástica abrange e quando se observa que é a filosofia a disciplina que exprime os seus aspectos mais salientes, pode afirmar-se com Grabmann que a escolástica é um modo de pensar e um sistema de concepções em que se valoriza a vida terrena como dom admirável de que usufruímos para o nosso bem e para o nosso desenvolvimento pessoal e em que se admite que o ser do homem não se esgota no breve tempo da sua existência terrena, uma vez que o homem tem um fim supraterreno e eterno e o destino de uma vida interminável,

sobre poder crescer ainda neste mundo na vida sobrenatural que ele obtém através do batismo. Portanto, num primeiro momento, casam-se na escolástica a concepção filosófica da vida terrena, da sua transcendência às limitações deste mundo e a mundivivência cristã em que a revelação de Cristo assegura que a vida continua além da morte, que um destino feliz ou infeliz aguarda o homem conforme o seu modo de viver na terra, e que neste mundo já é possível ao homem nascer para a vida sobrenatural e nela crescer até que possa, após a morte, fixar-se num estado definitivo de completa beatitude ou de felicidade eterna.

5. Essa conjunção da visão metafísica do ser humano com a doutrina cristã dirigiu os pensadores à consideração dos seres e, finalmente, do próprio Ser que lhes fundamenta e justifica a existência. Por isso, conforme Grabmann, a filosofia escolástica ostenta, antes de tudo, um selo metafísico. E essa é a razão pela qual os escolásticos tiveram tanto apreço por Aristóteles que na sua *Metafísica* empreendeu com êxito o primeiro e o mais notável estudo já realizado sobre o ser, estudo que ele denominou *filosofia primeira, ciência da verdade* e *teologia,* e que Andrônico de Rodes designou como *tà metà ta physiká,* isto é, "os livros depois da física", expressão que veio a servir de título para a obra, tal como é universalmente conhecida: *Metafísica* (1).

6. Por outro lado, o pensamento medieval foi determinado essencialmente pelos dois fatores da *auctoritas* e da *ratio.* Esses fatores do pensamento, por sua vez, condicionaram o desenvolvimento do método escolástico através de processos de ensino e de técnicas de trabalho em grupo. A escola medieval é principalmente, no seu período áureo, a escola superior, a universidade; utiliza autores especiais, trabalha com os seus textos prediletos. Assim, *auctoritas* em teologia é o ensinamento da Igreja, é o texto da Sagrada Escritura, são as obras dos Santos Padres e as Atas dos Concílios. Em filosofia, são as obras de Aristóteles, os livros de Boécio e de Santo Agostinho, etc. Na área do direito, a *auctoritas* são os livros do *Corpus Iuris Civilis,* e em medicina, as obras de Hipócrates e Galeno, dos médicos árabes e judeus. A *ratio,* por sua vez, vem a ser a razão humana, isto é, o uso constante do raciocínio, a prática da reflexão filosófica, a disposição do pensamento em argumentações silogísticas, o recurso à dialética, o gosto das discussões. Se o escolástico trabalha com textos e se ampara nas autoridades, ele confia igualmente no poder da razão, investiga as regras do pensamento racional e as aplica às suas investigações filosóficas e só admite uma conclusão depois de maduro exame, de acirradas discussões e

de completa demonstração com o emprego de silogismos. Por isso, diz Grabmann, os excessos que levaram ao declínio da escolástica decorreram de abusos da *auctoritas* e da *ratio*. A exaltação da autoridade levou a um tradicionalismo hiperconservador, à recepção e à compilação rotineiras de coisas já investigadas e transmitidas nos livros e que conferiram a *certa escolástica* o papel mumificador de repositório de conclusões definitivas e intransponíveis. Do exagero da *ratio,* do raciocínio, da dialética, resultou a mania da sutileza e do artifício ideológico, "uma hiperdialética que pensa em abstrato e faz das *auctoritates* o objeto de habilidades conceptuais sem apreciar objetivamente o material das fontes" (2).

7. No mais antigo comentário às *Sentenças* de Pedro Lombardo, escrito por Pedro de Poitiers, depara-se com a menção do método peculiar ao doutor escolástico e que consiste na aplicação da lógica à doutrina sagrada (3). De modo ainda mais preciso refere-se Pedro de Cápua em sua *Suma,* do início do século XIII, ao *método teológico* que aparece com nítida feição escolástica. Pedro de Cápua socorre-se de metáfora arquitetônica e diz que primeiro se lançam os alicerces das autoridades; em segundo lugar, levantam-se as paredes dos argumentos e das questões e, em terceiro lugar, estende-se o teto das soluções e das razões, de tal forma que na casa de Deus a autoridade propõe o que é certo, a argumentação ou questão discute e, por fim, a razão explica e esclarece o assunto (4). Finalmente, acha-se num passo de um Quodlibet de Santo Tomás de Aquino o enunciado perfeito do método escolástico usado no estudo da teologia. Diz Santo Tomás que a *disputatio* ou debate serve para dissipar as dúvidas e, nesse caso, recorre-se às autoridades admitidas pelos interlocutores com os quais se discute... Outra espécie de *disputatio* ou debate é a que se verifica nas escolas com o objetivo de instruir os alunos e dirigi-los rumo à verdade e não com o de expungir o erro; e, nesse caso, cumpre apoiar-se em sólidas razões e procedentes investigações para se demonstrar ser verdadeiro o que se diz, pois o simples argumento de autoridade só proporcionaria certeza ao aluno de que a questão é essa tal, mas não lhe dispensaria conhecimento, nem o aluno perceberia a razão profunda da afirmação feita pela autoridade (5). E, nota Grabmann, Santo Tomás está a inculcar que a verdade teológica se conquista através dos recursos proporcionados pela *Auctoritas* e pela *Ratio* (6).

8. Esses passos ora aduzidos revelam a íntima essência da teologia escolástica que foi anunciada por Boécio no início da Idade Média, ao utilizar a filosofia no estudo da doutrina cristã nos seus *opuscula sacra.* Foi no século XI, entretanto, que Santo Anselmo de

Cantuária iniciou a elaboração da teologia escolástica ao aplicar, por exemplo, as categorias de Aristóteles ao exame do mistério da Santíssima Trindade, no seu livro *Monológion,* e ao investigar racionalmente a existência de Deus no *Proslógion,* o que levou o historiador Grabmann a denominá-lo *Pai da Escolástica.* No século XII Abelardo, apesar de suas turbulências e ousadias, concorreu grandemente para a constituição da Escolástica, tanto quanto à sua forma extrínseca, quanto à sua íntima essência, máxime nos tratados *Sic et Non, Introductio ad Theologiam* e *Theologia Christiana.* No *Sic et Non* inaugura Abelardo no estudo da teologia o uso da questão oriunda do confronto de diferentes opiniões dos Padres da Igreja, mas que nessa obra ele não resolve, como o devia fazer em classe, e como o fez ao tratar de modo sistemático de muitas das suas questões na *Introdução à Teologia* e na *Teologia Cristã.* No fim do prólogo do *Sic et Non* declara Abelardo que recorreu ao processo da contraposição das opiniões dos Santos Padres, porque ele se presta para exercitar o engenho dos jovens estudantes, levando-os à investigação atenta e alerta, uma vez que "a interrogação assídua define-se como a primeira chave da sabedoria e é duvidando que se chega à verdade" (7). Aliás, no início do prólogo Abelardo chama a atenção para o cuidado que se deve ter com a análise dos termos, já que "a significação própria das palavras" é desconhecida de muitos leitores, sobre variarem os significados dos vocábulos conforme a suposição em que são usados. Por sinal que advertências desse gênero foram muito freqüentes nas obras de Santo Tomás de Aquino e de outros escolásticos.

9. Não se veja no recurso às autoridades doesto com que adumbrar o método escolástico, pois o apego a certos mestres, textos e livros é peculiar ao ensino universitário de nosso tempo, quando em muitos departamentos de filosofia, por exemplo, se recorre anualmente às mesmas autoridades, aos mestres preferidos: Spinoza ou Kant, Marx ou Dewey, Husserl ou Heidegger, etc., mas geralmente sem a abertura da escolástica para o exame honesto de *todas* as sentenças relativas a determinado problema.

10. A escolástica foi método e doutrina que nasceram, cresceram e se aperfeiçoaram nas escolas, desde os modestos recintos monásticos até às rútilas cátedras universitárias. Da tradição antiga mantiveram-se na primeira parte da Idade Média os *comentários* que os professores teciam aos textos examinados em classe, pálido vestígio dos freqüentes e, por vezes, imensos comentários que os autores antigos compuseram sobre obras filosóficas, literárias e religiosas e que se estenderam às científicas na Idade Média, especialmente à

volta dos séculos X, XI e XII. Outro processo fundamental da tradição pedagógica no ensino da retórica foi a *imitação* dos bons autores, praticada nos exercícios literários e filosóficos na escola medieval. Inicialmente, nas escolas monásticas o método consistia na simples leitura de um texto, por exemplo os *Distica Catonis,* e no respectivo comentário. Valafrido Estrabão conta no seu Diário que no ano de 818, no curso de gramática, leu obras de Alcuíno, os dísticos de Catão, poemas de Próspero, Juvenco e Sedúlio e que nas aulas noturnas os alunos "expunham as suas opiniões" ao professor. Para exercitar a memória decoravam hinos eclesiásticos. No ano de 820, no curso de retórica, diz Valafrido, "comentamos e lemos os escritos retóricos de Cícero". Pois bem, nos séculos seguintes, aprimoraram-se esses processos didáticos da leitura e do comentário.

11. A primeira forma fundamental do ensino, o processo básico, era a *lectio*, a leitura dos textos que proporcionava a aquisição do conhecimento e constituía o marco inicial da formação da cultura. Por isso, o mestre era um *lector* ou *legens,* e daí o termo português "lente", o que lê. Todas as disciplinas dos cursos universitários, as sete artes liberais, o direito civil e o eclesiástico, a filosofia e a teologia assim como a medicina, eram ensinados com base nos textos. *Legere,* ler, em linguagem universitária significava ensinar e quando a Igreja proibiu a leitura de Aristóteles devido ao perigo para a fé causado pela mescla dos comentários averroístas com os ensinamentos aristotélicos, ela vetou, de fato, o ensino público da doutrina de Aristóteles. Nas várias disciplinas a leitura fazia-se em obras que tinham autoridades e serviam de modelos, tal como Prisciano em gramática, Cícero em retórica, Aristóteles na dialética, etc. Os textos tornaram-se princípio de estagnação, explica Chenu, desde que os estudiosos se limitaram à sua letra como se fosse o conhecimento definitivo, o único objetivo do saber, de forma que, por exemplo, saber medicina era conhecer o *Canon* de Avicena e não o corpo do homem, e saber filosofia era conhecer a doutrina de Aristóteles e não investigar as causas dos seres e o significado da existência (8).

12. Segundo os Estatutos de 1215 da Universidade de Paris, havia duas maneiras le "ler" Aristóteles: ler *ordinarie* e ler *cursorie* (9). Ler *ordinarie* era fazer uma exposição com explicações e comentários do pensamento do autor, procedendo no estudo da Bíblia às interpretações literal e espiritual, e esta desdobrava-se na alegórica, na simbólica e na anagógica (10). Ler *cursorie* era ler rápido, *ad litteram,* ao pé da letra sem analisar problemas doutrinários nem se deter nas minúcias da interpretação. *Littera* era a sim-

ples explicações de palavras e frases. *Sensus* era a análise dos significados dos termos e a explicação em linguagem clara do texto examinado. Finalmente, *sententia* era a imersão no texto à cata da sua compreensão profunda, da intenção do autor, assim como a dedução de conclusões que ultrapassassem a exegese textual. A *glosa* nas letras, na teologia ou no direito e na medicina, era o breve comentário de um termo ou de um passo, feito de modo conciso e claro. O seu resultado eram as notas escritas entre as linhas do texto, *glosa interlinear,* ou à margem da página, *glosa marginal.* As notas interlineares referiam-se à *littera* e *ao sensus* e as notas marginais, à *sententia.* No século XII a glosa desenvolveu-se num comentário mais amplo que, devido à extensão, não se escreveu mais à margem, mas se tornou um texto autônomo tal como, por exemplo, os comentários de Santo Tomás de Aquino às obras de Aristóteles (11).

13. A *collatio,* colação, era na escola monástica uma conferência ou alocução piedosa que servia para a instrução dos monges ou dos estudantes. Na vida universitária foi uma troca de impressões entre os estudantes ou a livre discussão de um tema orientada pelo mestre e realizada uma vez por semana ou cada quinze dias. Muitas vezes surgiam da *lectio* dificuldades relativas à letra, ao sentido ou à sentença dos textos e que desbordavam das glosas no confronto de opiniões opostas, de dificuldades que provocavam debates com a apresentação de argumentações contrárias e de uma solução final. A evolução da *lectio* à *quaestio* pode ser bem acompanhada no domínio da teologia. A *questão* tornou-se, enquanto o *problema dialético* da lógica aristotélica, o eixo do método escolástico em que um tema é examinado de modo exaustivo. Proposto o assunto, examinam-se as concepções mais expressivas que se lhe referem, as opiniões contrárias e as sentenças favoráveis à solução aventada. No corpo do artigo resolve-se o problema através de demonstração em forma silogística e, por último, analisam-se as sentenças propostas anteriormente, aprofundando-se o seu significado e destacando-se os seus aspectos positivos ou refutando-se os pontos de vista inadmissíveis.

14. A disputa — *quaestio disputata* — nasceu da *lectio* através da questão e se tornou exercício autônomo próprio do mestre universitário que a organizava para os seus estudantes. Ocorria no período vespertino e era sustentada pelos bacharéis ou pelo próprio mestre com a participação dos alunos que propunham objeções. A disputa *de quolibet* era uma questão extraordinária ou disputa solene realizada duas vezes por ano, perto do Natal e da Páscoa. Nes-

sa ocasião os mestres de teologia ou de artes sustentavam uma disputa em que os temas eram imprevistos por serem escolhidos na hora pelos assistentes e as perguntas podiam referir-se a qualquer assunto. Daí o nome dessa disputa: *de quolibet*. As *Quaestiones quodlibetales* constituem o modelo primoroso do gênero. Como diz Chenu, "a disputa era o torneio dos clérigos". No dia marcado, sob a direção do mestre, o bacharel sustentava a disputa contra doutores, bacharéis e estudantes numa verdadeira desordem de temas, ataques e respostas. Noutro dia, o mestre ordenava o assunto e procedia à *determinatio,* isto é, resolvia de modo autorizado e categórico a questão. Desse modo, a universidade medieval era um ambiente animado pelas investigações, pelos debates e pela atividade dos alunos e professores. Nela não existia esse processo didático exclusivo, monótono e rotineiro de meras aulas expositivas e de modo algum os alunos se mostravam ouvintes passivos a repetirem cegamente as palavras do professor. O método extravagante do *magister dixit* foi invenção antiga dos pitagóricos que nunca se acomodou aos processos ativos e vivazes do método escolástico, mas que se perpetuou nas práticas da escola renascentista decadente, do século XVII quase até os nossos dias, quando a renovação didática da pedagogia moderna retomou o espírito e as técnicas da universidade medieval.

15. O método escolástico desenvolveu-se sob a inspiração e o estímulo da lógica aristotélica. A técnica da disputa é inculcada e regrada especialmente nos *Segundos Analíticos,* nos *Tópicos* e nas *Refutações dos Sofismas,* os três últimos livros do *Órganon.* Desde o século XII observa-se a citação freqüente dos *Tópicos* como verdadeiro manual de instruções para as disputas. Logo após a metade do século XIII, o franciscano Gilberto de Tournai consagrou um capítulo do seu tratado de pedagogia *De modo addiscendi* às disputas e mencionou os *Tópicos.* No capítulo X da Quarta Parte ele demonstra que o engenho — poder da alma que investiga o que não se conhece, segundo Gilberto — se aguça por meio das disputas e nestas é preciso levar em conta a intenção, o modo, a ordem e a cautela. A disputa deve ser conduzida com reta intenção e não deve ter por fim a vanglória, o espírito de contradição, o encobrimento da própria ignorância nem a subversão da verdade. Bem ao contrário, a disputa deve objetivar o aguçamento do engenho, o conhecimento da verdade, a instrução, a edificação do próximo e a refutação do erro. Em segundo lugar, ensina Gilberto, a disputa deve ser estruturada com o tema, as oposições e as respostas, e o responsável pelo debate deve ater-se ao essencial sem atacar a pes-

soa ou o nome do contendor, procurando sempre atingir a verdade, a menos que, de propósito, sustente a falsidade de caso pensado como recurso metódico, para ver o que daí resulta. Na disputa é fundamental assegurar-se dos princípios e essa ordem impõe-se ainda mais na faculdade de teologia, "para que a disputa se inicie com proposição admitida pela fé". É aí que Gilberto cita os *Tópicos* com afirmar: "Aristóteles ensina a ordem a ser observada nas disputas e a técnica do debate tanto nos *Tópicos* quanto nos *Elencos*" (12). E Gilberto de advertir: "De resto, não vejo como possa disputar sutilmente em alguma ciência quem não sabe dialética." Ademais, acrescenta, é necessário conhecer os sofismas, a fim de os desmascarar e refutar. Em terceiro lugar, nas disputas os contendores devem proceder com seriedade interior e com honestidade externa. Por último, é preciso agir com discrição, "com as cautelas da sabedoria". O argüidor deve evitar os seguintes escolhos: questões inúteis, demonstração supérflua de coisas evidentes, discursos empolados, proposições obscuras, afirmações falsas e improváveis e conclusões sofísticas. O respondedor, por sua vez, deve ponderar o que diz e não afirmar o que não convém e deve agir diversamente com os diferentes argüidores, por exemplo, com o curioso, o tentador, o investigador da verdade ou com o herege. Só se responda, recomenda Gilberto, o que for útil aos ouvintes e nas disputas com os hereges recorra-se, também, à oração.

16. A expressão literária do método escolástico apresenta-se através de vários gêneros. Houve livros escritos com o caráter de introdução à filosofia, tal como os tratados *De divisione philosophiae* de Domingos Gundissalvo, o *De ortu scientiarum* de Roberto Kilwardby, etc. Outros eram compêndios com exercícios de lógica; tal foi o gênero dos *Sophismata* com os *Impossibilia*, os *Insolubilia*. Classe especial de literatura escolar foram os comentários sobre as obras de Aristóteles compostos por Santo Alberto Magno, Santo Tomás de Aquino, Egídio Romano, Pedro de Auvergne, Duns Scotus e outros. Houve, ainda, os opúsculos filosóficos como os de Santo Alberto Magno e de Santo Tomás de Aquino; a literatura das questões como as *Quaestiones Disputatae* de Santo Tomás de Aquino, Mateus de Aquasparta, Bernardo de Trília, João de Nápoles e outros. Tiveram muita aceitação e prestaram ótimos serviços as *enciclopédias* como a *De proprietatibus rerum* de Bartolomeu, o Inglês; *De naturis rerum* de Tomás de Cantimpré; o *Speculum Maius* do dominicano Vicente de Beauvais; a *Catena entium* de Henrique de Herford, etc. Compuseram-se também *sumas filosóficas* como a *Summa de creaturis* de Santo Alberto Magno, a *Summa contra gen-*

tiles de Santo Tomás de Aquino e a *Summa Philosophiae* atribuída a Roberto Grosseteste. Além disso, as *sumas teológicas* contêm precioso material filosófico, tal como os vários *Comentários às Sentenças* de Pedro Lombardo, e as *Sumas Teológicas* de Tomás de Aquino, Ulrico de Estrasburgo e Henrique de Gand. Aliás, conforme Chenu, as *Sumas* no terreno dos gêneros literários revelam a notável capacidade inventiva dos escolásticos (13). Em todos os gêneros brilhou e avantajou-se o gênio de Santo Tomás de Aquino que, além de opúsculos, dissertações, comentários e questões disputadas e quodlibetais, compôs o maravilhoso monumento da *Suma Teológica,* síntese ordenada e claríssima da teologia cristã, sobre ser mina preciosa de ensinamentos filosóficos e para nós, especialmente no tratado dos hábitos, um manancial fecundo de doutrinas pedagógicas.

17. A tradução das obras filosóficas e científicas dos gregos, especialmente da enciclopédia aristotélica, impulsionou o estudo da filosofia e das ciências nas universidades e aumentou bastante graças aos novos contatos dos estudiosos ocidentais com o patrimônio da cultura grega antiga através da sua estada no Oriente depois da conquista de Constantinopla pelos guerreiros da Quarta Cruzada orientada e sustentada pela República de Veneza, quando se criou o Império Latino do Oriente, em 1204. Dessa feita, os tradutores eram homens do norte, ao contrário do século XII, quando se destacaram os centros sulinos da Sicília e de Toledo. Os dois tradutores mais importantes dessa fase foram Roberto Grosseteste, bispo de Lincoln, que foi professor dos primeiros franciscanos ingleses, e Guilherme de Moerbecke, arcebispo de Corinto em 1278, dominicano, que traduziu muitas obras de Aristóteles e de seus comentadores gregos, a pedido do seu confrade Santo Tomás de Aquino. Roberto Grosseteste, por sua vez, traduziu a *Ética de Nicômaco* com os seus comentários gregos; o *De caelo* (do livro I até ao fim do começo do III com o comentário de Simplício); as obras pseudo-aristotélicas *De virtute* e *De lineis indivisibilibus;* as *Epístolas* de Santo Inácio de Antioquia; o *Testamento dos XII Patriarcas,* as obras do Pseudo-Dionísio com os comentários de Máximo o Confessor e os escólios; o *De vita monachorum,* e o *De fide orthodoxa,* e mais *De hymno trisagio, Logica, De haeresibus* e a *Introductio dogmatum elementaris de São João Damasceno;* o *De passionibus* do Pseudo-Andronicus e o *Lexicon* de Suidas.

18. Guilherme de Moerbecke fez novas traduções de Aristóteles e pôs em boa forma latina os *Libri naturales,* a *Metafísica,* a *Ética,* a *Política,* a *Retórica,* a *Poética* e o *De animalibus.* Traduziu, tam-

bém, comentários gregos sobre Aristóteles escritos por Amônio, Simplício, Alexandre de Afrodísias, Temístio e João Filopono. Traduziu, ainda, *Elementatio Theologica* de Proclo, escritos de Arquimedes, Eustóquio, Ptolomeu o Geógrafo, Heron; o *De alimentis* de Galeno e o *De prognosticationibus aegritudinum secundum motum lunae* do Pseudo-Hipócrates. Se levarmos em conta as obras já traduzidas de Aristóteles durante o século XII, pode afirmar-se que, à volta de 1200, a maior parte da obra aristotélica já estava ao alcance dos estudiosos latinos. As obras de Averróis não foram conhecidas antes de 1230. Em artigo de 1933, *La première entrée d'Averroës chez les Latins,* De Vaux indica como a opinião mais provável a que assegura terem sido feitas as primeiras traduções de Averróis na corte da Sicília a partir de 1227 por uma equipe de tradutores, cujo principal representante era Miguel Scot, e terem sido introduzidas nos meios universitários a partir de 1231. O medievalista Van Steenberghen sustenta que as primeiras citações de Averróis podem ler-se na obra *De universo* e no *De anima* de Guilherme de Auvergne, compostas, ao que tudo indica, entre 1231 e 1236, e afirma que em 1240 estava terminada a penetração no Ocidente das obras do Cordovês. Essas obras foram acolhidas com simpatia e sem desconfiança e demorou para que os escolásticos percebessem a verdadeira natureza do averroísmo e se precatassem contra os seus erros (14). No ano de 1263, Manfredo, rei da Sicília, na corrente das traduções e das contribuições culturais, deu de presente aos estudiosos da filosofia da universidade de Paris os livros de Aristóteles e de outros filósofos que ele próprio fizera traduzir para o latim (15).

19. O fator mais relevante para o desenvolvimento da Escolástica foi a introdução das obras de Aristóteles na corrente latina dos estudos e a sua prescrição no currículo universitário. Com Aristóteles entrava no pensamento ocidental a convicção de que a filosofia é disciplina racional autônoma, relacionada intimamente com as outras e com a crença religiosa, mas distinta e independente na sua constituição e operação. Com Aristóteles alargou-se o âmbito do saber devido ao aparecimento de várias disciplinas científicas e ao enriquecimento doutrinário das já existentes. Com Aristóteles impôs-se a convicção de que o poder temporal é sociedade perfeita na sua esfera de ação e que, embora unido ao poder espiritual, dele pode destacar-se e atuar sem subserviência ou pretensão de domínio indébito. Com Aristóteles os estudiosos passaram a contar com o inigualável instrumento do filosofar — apesar dos exageros dos averroístas que instauraram o culto filosófico do Filósofo — com a sólida ga-

rantia do rigor do pensamento na lógica formal com o ideário das leis da inteligência, com os artifícios da técnica da discussão, com os recursos dialéticos para o desmascaramento e a refutação dos sofismas. E foi graças à utilização da lógica formal que se aguçou a mente dos glosadores dos textos jurídicos, filosóficos, médicos e teológicos. É muito sintomático o fato, por exemplo, de o comentário dos *Aforismos* de Hipócrates escrito por Magister Maurus conter importantes elementos lógicos; de um estudante de cirurgia em 1770 em Salerno ser também professor de lógica, segundo informação dada por Kristeller, e mais eloqüente, ainda, o fato de a lei de Frederico II, à volta de 1241, prescrever três anos de estudo de lógica como pré-requisito aos estudos propriamente ditos de medicina.

20. De acordo com o mais lídimo espírito aristotélico — gosto da observação sensível, da demonstração científica e das investigações biológicas — em Salerno vários tratados de anatomia indicam a prática de demonstração anatômica em sala de aula e baseada na dissecação de animais. Tudo indica que foi Mateus Platearius o primeiro professor salernitano a proceder à dissecação de animais no início do século XII. Por outro lado, observa Kristeller, o aparecimento do comentário de obras médicas assinala a passagem da instrução prática para a teórica em Salerno e, tanto na medicina como em outras áreas onde apareceram os comentários, eles refletem um método didático baseado na leitura e na explicação dos textos de autoridades na matéria (16). Os comentários médicos eram usados tanto em Salerno quanto alhures e serviam de compêndios didáticos. Na segunda parte do século XII deu-se um avanço pedagógico em Salerno, quando a instrução médica teórica passou a basear-se nas obras clássicas da medicina grega e árabe traduzidas por Constantino, o Africano. Desse tipo foram os *Comentários* de Bartolomeu aos Aforismos de Hipócrates, o do Magister Mateus à obra sobre as dietas do judeu Isaac e o famoso comentário de Maurus aos *Aforismos* de Hipócrates, pertencentes à segunda metade do século XII, assim como o grande comentário de Uso da Calábria aos *Aforismos* onde, informa Kristeller, aparece a primeira citação explícita de Aristóteles na literatura salernitana. E a obra de Urso não só contém doutrinas aristotélicas como nelas ele desenvolve um sistema de filosofia natural que servia de base firme para a teoria e a prática médicas. Está claro, portanto, que nas faculdades de medicina o ensino se desenvolveu através de exposições, leituras, comentários e debates com o auxílio da lógica aristotélica. Na universidade de Montpellier uma bula de Clemente V, de 8 de se-

tembro de 1309, organizou o exame da licenciatura prescrevendo duas lições, uma teórica e a outra, prática, seguidas de debates. Os estudos estendiam-se por seis anos de cursos e de exercícios e por oito meses de prática. Os autores, *auctoritates,* do programa do curso médico repartiam-se em gregos e árabes. A parte principal cabia a Galeno e a Hipócrates, logo seguidos por Avicena e, como explica Delaruelle, "com Avicena a lógica e a metafísica tomaram posição no ensino" e ultrapassou-se a época das coleções de receitas (17).

21. Ao tratar das matérias e dos métodos didáticos no domínio jurídico da universidade de Bolonha, diz Sorbelli que pouco se sabe das cátedras e das matérias de ensino nos dois primeiros séculos, quando as lições se reduziam à declaração, ilustração e exegese das principais partes do *Corpus Iuris Civilis: Código, Digesto Velho, Infortiatum, Digesto Novo* e *Volume.* O ensino do direito canônico repousava no comentário do *Decretum* de Graciano, das *Decretais,* do *Sexto* e das *Clementinas.* Havia cursos propedêuticos com aulas preliminares ou preparatórias em que se tomavam por textos as obras intituladas *De verborum significatione* e *De regulis iuris.* Outras aulas preliminares, diferentes das anteriores, eram as *Praelectiones* dadas no início do ano pelo professor que iniciava o curso examinando um determinado texto e indicando os seus aspectos gerais, divisão e estrutura. As *glosas* eram o comentário escrito que era lido e explicado ou também era oral e composto para a exposição. Na metade do século XIII havia, também, o *Aparatus,* lições que proporcionavam a explicação exegética das fontes do direito civil e canônico e às quais se juntavam as considerações da casuística com a apresentação de dificuldades e a respectiva solução à luz dos textos civis ou canônicos. As *Repetitiones* ou *Recollectae* eram aulas de revisão da matéria que o professor dava de modo rápido e claro na segunda metade do ano letivo. Como coadjuvantes do ensino circulavam lições escritas: *repertoria, margaritae, specula, arbores, libelli, cavillationes, breviaria, notabilia, apostillae, summae,* etc. (18). Vinogradoff observa que para os doutores de Bolonha, a partir do século XII, os livros de Justiniano eram livros sagrados, as fontes categorizadas donde deviam sair todas as deduções, e que uma das suas principais preocupações era o exame crítico do estado do texto. Ele assevera que a análise dialética dos textos foi a grande obra da escola de Bolonha (19). Ao caracterizar o espírito do renascimento dos estudos jurídicos, Vinogradoff realça a aplicação do método escolástico ao estudo do direito e o papel desempenhado pela lógica aristotélica na forjadura da Escolástica (20).

22. Traço típico e essencial do método escolástico é o acatamento das autoridades e o processo didático do comentário ou glosa. Alguém poderia dizer que essa técnica era atrasada e estagnante, pois o ideal seria a manifestação da criatividade didática, a pesquisa e a experimentação que levam o estudioso a novas descobertas e a novos conhecimentos. Tal observação, no entanto, é injusta e improcedente. Primeiro atente-se para o fato de que, desde o século XII, em todas as áreas de estudo procedeu-se à recuperação cultural do patrimônio antigo no mundo latino medieval, o que levou ao apego às autoridades, mas apego realizado com desembaraço e espírito crítico, como se colhe dos exemplos famosos de Abelardo e de Santo Tomás de Aquino que, junto com muitos outros mestres, não se limitaram a repetir lições dos Antigos, mas deram ao patrimônio do saber as próprias contribuições e lidaram quanto às fontes com critério pessoal e com independência de juízo. Este espírito crítico do Aquinatense manifestou-se na sua atitude e nos seus ensinamentos quanto às *auctoritates.* Assim, num lanço da *Suma Teológica* ele diz ser natural à razão humana passar gradualmente do imperfeito ao perfeito e, por isso, os primeiros filósofos deixaram obra imperfeita que os seus sucessores viriam aperfeiçoar (21). Ademais, acrescenta o grande mestre num passo famoso do seu comentário ao *De anima* de Aristóteles: "Devem escutar-se as opiniões dos Antigos, por vetustas que sejam, pois, assim podemos apropriar-nos do que falaram certo e evitar o que disseram de errôneo" (22). Finalmente, Santo Tomás faz uma declaração e um desabafo que se podem tomar por mote dos filósofos escolásticos medievais: "O estudo da filosofia não tem por objeto saber o que os outros pensaram, mas conhecer a verdade das coisas" (23).

23. Finalmente, importa frisar bem que o método escolástico não nasceu pronto mas se desenvolveu lentamente, máxime durante o século XIII. No substancial artigo de Callus O.P., *Introduction of Aristotelian Learning to Oxford,* há excelente lição a tal respeito. Segundo Callus, a análise da estrutura e do método de estudo da nascente Faculdade de Artes é de grande valia para se compreender a história do aristotelismo. Callus distingue três períodos no desenvolvimento do método escolástico. O primeiro foi o Aviceniano em que os tratados e os cursos seguiam o modelo de Avicena, que consistia na exposição da doutrina de Aristóteles por meio de uma paráfrase feita em diferentes tratados que levam o nome dos livros aristotélicos, combinando-a com o pensamento do autor escolástico. Assim foram os tratados *Sobre a alma* de Domingos Gundissalvo e de João Blund. O segundo período foi o Averroístico. As princi-

pais obras de Averróis começaram a circular em latim à volta de 1230. Constituíam comentários breves, claros e agudos do pensamento aristotélico, o que valeu ao autor muçulmano o epíteto de *Commentator,* o Comentador. Cerca de 1240, a sua influência já surge nas obras dos escolásticos e os tratados são substituídos por comentários ou glosas, *expositio per modum commenti,* com a sua nova técnica inspirada em Averróis e com um sistema acabado de divisão e análise do texto comentado. Por fim, no último quartel do século XIII, o comentário assumiu nova forma, quando a divisão e a análise do texto foram lentamente reduzidas à expressão mais simples até quase desaparecerem completamente substituídas por *Quaestiones* sobre a *littera, Expositio per modum quaestionis,* discussão de problema oriundo do texto ou com ele relacionado (24).

24. Em artigo consagrado ao método escolástico na educação medieval, George Makdisi comete o exagero de atribuir ao Oriente Islâmico a origem do método escolástico, embora reconheça sensatamente que a Universidade é um fenômeno estritamente próprio da Europa Ocidental na Idade Média. Em suma, os escolásticos cristãos ter-se-iam apropriado do método escolástico muçulmano (25). Ora, cdmo temos visto, esse método surgiu e se desenvolveu pouco a pouco nas escolas medievais, desde os estabelecimentos monásticos e das escolas episcopais até às várias escolas universitárias do século XIII. O maior argumento de Makdisi assenta no "fato notável" de o método do *Sic et Non* ter tido o seu habitat natural no direito religioso muçulmano. O *Khilaf* (sic et non) e o Jadal (disputatio) foram processos dialéticos estabelecidos no Islão no século nono. Acontece, no entanto, que esse argumento não é convincente.

25. Primeiramente, atente-se para o fato de que o método do *sic et non,* pró e contra, exame de opiniões divergentes, não surgiu com Abelardo pela primeira vez na história do pensamento humano. Já entre os gregos, no mundo ocidental, o método fora usado pelos filósofos. Veja-se, por exemplo, o Livro I do tratado *De anima* de Aristóteles com a exposição das opiniões dos filósofos sobre a alma e considere-se a declaração feita pelo filósofo no início do capítulo I do Livro II da mesma obra: "Já expusemos ou discutimos suficientemente as teorias sobre a alma que nos legaram nossos predecessores", e ele passa então a determinar o que é a alma e a dar uma definição satisfatória (26). Ademais, já na República romana, antes de Cristo, estudava-se o direito através de consultas públicas que os clientes faziam aos jurisconsultos e que se processavam por meio de discussões, *disputationes,* e os assistentes chamavam-se *auditores,*

ouvintes. Como diz Cícero, os jurisconsultos faziam-se ouvir sem consagrarem tempo especial ao ensino (27). Por conseguinte, o *Khilaf* não foi prerrogativa do direito islâmico mas existiu com certeza desde que Adão e Eva ponderaram o pró e o contra da manducação do fruto proibido. Por outro lado, releva lembrar o velho anexim filosófico: "As mesmas causas produzem sempre os mesmos efeitos." Ora, a causa comum que estimulou as argúcias da discussão e dotou os estudiosos do instrumento apto para o debate foi a dialética, a lógica aristotélica que atuou no método jurídico do Islão, como diz Makdisi (28). No Ocidente a dialética influenciou primeiro a teologia e as ciências e logo foi aplicada ao direito, como ensina Vinogradoff (29).

26. Sobre denotar o método peculiar à universidade medieval, e que se tornou aquisição definitiva do pensamento humano, a escolástica significa também o conjunto de todas as doutrinas ensinadas e constituídas nos domínios da filosofia, da teologia, do direito, da medicina e das ciências naturais. Assim, pode dizer-se que o termo escolástica abrange as doutrinas estabelecidas a propósito do *Digesto* ou *Pandectas,* das *Institutas,* do *Segundo Código,* e das *Novelas* que integravam o *Corpus Iuris Civilis* (30). Nos *Estatutos da Universidade dos Juristas* de Bolonha, na rubrica XXXVI, em que se fixam os preços dos livros, pode verificar-se a vasta literatura jurídica dos *apparatus, casus, disputationes, summa, libellum, notabilia, cavillationes, brocarda, flos, textus, margarita, lectura,* etc. utilizada nas faculdades de direito, e que continha as doutrinas dos novos mestres da jurisprudência (31).

27. Na universidade de Montpellier, por recomendação de Arnaldo de Villanova e de outros médicos, o papa Clemente V prescreveu em 1309 os livros a serem adotados no estudo da medecina e que abrangiam os "clássicos médicos" gregos, muçulmanos e judeus: Galeno, Hipócrates, Avicena, Constantino o Africano, Iohannicius, Isaac, etc. (32). Já no início do século XIII formularam-se doutrinas médicas nas obras de Gilbert of England, William of England e do famoso Pedro Espanhol, *Petrus Hispanus,* que veio a ser o papa João XXI (33).

28. No campo da teologia assinalaram-se as grandes sistematizações doutrinárias expressas nas *Sumas Teológicas* de Guilherme de Auxerre, Felipe o Chanceler, Gaufrido de Poitiers, Guilherme de Auvergne e, sobretudo, as do período áureo do século XIII e que principiou em 1230, compostas por Alexandre de Hales, o *Doctor irrefragabilis,* Santo Alberto Magno, o *Doctor Universalis,* e principalmente por Santo Tomás de Aquino, o *Doctor Angelicus.* Destacaram-se, ainda, pelas especulações teológicas e pelas obras, São

Boaventura, Egídio Romano, Henrique de Gand, Godofredo de Fontaines, Duns Scotus e inúmeros outros teólogos dominicanos, franciscanos, agostinianos, carmelitas, seculares, etc.

29. Além das sistematizações doutrinárias, salientaram-se as pugnas teológicas travadas entre os conservadores que defendiam doutrinas filosóficas muçulmanas e judias atribuídas a Santo Agostinho e os teólogos que aproveitaram a filosofia aristotélica para aprofundar o estudo da ciência sagrada, e alguns *artistas,* filósofos que professavam a doutrina de Aristóteles segundo a interpretação de Averróis e que não se conciliava com a teologia cristã.

30. Como diz Grabmann, juntamente com as noções científicas e filosóficas das obras traduzidas do grego e do árabe, desde o século XII, penetraram no mundo ocidental concepções que não se enquadravam com a antiga escolástica de orientação agostiniana. Muitas teorias novas invadiam o terreno do dogma e levaram os teólogos inicialmente à atitude defensiva e mais tarde à ofensiva. O pior, entretanto, foi a invasão dos ensinamentos do aristotelismo árabe no campo da escolástica, e que se opunham frontalmente às verdades fundamentais do Cristianismo, tal como a doutrina da eternidade do mundo, a interpretação do intelecto agente e possível, de modo a negar a pernosalidade e a imortalidade da alma humana, a limitação ou a negação absoluta da Providência divina, a negação do livre-arbítrio e outras idéias discutíveis (34). Mas como o reconheceu Grabmann antes dessa afirmação, "o acontecimento mais importante da História da Teologia Medieval foi, sem dúvida alguma, a entrada da literatura aristotélica, anteriormente limitada apenas às obras lógicas, e da filosofia e da ciência natural árabo-judia no horizonte da Antigüidade Cristã" (35). O resultado da introdução da obra aristotélica na perspectiva mental dos cristãos do Ocidente não foi apenas a oposição e a luta de idéias como, também, um precioso adjutório à especulação teológica e às sínteses doutrinárias. Assim, merecem realce especial no tocante à reflexão teológica a doutrina dos significados do ser, do ato e da potência, da matéria e da forma, das várias espécies de movimento, das potências ou faculdades da alma, das virtudes, etc.

31. O verdadeiro artífice da integração das noções filosóficas de Aristóteles na teologia cristã foi Santo Tomás de Aquino que, ademais, elaborou uma sólida síntese da filosofia na linha do pensamento aristotélico, mas corrigindo os erros do Estagirita e dando ao corpo da filosofia as suas próprias contribuições. Isso foi possível porque Santo Tomás soube discernir com proficiência a filosofia da teologia, soube perceber, com acuidade que, em sendo a fi-

losofia obra da pura razão, o que houvesse de certo na filosofia de Aristóteles seria imposição racional e não apenas concepção pessoal do grego Aristóteles que filosofou na Antigüidade. Por isso, segundo o Aquinatense, saber filosofia não é repetir as palavras de Aristóteles, mas assegurar-se da verdade através de investigação racional e de raciocínios válidos. Ele ensinou, ainda, que os homens não esgotam de uma vez a inteligibilidade das coisas, mas que a filosofia é o resultado das especulações de muitos homens através de sucessivas gerações de modo que, embora os homens realizem conquistas intelectuais e entesourem conhecimentos perenemente válidos, sempre resta muito a saber e as velhas questões podem ser de novo investigadas e esclarecidas à nova luz noutro contexto cultural e em diferente perspeciva histórica.

32. Foi o Doutor Angélico quem concretizou o antigo plano patrístico de conciliar a filosofia racional e o pensamento grego com a sabedoria cristã. E ele o fez não só ao caracterizar os tipos de conhecimento filosófico e teológico, mas ao desenvolver longa e pacientemente em suas obras as questões de filosofia e teologia, de modo que, sobre ser principalmente teólogo, Santo Tomás consagrou-se como um dos mais eminentes filósofos de todos os tempos pela segurança da doutrina, pelas luzes que espargiu e pelos conhecimentos que sistematizou nas áreas da lógica, da metafísica, da filosofia natural, da educação, da psicologia, da ética e da política. Como disse com propriedade o papa Pio XI na encíclica *Studiorum Ducem,* "em filosofia Santo Tomás salvaguarda a força e o poder da inteligência humana, assim como o dissemos, e prova a existência de Deus por meio dos mais firmes argumentos" (36).

33. Na *Suma Teológica* Santo Tomás de Aquino demonstra que deve existir uma ciência sagrada distinta da filosofia e que, ocasionalmente, tanto a teologia como a filosofia podem considerar o mesmo objeto ou tema, a saber, Deus, o homem, o bem, a conduta, etc. No entanto, apesar de coincidência do *objeto material* considerado, essas ciências distinguem-se claramente pelo seu *objeto formal,* isto é, pelo ponto de vista do qual o examinam. Aliás, segundo o Aquinatense, é o *objeto formal* o critério especial da indagação que permite distinguir as ciências particulares umas das outras como, por exemplo, a geometria da aritmética ou a geografia da geologia. A filosofia busca as razões das coisas e as causas dos seres exclusivamente através da razão, por meio do raciocínio, enquanto a teologia considera as coisas como reveladas, isto é, as suas argumentações partem de premissas que são verdades reveladas por Deus e que os homens admitem pela fé (37).

34. Levando-se em conta essa imensa realização cultural de Santo Tomás, o medievalista Grabmann resume-lhe os efeitos da seguinte maneira: "A grande obra científica de Santo Tomás é a penetração autônoma, a apropriação da filosofia aristotélica e a vinculação orgânica da mesma com a *Weltanschauung* do cristianismo, cientificamente exposta por Santo Agostinho e pela primitiva escolástica, a criação de um aristotelismo cristão na filosofia e a elaboração da teologia especulativa com meios e formas da filosofia aristotélica, adaptada para isso, mas sem abandonar de modo algum as grandes linhas da tradição eclesiástico-escolástica" (38).

35. O aparecimento da vasta literatura filosófica e científica no ocidente cristão provocou uma crise inevitável, já que no centro dessa literatura estava a obra do pagão Aristóteles, rodeada de comentários gregos e muçulmanos. Imediatamente manifestou-se a oposição entre o naturalismo da filosofia antiga e a visão sobrenatural do cristianismo, entre o racionalismo de Aristóteles e a fé que leva o cristão a admitir a revelação. Essas antinomias podiam resolver-se, como o demonstraram Santo Alberto Magno e Santo Tomás de Aquino, mas a primeira reação de certos teólogos católicos ante os *libri naturales,* os livros de filosofia natural de Aristóteles, foi de recusa e proibição, logo seguidas de cautela e circunspecção. A primeira atitude resultou do ensino em Paris, no começo do século XIII, dos *libri naturales* aristotélicos junto com as paráfrases de Avicena. David de Dinant, mestre da faculdade de artes. interpretou a doutrina aristotélica de modo panteísta, e o teólogo Amauri de Bene também professou o panteísmo, e ambos fizeram discípulos. O concílio de Sens de 1210 condenou-lhes a doutrina — apesar de já estarem mortos — e proibiu o ensino dos *libri naturales* e dos seus comentários. O cronista Roberto de Auxerre (*Autissiodorensis*) registrou na sua *Crônica,* a respeito do ano 1210, os rumores e os passos da condenação de Amauri e dos *livros naturais*. Incidiram, também, na condenação 14 réus entre os quais havia "alguns sacerdotes que tinham o cuidado das almas". Foram tidos por hereges; dez foram queimados e quatro foram condenados à prisão perpétua. O espetáculo desse castigo contou com imensa assistência, *innumerabilis hominum multitudo.* O corpo de Amauri foi exumado e enterrado longe do cemitério sagrado e os "livros naturais" de Avicena. David de Dinant, mestre da faculdade de artes, inter, Paris" foram proibidos por três anos, "pois as sementes dos erros amauricianos pareciam ter nascido deles" (39), embora os ensinamentos de Amauri se inspirassem mais em João Escoto Eriúgena e na metafísica chartrense.

36. Por determinação dos Estatutos dados à universidade de Paris pelo cardeal-legado Roberto de Courçon, os livros de lógica e a *Ética de Aristóteles* podiam ser usados no ensino, mas a *Metafísica,* os livros de filosofia natural, os seus resumos, assim como as doutrinas de David de Dinant, Amaury de Bene ou Maurício Espanhol, não podiam ser ensinadas (40). Essa proibição, todavia, restringia-se a Paris, pois na Inglaterra as obras aristotélicas eram ensinadas serenamente, enquanto os mestres da nova universidade de Tolosa proclamavam em 1229 que na sua escola os "livros naturais" proibidos em Paris podiam ser matéria de ensino e de estudo aprofundado (41). Na bula *Parens scientiarum* de 14 de abril de 1231, denominada por Masnovo *"Carta Magna da Universidade de Paris",* o papa Gregório IX ordenou que os livros de filosofia natural de Aristóteles, proscritos pelo concílio provincial de Sens em 1210, mas proibidos *ex certa causa,* não deviam ser usados em Paris até que fossem examinados e ficassem isentos da suspeita de erro (42). A comissão nomeada pelo papa, composta de três membros, não chegou a conclusão alguma, pois se desfez com a morte do seu membro mais ilustre, Guilherme de Auxerre, a 3 de novembro de 1231. A proibição dos *libri naturales* só se referia ao ensino público e não à leitura em particular. Embora sempre estivesse presente aos adversários do aristotelismo, ela foi permanecendo sem efeito para os estudiosos da filosofia, ao mesmo tempo em que os mestres de teologia das novas ordens mendicantes se aplicavam ao exame e ao estudo aprofundado da obra aristotélica. Os Estatutos dos Artistas da Nação Inglesa da universidade de Paris, promulgados em 1252, não mencionam os "livros naturais" nem a Ética, mas prescrevem os tratados de *Órganon* e, o que é significativo, o *De anima* que se incluía antes entre os *libri naturales* (43). Finalmente, nos Estatutos da Faculdade de Artes de Paris, promulgados pelos mestres a 19 de março de 1255, todas as obras de Aristóteles foram prescritas para o ensino, e desse modo a Faculdade das Artes converteu-se, de fato, em Faculdade de Filosofia (44).

37. Nos anos seguintes a questão dos estudos aristotélicos azedou porque se, de um lado, a doutrina aristotélica favorecia a concepção da filosofia autônoma quanto à teologia, por outro, trazia no bojo idéias estranhas e contrárias à fé cristã. Ora, para muitos teólogos a filosofia não podia ser vista como saber independente já que, desde Filão de Alexandria, era tida por "serva da sabedoria religiosa", enquanto certos filósofos da grei averroísta só admitiam a filosofia enquanto fosse a pura doutrina de Aristóteles, embora esta surgisse ensombrecida pelas interpretações dos filósofos muçulmanos. Haja vista, por exemplo, que o Filósofo não explicou de modo claro

o significado do "intelecto separado", que Averróis interpretou como um único poder intelectual comum a todos os homens passados, presentes e futuros, e distinto das pessoas, fisicamente separado delas. Assim, entre os teólogos conservadores — que só utilizavam o aristotelismo tímida e superficialmente e o mantinham sob suspeita — e os averroístas que admitiam as doutrinas da unicidade do intelecto agente, da eternidade do mundo e do eterno retorno, situou-se a orientação albertino-tomista que utilizava o aristotelismo para aprofundar o estudo da doutrina cristã e via na filosofia uma espécie de conhecimento puramente racional que se obtém e se aperfeiçoa gradualmente através das várias gerações humanas e só se perfaz com o concurso dos homens de todos os tempos que acreditam na verdade do conhecimento e o buscam em luta constante para evitar o erro. Para os pobres conservadores, no entanto, cegos pela fúria sectária e pela ignorância profunda da questão, era como se a concepção albertino-tomista se confundisse com o averroísmo, e merecedor, portanto, da mesma execração.

38. A 10 de dezembro de 1270, o bispo de Paris, Estêvão Tempier, condenou treze proposições errôneas eivadas de paganismo e, como diz Mandonnet, "elas exprimem de modo bem claro a substância do ensino averroísta, isto é, as teorias fundamentais de Aristóteles consideradas errôneas devido à interpretação que lhes havia dado Averróis". Mandonnet agrupa as treze proposições em quatro doutrinas fundamentais do averroísmo latino: a negação da Providência divina na ordem da contingência; a eternidade do mundo; a unidade numérica da inteligência humana e a negação do livre arbítrio (45). Gorce, porém, estabeleceu que essas proposições ultrapassavam os quadros do averroísmo por se tratar de teses da filosofia aristotélica e muçulmana (46).

39. A 28 de abril de 1277, João XXI dirigiu a Estêvão Tempier a bula *Flumen aquae vivae* em que lhe pedia um inquérito sobre os erros ensinados pelos mestres de artes e de teologia de Paris. Tempier reuniu uma comissão de dezesseis teólogos que atabalhoadamente, em menos de três semanas, compilaram uma lista de erros em 219 artigos, precedida de um prólogo no qual o bispo fulminava os erros detestáveis inoculados na obra *De Deo amoris,* de André o Capelão, em escritos de geomancia e de artes mágicas, nas obras dos averroístas e em outras, e excomungava quem os ensinasse ou aceitasse como ouvintes. Tempier, entretanto, exorbitou de suas atribuições, pois o papa ordenara apenas uma sindicância e ele se saíra com o inquérito apressado, a condenação e a pena de excomunhão (47). Essa condenação cominada por Tempier aos chefes do averroísmo, Sigério de Brabant e Boécio de Dácia, autores das

proposições reprovadas, atingiu o peripatetismo em geral e, até mesmo, por má fé, teses de Santo Tomás de Aquino referentes à unidade do mundo, à individuação dos espíritos e dos corpos, à localização das substâncias espirituais e à operação voluntária (48). Essa condenação do ensino do aristotelismo e da doutrina de Santo Tomás sob pena de excomunhão teve efeitos danosos para o estudo da filosofia no fim da Idade Média, pois atrasou-o e impediu que muitos filósofos sinceramente cristãos se lançassem nas novas sendas do pensamento abertas pelo gênio do Aquinate.

40. Van Steenberghen tece a respeito desse episódio algumas considerações dignas de nota. Primeiramente, ele afirma que o sílabo condena com certeza uma série de teses perfeitamente ortodoxas. Depois ele assevera que o ato de 7 de março de 1277 não foi basicamente a reação do augustinismo contra o aristotelismo, mas "crise da inteligência cristã... reação dos homens da Igreja contra a nova ameaça do paganismo... um ato de defesa da faculdade de teologia contra os atentados ininterruptos e crescentes da filosofia e contra as audácias doutrinais cada vez mais inquietantes da Faculdade de Artes". Ademais, o decreto de 1277 apresenta o aspecto desedificante mas instrutivo de alertar os guardiães da ortodoxia quanto ao mau vezo de pretenderem ver erros perigosos nas opiniões divergentes dos adversários. Finalmente, ao incluir o tomismo na mesma reprovação do averroísmo, do naturalismo e da magia, o decreto de 1277 sufocou a vida intelectual de Paris durante meio século, retardou o progresso da filosofia, revitalizou o aristotelismo eclético superado por Santo Tomás assim como envenenou as polêmicas das escolas. A 14 de fevereiro de 1325, dois anos após a canonização de Santo Tomás de Aquino, o bispo de Paris, Estêvão de Bourret, anulou a sentença de 1277 na parte referente às teses do Doutor Angélico, e permitiu a sua livre discussão nas escolas (49). Fato curioso foi a ressonância do decreto de Tempier em Oxford onde o arcebispo dominicano Roberto Kilwardby, augustinista por formação, proibiu de modo muito mais explícito e terminante o ensino de dezesseis proposições de inspiração tomista. Essas teses foram, ainda, condenadas novamente por duas vezes em Oxford pelo arcebispo franciscano João Peckhan, sucessor de Kilwardby, a 29 de outubro de 1284 e a 30 de abril de 1286. Vale a pena observar que, ainda em 1277, Santo Alberto Magno, já idoso, se deslocou de Colônia a Paris a fim de defender a ortodoxia e a lembrança do seu discípulo Tomás de Aquino.

41. A Faculdade de Artes, pelo que já se pôde inferir dos fatos descritos, foi palco de intensas lutas doutrinárias, a sede natural do

ensino filosófico e o cadinho em que se forjaram novas doutrinas. Nessa escola propedêutica freqüentada pelos alunos mais jovens da universidade, a língua do ensino oral e dos livros era o latim, não, é claro, o literário e ático, mas a língua viva dos mestres, estudantes, escritores e tradutores. Essa língua da escola era regulada pelas exigências técnicas da disciplina que a utilizava: gramática, filosofia, matemática, medicina, direito ou teologia. Criavam-se termos latinos equivalentes aos vocábulos gregos ou árabes que era preciso traduzir, ao mesmo tempo em que se instituíam novos usos para antigos termos ou se criavam palavras novas, a fim de exprimir os significados da filosofia. Nunca a língua latina foi tão usada para a expressão filosófica e para a comunicação docente como nos séculos XII e XIII.

42. No século XIII declinou o entusiasmo pelos autores clássicos, o gosto da dialética suplantou o culto da gramática e, pela primeira vez, na história da educação e da escola superior o ideal filosófico delineado por Platão triunfou sobre o modelo retórico da escola de Isócrates. Até 1240, os mestres da Faculdade de Artes de Paris compuseram obras e deram cursos de lógica, moral ou gramática, enquanto em Oxford os livros de filosofia natural e a *Metafísica* de Aristóteles já eram objeto de comentários. Na segunda metade do século XIII toda a obra filosófica de Aristóteles dominava o panorama do ensino na Faculdade de Artes. No início da centúria o interesse dos mestres concentrou-se mais e mais na dialética, enquanto a partir da metade do século os estudiosos se dedicaram igualmente à metafísica, à filosofia natural e à ética. Essa predileção pela filosofia alijou do páreo dos estudos o culto das letras clássicas e da retórica. Esse abandono dos autores antigos literários inspirou ao trovador Henri d'Andeli o poema alegórico em francês *A Batalha das Sete Artes* em que a campeã de Orleães, a Gramática, apoiada pelos humanistas e pelos autores clássicos, saiu à liça para combater a dominadora de Paris, a Lógica ou Dialética, que reuniu sob a sua bandeira todos os livros e as disciplinas da sua universidade. No exército da Gramática, por exemplo, alinhavam-se Prisciano, Donato, Marciano Capela, os gramáticos recentes como Evrard de Béthune com o seu *Graecismus* e Alexandre de Villedieu com o *Doctrinale,* e mais Homero, Horácio, Virgílio, Sêneca, poetas cristãos e medievais, enquanto nos esquadrões da Lógica figuravam, por exemplo, os livros de Aristóteles, Platão, Sócrates, Boécio, dos mestres de Paris, enfim, muitos componentes do *trivium* e do *quadrivium,* devendo notar-se que o "direito civil e o direito canônico cavalgavam imponentemente como a pairar acima das outras artes".

43. Coube à Faculdade de Artes a elaboração das doutrinas científicas, o estudo e a investigação da matemática, da física e da astronomia, o cultivo da ciência experimental, sobre haverem muitos mestres inspirado e estimulado as investigações técnicas ocorridas no século XIII. Glorieux dá uma idéia exata dos mestres e das obras escritas na Faculdade de Artes do século XIII no seu minucioso e preciso repertório *La Faculté des Arts et ses Maîtres au XIIIe Siècle*. Beaujouan observa que na universidade de Oxford a Faculdade de Artes ministrava ensino científico bem organizado e que ela se destacava no campo da matemática, da óptica e da lógica aplicada às ciências exatas, enquanto em Paris, sede da teologia e da dialética, a matemática não era matéria de ensino regular e obrigatório, havendo ensino particular das ciências exatas mas sem que fosse incluído no *cursus studiorum*. Esse ensino particular das ciências era dado nos dias de festa e bem acolhido em muitos colégios novos. Do século XIII ao XV desequilibrou-se o ensino do *quadrivium* nas universidades a favor da astronomia (50).

44. Santo Alberto Magno (1206-1280), *Doctor universalis,* aliava à erudição o bom senso e o gosto pelo concreto. Escreveu tratados sobre os vegetais ou as plantas, a zoologia, e levou o seu interesse a temas de geologia, mineralogia e química. Como diz Gilson, ele revelou "um ideal pantagruélico do saber".

45. Os astrônomos ocidentais, sob a influência do *Liber Astronomiae* de Alpetrágio, traduzido em 1217 por Miguel Escoto, e colocados perante as concepções do mundo físico estabelecidas por Aristóteles e Ptolomeu, no começo do século XIII reconheceram ser o sistema ptolomaico mais apto para explicar os fenômenos celestes e mais útil para a feitura dos cálculos e para a confecção das tábuas astronômicas. No fim do século XIII o astrônomo paduano Pedro d'Abano no *Elucidator Astronomiae* ensinava que as estrelas não estavam contidas numa esfera, mas se moviam livremente no espaço, e Guilherme de Saint Cloud, fundador da escola astronômica parisiense, era capaz de determinar com grande aproximação a obliqüidade da eclíptica e a latitude, do seu posto de observação em Paris.

46. Sob a influência cruzada dos *Meteorológicos* de Aristóteles, dos *Elementos* de Euclides e da *Óptica* de Alhazen, o escolástico inglês Roberto Grosseteste deu impulso às investigações de óptica, continuadas pelo seu discípulo Rogério Bacon. Referindo-se a Grosseteste, diz Beaujouan que "muito mais seguras são as suas concepções sobre as lentes, a refração (o ângulo de refração proporcional ao ângulo de incidência), as cores (que se reduzem à inten-

sidade resultante da transparência do meio, da luminosidade e da concentração dos raios) e o calor solar que, para ele, está condicionado principalmente pelo movimento dos raios (51). O grande vulgarizador da óptica de Alhazen foi João Peckam († 1292), franciscano e arcebispo de Cantuária, que resumiu num manual as experiências e as descobertas dos seus contemporâneos, enquanto o silesiano Witelo se salientou com os experimentos sobre a refração das cores em diferentes meios. O dominicano Teodorico de Vriberg tentou explicar o fenômeno do arco-íris, utilizando a teoria das cores de Averróis, tendo realizado experimentos metódicos e formulado hipóteses pessoais. Pedro de Maricourt ou o Peregrino escreveu a *Epistola de Magnete* terminada em 1269, estudou as propriedades magnéticas do ímã e explicou a orientação da agulha da bússola pela presença de jazidas magnéticas no pólo norte. Entretanto, quem mais se aproximou na mesma época da explicação moderna do magnetismo foi João de Saint Amand.

47. No campo da matemática no século XIII destacaram-se Jordanus Nemorarius, cujo Planisfério superou o de Ptolomeu; Campanus de Novara, autor de comentários aos *Elementos* de Euclides, e o dominicano Guilherme de Moerbeke que traduziu em 1269, do original grego, as obras completas de Arquimedes, exceto o *Arenário* e o *Método.*

48. Tadeu Alderotti (1223-1303) estudou a técnica da destilação e descreveu os métodos de resfriamento do alambique. No fim do século XIII o *Liber de Investigatione Perfectionis* e a *Summa Perfectionis* descrevem processos de preparação de alguns ácidos e várias técnicas e operações químicas como sublimação, destilação, calcinação, dissolução, coagulação, etc. Além dessas investigações, outras se fizeram na área da mecânica, como o demonstrou à saciedade Anneliese Maier no seu livo *Os Precursores de Galileu no Século XIV*. Estes breves apontamentos servem para dar idéia de que durante o século XIII se desenvolveu a ciência experimental que já dava sinais de independência no concerto dos conhecimentos que, há séculos, se mesclavam na filosofia.

49. Em sua *História da Ciência* Crombie, além de discorrer bastante sobre o pensamento científico do século XIII, expõe de modo amplo as realizações e as descobertas da técnica e da ciência nos domínios da agricultura, da indústria, da construção de navios, da fabricação de armas de fogo, da química industrial e da medicina. Crombie observa que a experiência das artes mecânicas se adquiria nas corporações de artesãos, mas que os fins utilitários dos teóricos da instrução medieval se refletiam, de modo surpreendente, nos pro-

gramas dos cursos universitários. Ele também chama a atenção para o fato de que os exercícios matemáticos na instrução da Idade Média resultaram no hábito de exprimir os fenômenos sob a forma de unidades abstratas e que esse hábito de pensamento tornou possível a física matemática. Além disso, outro fator importante para o hábito da mensuração foi o invento do relógio mecânico no fim do século XIII, o protótipo das modernas máquinas automáticas. Aliás, segundo Francis Maddison, os instrumentos científicos medievais (a esfera armilar, o *equatorium,* o *torquetum,* o astrolábio planisférico, o quadrante, a bússola magnética, etc.) não eram a rigor instrumentos para a observação astronômica, embora pudessem servir à navegação, mas eram usados no ensino, no cálculo e para observações simples tal como marcar o tempo, devendo reconhecer-se, no entanto, que exibiram técnicas de alto nível e foram o ponto de partida para o desenvolvimento dos instrumentos de navegação (32).

50. No *Romance da Rosa,* a personagem Natureza enaltece a óptica de Alhazen e diz que o clérigo naturalista fica a saber o que é o arco-íris, se consultar a obra do sábio muçulmano, assim como chega ao conhecimento das maravilhosas propriedades dos espelhos, mas, adverte, quem quiser captar os segredos da natureza deve tornar-se discípulo de Aristóteles que escreveu sobre as coisas da natureza de modo incomparável, "desde o tempo de Caim", *que nus hons puis le temps Caiyn.* Nesse tom didático, entremeado de observações mordazes e com intenção satírica, o *Romance da Rosa* trata de amor, filosofia, ciência e religião, ao mesmo tempo em que descreve e critica os costumes da sociedade. Essa obra sui-generis foi o livro de cabeceira dos letrados até ao fim da Idade Média e chegou-se a equipará-la à *Divina Comédia* de Dante. Iniciada por Guilherme de Lorris entre 1225 e 1240, foi continuada e composta na maior parte por Jean Chopinel ou Clopinel de Meung-sur-Loire à volta de 1275, que transformou a ficção poética de um tratado sobre o amor numa obra alegórica que é suma de idéias e sátira social. Gorce denominou-a inspiradamente "escolástica cortês". Paré dedicou-lhe o livro magistral *Le Roman de la Rose et la Scolastique Courtoise* e afirma que essa obra foi escrita no momento em que se terminava a catedral de Norte-Dame, em que as Comunas acabavam de obter as suas liberdades, em que o mundo econômico descobriu a fecundidade do crédito, em que São Luís presidiu o nascimento do mundo político em face de Frederico II e quando uma greve na universidade de Paris era um acontecimento mundial na Cristandade, e o empreendimento aristotélico de Alberto Magno e de Tomás de Aquino provocava entre os seus irmãos violentos redemoinhos. Guilherme de Lorris, diz Paré, pretendeu compor uma

arte de amar mas o seu continuador João de Meung fez da intriga romanesca um pretexto didático, "e, se a arte de amar continua a ser o objeto do romance, a pedagogia descritiva aí busca à saciedade razões, princípios e leis" (53). O *Romance da Rosa* testemunha a luta entre um cristianismo sem jaça e um naturalismo completamente pagão.

51. Na mesma época, Boécio de Dácia escrevia o opúsculo *Sobre o Sumo Bem ou a Vida Filosófica* que Mandonnet considerou "o manifesto mais radical de um programa de vida naturalista" e que é expressão de puro racionalismo. Os seus ensinamentos foram condenados no sílabo de Tempier de 1277. A obra de Boécio de Dácia está imbuída do racionalismo averroísta, traço típico das tendências filosóficas do século XIII e que os teólogos combateram incansavelmente, e Mandonnet chega a declarar que "o racionalismo do Renascimento com o seu pensamento e a sua língua diluídos nada produziu, a meu ver, de comparável" (54).

52. Durante a Idade Média, pois, surgiram as universidades, as doutrinas e o método escolástico. Essas criações culturais pressupunham, evidentemente, a reflexão sobre a formação do homem, o significado e a importância do ensino e da aprendizagem. Como se sabe, a noção de Filosofia da Educação como disciplina filosófica especial só surgiu na Idade Moderna e é posterior a Kant, enquanto a noção de Didática remonta ao século XVII e a de Pedagogia Científica é ainda mais recente, já que foi proposta e defendida no século XIX. No entanto, Santo Tomás de Aquino no século XIII dissertou profundamente sobre temas de filosofia da educação e outros educadores trataram de questões que hoje se inscrevem nas áreas da didática e da pedagogia científica. Na Idade Média, desde o século XIII, os temas educacionais foram examinados principalmente na área da Ética, uma vez que educar é agir moralmente e não só aplicar regras ou técnicas psicológicas. Convém observar que nas obras de muitos autores medievais os assuntos filosóficos eram examinados em conexão com a teologia e que as dissertações filosóficas contêm muitos aspectos e ensinamentos que hoje caberiam mais em obras científicas. Tenha-se em mente que no século XIII firmou-se a distinção entre filosofia e teologia, mas ainda não se estabeleciam fronteiras nítidas entre a filosofia e as ciências particulares, embora Santo Tomás tivesse formulado os princípios de tal distinção. Em suma, os pedagogos medievais trataram da educação moral e da instrução, formularam conceitos metafísicos, éticos, políticos, psicológicos e estritamente técnicos, concernentes à educação do homem. Como diz Woroniecki O.P., a propósito da pedagogia tomista, "o seu objeto material é bem a criança ou o adoles-

cente, ou melhor ainda, o homem que ainda não é educado; mas o seu objeto formal é o homem tal como ele deve ser no pleno desenvolvimento de suas forças naturais e sobrenaturais, o *omnis homo* da Sagrada Escritura (*Ecclesiastes,* XII, 13). Ela jamais perde de vista o ponto de chegada de seu trabalho, o fim ao qual deve conduzir, e isso lhe confere essa fecundidade que a pedagogia moderna não consegue ultrapassar" (55).

53. Até mesmo quando se trata de filosofia da educação na Idade Média, a figura de Santo Tomás de Aquino sobressai e se impõe, uma vez que ele soube fundamentar de modo inigualável a educação do homem, ao delinear os passos da aprendizagem intelectual e da formação moral, baseando-se na concepção da estrutura intelectual e volitiva da pessoa, interligando a educação à psicologia filosófica e à ética. Assim, na questão disputada *De magistro,* pertencente ao ciclo das questões debatidas sobre a verdade, Santo Tomás descreve os ritmos do aprendizado, o papel do professor e o modo de aprender do aluno e demonstra quo o intelecto ativo do estudante é a causa principal da aprendizagem, ao mesmo tempo em que fundamenta o caráter ativo e dinâmico da docência e do aprendizado, como ficou ilustrado no seu tempo pela prática escolar, pelos exercícios do método escolástico que tornavam tão animados e vibrantes os cursos da universidade medieval. Por outro lado, na *Suma Teológica,* a partir da questão 49 da I-IIae, ao tratar dos hábitos e das virtudes, Santo Tomás bosqueja em amplos traços bem como analisa minuciosamente os múltiplos aspectos da formação da personalidade, enquanto desenvolvimento e apuro das virtudes intelectuais e morais. Além disso, através das suas obras respigam-se inúmeros lanços referentes à educação, ao ensino e ao estudo. Brubacher na sua acatada obra *Modern Philosophies of Education* coloca o breve e luminoso tratado *De magistro* de Santo Tomás entre a *República* de Platão e a *Democracia e Educação* de Dewey que ele considera "produtos da natureza e dádivas perenemente estimulantes para as inúmeras gerações de mestres do porvir" (56).

54. Se percorrermos as obras de outros escolásticos do século XIII, que não escreveram explicitamente sobre educação, encontraremos capítulos ou passos dedicados a temas pedagógicos. Lembre-se, entre os mestres do século XIII, São Boaventura. Chamava-se Giovanni Fidenza, nasceu em Bagnorea perto de Viterbo em 1221, estudou na universidade de Paris onde obteve os graus de Mestre em Artes e em Teologia. Foi eleito ministro Geral da Ordem Franciscana aos 36 anos de idade em 1257, escreveu diversas obras e morreu a 15 de julho de 1274. Pois bem, São Boaventura

foi um escolástico que merecidamente pode ser contado como educador, máxime pelo papel que desempenhou quanto à orientação dos estudos na Ordem Franciscana — e que ele favoreceu — e quanto à sua doutrina ascético-mística. O seu pequeno tratado *As seis asas do Serafim* contém preciosos ensinamentos pedagógicos de permeio com sólida doutrina teológica e sábias reflexões ditadas pela sua experiência pessoal. Foi obra muito apreciada nas ordens religiosas, principalmente na Companhia de Jesus. Nessa obra diz São Boaventura, por exemplo, algo que filósofos, teólogos e professores, todos enfim, sempre deveriam lembrar: "Dentre todas as tentações, a mais perigosa para qualquer cristão parece ser a de apoiar-se demasiadamente no seu próprio juízo. Não há quem seja de inteligência tão perspicaz que não possa equivocar-se em algumas coisas" (57). São Boaventura também escreveu um opúsculo famoso referente às artes e às ciências. Trata-se da *Redução das Artes à Teologia,* entendendo-se por "redução" a análise que leva até ao princípio explicativo decisivo. Segundo São Boaventura, a multiforme sabedoria de Deus, claramente expressa na Sagrada Escritura, está oculta em todo o conhecimento e em toda a natureza; todos os conhecimentos convergem para o da Sagrada Escritura e, aperfeiçoando-se nela, ordenam-se à iluminação eterna. Por isso, todos os conhecimentos estão sujeitos, *famulantur,* à teologia. São Boaventura exprime e renova a cediça concepção augustinista dos estudos e fala apenas como teólogo, como se estivesse à margem da corrente em que lépido navegava o seu coetâneo Tomás de Aquino.

55. Vários escolásticos escreveram obras consagradas exclusivamente à educação. Destaquemos em rápida síntese o confrade e sucessor de São Boaventura na universidade de Paris, Gilberto de Tournai (58), assim como os frades pregadores Vicente de Beauvais e Bartolomeu de São Concórdio.

56. Além de obras ascéticas de alcance pedagógico como a carta *Sobre a virgindade* e o *Tratado sobre a paz,* Gilberto de Tournai compôs o *Eruditio regum et principium* — três cartas dirigidas a São Luís, rei de França — valioso tratado de pedagogia política que, além da sólida doutrina, contém muitas informações sobre os costumes da época. A principal obra pedagógica de Gilberto de Tournai O.F.M. é o *De modo addiscendi,* tratado de educação que considera estritamente a aprendizagem, o ensino, os métodos e o regime intelectual do estudo e da escola e que faz parte de obra mais ampla, o *Rudimentum doctrinae.* Esse livro foi encomendado a Gilberto pelo seu amigo Miguel de Lille e destinava-se à educa-

ção do menino João de Dampetra ou Dampierre, filho de Gui de Dampetra, conde de Flandres (58).

57. Não resta dúvida que a obra pedagógica mais vasta do século XIII foi a do dominicano Vicente de Beauvais cuja morte os autores modernos geralmente reconhecem ter ocorrido em 1264, pouco se sabendo a respeito da sua biografia. O seu pensamento educacional exprimiu-se através de três obras. O *De eruditione filiorum nobilium,* livro escrito para a orientação do tutor de crianças da família real, terminado entre 1246 e 1249, é uma compilação de trechos seletos sobre a formação intelectual e moral dos meninos, sobre a seleção dos tutores, sobre métodos e disciplina, a educação das meninas, a conduta social dos adultos, os estados de viuvez e virgindade. O *De morali princips institutione* é um longo escrito sobre a natureza do poder secular e a sabedoria do príncipe ideal, e contém extensa diatribe contra os alcoviteiros da corte. Finalmente, a obra principal de Vicente de Beauvais, a enciclopédia *Speculum Maius,* composta à volta de 1256-1259 e que, pela extensão e temário, se distinguia de obra anterior composta à volta de 1244, o *Speculum Minus* ou *Imago Mundi,* reservou ao autor lugar saliente na galeria dos educadores medievais.

58. O *Speculum Mains* divide-se em três partes. O *Speculum Naturale,* com 3.736 capítulos em 32 livros, versa sobre astronomia, geologia, botânica, zoologia, higiene, etc. O *Speculum Doctrinale,* em 17 livros com 2.354 capítulos, é uma suma dos conhecimentos escolásticos do século XIII em que Vicente considera a gramática, a lógica, a economia, a política, o direito, as artes mecânicas, a medicina, a física, a teologia, etc. O *Speculum Historiale,* com 3.794 capítulos em 31 livros, descreve cronologicamente a história profana e religiosa desde Adão até 1250, dando ênfase à experiência cristã. No século XIV um autor anônimo acrescentou uma quarta parte à obra vicentina, o *Speculum Morale.* Segundo McCarthy, o escolástico Vicente de Beauvais O. P. foi um humanista no sentido medieval do termo, a sua obra é um espelho da sua época e, considerado na perspectiva do grande Renascimento do século XV, ele pode ser tomado por um proto-humanista, já que a sua obra reflete a imagem dinâmica de uma idade em progressão para a nova época que ostentará novos modos de pensamento (59).

59. Finalmente, pode-se destacar nesta curta seleção de pedagogos escolásticos a figura de outro frade dominicano, Bartolomeu da San Corcordio, que nasceu em Pisa em 1262, estudou em Bolonha e em Paris, dedicou-se ao ensino e morreu em sua terra natal em 1347. Bartolomeu escreveu um *Summa casuum conscientiae,* tra-

duziu as obras de Salústio e compôs o florilégio *Ammaestramenti degli antichi,* ensinamentos que recolheu de autores clássicos e cristãos. Pertencem a esta obra os preceitos sobre o modo de estudar, extraídos da literatura sacra e profana, antiga e medieval, compendiados sob o título *Di studio*. Bartolomeu proporciona aos leitores excelentes conselhos quanto ao estudo, ao valor dos debates, à importância da memória, à tarefa dos doutores, etc. Assim, diz Bartolomeu, o verdadeiro doutor não só deve conhecer as opiniões alheias como deve, também, saber expor o próprio pensamento. Ao tratar do ensino, ele apresenta sete razões para justificar que é preferível falar pouco a dissertar longamente, "è meglio lo parlare brieve che il lungo" (60). Conselho que procuramos seguir neste livro, apesar da vastidão da matéria.

60. De tudo quanto estudamos sobre a escolástica é preciso reter certas noções fundamentais que — repetita iuvant — voltamos a salientar. O termo *escolástica* estende-se a um conjunto de doutrinas e ao método desenvolvido nas escolas medievais, máxime nas universidades. Devido ao papel cultural da filosofia e da teologia no século XIII, aos seus insignes cultores e às suas obras imortais, o termo *escolástica* foi aplicado pelos historiadores de idéias principalmente às doutrinas filosóficas e teológicas. E ainda desse ângulo, devido ao notável desempenho e à admirável acuidade intelectual de Santo Tomás de Aquino, a sua doutrina, por figura de linguagem, *por antonomásia,* foi tida como *a escolástica.* Todavia, essas duas últimas acepções não devem encobrir o significado fundamental, histórico, do termo escolástica. Finalmente, convém frisar que as doutrinas e o método escolástico não são peças de museu nem venerandas relíquias de um passado extinto. As doutrinas continuam a alimentar o espírito humano e são sementes de pensamentos, enquanto o método, enroupado na linguagem atual, continua a ser um instrumento precioso da reflexão e do ensino, e continua a ser usado no mundo inteiro por muitos mestres e pensadores como processo fecundo do filosofar.

Notas

1. "La fortuna de la palabra *metaphysica* se debe a que no se la vive como una prosaica *postphysica,* sino como una reverberante, incitante, misteriosa *transphysica;* así, literalmente, en Santo Tomás, y a través de él en toda la tradición medieval y moderna.

   Este nombre, una vez insuflada esta *vaga* significación, adquiere una vida singular; tiene una doble virtud; promete y no compromete. Creo que esta esencial vaguedad del nombre metafísica ha sido la razón de su larga fortuna y un carácter que importa cuidadosamente salvar y

conservar; y que, por cierto, comparte con el nombre filosofia." Julian Marias, "Idea de la Metafísica", tercera edición, in *Obras de Julian Marias,* vol. II, pág. 375.

2. Martin Grabmann, *Filosofía Medieval,* pág. 47.

3. Martin Grabmann, *Geschichte der scholastischen Methode,* t. I, pág. 33.

4. E Grabmann comenta essa assertiva de Pedro de Cápua, com observar que nela o método escolástico está claramente delineado: "Es tritt uns hier die Verbindung von auctoritas und ratio entgegen, und zwar in einer bestimmten äusseren Technik, in einer äusseren schulmässigen Form." *Ib.,* pág. 34.

5. "Quaedam enim disputatio ordinatur ad removendum dubitationem *an* ita *sit;* et in tali disputatione theologica maxima utendum est auctoritatibus, quas recipiunt illi cum quibus disputatur..." Seguem-se exemplos. *"Quaedam* vero disputatio est magistralis in scholis non ad removendum errorem, sed ad instruendum auditores ut inducantur ad intellectum veritatis quam intendit, et tunc oportet rationibus inniti investigantibus veritatis radicem, et facientibus scire *quomodo sit* verum quod dicitur: alioquin si nudis auctoritatibus magister quaestionem determinet, certificabitur quidem auditor quod ita est, sed nihil scientiae vel intellectus acquiret et vacuus abscedet." S. Thomas Aquinas, *Quaestiones Quodlibetales,* IV, q. 9, a. 3 (18), pág. 83.

6. "In dieser Darlegung stellt der Aquinate als die beiden treibenden Faktoren der theologischen Methode die auctoritas und ratio in der Weise hin, dass durch die auctoritas uns das Dass die Wirklichkeit und Wahrheit der übernatürlichen Geheimnisse und Tatsachen verbürgt ist, und dass durch die ratio ein Eindrigen in das *Wie und Warum* dieser Glaubensinhalte und hiermit eine gewisse Einsicht in dieselben erstrebt wird." *Ib.,* pág. 35.
Grabmann, *Geschichte der scholastischen Methode,* t. I, pág. 35.

7. Petrus Abaelardus, *Sic et Non,* Prologus, in Migne P; 178 (1885), cl. 1349 A-B.

8. M. D. Chenu O. P., *Introduction a l'Étude de Saint Thomas d'Aquin,* pág. 69.

9. "Et quod legant libros Aristotelis de dialectica tam de veteri quam de nova in scolis ordinarie et non ad cursum. Legant etiam in scolis ordinarie duos Priscianos vel alterum ad minus." Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 20, pág. 78.

10. "Illa ergo prima significatio, qua voces significant res, pertinet ad primum sensum, qui est sensus historicus vel litteralis. Illa vero significatio qua res significatae per voces, iterum res alias significant, dicitur sensus spiritualis, qui super litteralem fundatur, et eum supponit." E esse sentido espiritual comporta três subdivisões: o alegórico, o moral e o anagógico. Santo Tomás dá o seguinte exemplo dessas três acepções: enquanto o conteúdo da antiga Lei significa o que contém a nova, temos o sentido alegórico. Enquanto no que se cumpriu em Cristo ou nas coisas que a Cristo representam, temos sinais do que devemos fazer, exprime-se o sentido moral, e enquanto significam o que existe na eterna glória, temos o sentido anagógico. *Summa Theologiae,* I, q. I, a. 10.

11. Paré, Brunet, Tremblay, *La Renaissance du XIIe Siècle. Les Écoles et l'Enseignement,* pág. 118.

12. "Qui ordo maxime necessarius est in theologica facultate ut disputatio vel inquisitio suum sumat initium a fide. Unde Hieronymus *Contra Luciferianum*: *Ridicula penitus est assertio ante de fide disputare quam* credere." Gilberto de Tournai, *De modo addiscendi,* pág. 167.

13. "Puissance d'invention enfin. A qui ne peut pénétrer les arcanes de la pédagogie médiévale, il devrait suffire de consentir à la jeunesse de ces générations. Les hommes qui ont bâti les cathédrales n'ont pas pu s'enliser dans des commentaires: ils ont construit des Sommes." Chenu, O. P., *Introduction à l'étude de Saint Thomas d'Aquin,* pág. 58.

14. "L'entrée d'Averroès dans le monde chrétien aura des conséquences incalculables, car l'influence du philosophe arabe va se prolonger, profonde et souvent néfaste, jusqu'au delà de la Renaissance." Fernand Van Steenberghen, *La Philosophie au XIII[e] Siècle,* pág. 115.

15. Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 394, págs. 435-436.

16. Paul Oskar Kristeller, "The School of Salerno", in *Bulletin of History of Medicine,* vol. XVII, pág. 156.

17. Étienne Delaruelle, "Théologie et Médecine à Montpellier", in *Les Universités du Languedoc au XIII[e] Siècle* (Cahiers de Fanjeaux, 5), pág. 239.

18. Sorbelli, *Storia dell'Università di Bologna,* vol. I, pág. 84-88.
Callus O. P. informa que as *Abbreviationes, Extracta* ou *Summae* difundiram-se na Faculdade de Artes tal como nas de teologia, direito e medicina, e que o objetivo dessas obras "era a tentativa de apreender o pensamento do autor e descobrir o significado profundo da sua doutrina com todas as suas implicações." As *abbreviationes* seriam apostilas oferecidas aos principiantes com um sumário do conteúdo dos seus Compêndios: "In the Faculty of Arts the *abbreviationes* may possibly have been used as the text-books through which the *cursor* introduced novices to the Aristotelian *corpus;* or perhaps they were simply intended as a practical aid in private study. In either case they were in constant use in the schools as the starting-point in philosophical training. They presented in a concise form the fundamental philosophical notions which were supposed to be required by all who attempted the study of the text itself." Dr. A. Callus, O. P., "Introduction of Aristotelian Learning to Oxford", in *Proceedings of the British Academy,* vol. 29, pág. 275.

19. Paul Vinogradoff, *Roman Law in Medieval Europe,* pág. 59.

20. "I should like to characterize briefly the spirit of this revival of legal studies. It presents at bottom an application to law of the method which was employed by the new scholarship of Westen Europe for the treatment of all problems of theology and science — the so-called scholastic method. The dark centuries preceding the year 1000 A.D., when learning meant merely the salvage of fragments of ancient knowledge, were followed by a period when organization again appeared. The great instrument for the advancement of learning at that time was the dialectical process by which formal and universal logic analyses conceptions and constructs syllogisms." Paul Vinogradoff, *Roman Law in Medieval Europe,* pág. 56.

"While their fellows in the school of Divinity operated on Scripture and Canonic tradition, and the masters of arts struggled, by the help of distorted versions of Aristote, with the rudiments of metaphysics, politics, and natural science, the lawyers exercised their dialectical acumen on a

material really worthy of the name, namely, on the contents of the *Corpus Iuris.* And as legal reasoning largely consists of dialectical analysis and coordination, they were able to produce remarkable results even at this early stage." *Ib.,* págs. 56-57. Quanto ao caráter "autoritário" do *Corpus Iuris:* "For the doctors of the new study the books of Justinian were sacred books, the sources of authority from which all deductions must proceed." *Ib.,* pág. 57.

21. S. Thomas Aquinas, *Summa Theologiae,* I-II, 97,1.

22. S. Thomas Aquinas, *In Aristotelis Librum de Anima Commentarium,* Lib. I, Lectio II, 30 in fine, pág. 9.
S. Thomas Aquinas, *In Metaphysicam Aristotelis Commentaria,* Lib. II, Lectio I, 287, pág. 99.

23. "... studium philosophiae non est ad hoc quod saciatur quid homines senserint sed qualiter se habeat veritas rerum." S. Thomas Aquinas. *In Libros Aristotelis de Caelo et Mundo Expositio,* Lib. I, Lectio XXII, n.º 228, pág. 109.

24 Dr. D. A. Callus, O. P., "Introduction of Aristotelian Learning to Oxford", in *Proceedings of the British Academy,* vol. 29, págs. 264-265.

25. George Makdisi, "The scholastic method in medieval education: an inquiry into its origins in law and theology", in *Speculum,* vol. XLIX, pág. 648.

26. Aristóteles, *Tractatus De Anima graece et latine,* ed. Siwek, pág. 101.

27. "Alteros enim respondentes audire sat erat, ut ii qui docerent nullum sibi ad eam rem tempus ipsi seponerent sed eodem tempore et discentibus satis facerent et consulentibus..." Cicero, *Orator,* XLII, 143. Desse modo Cícero estudou direito civil com Quintus Scaevola: "Ego autem in iuris ciuilis studio multum operae dabam Q. Scaeuolae Q. F., qui quemquam nemini se ad docendum dabat, tamen consulentibus respondendo studiosos audiendi docebat." Cicero, *Brutus,* LXXXIX, 304, pág. 112.
"Com as respostas dadas às consultas que lhes eram feitas sobre casos forenses, os jurisconsultos guiavam o juiz, que raramente era um especialista, na solução da espécie a ser julgada... Jovens discípulos (*auditores*) assistiam às consultas e assim adquiriam conhecimentos jurídicos. Método análogo segue-se nas universidades americanas, onde o ensino do direito consiste essencialmente na discussão de casos tirados da prática judiciária (*case system*)." José Carlos de Melo Peixoto, *Curso de Direito Romano,* pág. 95-96.

28. "*Jadal,* the Islamic dialectic, was already well-established in Islam as early as the ninth century; and, unlike Europe, it benefitted early from those logical works of Aristote which did not appear in Western Christianity until the second half of the twelfth century." Makdisi, "The scholastic method in medieval education", in *Speculum,* vol. 49, pág. 649.

29. "I should like to characterizes briefly the spirit of this revival of legal studies. It presents at bottom an application to law of the method which was employed by the new scholarship of Western Europe for the treatment of all problems of theology and science — the so-called scholastic method." Paul Vinogradoff, *Roman Law in Medieval Europe,* pág. 56.

30. *Digesto* ou *Pandectas,* repositório dos *iura,* é o direito conservado nas obras dos antigos jurisconsultos. *Digestum* significa "classificado metodicamente" (*digestus, us,* distribuído, repartido). *Pandectas,* termo grego,

pandéktês, no plural significa "os livros que contêm tudo". *Institutas,* do latim *instituere,* ensinar, é um compêndio elementar para o ensino do direito.
O *Segundo Código* é a atualização do primeiro, *codex repetitae praelectionis.*
As *Novelas* são as novas leis de Justiniano.

31. Heinrich Denifle, "Die Statuten der Juristen-Universität Bologna vom J. 1317-1347, und deren Verhältniss zu jenen Paduas, Perugias, Florenz", in H. Denifle-F. Erle, *Archiv für Literatur und Kirchengeschichte des Mittelalters.* Dritter Band (vol. III), págs. 298-302.

32. Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages,* vol. II, 127. Veja-se, ainda, a prescrição de livros para o estudo da medicina em Paris, in Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 453, pág. 517.

33. Lynn Thorndike, *A History of Magic and Experimental Science during the First Thirteen Centuries of Our Era.* Vol. II (1964), págs. 477-513. Cf. também A. C. Crombie, *Histoire des Sciences de Saint Augustin à Galilée* (400-1650), t. I, págs. 200-214.

34. Dr. Martin Grabmann, *Die Geschichte der katholischen Theologie seit dem Ausgang der Väterzeit,* pág. 50.

35. *Ib.,* pág. 49.

36. "...in philosophia vim et potestatem humanae intelligentiae, ut memoravimus, tuendo, firmissimisque argumentis Deum esse probando." L. Lavaud, *Saint Thomas "Guide des Études",* pág. 50.

37. "Foi necessário para a salvação humana que, além das disciplinas filosóficas investigadas pela razão humana, houvesse uma doutrina sagrada (a teologia) alicerçada na revelação divina." Para se salvar, explica Santo Tomás, o homem precisava conhecer por revelação divina verdades que ultrapassam o alcance da razão humana, sobre ser necessário que ele também fosse instruído por revelação divina nas mesmas verdades que a razão humana pode descobrir a respeito de Deus pois, do contrário, só poucos homens, com muito esforço e depois de muito tempo, chegariam a tal conhecimento de que depende a salvação. Por conseguinte, para que a salvação pudesse chegar aos homens de modo seguro e conveniente, foi necessário que eles fossem instruídos a respeito das coisas de Deus pela divina revelação. *Summa Theologiae,* I, I, 1. Veja-se, ainda, sobre o assunto Sancti Thomae de Aquino, *Expositio super Librum Boethii de Trinitate,* Q. II, a. III: Utrum in scientia fidei quae est de Deo liceat rationibus philosophicis et auctoritatibus uti, págs. 90-100.
A *Suma Teológica* divide-se em três partes, e a segunda subdivide-se em duas. Cada parte divide-se em questões, e a questão, em artigos. Por isso, na citação da *Suma Teológica,* como a fizemos, deve ler-se: Primeira parte, questão primeira, primeiro artigo. Se na mesma *Suma* formos estudar, por exemplo, a relação da docilidade com a prudência, deveremos citar o passo da seguinte forma: *Summa Theologiae,* I-II, 49, 3, ou seja, Primeira parte da Segunda, questão 49, artigo 3. E se eu for estudar o tema da usura na *Suma,* deverei citar o lanço inicial como segue: II-II, 78, 1, a saber, Segunda parte da Segunda, questão 78, artigo 1.
Vale a pena também esclarecer a esta altura a razão pela qual dizemos em português *Santo* Tomás de Aquino e não São Tomás. Ensina Eduardo Carlos Pereira que a forma *santo* se emprega antes dos nomes próprios que começam por vogal e a apocopada *são,* antes dos que começam por

consoante, p. ex.: *Santo Antônio, São João*: "Abrem exceções — Santo Tomás e São Tiago. São Tiago veio, por confusão, de Sant'Iago. *Argumenta assim Santo Tomás, o qual é hoje o meu doutor* (A.V.)" Eduardo Carlos Pereira, *Gramática Expositiva*. Curso Superior. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 112.ª Edição, 1958, pág. 307.

38. Monsenhor Martinho Grabmann, *A Filosofia da Cultura de Santo Tomás de Aquino*. Tradução de Luís Leal Ferreira, 1946, Editora Vozes, cap. II, pág. 29.

39. Roberti Canonici S. Mariani Austissiodorensis *Chronicon*, in *Monumenta Germaniae Historica, Scriptorum*, Tomus XXVI, pág. 276. Vejam-se outros testemunhos in Capelle, *Amaury de Bene*. Referindo-se ao decreto de proibição dos livros de Aristóteles em 1210, diz Van Steenberghen: "Le décret vise certainement des écrits d'Aristote lui-même. Par l'expression *libri de naturali philosophia* il faut entendre, très probablement, tous les livres qui traitent de 'philosophie naturelle' par opposition à la 'philosophie rationnelle' et à la 'philosophie morale'; la *Métaphysique* est donc incluse dans les livres prohibés et le statut de 1215 ne fait qu'expliciter le décret de 1210 en la nommant expressément. Les *commenta* mentionnés en 1210 et les *Summae* interdites en 1215 sont les paraphrases d'Avicenne et, peut-être aussi, les oeuvres d'Alfarabi: le concile a pu fort bien désigner l'encyclopédie philosophique d'Avicenne sous le nom de *commenta*, puisqu'elle est réellement une paraphrase d'Aristote; et le légat a pu se servir du mot *summae* en raison de la méthode d'Avicenne, qui résume et synthétise souvent le texte d'Aristote; d'ailleurs, dans le texte arabe, les parties de l'encyclopédie d'Avicenne sont appelées *sommes* (kullun)." Fernand Van Steenberghen, *La Philosophie au XIII[e] Siècle*, págs. 91-92.

40. "Non legantur libri Aristotelis de metaphysica et de naturali philosophia, nec summe de eisdem, aut de doctrina magistri David de Dinant, aut Amalrici heretici, aut Mauricii Hyspani." Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, t. I, n.º 20, çágs. 78-79.

41. "Libros naturales, qui fuerunt Parisius prohibiti, poterunt illic audire qui volunt nature sinum medullitus perscrutari." *Ib.*, t. I, n.º 72, pág. 131.

42. ". . . et libris illis naturalibus, qui in Concilio provinciali ex certa causa prohibiti fuere, Parisius non utantur, quousque examinati fuerint et ab omni errorum suspitione purgati." *Ib.*, t. I, n.º 79, pág. 138.
Como ensinou Birkenmajer, em *Le rôle joué par les médecins et les naturalistes dans la réception d'Aristote au XII[e] et au XIII[e] siècles* (extrait de *La Pologne au VI[e] Congrès international des sciences historiques*, Oslo, 1928), os traços da metafísica de Aristóteles antes de 1215 não se acham nas obras teológicas, mas nos escritos dos médicos, naturalistas e mestres da Faculdade de Artes que foram os primeiros a conhecer, usar e citar a *Metafísica*. Dickson, "Le Cardinal Robert de Courçon. Sa vier", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge*, t. IX, págs. 120-124.

43. "Statuta artistarum nationis anglicanae de baccalareis in artibus determinandis in Quadragesima," in Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis*, t. I, n.º 201, pág. 228.

44. "Statutum facultatis artium de modo docendi et regendi in artibus deque libris qui legendi essent", in *Chartularium Universitatis Parisiensis*, t. I, n.º 246, págs. 277-279.

45. Mandonnet, O. P., P., *Siger de Brabant,* t. I, págs. 111-112. O texto latino das proposições no t. II da mesma obra págs. 175-191 e em Denifle, *Chartularium...,* t. I, n.º 432, págs. 486-487. E ainda, Mandonnet, *Siger de Brabant,* t. I, pág. 111, nota 1.

46. "C'est donc aussi en 1270 tout l'ensemble du péripatétisme et de l'arabisme qui est visé comme en 1209-1215. Il s'appelle seulement *l'averroisme* du nom du dernier en date et du plus éminent de ses docteurs." M.-M. Gorce, "La Lutte 'contra gentiles' à Paris", in *Mélages Mandonnet,* t. I, pág. 239.

47. "Volumus itaque tibique auctoritate presentium districte precipiendo mandamus quatinus diligenter facias inspici vel inquiri, a quibus personis et in quibus locis errores hujusmodi dicti sunt sive scripti, et que didiceris sive inveneris, conscripta fideliter nobis per tuum nuntium transmittere quamcitius non omittas." Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 471, pág. 451.

48. Van Steenberghen, *La Philosophie au XIIIe Siècle,* pág. 487.

49. Fernand Van Steenberghen, *La Philosophie au XIIIe Siècle,* págs. 486-488. Estêvão de Bourret, ouvidos os doutores da faculdade de teologia, reabilitou a memória de Santo Tomás sobre cuja fama e doutrina pesaram *injusta denigratio, veritatis occultatio,* e proclamou o Mestre já canonizado *universalis ecclesie lumen prefulgidum, gemma radians clericorum, flos doctorum, Universitatis nostre Parisiensis specolum clarissimum et insigne, claritate vite, fame et doctrine velut stella splendida et matutina refulgens.* O bispo de Paris anulou a condenação e a sentença de excomunhão dos artigos tomistas e deixou-os à livre discussão: "... ex certa scientia tenore presentium totaliter annullamus, articulos ipsos propter hoc non approbando seu etiam reprobando, sed eosdem discussioni scolastice libere relinquendo." Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. I, n.º 838, págs. 280-281.

50. Beaujouan, G., "Motives and opportunities for Science in the Medieval Universities", in *Scientific Change,* Londres, 1963, págs. 220-224.

51. Beaujouan, "A Ciência no Ocidente Medieval Cristão", in René Taton, *História Geral das Ciências,* I. A Ciência Antiga e Medieval, 3. A Idade Média, pág. 124.

52. Francis Madison, *Medieval Scientific Instruments and the Development of navigational Instruments in the XVth and XVIth Centuries,* págs. 7-8.

53. Paré, *Le Roman de la Rose et la Scolastique Courtoise,* págs. 10-11.

54. O opúsculo do sueco Boécio de Dácia foi publicado por Grabmann: "Die Opuscula De summo bono sive De vita philosophi und De sompniis des Boetius von Dacien", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* VI (1931), págs. 287-317. Mandonnet, O. P. *Note complémentaire sur Boèce de Dacie.* Paré, *Roman de la Rose et la Scolastique Courtoise,* págs. 13-17.

55. P. Hyacinthus Woroniecki O. P., "St. Thomas et la Pédagogie Moderne", in *Xenia Thomistica,* Volumen primum, pág. 454.

56. John Brubacher, *Modern Philosophies of Education,* Fourth Edition, pág. 372.

57. Seraphici Doctoris S. Bonaventurae, *Decem Opuscula ad Theologiam Mysticam spectantia,* Editio tertia, caput VI, pág. 370. *Escritos Espirituais de São Boaventura,* 1937, pág. 210.

58. Dedicamos à pedagogia de Gilberto de Tournai um livro que foi tese de Livre-Docência: *A Formação Intelectual segundo Gilberto de Tournai,* MEC-INEP, 1970, 227 págs.

59. McCarthy, *Humanistic Emphases in the Educational Thought of Vincent of Beauvais,* pág. 152.

60. Bartolomeo di San Concordio, "Di Studio", in Bruno Nardi, *Il Medioevo,* pág. 424.

Bibliografia

Abelardo, Pedro — *Opera Theologica.* Migne, PL 178.

———————— — *Dialectica.* First complete edition of the Parisian manuscript by L. M. De Rijk. Assen, Van Gorcum and Comp., 1956, 637 págs.

———————— — *Historia Calamitatum.* Texte critique avec une Introduction publié par J. Monfrin. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1959, 125 págs.

———————— — *Lettres Complètes d'Abélard et d'Héloise.* Traduction nouvelle par M. Gréard. Paris, Garnier Frères, Libraire-Éditeurs, s/data, 408 págs.

Aristóteles — *Tractatus de Anima graece et latine.* Edidit, versione latina auxit, commentario illustravit Paulus Siwek. Roma, Desclée et Cie. Editori Pontifici, 1965, 374 págs.

Bartolomeo di San Concordio — "Di studio", in Bruno Nardi, *Il Pensiero Pedagogico del Medioevo.*

Baudry, L. — "Wibert de Tournai", in *Revue d'Histoire Franciscaine.* Janvier-juin, 1928, págs. 23-61.

Beaujouan, Guy — "A Ciência no Ocidente medieval cristão", *in* René Taton *A Ciência Antiga e Medieval,* 3.º volume, A Idade Média. Tradução de Ruy Fausto e Gita K. Ghinzberg. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1959, 199 págs.

———————— — "Motives and Opportunities for Science in the Medieval Universities", in *Scientific Change,* London, 1963, págs. 220-236.

Boaventura, São — Seraphici Doctoris S. Bonaventurae *Decem Opuscula* ad Theologiam Mysticam spectantia in textu correcta et notis illustrata a P. P. Collegii S. Bonaventurae. Editio Tertia. Quaracchi, Ex Typographia eiusdem Collegii, 1926, 476 págs.

———————— — *Escritos Espirituais de São Boaventura.* II Série. Escolhidos e traduzidos por Frei Saturnino Schneider, O.F.M. Petrópolis, R.J., Editora Vozes, 1937, 231 págs.

———————— — *Opera Omnia.* Quaracchi, ex Typographia Colegii S. Bonaventurae, 1882-1902, 10 vol.

———————— — *Obras de San Buenaventura.* Edición bilingüe. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1945-1949, 6 vol.

Boécio de Dácia — "Die Opuscula de Summo Bono sive de Vita Philosophi und De Sompniis des Boetius von Dacien". Ed. Martin Grabmann, in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge.* Année 1931, Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1932, págs. 287-317.

Bougerol, J. Guy — *Introduction à l'étude de S. Bonaventure.* Paris, Desclée et Cie, Éditeurs, 1961, 267 págs.

Boutaric, E. — "Vincent de Beauvais et la Connaissance de l'Antiquité Classique au Treizième Siècle", in *Revue des Questions Historiques,* t. 17, 1875, págs. 5-57.

Brubacher, John S. — *Modern Philosophies of Education.* Fourth Edition. International Student Edition. New York, McGraw-Hill Book Company. Tokyo, Kogakusha Company, Ltd., s/data, 393 págs.

Burbach, O.S.B., Maur — "Early Dominican and Franciscan Legislation regarding St. Thomas", in *Mediaeval Studies,* vol. IV, 1942, págs. 139-158.

Callus, O.P., Dr. D.A. — "Introduction of Aristotelian Learning to Oxford", in *Proceedings of the British Academy,* 29 (1943), págs. 229-281.

———————— — *The Condemnation of St. Thomas at Oxford* (The Aquinas Society of London. Aquinas Paper, N.º 5). Blackfriars Publications, 1955, 35 págs.

Chenu, O.P. M.-D. — *Introduction à l'Étude de Saint Thomas d'Aquin.* Deuxième édition. Montréal-Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1954, 305 págs.

———————— — *La Théologie comme science au XIIIe siècle.* Troisième édition revue et augmentée. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1957, 110 págs.

Ciceron — *Brutus.* Texte établi et traduit par Jules Martha. Cinquième tirage. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1973, 139 págs.

———————— — *L'Orateur.* Du meillerur genre d'orateurs. Texte établi et traduit par Albert Yon. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres", 1964, 196 págs.

Compayré, Gabriel — *Abelard and the Origin and early History of Universities.* New York, Greenwood Press, Publishers (First Greenwood Reprinting), 1969, 315 págs.

Congar, Yves M.-J. — "Aspects Ecclésiologiques de la Querelle entre Mendiants et Séculiers dans la Seconde Moitié du XIIIe Siècle et le Début du XIVe", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* t. XXVIII. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1962, págs. 35-151.

Correia, Alexandre — "A Universidade Medieval", in *Revista da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento.* São Paulo, Novembro de 1941. Ano II, Núm. 2, págs. 13-42.

Coulton, G. G. — *Medieval Panorama.* New York, Meridian Books, 1957, 801 págs.

———————— — *Ten Medieval Studies.* Beacon Hill, Boston, Beacon Press, 1959, 297 págs.

Crombie, A. C. — *Histoire des Sciences de Saint Agustin à Galilée* (400-1650). Traduit de l'anglais par Jacques D'Hermies. Paris, Presses Universitaires de France, 1958, 2 vol.

——————— — *Augustine to Galileo.* The History of Science. A. D. 400-1650. London, William Heinemann Ltd., 1957, 2 vol.

Daly S. J. e Lowrie J. — *Medieval University 1200-1400.* New York, Sheed and Ward, 1961, 241 págs.

Davy, M. M. — *Les Sermons Universitaires Parisiens de 1230-1231.* Contribution à l'Histoire de la Prédication Médiévale par M. M. Davy. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1931, 423 págs.

Dawson, Christopher — *Ensayos acerca de la Edad Media.* Traducción del inglés por Justo Fernández Buján. Madrid, Aguilar, 1956, 335 págs.

Denifle H. e F. Ehrle — *Archiv für Literatur-und Kirchengeschichte des Mittelalters.* Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1955-1956, 7 vol.

Denifle, O. P., Henricus-Chatelain, Aemilius — *Chartularium Universitatis Parisiensis.* Paris 1894 — Bruxelles, Culture et Civilisation (impression anastatique), 1964, 4 vol.

Denifle, Heinrich — *Die Entstehung der Universitäten des Mittelalters bis 1400.* Graz, Akademische Druck U. Verlagsanstalt, 1956, 814 págs.

——————— — "Urkunden zur Geschichte der mittellalterlichen Universitäten", in *Archiv für Literatur-und Kirchengeschichte des Mittelalters,* vol. IV, págs. 239-262.

Dickson, Ch. — "Le Cardinal Robert de Courson. Sa Vie", in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen Âge,* t. IX. Année 1934. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1934, págs. 53-142.

Domingos, São — *Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos.* Esquema biográfico, Introducciones, versión y notas de los Padres Fray Miguel Gelabert, O. P. y Fray José María Milagro, O. P. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1947, 955 págs.

Eby, Frederick e Charles Flinn Arrowood — *The History and Philosophy of Education. Ancient and Medieval.* Eleventh printing. Englewood Cliffs, N. J., Prentice-Hall, Inc., 1960, 966 págs.

Felder, P. I. — *Storia degli studi scientifici nell'Ordine Francescano dalla sua Fondazione fino a circa la metà del secolo XIII.* Versione dal tedesco del P. Ignazio da Seggiano. Siena, Tip. Pontificia S. Bernardino, 1911, 562 págs.

Feret, P. — "Les Origines de l'Université de Paris et son organisation aux XIIe et XIIIe siècles", in *Revue des Questions Historiques.* Nouvelle Série, Tome VIII (LII de la Collection), 1892, págs. 337-390.

——————— — *La Faculté de Théologie de Paris et ses Docteurs le plus célèbres.* Moyen Âge. Paris, Alphonse Picard et Fils, Éditeurs, 1895-1897, 4 vol.

Fink-Errera, Guy — "Une Institution du monde médiéval: La 'Pecia' ", in *Revue Philosophique de Louvain.* Tome 60 (Troisième série, N.º 66), Mai, 1962, págs. 184-243.

Gabriel, Astrik L. — *The Educational Ideas of Vincent of Beauvais.* The University of Notre Dame Press, 1962, 66 págs.

Genicot, Léopold — *Le XIIIe Siècle Européen.* Paris, Presses Universitaires de France, 1968, 409 págs.

Geyer, Dr. Bernhard — *Die patristische und scholastische Philosophie.* 13 Auflage. Univeränderter Nachdruck der völlig neubearbeiteten 11. Auflage (Friedrich Ueberwegs *Grundriss der Geschichte der Philosophie,* Zweiter Teil). Basel — Stuttgart, Benno Schwabe und Co. Verlag, 1958, 826 págs.

Ghellinck, J. De — "Dialectique et Dogme aux Xe-XIIe Siècles", in *Beiträge zur Geschichte der Philosophie des Mittelalters.* Supplement-Band. Münster, Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung, 1913, 491 págs.

——————— — *Le Mouvement Théologique du XIIe Siècle.* Bruges, Éditions "De Tempel", 1948, 594 págs.

Gieben, O. F. M. Cap., Servus — "Four Chapters on Philosophical Errors from the Rudimentum Doctrinae of Gilbert of Tournai O. M." (died 1284), in *Vivarium,* vol. 1 (1963), págs. 141-164.

Gilberto de Tournai — *De Modo Addiscendi.* Introduzione e testo inedito a cura di E. Bonifacio. Torino, Società Editrice Internazionale, 1953, 319 págs.

Gilson, Étienne — *La Philosophie au Moyen Âge.* Des origines patristiques à la fin du XIVe siècle. Deuxième édition revue et augmentée. Paris, Payot, 1947, 782 págs.

——————— — *La Theologie Mystique de Saint Bernard.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1947, 251 págs.

——————— — *Les Idées et les Lettres.* Deuxième Édition. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1955, 298 págs.

Glorieux, P. — *La Faculté des Arts et ses Maîtres au XIIIe Siècle.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1971, 553 págs.

——————— — *La Littérature Quodlibétique de 1260 à 1320.* Le Saulchoir Kain (Belgique), Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques, 1925, 95 págs.

——————— — *"L'Enseignement au Moyen Âge".* Techniques et Méthodes en usage à la Faculté de Théologie de Paris, ao XIIIe Siècle, in *Archives d'Histoire Doctrinale et Littéraire du Moyen* Âge. Quarante-troisième Année. 1968. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, t. XXXV, 1969.

Gonsette, S.J., J. — *Pierre Damien et la Culture Profane* (Essais Philosophiques, 7). Louvain, Publications Universitaires de Louvain. Paris, Éditions Béatrice — Nauwelaerts, 1956, 104 págs.

Grabmann, Dr. Martin — *Die Geschichte der katholischen Theologie seit dem Ausgang der Väterzeit.* Freiburg im Breisgau, Herder und Co. G.M. B.H. Verlagsbuchhandlung, 368 págs.

——————— — *Die Kulturphilosophie des H. Thomas von Aquin.* Augsburg, Verlegt bei Benno Filser, 1925, 217 págs. (Em português, Ed. Vozes, Petrópolis, 1946.)

——————— — *Thomas von Aquin.* Eine Einführung in seine Persönlichkeit und Gedankenwelt. Sechste von Verfasser neubearbeitete und erweiterte

Auflage München, Verlag Josef Kösel und Friedrich Pustet, 1935, 231 págs.

——— — *Die Geschichte der scholastischen Methode.* Nach gedruckten und ungedruckten Quellen. Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1957, 2 vol.

——— — *Filosofía Medieval.* Traducción de Salvador Minguijón. Reimpresión. Barcelona-Buenos Aires, Editorial Labor S.A., 1949, 159 págs.

——— — *Historia de la Teología Católica desde fines de la era patrística hasta nuestros dias.* Basada en el compendio de M.J. Scheeben. Versión española por el P. David Gutiérrez, Agustino. Madrid, Espasa-Calpe, S.A., 1946, 464 págs.

——— — *Mittelalterliches Geistesleben: Abhandlungen zur Geschichte der Scholastik und Mistik.* München, Max Hueber, 1956, 3 vol.

Gratien, P. — *Histoire de la Fondation et de l'Évolution de l'Ordre des Frères Mineurs au XIIIe Siècle.* Paris, Société et Librairie S. François d'Assise — Gembloux (Belg.), Librairie J. Duculot, 1928, 699 págs.

Hayes, O.F.M., Zachary — *"Toward a Philosophy of Education in the spirit of St. Bonaventure"*, in *Proceeding of the seventh centenary celebration of the death of Saint Bonaventure.* St. Bonaventure University, St. Bonaventure N.Y. July 12-15, 1974. Edited by F. Foley O.F.M. — St. Bonaventure, N.Y., The Franciscan Institute, 1975, 120 págs.

Heitz, Th. — *"La Philosophie et la Foi dans l'Oeuvre d'Abélard"*, in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques,* première année, n.º 4, Octobre, 1907, pág. 703-726.

Kristeller, Paul O. — *"The School of Salerno"*, in *Bulletin of History of Medicine,* 1945, vol. XVII, págs. 138-194.

Labbens, Jean — *"L'Oeuvre de Guibert de Tournai"*, in *Bulletin des Facultés Catholiques de Lyon,* Nouvelle série, n.º 5, Juillet-Décembre, 1948, págs. 26-31.

Lavaud, L. — *Saint Thomas "Guide des Études".* Notes et Commentaires sur l'Encyclique "Studiorum Ducem" de S.S. Pio XI. Paris, Pierre Téqui, Libraire-Éditeur, 1925, 277 págs.

Lorris, Guillaume de et Jean de Meun — *Le Roman de la Rose.* Chronologie, préface et établissement du texte par Daniel Poirion. Paris, Garnier — Flammarion, 1974, 576 págs.

Lorris-Meun — *Le Roman de la Rose.* Publié d'après des manuscrits par Ernest Langlois. Paris, Firmin-Dicot, 1914, 5 vol.

MacKinney, Loren C. — "Medical Education in the Middle Ages", in *Cahiers d'Histoire Mondiale,* volume II, n.º 4, 1955, Paris, Librairie des Méridiens, págs. 835-861.

Maddison, Francis — *Medieval Scientific Instruments and the Development of Navigational Instruments in the XVth and XVIth Centuries.* Coimbra, Separata da Revista da Universidade de Coimbra, vol. XXIV, 1969, 60 págs.

Maier, Anneliese — *Die Vorläufer Galileis im 14. Jahrhundert.* Studien zur Naturphilosophie der Spätscholastik. 2. erweiterte Auflage (Neudruck mit Nachtragen). Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1966, 366 págs.

Makdisi, George — "The scholastic method in medieval education: an enquiry into its origins in law and theology", in *Speculum*, vol. 49, N.º 4, págs. 640-661.

Mandonnet, O.P., Pierre — "Note complémentaire sur Boèce de Dacie", in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques*, t. XXII, 1933, págs. 246-250.

———— — *Siger de Brabant et l'Averroïsme Latin au XIIIe Siècle.* Ire Partie. Étude critique. Deuxième édition revue et augmentée. Louvain, Institut Supérieur de Philosophie de l'Université, 1911. — IIme Partie. Textes Inédits, idem, 1908.

Marías, Julian — *Obras.* — T. II: Introducción a la Filosofía. Quinta edición. Idea de la Metafísica. Terceira Edición. Biografía de la Filosofía. Tercera edición. Madrid, Revista de Occidente, 1958, 623 págs.

McCarthy, Joseph M. — *Humanistic Emphases in the Educational Thought of Vincent of Beauvais.* Leiden — Köln, E.J. Brill, 1976, 182 págs.

Mourret, Fernand — *Histoire Générale de l'Église.* Paris, Librairie Bloud et Gay, 1916, 9 vol.

Nardi, Bruno — *Il pensiero pedagogico del Medioevo.* Firenza, Coedizioni Giuntine-Sansoni, 1956, 510 págs.

Norden, Eduard —*Die Antike Kunstprosa* von VI. Jahrhundert v. Chr. bis *in die Zeit der Renaissance.* Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1971, 2 vol.

Paetow, L. J. — *The Arts Course at Medieval Universities with Special Reference to Grammar and Rhetoric.* Champaign, Illinois, 1910, 135 págs.

Paré, O.P., G. — *Le Roman de la Rose et la Scolastique Courtoise.* Paris, Librairie Philosophique J. Vrin. Ottawa, Institut d'Études Médiévales, 1941, 210 págs.

Paré, Brunet, Tremblay — *La Renaissance du XIIe Siècle. Les Écoles et l'Enseignement.* Refonte complète de l'ouvrage de G. Robert (1909). Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1933, 324 págs.

Peixoto, José Carlos de Matos — *Curso de Direito Romano.* Partes introdutória e geral. 4.ª edição revista e acrescentada. Rio de Janeiro, Haddad — Editor, 1960, 428 págs.

Pieper, Joseph — *Scholastik. Gestalten und Probleme der mittelalterlichen Philosophie.* München, Kosel-Verlag, 1960, 254 págs.

Prantl, C. — *Geschichte der Logik im Abendlande.* — Graz — Austria, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1955, 3 vol.

Ruggieri, Ruggero M. — *Romanità e Cristianesimo nell'Europa Medievale.* Aspetti e problemi. Roma, Edizioni Studium, 1975, 279 págs.

Savigny, Friedrich Carl von — *Geschichte des Römischen Rechts im Mittelalter.* Bad Homburg, Hermann Gentner Verlag, 1961, 8 vol.

Smalley, Beryl — *The Study of the Bible in the Middle Ages.* Notre Dame, Indiana, University of Notre Dame Press, 1964, 406 págs.

Steenberghen, Fernand Van — *La Philosophie au XIIIe Siècle* (Philosophes Médiévaux, Tome IX). Louvain, Publications Universitaires — Paris, Béatrice — Nauwelaerts, 1966, 594 págs.

Thorndike, Lynn — *A History of Magic and Experimental Science during the first thirteen centuries of our era.* New York and London, Columbia University, Press, 1964, 6 vol.

Tomás de Aquino, São — Sancti Thomae de Aquino, *Expositio super Librum Boethii de Trinitate.* Ad fidem codicis autographi nec non ceterorum codicum manu scriptorum recensuit Bruno Decker. Leiden, E.J. Brill, 1955, 243 págs.

————— — *Quaestiones Disputatae.* Cura et studio P. Fr. Raymundi Spiazzi, O.P., Editio VIII revisa. Turim Roma, Marietti, 1949, 2 vol.

————— — *In Aristotelis Libros de Caelo et Mundo. De Generatione et Corruptione, Meteorologicorum Expositio.* Cum textu ex recensione leonina cura et studio P. Fr. Raymundi M. Spiazzi, O.P., Turim, Marietti, 1952, 740 págs.

————— — *Summa Theologiae.* De Rubeis, Billuart, P. Faucher O.P. et aliorum notis selectis ornata. Cum textu ex recensione leonina. Turim, Marietti, 1948, 3 vol.

Vários — *Mélanges Mandonnet.* Études d'Histoire Littéraire et Doctrinale du Moyen Âge. Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1930, 2 vol.

Vários — *Xenia Thomistica* a plurimis orbis catholici viris eruditis praeparata quae Sancto Thomae Aquinati Doctori Communi et Angelico anno ab eius canonizatione sexcentesimo devotissimo offert Reverendissimus Pater F. Ludovicus Theissling. Edenda curavit P. Sendoc Szabó. O.P. Volumen primum Tractatus philosophicos continens. Romae, Typis Polyglottis Vaticanis, 1925, 567 págs.

Vasoli, Cesare — *La filosofia medioevale.* Milano, Feltrinelli Editore, 1967, 707 págs.

Vaux, Roger De — *"La Première Entrée d'Averroës chez les Latins"*, in *Revue des Sciences Philosophiques et Théologiques,* t. XXII, 1933, págs. 193-245.

Vidal, F. Canals — *Historia de la Filosofía Medieval.* Barcelona, Editorial Herder, 1976, 337 págs.

Vinogradoff, Paul — *Roman Law in Medieval Europe.* Third edition. Oxford, University Press-Hildesheim, Georg Olms Verlagsbuchhandlung, 1961, 155 págs.

Woroniecky, O.P., Hyacinthus — "S. Thomas et Paedagogia moderna " (gallice), in *Xenia thomistica,* pág. 451-460.

Wulf, Maurice De — *Histoire de la Philosophie Médiévale.* Sixième Édition, entièrement refondue. Louvain, Institut Supérieur de Philosophie — Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1947, 3 vol.

Capítulo X

A crise da educação no fim da Idade Média

1. À semelhança do que se passou na Grécia clássica, o apogeu cultural na Idade Média foi de curta duração, se bem que os homens medievais tenham sido mais venturosos. O século de Péricles, apesar da denominação, mal durou uma geração. O século XIII, o maior entre os séculos, como diz Walsh no título do seu famoso livro, foi um período mais extenso que uma centúria, já que o intenso movimento cultural, a expansão escolar e a criatividade dos mestres se iniciaram durante o século XII e se estenderam aos inícios do século XIV. No entanto, nem bem começara o segundo quartel deste último, o *orbis medievalis* começou a desmoronar, sob o impacto de grandes mudanças que se processaram de 1250 a 1350 na Europa Ocidental, tal como o término do desenvolvimento urbano, que só não ocorreu em algumas regiões da Itália, da Germânia e da Península Ibérica; a separação da burguesia em duas classes bem distintas: o patriciado urbano dos mercadores e de outros grupos profissionais e o proletariado dos artesãos. No campo deteve-se a tendência para a libertação dos camponeses presos à gleba e iniciou-se uma era de revoltas e de agitação social que não existira antes de 1250 (1). Do ponto de vista político, a Germânia e a Itália foram perturbadas pela discórdia e pela anarquia. Na França instaurou-se o despotismo de Felipe IV, o Belo, e dos seus legistas rinocerontescos. A Inglaterra caiu sob o débil governo de Eduardo II, enquanto as desordens grassavam na Escandinávia, na Hungria e na Rússia. O próprio Papado entrou em crise, quando Clemente V (1305-1314) fixou a residência pontifícia na Provença, dando início ao que se denominou o Exílio de Avinhão.

2. Esses apontamentos são feitos por Archibald R. Lewis que estudou o declínio da Idade Média no sugestivo artigo "The Closing of the Mediaeval Frontier" (2) e que aplicou a esse período histórico o conceito de *fronteira* usado com êxito na explicação do passado norte-americano. Ele reconhece que, além das mudanças sociais apontadas, houve outras no campo da cultura, tal como o declínio da arte gótica, exceto na Inglaterra, da literatura cavaleiresca ao

norte dos Alpes, a decadência da Escolástica com o surto do nominalismo, as revolucionárias idéias políticas do conciliarismo de Marsílio de Pádua e João de Jandun e, podemos acrescentar, a crescente crise escolar que pôs fim a uma era de glórias nas áreas do pensamento e das realizações educacionais.

3. Lewis diz ser evidente que as causas dessas mudanças foram múltiplas e de natureza complexa e lembra as mais famosas e comentadas: o capitalismo nascente que provocou as lutas de classes na Flandres, no sul da França e na Itália; as lutas na Germânia entre os papas e os Hohenstaufens; o centralismo monárquico na França e na Inglaterra, o lamentável Exílio de Avinhão, a terrível epidemia da Peste Negra e a não menos ominosa Guerra dos Cem Anos. Todavia, ele acha que outra causa profunda e importante das mudanças foi o fechamento das fronteiras internas e externas da Europa entre os anos de 1250 e 1350.

4. À volta de 1250 cessara a influência da Europa Ocidental na bacia Mediterrânea e os sarracenos dominavam-lhe os pontos nevrálgicos como o litoral sírio recuperado às famílias dos Cruzados, ao mesmo tempo que Miguel Paleólogo, depois de haver reconquistado Constantinopla aos latinos, refizera o Império Bizantino. Embora os mercadores italianos dominassem economicamente as regiões do Mediterrâneo e do Mar Negro, a Europa Ocidental passara à defensiva no Oriente, enquanto despontava o poder dos turcos otomanos. Depois de 1250 cessou, também, a expansão ocidental na Rússia e se deteve a marcha teutônica para o Oeste. Muito mais sério, no entanto, foi o término da expansão das fronteiras internas entre 1250 e 1350, devido ao desaparecimento das terras devolutas. O avanço dos camponeses para os subúrbios das cidades terminou, depois de dois séculos, enquanto se multiplicavam as leis para a proteção das florestas na França e na Inglaterra. A partir de 1300 o clima do norte da Europa tornou-se cada vez mais severo, por muitos séculos. Essas condições sociais adversas criaram vasta porção de nobres indolentes que aparecem nas crônicas de Froissart. Enfim, o fechamento das fronteiras internas e a contração das externas apanhou no vértice da crise os nobres, os burgueses e os camponios. Além da ebulição social urbana, a Igreja com as despesas do Exílio de Avinhão passou a preocupar-se demais com as finanças e os governos, a braços com a crise aguda da economia, recorreram a exagerado lançamento de impostos. Se a esse quadro lastimoso se acrescentarem a Guerra dos Cem Anos e a Peste Negra, perceber-se-á com toda a evidência que a Europa na metade do século XIV se distanciara imensamente da situação próspera e otimista dos dois

séculos anteriores, tendo passado a agitar-se num torvelinho de conflitos e tribulações.

5. Assim como no século XII a educação se beneficiou com o progresso social, assim do fim do século XIII à metade do século XIV, ela esteve sujeita a profundo processo de degradação, uma vez que os conflitos políticos e religiosos, a crise econômica, as guerras, as sublevações populares e as epidemias repercutiram intensamente na vida escolar. Temos um depoimento notável sobre a decadência dos estudos, ainda no fim do século XIII, na obra do franciscano inglês Rogério Bacon, o *Compendium Studii philosophiae,* redigido em 1292. Bacon foi professor da Universidade de Paris, defensor do estudo da matemática e das ciências experimentais e um precusor da ciência moderna que, na sua *Carta sobre os Segredos da Natureza,* anunciou o advento dos automóveis, dos navios a vapor, dos submarinos e dos aviões (3). No *Compendium studii philosophiae* ele enalteceu o significado e a importância da sabedoria e, ao dissertar sobre os seus empecilhos, proporcionou vasta cópia de informações sobre as mazelas das escolas e sobre a decadência dos estudos. Depois de demonstrar que os pecados embotam e corrompem o ânimo para os estudos, Bacon discorre sobre os preconceitos e sobre a mentalidade vulgar dos cretinos que estão sempre prontos a censurar os sábios por não poderem alcançar o patamar mínimo da sabedoria, e deplora o fato de os clérigos abandonarem ou desleixarem o estudo da filosofia e da teologia, a fim de se formarem em direito, o que lhes propiciava empregos lucrativos. Bacon lamenta que os clérigos negligenciem os estudos filosóficos, científicos, assim como os de línguas antigas como o grego, o hebraico, o árabe e o caldaico, "línguas sapienciais", para se voltarem na direção da ciência jurídica, sequiosa de riqueza, pois "a cúpida faculdade de direito atrai a multidão dos clérigos" (4). Em suma, da diatribe de Rogério Bacon contra os clérigos-juristas colhe-se que, no fim do século XIII, houve um esmorecimento na vida intelectual da Faculdade de Artes e de Teologia devido à ambição do dinheiro que lavrava entre os estudantes da época em clara dissonância com a dedicação às letras, à filosofia e à teologia que os caracterizara nos séculos anteriores. Por isso, tem razão Le Goff ao frisar a distância sempre maior entre o trabalhador intelectual das escolas medievais dos séculos XII e XIII e o catedrático ou professor argentário do século XV. A sociedade desenvolveu-se, apareceram novos empregos, o dinheiro ganhou mais importância que nas épocas anteriores, enquanto a vida intelectual amortecia e só chispeava, ainda, nos raros intelectuais que sustentavam a honra

da gloriosa estirpe de pobres e devotados estudiosos, os conservadores da chama sagrada do saber. "É a era do Príncipe, diz Le Goff. Quem o serve, é o seu funcionário ou o cortesão que ganha riqueza, poder e prestígio" e nessa ambiência o intelectual da Idade Média desapareceu para ser substituído pelo humanista; e esse desaparecimento foi preparado pelas negações da maioria dos universitários dos séculos XIV e XV (5). Le Goff observa que os humanistas apreciavam o lazer, o *otium* da aristocracia antiga, que eles dedicavam às letras, e com isso abandonaram uma das principais tarefas do intelectual, ao perderem o contato com o povo e ao desfazerem o liame entre a ciência e o ensino (6).

6. Uma das melhores fontes de informações sobre a situação escolar no início do século XIV acha-se na obra *Philobiblon* do erudito bibliófilo e humanista Ricardo Aungerville de Bury, bispo de Durham, chanceler de Henrique III da Inglaterra e que viveu de 1287 a 1345. A sua obra dedicada à biblioteconomia, entremeada de reminiscências pessoais, foi terminada em 1344 e de muito nos serve para esclarecer a vida cultural no início do século XIV, antes da calamitosa Peste Negra. Nos capítulos IV, V e VI, em divertida prosopopéia, Ricardo de Bury apresenta a invectiva severa dos livros contra clérigos e monges que os desprezam a troco de prazeres vulgares, depois de lhes deverem tudo o que alcançaram de bom na vida.

7. O capítulo IX do *Philobiblon* é consagrado exclusivamente às questões dos estudos e das escolas. Ricardo já diz no título que, embora estime as obras dos Antigos, não condena os estudos dos Modernos. Os primeiros são preferidos devido ao engenho perspicaz, ao volume dos estudos e às notáveis descobertas, e eles superaram os Modernos pelo vigor do corpo, ao que se lê, e pelos dotes de inteligência. Ricardo compara os Antigos e os Modernos quanto à devoção pelo estudo e observa que os primeiros dedicaram a vida inteira à filosofia, enquanto os segundos, "nossos contemporâneos", *nostri vero saeculi contemporanei,* só lhe consagram alguns poucos anos da juventude, justamente na época das paixões e dos vícios, quando poderiam tirar muito mais proveito de tal estudo numa idade de mais avançada, mais serena e propícia à reflexão. O motivo desse abandono dos estudos filosóficos é apresentado através dos versos de Ricardo de Fournival, o Pseudo-Ovídio: "Todos seguem os estudos que levam ao ganho, mas poucos aprendem para saber... e assim a Filosofia amarga o exílio, enquanto reina a Filopecúnia!" Não seria o caso, também, de batermos no peito o nosso *mea culpa,*

a recitar os versos de Ricardo de Fournival que retratam fielmente a mentalidade do nosso tempo?

8. Ao aludir à triste situação das escolas, Ricardo de Bury increpa os professores improvisados, *impuberes et imberbes,* que lêem de afogadilho as regras gramaticais de Prisciano e Donato e recitam num balbucio infantil as *Categorias* e o *Peri Hermeneias* que o "sumo Aristóteles" escreveu a molhar a pena no sangue do coração. Ricardo deplora esses mestres sem experiências e sem doutrina sólida, *tirones scholastici,* que obtêm as dignidades eclesiásticas sem mérito e sem preparo, só por meio da proteção e do nepotismo. Até mesmo Paris, o reduto tradicional da sabedoria, diz Ricardo, paga tributo à decadência escolar. Aí descansa a pena do escriba e cessa a atividade literária. O ensino é ministrado em linguagem imprópria e sem rigor lógico, uma vez que os estudiosos só se preocupam com as sutilezas britânicas, *anglicanas subtilitates,* que aprendem em vigílias furtivas, enquanto as execram publicamente. Essa degenerescência das escolas parisienses inspirou a Ricardo de Bury a peroração do capítulo IX sobre a transferência do saber, ao narrar o giro de Minerva através do mundo: a admirável Minerva passeia pelas nações e visita todas as partes do globo. Já esteve entre os hindus, os babilônios, os egípcios, os gregos, os árabes e os romanos, mas abandonou Atenas, afastou-se de Roma e pôs de lado Paris para se estabelecer finalmente na Inglaterra, a mais famosa dentre as ilhas (7).

9. Ricardo de Bury referiu-se às "sutilezas britânicas" e com essa expressão designou os estudos de lógica desenvolvidos pelo nominalista franciscano, o inglês Guilherme de Ockham e os seus epígonos, Nicolau de Autrecourt, Pedro de Ailly, Marsílio de Inghen, etc. que, juntamente com a formação dos partidos filosóficos universitários, as "escolas" tomista, escotista e ocamista, levaram ao que Le Goff denominou com justeza de "esclerose da escolástica". Esta, do ponto de vista doutrinário, rebrilhara na passada centúria com os vultos cimeiros da metafísica e da teologia, tais como Santo Alberto Magno, Santo Tomás de Aquino, São Boaventura e Duns Scotus. No século XIV o interesse dos estudiosos centralizou-se principalmente nos estudos profanos mas, em vez das grandes e elaboradas concepções metafísicas, engendraram obras de lógica, gnoseologia, filosofia da natureza e filosofia política. Sem se preocuparem com a idéia do ser e com os seus graus de realidade, os filósofos aplicaram-se de preferência ao estudo da lógica, desenvolveram a gramática especulativa com a investigação do significado e da relação entre palavra e pensamento, e a nota predominante dessas

pesquisas foi o nominalismo, ou seja, a convicção de que não existem conceitos universais correspondentes à natureza comum das coisas singulares, tais como as idéias de bem, verdadeiro, homem, casa, etc., mas apenas nomes dotados de generalidade apelativa. Segundo os nominalistas, o *universal* não existe na mente humana nem fora dela, embora saibamos pela análise psicológica que existem conteúdos universais do pensamento. Ockham só admite o *universal* no pensamento... mas como um *figmentum,* imagem sensível dos objetos singulares, e isso equivale simplesmente à negação do *universal.*

Não resta dúvida que as sutilezas britânicas conquistaram Paris e converteram as cátedras filosóficas em montanhas de ecos e ressonâncias verbais que encobriam por completo os mais sérios e profundos problemas do pensamento. Essa época de vocalizações e psitacismos assemelhava-se muito à nossa com os seus dispositivos lógicos do simbolismo matemático e a oceânica logorréia da filosofia analítica. Ao lado desse aspecto negativo, contudo, pode discernir-se um ângulo positivo pois, conforme o parecer de um lógico atual, Ernesto Moody, a lógica do século XIV distinguiu-se pelo seu rigoroso caráter formal. Moody afirma que os debates e as especulações epistemológicas e metafísicas, oriundas da nova literatura filosófica traduzida do grego e do árabe, infectaram a lógica formal de conotações especulativas e de ambigüidades que pertenceriam antes à "lógica filosófica". Esta, diz Moody, não pôde destruir a tradição da lógica formal já estabelecida nas Faculdades de Artes. Ora, as obras lógicas de Ockham distinguiram-se mais pelo seu meticuloso rigor do que por novidades ou inovações (8).

10. No começo do século XIV falava-se na universidade de Paris de Antigos e Modernos. Os *antiqui* eram os que entendiam o pensamento de Aristóteles de modo tradicional e o seu representante mais ilustre fora Santo Tomás de Aquino. Os *moderni* procuravam dar a tal pensamento nova interpretação ou simplesmente crivavam-no de críticas e rejeitavam-no por inadmissível. O venerável iniciador, *inceptor,* dessa modernidade foi Guilherme de Ockham e o seu mais acabado epígono foi Nicolau de Autrecourt. No tocante aos problemas dos Universais, os Antigos eram realistas moderados, ao reconhecerem a existência de conceitos universais equivalentes à natureza comum dos indivíduos, e os Modernos eram nominalistas que só admitiam a existência de indivíduos e negavam a dos conceitos universais (9). É preciso saber, no entanto, que esses debates epistemológicos constituíam, em parte, uma reação contra o excessivo formalismo da filosofia de Duns Scotus e que os *moderni* ou

nominales tiveram o mérito de se haver dedicado ao estudo do mundo sensível, às investigações científicas realizadas na perspectiva escolástica de Rogério Bacon, tendo antecipado descobertas de Copérnico e Galileu.

11. Nicolau de Autrecourt (1300-1350) primou pelo espírito crítico e capitaneou a reação contra Aristóteles, tendo merecido, conforme O'Donnell, os três títulos de céptico, ockhamista ou nominalista e moralista religioso, embora protestasse a sua completa submissão à doutrina católica (10). No primeiro prólogo do seu principal tratado *Satis exigit ordo executionis,* Nicolau de Autrecourt censura o excessivo tempo consagrado pelos estudiosos à obra aristotélica, tanto que muitas pessoas, diz ele, passavam toda a existência a estudar o aristotelismo, chegando até a esquecer o verdadeiro fim da vida. Na sua obra ele não só desenvolve essa crítica como nega a existência de substâncias, e de causas eficientes e finais, fazendo jus ao título de precursor de Hume e Kant.

12. No século XIII assinalaram-se no campo da investigação científica os escolásticos Roberto Grosseteste, Pedro de Maricourt, Santo Alberto Magno e Rogério Bacon. No século XIV prosseguiram em seu rasto os adeptos da *via moderna,* os físicos João Buridan, Marsílio de Inghen, Alberto de Saxe e Nicolau Oresme. Esses físicos da universidade de Paris foram, segundo Anneliese Maier, *die Vorläufer Galileis*, os precursores de Galileu. Veja-se, por exemplo, como Nicolau Oresme na sua obra *Le Livre du Ciel et du Monde* se opôs à física aristotélica, ensinou que os movimentos dos corpos celestes obedecem às mesmas leis que os terrestres, que é possível a pluralidade dos mundos, assim como demonstrou ser teoricamente sustentável a hipótese da rotação da Terra. Em relação ao sol, diz ele, a Terra é como a carne assada ao fogo e a receber o calor, porque gira em torno dele e não porque o fogo gire em torno dela (11). Na segunda metade do século XIV, Nicolau Oresme e Henrique de Hesse atacaram o supersticioso apego de nobres e plebeus, sábios e ignorantes, clérigos e leigos, às ciências ocultas, tanto que na bula *Super illius specula* de 1326 ou 1327, o papa João XXII condenou a invocação dos espíritos, a magia e o satanismo, tendo declarado que os praticantes desses malefícios eram cristãos puramente nominais (12)

13. Finalmente, quanto às escolas, além do que já temos visto, convém frisar que, ao lado de alguns aspectos positivos como a manifestação do espírito crítico, o cultivo das ciências e o desenvolvimento da lógica formal, avultaram as mazelas e as deficiências em

parte ocasionadas pelos destemperos da época. Uma exceção no quadro geral parece ter sido a Faculdade de Direito de Paris nos primórdios do século XIV, talvez por ter iniciado a sua atividade bem tarde em relação às escolas de Artes e de Teologia, e às suas congêneres de Bolonha e Orleães, máxime pelo fato de haver sido o estudo do direito malsinado por muitos escolásticos no fim do século XII em Paris, do que se fez eco e Rogério Bacon no fim do século XIII. Ao discorrer sobre a faculdade de direito na Idade Média, diz Gabriel Le Bras: "A Faculdade de Direito formou-se pouco a pouco e, depois, emancipou-se ... e a metade do século XIV foi a idade brilhante de nossa Faculdade" (13). Situação diferente depara-se-nos em Bolonha, a sede mais antiga dos estudos jurídicos na Europa. Embora ressalte os ilustres mestres da Universidade de Bolonha no século XIV, Sorbelli aponta as causas que, desde o século XII, tenderam a enfraquecê-la e assinala que, se o século XIV não foi o tempo da ruína da universidade foi, pelo menos, a época em que se iniciou a sua decadência (14). Sorbelli afirma que foram condições desfavoráveis para o *Studio* bolonhês o surgimento de outras escolas de direito em Nápoles, Pádua, Vercelli, Arezzo, etc., as pressões da cúria pontifícia sobre a universidade, quando esta pretendia rebelar-se contra o papa e este levava estudantes e mestres a abandonarem a cidade. Por fim, a causa mais poderosa, certamente, foi a falta de professores de valor que tivessem em mira a busca da ciência e a continuação da fama gloriosa da Universidade. Esses mestres desnaturados, sem competência e sem ideal, meros caçadores de salários, sempre foram e continuam a ser os coveiros das escolas médias e superiores.

14. A crise escolar no fim da Idade Média exprimiu-se no terreno doutrinário, no campo metodológico e nas áreas administrativas. No terreno doutrinário conta-se o desaparecimento das grandes sínteses teológicas, da redação das *Sumas,* conseqüência do sumiço ou do rareamento dos grandes espíritos inventivos e das poderosas mentalidades consagradas ao estudo do depósito da fé. No campo metodológico registram-se os abusos da *auctoritas* e da *ratio* em dissonância com a tradição autêntica da Escolástica, e que iriam atrair as pechas e as zombarias dos humanistas e que eram aplicáveis, com efeito, aos escolásticos dos séculos XIV e XV. De um lado, temos o abuso do logicismo e das longas discussões estéreis e, de outro, o lastimável culto de Aristóteles celebrado pelos averroístas que transformaram o Estagirita num ídolo intocável, desvirtuaram o estudo da filosofia antiga e criaram empeços à marcha do pensamento livre e investigador (15). Nas áreas administrativas o desca-

labro foi impressionante. O papa João XXII autorizou o chanceler parisiense a conceder a licenciatura sem que o estudante tivesse cursado os anos requeridos pelos estatutos da universidade. Introduziu-se o costume na Faculdade de Teologia, contrário aos estatutos, de os bacharéis comentarem o *Livro das Sentenças* de Pedro Lombardo durante as férias, quando quase não havia professores nem estudantes em Paris e, após esse breve tirocínio, tais bacharéis eram tidos por *formati et perfecti* (16).

15. Abuso que lavrou em Paris no século XIV foi cometido por estudantes ineptos, cobiçosos dos graus universitários e que, tendo estudado em Paris, conseguiam fortes patronos que lhes facultavam ir prestar exames e tornar-se mestres em outras cidades. Exemplo do encurtamento dos cursos na Faculdade de Artes parisiense acha-se na biografia de Gerard Groot que se tornou, depois de convertido à vida mais fervorosa, um reformador dos costumes entre os cristãos. Conta o seu biógrafo Van Zijl que Gerard se bacharelou em Artes antes do prazo devido e se tornou mestre com dezoito anos apenas, e três de estudos universitários, graças aos seus brilhantes dotes de estudante (17). Ainda bem que se abreviava o curso para um aluno de talento excepcional e não a peso de dinheiro ou de influências políticas. Ocorre que, apesar do talento, o aluno notável devia fazer o curso regular, como era dos estatutos da universidade.

16. Leve-se em conta, ainda, que muitos mestres parisienses pertenciam a ordens religiosas que no século XIV haviam perdido o antigo vigor, o gosto da vida austera e dos estudos sérios. Ademais, nesse tempo a universidade de Paris perdera o monopólio do ensino da teologia, uma vez que os papas lhe permitiram o ensino e o doutoramento em outras universidades. Como observa Gusdorf, "a Universidade de Paris sofreu o contragolpe dos redemoinhos que agitam a realidade francesa". Nas várias lutas da época ela tomou partido e, freqüentemente, o pior. Daí a sua inexorável decadência. Assim, ela colaborou com o ocupante inglês da França, seguiu o partido borgonhês, responsabilizou-se pelo processo de Joana D'Arc e condenou-a. Por outro lado, a Universidade perdeu o seu caráter internacional. Na própria França surgiram novas universidades em Bordéus, Aix, Poitiers, Besançon, Dôle, Caen, Grenoble, Valence, Cahors. Com a Guerra dos Cem Anos os alunos ingleses retiraram-se de Paris. O Grande Cisma de 1378 afastou os alunos das nações que se mantiveram fiéis ao Papa, particularmente os alemães.

17. Fator ponderável na decadência das instituições universitárias no século XIV foi à Peste Negra de que nos dá notícia, por exem-

plo, o cronista beneditino Gilles Le Muisit na sua *Crônica* do século XIV. A praga disseminou-se principalmente nas cidades com os seus aglomerados humanos e a falta de higiene. Daí a mortandade nos conventos e nas escolas. A falta de frades compeliu muitas ordens religiosas a mitigarem as Regras e a pactuarem com o relaxamento dos costumes, a fim de poderem conservar os candidatos à vida religiosa. Daí a soltura das maneiras e o escândalo que carcomeu tantas instituições religiosas. Os abusos chegaram a tal ponto que o famoso pregador dominicano São Vicente Ferrer (1350-1419) dizia que, se São Domingos e São Francisco retornassem a este mundo, não reconheceriam as suas Ordens, tais as desfigurações que os seus membros relapsos lhes haviam infligido. As universidades perderam os mestres mais experientes do dia para a noite, logo substituídos por mocinhos ignorantes e pretensiosos. A universidade de Paris viu desaparecer a sua autonomia e teve de se curvar às injunções dos monarcas, de modo que "o rei da França, diz ainda Gusdorf, não se mostrou de forma alguma disposto a garantir e a renovar os privilégios dessa instituição que colaborou com os seus piores adversários" (18).

18. Ao mesmo tempo em que a Europa se debatia nas tenazes da crise geral e vivia o fim atormentado de uma época e ao passo que se manifestava claro o declínio dos estudos, lampejavam os clarões do humanismo renascentista desde o século XIV na obra de Dante, Petrarca e Boccaccio. O novo pendor cultural — o gosto dos clássicos e o predomínio das letras sobre a filosofia — exprimiu-se logo no plano dos estudos e da vida escolar. Nos séculos XIV e XV, através do debate entre frei Giovannino de Mântua e Albertino Mussato a respeito do valor pedagógico da poesia; da apologia da imitação dos Antigos feita por Petrarca, da defesa da poesia por Giovanni Boccaccio, do enaltecimento dos clássicos por Coluccio Salutati, da exaltação da educação religiosa por frei Giovanni Dominici. Desde o fim da Idade Média, os pedagogos italianos propõem o ideal formativo do cidadão e do homem bem educado. Cristina de Pisan, natural de Bolonha e francesa de adoção, protestou contra o antifeminismo e propôs a educação integral da mulher, que se baseasse na religião, na instrução sem muito latim mas com matemática e ciências práticas (19). Desde o século XIV, Dante celebrou a beleza e a importância do idioma nacional, da língua vulgar, que levaria ainda muito tempo até vir a ser incorporada aos programas de ensino, especialmente no ambiente de culto aos clássicos greco-latinos. Pode notar-se, todavia, que, apesar da crise da cultura e do descaimento escolar, a Idade Média legou à

posteridade, juntamente com as universidades e a escolástica, a ciência experimental, o culto da matemática, a devoção pelos clássicos, o interesse pela educação feminina e o apreço pela língua vulgar. Na mesma época de Cristina de Pisan, do fim do século XIV ao início do XV, Gerson bateu-se contra a decadência dos estudos, pelo afervoramento do espírito cristão e pela educação infantil, com engenho e zelo, como se colhe das obras teológicas e pastorais e dos seus escritos educacionais. Em que pese, pois, o sofrido término do milênio medieval, cabe em grande parte razão a Régine Pernoud que intitulou o seu livro de apresentação panorâmica do Medievo de "A Luz da Idade Média", pois esse período histórico representou para a Europa um foco de intensa luz que ainda dardeja os seus raios sobre a sociedade do século XX, raios que refulgem nas torres das catedrais, nos salões dos parlamentos e dos júris, nos claustros silenciosos dos mosteiros e nos recintos bulhentos das universidades.

19. Chegamos ao término do nosso estudo. Somos os primeiros a lhe reconhecer as deficiências e as lacunas, mas, já que não era possível dizer tudo de uma vez em obra de iniciação, preferimos omitir o acidental e insistir na apresentação dos fatos capitais e das idéias básicas para a História da Educação Medieval. Como dissemos desde o início, esta obra é um convite ao estudo, é um mapeamento sumário da educação na Idade Média. O professor começou e o aluno deve levar avante esse estudo de História com empenho, arte e carinho, sempre lembrado de que a aquisição de conhecimento requer esforço, dedicação, tempo e entusiasmo, e mais: persistência, persistência e persistência!

Notas

1. Segundo Georges Duby, a miséria dessa época exprimiu-se através da *fome,* pois "desde os últimos anos do século XIII, parece que as colheitas deixaram de aumentar"; da *guerra,* e a mais impressionante foi a dos Cem Anos que durou mais tempo, pois começou em 1337 e só terminou em 1453; e da *Peste Negra* que surgiu repentinamente na Europa e acarretou a morte de, pelo menos, um terço da população francesa e, por certo, dos habitantes de outras regiões. Duby-Mandrou, *Histoire de la Civilisation Française,* págs. 189-199.

   O século XIV foi época de carestia, de revoltas populares e de saques. "As sublevações são denominadas ainda hoje 'jacqueries', explica Guy Fourquin, porque o cronista Jean le Bel chamou erroneamente de Jacques Bonhomme (e era Guillaume Cale) o chefe dos revoltosos. Daí em diante, para os franceses, os campônios revoltados serão Jacques, até ao dia longínquo em que o termo 'Croquants' o suplantar... Esse êxito duradouro de uma denominação dá bem idéia de quanto a revolta

de 1358 marcou a mentalidade coletiva." Guy Fourquin, *Les soulèvements populaires au Moyen Âge,* págs. 177-178.

A primeira grande sublevação popular do século XIV foi a da Flandres marítima (1323 a 23-8-1328), depois foi a Jacquerie parisiense em maio-junho de 1358, as revoltas urbanas de Perúgia, Siena e Florença em 1342, 1371 e 1378. A de Florença chamou-se de revolta dos *ciompi,* os cardadores de lã; e a grande revolta camponesa da Inglaterra de 1381 orientada por Wat Tyler e pelo pregador popular John Ball que defendia o comunismo dos bens e a completa igualdade social. Todas as sublevações exprimem o desespero popular perante os abusos do fisco, a fome, o desemprego e a exploração dos pobres pelos ricos, e terminaram com o massacre dos revoltosos. Releva notar que estes não pretendiam arruinar o edifício social, mas clamavam simplesmente por justiça, exceto no caso de alguns teóricos mais inflamados. Nos séculos XIV e XV ocorre o agravamento da miséria. Os pobres são homens famintos e frustrados desprovidos de dignidade humana e que se lançam em atos de revolta. Jean-Louis Goglin, *Les misérables dans l'Occident médiéval,* pág. 132. Sobre as agitações urbanas e a "revolução sindicalista" no Ocidente no século XIII e na primeira metade do XIV, cf. P. Boissonade, *Le Travail dans l'Europe Chrétienne au Moyen Âge* (Ve-XVe Siècles). Paris, Félix Alcan, 1921, pág. 266 e seguintes.

2. Archibald R. Lewis, "The Closing of the Mediaeval Frontier, 1250-1350", in *Speculum,* vol.XXXXIII, October, 1958, N.º 4, págs. 475-483.

3. "Narrabo igitur nunc primo opera artis et naturae miranda... in quibus nihil magicum est, ut videatur quod omnis magica potestas sit inferior his operibus et indigna. Et primi per figuram et rationem solius artis. Nam instrumenta navigandi possunt fieri sine hominibus remigantibus, ut naves maximae, fluviales et marinae, ferantur unico homine regente, majori velocitate quam si plenae essent hominibus. Item currus possunt fieri ut sine animali moveantur cum impetu inaestimabili... Item possunt fieri instrumenta volandi .. possunt etiam instrumenta fieri ambulandi in mari, vel fluminibus, usque ad fundum absque periculo corporali, etc." Rogerius Bacon, "Epistola Fratris Rogerii Baconis de Secretis operibus artis et naturae, et de nullitate magiae", in Fr. Rogeri Bacon, *Opera quaedam hactenus inedita,* pág. 532-533. Sobre as previsões científicas de Bacon consulte-se Andrés Aguirre y Raspaldiza, *La Ciencia Positiva en el Siglo XIII — Rogerio Bacon.* Barcelona, Editorial Labor, 1935, 432 págs. Cf. Cuarta Parte, c. V, *El vidente de la ciencia,* págs. 299-303.

4. "Deinde optimus quisque, et idoneus ad theologiam et philosophiam, transvolat ad jura civilia, quia videt juristas illos ditari et honorari ab omnibus praelatis et principibus, ita quod pauci respectu eorum, qui necessarii essent, in philosophia et theologia remanent pro illorum studio, quia cupida facultas juris civilis trahit multitudinem clericorum." Rogerius Bacon, "Compendium studii philosophiae", in *Opera quaedam hactenus inedita,* pág. 419.

5. Le Goff, *Les Intellectuels au Moyen Âge,* pág. 138-139.

6. *Ib.,* pág. 187.

7. "Iam Athenas deseruit, iam a Roma recessit, iam Parisius preterivit, iam ad Britanniam, insularum insignissimam, quin potius microcosmum, accessit feliciter, ut se Graecis et barbaris debitricem ostendat." Ricardo da Bury, *Philobiblon*, cp. 17, pág. 108.

8. "The logic presented by Ockham is a well organized and clearly articulated exposition of the common body of logical teaching which had developed continuously from the time of Abelard through the 13th century. Precisely because this logic was a formal logic, ti could be accepted and utilized by the scholastics of all parties regardless of the metaphysical or epistemological oppositions dividing Scotists from Thomists, or realists from nominalists." Ernest H. Moody, *Truth and Consequence in Mediaeval Logic*, pág. 6. Moody tem razão em parte, pois Ockham compôs uma bela construção de lógica formal nos livros a ela consagrados, mas isso não impediu que se manifestasse sobre epistemologia, sobre o valor dos conceitos, sobre o problema dos Universais até nas obras estritamente teológicas como o seu *Comentário sobre as Sentenças*.

9. Consulte-se a respeito dessa questão os verbetes sobre *conceito universal*, *conceptualismo* e *nominalismo*, in Brugger, *Dicionário de Filosofia*, págs. 96 a 98 e 296.

10. Segundo Fraile, mais do que um cético, Nicolau de Autrecourt teria sido um crítico desiludido e cansado dos artifícios filosóficos da sua época: "Es un maestro de Artes, aburrido de las sutilezas con que se entretenía a los estudiantes, y que les apartaban de otros estudios, más útiles a su juicio." Guillermo Fraile, *Historia de la Filosofía*, t. II, pág. 1151.

11. Maistre Nicole Oresme, "Le Livre du Ciel et du Monde", in *Mediaeval Studies*, vol. IV (1942), pág. 277.

12. Lynn Thorndike, *A History of Magic and Experimental Science*. Fourteenth and Fifteenth Centuries. Vol. III, chap. II, pág. 30-31.

13. Gabriel Le Bras, "La Faculté de Droit au Moyen Âge", in Vários, *Aspects de l'Université de Paris*, pág. 96.

14. "Il trecento, se inizia il decadimento dello *Studio*, non ne segna già la immediata rovina." Sorbelli, *Storia dell'Università di Bologna*, pág. 95.

15. Diz Georges Gusdorf, autor insuspeito de parcialidade: "A escolástica, enquanto modo de conhecimento próprio da Universidade, afirma o primado da investigação por meio da livre discussão. O período medieval foi a idade por excelência das oposições e das contradições, do *sic et non*, sabendo-se que essas oposições se situam no interior da universidade e não cessam de renascer, até mesmo quando uma autoridade interna ou externa é chamada para dirimir o debate. Foi o nosso tempo que inventou o conformismo totalitário com a sua ferocidade peculiar. A grande época da Idade Média não se caracteriza de modo algum pelo espírito de ortodoxia político-policialesca que continua a ser o privilégio pouco invejável do século vinte. Tal terrorismo, paralisando o espírito da investigação livre, é a negação mesma desta Universidade que a Idade Média inventou." Georges Gusdorf, *L'Université*

en question, Paris, Payot, págs. 21-22. Gusdorf situa-se na mesma linha do pensamento reto e sério do grande filósofo do século XVII, Leibniz, que assim se pronunciou sobre a Escolástica: "Os escolásticos não se acham tão afastados da verdade nem são tão ridículos como a turba dos nossos novos filósofos o imagina... Os autores modernos não prestam a devida justiça a Santo Tomás e a outros grandes homens da Idade Média, mas o certo é que existe nos pensamentos dos filósofos e dos teólogos escolásticos mais solidez do que se imagina... Estou mesmo persuadido de que, se algum espírito exato e meditativo se desse ao trabalho de esclarecer e aprofundar os seus pensamentos à maneira dos geômetras analíticos, encontraria valioso tesouro de verdades importantes e plenamente convincentes." Leibniz, *Die philosophischen Schriften,* t. IV, págs. 434-436, 471 e 477.

16. Sobre os vários tipos de abusos administrativos cf. Denifle, *Chartularium Universitatis Parisiensis,* t. II, Introductio, pág. VI a XI.

17. Theodore P. Van Zijl, *Gerard Groot, Ascetic and Reformer,* págs. 43-44.

18. Georges Gusdorf, *L'Université en question,* págs. 25-26.

19. Astrik L. Gabriel, *The Educational Ideas of Christine De Pisan.*

Bibliografia

Aretino, Leonardo Bruni — "Ad Petrum Paulum Histrum Dialogus", in *Prosatori Latini del Quatrocento,* a cura di Eugenio Garin. Milano-Napoli, Riccardo Ricciardi Editore, 1952, 1140 págs.

Autrecourt, Nicolau de — "Satis exigit ordo executionis", Ed. O'Donnell, in *Mediaeval Studies,* vol. I (1939), pág. 179-280.

Bacon, Rogério — *Fr. Rogeri Bacon Opera quaedam hactenus inedita.* Vol. I, Edited by J. S. Brewer. Wiesbaden, Kraus Reprint, 1965, 573 págs.

Born, Lester Kruger — "The Perfect Prince: A Study in Thirteenth and Fourteenth Century Ideals", in *Speculum,* vol. III, 1928, págs. 470-504.

Brugger, Walter — *Dicionário de Filosofia.* Tradução brasileira por Antônio Pinto de Carvalho. Terceira edição. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1977, 574 págs.

Bury, Ricardo da — *Philobiblon.* Edizione critica a cura di Antonio Altamura. Napoli, Fausto Fiorentino-Libraio, 1954, 159 págs.

Compagni, Dino — *La Cronica* e Passi scelti dalla *Cronaca* di Giovanni Villani. A cura di F. Cusin. Cernusco sul Naviglio, Garzanti, 1945, 427 págs.

Copleston, S.J., Frederick — *A History of Philosophy.* Vol. II, *Mediaeval Philosophy.* Augustine to Scotus. Westminster, Maryland, The Newman Press, 1962, 614 págs.

————— — *Mediaeval Philosophy.* New York, Harper and Brothers (Harper Torchbooks/ The Cloister Library), 1961, 194 págs.

————— — *Histoire de la Philosophie.* Volume III, "La Renaissance", Paris-Tournai, Casterman, 1958, 514 págs.

Denifle, O.P. e Henricus-Chatelain, Aemilius — *Chartularium Universitatis Parisiensis.* Paris, 1894 — Bruxelles, Culture et Civilisation (impression anastatique), 1964, 4 vol.

Duby, G. e Mandrou, R. — *Histoire de la Civilisation Française.* Moyen Âge — XVI[e] siècle. Paris, Armand Colin, 1958, 360 págs.

Dupille, Chantal — *Les Enragés du XV[e] Siècle.* Les Étudiants au Moyen Âge. Présentation et choix de textes par Chantal Dupille. Paris, Les Éditions Du Cerf, 1969, 221, págs.

Ferguson, Arthur B. — *The Indian Summer of English Chivalry.* Studies in the Decline and Transformation of Chivalric Idealism. Durham, North Carolina, Duke University Press, 1960, 242 págs.

Fourquin, Guy — *Les soulèvemets populaires au Moyen Âge.* Paris, Presses Universitaires de France (Collection SUP), 1972, 216 págs.

Fraile, Guillermo — *Historia de la Filosofía.* T. II, El Judaísmo y la Filosofía. El Cristianismo y la Filosofía. El Islam y la Filosofía. Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1960, 1200 págs.

Gabriel, Astrik L. — "The Educational Ideas of Christine de Pisan", in *Journal of the History of Ideas,* vol. XVI, Number 1, January, 1955, págs. 3-21.

Garganta, O.P., Fr. José M. de e Forcada, O.P., Fr. Vicente — *Biografía y Escritos de San Vicente Ferrer.* Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1956, 730 págs.

Goff, Jacques Le — *Les Intellectuels au Moyen Âge.* Paris, Éditions du Seuil ("Le Temps qui court", 3), 1957, 192 págs.

———— — *Os Intelectuais na Idade Média.* Tradução de Luísa Quintela. Lisboa, Estúdios Cor, 1973, 184 págs.

Goglin, Jean-Louis — *Les misérables dans l'Occident médiéval.* Paris, Éditions du Seuil, 1976, 242 págs.

Goldast, Melchior — *Monarchia S. Romani Imperii.* Graz, Akademische Druck — U. Verlagsanstalt, 1960, 3 vol.

Gusdorf, Georges — *L'Université en question.* Paris, Payot, 1964, 22 págs.

Kane S.J., William T. — *History of Education.* Chicago, Illinois, Loyola University Press, 1954, 453 págs.

Heers, Jacques — *L'Occident aux XIV[e] et XV[e] Siècles.* Paris, Press Universitaires de France, 1966, 408 págs.

Grand, Roger e Delatouche, Raymond — *L'Agriculture au Moyen Âge de la fin de l'Empire Romain au XVI[e] Siècle.* Paris, É. D. e Boccard, 1950, 740 págs.

Leibniz, *Die Philosophischen Schriften.* Ed. Gerhardt. Hildesheim, Georg Olms, 1960, 7 vol.

Lewis, Archibald R. — "The Closing of the Mediaeval Frontier 1250-1350", in *Speculum,* vol. XXXIII, October 1958, N.º 4, págs. 475-483.

Lucas, H. S. — "The Great European Famine of 1315, 1316 and 1317", in *Speculum,* vol. 5 (1930), págs. 343-377.

Maier, Anneliese — *Die Vorläufer Galileis im 14. Jahrhundert.* Studien zur Naturphilosophie der Spätscholastik, 2. Erweiterte Auflage (Neu-

druck mit Nachträgen). Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1966, 367 págs.

Mandonnet O.P., Pierre — "La crise scolaire au début du XIIIe siècle et la fondation de l'Ordre des Frères-Prêcheurs", in *Revue d'Histoire Ecclésiastique,* t. XV (1914), págs. 34-49.

Marsilio de Padoue — *Le Défenseur de la Paix.* Traduction, Introduction et Commentaire par Jeannine Quillet (L'Église et l'État au Moyen Âge, XII). Paris, Librairie Philosophique J. Vrin, 1968, 583 págs.

Maurer, Armand A. — *Medieval Philosophy.* New York, Random House, 1962, 435 págs.

Moody, Ernest A. — *Truth and Consequence in Mediaeval Logic.* Amsterdam (North-Holland Publishing Company, 1953, 113 págs.

Muisit, Gilles Le — *Chronique et Annales.* Ed. Henri Lemaitre. Paris, Renouard, 1906, 335 págs.

Oresme, Maistre Nicole — "Le Livre du Ciel et du Monde", Éd. Albert Menut et Alexander Denomy, in *Mediaeval Studies,* vol. 3 (1941), págs. 185-280; vol. 4 (1942), págs. 159-297; vol. 5 (1943), págs. 163-333.

Pieper, Joseph — *Scholastik.* Gestalten und Probleme der mittelalterlichen Philosophie. München, Kosel-Verlag, 1960, 254 págs.

Pra, Mario dal — *Nicola di Autrecourt.* Milano, Fratelli Bocca, 1951, 195 págs.

Petrarca, Francesco — *Prose,* a cura di Martelloti, Ricci, Carrara e Bianchi. Milano-Napoli, Ricciardi, 1955, 1205 págs.

Sorbelli, Albano — *Storia della Università di Bologna.* Bologna, Nicola Zanichelli Editore, 1944, 2 vol.

Thorndike, Lynn — *A History of Magic and Experimental Science.* New York, Morningside Heights, Columbia University Press, 1960, 6 vol.

Vanni-Rovighi, Sofia — "El siglo XIV", in *Historia de la Filosofía.* Edición al cuidado de Cornelio Frabro. Versión española por Guillermo Termenón Solis. Madrid-México, Ediciones Rialp S.A., 1965, 2 vol.

Vários — *Aspects de Université de Paris.* Paris, Édition Albin Michel, 1949, 266 págs.

Weinberg, Julius — *A Short History of Medieval Philosophy.* Princeton, New Jersey, Princeton University Press, 1964, 304 págs.

Zijl, Theodore P. Van — *Gerard Groot, Ascetic and Reformer.* Washington, The Catholic University of America Press, 1963, 377 págs.

Índice onomástico

Abano, Pedro de 266
Abelardo, Pedro 213, 217, 224, 247, 256, 257, 274
Abreu, Casimiro de 2
Adelaide, Santa 20
Adson 20
Aflácio 214
Afonso IV, Dom 220
Afonso VIII 218
Afonso X, o Sábio 219
Afrodísias, Alexandre 253
Agatão 46
Agostinho, Santo 5, 37, 41, 72, 74, 88, 213
Aguirre, Andrés 298
Ailly, Pedro de 291
Alarico 37
Alarico II 42, 46
Alberto Magno, Santo 232, 252, 258, 261, 264, 266, 268, 293
Alcuíno 72
Alderotti, Tadeu 267
Al Dschaafar 214
Alexandre III 56, 216
Alexandria, Filão de 262
Alfano 214
Alfredo, o Grande 11, 73
Alhazen 266, 267, 268
Almeida, Lopes d' 235
Alpetrágio 266
Amalafrida 46
Amauri de Bene 261, 262
André, o Capelão 263
Ângelo 215
Anglicus, Johannes 26
Anscário, Santo 40
Anselmo, Santo 73, 213, 246
Antão, Santo 87
Aquasparta, Mateus de 254
Areopagita 80
Arezzo, Vercelli 294
Argelata, Gandolfo de 205
Ariovisto 37
Aríquio 30
Aristóteles 193, 226, 245, 248, 252, 253, 256, 259, 260, 261, 265, 266, 268, 276, 294
Arles, Cesário de 57, 89
Arles, Hilário de 89
Arns, D. Paulo Evaristo 81
Arquimedes 253, 267
Assis, Francisco de 230, 296
Atanásio, Santo 88
Augusto, Felipe de 218, 225, 229
Aurillac, Gerberto de 57
Autrecourt, Nicolau de 291, 293
Auvergne, Guilherme de 253, 258
Auvergne, Pedro de 251
Auxerre, Guilherme 258, 262
Auxerre, Roberto de 261
Averrois 257, 259, 263, 267
Avicena 73, 248, 255, 256, 261
Aycardus 232

Bacon, Rogério 266, 289, 293, 294, 298
Barbosa, Rui 48, 61
Barastre, João de 232
Barônio 19
Barthélemy, Anatole de 22, 32
Basílio, São 87
Bath, Adelardo de 217
Bazoches, Guy de 224
Beaujouan 279
Beauvais, Vicente de 19, 31, 251, 271, 272
Beda, São 79
Belisário 44
Bento III 24
Bergson 13
Bernward, São 20
Béthune, Evrard de 265
Bihlmeyer, K. 55, 62
Birkenmaier 278
Biscop, Bento 44
Bloch, G. 38, 39, 58
Blund, João 256

Boaventura, São 231, 233, 259, 270, 271, 280, 291
Bocaccio, Giovanni 27, 296
Boissonade 298
Bolonha, Lamberto de 215
Bonifácio, São 40, 72
Bonifácio VIII 216
Bourbon, Estêvão de 25, 28
Bourbon, Étienne 32
Bourret, Estêvão de 264
Brabant, Sigério de 263
Brandão, Mário 235
Bras, Gabriel Le 294, 299
Bráulio, São 78
Brevin, William 28
Brubacher 270, 279
Brugger 299
Brunet 274
Bühler, J. 51, 62
Bury, Ricardo Aungerville de 290, 291, 299

Caio Mário 37
Callus, O. P. 256, 275, 276
Cambridge 229
Canetolo, Alberto de 215
Cantimpré, Tomás de 251
Capela, Marciano 75, 78, 265
Cápua, Pedro de 246
Cappuyns 93
Carlos V 224
Carlos VII 219
Carlos, o Calvo 73
Carlos Magno 10, 11, 17, 44, 72, 84
Cartulário 224
Cassiano, João 89, 92
Cassiodoro 41, 71, 75, 93
Catão, Dísticos de 158
Celestino III 229
Cerejeira, D. Manuel Gonçalves 15, 16, 17, 22, 23, 24, 31, 32
Cerulário, Miguel 29, 43
César 37
Chaunu, Pierre 44
Chenu 248, 250, 274, 275
Cholets 229
Chopinel, Jean 268
Cícero 248, 258
Cirilo, São 41, 73
Clemente V 254, 287
Cleto 26
Clotilde 42
Clóvis 40, 42
Cohen, Gustave 9, 16
Coluccio 296
Columbano, São 71, 89, 91
Comestor, Petrus 224
Compayré 219, 230
Congar 233
Constantino, o Africano 214, 254
Constantino, o Grande 10
Contracto, Hermann 19, 31
Copérnico 293
Coulton 62
Courçon, Roberto de 218, 225, 262
Cremona, Rolando de 232
Crodegango, São 108
Crombie 267, 277
Cuniberto 45

Dácia, Boécio de 41, 71, 77, 213, 246, 263, 265, 269
Daly 233
Dampetra, Guy de 271
Dampetra, João de 271
Dante 2, 93, 268, 296
Dawson, Christopher 50, 61, 82
Deanesly, Margaret 59
Delaruelle 255, 275
Denifle 212, 236, 274, 278, 279, 300
Denzinger-Schönmetzer 64
Dewey 270
Dias, Gonçalves 2
Dickson 278
Dinant, David de 261, 262
Dinis, Dom 220
Diocleciano 42
Doellinger, Ignaz von 24, 27, 32
Domingos de Gusmão, São 230, 231, 296
Dominici, Giovanni 296
Donato 265
Dossat, Yves 235
Duby, Georges 297
Duchesne 60
Duns Scotus 251, 259, 291, 292
Durkheim 106

Eccard 26
Eduardo II 287
Egídio Romano 251, 259
Ehrle 277
Ellul, Jacques 62
Engels, F. 31

England, Gilbert of 258
England, William of 258
Enlart 23
Escoto, Miguel 266
Escoto Eriúgena, João 80, 261
Estêvão, Santo 41
Estêvão Tempier 263
Estrabão, Valafrido 152, 248
Estrasburgo, Ulrico de 252
Étampes, Teobaldo de 217
Euclides 267
Eugênio IV 219
Eusébio, Santo 88
Eustóquio 253
Eutímio, Santo 87

Felipe IV 287
Félix 45
Fernando III 219
Fernando, Dom 220
Ferreira, Luís Leal 278
Ferreira, Joaquim 53
Filareto 214
Filopono, João 253
Flaviano 45
Fleury, Abbon de 20
Fleury, Amoin de 20
Fontaines, Godofredo de 259
Foraz 22
Fortunato 45
Fournival, Ricardo de 290
Fourquin, Guy 298
Fraile, Guilherme 299
Frederico II 13, 214, 218, 254, 268
Frederico Barba-Roxa 49, 217, 229
Froissart 288
Fromm, Erich 49, 61
Frutuoso, São 90
Fulgêncio, São 46

Gabriel, Astrik L. 300
Galeno 214, 245, 255
Galileu 293
Gand, Henrique de 252, 259
Garioponto 214
Gausperto 45
Gembloux, Sigeberto de 19, 31
Genserico 41
Gerberge 20
Gerson 297
Ghellinck, J. De 216, 234, 235
Giesebrecht 44, 59
Gilson 266
Giotto 44
Glaber, Raul 21
Glância 27
Glicério 39
Godwell 20
Goethe 11
Goglin, Jean-Louis 62
Gondebaudo 46
Gondicário 42
Gorce 263, 279
Grabmann 78, 244, 245, 246, 247, 259, 274, 277, 278, 279
Graciano 216
Gregório IX 216, 218, 225, 262
Gregório Magno, São 40, 71, 91
Gregório Nazianzeno, São 87
Grenoble 295
Groot, Gerard 295
Grosseteste, Roberto 252, 266, 293
Guarimpoto 214
Guilherme, o Conquistador 48
Guilleux, P. 31
Gundissalvo, Domingos 251, 256
Gusdorf, Georges 295, 296, 299, 300

Hales, Alexandre de 232, 258
Halphen 38, 47, 58, 60
Haly, Abbas 214
Harcourt 229
Haskins 214, 234
Hearnshaw 53
Hefele, Ch. J. 31
Hefele-Leclercq 59
Heliodoro 38
Herford, Henrique de 251
Herculano, Alexandre 49, 57, 61
Heristal, Pepino de
Heriveu 20
Heron 253
Hesse, Henrique 293
Hilarião, Santo 87
Hipócrates 214, 245, 254, 255
Homero 2, 265
Honório III 223, 232
Honorato, Santo 89
Horácio 265
Hugo, o Capeto 73, 215
Hume 293

Iginulfo 215
Ingnen, Marcílio de 291, 293
Inocêncio V 26
Irnério 215, 216, 235

Isaac 214
Isidoro, Santo 78, 90
Isócrates 265

Jácopo 216
Jerônimo, São 38, 58
Joana, Papisa 24
Joannicius 214
João X 29
João XI 29
João XII 29
João XIII 29
João XXI 263
João XXII 293, 295
João Damasceno, São 80
João de Jandun 288
João, o Diácono 19
João III, Dom 220
Jones, Leslie W. 76
Justiniano, o Grande 42, 71, 255
Jutta 27

Kant 293
Keller, Cristóvão 11
Kilwardby, Roberto 251, 264
Kristeller 214, 234, 254, 275
Kurth, Godefroid 10, 56, 131

Laon, Adalberão de 213
La Janda 42
Lavaud 277
Leandro, São 42, 90
Leão IV 24
Leão IX 30
Leclercq 56
Lecoy de la Marche 32
Lefebvre 14
Le Goff 289, 290, 291, 298
Leibniz 300
Leovigildo 42
Lewis, Archibald R. 287, 288, 298
Libânio 38
Lille, Miguel de 271
Lindisfarne, Aidano de 57
Lino 26
Lobbes, Herigério de 213
Lombardo, Pedro 43, 213, 217, 224, 226, 246, 295
Lopez, Roberto 9, 47, 60
Lorris, Guilherme de 268
Lucca, Anselmo de 45, 216
Luís, São 268, 271
Luís II 45
Luís XI 219
Luís XIV 23
Luís, o Piedoso 73
Lúlio, Raimundo 53
Lutero 50
Lyon, B. 42, 61

Maddison, Francis 268, 279
Maier, Anneliese 267, 293
Mailly, João de 25, 28
Maistre, José de 56
Makdisi, George 257, 258, 276
Mandonnet 232, 263, 269, 279
Manfredo 253
Maomé 72
Marias, Julian 273, 274
Maricourt, Pedro de 267, 293
Maron, São 87
Marques, A. H. de Oliveira 49, 53, 61
Marrou 2, 43, 50, 58, 59, 61
Martinho 26
Martino 216
Mateus, Magister 254
Maurício Espanhol 262
Maurus, Magister 214, 254
Mayeul, São 20
McCarthy 272, 280
McMurtrie 81
Meroveu 42
Mersburg, Thietmar de 20
Merton, Thomas 86
Metódio, São 41, 73
Meung, João de 269
Michelet 19, 23
Minnerath 56, 62
Mirandola, Picco della 2
Moerbeck, Guilherme de 252, 267
Mohrmann, Christine 84
Mollat, Michel 62
Monroe, Paul 86
Montalembert 82
Moody, Ernest H. 292, 299
Morley, Daniel 217
Muisit, Gilles Le 296
Mullinger 219

Napoleão 223
Nápoles, João de 254
Narsés 44
Nemorarius, Jordanus 267
Nepos, Júlio 39
Nicolau IV 220

Nola, São Paulino de 88
Normandia, Guilherme da 73
Novara, Campanus de 267
Núrsia, São Bento de 90

Ockham 292
Odilão, Santo 54
Odoacro 39, 41
O'Donnell 293
Olíbrio 39
Oresme, Nicolau 293, 299
Orestes 39
Otão I, o Grande 11, 73
Ozanam 45, 59, 83

Pacômio, São 87
Pádua, Marsílio de 288
Paleólogo, Miguel 288
Palemão 87
Paré 268, 274, 279
Paris, Germano de 57
Pasquier 234
Pasteur 14
Patrício, São 41, 89
Paulo II 219
Paulo, Diácono 45
Pauphilet 9, 15, 16
Peckham, João 264, 267
Pedro Damião, São 57
Pedro Espanhol 258
Peixoto, José Carlos de Melo 276
Pepino, o Breve 72, 84
Pepo 215
Pereira, Eduardo Carlos 278
Pernoud, Régine 12, 16, 23, 31, 48, 57, 297
Petrarca 296
Philoliblon 290
Pietro di Monte Armato 215
Pio II 219
Pio XI 260
Pircius 27
Pisan, Cristina de 296, 297
Pizzofalcone 40
Plaine, Dom François 19
Platão 265, 270
Plateário, Mateus 214
Pogonato, Constantino 46
Poitiers, Gaufrido de 258
Poitiers, Pedro de 246
Prestage, Edgar 62
Prevost, Nicolau Le 214
Prisciano 248, 265
Proclo 253
Pseudo-Dionísio 80
Ptolomeu 253, 266, 267
Pullus, Roberto 217
Puy 54

Rashdall 220, 235, 277
Raspaldiza 298
Ratisbona, Wolfgang de 213
Reginão 216
Renedo, Benedicto Tapia de 91
Riché 47, 59
Roberto, o Piedoso 20, 54
Rodes, Andrônico de 245
Rollevinck 31
Rômulo Augústulo 9, 39
Rústico 215

Sá, Moreira de 235
Saint Amand, João de 267
Saint-Cher, Hugo de 232
Saint Cloud, Guilherme de 266
Saint-Gilles, Jean de 232
Santo Amor, Guilherme do 233
Santo André, Bento de 29
São Concórdio, Bartolomeu de 271, 272, 280
São Vitor, Hugo de 213
Savigny 230
Schmidt 22
Saxe, Alberto de 293
Scot, Miguel 253
Sêneca 265
Sens, Odoran de 20
Sérgio, Papa 25
Servo 52
Simeão, São 88
Sismondi 19
Soberlli 221, 236, 255, 275, 294, 299
Sócrates 265
Steenberghen, Fernand van 253, 264, 275, 278, 279
Sugério 57
Sully, Maurício de 57

Tarik 72
Tarso, Teodoro de 72, 79, 109
Temístio 253
Tempier 269
Teodora 29
Teodorico 41, 46, 71
Teodósio 38

Teofilacto 29
Teófilo Protospatério 214
Thorndike, Lynn 277, 299
Thurston, Herbert 24
Tomás de Aquino, Santo 232, 233, 246, 251, 252, 256, 258, 259, 260, 261, 264, 268, 269, 270, 271, 273, 277, 291, 292
Tongres, Armando de 57
Tótila 44
Tournai, Gilberto de 250, 251, 271 275, 280
Tours, São Gregório de 18, 31
Tours, São Martinho de 89
Trácio 43
Trajano 44
Trasamundo 46
Tremblay 274
Trília, Bernardo de 251
Trithelm 19
Troppau, Martinho de 26
Trótula 214
Tuechle, H. 55, 62

Ugo 216
Urach, Conrado 215
Urbano VI 57
Urso, Magister 214
Uzes, Roberto 28

Vacandard, E. 25, 28, 30, 32, 33
Vacário 217
Valence 295
Varo 37
Vaux, de 253
Vendières, João de 213
Veuillot 22
Veuillot, Louis 31
Vernet, Félix 24
Vicente, São 89
Vicente Ferrer, São 296
Vicóvaro 90
Villanova, Arnaldo de 258
Villari, Pasquale 39, 58
Villedieu, Alexandre de 265
Villoslada, Ricardo Garcia 55, 62
Vinogradoff, Paul 255, 275, 276
Vinsauf, Geoffroy de 218
Virgílio 265
Vital, Orderico 48
Vítor, São 81
Vladimir, rei 41
Voltaire 15, 56, 63
Vriberg, Teodorico de 267

Walsh 40, 58, 287
Westerbergh, Ulla 33
Wibodo 163
Wieland 11
Witelo 267
Wolfram 48
Woroniecki 269, 279
Wulf, Maurice de 40, 58

York, Wilfredo de 72

Zena, Raimundo de 215
Zenão 39, 71
Zijl, Theodore P. Van 295, 300

Índice analítico

Acoimetas 88
administração universitária 222
adoubement 189
África 41
albigense 231
alcorão 161
amor
— cavalheiresco 186
— cortês 187
anacoretas 85, 87
Anatólia 43
anglos 42
ano
— escolar 227
— mil 19
antiqui 292
aparatus 255
aprendizagem intelectual 270
Aquitânia 54
árabes 129
aristotelismo 264
artes
— liberais 74, 75, 76, 100, 131, 153, 154, 155
— mecânicas 100, 153
artífices 185
ascetismo 86
astronomia 266
Atenas 211
Atos, monte 87
Attigny, Capitular de 136
auctoritas 245, 294
augustinismo 264
autoridades 247, 256
Avinhão, exílio de 287, 288

Babilônia 211
bacharel
— bíblico 228
— sentenciário 228
bacharelado 227
bárbaros 37, 46
bedel 222
benefício 47
Benevento 30, 45
Besançon 295
biblioteca 76, 166, 167
Bizâncio 9, 17, 42, 211
Bolonha 215, 216, 218, 223, 234, 255, 258
— universidade de 217
bons-enfants 228
Bordéus 219, 295
Bourges 54
Brasil 52
búlgaro 216
burguês 185
burgúndios 42
bússola 267

Caen 219, 295
Cahors 295
camponês 53
canônica 107
capitatio 50
capitulares 131
Cartago 41
cartuxos 189
Cassino, Monte 90, 214
cavalaria 53, 162
cessatio 230
chanceler 258
Chartres 212
China 211
Christianitas 189
ciência sagrada 260, 267
Cisma, Grande 295
citramontanos 221
clássicos 296
Cluny 54
códice 81
código 43, 277
Coimbra 220
colégio 228
collatio 249
Colônia 264
comentários 247, 256
comerciantes 185

comitatus 47
comunas 185
consciência pedagógica 170
constitutiones olonnenses 137
concílio
— de Clermont 73, 184
— de Hipona 104
— de Mâcon 18
— de Orleães 108
— de Toledo II 108
— de Toledo IV 108
— de Vaison 104
— de Valença 138
— ecumênico XI 106
— emeritense 105
— Romano 108
congregações canônicas 195
Constantinopla, mulher-patriarca de 29, 30, 43
copistas 82
Córdova 42
corporações 187
corpus iuris civilis 245
cortesia 48, 186
cruzada, primeira 73, 184
cruzados 49

Destilação 267
dialética 153, 258, 265
dictamen prosaicum 156
digesto 43, 276
Dhuoda, manual de 164
Dijon 23
Dinamarca 40
Direito 46, 215
— canônico 216, 255, 265
— civil 265
— romano 212
disputa 250
dix-huit 228
doctores 223
Dôle 295
dominicanos 232
doutorado 227
Doutores, Colégio dos 223

Educação 1, 46, 57
— Filosofia da 269, 270
— História da 1
— medieval 1
Egito 17, 211
Elna 55
eloqüência 75
enciclopédia 74, 78, 199
Erfurt 25
escola
— palatina 132
— paroquial 103, 104
escolas 74, 90, 106, 111, 134, 137, 169
— episcopais 107, 108, 109, 151, 195
— de gramática 102
— internas 110
— monásticas 109, 116, 151
— romanas 44
— do século XII 196
escolástica 77, 243, 244, 255, 273
— decadência da 288
— declínio da 246
— teologia da 247
escravidão 56
escrita 82, 140
escritório 81
eslavos 41
espelhos 163, 164
estilitas 88
Estrasburgo 73
eternidade 78
ética 269
etimologias 79

Fábulas 16
Faculdade
— de Artes 226, 228, 262, 264, 265, 266
— de Filosofia 226
— de Teologia 226
fé 172
Ferrara 219
— universidade de 230
Festugière 86
feudalismo 48, 49
feudo 51
Filosofia 74, 77, 110, 260, 262, 269, 296, 300
— escolástica 245
Física aristotélica 293
Flandres 54
Florença 219
Frades Menores 232
francos 42
fronteira 287, 288

Gália 43
Genebra 42

giróvagos 88
glosa 249, 255, 256
Gobette, Lei 46
godos 37
goliardos 229
Grã-Bretanha 42
gramática 75, 156, 200, 265
Grécia 211
grego, estudo do 79
Guerra dos Cem Anos 219, 288, 295
Guiana 54
Heptarquia 42
heresia 13, 213
Hipona 41, 88
História medieval 2
hospitalários 189
humanista 233
humiles 55
Humilhados da Lombardia 189
húngaros 41

Idade das trevas 16
Idade Média 9
— mito da 9
— periodização da 11
— preconceito contra a 12
— termo 10
ideal teocrático 131
ideais pedagógicos 99, 100
illiteratus 165
imitação 248
Índia 211
Institutas 43
Irlanda 41, 116
Irmãos da Ponte 189
Irmãos Menores 231

Jordão 38, 40
jugatio 50
juristas, universidade dos 220
jutos 42

Laicus 165
latim 83, 84, 265
lectio 248
leigos, instrução dos 165
lenda negra 15
letras 296
— renascimento das 119
libellus scholasticus 160
licença 227
Limoges 54
língua alemã 114
línguas antigas 289
lírica trovadoresca 162
Lisboa 220
— Estudo Geral de 220
littera 248
livreiros 222
livro 75, 80
lógica 265, 292
Lusitânia 41
— mosteiros da 115

Maçonaria medieval 188
magnetismo 267
manual 74
maritagium 22
Marmoutier 89
martinets 229
massarii 222
Matemática 154, 266
mecânica 267
Medina Sidônia 42
mercatores 185
Mesopotâmia 17
metafísica 80, 245
methodus hybernica 152
método escolástico 250, 257
migratio 230
Milão 37
minuscula carolina 82
missi dominici 131
mitra 28
moderni 292
Mogúncia 26
monaquismo 85
monges 85, 86, 92, 110
— irlandeses 89
monologion 213
Montpellier 215, 217, 218, 254, 258
mosteiros dúplices 114
muçulmanos 138
mulher, alma da 18

Nações 220, 225
Nantes 219
Nápoles 40, 218, 294
notário 222
novelas 43, 277

Óptica 266
opus dei 91
Ordem
— Beneditina 86, 90, 91, 92, 110

— da Cavalaria 53
— dos Pregadores 231
Ordenações Afonsianas 51
ordens mendicantes 230
organização escolar 101
organon 191
Orleães 218, 265
ostrogodos 41
Oxford 217, 218, 229, 264, 265
— universidade de 266

Pabulatores 88
Pádua 294
Palência 218
pandectas 276
papel 81
papiro 130
Parens scientiarum, bula 225
Paris 234
— faculdade de Direito de 294
— universidade de 217, 218, 226, 296
paróquia 102
Pavia 45, 219
Paz de Deus 54
pecia 222
pena 83
pergaminho 81
Péricles, século de 287
Pérsia 17
pessoa 78
peste negra 288, 295
Pirenne 53
plágio 168
planisfério 267
Poitiers 54, 219, 295
Portugal 49, 51, 52
potentes 55
praelectiones 255
preconceitos 4, 12
privilégios 229
professor leigo 45
proslogion 213
Provença 54

Quadrívio 78, 133, 191
quaestio 249
— *disputata* 249
quaestiones quodlibetales 250
quolibet, disputa de 249

Racionalismo 269
ratio 245, 294
Ravena 37, 45
razão 172
recollectae 255
redução 271
regime feudal 47
regra 90
— beneditina 55, 112
— de São Bento 116, 170
— de São Crodegango 136
Reichenau 152, 157
Reims 138
reitor 221
reitor-estudante 222
renascimento 183
retórica 75, 156, 200
Remoboth 88
repetitiones 255
ripuários 42
Roma 37, 211
Romance da Rosa 268, 269
romanitas 101

Saint-Denis 229
Saint-Honoré 228
Salamanca 219
Salerno 30, 214, 215, 254
sálios 42
salutati 296
sarabaítas 88
saxões 42
Scandza 38
scholasticus 195
scriptorium 76
século XIII 211, 287
século de ferro 141, 142
seminário 78, 105
senhoria 51
sensus 249
sententia 249
sete, número 153
Sete Artes, batalha das 265
Sevilha 42
Síria 17
sírios 130
Sorbonne 228
stationarius 81
studium generale 218
studium particulare 218
studium solemne 219
Subiaco 90
subiectum 93
Suíça 42

Tegernsee 27
técnica 267
técnicas náuticas 184
Teodorico, *editio* de 71
teologia 269
— escolástica 190
— medieval 259
tinteiro 83
Tolbiac 42
Tolosa 262
Toulouse 218
— universidade de 213
Tours, abadia de 134
trabalho manual 113
trégua de Deus 54, 55
trívio 133, 191
Trosly 20
Túnis 41
turcos 43

Ultramontanos 221
universais 77
universidades 211
universitas magistrorum et scholarium 225

Vândalos 41
vassalagem 47
vida canônica 106
vida cenobítica 85
vida monástica 91
visigodos 41
votos 103
Vouillé 42